

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS**



*MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS*  
(Vertente “Sistema Internacional)

**EUGÉNIO LUÍS DA COSTA ALMEIDA**

**FUNDAMENTALISMO E TOLERÂNCIA  
POLÍTICO-RELIGIOSA EM ÁFRICA**

**(Repercussões nas Relações Externas do Continente Africano)**

Dissertação elaborada sob orientação pedagógica  
do Professor Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara

Lisboa, Outubro 2000

NOME: Eugénio Luís da Costa Almeida

CURSO DE MESTRADO: Relações Internacionais – variante Sistema Internacional

ORIENTADOR: Professor Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara

DATA: 16 de Outubro de 2000

**TÍTULO: FUNDAMENTALISMO E TOLERÂNCIA POLÍTICO-RELIGIOSA  
(REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES EXTERNAS DO CONTINENTE AFRICANO)**

**RESUMO:**

A dissertação, que ora se resume, aborda as políticas sociais, militares e religiosas e as suas influências nos conflitos e nas políticas externas do Continente africano.

O trabalho foi dividido em quatro partes: *Introdução antropológica, histórica e politológica*, onde se examina a evolução dos africanos desde as suas raízes antropológicas à II Guerra Mundial; *A emergência da politologia em África*, que analisa a génese da politologia africana, desde o nascimento da Libéria e do Garveyismo à Descolonização africana; *Os fundamentalismos e as diferentes tolerâncias*, a parte nuclear do trabalho, que aborda três grandes ramos ecuménicos (cristianismo, islamismo e judaísmo) desde o estudo da sua implantação em África até à sua grande influência nas políticas externas africanas, o poder castrense e as Organizações supranacionais onde África está inserida; por fim, as *Repercussões na política externa africana – que prospectivismo*, neste capítulo examinamos a evolução das políticas sociais e territoriais, o socialismo africano, o apartheid e a imutabilidade das fronteiras afro-coloniais, particularmente, nas repercussões intra-africanas; nas questões extra-africanas abordou-se o Movimento dos não-alinhados e as diferentes cooperações financeiras, políticas e sociais Sul-Sul, Euro-Sul e com a ONU. Por fim, fez-se um prospectivismo da evolução africana sobre os desenvolvimentos sociais e políticos.

*Palavras-chave:* *África, fundamentalismo, islamismo, tolerância, militares, políticas*

NAME: Eugénio Luís da Costa Almeida

DATE: October 16<sup>th</sup>, 2000

**TITLE: FUNDAMENTALISM AND TOLERANCE POLITICO-RELIGIOUS  
(REPERCUSSIONS IN EXTERNALS RELATIONS OF THE AFRICAN  
CONTINENT)**

**ABSTRACT:**

This thesis, which now summary, analyse the social, military and religious politicals and their the influences in the conflicts and external politics of African Continent.

The subject was divided in four parts: *Anthropological, Historical and Political Introduction*, who examines the evolution of african people since the anthropologic roots to II World War; *The emergence of politology in Africa*, who studies the genesis of african politics since the Liberia's creation and Garveyism to africans independences; *The fundamentalisms and differents tolerances*, the principal part of this study who analyse the three big ecumenical groups (christianism, islamism and jewism) since the study of your Africa implantation to their african external politicals influences, military power and supranacional organizations; and the *Repercussions in the african external politicals –what prospectivism*, where we examine the evolution of territorial and social politics, african socialism, the apartheid and african borders' immutability, with repercussions into Africa; for African external repercussions we give relief to Non Aligned Movement and differents financial, political and social South-South Co-operation and EU-ACP Co-operation and with UNO.

*Keys words: Africa, fundamentalism, islamism, tolerance, military-power, politics*

**NOTA:** *Devido à inclusão dos Resumos às páginas seguintes deverão ser adicionadas 2 folhas (não alterada a formatação inicial)*

# ÍNDICE

. NOTA PREAMBULAR	
10	
. SIGLAS E ACRÓNIMOS	11
. INTRODUÇÃO	13
a . INTRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA, HISTÓRICA E POLITOLÓGICA	17
1. Evolução antropológica dos africanos e a sua disseminação pelo Continente	17
1.1. Os Povos Proto-indígenas	18
1.1.1. Povos Bosquímanos-Hotentotes	19
1.2. Povos Negróides	20
1.2.1. Os Negro-Sudaneses	20
1.2.2. Os Bantu	20
1.2.3. Os Núbios	21
1.2.4. Os Polinésios	22
1.2.4.1. Os Malgaches	22
1.3. Os Povos Caucasóides	23
1.3.1. Os Egípcios e os Líbios	23
1.3.2. Os Árabes	23
1.3.3. Os Europeus	24
1.3.3.1. Arquipélagos Brancos do Atlântico	24
2. Evolução geo-histórica dos Povos Africanos	25
2.1. Os Grandes Impérios Negros	25
2.1.1. Os Grandes Impérios Negros-Sudaneses	25
2.1.1.1. Império do Ghana	25
2.1.1.2. Império Mali	26
2.1.1.3. Império Gao	28
2.1.1.4. Reinos Haússa, Benin e Daomé	29
2.1.2. Os Impérios Bantu e as migrações equatoriais	30

2.1.2.1. Alto Congo	31
2.1.2.1.1. Reino do Congo	
31	
2.1.2.1.2. Reino de Angola	33
2.1.2.2. África Central	33
2.1.2.3. África Oriental	34
2.1.3. Migrações Austrais	35
2.1.4. Migrações Insulares	36
2.1.4.1. Arquipélagos do Índico	37
2.1.4.2. Arquipélagos Negros do Atlântico	37
2.2. As migrações e os Impérios Islâmicos	38
2.2.1. Islão Marítimo	39
2.2.2. Islão Continental	40
2.3. Do “ <i>Mare Nostrum</i> ” Ibérico a Berlim	41
2.3.1. O “ <i>Mare Nostrum</i> ” Ibérico	41
2.3.1.1. Tratado de Tordesilhas	41
2.3.2. Os Descobrimentos	42
2.3.3. Da Questionação do “ <i>Mare Nostrum</i> ” Ibérico a Berlim	43
2.4. A Conferência de Berlim e Partilha de África	46
2.4.1. A Divisão de África	46
2.4.1.1. A Conferência de Berlim	47
2.5. A Ocupação Efectiva e a Colonização Europeia em África	48
2.5.1. A Colonização Europeia	49
2.5.1.1. A Colonização Holandesa	50
2.5.1.2. A Colonização Portuguesa	51
2.5.1.3. A Colonização Franco-Inglesa	52
2.5.1.4. A Colonização Germânica	52
2.5.1.5. A Colonização Belga	53
3. Evolução politológica no Sistema pós-napoleónico	53
3.1. As novas Doutrinas Políticas dos Séculos XIX e XX	53
3.2. Dos Sociólogos aos Geopolíticos	54
3.2.1. A emergência do Socialismo	
54	

3.2.2. O efeito Geopolítico	56
3.3. As duas Guerras Mundiais e o seu contributo para o fim da era colonial	56
3.3.1. Ascensão e queda da Alemanha de Kaiser	57
3.3.1.1. A África Austral e as lutas intestinas	58
3.3.1.1.1. As guerras boers	58
3.3.1.1.2. A União Sul-Africana	59
3.3.2. A Europa entre as duas guerras	61
3.3.2.1. A Liga das Nações e o Sistema de Mandatos	62
3.3.2.2. A 2ª. Guerra Mundial	63
 b . A EMERGÊNCIA DA POLITOLOGIA EM ÁFRICA	 64
 4. O fim do escravagismo americano e o retorno às origens dos negros americanos	 64
4.1. O Estado Liberiano	66
4. 2. O Garveyismo	67
 5. Do pan-africanismo aos movimentos emancipalistas africanos	 68
5.1. Os Congressos Pan-africanistas	69
5.1.1. A Organização para a Unidade Africana (OUA)	70
5.2. As independências coloniais	70
5.2.1. O fim da Europa Colonial	71
5.2.1.1. A 3ª Comissão ou Comité de Tutela	71
5.2.2. A Descolonização	72
5.2.2.1. Os movimentos independentistas francófonos	73
a. França	73
b. Bélgica	74
5.2.2.2. As independências das colónias britânicas	74
5.2.2.3. As lutas coloniais da África Portuguesa	75
 c. OS FUNDAMENTALISMOS E AS DIFERENTES TOLERÂNCIAS	 80
 6. Os Diferentes Fundamentalismos	 80
6.1. Fundamentalismos de Base Religiosa	80

6.1.1. O Judaísmo, na base do sionismo	82
6.1.1.1. A gênese filosófica do Judaísmo	82
6.1.1.2. A fundação de Israel	83
6.1.1.3. As guerras israelo-árabes	85
6.1.2. O Islamismo e os movimentos fundamentalistas	86
6.1.2.1. O Islamismo e as suas raízes históricas	86
6.1.2.2. Da Grande Fuga à Ascensão	88
6.1.2.3. As Cisões Islâmicas	91
6.1.2.3.1. Cisão Post-Mortem	91
6.1.2.3.2. Cisão na Hierarquia Teológica	92
6.1.2.3.2.1. A Sucessão Legítima do Profeta	92
6.1.2.3.2.1.1. Os Califas	92
6.1.2.4. A Diversidade de Ritos	94
6.1.2.4.1. Sunitas	94
6.1.2.4.2. Xiitas	95
6.1.2.4.3. Carijitas	97
6.1.2.4.4. Sufistas	97
6.1.2.4.5. Ibaditas	98
6.1.2.4.6. Outras Ramificações Teológicas	98
6.1.3. O Islamismo, uma Religião e uma Ideologia	100
6.1.3.1. Quando a Ideologia se sobrepõe à Religião	100
6.1.3.1.1. Religião e Ideologia, concepções	100
6.1.3.2. Islamismo: Religião, Direito e Ideologia; a difícil fronteira	101
6.1.3.2.1. O Postulado pré- Religioso	102
6.1.3.2.2. O Postulado da Fé ( <i>Iman</i> )	103
6.1.3.2.3. O Postulado do Comportamento Social	105
6.1.3.2.3.1. As Ma'rufat	107
6.1.3.2.3.2. As Munkarat	107
6.1.3.2.4. A Ideologia Islâmica	107
6.1.3.3. Os três vértices do Moderno Fundamentalismo Islâmico	108
6.1.3.3.1. Os Irmãos Muçulmanos	108
6.1.3.3.2. Palestina, a Região da Conflitualidade	111
6.1.3.3.2.1. Os movimentos radicais palestinos e a origem da O.L.P.	111
6.1.3.3.2.1.1. A origem da O.L.P.	112

6.1.3.3.2.1.2. Território Israelo-Palestiniano	113
a). Al Fatah	113
b). Comando Unificado da O.L.P.	114
c). Frente Popular de Libertação da Palestina	115
d). Frente Popular Democrática de Libertação da Palestina	116
e). Organização Setembro Negro	116
f). Movimento de Resistência Islâmico, ‘ <i>Hamas</i> ’	117
g). Jihad Islâmica	118
6.1.3.3.2.1.3. Território Libanês	119
6.1.3.3.3. Revolução Islâmico Iraniana	121
6.1.3.4. O Fundamentalismo Islâmico e a Moderna Ideologia	123
6.1.3.4.1. O Islamismo no Continente Africano	125
6.1.3.4.1.1. Ideologia no Estado	126
6.1.3.4.1.1.1. Egipto	126
6.1.3.4.1.1.1.1. As Gamaat al-Islamyia	126
6.1.3.4.1.1.1.2. Outros movimentos islâmicos	127
6.1.3.4.1.1.1.3. A Situação actual do Egipto	127
6.1.3.4.1.1.2. Argélia	128
6.1.3.4.1.1.2.1. O radicalismo argelino	129
a). A Frente Islâmica de Salvação (FIS)	129
b). O Grupo Islâmico Armado (GIA)	131
c). Outros Grupos Islâmicos Argelinos	132
6.1.3.4.1.1.3. Outros Estados	132
a). República da Guiné-Bissau	132
b). República de Moçambique	133
c). Repúblicas do Níger e do Mali	134
d). Golfo da Guiné	134
6.1.3.4.1.2. Ideologia de Estado	135
6.1.3.4.1.2.1. Marrocos e Djibuti	135
6.1.3.4.1.2.2. Ilhas Comores e Maurítânia	136
6.1.3.4.1.2.3. Somália	137
6.1.3.4.1.3. Ideologia de Governo	139
6.1.3.4.1.3.1. Líbia	130



6.1.3.4.1.3.2. Sudão	140
6.1.3.4.1.3.3. Tunísia	141
6.1.3.4.1.4. Uma variante ideológica de Coabitação	141
6.1.3.4.1.4.1. Nigéria	141
6.1.3.4.1.4.2. Senegal	142
6.1.3.4.1.4.3. Tanzânia	143
6.1.3.4.2. O Islamismo fora do Continente Africano	144
6.1.3.4.2.1. Como uma Ideologia de Estado	144
6.1.3.4.2.1.1. Península Arábica e a Ásia Central, Sudeste e Insular	145
a). Os sauditas e a República do Iémen	145
b). Repúblicas da Síria e do Iraque	147
c). Repúblicas do Afeganistão, da Ásia Central e do Sudoeste Asiático	148
d). Sudeste Asiático	149
6.1.3.4.2.2. Principais Estados asiáticos onde o Islamismo é Ideologia no Estado	150
a). República da Índia	150
a). Filipinas	151
6.1.3.4.3. O Islamismo nos Estados do “ <i>Grande Lago Atlântico</i> ”	151
6.1.3.4.3.1. Na Europa	151
6.1.3.4.3.1.1. Albânia	152
6.1.3.4.3.1.2. Bósnia-Herzegovina	153
6.1.3.4.3.1.3. O Islamismo na Europa, que ameaça?	154
6.1.3.4.3.2. E na América?	156
6.1.4. O Cristianismo	158
6.1.4.1. Cristianização na “ <i>ponta da espada</i> ”	158
6.1.4.2. O protestantismo Calvinista na génese do Boerismo	159
6.1.4.2.1. Os Cinco Pontos do Calvinismo ou a Doutrina da Predestinação	160
6.2. Fundamentalismos de Características Sociais	162
6.2.1. A Igreja da Cientologia	162
6.2.2. Da Negritude à Unidade Africana	164
6.2.2.1. O Anti-colonialismo e os conflitos de interesse americano-	

-soviético	165
6.2.2.2. Os imutabilistas e a defesa da imutabilidade das fronteiras coloniais	166
6.2.3. O Poder Castrense	167
6.2.3.1. A relutância do poder castrense em adoptar a democracia política	169
6.2.3.2. A Zairinização e o Mobutismo	170
6.2.3.2.1. A crise da pós-independência	170
6.2.3.2.2. A Doutrina da “ <i>Autenticidade Cultural Africana</i> ”	171
6.2.4. O Idealismo Afro-socialista	174
7. Tolerâncias Político-Religiosas	174
7.1. Religiosas	174
7.1.1. As Igrejas Cristãs Nacionais	175
7.1.1.1. O Metodismo	175
7.1.1.2. O Kimbanguismo	177
7.1.1.2.1. Antecedentes históricos	177
7.1.1.2.2. Kimbangu: profeta, missionário ou libertador?	179
7.1.1.2.3. Confirmação ecuménica	182
7.1.1.2.4. A discreta influência política, uma Ideologia no Estado	183
7.1.1.3. O Tocoísmo	184
7.1.2. O Islamismo africano	184
7.1.2.1. O Malaquismo e o Sunismo, modelos religiosos de contenção	184
7.1.2.1.1. O Malaquismo	184
7.1.2.1.2. O Sunismo	185
7.1.3. A Igreja Católica, um moderno veículo de contenção	185
7.2. Políticas	186
d. REPERCUSSÕES NA POLÍTICA EXTERNA AFRICANA – QUE PROSPECTIVISMO	187
8. Repercussões Intra-africanas	187
8.1. A Unidade Africana	188
8.2. O Afro-socialismo	190

8.2.1. O Socialismo Touréano	191
8.2.2. O Consciencismo africano de Nkrumah	193
8.2.3. O Socialismo Humanista africano	193
8.2.3.1. De Senghor a Kaunda	194
8.2.3.1.1. O Socialismo Cultural de Senghor	194
8.2.3.1.2. O Socialismo Comunitário de Nyerere	195
8.2.3.1.3. O Socialismo Humanista de Kaunda	196
8.3. O “ <i>Apartheid</i> ” e o isolamento sul-africano	197
8.4. A Imutabilidade das fronteiras coloniais posta em causa	199
9. Repercussões Extra-africanas	202
9.1. O Movimento dos Não-Alinhados	202
9.2. A Cooperação Sul-Sul	203
9.3. A Cooperação Euro-Sul	204
9.4. África e a ONU	205
10. Considerações Complementares	208
. ÍNDICE REMISSIVO	211
. FONTES BIBLIOGRÁFICAS	221
. ANEXOS	238
. ÍNDICE DE MAPAS E ANEXOS:	
Mapa 1: Distribuição dos Bosquímanos-Hotentotes na África Austral	19
Mapa 2: Reino do Congo	31
Mapa 3: Colonização da África ao Sul do Zambeze	36
Gráfico 1: Principais potências militares Africanas	168
Gráfico 2: Estados Africanos com maiores despesas militares	168
Gráfico 3: Estados Africanos com maiores despesas militares em percentagem Do PNB	169
Figura 1: Árvore genealógica do Homem	239
Mapa 4: Os principais grupos étnicos africanos	240
Mapa 5: Datas das independências coloniais	241
Mapa 6: Áreas de influência islâmica em África ( <i>Anos 90</i> )	242

<b>Mapa 7: África, a Democracia e o momento eleitoral</b>	<b>243</b>
<b>Gráfico 4: Colónias Europeias após a I Guerra Mundial:</b>	<b>244</b>
<b>Gráfico 5: Principais Organizações Internacionais (Países e territórios Aderentes):</b>	<b>245</b>
<b>Gráfico 6: Despesas dos Estados Africanos com o Serviço Militar:</b>	<b>249</b>
<b>Gráfico 7: <i>Coup d'États</i>; Tentativas e revoltas 1985-1999 (p/ datas):</b>	<b>252</b>
<b>Gráfico 8: <i>Coup d'États</i>; Tentativas e revoltas 1985-1999 (total global):</b>	<b>253</b>
<b>Mapa 8: Império Qamartiano – precursor do Império Islâmico</b>	<b>254</b>
<b>Mapa 9: A Região da Conflitualidade Judaico-Islâmica-Cristã</b>	<b>254</b>
<b>Mapa 10: Região do Katanga</b>	<b>255</b>
<b>Mapa 11: República independente do Biafra</b>	<b>255</b>
<b>Mapa 12: Império Tuaregue e Principal Zona de Conflito</b>	<b>256</b>
<b>Mapa 13: Casamança</b>	<b>256</b>
<b>Mapa 14: Faixa do Caprivi</b>	<b>257</b>
<b>Mapa 15: Somalilândia</b>	<b>257</b>
 <b>. ÍNDICE DOS PAÍSES</b>	
<b>    Informação Política, Económica e Sinopse Histórica</b>	<b>258</b>

## **NOTA PREAMBULAR**

**Desejo agradecer a todos que possibilitaram a elaboração desta Dissertação para o Mestrado em Relações Internacionais, com especial destaque para:**

- **a minha família que ao longo destes cinco anos me apoiaram, incentivando-me e criticando-me, quando necessário, e que esperam poder vir usufruir de dividendos que o mesmo possa dar;**
- **o meu orientador pedagógico Professor Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara, pela colaboração e postura que sempre norteou durante a elaboração deste estudo, mesmo quando as condições eram menos propícias, nomeadamente durante a crise da Universidade Moderna e, quando no desejo de rapidamente ser esclarecido, me tornava, por vezes, algo inconveniente;**
- **aos Professores Joaquim de Carvalho, que acreditou na minha licenciatura, e Fernando Chambino que, antes de mim, prospectivou-me um Mestrado;**
- **ao emérito Conselho Científico que aceitou sempre, e sem qualquer questionamento, os sucessivos adiamentos para apresentação do trabalho final;**
- **ao Dr. Emílio de Carvalho, recém jubilado bispo para África Central e Austral, da Igreja Metodista Unida, que sem de mim ter qualquer prévio conhecimento, se prontificou em fornecer, a partir de Angola, quer via telefax, quer por correio, elementos bibliográficos e escritos sobre o Metodismo, em particular, para África;**
- **os colegas que permitiram, dentro dos condicionismo que uma actividade profissional como a minha o impõem, ter uma certa liberdade de movimentos;**
- **a colegas bancários africanos que, e sempre que podiam, me enviavam dos seus países informações escritas, jornais, revistas, etc. para elaboração do estudo que a ora se inicia;**
- **àqueles que, explicitamente, não podendo, ou não devendo, ser citados devo igualmente os meus agradecimentos;**
- **e, por fim, aos Mestres Adélia de Carvalho, Mário Pinto de Andrade e Victor Silveira, colegas de tirocínio, que souberam ser, no tempo e no espaço, as *carraças* que eu tanto necessitava de ter.**

**Lisboa, 1 de Outubro de 2000.**

## SIGLAS, ACRÓNIMOS e ABREVIATURAS

a.C.	Antes de Cristo
APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation ( <i>Conselho Económico dos Países da Ásia e Pacífico</i> );
BC	Comunidade Britânica;
Cap/cap.	Capítulo;
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo;
Cf.	confira em;
CIA	Central Intelligence of America
col.	coleção;
CS	Conselho de Segurança;
d.C.	Depois de Cristo
ed.	edição;
ELPS	Exército de Libertação do Povo Sudanês;
ESL	Exército de Libertação do Líbano;
EUA	Estados Unidos da América;
Fed.	Federal / Federativa;
FFS	Frente das Forças Socialistas;
FIS	Frente Islâmica de Salvação;
FIT	Frente Islâmica Tunisina;
FLN	Frente de Libertação Nacional;
FMI	Fundo Monetário Internacional;
FNI	Frente Nacional Islâmica;
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola;
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique;
Fund.	Fundação;
gen.	General;
GIA	Grupo Islâmico Argelino;
INE	Instituto Nacional de Estatística;
IRI	Instituto de Relações Internacionais;
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
MLSM	Movimento de Libertação do Sudão Meridional;
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte ( <i>North Atlantic Treaty Organization</i> )
NU.	Nações Unidas
OCI	Organização da Conferência Islâmica;
OJR	Organização da Justiça Revolucionária;
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização de Unidade Africana
op. cit.	Obra citada
pág(s).	página(s);
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde
PIL	Partido Islâmico de Libertação;
PIMO	Partido Independente de Moçambique;
Pub(s).	Publicação(ões);

<b>RAU</b>	<b>República Árabe Unida;</b>
<b>Rep.</b>	<b>República;</b>
<b>SADC</b>	<b>Southern African Development Coordination (<i>Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral</i>)</b>
<b>Séc.</b>	<b>Século</b>
<b>segs.</b>	<b>seguintes;</b>
<b>SDN</b>	<b>Sociedade das Nações</b>
<b>TIJ</b>	<b>Tribunal Internacional de Justiça;</b>
<b>UA</b>	<b>União Africana;</b>
<b>UE</b>	<b>União Europeia;</b>
<b>UEO</b>	<b>União da Europa Ocidental;</b>
<b>UMA</b>	<b>União do Magrebe Árabe;</b>
<b>UNITA</b>	<b>União Nacional para Independência Total de Angola</b>
<b>UNSCOP</b>	<b>United Nations Special Committee on Palestine (<i>Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina</i>);</b>
<b>URSS</b>	<b>União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (<i>União Soviética</i>);</b>
<b>USD</b>	<b>Dólar dos Estados Unidos da América do Norte;</b>
<b>vers</b>	<b>versículo;</b>
<b>v. vol(s)</b>	<b>(vários) volume(s);</b>
<b>†</b>	<b>falecido;</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1. TEMA E OBJECTIVO:

Braudel dizia que “*as civilizações levam um tempo infinito a nascer, a arrumar a casa, a emergir*”<sup>1</sup>. É o que se passa com o Continente africano, em geral.

Berço de inúmeras civilizações e culturas, o Continente Negro continua a ser, e apesar do estágio da actual realidade civilizacional, seja ela seja etnográfica ou epistológrafa, ir mais longe do que aquelas palavras introdutórias de Braudel, aquele onde a precariedade, a insalubridade, o subdesenvolvimento, o despotismo e a corrupção continuam a subsistir e a determinar a manutenção dos africanos no patamar mais baixo do Sistema Internacional.

A presente Dissertação, que ora se inicia, tenta escarpelar, dentro dos parâmetros e contingências que as Ciências Sociais, em geral, e as Relações Internacionais, em particular, impõem, as contradições e os efeitos dos fundamentalismos políticos e, ou, religiosos em contraponto aos anti e não fundamentalistas no actual estágio de desenvolvimento do Continente Negro.

Daí que o objectivo primeiro deste estudo não foi circunscrever o trabalho somente às religiões que predominam no Continente – o campo mais propício ao desenvolvimento do fundamentalismo, como o Islão – mas também aos sectores políticos, castrenses e às movimentações culturais, ou seja, à sociedade em geral.

## 2. MÉTODO:

Para esta Dissertação procurou-se seguir um método que melhor se coadunasse ao tema em geral.

Seguiu-se, predominantemente, o método documental e bibliográfico – independentemente de para este tema ser difícil conseguir a melhor e mais actual

---

<sup>1</sup> Cf. BRAUDEL, Fernand, *Gramática das Civilizações*, Editorial Teorema, Lisboa, 1989, 524 págs.



bibliografia – a que se juntou, inevitavelmente, todos os dados estatísticos que melhor conciliavam com o presente estudo e procurando, dentro do possível, obter informações, tão actualizadas o quanto o possível, quer por via oral quer através de “entrevistas” junto de personalidades que se prestaram a fornecer todos os esclarecimentos viáveis. Acedeu-se, igualmente, aos modernos meios de informação: videográficos e informáticos.

### **3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO:**

Normalmente qualquer trabalho, seja científico ou não, é constituído, além da bibliografia e, eventualmente, de anexos, por uma introdução, por um corpo e por uma conclusão. Todavia, esta Dissertação, dada as características específicas do mesmo, não terá uma conclusão concreta mas um prospectivismo multi-abrangente. Dois factores foram importantes para este desvio metodológico. Uma África em constante ebulição e um Sistema Internacional, e a uma actual multiglobalidade, caracterizado por parecer cada vez mais “*um ser vivo mutante*”.

Assim passemos a descrever a organização utilizada para este estudo.

Sem que se tenha seguido uma ordem estritamente cronológica, tentou-se dentro dos parâmetros inicialmente definidos no prévio Plano de Trabalho elaborado com o egrégio orientador desta Dissertação, o Professor Doutor Sousa Lara, respeitar uma ordem sequencial, tanto quanto o é possível dentro das Ciências Sociais.

O trabalho foi desenvolvido em 4 (quatro) partes e 9 sub-capítulos, como a seguir se descrevem.

a). No primeiro estágio da Dissertação, sob o título “*Introdução Antropológica, Histórica e Politológica*” abordou-se a evolução antropológica dos africanos e a sua disseminação pelo Continente, o estudo geo-histórico do Continente africano, desde os grandes impérios pré-gâmicos, tentando, dentro do possível, associá-los aos modernos Estados africanos, aos Descobrimentos e à colonização europeia, e a evolução politológica do Sistema Internacional pós-napoleónico à II Guerra Mundial e ao fim da era colonial.

b). Na segunda parte denominado “*A Emergência da Politologia em África*” analisou-se o fim do escravagismo americano e o retorno às origens dos negros americanos, com especial destaque para a criação do Estado liberiano e para o efeito Marcus Garvey, e o pan-africanismo e as independências coloniais.

c). No terceiro e talvez considerado o bloco nuclear deste estudo, a que se chamou apropriadamente de “*Os Fundamentalismos e as Diferentes Tolerâncias*” estudou-se, tanto na perspectiva do fundamentalismo como da tolerância, o desenvolvimento das três religiões ecuménicas com impacto político e social em África, o Islão<sup>2</sup>, o Cristianismo e o Judaísmo, e as políticas sociais, nomeadamente a força do sector castrense nas sociedades civis e nas políticas externas dos Estados africanos, com particular destaque para a Zairinização e a doutrina mobutiana da “*Autenticidade Cultural Africana*”.

Dada a importância que o Islamismo, mais do que o Cristianismo e o Judaísmo, tem no actual estágio político de África, desenvolveu-se um pouco mais a análise desta religião; tratou-se a génese histórica; a difícil fronteira entre a Religião, a Ideologia e o Direito islâmico; e os vértices do Moderno fundamentalismo islâmico aos quais não se pôde dissociar os movimentos radicais árabes afro-asiáticos e europeus, com especial destaque para os eixos Euro-África e Norte de África-Rimland<sup>3</sup>, e americanos.

Registe-se que Islão, como qualquer recente civilização jurídico-religiosa, tem levado muito tempo a se afirmar; um facto tanto mais agradável para o Ocidente porquanto as questões civilizacionais que defende se têm mostrado incompatíveis com o “*modus vivendi*” do Mundo Ocidental, nomeadamente, com o dos países ribeirinhos do “*Grande Lago Atlântico*” do Hemisfério Norte.

---

<sup>2</sup> Do árabe “*Içlam*”, que significa “*submissão voluntária à vontade de Deus*”.

<sup>3</sup> Orla marítima que vai desde o topo da Sibéria, segue ao longo do Pacífico, descendo pelas costas índicas da Ásia e cruza a África mediterrânea até ao Atlântico. A expressão surge pela primeira vez, em 1944, pela mão do professor da Universidade de Yale, Nicholas SPYKMAN, na sua obra “*The Geography of the Peace*”, sob a chancela da Archon Books. O Rimland foi definido como “*uma região intermédia entre o Heartland (expressão criada por Halford MACKINDER, em 1919, correspondendo ao coração de Eurásia, a ex-URSS) e os mares marginais, que funcionam como uma zona amortecedora de conflitos entre o poder naval e o poder terrestre*”; cf. RAMALHO, ten.-cor. José Luís Pinto, *A Estratégia de Futuro da OTAN e a Posição de Portugal*, (Tese de Mestrado em Relações Internacionais), IRI/ISCSP, Lisboa, 1992, 187 págs. e ALMEIDA, Políbio Valente de, *Do Poder do*

Por sua vez, e dentro de uma lógica de mero rigor científico, a Ideologia foi estratificada de acordo com os seu três princípios fundamentais, defendidos por, entre outros, Professor Doutor António de Sousa Lara, as Ideologia de Governo, de Estado e no Estado a quais acrescentei, dadas as características de três Estados africanos analisados e com a concordância imediata do Professor Sousa Lara, aquele a que denominei de Variante Ideológica de Coabitação.

No que respeita à tolerâncias político-religiosas, deu-se um enfoque maior às chamadas Igrejas Cristãs Nacionais, nas quais se incluiu a Metodista, como sua principal precursora, o Kimbanguismo e o Tocoísmo, e o efeito de contenção da moderna Igreja Católica nas inúmeras crises sociais e políticas do Continente.

d). Por fim a quarta parte, sob o título “*Repercussões na Política Externa Africana – Que Prospectivismo*” respeita às novas políticas exógenas e endógenas do Continente, destacando-se, nos problemas intra-africanos, o socialismo, a tão defendida imutabilidade das fronteiras coloniais e as diversas tentativas de secessão (registando-se uma única vitoriosas, Eritreia), o efeito pré e pós-Apartheid e o problema mais actual da política interna do Continente, a unidade africana e o papel da OUA. Nas questões extra-africanas, questionou-se a Cooperação Sul-Sul e Euro-Sul, o impacto de África na ONU e no movimento dos Não alinhados.

e). Para além das citadas quatro partes que suportam esta Dissertação, devemos considerar ainda a inclusão de um Índice Remissivo – ordenado alfabeticamente e por temas (ex. Conferências, Guerras, Povos, Rios, etc.) – e de Anexos, os quais incluem Mapas (apesar destes terem por base o “*Hammond, The Ultimate Atlas*” a maioria não tem indicação de fontes dado que os mesmos são resultantes das análises efectuadas ao longo da dissertação e do estudo das diversas obras bibliográficas), Gráficos e um Guia de países e territórios não autónomos de África que engloba informações políticas, económicas e históricas, actualizadas até finais de Agosto de 2000, para o que se utilizou como fontes principais a comunicação social e os novos meios de comunicação.

## a. INTRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA, HISTÓRICA E POLITOLÓGICA

### 1. Evolução antropológica dos africanos e a sua disseminação pelo Continente

África tem sido desde sempre um continente onde os povos praticam, de forma continuada, permanentes movimentos migratórios, sejam de carácter cultural e civilizacional, particularmente devido a atitudes recolectoras e pastorícias, ou por outros motivos, como o comércio ou crises castrenses.

Foram esses movimentos migratórios que permitiram o período luz dos egípcios, os seus contactos comerciais e culturais com o reino Núbio, ou deste com os povos Monomotapa – região entre Moçambique e Zimbabué onde, segundo algumas lendas, existiu o mítico reino da rainha Sabá – as migrações cartaginesas para além do Estreito de Gibraltar até ao "*Golfo do Corno de Ocidente*" e à montanha do "*Carro dos Deuses*"<sup>4</sup>, donde o périplo de Hanão<sup>5</sup> trouxe desconhecidas peles que, segundo os seus companheiros, seriam de fêmeas de gorilas, mas que, para autores como Ki-Zerbo, pertenceriam a pigmeus ou a chimpanzés<sup>6</sup>.

No entanto, as primeiras grandes migrações, que quase provocaram o desaparecimento do povo *Hotentotes* ou *Bosquímanos*<sup>7</sup>, verificaram-se com as invasões cataclísmicas dos *Negros*, povos negróides que, segundo se crê, provieram do Sudeste asiático há mais de 200 séculos, com passagem pelo Sinai e pelo Mar Vermelho<sup>8</sup>. De entre estes sobressaíram dois subgrupos, os do Sudão Ocidental e os Banto.

---

<sup>4</sup> Esta região estaria compreendida pelo Golfo da Guiné e pelas montanhas camaroesas; cf. KI-ZERBO, História da África Negra, I vol., Publicações Europa-América, Mem Martins, s/d, pág. 108.

<sup>5</sup> Segundo um texto grego, baseado em escritos púnicos descobertos num templo de Cartago, o general cartaginês Hanão (ou Hanon), o Grande, teria zarpado com sessenta navios de grande calado e trinta mil colonos com intuito de fundar colonatos nas costas a desbravar para além das Colunas de Hércules. Todavia alguns autores refutam este périplo dadas as inconsistências cartográficas do mesmo; cf. KI-ZERBO, op. cit., págs. 108 e 109.

<sup>6</sup> Seriam provavelmente chimpanzés ou mesmo gorilas, mas nunca povos pigmeus. Estes, como todos os povos Banto, têm como característica suprema o serem mais pelados que os caucasianos.

<sup>7</sup> Alguns antropólogos defendem a existência de uma diferenciação entre estes dois grupos proto-indígenas africanos.

Enquanto os povos do Sudão Ocidental se mantiveram permanentemente na região confinada a sul do Sara, entre o Atlântico, a ocidente, o Lago Chade, a leste, e o Golfo da Guiné, a sudoeste, os Banto avançaram até às regiões equatoriais, onde se mantiveram durante milhares de anos. Com as migrações árabes, aquele grupo desceu para a região do Cabo, onde chegou quase ao mesmo tempo que os calvinistas holandeses, os antepassados dos *Africânderes*. Em qualquer dos casos os grandes prejudicados foram os bosquímanos que ficaram confinados a uma pequena região entre o deserto angolano do Namibe e a parte norte do Botswana, ou seja, por quase todo o deserto do Calaári.

Actualmente, seja por motivos políticos ou sociológicos, os Banto são considerados os verdadeiros povos autóctones africanos, sendo esquecidos, de uma maneira geral, todos os outros membros genealógicos, em particular os bosquímanos, provavelmente os primeiros povos continentais descendentes do "*Kenyanthropus africanus*", do "*Homo habilis*" e do "*Homem de Boskop*"<sup>9</sup>. Por outro lado, há a tendência, embora os últimos acontecimentos na região austral demonstrem o contrário, para esquecer os povos caucasianos do Norte, – os *Hamitas*<sup>10</sup>, ou os do Sul, – os *africânderes*.

### 1.1. Os Povos Proto-indígenas

Como já ficou inferido, os primeiros povos de África não foram os actuais povos negros do Continente, mas os Bosquímanos ou Hotentotes, povos de tez amarelada e olhos amendoados.

---

<sup>8</sup> CHAMBINO, Fernando, *Continente Africano*, ISCSP/UTL, pág. 39 (inédito).

<sup>9</sup> Ver Anexos, Quadro 4, "*Árvore genealógica do Homem*", de acordo com KI-ZERBO, op. cit., pág. 52 e COPPENS, Yes, *O Macaco, a África e o Homem*.

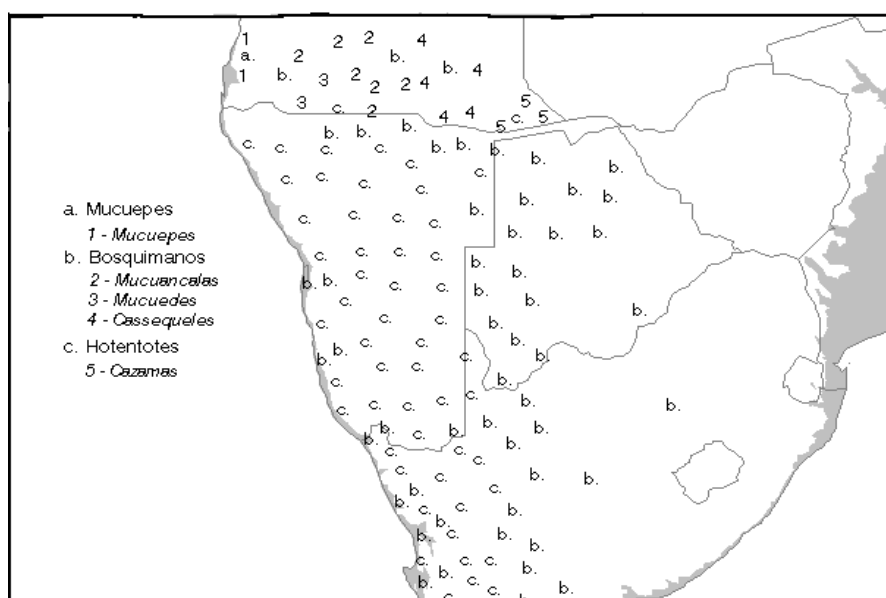
<sup>10</sup> Segundo Labouret, os Hamitas disseminaram-se por todo o Norte de África, nos territórios que hoje correspondem ao Deserto do Sara. Tal como os povos negróides, os Hamitas estão divididos em dois subgrupos. Dados os condicionalismos políticos, económicos e sociais que hoje representam, destacamos em primeiro lugar os Hamitas Ocidentais (também denominados de *Semitas*), génese dos berberes, mouros e tuaregues. O outro subgrupo, denominado Hamitas Orientais, ocuparam - e ocupam - toda a região ribeirinha ao longo do Mar Vermelho, desde Alexandria até ao Corno de África - os egípcios, os núbios e os somalis são os seus povos mais representativos. Para um maior desenvolvimento aconselha-se a leitura de LABOURET, Henri, *Histoire des Noirs d'Afrique*, P.U.F. e de KI-ZERBO, op. cit. (este autor defende que estes povos têm a sua génese nos afro-asiáticos; crê-se que foram estes povos que escorraçaram os negróides do Sudeste asiático).

### 1.1.1. Povos Bosquímanos-Hotentotes

Estes povos, tendo em conta os seus traços fisionómicos e embora apresentem uma pele escurecida, têm sido, etno-culturalmente e de uma forma sistemática, desprezados tanto por dirigentes negros como brancos. São vistos como o último povo não civilizado de África.

Todavia, quem com eles teve o privilégio de conviver, nomeadamente os caçadores lusófonos e os bóeres migrantes do sul de Angola, reconhece que são totalmente auto-suficientes. Quando melhor conhecidos, e devidamente respeitados, provam a sua simpatia e total solidariedade em terrenos agrestes e totalmente adversos onde a sobrevivência humana parece, de todo, impossível.

Não é em vão que antropólogos, como o Prof. António de Almeida<sup>11</sup>, defendam uma análise cuidada e devidamente aprofundada destes povos. Segundo aquele insigne professor, os Bosquímanos-Hotentotes, tal como os Negros, povos que os secundaram séculos mais tarde, são originários da Ásia. No entanto, também têm sido detectados artefactos bosquímanos na Europa mediterrânea.



Distribuição dos povos Bosquímanos-Hotentotes na África Austral  
Mapa 1

<sup>11</sup> ALMEIDA, António, Os Bosquímanos de Angola, IICT, Lisboa, 1994, pág.

## **1.2. Povos Negróides**

O Continente africano foi, e permanece, uma das regiões geopolíticas onde os conflitos étnicos e culturais e as migrações têm ocorrido com sistemática regularidade. Entre essas migrações destacam-se as verificadas há já cerca de 200 séculos e concretizadas por povos de tez escura provenientes, segundo se crê e tendo em atenção as inúmeras similitudes de raiz linguística, do Sudeste asiático. São os Povos Negros ou negróides<sup>12</sup>.

A força social e política que estes povos representam no Continente – cerca de 4/5 da população é negra – leva os politólogos a considerá-los como os seus principais interlocutores na cena internacional. De entre eles destacam-se os Negro-Sudaneses e os Banto. Deveremos ainda considerar os Polinésios e, embora sujeito às discussões que as diferentes teses suscitam, os Núbios.

### **1.2.1. Os Negro-Sudaneses**

Povos disseminados por um imenso território, delimitado a Norte pelo Deserto do Saara, a Leste pelo Lago Chade, a Oeste pelo Oceano Atlântico e a Sul pelo Golfo da Guiné e pelas grandes florestas equatoriais.

Apesar de reconhecerem que a sua negritude é manifestamente mais evidente que nos Banto e que o movimento político-cultural é completamente distinto destes, alguns teorizadores consideram um erro separá-los daquela família.

### **1.2.2. Os Banto**

É a maior família Negróide. Devido ao escravagismo está não só disseminada por quase todo o Continente Negro, particularmente a Sul do paralelo 20° N até à Cidade do Cabo, no extremo meridional africano, mas também pelo Continente americano.

---

<sup>12</sup> Ultimamente, alguns jovens autores, nomeadamente lusófonos, têm vindo a rejeitar a expressão “Negro” e adoptar a palavra “Preto”. Nada mais incorrecto. Os afro-americanos, onde estes autores vão beber esta tendência, defendem a utilização de “Black” em detrimento da palavra ofensiva “Neger”. Estas expressões são antítese das expressões latinas, nomeadamente, da portuguesa “Negro” e da francesa “Noir”, normalmente utilizadas. Por esse facto continuarei a adoptar a expressão “Negro”, igualmente defendida pelos mais velhos africanos.

Foi aliás neste Continente, como mais adiante se verá, que a consciência Negra teve a sua verdadeira emergência com as revoltas dos escravos negros do sul dos E.U.A. e com as independências caribeanas.

### 1.2.3. Os Núbios

Apesar de pouco conhecidos, tal como se verifica com os polinésios, são um dos povos mais antigos do Continente africano.

Durante o seu apogeu a Núbia<sup>13</sup> estendeu-se desde a região de Assuão, Baixo Egito, até às zonas equatoriais da África Oriental.

Foram vários os reinos que vingaram na região núbia. Os principais foram os reinos núbios de Cuxe, que segundo os gregos tomou o nome de um dos descendentes de Cam, filho do profeta Noé, e o de Méroe, inicialmente denominado de Napata.

A história núbia está, de certa forma, associada à história do Antigo Egito. O vice-rei de Cuxe foi simultaneamente vizir de Tebas, senhor do Egito. Mais tarde, o rei núbio Shakaba, chegou a intitular-se rei de Cuxe e Misr (primitivo nome do Egito).

Os reinos núbios sucumbiram às invasões assírias em 660 a.C. Todavia, aqueles persistiram como reino, embora de diminuta relevância, até ao ano 25 a.C., quando o general romano Petrónius derrotou as insipientes tropas núbias de Méroe e pilhou a antiga capital de Napata.

Actualmente, a maioria dos descendentes núbios vivem na região do *Corno de África*, nos territórios hoje reconhecidos por Etiópia, Eritreia, Djibuti, Somália e Norte do Quénia.

---

<sup>13</sup> Não se pode dizer que fosse um país, mas tão só uma região. O termo “Núbia” provém da raiz *noub* que significa ouro, querendo com isto demonstrar a sua importância económica: Cf. KI-ZERBO, op. cit., pág. 83 e segs.



#### 1.2.4. Os Polinésios

Provenientes da região austral Indo-Pacífico, a maioria aportou às ilhas afro-austrais africanas, com destaque para Madagáscar, e em algumas ilhas dos actuais arquipélagos turísticos das Comores, Maurícia e Seychelles, onde ainda hoje coexistem política e economicamente com os hindus, povos que só muito mais tarde aí chegaram.

##### 1.2.4.1. Os Malgaches

Embora actualmente a maioria da população se caracterize por ser negra, resultado do povoamento feito durante a colonização francófona que introduziu na ilha inúmeros escravos das regiões de Haússa e Daomé, os malgaches gozam de uma particularidade.

Na verdade, a raiz etno-cultural dos malgaches – tal como a dos comoros e a dos seychelinos – tem a sua génese nos povos polinésios, os *Vazimba*, provenientes das ilhas de Sunda, actual Indonésia, que se estabeleceram nas costas norte e nordeste da ilha.

A estes dever-se-ão juntar, além dos já citados escravos francófonos, os descendentes dos trazidos pelos colonizadores árabes, portugueses, ingleses e holandeses, bem como de hindus e árabes (ismaelitas, xiitas e sunitas) que constituíram o tronco etno-cultural dos *Antemoro*.

A miscigenação que este povoamento criou deu origem à existência de diferentes ramos na cadeia antropológica malgache. Assim, vamos encontrar registos da presença de banto-arábicos, os *Antalactra*, na costa nordeste, dos *Betsileu*, que ocuparam o sul e as regiões montanhosas do interior, e dos *Sakalava*, que se estabeleceram na costa ocidental da ilha, sendo os que mais contactos mantiveram com a costa Oriental africana.

Entre os africanos são aqueles que, no Continente Negro, juntamente com a África do Sul, apresentam uma composição étnica mais heterogénea.

### 1.3. Os Povos Caucasoídes

Apesar de alguns povos apresentarem uma tez ligeiramente escura, as suas características fisionómicas, aliadas a uma cultura não-negra, fá-los serem referenciados nesta classe antropológica. Encontram-se neste grupo os povos árabes do Norte de África. A estes deveremos associar os antigos Egípcios, os descendentes das antigas potências europeias, com especial destaque para os arquipélagos brancos do Atlântico e para os bóeres sul-africanos e os hindus.

#### 1.3.1. Os Egípcios e os Líbios

São dos povos africanos e mundiais que, embora historicamente sejam dos mais estudados, ainda permanece o desconhecimento quanto à sua real origem antropológica.

Apesar de alguns antropólogos afirmarem que os egípcios seriam povos de pigmentação negra<sup>14</sup>, a maioria dos historiadores afirma que os antigos egípcios eram brancos, embora morenos. Segundo eles esta questão “branco/negro” deve-se aos gregos. Estes consideravam-se mais brancos que os “*brancos do sul*”, os morenos ou negros<sup>15</sup>.

Todavia, Ki-Zerbo admite a existência das duas pigmentações no Egipto. Na região do delta predominavam povos cuja descendência ia dos Líbios – considerados brancos autênticos, devido à sua descendência helénica-cartaginesa – aos assírios, judeus, persas, gregos e romanos. Nas regiões do Médio e Baixo Egipto eram os negros e mestiços os povos dominantes.

#### 1.3.2. Os Árabes

Têm a sua origem na Península arábica, mais concretamente na região de Bagdad.

---

<sup>14</sup> DIOP, Cheik Anta in “*Antériorité de Civilizations né près*” citado por KI-ZERBO, op. cit., pág. 32.

<sup>15</sup> Cf. KI-ZERBO, op. cit. pág. 100.

A sua importância histórica no contexto internacional, em geral, e na política africana, concretamente devido à propagação da fé islâmica que os levou a atravessar o Sinai e a colonizar todo o Norte de África e algumas ilhas do Índico, bem como as consequências que daí advieram, será objecto de estudo mais aturado nos capítulos referentes aos Fundamentalismos e às diferentes tolerâncias.

### 1.3.3. Os Europeus

Numa primeira fase a sua presença em África, deve-se, essencialmente e numa primeira fase, à génese colonizadora dos portugueses e espanhóis; depois às depurações religiosas na Europa, verificadas no seio de franceses e de holandeses, e à afirmação anglófona na região do afro-austral por invocada defesa das vias marítimas, especialmente para a Índia. Também aqui determinante que foi a necessidade de fazer face à obrigatoriedade de ocupação efectiva do Continente, resultante da Conferência de Berlim, de 1825.

#### 1.3.3.1. Arquipélagos Brancos do Atlântico

Cremos ser esta matéria a que maior controvérsia suscita.

Apesar de nunca terem sido invocados na Conferência de Berlim e embora ligados à Europa por laços sociais, políticos e culturais, os arquipélagos madeirense e canário, estão geograficamente mais perto do Continente Africano, como as Canárias, que se encontram na perpendicular da fronteira sauro-marroquina, mais do que do chamado Velho Continente.

Enquanto, as ilhas da *Madeira* e de *Porto Santo*, por altura da gesta descobridora, estavam despovoadas, as ilhas *Canárias*, ou *Afortunadas*<sup>16</sup>, especialmente, as ilhas de Tenerife e Gran-Canária, estavam já ocupadas por povos de tez amarelada, provavelmente descendentes de hotentotes ou, segundo estudos mais recentes, com ascendência aos egípcios brancos<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> TARADE, Guy, As Portas da Atlântida, Amadora, Livraria Bertrand, 1978, págs. 29 a 53.

<sup>17</sup> Idem, pág. 35.

## 2. Evolução geo-histórica dos Povos Africanos

### 2.1. Os Grandes Impérios Negros

Dada a sua importância no actual contexto dos modernos Estados da África subsariana abordaremos em primeiro lugar os Impérios Negros – Negro-Sudaneses e Banto – nomeadamente, a sua primitiva sociedade étnica e política, génese dos grandes problemas do Continente Negro.

#### 2.1.1. Os Grandes Impérios Negro-Sudaneses

Os Negro-Sudaneses são essencialmente reconhecidos pelos seus ricos e bem estruturados impérios. Destes, destacam-se os *Impérios do Ghana*, considerado o primeiro grande Império Negro, *do Mali* – dos povos mandinga, –do *Gao* – dos povos Songaí, –os *Estados Haússa* e os *Reinos do Benin*, – dos povos yorubas e benin – e o *de Daomé*.

Estes povos foram, com maior ou menor impacto, colonizados pela avalanche islâmica.

##### 2.1.1.1. Império do Ghana

De acordo com uma tese defendida por Chambino, o Império do Ghana teve a sua génese nos povos negróides de Bafour que, miscigenados com os brancos judeus e berberes, com destaque para os "*marroquinos*" Zanaga, estiveram na origem dos negro-sudaneses; estes últimos, por sua vez, subdividiram-se em três ramos distintos: os Sonrhai a leste, os Sérères, a ocidente, e os Ouangara, no Sudão Central; os últimos, antecessores dos Sarakóle ou Soninké, povos iniciadores do processo institucional que, agrupando inúmeras chefaturas existentes na região, estiveram na criação final do Ghana<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> CHAMBINO, op. cit., pág. 61.

Foi um Império que se estendeu, no seu apogeu, desde o Atlântico à mítica cidade de Tombouctu, no oriente – onde hoje se situa o Mali –, e entre o norte das curvas divergentes do Senegal e Níger, ao sul, e o Saara, na fronteira norte. Teve entre os seus suserados, os principados berberes de *Aouadaghost* e de *Walata*, a norte, e os reinos Negros de *Tekrur*, de *Sosso* e do delta nigeriano, a sul.

O grande mérito deste Império foi de transmitir um sistema organizacional político e administrativo, que ainda hoje perdura na maior parte dos novos Estados da região, com destaque para a sucessão matrilinear e o seu sistema militar.

Apesar de não existirem provas que o actual Estado do Gana tenha alguma vez pertencido às fronteiras históricas do Império ganês, a moderna realidade política africana não só não contesta essa possível herança, como os povos que formam o moderno Gana o defendem. Note-se, todavia, que alguns dos seus actuais grupos etno-culturais, como os *Ashanti*, são descendentes directos dos Soninké.

Por outro lado, quando começaram as independências africanas, os ingleses, então potência colonizadora, chamaram para primeiro Chefe de Estado da República do Gana, *Kwane Nkrumah*, um príncipe ashanti, reconhecendo-lhe, por esse facto, direitos históricos<sup>19</sup>.

Embora o seu sector económico fosse um dos mais prósperos, paradoxalmente foi também o motivo do seu desaparecimento. Primeiro, sob o domínio islâmico, no reinado do chefe político almorávida Abu Bakr, em meados do século XI d.C.; depois sob a vassalagem sucessiva dos impérios sosso e maliano<sup>20</sup>.

#### 2.1.1.2. Império Mali

Surgido a partir do pequeno reino *Mandinga*, tem raízes etno-culturais nos povos *malinqué* (homem de Mali) e nos numerosos subgrupos mandeus, de que se

---

<sup>19</sup> Enciclopédia Almanaque Abril 92, pág. 484 e 485.

<sup>20</sup> CHAMBINO, op. cit., pág. 63.

destacam os Traoré, os Konaté e os Keita. Segundo se crê, foi deste último grupo que saiu a grande génese mali<sup>21</sup>.

Os soberanos malianos, de início mágico-animistas, adoptaram a partir do século XI, o islamismo como religião do Estado, admitindo porém e paralelamente, a manutenção das religiões animistas desde que fossem pagos os respectivos tributos vassallos e prestada obediência administrativa. Aliás, a coexistência entre os preceitos corânicos e as religiões animistas foi a única maneira do Islão penetrar nas sociedades Negro-Sudanesas. É a partir desta altura que começam a surgir os elementos históricos mais credíveis do império.

Entre os seus mais conhecidos soberanos esteve Mussa Keita<sup>22</sup>, fundador da dinastia Mussa, que ainda hoje subsiste como uma das mais influentes e principais famílias etno-culturais e políticas do moderno Estado maliano.

Foi durante a existência do *Império do Mali* que Tombouctú, se tornou num dos maiores centros religiosos e culturais islâmicos, talvez o maior da África Negra. Esta ascensão teve início no reinado de *Mansa* (ou Kansa, como sua mãe) *Mussa*, no regresso de uma opulenta viagem ao Cairo onde desbaratou uma das maiores riquezas malianas, o seu poder aurífero<sup>23</sup>. O imperador trouxe consigo um poeta e arquitecto, que foi o grande obreiro do esplendor de Tombouctú.

Simultaneamente, Mussa obteve do rei *Dia Assiboi* a vassalagem de Gao. Este entregou como reféns dois dos seus filhos, os quais, mais tarde, iriam ser pedras influentes no esplendor do Império Gao.

O império de Mansa Mussa atingiu limites tão distantes como dos territórios berberes do sul do Saara às florestas guineenses e do Atlântico ao país haússa. Os seus

---

<sup>21</sup> KI-ZERBO, op. cit., pág. 164.

<sup>22</sup> Mussa Keita reinou entre 1200 e 1218, tendo o seu filho Naré Famaghan, cujo o reinado durou até 1230, conquistado e alargado o seu fabuloso império. Obteve entre outros títulos o de "*Leão do Mali*" e "*Mansa*", chefe supremo do Império. Esta designação ainda hoje é adoptada pelos principais líderes políticos malianos. Para mais informações ver CHAMBINO, op. cit. pág. 64 e segs. e Almanaque Abril, edições de 1978 e 92.

<sup>23</sup> KI-ZERBO, op. cit. pág. 172.

herdeiros conseguiram manter e alargar os seus domínios até ao país dos Tuaregues, ou até ao Bornu<sup>24</sup>.

O declínio do império começou com a descentralização administrativa, no reinado de Mansa Oulé, entre 1255 e 1270, dividindo o Império em províncias e tornando alguns dos seus mais notáveis generais seus feudatários, e com a crise sucessória de Abubakar I. A este sucedeu Sakoura ou Sabkoura, um antigo escravo da corte, que conseguiu manter e afirmar o império, mas que não teve uma sucessão brilhante.

O esplendor do Império do Mali desapareceu nos finais do século XVII quando o reino se dividiu em três. Até aí, já o império havia passado por inúmeras crises que nem mesmo a aliança com o monarca português D. João II conseguiu evitar<sup>25</sup>.

Com o Império do Mali desapareceu um outro, nos últimos tempos seu principal inimigo, o Império Gao, destruído pelos Marroquinos em 1599.

### 2.1.1.3. Império Gao

A história deste império, igualmente reconhecido pelo de Sonrhai, confunde-se com a dos Songai. Estes aglomeraram três agrupamentos etno-culturais, económica e socialmente diferenciados. Foram eles os *gow*, primordialmente caçadores, os *sorko*, pescadores, e os *gabibi*, agricultores<sup>26</sup>.

Pensa-se que estes agrupamentos étnicos tenham vindo dos arredores do Lago Chade e da região do Benué, formando o reino do Gao entre os séculos VII e IX d.C.

Entre 1009, quando o reino transferiu a sua capital administrativa para Gao, e 1592, aquando do assassinio do imperador *Ishak II*, o império alternou períodos de declínio e suserania a outros impérios, com momentos de apogeu, concretamente,

---

<sup>24</sup> Idem, pág. 173.

<sup>25</sup> KI-ZERBO, op. cit. pág. 174.

<sup>26</sup> Para mais informações ver CHAMBINO, op. cit. págs., 69 e segs. e KI-ZERBO, op. cit. págs. 181 e segs.

quando os dois príncipes gaos reféns do Mali, *Ali Kolen* e *Suleiman Nar*, conseguiram, em 1337, escapar e retomar a sua independência face ao Mali.

Tiveram, tal como os malianos, relações culturais com os portugueses, primeiros europeus com quem contactaram.

#### 2.1.1.4. Reinos Haússa, Benin e Daomé

- Os *Reinos Haússa* espalharam-se pelo Sudão Central, desde o Atlântico ao Nilo Branco, na actual República do Sudão.

Destes destacam-se os *Haússa Ilegítimos*, com fronteiras delimitadas entre o delta do Níger e a margem norte do rio Benué; os *Haússa Bokoi*, a norte do Planalto de Bauchi e a leste do rio Sokoko; o *Império do Bornu*, desde a região sul do Lago Chade até às regiões montanhosas de Tibésti, actual Líbia; o *Reino de Darfur*, a norte do rio Bahr Auk e compreendendo o sistema montanhoso de Darfur; e o *Estado Mahdista*, com fronteiras aproximadas às do actual Sudão.

- O *Reino do Benin*, que em nada corresponde ao actual moderno Estado do Benin. Estava delimitado, a norte e a nordeste, pela densa cintura florestal e, a sul, pelo Atlântico, apresentando como limites ocidentais a baía de Lagos.

A este reino prendem-se ligadas raízes genéticas *yorubas*, do seu primeiro rei e fundador (*oba*), *Oranyan*, filho de Oduduwa e primeiro rei de Oyo, e, por força da guerra de secessão do Biafra, na Nigéria, – que durou cerca de 31 meses, entre 1967 e 1970 – os *povos Ibos*.

Tal como os anteriores Impérios, os primeiros europeus que os contactaram foram os portugueses, em 1684.

- O *Reino do Daomé*, de base etno-cultural *ashanti*, tem, segundo a lenda, origem na expressão "*Dan Ho Mé*", isto é, "*no ventre de Dan*".



Segundo a história, o reino foi formado a partir de uma crise sucessória do país de Allada. Por morte de Adjahunto, um seu filho preterido na sucessão, Gbagu, decidiu afastar-se do reino e obteve junto dos *guedevi* a liderança político-militar do grupo, fundando a cidade de Abomé – esta designação deriva do termo *aghomé*, “cidade fortificada” – antecessora do Reino de Daomé.

Os seus descendentes, entre eles *Aho*, conseguiram alargar os seus domínios. O avanço foi tal que um dos principais chefes *guedevi*, de nome *Dan*, acusou-o de usurpação territorial, acrescentando que aquele, provavelmente, só pararia “*quando construísse em cima do seu ventre*”. Segundo a lenda, Aho mandou construir uma das suas casas assente no corpo de Dan. Daí a toponímia.

Este reino, que atingiu o apogeu entre os séculos XVII e XIX, era, apesar de tudo, relativamente pequeno, estendendo-se entre o Cufo e o Uemé e entre os rios Níger e Volta. Porém, era fortemente guerreiro, sendo famosas as “*amazonas de Daomé*”, mulheres-soldados surgidas devido à carência de soldados masculinos que o tráfico escravagista provocava no seio daomeano.

Foram proveitosas as relações comerciais que manteve com os portugueses, muito devidas ao tráfico de escravos, e com os franceses, com quem assinaram um *Tratado de Comércio*, em 1851<sup>27</sup>.

### 2.1.2. Os Impérios Banto e as migrações equatoriais

Enquanto os povos negros do Sudão se afirmavam, mormente quando passaram a estar sob os preceitos islâmicos, favorecendo o aparecimento de grandes Impérios, os Banto, começavam a projectar a sua influência para sul, aproveitando a sua superioridade em armas e utensílios de ferro trabalhado. Era o início da sua migração para as regiões centrais e austrais.

Os habitantes da região centro-austral, os *pigmeus*, – povos negróides de pequena estatura e caçadores de gorilas, que anteriormente povoavam as florestas

---

<sup>27</sup> CHAMBINO, op. cit., pág. 90.

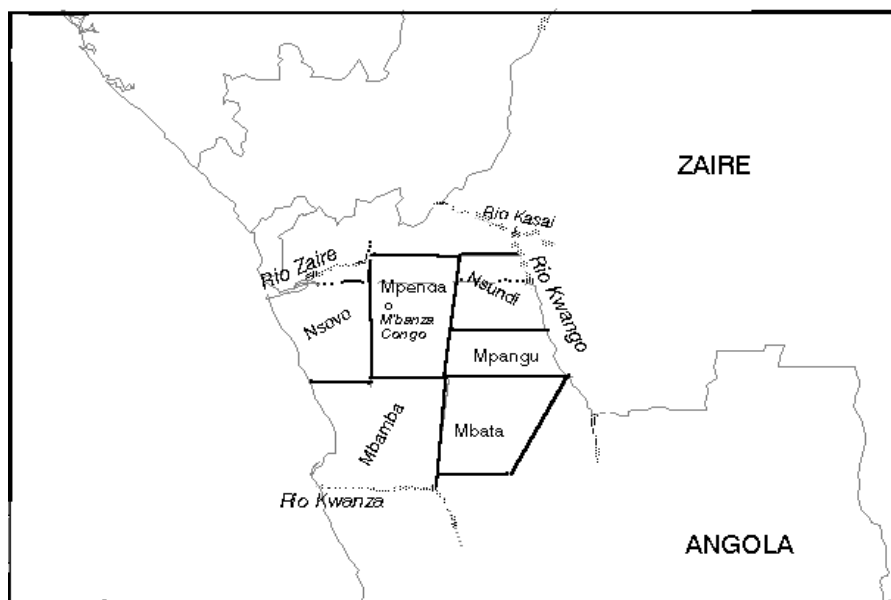
tropicais entre a grande cintura camaroesa, no Atlântico, e o Alto Congo, no interior africano, – foram obrigados a circunscreverem a uma pequena região no Alto Congo.

Os Banto, por sua vez, passaram a dominar a área, cindindo-se em dois subgrupos etno-culturais. Entre os mais importantes encontramos os pré-banto e os protobanto, os primeiros na região da Nigéria e os segundos na bacia do Congo.

São precisamente os protobanto do Congo os mais importantes que iremos, embora de forma breve, referir.

#### 2.1.2.1. Alto Congo

Na região habitaram os *ewondo*, *fang*, *nzari*, *kuba*, *ogué* e *tshogo*, na zona do actual Gabão; *pounou*, *teke* e *vili* ou cabindas, na região florestal do Maiombe; *bakongo*, na foz do Zaire, *ambundu*, na região compreendida entre os rios Ambriz e Kwanza, e *tchôkwe*, entre outros. Os mais importantes foram os bakongo e os ambundu fundadores, respectivamente, dos reinos do Congo e de Angola.



Reino do Congo  
Mapa 2

#### 2.1.2.1.1. Reino do Congo<sup>28</sup>

Do povo bakongo – contracção das raízes fonéticas *Ba* (os) e *Kongo* (caçador) – proveniente dos reinos centro-equatoriais de Anziku e Bateke, surgiu um dos mais destacados reinos da região, o *Reino do Congo*, com sede em *M'Banza Congo*, no norte de Angola. Os seus primeiros contactos com os brancos verificaram-se em 1482, durante a aportagem de Diogo Cão à foz do rio Congo, mais tarde renomeado de rio Zaire<sup>29</sup>.

Acredita-se que quem inicialmente aí habitava eram os ambundu, os quais adoptaram como chefe um kikongo de nome *Nimi-a-Lukéni*<sup>30</sup>. Este, chefiando um grupo de bakongo vindos do Alto Maiombe veio a conquistar a província de Nsundi, tornada mais tarde a base da chefatura que lhes permitiu engrandecer e aumentar o reino.

O reino, como tal, só começou a adoptar esta forma institucional após uma aliança de tipo consorcial com a filha de Nzatu, chefe-curandeiro de Mbata, cuja cidade principal era Mbanza Congo, para onde Lukéni transferiu a sede do reino e adoptou o título de *manicongo* (o senhor do Congo). Independentemente da capital ter sido transferida para Mbanza, a província de Mbata continuou a manter uma quase total autonomia em relação ao próprio reino.

No auge da sua existência, o reino estendeu-se do Baixo Congo, a norte, até ao rio Kwanza, a sul, e da costa atlântica até ao rio Kwango, a leste. Estava administrativamente dividido em seis províncias: *Mbamba*, *Mbata*, *Mbemba*, *Mpangu*, *Nsoyo* ou *Sonio* e *Nsundi*. As mais importantes eram Nsundi, província original e que dava o herdeiro presuntivo – o filho primogénito assumia o cargo de governador até poder ascender ao cargo de manicongo – e Mbamba, a província pretoriana situada na

---

<sup>28</sup> Para um estudo mais elaborado confrontar *História do Reino do Congo (Ms. 8080 da Biblioteca Nacional de Lisboa)*, prefácio e notas de António BRÁSIO, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969.

<sup>29</sup> Inicialmente baptizado de Rio Congo em homenagem ao reino aí existente. O nome autóctone era *Nzaidi*, mais tarde, por corruptela passou a designar-se, sucessivamente, "*zairi*" e "*zaire*". Apesar deste ser nome autóctone, quando Mobutu alterou o nome do país, de Congo para Zaïre, foi fortemente criticado, – injustamente como se verifica, – por adoptar um nome colonial, dado pelos portugueses.

<sup>30</sup> KI-ZERBO, op. cit. págs. 232 e segs., e CHAMBINO, *Lições de África Lusófona: Sumários*, NERI/U.Lusíada, 1989.

fronteira sul que defendia o reino das investidas dos reinos e povos do Sul. Além destas províncias tinham como vassalos os reinos de *Ngoyo*, *Kakongo* – de onde se acredita era proveniente Nimia-a-Lukéni – e *Lwango*.

Com a evangelização, e decorrente aculturação, o reino perdeu parte da sua influência no local. Veio, mais tarde, a ser dividido entre portugueses e belgas, com graves repercussões durante as independências coloniais. No período de conquista e afirmação lusitana no reino, alguns dos seus elementos mais activos e importantes, como D. Duarte, fugiram para outras paragens, como a ilha de São Tomé, onde aportaram em meados do século XVI, dando origem, de acordo com algumas teses, aos angolares<sup>31</sup>.

#### 2.1.2.1.2. Reino de Angola

Do tronco inicial dos ambundu, encontramos dois subgrupos etno-culturais, *Kimbundu*, a norte da foz do rio Kwanza até ao rio Ambriz - antigo reino Ambaca, vassalo do Congo - e *Ovimbundu*, entre os planaltos Central e Sul de Angola e a costa atlântica.

Estes dois sub-ramos ambundu são a base dos conflitos político-militares que devastaram Angola, nos últimos trinta anos.

O *Reino Ngola*, de onde mais tarde derivou Angola, tem a sua origem mais ancestral na escravatura apoiada por portugueses e na revolta de *Ngola de Ndongo* – até então vassalo do Congo – e na da rainha *Jinga da Matamba*. A principal consequência foi a sua conquista pelos portugueses. A origem mais recente está na unificação dos povos de Matamba, Kassanje, Kissama, Tchôkwe/Lunda, Mbundo (ovimbundo), Ganguelas, Muhumbe e Hereros<sup>32</sup>.

#### 2.1.2.2. África Central<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> DIAS, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº.1, “HEINTZE, Beatrice, *As guerras de Ndongo (1611-1630)*“, págs. 11 a 58, ALMEIDA, Eugénio, *São Tomé e Príncipe, notas para um estudo sócio-político* (não editado).

<sup>32</sup> ARAÚJO, Jaime de Sousa, “*Retalhos da História*”; in: *Terra Angolana*, nºs. 1 e 2.

<sup>33</sup> CHAMBINO, *Continente Africano*, op. cit.. 137 e segs.

Entre os banto regista-se, na actual região dos Altos Lagos (Ruanda e Burundi) a existência dos *hima* (huma, hinda ou tchuézi), hoje reconhecidos por *tutsi e hutu*, os *shonas* – o tronco étnico dos vendas, sotos e ngunis, disseminados depois pela região austral – e dos *kuba, lunda e luba* que deram origem a verdadeiros reinos a partir do século XVII, nas regiões hoje reconhecidas por Angola (este e nordeste), Shaba, (ex-Katanga) e Zâmbia.

Devido a sua posição geoestratégica os *Estados de Hima*, – Reinos de Buganda, Ruanda e Urundi (na actual região compreendida entre o Lago Vitória e o Índico) – afirmaram a sua importância no contexto político-social da região. Foram reinos que, em termos de actividade económica, variavam entre a agricultura e a pesca, mas que, sociologicamente, se evidenciaram como geradores de eméritos políticos.

A divisão territorial, ocorrida séculos mais tarde com a Conferência de Berlim, provou ter sido uma das piores decisões políticas; os acontecimentos do último quartel deste século têm vindo, nefastamente, a confirmar, cimentando-se, assim, a vontade dos teorizadores da reformulação das fronteiras coloniais africanas.

Todavia, os mais importantes, pela amplitude e grandeza que tiveram, foram os reinos de *Luba e Lunda*, determinantes para a formação dos actuais Estados zairense e angolano e para a crescente contestação que se verifica quer no Shaba quer na região dos Grandes Lagos.

#### 2.1.2.3. África Oriental<sup>34</sup>

Entre os povos do leste africano, encontramos os *Oschagga*, na região do Kilimandjaro, os *Nyamwezi*, na zona continental ocidental da actual Tanzânia – os primeiros guerreiros e os segundos pastores e políticos, ambos de sucessão matrilinear –, os *Somalis*, na altura ocupando uma zona superior à actual (iam do deserto de Ogadém, a ocidente, ao Índico, da Etiópia e dos territórios de Afars, a norte, até à perpendicular entre o Lago Rodolfo e o rio Tana, a sul) e os *Kikuyus*, entre o Lago Rodolfo, a norte e o rio Rufiji, a sul.

---

<sup>34</sup> CHAMBINO e KI-ZERBO, op. cit.

Embora etno-culturalmente pertençam ao tronco étnico Banto, a realidade demonstra, na grande maioria destes povos, uma presença muito diluída desse tronco. De facto, a maioria tem a sua ascendência antropológica nos núbios e a linguística no *swahili*<sup>35</sup>.

### 2.1.3. Migrações Austrais

Quando os portugueses, a caminho da Índia, aportaram às costas moçambicanas ainda os banto não tinham descido para a margem sul do rio Zambeze.

Os principais povos que habitavam na região, já conhecidos da rainha núbia do Sabá, estavam agrupados no reino *Monomotapa*, na região actualmente ocupada pelo Malawi, Moçambique e Zâmbia. Chamados pelos primeiros portugueses de Benametapa, cujo o povo era referenciado pelos árabes como "*cafres*" ou "*kaffir*", não eram, porém, mais do que um subgrupo do tronco shona ou *karanga*.

O grupo negróide shona, ao longo dos séculos, divergiu acentuadamente para sul. De entre eles destacam-se os zulu, sutu, xhosa, ovambo, swazi, shoto, pondo e tswana, traves mestras de alguns dos novos Estados austro-africanos. Entre estes os mais relevantes foram os zulu<sup>36</sup>.

Originariamente provenientes do *Reino Matabele*, de início circunscrito à região do actual Zimbabwé<sup>37</sup>, os zulu devem a sua grandeza política e militar ao chefe *Shaka*.

Grande estratega militar, Shaka conseguiu alargar os seus domínios para sul, desde o Transvaal à província do Natal, territórios que formam a actual África do Sul. Esta zona meridional africana não era totalmente habitada; os hotentotes tinham ficado pelo deserto do Calaári e região de Orange.

---

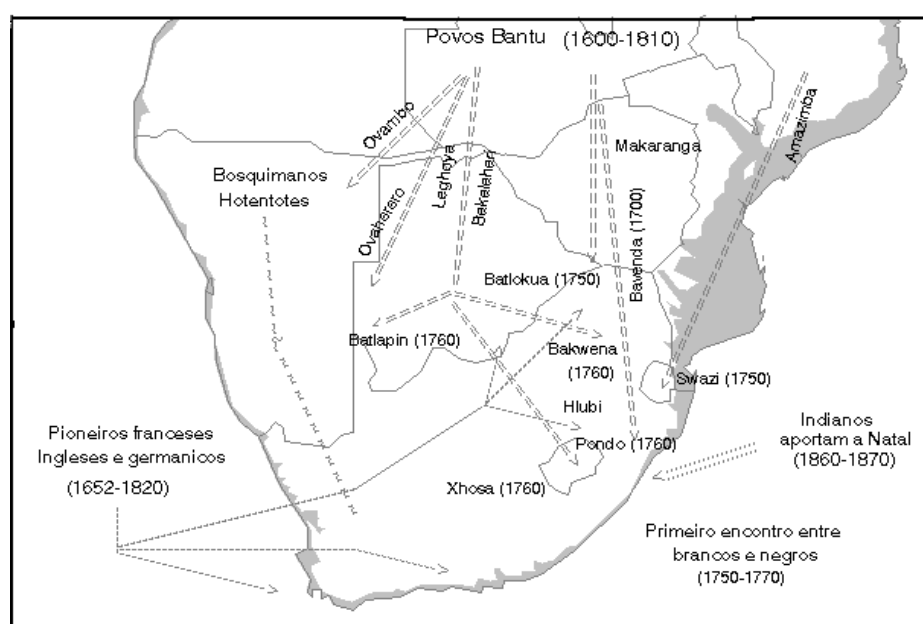
<sup>35</sup> M'BOKOLO, Elikia, *L'Afrique au XX<sup>e</sup>, Le continent convoité*.

<sup>36</sup> A tribo zulu (*abakwazulu*) é originária da tribo Qwabe, ramo da família Nguni; deve o nome a *Zuluu*, um descendente "inferior" do rei Qwabe, filho directo do rei Malandela, da tribo Nguni. Para mais elementos ver FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E., *Sistemas Políticos Africanos*, Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, págs. 63 a 115.

<sup>37</sup> *Zimbabwé*, (cidade de pedra) é a corruptela de uma palavra karanga ou shona "*Dziba dzemawè*"; cf. CHAMBINO, op. cit., pág. 178.

Entretanto, ainda que por razões e em períodos distintos, dois grupos etno-culturais, até aí totalmente estranhos à região, surgiram na zona mais austral de África: os brancos provenientes da França e da Holanda, fugidos às convulsões religiosas da Europa, e os originários de Inglaterra, país que procurava defender as rotas marítimas para a Índia. Alguns anos mais tarde, apareceram outros povos que, embora caucasianos como aqueles, tinham tez mais escura; os indianos.

Note-se que os descendentes anglo-holandeses, mais concretamente os *bóeres*, ou *africânderes*, se auto-consideram como a única tribo branca de África.



Colonização da África ao Sul do Zambeze  
Mapa 3

#### 2.1.4. Migrações Insulares

As principais migrações insulares verificaram-se através dos dois Oceanos que fronteiam o Continente africano.

No Atlântico, apesar de se terem registado em quase todas as ilhas habitáveis, tal como no Índico, salientee-se que as principais ocorreram nos arquipélagos atlânticos brancos das Canárias e da Madeira e negros de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe e nas ilhas da actual Guiné Equatorial.

Por sua vez, as principais migrações índicas verificaram-se na ilha de Madagascar, nas ilhas árabes de Pemba e Zanzibar e nos arquipélagos que formam o chamado *triângulo turístico do Índico*, as ilhas das Comores, Seychelles e Maurícias.

#### 2.1.4.1. Arquipélagos do Índico

Tal como aconteceu com os anteriormente referidos os povos malgaches, a quase totalidade dos arquipélagos do Índico passaram por diferente ciclos migratórios e colonizadores.

Destes destacamos os de Pemba, Zanzibar, Moçambique – adiante abordados – e os arquipélagos das Comores, Maurícias e Seychelles; os dois primeiros foram, alternadamente, colonizados por franceses e ingleses e as ilhas seychelinas por ingleses. Têm, igualmente, como fundamentos culturais mais visíveis, os que inicialmente lhes foram transmitidos pelos migrantes polinésios e hindus.

Todavia, ao tempo da colonização europeia, apresentavam fracos índices de ocupação populacional. Registe-se que os franceses continuam a ocupar as ilhas de Mayotte, no arquipélago comore, e Reunião, perto das Maurícias. A Mayotte recusou, por *Referendum*, a sua integração nas Comores independentes. Qualquer uma destas ilhas são, predominantemente, habitadas por indivíduos europeus ou europeizados.

#### 2.1.4.2. Arquipélagos Negros do Atlântico

São três os principais centros migratórios negros do Atlântico: os arquipélagos de *Cabo Verde*, na perpendicular da costa senegalesa, os de *São Tomé e Príncipe* e as ilhas guinéu-equatoriais de *Fernando Pó* e *Anno Bom*, na região equatorial.

As grandes diferenças entre eles, não está na raiz etno-cultural, já que todos pertencem ao tronco Banto, mas sim no povoamento das suas ilhas.

Enquanto as ilhas de Fernando Pó, inicialmente chamada de Príncipe Perfeito, e Anno Bom, por altura das descobertas portuguesas já eram ocupadas, os arquipélagos lusófonos foram posteriormente povoados por escravos negros e por "*judeus e brancos*"



degredados. No caso particular de São Tomé os únicos elementos femininos eram escravas negras, que lá foram colocadas para repovoar as ilhas. Esta miscigenação deu origem aos *crioulos* também ditos *forros*.

Além deste agrupamento, existem no arquipélago três outros grupos etno-culturais, os quais, pelas suas características próprias, têm tido muita influência no comportamento sócio-político do moderno Estado santomense. São eles os *angolares*, anteriormente referidos e que se crê com origem na costa cabinda-gabonesa ou descendentes de angolanos fugidos da purga efectuada pelo governador português em Angola, *Luís M. de Vasconcelos*, aos escravos fugidos para o reino de *N'gola N'zinga*, durante a feira de Ambaca, na região de Luanda; os *tongas*, os últimos escravos a serem libertados e como tal aceitam o papel de subalternização que a sociedade lhes impunha – aceitavam porque o actual presidente santomense tem as suas raízes neste subgrupo; – e os *moncóis*, cuja proveniência remonta aos escravos moçambicanos, da região da baía de Maputo.

Tal como os santomenses, os cabo-verdianos devem a sua ascendência à colonização e à escravatura. Provenientes da Costa do Ouro e dos fula da Guiné foram miscigenados com os brancos, na sua maioria degredados a cumprir pena.

## 2.2. As migrações e os Impérios Islâmicos

Os árabes subordinados à dinastia dos Abássidas, sediados em Bagdad, querendo alargar os seus domínios territoriais começaram uma rápida epopeia de conquistas em África e no Oriente. Essa saga migratória causou fortes perturbações no seio do mundo islâmico da altura.

Pese embora, as conquistas do norte de África e dos territórios europeus da Península Ibérica<sup>38</sup>, tenham ocorrido com uma rapidez que indiciava a existência de um movimento de conquista irreversível, em particular no Continente africano – de 642 e 711 d.C. – a verdade é que só entre os séculos X e XI se verificou a forte penetração do

---

<sup>38</sup> Cf. GUILLEMAIN, Bernard, O Despertar da Europa: Do ano 1000 a 1250, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1980, pág. 111 e segs.

**Islão em África, como preceito religioso ou como organização político-administrativa e, mesmo assim, não ultrapassando as impenetrantes florestas equatoriais.**

**Os islâmicos são povos guerreiros, recolectores de planície; ao contrário dos povos pastores não conseguem suprir a barreira psicológica dos relevos físicos, razão porque, ainda hoje, apesar das novas tecnologias, o desenvolvimento do Islamismo ao sul do Equador se processa muito lentamente e, somente, nas orlas marítimas.**

**As migrações islâmicas caracterizaram-se, basicamente, por dois tipos de movimento migratórios, ambos consubstanciados no Islão: o Islão Marítimo – o que, pelas suas características, se posiciona como o mais importante – e o Islão Continental.**

### **2.2.1. Islão Marítimo**

**O século X da era cristã, ou século VII da era islâmica, caracterizou-se pela grande penetração árabe caucasóide em África, por duas vias diferentes: a dos povos brancos do Norte, os primeiros a serem contactados, e a dos negros islamizados.**

**Entre os povos contactados, estava um dos últimos grupos Brancos que penetraram no norte africano, os *Semitas*, que mais tarde derivaram nos Berberes. Estes, sob a miragem da pilhagem e da aventura, adoptaram a nova religião que se lhes deparava, por ser simples e facilmente assimilável, transformando-se, segundo as palavras de F. Chambino, "*... no melhor instrumento dos Árabes ocupantes e constituíram o seu núcleo de colonos dos novos territórios invadidos e conquistados*"<sup>39</sup>.**

**Em África ramificaram-se em dois sentidos, formando um movimento de rodeio. Uma das vias, a mediterrânica, levou-os até ao Atlântico, ao longo do Norte de África, descendo até ao Rio Senegal na costa ocidental africana. A outra via, a Oriental, levou-os ao longo do Nilo, tendo chegado aos territórios do reino da Núbia, um reino cristão, montanhoso, pertencente ao ramo Oriental do cristianismo, sediado em Bizâncio, e às ilhas índicas, nomeadamente, de Pemba a Zanzibar, onde fundaram um importante reino, e de Moçambique.**

Mais tarde, qualquer destas rotas migratórias teve uma interessante inflexão. Ambas divergiram para o interior africano, ao longo do deserto, até ao Lago Chade, através da *depressão do Benoué*, convertendo-se o Islão Marítimo em Islão Continental.

Além destes, os islâmicos atingiram as costas orientais africanas por via marítima, sendo a ilha de Moçambique uma das zonas mais visitadas, onde fizeram erguer uma das principais mesquitas da costa oriental de África.

### 2.2.2. Islão Continental

Após a sua afirmação no norte, os islâmicos, por via dos arábico-berberes, decidem penetrar para sul, no interior Africano.

Os principais factores para esse desígnio assentavam em razões económicas – os berberes eram os principais traficantes de escravatura negro-sudanesa e estes possuíam as mais importantes minas de ouro – ou em motivos climáticos – os berberes habitavam, predominantemente, na região inóspita e terrível do Sahel.

Por outro lado, no sul, à volta da chefatura Aouadaghost<sup>40</sup>, na região onde hoje se situa a Mauritânia, ainda subsistiam negro-berberes não islamizados. Entre estes, os diferentes povos nómadas negro-sudaneses, dos quais, os *Maqzara dos Negros*, a oeste, antepassados imediatos dos *Sereres* e dos *Socés* (estes nidificados no Gabu, actual Guiné-Bissau) e os *Bafures*, negróides berbere-judeus, a Este<sup>41</sup>.

De Aouadaghost saíam diferentes rotas transarianas, sendo as mais importantes as que ligavam aquela chefatura ao reino do Tekrur – povo peule da dinastia Dia Ogo, que se estendia ao longo do rio Senegal e rico em escravos e ouro, mercadorias que trocavam por pérolas, lã e cobre provenientes de Marrocos e convertido ao Islão no início do séc. X, durante o reinado de War Jabi Ndiaye<sup>42</sup> – ao reino de Sila, na

---

<sup>39</sup> CHAMBINO, op. cit., pág. 47.

<sup>40</sup> Esta cidade-reino surge, ora escrita como Aouadaghost, ora Awdaghost, consoante os analistas sejam francófonos ou anglófonos. Dado que a maioria dos ensaios analisados eram francófonos foi adoptado a primeira denominação.

<sup>41</sup> KI-ZERBO, op. cit. pág. 132.

<sup>42</sup> KI-ZERBO, Idem.

confluência dos rios Falemé e Senegal, ao reino do Ghana – considerado o primeiro grande Império africano, com informações acerca da sua existência que remontam a 300 anos a.C., e islamizado em princípios do séc. X; é, talvez entre os negro-sudaneses, o mais importante império africano pré-gâmico.

## **2.3. Do "*Mare Nostrum*" Ibérico a Berlim**

### **2.3.1. O "*Mare Nostrum*" Ibérico**

Na Europa, após a ocupação almorávida e a reconquista cristã, inúmeras convulsões internas (territoriais, políticas ou institucionais) levaram à emergência ou formação de novos Estados e com eles um desenvolvimento político, cultural e económico.

Entre os novos Estados surgem os Reinos de Portugal e de Castela e as Cidades-Estados italianas; Inglaterra e Países Baixos, sucedem-lhes.

Formados a partir da reconquista cristã, os Reinos Peninsulares que se afirmaram quanto à definição das fronteiras físicas, apenas em 1385 e após o conflito joanino luso-castelhano, tiveram a primazia na inciação das modernas artes mareantes. Os portugueses foram os primeiros a desenvolver esta difícil arte e, muito mais tarde, os castelhanos. Este desempenho pela marcação levou os Reinos peninsulares a disputarem, entre si, o direito à tutelação do novel Mundo, entretanto descoberto. Esta disputa levou à intervenção do Papa para a regulação desta contenda, por via de dois Tratados que foram em certa medida, os precursores da divisão internacional em blocos políticos.

#### **2.3.1.1. Tratado de Tordesilhas**

O *Tratado de Tordesilhas*, o principal, foi assinado entre *D. João II*, de Portugal, e os Reis Católicos, de Castela, em 7 de Julho de 1494.

Surgiu pela contestação dos castelhanos aos direitos lusos sobre as Antilhas Americanas, descobertas em 1492, por Cristóvão Colombo, então ao serviço dos soberanos espanhóis. As ilhas ficavam na zona delimitada pelos *Acordos de Alcáçovas*, o qual tinha sido assinado entre Afonso V, de Portugal, e os soberanos castelhanos Fernando e Isabel, os *Reis Católicos*. Neste acordo, os portugueses renunciavam às ilhas Canárias, enquanto, por sua vez, os seus vizinhos renunciavam à exploração costeira africana e a tudo o descoberto abaixo do paralelo dos Açores

Essa contestação levou-os a solicitarem a intervenção papal que, através da bula *Inter coetera*<sup>43</sup> procedeu à divisão pelo meridiano que passava a 100 léguas a ocidente dos Açores, de imediato contestado pelo monarca português, situação que se manteve até à celebração do Tratado de Tordesilhas que previa a partilha do Atlântico entre as duas potências europeias, segundo um meridiano que passava a 360 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.

De assinalar que a Inglaterra, França, os alemães da *Liga Hanseática*<sup>44</sup> e os genoveses, não puseram quaisquer objecções a este Tratado, já que os dois primeiros ainda estavam abalados pela *Guerra dos 100 Anos*<sup>45</sup> e os alemães e os italianos estavam mais interessados em se recompor ou comercializar, do que “*em aventuras incertas*”<sup>46</sup>.

Ficou assim consumada a primeira partilha do Mundo Moderno.

### 2.3.2 Os Descobrimentos

Até que o mundo oceânico pudesse ser desbravado pela “*lendária Escola de Sagres*”<sup>47</sup>, os portugueses começaram por praticar a “*arte de bem navegar a toda a vela*”, atravessando a *baía luso-marroquina* e conquistando algumas praças árabes no Norte de África, como Ceuta, Tanger e Arzila.

---

<sup>43</sup> Bula '*Inter coetera*'; The New Caxton Enc., vol. 18, pág. 42 e DUROSELLE, op. cit. pág. 185.

<sup>44</sup> Liga Hanseática agrupava diversos portos do Norte da Europa, entre Antuérpia e Riga; in: VIDAL-NAQUET e BERTIN, *Atlas Histórico, da pré-história aos nossos dias*, pág. 153.

<sup>45</sup> Guerra dos 100 anos, entre ingleses e franceses, verificada de 1337 a 1453 e terminada com a *Paz de Anjou de 1454*; Idem.

<sup>46</sup> DUROSELLE, op. cit. pág. 185.

Se com as conquistas do Norte de África, os portugueses desenvolveram a arte mareante, não foi, porém, com elas que a epopeia da navegação principiou. Já no reinado de Afonso IV, os portugueses tinham participado na descoberta das ilhas Canárias, no séc. XII e comercializado por via marítima com outros reinos europeus, como os do norte da Europa<sup>48</sup>.

Só com a descoberta das ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores, entre 1418 e 1420, se pode dizer, com toda a propriedade, que começaram os descobrimentos portugueses. O seu apogeu foi atingido no início de séc. XVI com a descoberta das Terras de Vera Cruz, mais tarde Brasil, e as costas norte-americanas.

No entanto, não foi só Portugal que desenvolveu a arte de marear. Outros reinos, aproveitando os já avançados conhecimentos lusitanos desenvolveram as suas próprias marinhas. Destes se destacam os genoveses e catalãos – se bem que de uma forma rudimentar e pouco continuada – os ingleses, os holandeses e, os principais rivais de Portugal, os espanhóis.

Os espanhóis começaram a enveredar pela arte de marear após a reconquista final da Península, que lhes permitiu ter acesso aos documentos árabes, apreendidos nas Escolas Superiores de Córdoba e Granada sobre o mundo extra-europeu e, entre outros, a mapas cartográficos, como o *mapa de Ptolomeu*. Estes ensinamentos permitiram-lhes terem condições de navegabilidade ao longo da costa africana, facto já sabiamente aproveitado pelos portugueses.

O domínio português começou a ser questionado. Por tal facto, Portugal solicitou junto da Santa Sé, a confirmação do monopólio marítimo lusitano, o qual lhe foi concedido através da bula Papal de Nicolau V, *Romanus Pontifex*, de 1455<sup>49</sup> e com ela o reconhecimento do *Mare Nostrum* lusitano.

---

<sup>47</sup> Alguns historiadores consideram não haver qualquer fundamento de que Sagres tivesse algo a haver com os Descobrimentos e que só mais tarde para aí tenham sido destacados os grandes Mestres da navegação.

<sup>48</sup> Em 1293, os portugueses dispunham na localidade de Bruges uma bolsa marítima para subsidiar os negócios e despesas judiciárias de mercadores; AAVV, *A formação de Portugal*, pág. 88.

<sup>49</sup> A bula *Romanus Pontifex* proibia a existência de qualquer comércio em África, por outros que não fossem os portugueses; DUROSELLE, *História da Europa*, pág. 185.

### 2.3.3. Da Questionação do *Mare Nostrum* a Berlim

Enquanto os dois reinos ibéricos desenvolviam a arte de marear, procurando estabelecer e desenvolver o comércio com outros povos – africanos e indianos, no caso português; a exploração mineira nas ilhas caribianas, com os povos locais no caso espanhol – na restante Europa, um império começava a surgir, sob a influência do *Renascimento* e da *Reforma*<sup>50</sup>.

Os europeus começavam a unir-se, por sucessão dinástica, ao rei espanhol *Carlos V*. Esta união vai prolongar até à sua abdicação, em 1556. Com ela verificou-se o fim de um sonho desde sempre acalentado pelos espanhóis; o da reconstrução do *Grande Império Cristão*, a *Monarquia Católica Universal*<sup>51</sup>.

Após o desmembramento do Império de Carlos V, holandeses, ingleses e franceses, em finais do séc. XVI, começaram a desenvolver uma forte marinha de alto mar. Aproveitaram para proceder a diversas expedições marítimas ao subsistema norte-americano, onde fundaram, entre outras, as colónias de Nova Amsterdam, Nova Inglaterra e Nova França, ao mesmo tempo que punham em causa o *Mare Nostrum* ibérico. Começava o declínio marítimo dos luso-espanhóis.

Esse declínio terá o seu apogeu com a anexação portuguesa à coroa espanhola, em 1580, e com o afundamento quase integral da esquadra luso-espanhola, a *Invencível Armada*, em 1588, no *Golfo da Biscaia*, devido a um forte temporal.

Foi o fim da influência ibérica, do *Mare Nostrum* luso-espanhol e a ascensão de novos protagonistas na cena internacional, nomeadamente, ingleses, holandeses, franceses italianos e prussianos e com eles a transformação de um sistema fortemente iberopolarista num multipolarismo político, social e cultural.

Foram, precisamente, a *Inglaterra* e os *Países Baixos*, ou Holanda, quem mais puseram em causa o *Mare Nostrum* ibérico.

---

<sup>50</sup> Resultaram do Grande Cisma Cristão do Ocidente, de 1378 a 1417, e da reforma de M. Lutero entre 1522 e 1538; DUROSELLE, op. cit., pág. 209.

<sup>51</sup> Idem, pág. 191.

Não devemos esquecer que, neste período da Renascença e Reforma, enquanto os povos ibéricos eram seguidores da religião católica, os ingleses e os holandeses, eram predominantemente anglicanos, calvinistas e luteranos.

Ora, como a doutrina do *Mare Nostrum* foi adoptada por via de uma Bula Papal, não foi surpreendente, nem isso seria de esperar, que os dois povos do Mar do Norte tivessem, quando as circunstâncias o permitiram, questionado o poder marítimo luso-espanhol.

A falência das Cidades-Estados da península Itálica, porque de cidades estados se tratavam as Repúblicas italianas, estava eminente.

Viviam essencialmente do comércio de especiarias proveniente da Ásia, via Norte de África, e negociadas através de poderosas frotas costeiras sediadas no Mediterrâneo. Devemos realçar que das Repúblicas Italianas vieram os principais professores náuticos que leccionaram em Portugal, entre eles, *António de Nola* e *Cadamosto*.

Estávamos nos primórdios do séc. XVI. O século da expansão ibérica e do embate com o mundo extra-europeu.

A frota portuguesa atingia as costas australianas do Pacífico; Espanha dominava as civilizações ameríndias da América Central e do Sul, onde se destacavam os Impérios Azteca e Inca; os ingleses aportavam à Terra Nova onde criaram estabelecimentos piscatórios; os holandeses iniciavam a sua luta autonómica contra o império espanhol de Carlos V, ao mesmo tempo que desenvolviam actos de pirataria junto da marinha e colónias luso-espanholas; os franceses, recebedores de 50 bolsas de estudo portuguesas, oferecidas por D. João III ao Collège Sainte-Barbe, de Paris, tornavam-se num Estado mercantilista, de tal forma que 68,2 % dos rendimentos fiscais provinham do comércio colonial e marítimo<sup>52</sup>.

Os holandeses, entretanto independentes e já senhores dos mares, decidem atacar as frotas inglesas. Apesar da sua frota estar bem apetrechada e os seus



comandantes serem discípulos directos dos espanhóis, foram derrotados permitindo aos ingleses tornarem-se na nova potência marítima europeia.

Os mares deixaram, entretanto, de ter qualquer segredo para a frota inglesa. Derrotando do Mar do Norte ao Mediterrâneo, os ingleses arvoravam o seu pavilhão onde achassem necessário, fosse em Túnis, Malta ou na Toscana<sup>53</sup>.

Por sua vez, no Velho Continente, os franceses, divididos entre católicos e protestantes, e os reinos nórdicos protestantes, decidem, face ao poder da Inglaterra, aliar-se a este. Somente a Espanha manteve um continuado litígio com os ingleses – que entretanto tinham abraçado o sistema republicano – o que lhe custou desastrosas derrotas com consequências bem funestas, como a destruição total da sua esquadra, em Tenerife, por uma esquadra britânica comandada pelo almirante Blake.

Com o dealbar do séc. XVI, regista-se o fim real da partilha ibérica, a emergência de um desenvolvimento sócio-económico da Europa – que viria a ser reconhecido por Revolução Industrial – e a aproximação de uma nova partilha de África, consumada no ano de 1885, na sequência da Conferência de Berlim, sob proposta do chanceler alemão *Otto von Bismarck*.

## **2.4. A Conferência de Berlim e Partilha de África**

### **2.4.1. A Divisão de África**

Até 1885, momento em que se verifica a *Conferência de Berlim*, a colonização europeia em África era, no mínimo, incipiente.

O Continente, salvo algumas zonas bem definidas, ainda não tinha sido devidamente partilhado e dividido entre as potências mundiais da altura.

Os portugueses, segundo o modelo talassocrático nacional, faziam uma pequena ocupação costeira e pouco consistente. Os ingleses preocupavam-se, particularmente, com a África Austral e a defesa das rotas comerciais para a sua *Jóia da Coroa*, a Índia.

---

<sup>52</sup> História N.º 139, “MAURO, Frédéric, Descobrimientos e colonizações de Portugal e França”, pág. 8.

Os franceses começavam, timidamente, a penetrar no interior de África no sentido Daccar ao Lago Chade. Os alemães, no mínimo, preocupavam-se mais com os problemas europeus do que tentarem ocupar terras africanas. Somente os belgas, mais concretamente o seu rei Leopoldo II, tentaram intervir abertamente nas questões africanas, criando o *Estado Livre do Congo*, em 1876, por intermédio da recém-criada *Sociedade de Geografia Belga*.

#### 2.4.1.1. A Conferência de Berlim

Face à atitude e ao movimento político-cultural encetado pelo monarca belga conducente ao reconhecimento do Estado Livre do Congo, os portugueses, quase de imediato, tiveram uma forte reacção, contestando as fronteiras definidas pelo recém surgido Estado africano.

Devido ao impasse que a atitude portuguesa provocou, de certa maneira apoiada por outros Estados com interesses na região, o chanceler germânico Bismarck decidiu convocar uma Conferência para Berlim, que duraria cerca de 4 meses; de Novembro de 1884 a Fevereiro de 1885<sup>54</sup>.

Da *Acta Geral da Conferência de Berlim*, em que participaram as principais potências coloniais, mais os suecos e norte-americanos, foram estatuídos uma série de artigos, sendo os mais importantes, os artigos:

- 2º., referente à *Liberdade de Comércio, na embocadura da Foz do Zaire* e que mais interessava aos portugueses;
- 6º. sobre a *Liberdade das missões e culto* nos diferentes territórios;
- e, fundamentalmente, os 34º e 35º, Capítulo VI, referentes ao *Direito de Ocupação Efectiva* que punham fim aos até então proclamados direitos históricos e sobrepunham os direitos económicos e militares<sup>55</sup>.

A divisão de África estava, assim, consumada. Nos bastidores, diferentes cedências e trocas territoriais foram efectuadas pelas potências colonizadoras, a que se junta a própria Alemanha. A Europa passava a estar defendida de um possível

---

<sup>53</sup> WELL, *História Universal*, vol. 3, Livros do Brasil, Lisboa, s/d, pág. 24.

<sup>54</sup> Idem, ibidem, pág. 58.

esgotamento de matérias-primas, face à Revolução Industrial. É com toda a propriedade que se pode afirmar que a colonização tem raízes na Conferência. A ocupação efectiva dos territórios reclamados assim o exigia.

## **2.5. A Ocupação Efectiva e a Colonização Europeia em África**

A realidade colonial, em África, pautava-se por uma ocupação territorial costeira, cíclica e sujeita às contingências comerciais do momento. Dizer que havia uma efectiva ocupação territorial, em África, era afirmar a existência de um eufemismo.

Portugal, o exemplo mais flagrante, sustentou na Conferência berlinense, a sua Carta africana, na qual reclamava uma ocupação costeira afro-atlântica, entre Marrocos e a foz do Cunene, de forma quase total e contínua. Com os descobrimentos arrogava-se o domínio da quase totalidade da Costa Africana, do Bojador, na costa Ocidental, a Mombaça, no Índico. Por sua vez, os espanhóis dominavam uma pequena faixa costeira na Costa do Ouro (Sara Ocidental) e as ilhas das Canárias, Fernando Pó e Anno Bom<sup>56</sup>, no Golfo da Guiné.

Se a pretensão era afirmar a sua efectiva ocupação, a realidade demonstrou, todavia, que a maior parte das feitorias e postos de comércio lusitanos ou eram meros pontos de referência cartográfica ou, então, pequenos postos e entrepostos comerciais para troca de escravos, ouro e marfim.

As principais ocupações, se assim se podiam chamar, verificavam-se no delta do rio Geba, actual Guiné-Bissau, nas ilhas de São Tomé e Príncipe e no território compreendido entre as costas angolana e moçambicana, reconhecidas pelo chamado *Mapa Cor-de-Rosa*, por assim ter sido apresentado na Conferência pelos plenipotenciários portugueses.

Porém, os ingleses estavam desejosos de ligarem a Cidade do Cabo, no extremo meridional africano, à cidade egípcia do Cairo, através de uma via férrea. Essa gigantesca empresa só seria concretizável se os territórios reclamados por Lisboa pudessem ser apresentados como não correctamente reclamados – note-se que Portugal

---

<sup>55</sup> CAETANO, Ciência Política e Direito Constitucional, págs. 93 e segs.

só ocupava efectivamente uma faixa litorânea não superior a 150 km na costa angolana e a ocupação moçambicana era meramente costeira ou ao longo do rio Zambeze –, ou obtidos de uma forma humanamente incorrecta; invocavam a prisão e deportação de régulos locais e a imposição de negros ou mestiços assimilados por dirigentes e comerciantes portugueses, no lugar daqueles. Estes foram os dois artifícios utilizados pelos britânicos, bem como o *Ultimatum* apresentado em 1890.

Note-se que não foram somente os portugueses a ser atingidos pelas pretensões territoriais inglesas. Também os franceses – e os alemães, como adiante se verá – se viram igualmente obrigados a cederem territórios aos ingleses que tinham sido reconhecidos na Conferência como efectivamente ocupados. No caso dos franceses foi o *incidente de Fashoda*, no interior da região nordeste africana, perto do Sudão<sup>57</sup>.

### 2.5.1. A Colonização Europeia<sup>58</sup>

Se a ocupação efectiva do continente africano, pelas potências coloniais, só se começou a sentir a partir da Conferência, é também verdade que a colonização, apesar de incipiente, começou, em alguns casos, logo após os descobrimentos, através de concessões de portos e feitorias a alguns capitães e graduados que o solicitassem junto do poder régio. Portugal e Inglaterra são dois dos casos mais paradigmáticos desse tipo de colonização.

Porém, um acontecimento sócio-económico muito importante, ocorrido quase simultaneamente na Europa e na América do Norte, provocou uma corrida para África, em meados do séc. XIX. Foi a Revolução Industrial. O Continente negro foi dos primeiros a sofrer o efeito devastador dessa Revolução.

Na Europa, as matérias-primas há muito que tinham entrado rapidamente em exaustão. O fim dos impérios coloniais americanos e do acesso às suas matérias-primas,

---

<sup>56</sup> ALMEIDA, Eugénio, *São Tomé e Príncipe, notas ...*, op. cit.

<sup>57</sup> O incidente de Fachoda, um lago algures no Sudão, verificado em 1898, quase levou a França e a Inglaterra a entrarem em guerra; MARENCHES, *Atlas géopolitique*, pág. 57. e OLIVER e FAGE, *Breve História de África*, pág. 220.

<sup>58</sup> Sobre a problemática “*Colonização*” propõe-se uma leitura atenta à recente obra do prof. Sousa LARA, *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o estudo da sua História)*, Lisboa, ISCSP/UTL, 2000, 173 págs.

a escravidão nos EUA, em particular nas ricas regiões algodoeiras do sul, que tornou a indústria americana, nomeadamente a de têxtil, muito mais rentável, levou os europeus a olharem com outros olhos para o continente que mais perto estava de si.

O Continente africano, ainda virgem da delapidação por que os europeus já tinham passado, começou a ser visto como a principal fonte de matérias-primas da rica e *industrializada* Europa. Começava-se, por isso, a assistir à corrida de uma verdadeira colonização. Desta, por razões diferentes, destacam-se as holandesa, portuguesa, francesa e a inglesa. As restantes potências coloniais nunca praticaram uma colonização, no sentido estrito da palavra. Limitavam-se a administrar os seus territórios fazendo-se, principalmente, valer do seu poder militar no terreno ou como equilíbrio de forças na política europeia. A Alemanha bismarkiana foi o caso mais paradigmático.

#### 2.5.1.1. A Colonização Holandesa

Se é certo que a colonização começou, de facto, a partir dos meados do séc. XIX, é igualmente verdade que, e apesar de menos importante em território ocupado, os primeiros colonizadores, ou potenciais colonizadores, foram os holandeses fugidos das lutas religiosas da Europa, refugiados nas costas atlânticas afro-brasileiras.

No ano de 1652, o holandês *Jan van Riebeck*<sup>59</sup>, então comandante de uma naufragada flotilha da Companhia das Índias Orientais, fundou, no extremo sul de África, a colónia do Cabo. Uma das principais funções desta colónia consistia no apoio logístico às tripulações que por ali passavam com destino a Batávia, na ilha de Java. Mais tarde, devido, por um lado, à relutância dos hotentotes em apoiar logisticamente o porto e, posteriormente, por causa das perseguições religiosas que os espanhóis praticavam nos colonizados Países Baixos, van Riebeck decidiu formalizar a Colónia do Cabo. Ao mesmo tempo, navios holandeses sulcavam e pilhavam, entre 1604 e 1648, os mares coloniais portugueses de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

As principais rotas marítimas de então convergiam todas para a Jóia britânica extra-muros, a Índia. Como o principal ponto estratégico – já na altura *chock-point*

---

<sup>59</sup> Cf. *Mini Atlas of South Africa* e KI-ZERBO, op. cit. pág. 430.

importante<sup>60</sup> – na rota entre as ilhas britânicas e a Índia era a colónia holandesa do Cabo, os ingleses decidiram atacá-la e tomá-la, o que aconteceu em 1785.

Após ter sido concretizada a conquista do Cabo pelos ingleses, os *africânderes*, ou *boéres*, empreendem uma fuga para norte dos rios Orange e Vaal, a *Grande Jornada*<sup>61</sup>, entrando em conflito aberto com os zulus e provocando a intervenção directa dos ingleses. Como consequência dessa intervenção, surgiram as *Repúblicas boéres do Transvaal* e do *Rio Orange* que, mais tarde, teriam uma importância assinalável no geo-sistema da África austral.

#### 2.5.1.2. A Colonização Portuguesa

Ao contrário da anterior, a colonização portuguesa verificou-se pela via das feitorias e capitanias e através de remessas de *degredados* que eram enviados para cumprirem castigos nessas regiões.

São Tomé é um dos exemplos mais marcantes. Dada inicialmente como inabitada, começou a ser colonizada por volta de 1485/86, após a carta de Capitania doada a *João de Paiva* que desembarcou na enseada de *Ana Ambó*, perto de *Ponta Figo* na costa noroeste.

Na carta eram concedidos privilégios diversos, tais como negociar "*terra firme*" nas 5 *Ribeiras* que, de acordo com alguns autores seriam os rios *Cestos*, *Soeiro*, *Volta*, *Lago* e *Pero de Sintra* (Níger), no Golfo da Guiné, e que correspondiam às *Costas do Ouro*, *Malagueta* e *Marfim*, ou seja entre a actual Serra Leoa e a Capitania de Santa Catarina, na actual República do Gabão, onde a cana de açúcar era o produto mais negociado.

Entre os primeiros povoadores estava um tal *João Pereira*, que em 1490 obteria a Capitania de São Tomé e, mais tarde, a cederia a *Álvaro de Caminha* por sua vez criador de uma nova povoação, predominantemente povoada por *judeus* e *degredados* a

---

<sup>60</sup> *Chock point*, termo geoestratégico para definir um ponto ou uma zona crítica que seja susceptível de desestabilizar esse local, ou uma região, ou todo um sistema.

<sup>61</sup> "*Great Trak*" ocorrida no ano de 1836; cf. LACOURT-GAVET, *A History of South Africa*, pág. 37 e 81 e CAMPOS, Armando, *África do Sul - Potência Regional*, pág. 46.

quem foram dadas como *lavadeiras* algumas escravas. Foi o início da miscigenação colonial portuguesa que seria semelhante nas restantes colónias.

### 2.5.1.3. A Colonização Franco-Inglesa

Dois tipos distintos de colonização:

- Os *franceses* procuraram colonizar os seus territórios africanos pela via da miscigenação inter-étnica e pela colocação no interior, e ao longo das principais antigas rotas comerciais árabes, de fortificações guarnecidas pelas suas legiões estrangeiras, nomeadamente na África meridional. Mais não eram do que a afirmação de uma efectiva ocupação. De início praticaram uma ocupação horizontal, desde a foz do Senegal ao Lago Chade;

- Os *ingleses* preocuparam-se em enviar colonos, brancos ou hindus, para os seus territórios ultramarinos. Uma prática que tinha as suas raízes na colonização norte-americana. A simples ocupação efectiva não lhes era suficiente. Tinham uma necessidade premente de se afirmarem como a principal potência colonizadora, quer em África quer no resto do Mundo colonizável.

### 2.5.1.4. A Colonização Germânica

Não se pode dizer que tenha havido uma colonização na normal acepção da palavra. Existiu isso sim transferência de pessoas, a maioria deportados, comerciantes e seus familiares e, essencialmente, pastores evangélicos. O Governo germânico não tinha uma ambição colonizadora, embora, mais tarde, tenha ambicionado unir os Camarões ao Tanganica, na linha dos pensamentos cartográficos português e francês, ou seja, uma ocupação horizontal.

No entanto, sempre que podiam, invadiam e procuravam ocupar terras fronteiras aos seus territórios demarcados. O sul de Angola, na região dominada pelos Cuanhamas<sup>62</sup>, foi uma das zonas visadas. Serviam-se ora das missões protestantes aí

---

<sup>62</sup> Os Cuanhamas são um ramo do grupo étnico Ambó; cf. NETO; José Pereira, Baixo Cunene – subsídios para o seu desenvolvimento, (dissertação para a licenciatura), Lisboa, UTL/ISCSP, 1962, 353 págs., págs 52 a 136.

instaladas<sup>63</sup>, ora por via da venda de armas de fogo aos povos da região<sup>64</sup>. Esta atitude germânica de invasão permanente de territórios vizinhos levaria Portugal entra na Guerra, logo em 1914, devido a um incidente em Nanlila, a 19 de Outubro, quando, e passo a citar o Professor Ramiro Monteiro “... um destacamento português causou três mortos entre os componentes de uma coluna alemã que, tendo franqueado a nossa fronteira, havia acampado próximo daquela localidade”<sup>65</sup>.

Do espírito militarista germânico germinou muitas das futuras atitudes dos Cuanhamas e de muitos africanos, em particular no período pré I Guerra Mundial.

#### **2.5.1.5. A Colonização Belga**

Tal como com a alemã, os belgas não tiveram uma colonização digna desse nome. Existia uma coutada real do monarca Leopoldo II, que foi reconhecida na Conferência de Berlim como o Estado Livre do Congo. Mais tarde, obtiveram por via da Sociedade das Nações o domínio do Ruanda e do Burundi.

Foram muito poucos os belgas que emigraram para estes territórios, como ficou provado na descolonização.

### **3. Evolução politológica no Sistema pós napoleónico**

#### **3.1. As novas Doutrinas Políticas dos Séculos XIX e XX**

Se o factor mais importante para a colonização europeia em África foi a Revolução Industrial, o resto do Mundo, nomeadamente Europa e Estados americanos, passava por alterações políticas e sociais resultantes de dois elementos que, embora distintos entre si, provocaram o mesmo efeito; a libertação e a afirmação de identidade dos povos. Esses dois acontecimentos foram a Revolução francesa, dos finais do séc.

---

<sup>63</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, Os Ambós de Angola antes da independência, Lisboa, ISCSP/UTL, 1993, pág. 93

<sup>64</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *idem*, pág. 90.

<sup>65</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *idem*, pág. 94.



XVIII e a Revolução Industrial. Esta iria ter, mais tarde, uma influência assinalável no desenvolvimento do despertar políticos dos povos coloniais africanos.

A Revolução Industrial além de ter trazido bem-estar económico à generalidade das populações, trouxe, igualmente, assimetrias sociais, prontamente aproveitadas por, entre outros, alguns sociólogos como *Karl Marx*, *Frederick Hengels*, *Rosa Luxemburgo* e *Lenine*, acérrimos defensores de mais e melhor justiça social para os operários e melhor distribuição da riqueza e dos capitais.

Embora não directamente dependentes deles, nesta altura surgiram duas escolas políticas que tiveram repercussões na política africana. Ambas tiveram as suas raízes na Alemanha. Uma, sociológica, mais tarde com cariz político, o *Socialismo*, e que teve as suas principais raízes na zona industrial da Renânia. A outra, mais militarizada e territorialista, a *Geopolítica*,

### 3.2. Dos Sociólogos aos Geopolíticos

#### 3.2.1. A emergência do Socialismo

Tal como na maior parte dos novos Países Industriais, também a Alemanha sentiu as assimetrias sociais, resultantes de um aumento desordenado da população, junto das grandes urbes, com consequentes agitações sociais. O ano de 1847, o chamado *ano da fome*<sup>66</sup>, foi o ano de arranque para a emergência de uma nova mentalidade política junto da classe operária.

Para isso muito contribuíram as ideias de K. Marx e Hengels, provenientes de Paris, Bruxelas e Londres, e a *consciência agitadora* de homens como Rosa Luxemburgo, *Heidenberg*, entre outros, quando em 1902 no Congresso de Estugarda, defenderam abertamente a expansão do socialismo e, mais tarde, do comunismo, como veículos dinamizadores da classe operária. O Partido Socialista alemão tornou-se no

---

<sup>66</sup> ZIERER, Otto, Peguesa História das Grandes Nações, “Alemanha”, Círculo de Leitores, Lisboa, 1979.

maior partido político alemão<sup>67</sup>. Todavia, não tanto pelo conteúdo ideológico, mas principalmente pela prática programática, o Socialismo alemão fracassou. Os seus dirigentes tornaram-no num movimento mais moderado e mais contemporizador entre a classe operária e a classe empresarial<sup>68</sup>.

O fracasso do socialismo na Alemanha não impediu, todavia, que as ideias marxistas de homens como *Plekhanov*, *Lenine*, *Martov* ou *Trotsky* determinassem a implantação do *Socialismo na Rússia*.

Plekhanov<sup>69</sup> é considerado o pai do marxismo russo. Lenine defendia sistemas teóricos diferentes. Para o primeiro a transformação do sistema autocrático russo deveria seguir uma via democrática, enquanto o segundo propunha um movimento político assente em revolucionários profissionais, ao qual ele chamava “... *a vanguarda do proletariado*...”, ou seja, a projecção física da consciência da classe operária. Essas divergências levaram ao afastamento de ambos durante o II Congresso Constitutivo do PSR, *Partido Socialista Russo*,<sup>70</sup> em 1903.

Estes desencontros de opinião acentuar-se-iam em 1905 quando Lenine, desprezando o papel histórico da burguesia, propôs a *Ditadura do Proletariado*, colocando-a num estágio intermediário entre a Revolução e o Socialismo. Isso criou no Partido uma cisão entre os bolcheviques, liderados por Lenine, e os mencheviques, apoiados em Plekhanov. Com eles surgiram, respectivamente, dois novos partidos: o PSR, sob a liderança de Lenine, e o Partido Socialista Democrático Russo (PSDR), sob as lideranças de Plekhanov, primeiro, e Milinkov, mais tarde.

Em 1905, em S. Petersburg, Lenine, até então exilado, decide liderar uma manifestação e passar da teoria à prática, com os piores resultados possíveis para a classe operária, estudantes e para o próprio PSR, que quase se dilui, face ao massacre perpetrado pelas forças policiais de Nicolau II.

---

<sup>67</sup> Conseguiu fazer eleger 110 deputados para o Parlamento alemão, o *Reichstag*; cf. DEYFRUS, F.-G. e outros, *História Geral de Europa “A Europa de 1789 aos nossos dias”*.

<sup>68</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>69</sup> CARTA, Luís (editor) *História das Revoluções*, “ZILLI, Valdo, *A Revolução Russa de 1905*”, Editora Três, São Paulo, 1974, pág. 145.

<sup>70</sup> Inicialmente o Partido Socialista Russo denominava-se, à data da sua criação, em 1898, Partido Trabalhista Social-Democrata Russo. Em 1918, transformou-se no Partido Comunista Russo.

Foi a partir desta altura que começou a germinar o socialismo soviético, que conheceu o apogeu com a *Revolução de Outubro de 1917* e perdurou até 1989; teve forte projecção junto dos modernos dirigentes africanos, com especial destaque para Kwane Nkrumah, Sékou Touré, Agostinho Neto e, mais recentemente, Laurent Kabila.

### 3.2.2. O efeito Geopolítico

Ao mesmo tempo que o Socialismo emergia, uma nova escola doutrinária dava os primeiros passos: a Geopolítica<sup>71</sup>.

Com antecedentes às teorias de Estratégia de *Sun Tzu* (-), general *Clausewitz* (1780-1831), marechal *Marmont* (1774-1852), *Thiers* (1797-1877) e gen. *Moltke* (1800-1891) e políticas de *Machiavelli* (1469-1527), o aparecimento desta nova doutrina, definida como tal, deve-se ao sueco *Rudolf Kyellen* (1864-1922).

Foi aprofundada por *Ratzel* (1844-1904), *Haushofer* (1869-1946) – que lhe deu, em definitivo, o nome –, almirante *Mahan* (1840-1914), *Mackinder* (1861-1947) e, mais recentemente, por *Raymond Aron* (1905-1983), *Philippe Forget* e gen. *Baufre*.

A Geopolítica e a Estratégia tiveram uma importância fundamental na preparação e desenvolvimento da II Guerra Mundial.

### 3.3. As duas Guerras Mundiais e o seu contributo para o fim da era colonial

Ao mesmo tempo que a Rússia via nascer no seu seio a Revolução bolchevique, participava, desde 1914, na maior guerra da História europeia, a Grande Guerra – v.g. I Guerra Mundial (1914/18) ao lado dos franceses, ingleses, portugueses e mais tarde italianos, sob a coligação chamada *Entente Cordiale*, contra as forças da *Tríplice Aliança* – por vezes, também chamada de *Impérios* ou *Potências Centrais* – constituída

---

<sup>71</sup> Sobre esta Doutrina propõe-se, como obras de referência, ALMEIDA, Políbio Valente de, op. cit. págs. 87 e segs.; MARTINS, brigadeiro para-quedista Raúl François C. (à época sub-Director do Inst. de Defesa Nacional), “Lições de Geopolítica e Geoestratégia” na Univ. Lusídada, 1989/90, (Curso de 1986/91); MARTINS, brig. Raúl F., “Aspectos sociológicos das relações internacionais e a sua influência na Estratégia”, in Revista Militar (policopiado, s/ data);dever-se-á complementá-las com ARON, Raymond, “Paz e Guerra entre as Nações”, 928 págs. e “50 ans de réflexion politique – Mémoires”, 778 págs.

pelos Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Otomano. De início, a Itália fazia parte desta tríplice aliança, tendo-a mais tarde abandonado e passado para o lado dos aliados da Entente.

### 3.3.1 Ascensão e queda da Alemanha de Kaiser

Quando Guilherme II, o *Kaiser*, ascendeu ao trono imperial alemão, uma das primeiras medidas que tomou foi não renovar o *Tratado de Ressegurança*, assinado entre o Chanceler alemão Bismarck e a Rússia do czar *Alexandre III*, em 1887/88, por considerar haver pontos menos claros e susceptíveis de prejudicar o Império Austro-Húngaro. Por outro lado, contrariando a tendência bismarkiana de se circunscrever aos problemas europeus, atitude que levaria à queda do Chanceler, o Kaiser decidiu adoptar, em 1890, uma nova política alemã, a *Weltpolitik*<sup>72</sup>, mais agressiva e mais expansionista, em particular no caso de África, devido às inúmeras solicitações da Sociedade Colonial de Frankfurt, que desejava implantar um império colonial em África, nomeadamente nas regiões do Togo e da Namíbia

Esta nova política começou a preocupar seriamente os europeus da Entente, designadamente, os franceses e russos com quem tinha fronteiras comuns. Estes, e contra a vontade do próprio czar Alexandre III, decidem celebrar uma aliança onde, entre outros itens, estava implícito um acordo militar.

Esta aliança, muito querida dos franceses e do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Théophile Delcassé*, permitiria à França resolver antigos problemas fronteiriços que mantinha com a Itália, levando esta a assinar, em Junho de 1902, na cidade de Roma, um acordo secreto, segundo o qual os italianos se manteriam neutrais em caso de conflito franco-germano, na altura quase eminente, devido às posições divergentes que alemães e franceses evidenciavam face ao problema Marroquino<sup>73</sup>.

Para a França, só faltava resolver um problema. Chamava-se Inglaterra, país com quem mantinha uma certa tensão, resultante do incidente de Fashoda. No entanto, Delcassé consegue a reaproximação franco-britânica, em parte explorando a

---

<sup>72</sup> DREYFUS, F.G., MARX, Roland e POIDEVIN, Raymond, A Europa de 1789 aos nossos dias, Mem Martins, P.E:A., s/ data, págs. 334 e segs.

<sup>73</sup> DROZ, Bernard e ROLEY, Anthony, História do Século XX, vol. I, pág. 27.

desconfiança inglesa face à aproximação dos alemães ao Império Turco e ao apoio explícito do Kaiser, junto dos boéres e de Portugal, na questão anglo-boér.

Estas movimentações internacionais, além da bipolarização político-militar para onde o sistema europeu caminhava, aliadas a um, até então, pequeno incidente, que poderia ter sido resolvido regionalmente – o assassinato do Arquiduque austro-húngaro Francisco Fernando, levado a efeito por um estudante bósnio, em Sarajevo, em Junho de 1914 – veio despoletar o mais grave conflito internacional até então verificado: o início da Grande Guerra de 1914-1918.

De um lado a *Entente Cordiale*, constituída, predominantemente, pelo Reino Unido, França e Rússia, estes dois últimos fortes apoiantes da Sérvia e dos jugoslavos; do outro, os Impérios Centrais lideradas pelo Kaiser alemão.

A I Guerra Mundial, que duraria até ao armistício de 11 de Novembro de 1918, fez germinar junto de alguns dirigentes coloniais afro-asiáticos, aliados a americanos negros, uma nova consciência política que viria a ter a maior evidência após a 2ª Guerra Mundial.

O fim da guerra de 1914-18 e a assinatura do Tratado de Paz de Paris, reconhecida pela *Conferência de Versalhes*, provocou na Europa e no sistema internacional, profundas alterações, sendo o mais relevante para este estudo a entrega de todos os territórios ultramarinos alemães, sob regime de tutela, às potências vencedoras, com especial destaque para a África do Sul, Bélgica, França e Reino Unido. Registe-se que internacionalistas negros – como mais adiante analisaremos – desejavam que as potências aliadas colocassem as colónias germânicas sob observância internacional, em regime de fideicomisso.

#### **3.3.1.1. A África Austral e as lutas intestinas**

##### **3.3.1.1. A Guerra Anglo-Boér**

Quando a I Guerra Mundial começou, já ingleses e alemães se tinham, ainda que indirectamente, confrontado em África durante a “*Guerra Anglo-Boér*”.

Devido à *Grande Jornada* os boéres fundaram as Repúblicas do Transval e o Estado Livre de Orange onde vieram a descobrir riquíssimos veios diamantíferos (1867) e auríferos (1871) prontamente desejados por banqueiros, joalheiros e mineiros londrinos.

Entretanto, a norte do Transval, o sentido imperial do inglês Cecil John Rhodes, aliado, no sul, a uma não menor vontade imperialista britânica consubstanciada na ocupação da Basutolândia<sup>74</sup>, em 1868, pelo então governador do Cabo, Sir Philip Woodhouse, evidenciada, nomeadamente, após a criação da “*British South Africa Company*”, em 1889, permitiu-lhe obter concessões e poderes majestáticos nos territórios entre Matabele a o Lago Niassa.

Com esta nova situação geoestratégica<sup>75</sup>, os boéres ficaram confinados a Leste e a Ocidente com, respectivamente, Moçambique e o protectorado britânico de Bechuanalândia (Botswana), e a sul e norte entaipados pelas colónias britânicas. As únicas saídas menos hostis, que os boéres tinham para o Mundo eram o território e costa moçambicanos facto que contrariava as pretensões britânicas para uma eventual ocupação dos seus riquíssimos territórios. Para contrariar esta situação, os britânicos tentaram anexar a baía da então Lourenço Marques (actual Maputo) o que, e apesar de o não terem conseguido, lhes permitiu obrigar a administração portuguesa a manter-se neutral no conflito que, posteriormente, ocorreu entre britânicos e boéres.

Quem, de todo, não ficou alheado deste emergente conflito, foram os alemães. Estes, primeiramente, reconhecendo as Repúblicas boéres e, mais tarde, fornecendo víveres e armas através dos territórios do Sudoeste Africano e das linhas férreas e fluviais do Limpopo, em Moçambique, acabaram por participar na *Guerra Anglo-boér*, que durou até Maio de 1902 com a subjugação dos boéres e a assinatura do *Tratado de Vereeniging*. Calcula-se que nessa guerra tenham falecido mais de uma vintena de milhares de mulheres e crianças, aprisionadas em campos de concentração, enquanto os comandos boéres sofriam dezenas de milhares de mortos e prisioneiros. Por sua vez, os

---

<sup>74</sup> A Basutolândia foi criada no início da década de 60 tendo como únicos objectivos conter um possível retorno dos boéres e controlar as ameaças dos zulus; cf. CAMPOS, op. cit., págs. 54 e 55.

<sup>75</sup> Os estrategas, como o gen. Cabral Couto, defendem que a Geoestratégia é uma sub-divisão da Estratégia, não uma doutrina.

ingleses, melhor apetrechados militarmente, sofreram cerca de 22000 baixas, algo como 4,5% das suas forças.

### **3.3.1.2. A União Sul-Africana<sup>76</sup>.**

Se o Tratado de Vereeninging trouxe a paz a boéres e britânicos, também é verdade que a vivência entre eles não era das mais pacíficas.

As elevadas baixas que as partes sofreram e os prisioneiros boéres que os britânicos deportaram para a ilha atlântica de Santa Helena, pesavam, de sobremaneira, no espírito de ambos.

Por outro lado, a derrota boér, em parte devida à divisão existente entre si e consubstanciada na existência das duas Repúblicas, teve o efeito inverso de os unir sob a direcção carismática de Jan Smuts e Louis Botha, dois incontestados líderes boéres emergido da guerra.

Aliás, tanto Burger como o general De West, dois dos líderes boéres, tinham afirmado, na linha religiosa que norteava os desígnios boéres, que a derrota talvez tivesse sido por vontade de Deus, levando-os a serem subjugados pelos ingleses com o fim último de dominarem o seu orgulho e serem purificados visando moldá-los numa Nação merecedora deste nome.

Daí que os britânicos apoiados em boéres moderados, como Botha, Smuts e De la Rey, tenham decidido criar, das cinzas que restavam das Repúblicas boéres, a União Sul-africana, com sede em Pretória. Esta englobava as províncias do Cabo, de Natal e as Repúblicas boéres do Transval e o Estado Livre de Orange. A União previa ainda a possível incorporação da Rodésia do Sul, criada por Rhodes, e dos protectorados britânicos de Basutolândia, Bechuanalândia e Swazilândia.

A União, embora sob a dependência de Londres, tinha uma administração bastante autónoma. Gozava do estatuto de Domínio, na linha do que já se verificava no Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

---

<sup>76</sup> Sobre a matéria a seguir esplanada, aconselha-se ver CAMPOS, op. cit., págs. 63 e segs.

Essa autonomia veio a ser questionada, se bem que por pouco tempo, aquando da I Guerra Mundial. Os sul-africanos, pela voz de Botha e Smuts, após a declaração de guerra anglo-germânica, colocaram um exército de 25000 homens em prontidão para assumir a defesa do território. Todavia, os ingleses exigiram a Pretória a ocupação das estações de rádio alemãs no Sudoeste Africano.

Esta atitude britânica e a anuência de Pretória foi fortemente questionada por antigos líderes político-militares boéres, como De la Rey, Maritz, Kemp e De West, que não tinham esquecido o apoio alemão na guerra anglo-boér. Segundo Armando Campos, os alemães parece que tinham prometido àqueles a restauração da República boér da África do Sul, após a derrota das forças britânicas no conflito. Enquanto isso não se verificava, os alemães decidiram fornecer armas aos boéres revoltosos tendo em vista a desestabilização da região. Todavia, as forças leais a Botha e Smuts rapidamente neutralizaram os *germanófilos*.

O domínio dos revoltosos encorajou os ingleses a solicitarem aos sul-africanos a invasão e ocupação do riquíssimo território do Sudoeste Africano. Este facto ocorreu entre Abril e Julho de 1915. No triunfal regresso a Pretória, Botha proferiria uma declaração que mais tarde se veio a constatar ser profética. *“Temos agora o Sudoeste Africano britânico, que deverá permanecer uma Província da União”*. Ou seja, Botha apesar de entregar, formalmente, o conquistado território alemão à Coroa britânica anexava, *“de jure”* e com o beneplácito do Parlamento, onde já dominavam os africanófilos, o Sudoeste Africano no seio da União. Esse facto seria tecnicamente confirmado no final da I Guerra Mundial, como adiante veremos.

### 3.3.2. A Europa entre as 2 Guerras

Com o fim da Guerra 1914-18, as nações vitoriosas decidem reunir em Paris, no Palácio de Versalhes, onde, entre outras questões, abordaram a necessidade da criação de um organismo supranacional que pudesse prevenir novos conflitos mundiais. Foi assim que surgiu, baseada nos 14 pontos de Paz, propostos pelo presidente norte-americano Wilson, a *Liga das Nações*, também reconhecida pela *Sociedade das Nações* (SDN), cuja sede ficou estabelecida na Suíça.



### 3.3.2.1 A Liga das Nações e o Sistema de Mandatos

A criação da SDN, tinha como principal finalidade evitar a repetição de um conflito entre as *Grandes Nações Civilizadas* e, ao mesmo tempo, perpetuar o domínio das potências vencedoras, negando a entrada dos vencidos na Organização, entre os quais foi colocada a Rússia, devido à Revolução de Outubro.

Quando a SDN foi instituída, ficou determinado que, entre os diversos Comitês a serem criados, haveria um totalmente vocacionado para os problemas decorrentes da nova situação que pendia sobre os antigos territórios ultramarinos alemães.

Foi criado o *Sistema de Mandatos*, que definia, por três diferentes modelos, a divisão territorial das colónias alemãs pela África do Sul (Sudoeste Africano), Bélgica (os territórios que hoje forma o Burundi e o Ruanda), França (Togo e parte dos Camarões) e Grã-Bretanha (Parte dos Camarões e Tanganica). Portugal também conseguiu obter "*ganhos territoriais*", pequenas faixas, no norte de Moçambique e no sul de Angola<sup>77</sup>. As colónias europeias em África ficavam resedenhadas<sup>78</sup>.

Porém, na prática, a SDN mostrou uma ineficácia total. Por um lado, a garantia de sobrevivência da Organização, ou seja a presença dos EUA na SDN, foi vetada pelo Congresso norte-americano, voltando assim, uma vez mais, ao seu eterno isolacionismo face aos "*problemas europeus*"; por outro lado, registou-se a agressão de um membro fundador da SDN, a *Abissínia*, (estado africano), por outro membro fundador, a Itália<sup>79</sup>.

Deste facto decorreu que a atitude europeia acabou por ser incoerente e, simultaneamente, despótica. Votou por impor sanções económicas à Itália, mas a verdade é que nada fez para as concretizar.

---

<sup>77</sup> KI-ZERBO, *História da África Negra*, volume II, pág. 458.

<sup>78</sup> Ver Anexos, Gráfico 1: "*Colónias Europeias após a I Guerra Mundial*"

<sup>79</sup> A Abissínia (Etiópia) foi invadida em Outubro de 1935, por forças para-militares de Mussolini; cf. *Enc. Almanaque Abril 92*, pág. 316.

Começou o fim da SDN e a desafirmação do Pacto de Briand-Kellogg<sup>80</sup>, que acabaria por levar à II Guerra Mundial e ao desenvolvimento da moderna Polemologia.

### 3.3.2.2. A II Guerra Mundial

Na Europa, paralelamente à afirmação do sistema democrático que vigorava em França e Reino Unido, começaram a fazer-se sentir, não sem uma certa inquietação, o avanço de regimes autoritários e a ascensão do poder militar alemão de Hitler, contrariando o disposto no Tratado de Versalhes. Ao mesmo tempo, verifica-se a aproximação do III Reich à União Soviética, concretizado através do *Pacto de Não Agressão*, negociado por *Ribbentrop* e *Molotov*, respectivamente MNE alemão e soviético<sup>81</sup>.

Simultaneamente, Hitler celebrava com Mussolini, líder da Itália fascista, o *Pacto de Aço*<sup>82</sup>, que previa a entrada dos italianos numa eventual guerra europeia, mas nunca antes de 1943. A Itália tinha um problema em África chamado Abissínia.

A assinatura destes dois pactos facilitou à Alemanha a invasão e ocupação da Polónia, tal como já tinha acontecido com a Áustria e com a Checoslováquia. Ao contrário do que Hitler pensava, e os tímidos e indecisos movimentos diplomáticos dos britânicos e franceses pressagiavam, aquela ocupação levou-os a declararem guerra à Alemanha. Iniciava-se, assim, a *II Guerra Mundial*, uma vez mais começada entre europeus e que se prolongaria de 2 de Setembro de 1939 a 8 de Maio de 1945, com a capitulação total e sem condições do III Reich.

Com o fim da II Guerra Mundial adivinhava-se no Sistema Internacional, em geral, e em África, em particular, uma nova era.

---

<sup>80</sup> Também denominado Pacto de Paris de 1928, foi subscrito por 63 Estados, incluindo os EUA, que se comprometeram a não recorrer à guerra como meio ofensivo; cf. MARTINS, brig. Raúl François, “Lições de Geopolítica e Geoestratégia”, op. cit. e RENOUVIN, P. e DUROSELLE, J.B., “Introdução à História das Relações Internacionais”, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

<sup>81</sup> Ou Pacto germano-soviético de 1939. Em 1920 a Rússia tornou-se na União Soviética. O acordo servia os interesses de ambas as partes; cf. DREYFUS, F.-G. e outros, op. cit., pág. 428.

<sup>82</sup> Idem, Ibidem.

## **b. A EMERGÊNCIA DA POLITOLOGIA EM ÁFRICA**

Se com o armistício os africanos obtiveram alguma consciência social e política, foi, no entanto, com o fim da 2ª Guerra Mundial que essa consciência se tornou no grande movimento veicular para o aparecimento dos grandes estadistas e pensadores africanos.

Todavia, é no movimento anti-esclavagista americano que iremos encontrar as raízes daquela moderna consciência política, social e económica.

### **4. O fim do escravagismo americano e o retorno às origens dos negros americanos**

A primeira preocupação dos dirigentes negros norte-americanos, após de terem obtido a sua libertação como homens e conquistado os inerentes direitos cívicos de “*homens livres*”, tal como estava consagrado na Constituição americana de Filadélfia, foi afirmarem-se social e politicamente.

Se no norte esse desígnio quase se concretizou, já o sul se manteve irredutível na manifestação contrária ao fim do escravagismo<sup>83</sup>, mesmo após a Guerra da Secessão (1861-1865) e da sua derrota face ao unionistas do norte.

Para o fim da escravatura nos Estados Unidos, muito contribuíram americanos como *John Brown*, colono branco enforcado no Kansas por incitamento à revolta dos negros, *Frederick Douglass*, *William L. Garrison* e a escritora *Beecher Stowe*; posteriormente, emergiram homens como *Booker Washington*, *Willian E. B. Du Bois*, o taboguenho *George Padmore* e o jamaicano – depois naturalizado norte-americano – *Marcus Garvey*<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> O escravagismo americano acabou *de jure*, mas não *de facto*, quando o Congresso aprovou em 31 de Janeiro de 1865, através da 13ª Emenda à Constituição, a abolição da escravatura no país. Foi o culminar dos esforços de F. Douglass.

<sup>84</sup> Para mais desenvolvimentos ver SANTOS, Eduardo dos, Ideologias Políticas Africanas, Lisboa, ed. do Centro de Estudos Político-Sociais, 1968, 242 págs.

Washington, através do “*Compromisso de Atlanta*”<sup>85</sup> propôs a contemporização racial. Neste compromisso os negros procurando não descuidar a satisfação dos seus interesses sociais, pareciam, todavia, que renunciavam às reivindicações políticas. Conseguiu-se, com isto, e durante muitos anos, congregar Brancos e Negros.

Du Bois que, ao contrário de Washington, nasceu “*homem-livre*” criticava a simples coexistência Branco-Negro. Defendia a igualdade das raças, a plena integração social do indivíduo negro norte-americano e, acima de tudo, afirmava-se contra o retorno dos Negros para África e pelo empenhamento dos Africanos na condução dos seus destinos políticos. Neste ponto divergia substancialmente de Garvey. As suas ideias apareciam, face aos brancos norte-americanos, consubstanciadas no primeiro movimento negro formalmente estruturado. Apesar de não ser o pai do pan-africanismo, foi o que mais batalhou pela sua existência no aspecto político.

Por sua vez, Garvey afirmou-se na cena política negra norte-americana pelo radicalismo segregacionário, combatendo os preconceitos raciais brancos com movimentos raciais negros e evocando a criação, no continente africano, dos Estados Unidos de África.

Também no Reino Unido devemos destacar, pelo seu contributo para o fim da escravagem, homens como, *Granville Sharpe*, o juiz *Mansfield*, o naturalista *Smeathman* e o parlamentar *William Wilberforce*. Estes viriam a ser os grandes impulsionadores da criação da Serra Leoa o que aconteceria através da *Saint George's Bay Association*, a primeira companhia magestática negra que criou a colónia de Freetown.

Todavia, não foram só os ingleses que contribuíram para a emergência política dos africanos com a colónia de Freetown, na Serra Leoa. Também os norte-americanos se prestaram a isso, não com o movimento anti-escravagista, mas com a sua contribuição para a criação do primeiro Estado negro independente, a Libéria.

---

<sup>85</sup> SANTOS, Eduardo dos, *idem*, págs. 47 e 48.

#### **4.1.1. O Estado Liberiano**

A criação da colônia da Serra Leoa, foi a principal mola impulsionadora para que os abolicionistas norte-americanos procurassem fazer retornar para África os negros libertados.

Este eventual altruísmo de empurrar os negros para fora dos EUA, no mínimo estranho para quem defendia uma sociedade igualitária e livre, teve inúmeros apoiantes. Iam do presidente Bushrod Washignton a John Latrobe ou ao empresário negro Paul Cuffe, que viria a criar a *Sociedade Americana de Colonização*, em 1817.

Esta Sociedade obteve do governo norte-americano, dois anos depois, a autorização para constituir na Costa Ocidental um Estado Livre para os Negros.

A primeira região para onde os líderes da Sociedade enviaram os Negros foi para a ilha de Sherbro, a poucas milhas da colônia britânica, acabando por se juntarem aos negros de Freetown.

Porém, dado o espírito republicano e anti-colonialista dos norte-americanos, estes não se contentaram em se manterem ligados aos britânicos, pelo que começaram a se dirigirem igualmente mais para sul, concretamente para a região do Cabo Montserrado.

Novas sociedades começaram a surgir nos EUA e a enviarem os negros, quer para Monteserrado, como para as comunidades, entretanto criadas, de Great Barra e Sinoe.

Em 1847, na recém-formada cidade de Monróvia (assim designada em homenagem a James Monroe, à época presidente dos EUA), representantes das três grandes comunidades decidiram, com o beneplácito da Sociedade, proclamar a independência e adoptar uma Constituição na linha da norte-americana.

#### 4.1.2. O Garveyismo

No entanto, este movimento de retorno não tinha o apoio de todos os negros norte-americanos, pelo menos nos critérios seguidos.

Marcus Garvey foi dos que mais contestou esses critérios. Para ele, os negros deveriam retornar todos a África e criarem os Estados Unidos de África.

Garvey, desde novo defendeu a causa negra de retorno a África, nomeadamente através da revista *African Times and Orient Review*, sediada em Londres, cujo redator principal era Duse Ali, um anti-imperialista egípcio de ascendência sudanesa, membro do partido wafdistas egípcio e defensor do nacionalismo africano.

Mas, foi quando regressou aos EUA que os ideais garveyistas se notabilizaram. O seu lema "*África para os Africanos Negros*" aliado ao dogmatismo religioso de "*Cristo era negro*", levou-o a defender a necessidade de criar "*uma religião puramente negra*"<sup>86</sup>, provocando entre os norte-americanos negros, emoções desencontradas. Du Bois, criticava o seu exarcebado racismo segregacionista; por sua vez, os brancos racistas, através de E. S. Cox, da Ku-Klux-Klan, e J. Powell, do Clube dos Anglo-Saxões, apoiavam-no sem reservas.

O racismo negro Garvey, conhecido igualmente por sionismo negro ou protestantismo místico, chegou suficientemente longe. Apoiado nos norte-americanos, Garvey constituiu, em 1920, a *Associação Universal para o Progresso dos Negros* (UNIA)<sup>87</sup> que, de acordo com os garveyistas rapidamente chegou aos seis milhões de membros. A UNIA foi o embrião da *República Universal Negra*, um "Estado" sem território, mas com elevado agregado populacional.

Uma das primeiras medidas dos membros constituintes da nova República foi nomear Garvey como "*presidente provisório de África*"<sup>88</sup>. Este, admirador confesso das grandiosidades napoleónicas, decidiu conceder títulos nobiliárquicos aos seus principais

---

<sup>86</sup> Cf. SANTOS, Eduardo dos, Pan-africanismo de Ontem e de Hoje, Lisboa, ed. do Centro de Estudos Político-Sociais, 1968, pág. 28.

<sup>87</sup> Universal Negro Improvement Association.

<sup>88</sup> Cf. SANTOS, Eduardo dos, op. cit., pág. 33.

companheiros<sup>89</sup>. As atitudes garveynianas acabaram mais por denegrir a dignidade africana do que a engradecer.

Os EUA começavam a sentirem-se incomodados com as atitudes de Garvey e iniciaram-lhe uma perseguição judicial. Acusaram-no de defraudar os correios norte-americanos e condenaram-no a cinco anos de prisão e posterior deportação para a Jamaica.

Após a sua libertação, Garvey decide mudar-se para Londres onde reiniciou a sua actividade anti-colonial e segregacionista. Todavia, os negros que tinham ficado desiludidos com os extremismos garveynianos, pouco ligaram à *reentré* de Garvey e da UNIA. O movimento garveyniano estava defunto.

Contudo, as sementes para o engradecimento do pan-africanismo estavam lançadas. Uma das suas obras, "*Philosophy and Opinions*", editada em 1923, e o jornal "*The Negro World*", serviram de base aos movimentos emancipalistas negros do pós-Guerra 1939/45.

## 5. Do pan-africanismo aos movimentos emancipalistas africanos

Apesar do enorme contributo de Garvey para a tese pan-africanista, foi em 1900 que esta expressão surgiu pela primeira vez, durante a realização, em Londres, de uma Conferência africana, cuja iniciativa serviu de contraponto à Exposição Universal de Paris, considerada pelos Negros como imperialista, colonialista e opressiva dos interesses dos indígenas, ou seja, contrária aos grandes interesses africanos.

Entre os congressistas estavam Sylvester-Willians, o impulsionador desta Conferência e o moderado bispo Alexander Walters, da *Igreja Africana Metodista Episcopal do Sião*, que desde cedo tentou juntar as teses políticas às eclesiásticas.

Estava criado o movimento político pan-africanista, moderado e tolerante que, embora susceptível de excessos, como os que deram origem a alguns movimentos

---

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*.

emancipalistas africanos armados, também serviu para o aparecimento de homens como Senghor, Césaire, Wauthier ou Sartre que criaram e defenderam as teses da “*Negritude*”, do “*nacionalismo africano*” ou do “*socialismo africano*”<sup>90</sup>. Foi precisamente devido aos movimentos pan-africanistas que, em 1963, em Adis-Abeba, surgiu a Organização de Unidade Africana, OUA.

### 5.1. Os Congressos Pan-africanistas

Após a realização da primeira Conferência, em 1900, o movimento pan-africanista, embora não mais tenha parado de crescer até às independências coloniais, esteve até 1919, e em certa medida devido à ocorrência da I Guerra Mundial, unicamente dependente do movimento garveyista. Só em 1919, se voltou a reunir o movimento pan-africanista, desta feita, em Paris, onde ocorriam as conversações de Paz de Versalhes.

O Congresso de Paris foi o resultado natural do apoio negro no esforço de guerra francês. Durante a ofensiva do Marne, na Guerra 1914-18, a onda vitoriosa prussiana parecia não encontrar barreiras. O primeiro-ministro francês da altura, Georges Clemenceau (1841-1929), solicitou a *Blaise Diagne*, o primeiro deputado negro da Assembleia Nacional francesa, eleito pelo círculo ultramarino do Senegal, que tentasse arregimentar um batalhão, constituído exclusivamente por negros, que pudesse sustentar o avanço prussiano. Diagne conseguiu, apesar de alguns entraves provocados por políticos franceses colocados nas Colónias, juntar cerca de 80.000 homens que combateram na Metrópole ajudando a ganhar a guerra.

Após o armistício de 1918, Diagne, secundado por Du Bois, que apresentara durante a Conferência de Paz de Versalhes uma petição solicitando a criação de uma Carta de Direitos do Homem Africano, e com o apoio expresso de Clemenceau, concebeu em Paris o I Congresso Pan-africano do pós-Guerra e que seria denominado de *I Congresso Pan-africano para a Protecção dos Indígenas de África e dos Povos de Origem Africana*.

---

<sup>90</sup> SANTOS, idem, pág. 51 e segs.



Entre 1919 e 1953 ocorreram seis Congressos<sup>91</sup>, sendo um dos principais o realizado em Kumasi, Gana, em 1953, sob os auspícios de Nkrumah. Neste Congresso o movimento emancipalista e a unidade africana estavam inexoravelmente ligados e imparáveis. O Gana ficou, desde sempre ligado ao movimento libertador de África da década de 60.

#### 5.1.1. A Organização para a Unidade Africana (OUA)

Com as independências coloniais, o pan-africanismo passou a necessitar de um organismo que aglutinasse todas as sensibilidades africanas. Assim, em 25 de Maio de 1963, foi criada, em Adis-Abeba, a OUA que passou a ser o principal e moderno veículo difusor do pan-africanismo, em geral, e da africanidade, em particular.

A OUA, ao contrário dos movimentos pan-africanistas que, primeiramente, defendiam a supremacia da Negritude e a defesa de África para os Negros, passou a ter, como prioridade absoluta, a África para os africanos, independentemente da sua cor. Saliente-se que no Norte, vingava a supremacia branca, enquanto a supremacia negra só se registava a sul do Saara onde coexistia com as minorias branca e mestiça. Os outros objectivos da OUA eram o reconhecimento das fronteiras decorrentes da Conferência de Berlim, defendendo a sua integridade e negando o direito a qualquer secessão, a independência das colónias e o fim de todo o tipo de segregação, ou seja, defendiam o fim do “*apartheid*”.

#### 5.2. As Independências coloniais

O fim da 2ª. Guerra Mundial veio pôr a descoberto uma Europa destruída, empobrecida e, acima de tudo, sem qualquer poder político ou militar, plenamente submetida à vontade política e económica dos americanos e à força militar dos soviéticos.

O facto dos reais vencedores terem sido duas potências extra-europeias, os americanos dos EUA e os euro-asiáticos da URSS, mais veio contribuir para a imagem de decadência que a Europa transmitia ao Mundo e, em particular, às suas colónias.

---

<sup>91</sup> Sobre os Congressos Pan-africanos, ver SANTOS, Eduardo dos, op. cit., págs. 79 e segs.

Este facto, aliado aos ideais emancipacionistas dos americanos e ao expansionismo do movimento socialista da URSS, foi determinante para que a Europa perdesse a maioria das suas colónias.

### **5.2.1. O fim da Europa Colonial**

As colónias europeias afro-asiáticas há muito que vinham solicitando o direito à autodeterminação e à independência, caso da Península Indostânica e da Indonésia.

De um lado a Europa, exangue, não conseguia defender os seus domínios coloniais; do outro a própria reconstrução europeia fazia dispendir inúmeros recursos, a maior parte financiados pelo plano do general *Marshall*, Secretário de Estado norte-americano, o que impedia a satisfação das necessidades básicas das colónias, fossem militares ou económicas.

Com o fim da guerra, o principal motivo que norteou a criação da SDN, levou à criação das Nações Unidas, pela Conferência de São Francisco, em 1945, desta feita com a integração dos EUA, onde os signatários se comprometeram a defender a Paz Mundial e a prescrever a Resoluções dos conflitos por via armada.

#### **5.2.1.1. A 3ª. Comissão ou Comité de Tutela**

A Organização das Nações Unidas, ONU, com sede em New York, EUA, está dividida em três Comités principais, o *Secretariado*, a *Assembleia Geral* e o *Conselho de Segurança* e em Comissões especializadas, das quais se destaca por ser a que mais interesse tem para nós, a 3ª. *Comissão*, sucessora do Comité de Tutela da extinta SDN.

Quando foi criada, tinha como principal objectivo apoiar jurídica e politicamente a autodeterminação, o auto-governo e independências das colónias europeias, nomeadamente as colónias afro-asiáticas. Actualmente, só o território das ilhas do Pacífico, administradas pelos EUA, se mantém sob o regime de território sob tutela.

### 5.2.2. A Descolonização<sup>92</sup>

Com a Carta de S. Francisco, onde desde logo ficou consagrado o direito dos povos livres ascenderem à autodeterminação e com a formação da 3ª. Comissão no seio das Nações Unidas, surgiram, ou melhor, ressurgiram, os movimentos autonómicos, principalmente na Ásia, alguns dos quais já reclamados antes da guerra, caso dos hindus, ou durante a guerra, caso dos indochineses e malaio, (apoiados nas promessas nipónicas de independência como *prémio* de ajuda das colónias na luta contra os europeus).

Assim, não espantou que britânicos e franceses, exaustos da Guerra e desapoiados por americanos e soviéticos, se vissem “forçados” a conceder autonomia e independência às suas colónias ultramarinas.

A aliança do efeito *pré-libertador* dos germânicos, em especial no Egipto, e a consciência social e política que os africanos ganharam, devido ao elevado contributo destes para fazer pender a guerra para o lado dos vencedores finais, provocou a germinação do desejo de autonomia e independência. Este ficou mais fortemente alicerçado quando, a 14 de Dezembro de 1960, os africanos passaram a ter como suporte institucional a *Resolução 1514/60* da ONU, a qual consignava o direito à *Declaração sobre o Direito de independência dos povos coloniais*<sup>93</sup>.

Estávamos na década de 60. Surgem novos actores no Sistema Internacional e emerge o princípio irreversível da descolonização que teve o seu apogeu com as independências lusófonas entre 1974 e 1975, do Zimbabué em 1980, após os Acordos de *Lancaster House*, entre britânicos e os movimentos de libertação *anti-apartheid*, e da *Namíbia*, antigo território alemão do Sudoeste Africano, em Março de 1990, no seguimento dos *Acordos Quadripartidos* de New York, entre americanos, angolanos, cubanos e sul africanos.

---

<sup>92</sup> Sobre a problemática “*Descolonização*” ver Sousa LARA, Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o estudo da sua História), op. cit.

<sup>93</sup> COLARD, Daniel, Droit des Relations Internationales: documents fondamentaux, 2<sup>ème</sup> éd., Paris, Masson, 1988, pág. 61 e seg.

Contudo, podemos, devemos, afirmar que a descolonização africana teve as suas raízes nos movimentos messiânicos pan-africanistas de *Garvey* e *Du Bois*, bem secundados por inúmeros dirigentes da africanidade, como *Jean Price-Mars*, *René Maran*, *George Padmore*, *Norman Leys*, *Aimé Césaire* ou *Léon Damas*, os quais, nos primeiros anos deste século, procuraram, primeiro através das Conferências Pan-africanas e depois com actividades anti-coloniais, pela criação de Federações, ou autonomamente, obter a independência dos seus países<sup>94</sup>.

#### 5.2.2.1. Os movimentos independentistas francófonos

##### a. França<sup>95</sup>

Os franceses através da Constituição de Outubro de 1946 conferem aos Africanos o direito de cidadania francesa, com direito a voto e representação nas Assembleias Políticas metropolitanas. Em 1956, surge a *loi-cadre* que previa a criação de Assembleias e Conselhos de Governo para os territórios africanos.

Ao mesmo tempo começaram a surgir partidos políticos africanos, na sua maior parte *aparentados* a partidos franceses metropolitanos; aos comunistas do PCF, os progressistas da *Rassemblement Democratique Africain* (RDA), onde pontificavam nomes como H. Boigny, D'Arboussier, Apithy, Senghor e S. Touré, e aos socialistas do PSF, destacando-se o *Parti Socialiste du Senegal*, de Lamine Gueye, e o *Mouvement Socialiste Africain*, no Níger.

O RDA que até 1950 esteve fortemente ligado ao PCF só conseguiu se afirmar após esta data. Não obstante a sua posição progressista, líderes como Senghor, que criou a *Convention Africaine*, e Boigny, decidiram sair do RDA e criar o Grupo dos Independentes do Ultramar, precursor do *Parti du Rassemblement Africain* (PRA), criado em Setembro de 1957, em Bamako, por alturas de um Congresso do RDA. O PRA foi um partido próximo dos *gaulistas*.

Durante a consulta francesa sobre autonomia dos territórios africanos dentro de uma comunidade francófona, os partidos autóctones fizeram sentir à França que não se

---

<sup>94</sup> SANTOS, Eduardo dos, op. cit., págs. 47 e segs.

<sup>95</sup> LAVROFF, Os Partidos Políticos da África Negra, Livraria Bertrand, Amadora, 1975, págs. 12 a 22.

importariam de estar nessa comunidade, mas teriam de ser eles próprios a decidir qual o melhor sistema, económico, político ou social, para os seus povos. Só um político africano, desde o início, recusou a proposta de *De Gaulle*. Foi ele *Sékou Touré*, da Guiné-Konakri, facto nunca perdoado pelos gauleses. Do lado mais moderado, agrupados no PRA, tivémos como expoente máximo *Senghor*.

#### **b. Bélgica<sup>96</sup>**

Também não pode evitar o movimento autonómico nas suas colónias africanas. O Burundi e o Ruanda, cedidos pela SDN, como mandatos e o *Congo Leopoldville*, actual República Democrática do Congo, ascenderam à independência, sendo o caso congolês o que mais terríveis consequências teve, nomeadamente com guerras civis entre os defensores da *Aliance des Bakongo* (ABAKO), dirigida por Kanza e Kasavubu, etno-culturalmente bakongo, do *Mouvement National Congolaise* (MNC) supostamente de base inter-étnica, liderado por Patrice Lumumba e A. Kalondji, ou ainda devido a tentativa de secessão do *Katanga*, mais tarde denominado Shaba, liderado por *Moisés Tschombé*. Registe-se que esta pretensão já vinha desde o período pré-independência quando surgiu a *Confédération des Associations du Katanga* (CONAKAT), fundada em 1959, por federalistas europeus dirigidos por Albert Gavage. Em contraponto surgiu a *Association Générale des Balubas* (AGB), que pretendia a unidade do Congo.

#### **5.2.2.2. As independências das colónias britânicas<sup>97</sup>**

Ao contrário dos franceses e dos portugueses, os ingleses nunca se importaram em colonizar, mas tão só, e dentro do máximo de rendimento possível, explorar economicamente as colónias, ao mesmo tempo que davam formação administrativa aos régulos locais; era o *self-government* para, num futuro mais ou menos longínquo, poderem subsistir politicamente. Foi assim que, embora assentes em bases étnicas bem vincadas, surgiram partidos como o *North Popular Congress*, na Nigéria que representava os emires haússa, ou homens como *Kwane Nkrumah*, do *People Convention Party* (PCP), *Kamuzu Banda*, do *Niassaland Congress African* (NAC) ou *Jomo Keniatta*, do *Kenya African National Union* (KANU) que, com maior ou menor dificuldade, levaram os seus países à independência, dentro da Comunidade Britânica das Nações, a *Commonwealth of Nations*.

---

<sup>96</sup> LAVROFF, Dmitri, op. cit., págs. 25 a 27.

### 5.2.2.3. As lutas coloniais da África Portuguesa

Somente Portugal, a terceira maior potência colonial em África, conseguiu, durante alguns anos mais, 'navegar' contra os ventos da história. Não só não concedeu a independência, como quando a decidiu dar, se viu como estavam mal preparados os dirigentes africanos para governar os seus próprios países. Portugal, fazendo *tábua rasa* das recomendações e *Resoluções* das Nações Unidas, sempre considerou os seus domínios africanos como uma extensão territorial e administrativa do Continente, logo como Províncias Ultramarinas e não como colónias, facto aliás bem expresso na reforma administrativa de 1930, pelo *Acto Colonial português*<sup>98</sup> e na *Reforma de Adriano Moreira*, de Setembro de 1961<sup>99</sup>.

Se *Angola* teve sempre um proto-sistema multipartidário, embora não legalizado, tanto no período colonial – relembramos a FUA, com sede no Lobito, e o PRA, próximo do Partido Republicano Português<sup>100</sup> –, como no período imediato à independência, já os restantes PALOP não conheceram qualquer modelo de multipartidarismo. Porém, mesmo em Angola e com o advento da independência, as organizações políticas existentes, ou entretanto criadas, reduziram-se aos três movimentos de libertação, a *Frente Nacional para a Libertação de Angola* (FNLA), chefiada por *Holden Roberto*, o *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA), liderado por *Agostinho Neto*, e a *União Nacional para a Independência Total de Angola* (UNITA), dirigida por *Jonas Savimbi*<sup>101</sup>.

---

<sup>97</sup> Idem, págs. 22 a 25.

<sup>98</sup> PEREIRA, Rui, *Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo*, in: Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa, ICT/CEAA, n.ºs. 4-5, 1986, pág. 207.

<sup>99</sup> Cf. COISSORÓ, Narana, *A abolição do indigenato e suas repercussões na evolução social dos africanos portugueses*, Lisboa, Separata de Estudos Políticos e Sociais, vol. IV, n.º.3, ISCSPU, 1966, 7 págs.

<sup>100</sup> O PRA (Partido Reformista de Angola), foi criado em Novembro de 1910, em Luanda, por maçons do Grande Oriente Lusitano agrupados no Grémio Português, o principal centro republicano em Luanda; Cf. “FREUDENTHAL, Aida Faria, *Um Partido Colonial: O Partido Reformista de Angola, 1910-1912*”, in: Revista Internacional de Estudos Africanos, n.º. 8-9, 1988, págs. 13 a 57. O movimento FUA (Frente Unida de Angola), foi criada para servir de suporte agregacional aos partidários de Humberto Delgado, em Angola. Mais tarde, no período pré-independente, foi reactivado e liderado pelo eng. Fernando Falcão; cf. Jornal de Angola, 1975.

<sup>101</sup> Segundo Hélio Felga, em *A Guerra em Angola*, ed. da Liv. Clássica Editora, 1962, pág. 53, Holden Roberto, também dito José Gilmore, é natural da RDC, filho de holandeses e mãe angolana de etnia Bakongo; Agostinho Neto faleceu em Moscovo vítima de doença, sendo substituído na chefia do partido e do Governo, pelo eng. de petróleo Eduardo dos Santos; Jonas Savimbi é um Ovimbundu, natural do sul de Angola. Cf. ALMEIDA, Eugénio, Seminário no âmbito da Licenciatura em Relações Internacionais: “Linhas de força da política externa portuguesa pós-74: Os Acordos de Alvor”, págs. 20 e 24 (não editado).

Destes, só os dois últimos, de conceitos e suportes ideológicos diferentes, se mantiveram activos, com o consequente conflito sangrento, que, em dezassete anos, quase devastou o país; o MPLA, segundo a linha do socialismo marxista soviético, com apoios que iam da ex-URSS ao internacionalismo cubano; a UNITA, com uma raiz ideológica na linha do proletariado chinês, mas com suporte financeiro e militar de um vasto e diferenciado leque político: ia desde o forte "lobby" americano, – político, financeiro e militar, – ao apoio sul africano e de países moderados de África, como a Costa do Marfim, Marrocos, Quênia, ex-Zaire e, embora numa primeira fase da independência angolana, gozasse ainda de um quase evidente apoio zambiano.

Realce-se que após a independência angolana, a OUA esteve dividida, entre Luanda e Huambo, quanto ao reconhecimento do "*legítimo governo*". Como se sabe, a independência foi declarada unilateralmente, às zero hora de 11 de Novembro de 1975, pelo MPLA e a sua *República Popular de Angola*, em Luanda, e pela coligação FNLA-UNITA anunciando a *República Socialista Negro-Africana de Angola*, no planalto central e no Norte de Angola, com sede na cidade de Huambo.

Do conflito de interesses que a divisão política angolana criou, quer no continente, quer, principalmente, no próprio país, resultou uma sangrenta crise social, política e militar, com fortes repercussões. A RPA acabou por ser reconhecida como a única representante angolana na cena internacional, a coligação acabou por negar a existência da outra República e o fim do conflito interno angolano só se verificou com as assinaturas de dois acordos internacionais: o primeiro em Gbadolite, na R. D. do Congo, sob os auspícios do presidente Mobutu e apadrinhado pelos *Países da Linha da Frente*<sup>102</sup> e pelos PALOP; o outro na localidade portuguesa de Bicesse, sob os auspícios do governo português e apadrinhado pelos EUA, URSS, ONU e OUA.

Dos *Acordos de Gbadolite* e *Bicesse* saíram os genes que deixavam antever a consolidação da democracia pluripartidária, já consagrada na Constituição de Dezembro de 1991, a qual trouxe de novo à ribalta a FNLA e permitiu o despontar de diversos partidos políticos.

---

<sup>102</sup> Botswana, Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, constituíram os Países das Linhas da Frente.

No entanto, as eleições legislativas e presidenciais, estas ainda a aguardarem pela realização de uma segunda volta, demonstraram que os angolanos, apesar do alto civismo que demonstraram nas urnas, não estão preparados para a alternância do poder. A continuada crise que se seguiu à chacina de Luanda, de Outubro de 1992, entre militantes e simpatizantes da UNITA e do MPLA e entre ambundu, de Luanda, e bakongo, do ex-Zaire, a tentativa de afirmação militar, antes de qualquer acordo civil, demonstra que a vontade política ainda é subalternizada à vontade pessoal de vitória, conforme ficou provado com o falhanço do *Protocolo de Lusaka*.

*Moçambique*, tal como Angola, sofreu, após a independência, de 25 de Julho de 1975, com a proclamação da República Popular de Moçambique, mais de uma dezena de anos de lutas fratricidas entre as FPLM, braço militar do partido do poder, a FRELIMO, e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

Historicamente assume-se o começo da luta independentista com o massacre de Mueda, ocorrido em meados de 1960 e onde cerca de 500 pessoas foram chacinadas durante uma concentração. Segundo alguns, o massacre foi de autoria portuguesa, enquanto outros afirmam que o mesmo se deveu a disputas verificadas entre os diversos grupos que formavam a concentração.

No ano seguinte, *Eduardo Mondlane*, então funcionário português junto das Nações Unidas, em visita pelo território conseguiu congrega os diversos grupelhos pró-autonomia à volta da *Frente de Libertação de Moçambique* (FRELIMO)<sup>103</sup>, de que viria a ser o seu primeiro presidente. A luta armada foi desencadeada em 25 de Setembro de 1964.

*Cabo Verde* e *São Tomé e Príncipe* são os casos paradigmáticos da descolonização portuguesa. Apesar de estarem politicamente representados, os primeiros pelo *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC) e os santomenses pelo *Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe* (MLSTP), nunca se registaram conflitos, dignos desse nome, naqueles territórios.



Os únicos problemas registados tiveram lugar, em 1953, quando santomenses, predominantemente da etnia Forro, se revoltaram contra o trabalho nas roças, reagindo à política do governador-geral, de ascendência timorense, *C. Gorgulho*, o qual pretendia levar mais braços para a exploração do cacau – São Tomé era um dos quatro maiores produtores e exportadores mundiais. Os principais revoltosos fugiram para Libreville, Gabão, onde em 1960 fundaram o *Comité para a Libertação de São Tomé e Príncipe* (CLSTP), precursor do MLSTP, ao qual entregaram a independência, em 11 de Julho de 1975, após as eleições constituintes ocorridas a 6 desse mesmo mês – as únicas que se registaram em todas as colónias portuguesas. Refira-se que o único movimento autorizado a concorrer foi o MLSTP, cuja classe dirigente são os Forros que pouco ultrapassam 7% da população santomense.

Dessas eleições resultaram a assunção da independência por 90% da população, que a admite sob a direcção do MLSTP, e a nomeação de um governo bicéfalo liderado por *Manuel Pinto da Costa*, como presidente, e *Miguel Trovoada*, como primeiro-ministro: O primeiro com raízes nos Angolares, enquanto o segundo tem ascendência nos Forros. Talvez por isso (e admitindo alguma especulação) não fosse de estranhar que tempos depois, devido à forte insistência de Pinto da Costa estacionar em São Tomé tropas angolanas, tenha havido uma dissensão no governo santomense com Trovoada, contrário à sua presença, a demitir-se de Chefe de Governo e a fugir sob a acusação de tentativa de Golpe de Estado.

Cabo Verde pautou pela não conflitualidade militar directa no local. Dadas as características insulares do território, a luta pela independência verificava-se somente a nível subterrâneo, ou seja, luta política; todavia, a insularidade não foi motivo impeditivo para que alguns dos seus melhores filhos fossem para a guerra que se verificava na Guiné-Bissau. Aqui o PAIGG, sob o comando da família Cabral, de *Aristides Pereira* e de *Pedro Pires*, a maioria dos dirigente de ascendência cabo-verdiana, exercia uma pressão militar fortíssima.

*Guiné-Bissau* foi o caso mais dramático da pré-descolonização portuguesa. Ao contrário dos anteriores, quando se registou o Golpe de Estado em Portugal, em Abril

---

<sup>103</sup> A criação formal de FRELIMO verificou-se em 25 de Julho de 1962.

de 1974, os guineenses já tinham formalmente proclamado a sua independência<sup>104</sup>, sob a presidência de *Luís Cabral*, que, entretanto, tinha substituído *Amílcar Cabral* à frente do PAIGC, após o assassinato deste.

Todavia, as lutas anti-colonialistas guineenses não se resumiram às travadas com o PAIGC. Elas estenderam-se desde os longínquos anos da Conferência de Berlim até meados de 1918, quando Portugal conseguiu, parcialmente, ocupar e pacificar os territórios outrora pertencentes aos mali, songhai, fulas e soninquês-mandingas.

O PAIGC foi fundado em 1956, pelo então engenheiro agrónomo Amílcar Cabral, juntamente com outros amigos. A sua primeira acção foi política e ocorreu em 3 de Agosto de 1959, quando decretou uma greve no porto de Pijiguiti, fortemente reprimida pelas autoridades portuguesas. A segunda acção foi armada e verificou-se em 23 de Janeiro de 1963, com o ataque ao aquartelamento de Tite, no sul do território. A terceira grande acção independentista surge durante o II Congresso do PAIGC, ocorrido em Madina, região do Boé, entre 18 e 22 de Julho de 1973, quando proclamam a independência da Guiné-Bissau que, é quase de imediato, amplamente reconhecida quer pelos países africanos e socialistas, quer, igualmente, por alguns países ocidentais.

A independência foi reconhecida por Portugal em 26 de Agosto de 1974, através do *Acordo de Argel* que, simultaneamente, reconhecia a independência de Cabo Verde.

---

<sup>104</sup> A independência foi formalmente proclamada em Medina, região do Boé, em 26 de Setembro de 1973. Sobre este e outros assuntos da luta de independência da Guiné-Bissau, ver CABRAL, Luís, Crónica da Libertação, ed. “O Jornal”, Lisboa, 1984, 464 págs.;

## c. OS FUNDAMENTALISMOS E AS DIFERENTES TOLERÂNCIA

### 6. Os Diferentes Fundamentalismos

#### 6.1. Fundamentalismos de Base Religiosa

Ao contrário do que alguns autores defendem, bem assim como, infelizmente, alguns círculos intelectuais, o fundamentalismo religioso não é unicamente “*propriedade*” dos Islâmicos. Realmente, nada é mais incorrecto.

Doutrinariamente o *Fundamentalismo Religioso* remonta a uma colectânea dos radicais norte-americanas de confissões protestantes denominada, genericamente “*Fundamentals*”<sup>105</sup>. No entanto, historicamente as perseguições católicas da Idade Média, fundamentadas nas Inquisições, não foram mais do que manifestações primárias de um certo fundamentalismo religioso da confissão católica<sup>106</sup>.

O Fundamentalismo Islâmico<sup>107</sup>, tal como o conhecemos hoje, assenta as suas raízes históricas numa complexa pirâmide cujos quatro vértices de base são, cronologicamente, a *aparição do Arcanjo Gabriel a Maomé*, dando início ao Islão, o

---

<sup>105</sup> Em 1910, nos Estados Unidos, teólogos protestantes de tradição anglo-saxónica compilaram diversos artigos, de características teo-doutrinárias, numa colectânea que recebeu a designação genérica de “*Fundamental*”. Os seguidores e defensores destas confissões doutrinárias passaram a ser designados por “*Fundamentalists*”. Defendiam o literalismo bíblico e procuravam afastar ideias novas ou inovadoras; cf. LARA, António de Sousa, Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias, volume II, edição Pedro Ferreira-Editor, Lisboa, 1994, págs. 182 e 183.

<sup>106</sup> O Professor Sousa Lara, só inicia o estudo do fundamentalismo católico com o chamado “*integrismo católico*” do Arcebispo francês M. Lefrèvre e da sua obra “*Acuso o Concílio*”, mesmo reconhecendo que dentro da Igreja Católica é um novo fundamentalismo; cf. LARA, idem, págs. 188 a 190.

<sup>107</sup> De acordo com o cardeal Ratzinger, o conceito do “*fundamentalismo islâmico*” foi recentemente criticado por Reissner numa comunicação efectuada no convénio anual da Görres-gesellschaft, em 1989. Para este, “*aquilo a que chamamos “fundamentalismo islâmico” não deve ser, pois, interpretado, na óptica da ciência das religiões, como “regresso à Idade Média”, mas como tentativa de ir ao encontro dos problemas do presente conservando o princípio de validade do Islão*”. Cf. RATZINGER, cardeal Joseph, A Igreja e a Nova Europa, Editorial Verbo, Lisboa, 1994, pág. 114. Também Moorhead Kennedy, um ex-refém dos fundamentalistas, em artigo de opinião assinado no “Los Angeles Times”, e citado pelo jornal Público de 18/03/1993, considerou ser uma profunda injustiça comparar o fundamentalismo islâmico ao terrorismo, por muito bizarros e perigosos que nos possam parecer ser os seus comportamentos ou culturas.

aparecimento d' *Os Irmãos Muçulmanos*<sup>108</sup>, no Egipto, os *Movimentos radicais palestinianos* e a *Revolução Islâmica Iraniana*<sup>109</sup>.

O fundamentalismo que, apoiado nos princípios islâmicos, tem preocupado o Sistema Internacional é, em grande parte, resultado não de uma mera questão política mas, e muito mais do que isso, de um problema de crescimento. Ou seja, pelos mesmos problemas por que passou o cristianismo, – a Reforma e Contra-Reforma e os Tribunais Inquisicionais, – passa o Islamismo com a agravante dos chefes religiosos (*imãs, xeques ou mallas*) deterem um excessivo poder espiritual, temporal e, ao contrário dos inquisidores que o desconheciam, mediático.

Paradoxalmente, este último poder, por vezes asperamente criticado e conotado como veículo satânico, é que tem permitido ao Islão progredir como religião e como civilização e aos chefes espirituais fazerem-se ouvir. Também os fundamentalistas utilizam este fabuloso veículo de massas para “*defender*” os seus pontos de vista, elaborar ameaças ou reivindicar “*as suas acções operacionais*”.

Mas não são somente os cristãos e os islamitas que detém no seu seio caracterizações religiosas fundamentalistas. Também o Judaísmo, quer como religião, quer na sua vertente política, o *sionismo*, se tem caracterizado por evidenciar uma corrente fundamentalista que, em alguns casos, não difere muito dos fundamentalistas islâmicos.

Dada a sua especificidade político-religiosa e o maior impacto directo que tem no Continente Negro, quer de uma forma directa, quer indirectamente ou em paralelo, o Islamismo será objecto de uma mais elaborada análise. Apesar da sua menor importância e do impacto indirecto na moderna politologia africana que não devem ser dissociados dos modernos movimentos políticos afro-islâmicos, em particular, durante os conflitos israelo-árabes, tanto o Judaísmo, enquanto religião, como o Sionismo, enquanto movimento político, serão os primeiros a ser analisados. A vertente Cristã,

---

<sup>108</sup> Por vezes surgem igualmente sob a designação de Irmandade Muçulmana.

<sup>109</sup> Sobre a Revolução Islâmica propõe-se leitura atenta à tese de doutoramento de Helder Santos COSTA, *Shiismo Iraniano; uma abordagem história-sociológica*, (2 vols.), Lisboa, ISCSP/UTL, 1997 (866 págs.). Cf. vol. 1, págs. 375 e segs. e vol. 2 págs. 438 a 537.

devido a proliferação de igrejas ecuménicas que engloba no seu seio, será a última a ser analisada.

### 6.1.1. O Judaísmo, na base do sionismo

#### 6.1.1.1. A génese filosófica do Judaísmo

Conquanto filosoficamente não exista no sentido estreito do termo, a filosofia judaica tem a sua raiz na Bíblia, segundo o racionalismo talmúdico que a caracterizou de acordo com uma imagem definida e compreensiva do Mundo e da vida.

A esse racionalismo se deve a contribuição filosófica dos gregos. Essa mesma contribuição que aliada às dadas pelos árabes permitiu o surgimento, quer na Antiguidade, quer na Idade Média, de inúmeros filósofos judeus, cuja importância se revelou nos últimos dois séculos quando surgiram os grandes movimentos sionistas que foram a génese do Estado de Israel.

Entre esses filósofos destaque para *Philo*, de Alexandria, Saadaya – fortemente influenciado pelos calamitas árabes e de quem muitos afirmam ser o “pai da filosofia judaica”; a ele se deve o *Torah*, o livro sagrado dos judeus e de Israel, – *Solomon ibn Gabirol*, *Bachya ibn Pakuda*, este influenciado pela cultura árabe sufista, *Judah Halevi*, *Moses Maimónides*, *Hisdai Crescas*, *Joseph Albo*, *Moisés Cordovero*, a quem se deve a instituição do Yom Kippur Katon – o *Dia da Expição*, – um dos dias mais sagrados para os judeus como mais adiante se verá, *Isaac Lúria* e *Joseph Karo*, entre outros.

Mas é entre os modernos movimentos filosóficos judaicos que vamos encontrar a génese do movimento sionista e do moderno Estado de Israel. Entre os movimentos moderados, destacamos a “*Escola Livre Judaica de Berlim*”, cujos mentores foram *Moisés Mendelsohn*, *Naphtali Wesseley* e *David Friedländer*, o “*Movimento Conservador*”, de *Sabato Morais* e *Salomon Schechter*, e o “*Movimento de Reconstrução*”, liderado por *Mordecai Kaplan*. Por sua vez, entre os mais tradicionalistas ortodoxos, destacam-se o “*Princípio de Austritt*” – separatismo, – do rabino *Sansão Rafael Hirsch*, a “*Conferência Central de 1892*” e os “*Congressos Sionistas Mundiais*”, de 1897, no Quênia, no qual *Teodoro Helrz* aceita a criação de um

Estado de Israel<sup>110</sup>, e o de 1917, em Londres, onde, no decorrer do qual, *Arthur Balfour*, antigo MNE britânico, se comprometeu em criar um “*Foyer National Juif*”, um território autónomo onde pudessem regressar todos os judeus da Diáspora.

A “*Declaração de Balfour*”<sup>111</sup>, como ficou conhecida, prometia aos movimentos sionistas, entre outras coisas, a criação de um Estado de Israel, num local que confinaria com as actuais fronteiras do Uganda, e a consagração dos direitos dos judeus, segundo o preceituado pelo Torah, o principal órgão regulador das Leis e Sabedorias terrena e espiritual judaica, nas palavras de Schechter<sup>112</sup>. Todavia, o interesse sionista estava virado para os ancestrais territórios judaico-samaritanos, a Palestina dominada pelos otomanos e árabes islamizados. Essa mesma teoria já tinha sido defendida, no terceiro quartel do século XIX, por *Rabbi Zvi Hirsh Kalisher* (1785-1877), na obra “*Derishath Zion*”. A teoria de Kalisher defendia o avanço dos judeus para a Palestina<sup>113</sup>, através de colónias resultantes dos apoios de governos benevolentes e da generosidade de outros judeus. Justificando-se com passagens da Bíblia e do Talmude<sup>114</sup>.

#### 6.1.1.2. A fundação de Israel

Foi com o Congresso Mundial de 1897 que o Sionismo surgiu como um movimento organizado, em torno de um ideal nacionalista, favorável ao retorno à terra prometida por Deus a Abraão. Ou seja, a defesa do retorno à Palestina, a Terra Santa ocupada pelos Otomanos.

Este ideal emergente leva a maioria dos povos centro-europeus e árabes a declararem uma surda guerra anti-semita e anti-judaica. Os árabes porque viam parte do seu histórico território ser, eventualmente, ocupado por “*ímpios e ancestrais*

---

<sup>110</sup> Herzl tinha-se afirmado no ano anterior quando no I Congresso Sionista, realizado em Basle, Suíça, lança a obra “*The Jewish State*”. Esta obra defendia a criação de um Estado judeu, não independente, reconhecido e apoiado pela comunidade Internacional.; cf. PHILIPS, Ellen (ed.), *Library of Nations “Israel”*, Time-Life Books, Amsterdam, 1986, pág. 58.

<sup>111</sup> Apresentada à Organização Sionista Mundial, pelo Ministro britânico das Relações Exterior, Lord Balfour, em 2 de Novembro de 1917; cf. FAVROD, *Os Árabes*, op. cit., pág. 16 e *The Internacional Status of the Palestinian People*, United Nations, New York, 1981.

<sup>112</sup> HERTZBERG, Arthur, *Judaísmo*, Lisboa, Editorial Verbo, 1981, pág. 99.

<sup>113</sup> Do árabe “*Phalestina*”, que deriva do nome “*Filistina*”, a terra dos filisteus. Para um maior desenvolvimento ver MAMEDE, Suleiman Valy, *Palestina; Drama do nosso tempo*, edição do autor, Lisboa, 1978, 45 págs. (mapas VI e VIII).

*inimigos*” e os europeus que começavam a registar a fuga dos seus melhores economistas e financeiros. A banca e a usura eram dominados pelos judeus.

Mas foi com a Declaração de Balfour, integrada na Declaração de Mandatos da SDN para os territórios dominados pelo Império Otomano, e apoiada, nomeadamente, pelos *art's* 4º e 9º. do mandato britânico na Palestina, que o Estado de Israel começou a tomar forma.

Os artigos em questão admitiam a compra e colonização de terras nos territórios sob mandato. Como se sabe, coube ao Reino Unido a administração do território conhecido por Palestina e onde os sionistas declaravam desejar instalar o Estado de Israel. Ora a política britânica da altura facilitou essa pretensão apoiando a emigração judaica para a Palestina, onde já existia uma pequena colónia judaica de cerca de 10 mil pessoas.

O que os britânicos não previram foi a ida em grande escala de judeus sionistas para aquele território, já de si problemático por os britânicos não estarem a cumprir com as suas promessas de autonomia e independência como recompensa do apoio árabe anti-turco na Primeira Guerra Mundial. Os Judeus cresceram, em dez anos, para um número próximo das 400 mil almas.

Este desmesurado crescimento, para uma região relativamente pequena e pobre, quer no ponto vista agrícola quer de acordo com as informações geológicas dos terrenos que indicavam não apresentarem quaisquer vestígios de minérios, levou os britânicos a tentarem conter a fuga judaica. Churchill chegou a afirmar nos anos 30, que admitiria a existência de um *Lar Nacional* na Palestina mas nunca que, alguma vez, a Palestina se viesse a tornar no *Lar Nacional Judaico*.

Todavia, para os judeus, as trágicas ocorrências ocorridas durante da II Guerra Mundial foram a mola impulsionadora que permitiu reforçar o poder sionista. As profundas feridas abertas pelo nazismo e a própria intolerância europeia foram factores condicionantes para que a fuga de uma Europa destroçada e empobrecida se tornasse realidade. A Palestina era a “terra prometida”.

---

<sup>114</sup> Cf. EPSTEIN, Isidore, Judaísmo, Lisboa, Editora Ulisseia, não datado, pág. 295.





A posição das Nações Unidas, apoiadas pelos norte-americanos e pelos soviéticos, países onde as comunidades judaicas são numerosas e politicamente influentes, acabaram por tornar possível a criação de um Estado judaico. Assim, pela *Resolução 181*, da Assembleia Geral da ONU, de 29 de Novembro de 1947 (33 votos favoráveis, 13 contra e 10 abstenções), o Estado de Israel tornou-se numa realidade. Esta Resolução previa a existência de três entidades políticas diferentes: um Estado judaico (o Estado de Israel), uma Palestina árabe e uma Zona Internacional, que englobava a cidade Santa de Jerusalém, ligadas economicamente, entre si<sup>115</sup>. O Estado de Israel afirmou-se, existindo, oficialmente, desde 1948<sup>116</sup>.

#### 6.1.1.3. As guerras israelo-árabes

A criação do Estado de Israel foi precedido de inúmeros, se bem que localizados, conflitos entre os sionistas e as populações árabes locais. Os primeiros movimentos sionistas, vincadamente militares, foram o *Hashomer*, liderado por *Israel Shoaat*, e o *Irgun Tsva'I Leumi* (Organização Nacional Militar), de que foi membro *Menachem Begin*<sup>117</sup>.

No entanto, foi com a independência que esses conflitos se transformaram em guerras formais. A primeira aconteceu logo após a independência e ficou conhecida pela “*Guerra da Independência*”.

Todavia, foi com as seguintes que o movimento sionista se afirmou no contexto regional e conquistou a antipatia dos novéis países africanos, a maioria membros do Movimento dos Não Alinhados, de que fazia parte, entre outros, o Egipto, um dos principais Estados fundadores deste Movimento. De facto foram as guerras “*dos Seis Dias*”(1967), e a de “*Yom Kippur*” (Outubro de 1973) que provocaram a ruptura total entre os judeus e os governos africanos. Registe-se que, na habitual linha defendida pelos judeus em reconhecerem aos povos o direito à autodeterminação, que as independências africanas foram total e inequivocamente apoiadas por aqueles. Eram, regra geral, os primeiros a reconhecerem o novos Estados.

---

<sup>115</sup> Cf. IÁKOVLEV, A. N. e ZAMIÁTIN, L. M. (dir) e outros Dicionário de Política Internacional, Edições Avante, Lisboa, Agosto de 1988, págs. 311 e 312 e MAMEDE, Suleiman, op. cit., pág. 17.

<sup>116</sup> A Declaração de independência e consequente criação do Estado de Israel, foi proclamada por David Ben-Gurion (1886-1973), o primeiro presidente israelita, em 14 de Março de 1948.

<sup>117</sup> Menachem Wolfvitch Begin (1913-1992), foi primeiro ministro entre 1977 e 1983;

No entanto, há que reconhecer que à posição africana não foram alheias as movimentações políticas dos Países socialistas que, salvo a excepção da Roménia, cortaram relações com Israel e apoiaram os Estados árabes na sua luta com os judeus. África estava, na sua maioria, ligada não só aos Não-Alinhados como, principalmente, alinhada com as posições soviéticas e cubanas.

Só a África do Sul, apesar do seu movimento segregacionista, e a Uganda, do ditador Idi Amin que tinha visto a sua tentativa em se tornar islamita ser recusada pelos imãs, se mantiveram ligadas a Israel. Além destes, por motivos mais políticos que culturais, os territórios ultramarinos portugueses.

Ao mesmo tempo que os africanos, nomeadamente os Estados ao sul do Saara, reafirmavam a sua crítica ao “*movimento sionista internacional*”, devido à ortodoxia religiosa judaica que, por vezes, domina o Knesset (Parlamento israelita), um outro movimento religioso começava, evocando as suas leis religiosas, a afirmar-se no Sistema Internacional, em geral, e no Norte de África e Médio Oriente, em particular.

Estamos a falar do Islamismo e da sua força religiosa, política e militar.

### **6.1.2. O Islamismo e os movimentos fundamentalistas**

#### **6.1.2.1. O Islamismo e as suas raízes históricas**

As três principais religiões ecuménicas e monoteístas, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, tiveram a sua origem no actual Médio Oriente, mais concretamente na região hoje dominada por israelitas, palestinianos e jordanos.

Para que se possa entender o alcance do actual poder islamita, e apesar de poder parecer fugir ao nosso tema, dever-se-á fazer uma introdução histórica, um pouco mais elaborada, ao mesmo, seja no ponto de vista meramente religioso, seja a nível político e social. Neste aspecto ter-se-á de procurar, necessariamente, razões exógenas a África.

No caso do Islamismo, vamos encontrar a sua origem na “*cava de Hira*”, perto da cidade de Meca, local onde o Arcanjo Gabriel, (em árabe *Jibrail Alaihi Salamu*), fez

a sua aparição a *Muhammad ben Abdullah ben Hâxime*, dito *Maomé* (570-632) um peregrino pertencente ao ramo Haquimita do clã *Coraixita*,<sup>118</sup> chamando-o por *Profeta de Allah* (no árabe *Raṣul Allah*) e mandando-o recitar (*iqrâ*)<sup>119</sup> os versículos que se tornariam na base compilada do *Alcorão* (leitura, recitação)<sup>120</sup>, o livro sagrado do Islão, apesar do Profeta protestar o seu analfabetismo.

Efectivamente, foi só após a sua morte que todos os registos corânicos foram compilados por um dos seus secretários, *Zaid ben Tsabit*, sob os auspícios do primeiro califa Abû Bakr (570?-634). A revisão definitiva dos textos corânicos, que não diferem em muito da actual composição, foi feita ainda sob a supervisão de Zaid, a pedido do 3º califa Otman (Uthmân ) ben Affân (†656).<sup>121</sup>

Durante vinte e três anos, Maomé recebeu do Arcanjo as explicações sobre os 6616 versículos (*aiyas*), 114 capítulos (*suras*) e 30 partes (*juz*), que compõem o Alcorão, reveladas na noite da récita, a noite anterior a 27 do mês de Ramadão, denominada por a Grande Noite, (*Laila't-ul-Cadre*), no ano 609.<sup>122</sup>

Quando Maomé tentou fazer chegar a nova doutrina religiosa, nomeadamente, à cidade de Meca de onde era originário o seu clã, foi perseguido, tal como acontece com a maior parte dos profetas das novas religiões, pelos tradicionalistas e opositores da novel doutrina, incluindo membros da sua família clânica.

---

<sup>118</sup> Do árabe *Quraychita*; cf. *Alcorão*, Parte 1, Publicações Europa-América (PEA), colecção “Livros de Bolso”, 2ª. edição, 1989, págs. 8 a 10.

<sup>119</sup> Cf. SOURDEL, Dominique, *L' Islam*, Press Universitaires de France (PUF), col. “Que sais-je?”, 3ème. édition, 1956, pág. 10.

<sup>120</sup> Na nota introdutória dos textos compilados sob o título Alcorão, o Dr. Suleiman Mamede, presidente do Conselho Directivo do Centro Português de Estudos Islâmicos, justifica porque identificou a compilação dos preceitos islâmicos por *Alcorão*. No entanto, alguns autores, nomeadamente os francófonos, entre os quais Sourdel, denominam-na por *Corão*, do árabe *Qorân*. Segundo este autores, o prefixo “*al*”, é um artigo definido comum aos géneros masculino e feminino. Por uma questão de metodologia - em Portugal é regra denominar-se, indiscriminadamente, por Alcorão ou Corão - e porque os nomes próprios não se devem traduzir, como muito bem me chamou à atenção uma individualidade palestiniana árabe, seguirei a denominação portuguesa, mais regular, Alcorão.

<sup>121</sup> Cf. LA SAUSSAYE, Chantepie de, *História das Religiões*, 2º volume, Círculo de Leitores, 1979, pág. 26.

<sup>122</sup> Cf. *Alcorão 1*, op. cit., págs. 8 e 10.

A 16 de Julho de 622 que, segundo o calendário islâmico, correspondente ao primeiro dia do mês muçulmano de *Moharram*, o Profeta foi obrigado a empreender a chamada Grande Fuga ou Emigração, data que passou a marcar o início da Hégira, (*Hijra*) o primeiro dia da Era muçulmana, terminando-a na cidade de Yatrib, a qual foi rebaptizada para *Madīnat al-Nabī*, (Medina) a Cidade do Profeta<sup>123</sup>.

Com a Hégira começou, igualmente, a história da maior e mais expansiva religião da actualidade. Segundo alguns analistas, como Marenches<sup>124</sup>, o Islão é abraçado por mais de 700 milhões de almas, estimando-se que, só no perímetro triangular compreendido pelo continente africano, pelo Rimland e pela Indonésia exista uma *Umma* – Comunidade de Fieis – de, pelo menos, 600 milhões de crentes<sup>125</sup>.

Até à repentina morte do Profeta, a 13 *rabī'l do ano 11*<sup>126</sup>, ocorrida três meses depois da chamada *Peregrinação do Adeus a Meca*<sup>127</sup>, onde se encontra a sagrada pedra de *Caaba*<sup>128</sup>, levou os principais seguidores do Profeta a temerem que a nova doutrina teológica se desmoronasse. Alá tinha levado o seu fiel mensageiro terreno sem deixar uma credível sucessão ao mais alto cargo religioso islâmico. Crises permanentes e contínuas sucederam-se.

#### 6.1.2.2. Da Grande Fuga à Ascensão

Uma das principais consequências foi a cisão do ainda recente, mas já ascendente e triunfante movimento religioso, nas duas facções teológicas do Islão que, ainda hoje, persistem; os sunitas, a mais representativa, e os xiitas, a mais

---

<sup>123</sup> Cf. *Alcorão 1*, op. cit., pág. 11.

<sup>124</sup> Cf. MARENCHES, *Géopolitiques*, edições Stock, pág. 52 e segs.

<sup>125</sup> Cf. MARENCHES, op. cit., pág. 53.

<sup>126</sup> Equivale a 8 de Junho de 632 d.C.; cf. *As Grandes Datas do Islão*, Biblioteca de História, direcção de MANTRAN, Robert, Editorial Notícias, pág. 10.

<sup>127</sup> Assim chamada por ter sido a última que o Profeta realizou; cf. DELCAMBRE, Anne-Marie, *Maomé a palavra de Alá*, Livraria Civilização/Círculo dos Leitores, págs. 112 a 114.

<sup>128</sup> Segundo a liturgia muçulmana, a Caaba, do árabe Ka'ba, (a casa de Deus) - lugar de forma cúbica onde se presta o culto religioso, o *haram* - contem uma laje, a Pedra Negra, provavelmente um meteorito, foi erigida por Adão após a sua expulsão do Paraíso e, mais tarde após o Dilúvio, reconstruída por Abraão e Ismael. Por quando da conquista por Maomé, em 11 de Janeiro de 630 (cf. *As Grandes Datas do Islão*, pág. 9), Meca era o local de culto de três divindades, *Al-Lat*, a “deusa mater”, *Al-Ozza*, a deusa do poder, e *Manat*, a deusa do destino. Uma das primeiras medidas foi destruir as divindades e tornar a Pedra Negra no principal, e único, símbolo material do Islão; cf. DELCAMBRE, op. cit., págs. 22 e segs.

radical.<sup>129</sup> Contudo, reconheça-se que, ao longo dos séculos, foram surgindo novas facções dentro da comunidade islâmica. Umas com cariz eminentemente político, outras marcadamente religiosas: realce-se que, no movimento islâmico, a fronteira entre o profano e o religioso é, e tem sido, tão ténue que por vezes se confunde. – Para esta miscelânea muito contribuíram as disposições religiosa-militares de Maomé.

Quando emigrou para Medina, Maomé levou cerca de 75 aliados e discípulos consigo. Apesar de apoiados pelas autoridades de Medina que os acolheram, os *Emigrados*, assim eram chamados, viveram nos primeiros tempos com moderação, quase pedintes e sofrendo horrores, alimentando-se unicamente de tâmaras e água em regime de subsistência<sup>130</sup>.

Este tipo de vivência preparou os seus espíritos para os novos ensinamentos tanto religiosos, os mais importantes, como sociais, designadamente os militares, obtidos junto dos persas e bizantinos, o que lhes permitiu, mais tarde, dominar Medina, derrotar as caravanas sírias, os mequenses, judeus, (Maomé considerava-os os seus principais inimigos após as tribos judias de *Qorayza* e os de *Nadhira* terem apoiado a tribo mequense Coraixita, e hostilizado abertamente o Islão) e pagãos, (*os infiéis*); ou seja, dominaram a arte de guerra. Passaram da *gazia* (pequenas emboscadas) para a *jihad* (guerra santa), contra os inimigos de Alá.<sup>131</sup>

O Profeta ameaçava fazer chegar o Islão aos outros povos por via da guerra. Os tombados destas refregas - ainda se tratavam de pequenas refregas - recebiam o título de mártires ou testemunhas de Alá, *chahid*, e parte do saque, cerca de um quinto, era entregue à guarda do Profeta.

Em Fevereiro de 628, Maomé e os *Emigrados* decidem efectuar uma peregrinação à sua terra natal, depois de ter aconselhado os seus discípulos a deixarem de se prostrarem para Jerusalém, em retaliação contra os não conversíveis e ímpios judeus, e prostrarem-se antes para Meca. Acampam às portas de cidade, desarmados e envergando o tradicional traje de peregrino. Os Coraixitas, perante a obstinação dos seus principais inimigos e porque em tempo de peregrinação não podiam deixar de lhes

---

<sup>129</sup> MARENCHES, op. cit., pág. 53.

<sup>130</sup> DELCAMBRE, op. cit., págs. 83 e segs.

franquear as portas, decidem celebrar com Maomé um pacto, o *Pacto de Hodaybiyya*<sup>132</sup>, que lhe abria, no ano seguinte, a cidade de Meca por três dias. Se para os discípulos esta solução foi uma decepção, para o Profeta foi a abertura que precisava e a consagração do seu poder<sup>133</sup>.

Depois desta vitória política, Maomé iniciou o alargamento do seu território político e religioso. Toma as praças-fortes de Khaybar, a 150 quilómetros de Medina, desenvolvidas pela expulsa tribo judia dos Nadhir, provenientes desta cidade, e algumas terras Beduínas.

Quando Maomé decidiu tomar a cidade de Meca, alguns dos seus principais opositores, ao tempo da Hégira, tinham desaparecido. Os seus descendentes estavam dispostos à reconciliação. Maomé aceita casar-se com *Umm Habiba*, uma das filha de Abu-Sufyan, o principal chefe mequense, para selar a reconciliação<sup>134</sup>.

No entanto, ainda persistiam algumas desconfianças entre os Coraixitas e os Emigrados, o que se reflectiu na tomada de posição de Maomé perante a morte de um muçulmano. Denuncia o Pacto, equipa dez mil homens e marcha sobre Meca. O sogro, entretanto convertido ao Islão, consegue evitar o derrame de sangue, oferecendo a cidade ao Profeta. A 11 de Janeiro de 630, Maomé entrou em triunfo na cidade de Meca e destruiu os ídolos (*sanam*) que adornavam a Caaba e a Pedra Negra.<sup>135</sup>

É o triunfo político e religioso do Islão que, como verificaremos, não morreu com o Profeta. Bem pelo contrário. A sua morte terrena não foi acompanhada pela morte espiritual e política. O estandarte do Profeta, a *raya*, desfraldava pela Península Arábica. Maomé tinha deixado de ser um simples chefe árabe, o *sayyid*, para se tornar no guia da Arábia.

---

<sup>131</sup> Idem, págs. 86 e 87.

<sup>132</sup> As negociações que levaram às tréguas e ao pacto verificaram-se de Março a Abril de 628; cf. MANTRAN, Robert (dir.), op. cit., pág. 9.

<sup>133</sup> Cf. DELCAMBRE, op. cit., págs. 96.

<sup>134</sup> Maomé ao falecer deixou nove viúvas, apesar de se ter consorciado dez vezes. A favorita foi A'icha, filha de Abû Bakr, o primeiro califa, e mãe de Fátima, mulher de Alí ben Talíb, o quarto califa.

<sup>135</sup> cf. DELCAMBRE, op. cit., págs. 98.

Ao anunciar a sua morte, e perante a consternação que se adivinhava entre os discípulos e peregrinos que se encontravam defronte da casa do Profeta, Abû Bakr proferiu o discurso considerado dos mais importantes na história islâmica e que foi a mola impulsionadora para a manutenção do Islão: "*Maomé não é mais que um apóstolo. Antes dele, outros apóstolos passaram. Então! Se morrer ou for morto voltareis atrás?*"<sup>136</sup>.

Estavam salvaguardados o islamismo e a continuidade da nova onda teológica.

### 6.1.2.3. As Cisões Islâmicas

Se é verdade que as principais e mais conhecidas dissensões islâmicas estão consubstanciadas nos sunitas e nos xiitas, também é verdade que as primeiras divergências no seio islamita surgiram após a morte do Profeta.

#### 6.1.2.3.1. Cisão *Post-Mortem*

Quando os muçulmanos se preparavam para enterrar o seu líder espiritual, surgiram três fortes opiniões sobre o local da sua sepultura: uns, os *mohagerinos*, defensores do enterro em Meca, sua terra natal; outros, os *ansarianos*, auxiliares do Profeta e habitantes de Medina, defendiam a localização da sepultura nesta cidade; por último, os *Hierosolimitas*<sup>137</sup> (ou pró-Jerusalém) entendiam que a sua sepultura devia ficar junto à dos outros profetas monoteístas<sup>138</sup>.

Vingou a tese dos ansarianos. Segundo Abû Bakr, e por vontade expressa de Maomé, os restos mortais do Profeta deveriam ser enterrados no local onde o desenlace se tivesse verificado. No caso presente Medina, onde acabou sepultado.

---

<sup>136</sup> “Se entre vós há alguém que adorava Muhammad, sabe que ele está morto. Todavia, se era a Deus que adoráveis, sabe que ele vive eternamente. Muhammad era apenas o Profeta de Deus e teve a mesma sorte dos Apóstolos e homens pios que viveram antes dele. O próprio Deus disse, no Alcorão, ser ele, apenas, o Seu embaixador e estar sujeito à morte... Quereis dar-lhe as costas e abandonar a doutrina por que ele morreu?... a vossa apostasia não molesta a Deus, mas arrasta-vos à condenação... as benções ... serão lançadas sobre os que continuarem fiéis a Ele...” cf. *Alcorão*, Parte 1, op. cit., pág. 13.

<sup>137</sup> Do grego *Hierosolima*, Jerusalém.

<sup>138</sup> Cf. *Alcorão*, Parte 1, pág. 12.

#### 6.1.2.3.2. Cisão na Hierarquia Teológica

Alguns tempos após o Profeta ter sido sepultado, começou a surgir, no movimento islâmico, a segunda e mais importante manifestação de vontades filosóficas em conflito.

Em causa estavam, numa primeira fase, a sucessão legítima do Profeta no topo hierárquico do novo movimento islâmico, e na segunda fase, a definição das linhas programáticas e pragmáticas a seguir pelo movimento religioso e político.

##### 6.1.2.3.2.1. A Sucessão Legítima do Profeta

Após a morte do Profeta, o Sistema Internacional ganhava uma nova religião, um novo Estado, que apesar de forte não estava organizado, mas, e principalmente como mais adiante verificaremos, uma nova Ordem político-constitucional assente numa obra religiosa.

Todavia, a nova Ordem Religiosa sentia-se órfã e desamparada. O Profeta não deixara herdeiro varão. A situação despoletou as rivalidades que, embora até então surdas, nunca deixaram de existir. Rivalidades entre Meca e Medina, entre os seguidores próximos do Profeta, os Emigrados, e os derrotados e assimilados Coraixitas<sup>139</sup>. A solução encontrada foi a eleição de um Califa (*khalîfa*)<sup>140</sup>.

##### 6.1.2.3.2.1.1. Os Califas

Foram cinco os iniciais e principais califas que sucederam ao Profeta. Primeiro, o seu sogro e amigo, Abû Bakr que reinou de 632 a 634. Seguiram-se-lhe os califados de *Umar ben al-Khattâb*, dito Omar, de 634 a 642, o de *Uthmân ben ‘Affân*, dito Otman ou Osmão, de 644 a 656, o de *Alî ben Abî Tâlib*, dito Ali, de 656 a 658, o genro do Profeta pelo casamento com Fátima (e pai dos únicos sucessores varões de Maomé: Hussein e Hassan) e o de *Mu’âwiya ibn Abî Sufyan* de 660 a 680.

---

<sup>139</sup> Cf. BURLLOT, Joseph, *A Civilização Islâmica*, PEA, pág. 29.

<sup>140</sup> *Califa*: também chamado de “*lugar-tenente*”. O sucessor do Profeta, eleito directamente pela Umma.



Por razões sociológicas, Ali acabou por ser o mais importante dos califas, dado ter sido no seu califado que surgiu o primeiro grande cisma do Islão.

De acordo com a tradição histórica do Islão, Uthmân, o terceiro califa, foi assassinado por partidários, ou a mando, de Ali. Os familiares, agrupados no clã dos Omíadas, liderados pelo Mu'âwiya Sufyan, governador da Síria, desde cedo reclamaram vingança. É o início da ruptura (*fitna*), a primeira, entre a Umma.

Contudo, a disputa pela primazia do califado entre Ali e os sucessores de Uthmân teve a sua precedência na falta de sucessor legítimo de Omar. O segundo califa, ao sentir o aproximar da morte, decidiu criar um conselho de “homens-bons”, *Shura*, composto por seis homens dos dois clãs mais importantes do novo império, que teria por missão eleger o novo califa. Os dois candidatos eram Ali, sogro de Maomé, do clã haxim, e Uthmân, do clã omíada. Este foi escolhido para terceiro califa, dado que Ali desejava criar uma dinastia haxemita, o que foi recusado pelo Shura.

Ali, apoiado nos iraquianos, destituiu Mu'âwiya Sufyan do cargo de governador e defrontou-se com os partidários deste na batalha de Siffin (26 de Julho de 657 d.C.), perto do rio Eufrates. Quando as perspectivas da batalha pareciam sorrir a Ali, os omíadas solicitaram a arbitragem do juízo de Deus, através de um Shura de Adroh.

É a segunda ruptura na comunidade islâmica. Alguns dos partidários de Ali abandonam-no. São os carijitas (*khawâridji*), “os que saem”; estes consideram ser inadmissível que uma tal decisão estivesse dependente do juízo dos homens.

Ali perdeu a arbitragem, em grande parte devido às suas responsabilidades no assassinio de Uthmân, e Mu'âwiya Sufyan foi aclamado califa pelos seus partidários e, mais tarde, reconhecido e aceite – embora se creia, obrigados, – por Hassan e Hussein. O governo do seu califado baseou-se na “sabedoria” e na adesão das tribos, enquanto o califa assumia a postura de um chefe tribal, evitando qualquer pretensão em chamar a si a autoridade religiosa.

O sogro de Maomé, que nunca aceitou de bom grado a destituição, constituindo-se senhor de Bagdad, passou a perseguir os carijitas procurando, acima de tudo,

esmagá-los. Foi assassinado por um carijita, em Kûfa, em Janeiro de 661. Estava consumado o terceiro grande cisma, de que resultam os xiitas.

#### 6.1.2.4. A Diversidade de Ritos

De um lado, temos os defensores da teoria do consenso (*Ijma*), os *sunitas* (*ahl al-sunna*), que se apoiam nos califas; de outro, os *Purificadores do Islão*<sup>141</sup>, adeptos do ultra rigorismo corânico, os *carijitas*; por fim, a ala radical, os teorizadores da legitimidade espiritual (*Shi'ia*) e da evicção (recuperação) do califado de Ali, os *xiitas* (*chi'at 'Alî*).

Além destes, surgiram, mais tarde, os *sufistas*, com base na Síria, e os *Ibaditas* (ou Abaditas), estabelecidos no Norte de África e Omã. Os Ibaditas são, em alguns casos, embora incorrectamente, conotados com a doutrina sunita<sup>142</sup>

##### 6.1.2.4.1. Sunitas

Os Sunitas são considerados como integrando o grupo islâmico mais numeroso, estimando-se que seja seguido por 60% a 80% da *umma* Muçulmana.<sup>143</sup>

A sua principal característica filosófica, aliada à teorização do consenso, a *Ijan*, resulta da interpretação teológica do Alcorão, no que se refere ao califado.

No entanto, existem autores como Charles-H. Favrod<sup>144</sup>, que defendem a teorização da cisão com a dissensão verificada entre os descendentes de Ali, marido de Fátima, que resultou no aparecimento dos Xiitas, e os antigos companheiros do Profeta, os Sunitas, casta ortodoxa.

---

<sup>141</sup> Cf. BURLLOT, op. cit., págs. 30 e 31.

<sup>142</sup> Cf. Collier's Encyclopedia, vol. 13, págs. 312 e 313.

<sup>143</sup> Idem, pág. 313.

<sup>144</sup> Editor da Enciclopédia do Mundo Actual, editada pela Pub. D.Quixote.

Para os Sunitas, o Alcorão e os Hadiths são as únicas autoridades da teologia e doutrina étnica muçulmana. O califa é, unicamente, um chefe administrativo, não gozando da graça divina, de santidade ou de sapiência iluminada<sup>145</sup>.

O período áureo dos Sunitas verificou-se com a dinastia Abássida, entre 750 e 1258 d.C., sendo de destacar as escolas teológicas sunitas, grandes impulsionadoras das novas doutrinas islâmicas, *Maliki, Hanafi, Shafi e Hanbali*<sup>146</sup>.

Actualmente, os Sunitas têm a sua principal força teológica no reino da Arábia Saudita, onde goza do estatuto oficial de Doutrina do Estado; a Jordânia, o Paquistão e a Indonésia fundamentam a sua Doutrina oficial no postulado sunita.

#### 6.1.2.4.2. Xiitas

Ao contrário dos Sunitas, os *Xiitas*, consideram o *Iman*<sup>147</sup> o herdeiro espiritual do Profeta, não só por via familiar, como por via da interpretação teológica do Alcorão. Ele é o chefe administrativo, mas é igualmente o chefe espiritual e a única autoridade com capacidade para interpretar as leis corânicas. Contrariam na sua essência as *distorções sunitas*<sup>148</sup>.

A principal escola teológica xiita surgiu no século IX, dentro dos muros da Mesquita de Samarra.

Conceptualmente e ao contrário dos Sunitas, os Xiitas têm diferentes interpretações teológicas e doutrinárias no seu seio. Umas mais radicais, actualmente próximas do movimento fundamentalista islâmico que tem nos últimos vinte anos, e com certa acuidade, emergido no Sistema Internacional. Outras, mais conservadoras – na situação os moderados – sem no entanto se poderem considerar ortodoxas, são mais teológicas e doutrinárias e menos administrativas, havendo quem as que coloque muito próximo das teses defendidas pelos sunitas. Estão contadas mais de seis dezenas de seitas e subseitas xiitas.

---

<sup>145</sup> Cf. *Collier's Encyclopedia*, vol. 13, pág. 313.

<sup>146</sup> “As escolas malaquita, hanafita, xafeita e hambalita”; *Idem, Ibidem*.

<sup>147</sup> Chefe religioso, legislativo, administrativo e, por vezes, militar. Ali ibn Abi-Talib, o quarto califa é considerado, pelo xiismo, como o primeiro Iman.

<sup>148</sup> Cf. *Collier's Encyclopedia*, *Ibidem*.

Entre os conservadores destacam-se os *Ithma-Ashariyya*<sup>149</sup> e os *Sete*, agrupados à volta da doutrina teológica *Ismaelitas* (ou Ismaelianos), liderados actualmente por Aga Khan. Genericamente, os Sete são reconhecidos por os “*comunistas do Islão*”<sup>150</sup>.

Porém, nem sempre os Sete tiveram atitudes tão moderadas, bem pelo contrário. Os Ismaelitas, têm a sua ascendência reportada ao século IX e aos *Qarmatas*.

Os Qarmatas criaram o primeiro Estado Islâmico independente, na Costa Ocidental do Golfo Pérsico, com capital em Al-Ahsa. Estenderam a sua influência desde a região oriental do Iémen, à Síria e ao Iraque<sup>151</sup>.

Ao Estado Qarmatiano está ligado um longo rol de guerras sanguinárias contra os inimigos do Islão. Apesar disso, até porque a *jihad* é prática comum entre os islâmicos, não conseguiram sobreviver muito tempo. Porém, as doutrinas Qarmatianas foram seguidas e adoptadas pelos egípcios<sup>152</sup>.

Os Sete, por sua vez, estão fragmentados por várias subseitas. Na Síria, são actualmente conhecidos por *Nusayris*, e noutras regiões, nomeadamente em Marrocos pela assimilação de certas festividades cristãs, por *Alawitas*<sup>153</sup> (ou alauitas); na Turquia, por *Alevitas* (região de Istambul) ou *Aluis* (nas montanhas); na Índia por *Boharas* (região de Bombaim) ou por *Khojas* (região fronteiriça com o Paquistão); e na região montanhosa jordano-palestiniana e nos Golã, por *Drussos*.

Entre os radicais, que serão merecedores de maior e mais aprofundado desenvolvimento ao longo deste ensaio, encontramos a sociedade secreta *Drusa*, igualmente septistas, com origem na Síria ao tempo dos Qarmatas. Actualmente, tem maior peso no Líbano.<sup>154</sup>

---

<sup>149</sup> Igualmente conhecidos por os *Doze*, são originários dos doze imãs: o primeiro foi Ali e o último Mohammed al-Mah'di, sebastianizado pelos islamitas – desaparecido misteriosamente, crêem no seu reaparecimento quando for anunciado o fim do Mundo. Predominam no Irão e no Afeganistão; cf. *Collier's Encyclopedia*, vol. 17, pág. 86.

<sup>150</sup> Consideram que o sétimo imã, Ismael, foi o último; cf. *Collier's Encyclopedia*, vol. 13, págs. 314

<sup>151</sup> Anexos: Mapa 7 “*O Estado Qarmatiano*”.

<sup>152</sup> Cf. *Collier's Encyclopedia*, vol. 13, idem.

<sup>153</sup> Idem, ibidem.

<sup>154</sup> Idem, Ibidem.

Além destes, igualmente credores de um maior desenvolvimento, existem outras facções radicais xiitas, (na prática são os que levaram a este estudo), destacando-se os iranianos, afegãos e algumas facções nacionalistas palestianas. São os chamados de “*Integristas*” (no Maghreb) ou “*Fundamentalistas Islâmicos*”.

#### 6.1.2.4.3. Carijitas<sup>155</sup>

Os *Carijitas*, também denominados por “dissidentes”, surgiram de uma dissensão verificada no seio dos partidários de Ali, em 640 d.C., na disputa sucessória de Maomé com os partidários de Uthmân, agrupados no seio da seita islamita *Muri’ah*<sup>156</sup>.

Defendem, intransigentemente uma moral rigorista e ultra corânica, condenam todo e qualquer luxo, exigem que o califado seja transmitido por via eleitoral, não sectária, ou seja, o califa deverá ser qualquer muçulmano sem distinção de raça, tribo ou proveniência (um escravo negro é, era, tão elegível como qualquer homem livre). Todavia, logo que alguma falta fosse cometida cessava a legitimidade de ser eleito.

Dado o seu carácter democrático (será por isso que o presidente líbio Kadhaffi declara que a democracia tem a sua raiz junto dos árabes!?) os carijitas eram predominantemente recrutados entre os populares e os recém-convertidos (*os mawali*) do Império Omíada.

#### 6.1.2.4.4. Sufistas

Os *Sufistas* têm a sua sede em Bagdad, estando ligados, conceptualmente, aos cristãos e aos budistas. Remontam aos primórdios do século IX, sendo o seu inspirador teológico Maruf al-Karkhi<sup>157</sup>. Espalharam-se desde Java a Marrocos entre os séculos XII e XIII d.C.

---

<sup>155</sup> Cf. BURLLOT, op. cit., págs. 30 e 31.

<sup>156</sup> Uthmân na sua disputa sucessória com Ali, porque este era apoiado pelos carijitas, criou uma seita islamita para o apoiar. Esta seita cujo significado árabe é “*os que adiam o julgamento temporal*”, consideravam que só Alá tinha competência exclusiva para julgar os actos religiosos de um muçulmano.

Obtiveram uma grande importância doutrinal no século XVI, quando se tornaram na doutrina oficial dos Turcos Otomanos. A partir do século XIX começaram a decrescer de importância.

Presentemente os Sufistas, que têm buscado sistematicamente refúgio junto do Irão, procuram, quase em exclusivo, desenvolver o estudo da teologia, da filosofia e da arte poética. Pode-se dizer que abandonaram as práticas político-doutrinárias.

#### 6.1.2.4.5. Ibaditas

Os *Ibaditas* (ou *Abaditas*)<sup>157</sup>, fundados por *Abd-allah-ibn-Ibad*, formam uma comunidade islâmica auto-segregada. É a menos importante e encontram apoio populacional no Omã, Zanzibar e parte do Norte de África, em particular na Argélia. Defendem um conceito próprio sobre a fé e as leis corânicas. Segundo alguns autores, estão ligados aos sunitas, por vezes com estes se confundindo. Outros, como Burlot, consideram-nos um ramo do carijismo.

Tal como outros movimentos, igualmente os Ibadistas registam no seu seio diferentes facções teológicas e doutrinárias, entre elas os *Kakkaritas*, os *Khafitas* e os *Nafatistas*.

#### 6.1.2.4.6. Outras Ramificações Teológicas

Tal como se verifica entre os cristãos, também a Umma, em particular nos ritos Sunitas e Xiitas, regista no seu seio a existência de diferentes movimentos teológicos e seitas.

Entre os Sunitas, embora incorrectamente considerados seitas porque se tratam de escolas – ver §6.1.2.4.1., – destacam-se os *Hanafitas* que, juntamente com os *Malaquitas*, são considerados os mais liberais, distribuem-se pela Rússia, Estados muçulmanos da ex-URSS, Turquia e Norte do Egipto; os Malaquitas vivem em

---

<sup>157</sup> Cf. BURLLOT, op. cit., págs. 30 e 31.

<sup>158</sup> Cf. *Collier's Encyclopedia*, vol. 13, págs. 314.

Marrocos, havendo quem os confunda com os Alauitas, e no sul de Espanha. Existem, ainda, os *Chafitas* (ou xafeítas) e os *Hanabitas* (ou hambalitas).

Mais correctamente se poderá considerar seita o *Mahdismo* (do árabe *Ma'hdî* – os escolhidos)<sup>159</sup>. São duas as mais conhecidas; a *Terceira Teoria Universal*, do dirigente líbio Kadhaffi – os islamitas consideram, somente no contexto religioso, uma seita herege (politicamente tem sido muito importante para o radicalismo árabe as teorias kadhafianas) e os *Ahmadiyah*, no Paquistão<sup>160</sup>. Dadas as suas características político-religiosas, estas duas seitas são importantes no seio islâmico.

Por sua vez o Xiismo, dadas as suas características radicais e teológicas é mais aberto à existência de diferentes seitas e sub-seitas.. Até ao momento já se registaram, mais de seis dezenas de seitas e sub-seitas. Destacam-se os já citados Doze e os Sete e, ainda, os *Pentistas*<sup>161</sup>. O Professor Santos Costa, na já citada tese de Doutoramento, defende a divisão do Xiismo em duas correntes ideológicas puras. O *xiismo vermelho*, revolucionário e puro com inspiração no 1º iman, Ali ibn Abi-Talib, e o *xiismo negro*, clerical e dogmático, com antecedentes ao período safávida<sup>162</sup>.

Os próprios carajitas, que se distribuem pela Argélia e Tunísia, apesar de serem considerados ultra-corânicos são, ainda assim, menos radicais que os xiitas. Durante o processo que opôs os militares argelinos ao movimento islâmico pró-xiita FIS, os carijitas mantiveram-se, embora de uma forma discreta, do lado dos militares. Não obstante parecerem poucos e unidos, estão contabilizadas três seitas entre os carijitas:<sup>163</sup>

- os *azraqitas*, praticantes extremistas do terrorismo, rejeitavam qualquer dissimulação legal e massacravam impiedosamente os seus adversários;
- os *najadat*, embora contemporizadores com a dissimulação da fé, foram, no entanto, fortes teorizadores da tomada do poder pela via armada;

---

<sup>159</sup> Segundo a lenda islâmica, Alá há-de enviar a Terra um líder cuja principal função será unir todos os muçulmanos antes do Juízo Final. O dirigente líbio Kadhafi foi um dos que já reclamou esse título.

<sup>160</sup> Cf. Público de 21/05/95.

<sup>161</sup> O Prof. Sousa Lara define os Doze e os Sete por dozismo e septismo; cf. LARA, Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias, vol. II, op. cit., págs. 195 e 196.

<sup>162</sup> COSTA, Helder Santos, op. cit., vol. 1, pág. 392.

<sup>163</sup> Cf. BURLOT, op. cit., pág. 31. Todavia, MANTRAND, As Grandes Datas do Islão, op. cit., pág. 16, considera que os Ibaditas (ibâditas quietistas) e os azraqitas (azrakitas radicais) não são seitas dentro do Carijismo mas cisões deste rito islâmico.

– os *sufritas*, condenavam o assassinio político, admitiam a dissimulação da fé, quando necessário e por prudência, e rejeitavam os massacres entre os filhos dos infiéis.

### 6.1.3. O Islamismo, uma Religião e uma Ideologia

#### 6.1.3.1. Quando a Ideologia se sobrepõe à Religião

Antes de entrar na questão propriamente dita, é de toda a conveniência relembrar o que define Religião e o que é a Ideologia. As diferenças que as distinguem, se as há e quais, e como podem subsistir em paralelo.

##### 6.1.3.1.1. Religião e Ideologia, concepções

Segundo o dicionário de Francisco Torrinha, entende-se Religião por "*Culto prestado a Deus*" e Ideologia por "*Ciência das ideias; sistema que considera as ideias em abstracto*".

Ora se ninguém questiona que a Religião é um culto prestado a uma entidade onnipresente, teologicamente definido por "*Deus*", já quanto à Ideologia as definições são, *de per si*, controversas. Senão vejamos.

A escola liderada por Cabanis e Destutt de Tracy, que na concepção de Althusser, teriam forjado a expressão Ideologias, visava a teoria (genética) das ideias<sup>164</sup>. Marx considerava-a como o "*sistema das Ideias, das representações, que domina o espírito do homem ou de um grupo social*"<sup>165</sup>.

Mais recentemente, teóricos como os Professores Adriano Moreira, Sousa Lara ou Barrilaro Ruas têm apresentado outras concepções para as Ideologias.

---

<sup>164</sup> Cf. ALTHUSSER, Louis, Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado (Notas para uma investigação), Editorial Presença, n/datado, pág. 69.

<sup>165</sup> Idem, ibidem.



Para Adriano Moreira, a Ideologia é "*um conjunto de conceitos existenciais que orientam a luta pela captura, manutenção e exercício do poder político*"<sup>166</sup>.

Por sua vez, enquanto Sousa Lara define Ideologia como "*um conjunto de forças sociais resultantes da aplicação concreta, explícita ou implícita, da ideia, ou seja, a materialização das ideias através das doutrinas*"; já Barrilaro Ruas, considera-a como a "*ideia da ideia, incapaz do progresso*".<sup>167</sup>

Todavia, é Wendzel que apresenta uma definição de Ideologia que creio ser a que melhor caracteriza a actual escola ideológica.

Para este professor norte-americano da *Universidade do Maine*, Ideologia pode ser definida como: "*O somatório total mais ou menos coerente de ideias e pontos de vista sobre a vida e o mundo (sistema de crença, doutrina, Weltanschauung<sup>168</sup>), que norteiam as atitudes dos actuais ou futuros detentores do poder.*"<sup>169</sup>

Ou seja, face às múltiplas definições que caracterizam a Ideologia, esta é, ou pode ser definida como:

*um somatório de ideias e valores intrínsecos que, representando um conjunto de forças sociais (doutrinas, mitos, crenças, directrizes), se orientam de uma forma explícita ou implícita, para uma atitude conducente à luta para a procura, manutenção e exercício do poder político.*

Esta é a definição que melhor parece caracterizar a actual corrente ideológica do Islamismo.

---

<sup>166</sup> Cf. MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, ed. da Livraria Bertrand, Junho 1979, págs. 262 e segs.

<sup>167</sup> Cf. LARA, António de Sousa, *Elementos de Ciência Política*, ed. de Pedro Ferreira - Editor, 3ª. edição, 1991, págs. 111 e segs.

<sup>168</sup> Grosseiramente traduz-se por "visão do Mundo";

<sup>169</sup> Cf. WENDZEL, Robert L., *Relações Internacionais: O Enfoque do Formulador de Políticas*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, pág. 35. Registe-se que, embora a edição seja brasileira, por uma questão de coerência foi retranscrita em português europeu.

### 6.1.3.2. Islamismo: Religião, Direito e Ideologia; a difícil fronteira

Pode o Islamismo ser considerado uma Religião, ou uma Ideologia sustentada por um Direito Teológico e afirmada num Direito Civil; ou será uma súmula conceptual da vida espiritual e da vida temporal? Esta é a grande questão por que passam os Islamitas. De acordo com Sayyid A'la Maududi<sup>170</sup>, o conceito islâmico de vida caracteriza-se por “...*não aceitar nem conflitos nem separações significativas entre a vida espiritual e a mundana...*”, ou seja, “... *não se limita apenas a purificar a vida espiritual e moral do homem no sentido restrito da palavra, o seu alcance estende-se a todas as esferas da vida.*”<sup>171</sup>

Se o modo de vida islâmico se caracteriza pela abordagem única de uma vida social e espiritual paralelas, é igualmente correcto afirmar que essa característica assenta em três conceitos, ou postulados, verdadeiramente fundamentais para a sua compreensão:

- a. O Postulado pré-Religioso ou Básico;*
- b. O Postulado da Fé, (Iman);*
- c. O Postulado do Comportamento Social.*

#### 6.1.3.2.1. O Postulado pré- Religioso

De acordo com os fiéis do Islão, o Homem é o representante de Deus (Alá) numa pequena poeira, a Terra, que existe no seu enorme Reino Cósmico, o Universo.

Quando Deus criou o Homem não o colocou directamente na Terra. Segundo os Islamitas, Adão o primeiro homem e primeiro profeta de Alá na Terra<sup>172</sup>, viveu inicialmente no Jardim do Éden, onde desfrutava de uma generosa abundância e duma maravilhosa tranquilidade. No entanto, Deus tinha-lhe imposto uma condição, para que pudesse continuar a usufruir dessa generosidade. Não deveria aproximar-se de uma

---

<sup>170</sup> Cf. A'LA MAUDUDI, Sayyid Abul, “O Islão - Código de Vida para os Muçulmanos”, World Assembly of Muslim Youth, Lisboa, 1979, 93 págs.

<sup>171</sup> Cf. A'LA MAUDUDI, op. cit., pág. 9.

<sup>172</sup> Segundo o Islão, os primeiros seres humanos que Deus criou foram Adão e Eva, sendo Adão, igualmente, o primeiro profeta de Alá.

certa árvore, sob pena de sofrer um determinado dano e uma exemplar e implacável justiça divina.

Porém, o grande inimigo de Deus, – tal como no cristianismo, Satanás<sup>173</sup> é o nome utilizado pelos islâmicos, – tentou os primeiros humanos, levando-os à perda da prosperidade e imortalidade que detinham. A fúria divina não se fez esperar. Todavia, Deus na sua infinita complacência, e achando que a sua obra, – o ser humano, – tinha demonstrado ainda não ser totalmente perfeita e, por tal facto, susceptível de ser aperfeiçoada, enviou Adão e Eva para a Terra, onde viveriam, morreriam e, por fim, regressariam para o Juízo Final.

Antes de serem enviados a terra, Deus chamou Adão que foi instruído sobre o caminho que os homens deveriam, no futuro, seguir neste mundo. Deus concedeu-lhe o conhecimento da realidade, um código que lhe garantia a via para uma vida cheia de felicidade e de sucesso. Ou seja, transmitiu-lhe os primeiros e principais fundamentos do Islão: “*a atitude de completa submissão a Deus, Criador do Homem e do Universo inteiro*”<sup>174</sup>. Esta foi a primeira religião que Adão transmitiu à humanidade e que, algumas gerações mais tarde, por negligência ou esquecimento, por insensatez ou maldade, esqueceram e perverteram esses ensinamentos, criando e, ou, misturando novas divindades à inicial; rejeitaram os princípios religiosos transmitidos por Deus, no que respeitava à “*ética social e moralidade colectiva*”, ou seja, esqueceram e rejeitaram a *Charia*. Pela primeira vez, e com a total evidência, surge o reconhecimento da Charia como a *Lei de Deus*, onde se explicita que todo o Homem Lhe deve a suprema obediência, demonstrar a Fé.

#### 6.1.3.2.2. O Postulado da Fé (Iman)

Dado que os homens se tinham desviado do “*recto caminho*”, Alá (por já estarmos em pleno postulado islâmico, passar-se-á de ora avante a designar Deus pela denominação árabe) não só não os forçou a retomá-lo como nomeou algumas “*pessoas virtuosas*” de entre a Umma para chamar e guiar ou, se caso disso, admoestar a comunidade sobre o caminho da verdade que deveriam percorrer enquanto durasse a

---

<sup>173</sup> Também conhecido por Lúcifer (em árabe *Iblis*); cf. Alcorão: cap. VII:, vers. 11 a 18 e 20 a 25, (Parte 1), op. cit.

sua vida terrena. Esses virtuosos foram os profetas a quem Alá retransmitiu o *Din*, “o verdadeiro modo de vida, o recto caminho”, o mesmo que tinha indicado no início da existência terrena.<sup>175</sup>

De acordo com os islamitas, Maomé foi o último profeta de Alá; o que recebeu os últimos ensinamentos do Islão, transmitidos pelo Arcanjo Gabriel, os quais foram, mais tarde, compilados e consagrados no Alcorão<sup>176</sup>. Os muçulmanos passavam a ter, a partir deste momento, um veículo escrito que consagrava o pacto de Fé, o Iman, celebrado entre o Homem e Alá.

Este é o 2º postulado fundamental do muçulmano. O *contrato legal* entre Alá e a Umma.

No presente contrato Alá oferece o Paraíso, “o êxito supremo”<sup>177</sup>, aos que melhor cumprirem as suas obrigações sociais e religiosas; aos que de uma forma contratual e nada metafísica ofereçam a sua vida e os seus bens terrenos em prol de Alá, sob a perspectiva da promessa do Paraíso e de uma vida maravilhosa no Além. Ou seja, Alá “... compra a vida e os bens dos fiéis, e promete-lhes, como preço, a recompensa do Paraíso na outra vida”<sup>178</sup>. No entanto, os islamitas reconhecem que todas as coisas que existem neste mundo pertence a Alá. O homem usufrui delas em seu benefício, sob custódia, tentando não as danificar para que toda a Umma possa continuar a disfrutar das coisas maravilhosas que Alá ofereceu.

Este contrato supremo de Fé com Alá só pode ser efectuado por um *Momin*, o crente. É o único que pode, deve, cumprir as normas prescritas no Alcorão tornado, agora, Lei Fundamental do Islão. Começa a existir a necessidade do crente ter um comportamento social que esteja em consonância com a Lei Divina.

---

<sup>174</sup> Cf. A’LA MAUDUDI, op. cit., pág. 12.

<sup>175</sup> Cf. Alcorão: cap. II:, vers. 208-213, (Parte 1), op. cit.

<sup>176</sup> Cf. Cap. 3, §3.1. *O Islamismo e as suas raízes históricas*.

<sup>177</sup> Cf. Alcorão: cap. IX:, vers.111, (Parte 1), op. cit.

<sup>178</sup> Cf. A’LA MAUDUDI, op. cit., pág. 15 e Alcorão: cap. IX:, vers.111 (Parte 1), op. cit.

### 6.1.3.2.3. O Postulado do Comportamento Social

Quem recitar a *Kalima*<sup>179</sup> passa a ser um Momin que adere a um certo número de doutrinas, segundo certos princípios consagrados no Iman e na Lei Islâmica. Ou seja, começa a haver um certo modo de vida, muito própria, do muçulmano. Este que demonstra uma fé inabalável em Alá, submete-se consciente e voluntariamente aos desígnios de Alá em todos os aspectos da sua vida. Uma vida que lhe exige submissão, obediência e, acima de tudo, uma completa falta de autonomia e a recusa de comportamentos altivos, ou ambições injustificadas, quando fora dos preceitos impostos pelo Islão. Igualmente a gula e a pilhagem de despojos são banidas pela Lei Islâmica<sup>180</sup>

Resumindo, os fieis estão totalmente dependentes da Lei Islâmica. Têm de assumir um comportamento social irrepreensível e obediente a Alá. A organização social, política económica e legal da Umma deve “... *condizer com o Código de Direcção revelado por Deus e de nenhuma maneira o poderá violar*”<sup>181</sup>. Esta é a norma que vigora para reforçar, consolidar e desenvolver as relações entre os crentes e Alá. Como lhe chama A’la Maududi é um *esquema-código da vida comportamental* que nos levará à *Charia*<sup>182</sup>, cujas fontes são o Alcorão e a Sunna (Dizeres) do Profeta.

Temos, assim, consubstanciada a Lei Fundamental da Sociedade Muçulmana em toda a sua plenitude e que se sintetiza em cinco importantes pontos<sup>183</sup>:

*1º. As faculdades e os órgãos através dos quais funciona o nosso livre arbítrio são dadas de Alá e não o resultado dos nossos próprios esforços;*

---

<sup>179</sup> Afirmação de profissão de fé através da frase corânica “Não há outra divindade senão Deus e Maomé é Seu Profeta” (*La Iláha Il’ Allah Muhammad Raçul Allah*); cf. *Alcorão* (Parte 1), op. cit., pág. 12.

<sup>180</sup> De acordo com a tradição muçulmana, os despojos de guerra são pertencas de Alá e do Estado. Todavia diz a História que isso está longe da verdade; Idem, cap. VIII; vers.1, (Parte 1), op. cit.

<sup>181</sup> Cf. A’LA MAUDUDI, op. cit., pág. 20.

<sup>182</sup> Segundo A’la Maududi a seguir a Charia, este código de comportamento é a mais verdadeira e coerente atitude da humanidade, por estabelecer padrões de comportamento humano disciplinado, quer individual quer no colectivo, assim como para as maiores e, ou, menores tarefas que são incumbidas aos Momin e anunciadas pelo “Livro” e pelo “Mensageiro” como encarnação da Realidade; cf. A’LA MAUDUDI, op. cit., págs. 22 e 23.

<sup>183</sup> Cf. MAUDUDI, “*Lei e Constituições Islâmicas*”, Lahore, 1960, pág. 49, citado em A’LA MAUDUDI, op. cit., pág. 23.

**Ou seja, ninguém tem o poder de fazer nada por sua iniciativa laboral ou intelectual.**

***2º. Até a liberdade de opção nos tem sido concedida por Alá, e não fomos nós que a ganhamos mediante esforço pessoal;***

**A fazer fé neste preceito os muçulmanos são autómatos, o que não me parece ser verdade nos tempos que correm.**

***3º. Todas as coisas em que funciona o nosso livre arbítrio não são apenas propriedade, mas também criação de Alá;***

**A Umma não tem direitos de propriedade na Terra. “Os locais de habitação terrena” são isso mesmo, meros locais de permanência enquanto durar a vida material em Terra.**

***4º. O território em que exercemos a nossa independência e liberdade é também território de Alá;***

**A completa submissão aos desígnio divinos reflectem-se neste preceito.**

***5º. A harmonização da vida humana com o Universo impõe a necessidade da existência de um Soberano e uma Fonte de Direito comum às duas esferas da actividade humana – a voluntária e a involuntária, ou noutras palavras, a moral e física. A separação destas duas esferas em compartimentos impermeáveis leva ao aparecimento de um conflito irreconciliável que acaba por provocar desordens e desastres sem fim não apenas no indivíduo, mas também à Nação e à Humanidade em conjunto;***

**Ou seja, a Comunidade Muçulmana aceita limitar-se, na sua vontade, aos termos prescritos por Alá misericordioso e todo sabedor. A vontade de Alá, – e não a**

do indivíduo, – “... é que forma a primeira Fonte de Direito na Sociedade Muçulmana.”<sup>184</sup>,”

Mas a Charia não se limita a enumerar a relação das virtudes (*Ma'rufat*) e dos vícios (*Munkarat*) a serem seguidas pela comunidade. Ela elabora um forma de vida na sua totalidade, de maneira que as virtudes humanas sejam desenvolvidas e os vícios não ofusquem ou delapidem a vida dos fiéis. Por sua vez, a Charia divide e classifica as virtudes e os vícios humanos.

Assim, as virtudes, ou *Ma'rufat*, são classificadas em três categorias: as obrigatórias, conhecidas por *Fard* e *Wagib*, as recomendadas, as *Matlub*, e as permitidas, as *Mubah*. Os vícios, ou *Munkarat*, são classificadas segundo dois conceitos: aqueles que proibem em absoluto, o *Haram*, e o que, pelo seu conteúdo, somente desagrada, o *Makruh*. Sintetizemos cada uma destas categorias.

#### 6.1.3.2.3.1. As *Ma'rufat*

As *Ma'rufat* representadas pela *Fard* e pela *Wagib* são explicitamente elaboradas pela Charia no sentido em que a Umma necessita de mandamentos claros e imperiosos que restrinjam todo e qualquer atitude que contrarie a Lei Divina.

As *Matlub*, virtudes recomendadas, são aquelas que a Charia quer que sejam praticadas e respeitadas pela comunidade de fiéis, não exigindo, porém, a sua completa aplicação. Umas são apresentadas de uma forma explícita, outras são meramente recomendadas através da *Sunna*.

As *Mubah* são as mais facilmente compreendidas. É permitido tudo o que não é *Munkarat* e, ou, não é *Ma'rufat* obrigatório, ou recomendado.

#### 6.1.3.2.3.2. As *Munkarat*

---

<sup>184</sup> Cf. A'LA MAUDUDI, op. cit., pág. 24.

As coisas proibidas pela Lei Islâmica são agrupadas em duas categorias: as absolutamente proibidas, as Haram, e as que só desagradam, as Makruh. As primeiras são definidas de maneira clara e categórica no Alcorão e na Sunna. Obrigam, em alguns casos, a uma total abstinência por parte dos muçulmanos de praticarem certas atitudes e certos actos. As Makruh, apesar de na sua maioria não estarem escritas, a Charia deixa ao cuidado e à sensatez da Umma e do indivíduo a noção de dever praticar, ou não, o acto ou a acção que se propõe fazer. Devem ponderar, previamente, os seus comportamentos e o modo como os exteriorizam.

#### 6.1.3.2.4. A Ideologia Islâmica

Chegamos, assim, à constância da Charia. Uma Lei que prescreve as directrizes que regulamentam a vida individual e colectiva dentro da Umma. Estas directrizes abraçam assuntos tão variados como complexos: a religiosidade e os seus ritos, o carácter, a moral e os hábitos do indivíduo e da comunidade, as relações familiares, os problemas sociais e económicos, o sistema judiciário, leis que regulamentam os actos de guerra e da paz e, por fim, as relações entre a Umma e comunidades não islâmicas, ou seja, as relações internacionais.

Resumindo, todos os sectores da vida social e individual são positivados pela Charia. As directrizes mostram qual o caminho que a Umma deve seguir. Distinguem o bom e o mau, o útil e o supérfluo, a cultura da virtude e os malefícios dos vícios, o admissível e o perigoso. Regulamentam a vida social da comunidade e define os limites da mesma. Por fim mostram os meios e os recursos disponibilizados por Alá para a obtenção de uma ordem social dinamizada. Mas, como muito bem observam os muçulmanos, a Charia *“só pode funcionar de uma maneira permanente e eficaz se todo o sistema de vida se guiar por ela e só por ela”*<sup>185</sup>. Ou seja, desde que a Charia possa ser exportada e implementada em todo o Sistema Internacional. É a exportação da Ideologia Islâmica.

#### 6.1.3.3. Os três vértices do Moderno Fundamentalismo Islâmico

---

<sup>185</sup> Cf. Seleccções da Lei e da Constituição Islâmica citadas por A'LA MAUDUDI, op. cit., pág. 29.



O Fundamentalismo Islâmico assenta numa complexa base, donde ressaltam, como vértices principais, a aparição do Arcanjo Gabriel a Maomé e o início do Islão, o aparecimento dos Irmãos Muçulmanos, os movimentos radicais palestinianos e a Revolução Iraniana.

Relativamente ao fundamentalismo islâmico à que realçar as palavras de Santos Costa<sup>186</sup>, que defende a existência de “*Moderno Fundamentalismo Islâmico*” que, segundo este Professor, está assente nos pensamentos de Heilman e Friedman, ou seja “*os fundamentalistas já não se vêem a si próprios como elementos subjugados aos efeitos corrosivos da vida secular; ...*” – embora os acontecimentos da Argélia pareçam não lhe dar razão –, “*... consideram-se elementos retaliadores, capazes de lutar eficazmente pela defesa e salvaguarda dos seus ideais...*”<sup>187</sup>, no caso alicerçados a uma religião, o Islamismo. Esta vontade leva-nos ao vocábulo mais recente, os Integristas, que de acordo com Santos Costa serão “*aqueles que defendem a integridade da fé até ao ponto de exigirem uma certa perfeição e purezas morais*”<sup>188</sup>.

Dado já ter sido abordado o nascimento do Islão, analisemos os três restantes vértices que deram origem ao moderno fundamentalismo islâmico.

#### 6.1.3.3.1. Os Irmãos Muçulmanos<sup>189</sup>

Fundado em 1927 por Hassan al-Banaâ, em Ismailia, cidade egípcia da Companhia do Canal do Suez, este movimento, simultaneamente confraria religiosa e organização social e política, tornou-se em pouco mais de 20 anos num importante e bem organizado movimento político armado, cujos tentáculos se fizeram sentir na guerra da Palestina ao lado das tropas reais egípcias<sup>190</sup> e nas actividades nacionalistas anti-britânicas no Canal em 1951-52.

---

<sup>186</sup> Cf. COSTA, op. cit. vol. 2. págs. 567 a 569.

<sup>187</sup> Idem, ibidem.

<sup>188</sup> COSTA, Helder Santos, op. cit., vol. 2, pág. 574.

<sup>189</sup> Cf. CARRÉ, Olivier (dir) e outros, L’ Islam et l’ État dans le Monde d’ Aujourd’ hui, “*CARRÉ, O. e SEURAT, Michel, L’ utopie islamiste au Moyen-Orient arabe et particulièrement en Egipte et en Syrie*”, PUF, 1<sup>re</sup>. édition, Paris, 1982, págs. 13 e segs.

<sup>190</sup> A presença das milícias dos Irmãos Muçulmanos nunca foi bem aceite pelos realistas, apesar daquelas terem sido integradas, mais tarde, no exército real.

Devido ao crescendo de importância e ao fervor nacionalista que os Irmãos manifestaram desde o início, nomeadamente entre os finais dos anos 40 e inícios da década de 50, a sua influência estendeu-se ao Sudão, à Jordânia e à Síria. Uma das primeiras consequências foi a sua ilegalização no Egipto, em 1949, na sequência do atentado mortal contra o primeiro-ministro Noqrâshi no ano anterior<sup>191</sup>, e a restrição de todas as suas actividades político-sociais na maioria dos países da região.

Nesse mesmo ano de 1949, o seu fundador era assassinado e substituído por Hodaybi, um moderado favorável à restrita actividade política e contra o terrorismo. Ao mesmo tempo, dentro do movimento emergia um sector próximo da “*jihad*”, a “*Organização Secreta*” defensora de uma linha dura contra o poder institucionalizado.

Em 1952, com a Revolução nasseriana de Julho<sup>192</sup>, o movimento foi novamente legalizado e, em consequência, surgem inúmeras revistas, das quais se destacam a *Al-Da’wa* (O Apelo), pelo cariz eminentemente político, e a *Al-I’tiçam* (Ligação a Deus), religiosa.

No entanto, e na sequência de um hipotético atentado contra o coronel Gamal Abdel Nasser (1918-1970), em Outubro de 1954, levado a efeito por um indivíduo que se declarou membro dos Irmãos Muçulmanos, a confraria que, desde Julho, já vinha a contestar o regime instituído, foi novamente ilegalizada. Milhares de militantes e simpatizantes são detidos, alguns dos seus principais dirigentes condenados à morte e as revistas silenciadas.

É uma travessia no deserto que se vai prolongar até à ascensão ao poder, em 1970, do vice-presidente Anwar el-Sadat (1918-1981). Quando assumiu o poder, el-Sadat decidiu amnistiar todos os presos políticos, entre os quais todos os dirigentes e simpatizantes da confraria. As principais revistas ressurgem.

Porém, um atentado verificado em Abril de 1974 e levado a efeito por um auto-denominado Partido Islâmico da Libertação (PIL), financiado pela Líbia e baseado na

---

<sup>191</sup> Cf. CARTA, Luís e outros, História das Revoluções, volume 3º, “MANSFIELD, Peter *A Revolução Nasseriana*”, pág. 567 a 598.

Jordânia e no Iraque, provoca, uma vez mais, a perseguição dos islamitas da confraria (nesta altura a confraria era constituída pelos Irmãos e pelas Irmãs Muçulmanas). Alguns dos principais teorizadores dos Irmãos procuraram refúgio noutros países árabes, nomeadamente na Arábia Saudita, casos da senhora Zaynab al-Ghazali (Irmã Muçulmana) e do seu irmão Mohammed al-Ghazali, ligado ao ministério dos Assuntos Religiosos. Provou-se que tinham ligações ao PIL. Desde 1981, que está legalmente interdita toda a actividade política e social no país.

#### **6.1.3.3.2. Palestina, a Região da Conflitualidade<sup>193</sup>**

Por uma questão de lógica territorial, a que acresce uma complexa teia histórica e antropológica, toda a região que compreende os actuais Líbano, Estado de Israel, Jordânia e o Território Autónomo da Palestina (consagrado nos Acordos de Paz de Washington<sup>194</sup>), vai ser designada como Palestina.

Apesar da actual Palestina não ser um Estado independente e estar confinada, na sequência dos citados Acordos, aos territórios que actualmente a representam, a faixa de Gaza e a cidade de Jericó, é governada segundo o Direito Islâmico. Todavia, o governo do Território Autónomo da Palestina, a *Autoridade Palestiniana*, dada a proximidade israelita, a hostilidade jordana e os Acordos, não pode, (nem deseja), a plena aplicação da Charia tal como querem os defensores da *Intifada*<sup>195</sup> e os radicais do *Hamas*, Movimento de Resistência Islâmico, da *Jihad Islâmica* e do *Hezbollah*, Partido de Deus, só para citar os principais movimentos fundamentalistas palestinianos ainda em actividade.

##### **6.1.3.3.2.1. Os movimentos radicais palestinianos e a origem da O.L.P.**

---

<sup>192</sup> Na madrugada de 23 de Julho de 1952, um grupo de jovens oficiais egípcios sob as ordens do general Mohammed Nagib e a organização do coronel Nasser tomaram o poder forçando o rei Faruk a abdicar e partir para o exílio.

<sup>193</sup> Anexos: Mapa 9

<sup>194</sup> O Acordo de Paz assinado em Washington, em 16 de Maio de 1994, entre o presidente da OLP Yasser Arafat e o chefe de Governo israelita Y. Rabin (1922-95), previu a entrega da soberania de Gaza e Jericó aos palestinianos; cf. Visão, nº 93, 29/12/94, pág. 52.

<sup>195</sup> Guerra das pedras levada a efeito pelos palestinianos contra a ocupação israelita.;

A história dos movimento radicais palestinos remontam à própria história da Palestina moderna, mais concretamente à “*Declaração de Balfour*”<sup>196</sup> e à divisão da Palestina entre árabes e judeus, pela Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, de 29 de Novembro de 1947 (33 votos favoráveis, 13 contra e 10 abstenções). Este instrumento de Direito Internacional previa a existência de três entidades políticas diferentes: um Estado judaico (o Estado de Israel), uma Palestina árabe e uma Zona Internacional, que englobava a cidade Santa de Jerusalém, ligadas entre si economicamente.

O Estado de Israel afirmou-se. A Palestina parece só agora querer emergir, beneficiando do já citado Acordo de Paz, e dos subsequentes<sup>197</sup>, apesar do seu estatuto internacional ser reconhecido desde 1947, quando foi criada a Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP)<sup>198</sup>.

Mas até chegar ao estágio actual a Palestina, (os palestinos), teve de lutar contra todo um sistema internacional adverso, contra um inimigo fortíssimo (o Estado de Israel que, registe-se, foram os palestinos e os Estados árabes da região que rejeitaram a sua existência e o proclamaram como principal e, durante algum tempo, único inimigo comum) e certos Estados árabes da zona litigante.

Durante algum tempo, os palestinos combateram o Estado de Israel quer através das secções palestinas dos partidos árabes irmãos, o Movimento Nacionalista Árabe, do Egipto, e do Partido Baas, da Síria, quer participando activamente através dos exércitos árabes, ou nas fileiras do movimento radical egípcio Irmãos Muçulmanos. Este movimento foi o embrião dos principais movimentos radicais palestinos que hoje combatem os israelitas e as autoridades palestinas em Jericó e Gaza.

#### **6.1.3.3.2.1.1. A origem da O.L.P.**

A Organização de Libertação da Palestina (OLP) foi fundada na cidade de Alexandria, em 1964, na sequência da Conferência árabe de Cume. Nessa altura, os

---

<sup>196</sup> Apresentada à Organização Sionista Mundial, pelo Ministro britânico das Relações Exterior, Lord Balfour, em 2 de Novembro de 1917; cf. FAVROD, *Os Árabes*, op. cit., pág. 16 e The International Status of the Palestinian People, United Nations, New York, 1981.

<sup>197</sup> Segundo declarações de Arafat até finais de Setembro, a Palestina vai declarar a sua criação como Estado independente, in: CNN International, Junho 2000.

<sup>198</sup> United Nations Special Committee on Palestine.

países árabes mais radicais, entre os quais Egito, Líbia, Síria e Sudão, consideravam que os palestinianos se encontravam em situação desigual face ao inimigo comum, o Estado de Israel.

Note-se, contudo, que quando foi fundado a OLP (e com ela, o seu braço armado, o Exército de Libertação da Palestina), existiam já vários movimentos e grupos radicais palestinianos, os *fedayins*, como eram conhecidos os combatentes da Pátria palestina<sup>199</sup>. O primeiro líder da OLP foi *Ahmed Choukeiri*.

Entre as principais organizações “fedayines” em actividade, ou entretanto desaparecidas, destacam-se a Al Fatah, a mais importante organização fedayin, a Al Saika, o ELP, a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), a Frente Popular Democrática de Libertação da Palestina (FPDLP), a Frente de Libertação Árabe, o Hezbollah – Partido de Deus, a Jihad Islâmica, o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas), a Organização Árabe do Sinai e a Organização Setembro Negro.

Todavia, é a OLP que merece a nossa principal atenção, dado que, indiscutivelmente, é o mais importante movimento palestiniano da actualidade. Analisemos alguns dos mais representativos movimentos radicais árabe-palestinianos em cada um dos territórios correspondentes à Palestina.

#### **6.1.3.3.2.1.2. Território Israelo-Palestiniano**

##### **a). *Al Fatah***

A sua origem remonta a Janeiro de 1954, sendo inicialmente uma organização tipicamente política e de protesto social. Em 1965, a organização decide enveredar pela contestação armada criando para o efeito a *Al Assifa*, onde se destacou, como um dos principais comandantes fedayines, *Yasser Arafat*, o actual líder da OLP e da Autoridade Palestiniana, então conhecido como comandante Abu Ammar, seu o nome de guerra.

A Al Fatah é, ainda hoje, o principal movimento de resistência palestiniana. A sua principal divisa política e militar foi “Morte a Israel”; só muito recentemente,

aquando da assinatura dos Acordos de Washington, aceitaram reconhecer o Estado de Israel, embora alguns dos seus dirigentes permaneçam pouco receptivos à sua existência nos actuais territórios. Em 1969 adere à reestruturação da OLP e ao Comando Unificado.

Em Janeiro de 1965, verificou-se o primeiro grande momento de independência armada palestiniana face aos exércitos árabes, quando uma unidade de fedayines, comandada por Arafat atacou forças israelitas, em território judeu.<sup>200</sup>

**b). Comando Unificado da O.L.P.**

O Comando Unificado da OLP, como oficialmente é designada a actual OLP, foi criado em Fevereiro de 1969, na cidade do Cairo, após o descalabro da *Guerra dos 6 Dias*, em Junho de 1967<sup>201</sup>.

A crise subsequente, levou à demissão de Choukeiri e à sua substituição por Yahia Hamuda e à reunião de Cairo onde, entre outros aspectos, foi decidido reestruturar a OLP e aglutinar a maior parte das organizações radicais palestinas sob um comando unificado. Nasce o Comando Unificado do Exército Palestino – OLP, presidido por Arafat. Congrega a Al Fatah, a Al Saika, a inicial OLP e o ELP. Teve, ainda, o reconhecimento tácito da FPLP e, mais tarde, da FDPLP.

Em 1983 registou-se uma cisão no seio da OLP e da Fatah. Um grupo liderado por Abû Mûsa rebela-se contra Arafat e forma na Síria a efémera Frente de Salvação Nacional Palestina. Uma das principais acções verifica-se em Novembro de 1983 quando, em Trípoli, cercam Arafat e o tentam assassinar<sup>202</sup>. Crê-se que, por detrás desta intentona, estava a Síria que sempre desejou dominar o movimento islâmico palestino, principalmente depois da Al Saika (pró-Síria), de Zohar Mohsen, se ter integrada no Comando Unificado.

---

<sup>199</sup> Fedayin, deriva do árabe “*fedah*”, sacrifício; um fedayin é, pois, um combatente que se sacrifica pela Pátria.

<sup>200</sup> Cf. MAMEDE, Suleiman, op. cit., pág.s. 39 e 40.

<sup>201</sup> Reconhecida como a 3ª. Guerra Israelo-Árabe, iniciou-se em 5 de Junho de 1967. Em somente 6 dias, Israel ocupou a Península do Sinai e a Faixa de Gaza, no Egipto, a Cisjordânia (na margem Ocidental do Rio Jordão) e Jerusalém, na Jordânia, e os Montes Golan, na Síria, ou seja, em apenas 6 dias, o Estado de Israel aumentou 65.000 Km<sup>2</sup>; Cf. MIRANDA, Manuel (editor), Palestina, um Povo em armas, ed. Cadernos Povo e Cultura, pág. 67.

A maior vitória política da nova OLP verificou-se em Outubro de 1974, quando a ONU convidou a OLP a participar na Assembleia Geral da ONU, com o estatuto de observador e como o único representante legal do povo palestino<sup>203</sup>, num debate sobre a questão palestina. O próprio líder palestino Arafat é recebido na ONU, em 13 de Novembro de 1974, onde discursa<sup>204</sup>.

A maior vitória militar aconteceu com a *Intifada*, não à custa dos fedayines<sup>205</sup>, mas de crianças, os “*shabab*” (meninos heróis)<sup>206</sup>. O fim da Intifada fez ressurgir, apesar dos apelos contrários da OLP e dos Estados árabes moderados da região, o terrorismo mais fanático, os atentados suicidas na figura das “bombas-humanas”, levados a efeito pelos fundamentalistas mais radicais, com particular destaque para os perpetrados pelo Hamas.

c). *Frente Popular de Libertação da Palestina*<sup>207</sup>

A FPLP faz a sua aparição simultaneamente no Líbano e na Jordânia, onde mantém as suas principais bases operacionais. Surgiu após a derrota da Guerra dos 6 Dias, por fusão de vários grupos radicais islâmicos, destacando-se de entre eles a Frente de Libertação da Palestina (inicialmente denominada Movimento Nacional Árabe. A divisa adoptada pela FPLP é “*sangue, ferro, fogo, unidade, libertação e vingança*”).

A FPLP caracterizou as suas actividades anti-israelitas e ocidentais através da pirataria aérea internacional. A sua primeira acção verificou-se em 21 de Março de 1968, com o desvio de um avião da companhia israelita EL-AL, de Roma para Argel. Mas a operação de maior impacto mediático foi o sequestro, em pleno Mediterrâneo, do

---

<sup>202</sup> Cf. MANTRAND, *As Grandes Datas do Islão*, op. cit., pág. 250 e *Enciclopédia Almanaque Abril 92*, Editora Abril, pág. 318.

<sup>203</sup> Em 27 de Novembro de 1973, a Cimeira da Liga Árabe, realizada em Argel, aprovou por unanimidade reconhecer a OLP como único representante legítimo do povo palestino.

<sup>204</sup> Cf. MANTRAND, *idem*, pág. 253.

<sup>205</sup> Analistas marxistas consideram que a primeira grande vitória militar palestina registou-se em 21/03/68, na Batalha de Karameh. As forças militares israelitas sofreram pesadas baixas. Cf. MIRANDA, *Palestina, um Povo em armas*, op. cit., pág. 62;

<sup>206</sup> Apesar de ser imputado às crianças palestinianas a autoria e promoção da Intifada, os serviços de segurança israelitas prenderam, e deportaram para o sul do Líbano, Jibril m. Rajub, Hassan Hadar, Bechir Ahmed Khaira e Jamal Jabar, quatro destacados militantes da OLP, sob a acusação de serem os verdadeiros promotores da operação; cf. *Enciclopédia Almanaque Abril 92*, op. cit., pág. 357;

<sup>207</sup> Cf. FAVROD, op. cit., págs. 166 e 167.

navio italiano, de cruzeiros, *Achille Lauro*, em 07/10/85. Um americano de ascendência judia foi assassinado.

É liderada por Georges Habache, um médico oriundo de uma família cristã palestina. Habache foi fortemente influenciado pelos extremismos nacionalista árabe e falangista mas que, após a cisão verificada com os “*extremistas de esquerda da FPDLP*” e a popularidade que a esquerda vinha ganhando junto dos radicais palestinos, decidiu abraçar o “*marxismo-leninismo*”.

Nesta altura, Habache e a FPLP aderem à OLP, onde o primeiro ocupará um lugar de relevo no Comité Central. Contudo, em Abril de 1974, as aproximações do Egipto ao Ocidente e as perseguições das autoridades jordanas aos “*fedayins*”, levaram Habache a abandonar os cargos directivos que ocupava na OLP e a fundar, juntamente com Ahmed Jibril (do Comando Unificado da FPLP) a “*Frente de Recusa*” que nega a hipótese de qualquer contacto com a “*demagogia*” e “*perfidia*” dos actuais dirigentes árabes.

d). *Frente Popular Democrática de Libertação da Palestina*<sup>208</sup>

Dissensão da FPLP, foi fundada em Fevereiro de 1969 por iniciativa de *Neif Hauatmê*, na sequência das purgas anti-ala esquerda levada a efeito por Habache.

Em termos ideológicos, é a primeira organização fundamentalista palestina com ideologia própria. Reclama-se do marxismo-leninismo. A sua divisa “*Todo o poder à Resistência, aos soldados, às massas populares... Revolução até à vitória*” tem sido a bandeira revolucionária na luta por uma Palestina árabe e independente. Para a FDPLP o melhor exemplo está na Revolução vietnamita. É, depois da Al Fatah, a organização palestina mais popular.

Reconhecem legitimidade à OLP para negociar em nome do povo palestino, enquanto organização pan-palestina. Não rejeita, liminarmente, a existência do Estado de Israel.

e). *Organização Setembro Negro*



Criada em Julho de 1971, fez a sua primeira aparição com o assassinato do primeiro-ministro jordano *Uasti Tall*, em 28 de Novembro de 1971, na cidade do Cairo.<sup>209</sup>

No entanto, foi durante os Jogos Olímpicos de Verão de 1972, ocorridos em Munique, que a organização se tornou conhecida. A aldeia olímpica, na capital bávara, foi alvo de um triste ataque terrorista; 11 atletas israelitas foram tomados reféns e assassinados pelos fundamentalistas<sup>210</sup>. Considerada uma organização secreta no seio da Al-Fatah, agrupava fedayines descontentes com a direcção da Al-Fatah de então. As suas actividades caracterizaram-se, em especial, pelo terrorismo suicida.

Na altura foi considerado por todo um Sistema Internacional, que assistiu ao desenlace pelos “media”, como a mais pura manifestação de terrorismo atroz. Apesar do efeito mediático que teve junto da opinião pública, foram mais as consequências negativas que a causa palestiniana colheu do que as positivas.

Esta organização surgiu na sequência da chamada “*guerra civil jordano-palestiniana*” de Setembro de 1970 que resultou em 400 mortos entre os fedayines palestinos<sup>211</sup>. Foi considerado como o Setembro Negro dos palestinos. Daí o nome da organização. Tinham como mártir de referência o dirigente militar da Al-Fatah, *Abu Ali Lyad*, morto pelas autoridades jordanas.

f). *Movimento de Resistência Islâmico, ‘ Hamas’*<sup>212</sup>

O Movimento de Resistência Islâmico, mais conhecido pelo seu acrónimo Hamas, foi criado no campo de refugiados palestinos de Jabaliya, na Faixa de Gaza, por inspiração do xeque Ahmed Ismail Yassin, antigo membro dos Irmãos Muçulmanos.

---

<sup>208</sup> Cf. MIRANDA, *Palestina, um Povo em armas*, op. cit., págs. 109 a 113 e 174 e 175.

<sup>209</sup> Cf. FAVROD, op. cit., págs. 280 e 281.

<sup>210</sup> O massacre ocorreu em 5 de Setembro de 1974.

<sup>211</sup> Na sequência de distúrbios ocorridos na capital jordana Amã e cidades vizinhas, em Fevereiro, Junho e Agosto, verificaram-se violentos confrontos entre o exército jordano (os beduínos da Legião Árabe) e os fedayines que resultou na morte de cerca de quatro centenas de palestinos e a sua expulsão do Reino Hachemita. Note-se, que a Jordânia após a Guerra dos 6 Dias passou a ser o alvo preferido dos “raids” das forças israelitas. Começava a ser um saldo demasiado elevado para os jordanos. Apesar das autoridades jordanas terem sido fortemente criticadas, nenhum país árabe se mostrou receptivo para acolher os palestinos que acabaram por se refugiarem no Líbano.

<sup>212</sup> Cf. Público de 04/05/95.

Segundo alguns analistas palestinianos, com particular destaque para os afectos à OLP, o Hamas foi criado pela Mossad e pelo Shin Beth (respectivamente, os serviços secretos e de segurança israelita), visando a destruição da OLP e de Arafat. Esta tese é rebatida pelos dirigentes do Hamas, a maioria a residir nos EUA, a expensas do Irão; aqueles afirmam que o Hamas só fez a sua aparição no movimento palestiniano para impedir a OLP de se aproveitar da “Intifada” que, segundo dizem, surgiu por inspiração do xeque Ahmed Yassin.

Embora predominantemente sunita, gozando do apoio expresso de algumas monarquias do Golfo Pérsico, como a Arábia Saudita, e do Irão consegue fazer coexistir o nacionalismo palestiniano com os princípios religiosos muçulmanos. Declara-se frontalmente contrário às negociações com o Estado de Israel e à ideia de uma autonomia palestina mitigada. A sua principal divisa estratégica é a libertação da Palestina desde o Mar (Mediterrâneo) ao rio Jordão.

Estão sempre prontos para atentados suicidas. Para esse desiderato mantem em permanente estado de prontidão as *Brigadas el-Ezzedine el-Qassem*, o braço armado do movimento. Segundo a Autoridade Palestina, o Hamas é apoiado por cerca de um terço dos palestinianos de Gaza.

g). *Jihad Islâmica*

É igualmente reconhecido, entre os árabes, por el-Qassem. Tem a sua origem nos campos de refugiados do Líbano, onde foi fundado em 1988. Todavia é na Síria que o movimento fundamentalista tem a sua sede e donde são originárias as ordens de ataque aos interesses israelitas e ocidentais, quer em Israel quer na Europa. O seu fundador, Fathi Shakaki, foi também um antigo membro dos Irmãos Muçulmanos.

Tal como o Hamas, o seu principal objectivo estratégico é a destruição do Estado de Israel, a quem declarou a “guerra santa” até ao seu extermínio total. Rejeita o actual processo de paz e quaisquer contactos com os israelitas.

Ao contrário do Hamas que subsiste à custa de um forte apoio popular, a Jihad não deverá gozar mais do que 5% de apoio popular entre os palestinianos. A sua

principal força está entre os xeques e os imãs palestinos que controlam cerca de uma vintena de mesquitas da faixa de Gaza. É essencialmente xiita. Desde o início que goza de elevado prestígio entre os imãs iranianos. Note-se que de início era a única organização fundamentalista islâmica que gozava de todos os favores políticos, económicos e militares do Irão (esta política iraniana mudou quando se apercebeu da força militar e social do Hamas, passando a repartir pelos dois movimentos fundamentalistas o apoio financeiro).

A Jihad tornou-se particularmente conhecida por ter sido precursora de tomada de reféns ocidentais no Médio Oriente. De entre os reféns destacaram-se o chefe do gabinete para o Médio Oriente da agência Associated Press, o norte-americano Terry Anderson, o arcebispo inglês, de confissão anglicana, Waite e o coronel norte-americano William Higgins<sup>213</sup>.

Estas duas organizações fundamentalistas são, na óptica do Conselho Nacional Palestiniano as principais ameaças a uma Palestina autónoma e independente.

#### **6.1.3.3.2.1.3. Território Libanês**

Embora politicamente pertença à Palestina, histórica e culturalmente a República Libanesa remonta à antiga Fenícia dos mercadores-marinheiros que, arribando de Tiro e Sídon, aportaram a regiões tão longínquas como a Olissipo (Lisboa), que se crê terem ajudado a fundar, e ao País de Gales, na Europa, ou à foz do Rio Gâmbia, em África.

Desde a guerra civil jordano-palestiniana que o Líbano, a região entre Beirute e a fronteira israelo-libanesa (Judeia-Sismaria), é o país mais martirizado do Médio Oriente e, a par da Bósnia e Herzegovia, um dos territórios muçulmanos onde se registam mais conflitos armados.

---

<sup>213</sup> Anderson goza do infeliz estatuto de primeiro refém ocidental por motivos essencialmente políticos. Foi sequestrado em 16/03/88. Apesar de desde sempre ter sido imputada à Jihad a responsabilidade deste acto, uma auto-denominada Organização da Justiça Revolucionária (libanesa e pró-iraniana) reivindicou, persistentemente, a sua detenção; Higgins foi assassinado, em 30/07/89, como represália pelo ataque israelita ao sul do Líbano, dias antes, onde prendeu três xiitas, entre eles, o líder religioso Abdul Obeid; cf. África de 14/02/90 e Enciclopédia Almanaque Abril 92.

Para esse facto muito terá contribuído a forte presença de refugiados palestinos no país, armados e, na sua grande maioria, defensores de um islamismo radical que levou a Suíça do Médio Oriente, dos finais dos anos sessenta onde florescia um próspero sector financeiro, a tornar-se num país completamente estilhaçado, onde predomina a intolerância cultural, social e política.

O mosaico étnico-cultural libanês caracteriza-se pela existência de árabes muçulmanos (libaneses, drussos, sírios e, principalmente, palestinos), árabes cristãos (maronitas e ortodoxos gregos), judeus e turcos. Até à chamada guerra-civil libanesa, o sistema governativo libanês assentava na coexistência política entre cristãos e muçulmanos. A presidência era reservada a um cristão maronita, enquanto a presidência do Conselho estava destinada a um muçulmano<sup>214</sup>.

Todavia, as clivagens internas, em grande parte provocadas por conflitos quase contínuos entre as inúmeras facções palestinas, implantadas e refugiadas no sul do país, provenientes da Jordânia, em 1970,<sup>215</sup> e os persistentes ataques retaliatórios israelitas contra aqueles, em particular em Abril de 1973 e em Junho de 1982 (a Operação Galileia), que levou à morte e fuga de diversos chefes palestinos, aliadas às rivalidades entre os cristãos maronitas, agrupados na Organização das Falanges Libanesas (*Munazzamat al-Kataeb al-Lubnaniya*) e, mais tarde e de novo, nas Falanges Libanesas<sup>216</sup>, do presidente Elias Hrawie e às Forças Libanesas de Samir Geagea contra as Milícias Libanesas, do general Michel Aoun<sup>217</sup>, levaram à minagem total e completa do sistema e, consequentemente, à falência do moderno Estado libanês.

---

<sup>214</sup> Desde 1943 que um “Pacto Nacional”, não escrito, garantia a todas as comunidades sócio-religiosas uma representação na Câmara de Deputados, proporcional à sua importância. No mesmo Pacto estava previsto que o presidente da República era sempre um cristão maronita, o presidente do Conselho, um muçulmano sunita e o presidente da Câmara de Deputados, um muçulmano xiita; cf. MARENCHES, *Géopolitique*, op. cit., pág. 153 e FAVROD, op. cit., págs. 218 e 219.

<sup>215</sup> A aglomeração deste inúmeros campos de refugiados palestinos chegou a ser batizada por “*Fatahlândia*”; cf. FAVROD, *Idem*, *ibidem*.

<sup>216</sup> O Movimento das Falanges Libanesas criado em 1937, sob o lema “um Estado independente e soberano, aliado e amigo da França” – a potência colonial – teve pouco tempo de existência. Entre Agosto de 1949 e Maio de 1952 foi formalmente reconstituído sob o nome de Partido da União Libanesa (*Hizb al-Ittihad al-Lubnani*) e em Outubro de 1957 retomam o original nome de Falanges Libanesas, as Kataeb, nome sob o qual combateram na Guerra-Civil de 1958 contra as forças nacionalistas árabes “os nasseristas libaneses” e os comunistas; cf. FAVROD, *idem*, págs. 154 e 155.

<sup>217</sup> Cf. Os jornais “*Liberal*” de 10/02/1990 e “*África*” de 21/02/1990.

Quem melhor se aproveitou desta situação foram os Sírios que forçaram a coligação progressista árabe, que agrupava o Partido Amal<sup>218</sup>, o Partido Progressista Socialista<sup>219</sup>, o Partido Comunista Libanês<sup>220</sup>, os radicais pró-iranianos da Organização da Justiça Revolucionária (OJR) e os palestinos a formalizarem, em Março de 1987, um Pacto de Regime<sup>221</sup> com os falangistas da Frente Libanesa que coligava no seu seio as Forças Libanesas, o Movimento Marada (cristãos), O Al-Uaad (a Promessa) e o Exército do Sul do Líbano (ESL)<sup>222</sup>. O Governo de Unidade Nacional daí resultante, tem uma presença equilibrada de forças muçulmanas e cristãs<sup>223</sup>.

Em Agosto de 1992 realizaram-se as primeiras eleições legislativas, desde a Operação Galileia, com a vitória dos fundamentalistas do *Hezbollah*, Partido de Deus, que concorreu coligado ao Partido Amal, sob a sigla “*Lista da Libertação*”. Os partidos cristãos boicotaram as eleições, devido à forte presença militar (e poder político) da Síria, ou seja a “*Pax Syriana*”. Registe-se, também, que o dirigente drusso Jumblad boicotou as eleições denunciando o Líbano como “*uma grande prisão árabe*”.

#### 6.1.3.3.3. Revolução Islâmica Iraniana

Em todo o Sistema Internacional, a *República Islâmica do Irão* é o país que melhor serve de exemplo para a existência de uma *Ideologia de Estado*.

Quando, em Fevereiro de 1979, o “*ayatollah*”<sup>224</sup> Ruhollah Khomeiny (1902-1989) voltou a Teerão após 14 anos de exílio em Paris, cidade de onde emitia as suas prédicas

---

<sup>218</sup> *Amal* (Esperança), é um movimento político-militar xiita fundado em 1974.

<sup>219</sup> Fundado em 1949, é liderado por uma das personalidades mais importantes da região e do mundo árabe, o drusso Kamal Jumlat. Este iniciou a sua actividade política no seio das forças conservadoras pró-francesas Bloco Nacional, vindo mais tarde abandoná-las aderindo, primeiro ao Partido Nacional Social Sírio, em 1948, e depois aproximando-se, em 1953, sem que formalize a sua adesão, ao Partido Baas (Libanês) “*al-Baas al-Arabi*”; cf. FAVROD, idem, págs. 212 e 213

<sup>220</sup> O Partido de esquerda mais antigo do Líbano, fundado em 1924.

<sup>221</sup> *Acordo de Taif*, assinado em Setembro de 1989, sob os auspícios da Síria, Arábia Saudita e EUA.

<sup>222</sup> De acordo com alguns analistas o ESL foi formado, treinado e armado pelo exército israelita para impedir as milícias palestinas de penetrarem pela fronteira norte de Israel. É comandado pelo general Antoine Lahad; cf. *Enciclopédia Almanaque Abril 92*, op. cit., pág. 541.

<sup>223</sup> Cf. Diário de Notícias de 07/06/1990 e ZORGBIBE, Charles, *Dicionário de Política Internacional*, Pub. D. Quixote, Lisboa, 1990, págs. 332 a 336.

<sup>224</sup> Título honorífico concedido ao principal chefe religioso do Islão xiita.

contra o governo persa<sup>225</sup> do xá Reza Pahlavi (1919-1980), sabia-se que a história do País e do Sistema Internacional seria fatalmente alterada.

Filho de um comerciante de Ispahan<sup>226</sup>, dedicou-se ao estudo do Islão tradicional em Soltanabad (Arak) e, mais tarde, ensinando-o em Qom onde, em 1962, já leitor de Direito Religioso torna-se num dos principais opositores às reformas laicizantes do Xá. Os *mollas*<sup>227</sup> viam os seus interesses morais e materiais serem ameaçados.

Na revolta sangrenta de Junho de 1963, apresentou-se aos olhos do governo persa como o chefe espiritual da mesma. Grande parte dos chefes religiosos xiitas já o consideravam como o seu principal líder religioso. Preso, e mais tarde expulso, o imã denuncia os privilégios extraterritoriais subscritos pelos governos persa e norte-americano. Foi o início do grande combate que opôs Khomeiny aos *ímpios* americanos e que teve o seu apogeu com o sequestro da embaixada dos EUA, em Teerão, em Novembro de 1979<sup>228</sup>.

Uma das primeiras medidas de Khomeiny, após a apoteótica chegada a Teerão, foi transferir a sede espiritual do país para Qom, a partir de onde passou a emitir todas as resoluções políticas, sociais e económicas que alteraram profundamente a vida social do país. Era o triunfo da *Revolução Islâmica*, iniciada durante o Ramadão de 1978, quando grandes manifestações lideradas por mollas exigiam a saída do Xá e a volta do “ayatollah”.<sup>229</sup> A principal divisa da Revolução foi, e continua a ser, “*Nem Leste nem Ocidente, Alallahu Akbar*” (Deus é o maior)<sup>230</sup>.

País predominantemente de confissão xiita, o Direito Islâmico foi facilmente imposto com todas as implicações que daí advieram. O escritor irano-britânico Salman Rushdie é o exemplo mais paradigmático do dogmatismo islamita do “ayatollah”.

---

<sup>225</sup> A denominação Irão só foi adoptada com a Revolução Islâmica de Khomeiny, em 1979. Até esta data era reconhecido pela história o nome de Pérsia.

<sup>226</sup> Cf. RICHARD, Yaan, *La prise du pouvoir par l'âyatollâh Khomeyni*, in L'Histoire, n.º. 163, Février 1993, págs. 28 a 42.

<sup>227</sup> Os *Mollas* são o equivalente iraniano dos africanos ulémas – chefes supremos religiosos.

<sup>228</sup> O cerco à embaixada norte-americana, na capital iraniana, prolongou-se desde 5 de Novembro de 1979 até 20 de Janeiro de 1981. O então presidente norte-americano James “Jimmy” Carter (♥1924) foi uma das principais vítimas do cerco à embaixada ao perder a reeleição presidencial de 1980 a favor do republicano Ronald Reagan (1911-1994).

<sup>229</sup> Cf. L'Histoire, op. cit., pág. 32.

Devido à sua mais conhecida obra “Versículos Satânicos”<sup>231</sup>, o “*ayatollah*” decretou a *fatva* (condenação à morte por apedrejamento) contra o escritor, em Fevereiro de 1989, por, na sua concepção ter difamado Alá. Desde essa data e apesar dos inúmeros pedidos nesse sentido a condenação nunca foi levantada, nem mesmo após a morte do chefe espiritual iraniano. Segundo consta o “*ayatollah*” ofereceu uma avultada recompensa pela cabeça de Rushdie.

A estratificação social foi violentamente imposta – primeiros os imãs e depois os crentes – as relações com os seus vizinhos, nomeadamente com o Iraque com quem manteve um conflito durante 9 anos<sup>232</sup>, esfriaram-se. A região converteu-se no principal foco de tensão internacional.

Irão, apesar de declarações em contrário do presidente Hachemi Rafsanjani<sup>233</sup>, tornou-se num Estado exportador dos fundamentos mais radicais que o Islão contém, nos quais encontramos palestinianos, argelinos, afegãos e os muçulmanos da Federação Russa como principais consumidores e co-propagadores.

De acordo com o chefe espiritual da mesquita da Lisboa, o xeque Munir<sup>234</sup>, um muçulmano, tal como um cristão ou um judeu, desde que cumpra os fundamentos base da religião, que no caso islâmico, são o reconhecimento de um único Deus (Alá) a *Chaada*, as cinco orações diárias (*Salat*), a prática da caridade – oferta de esmola, sendo duas obrigatórias (*Zakat*) e uma facultativa (*Sadaka*), – o jejum do Ramadão (*Saun*) e a peregrinação a Meca, uma vez na vida (*Hajj*), ou seja os cinco pilares do Islamismo, é sempre um fundamentalista.

Só que, ainda de acordo com o xeque, quando os fundamentos são subvertidos e radicalizados, deixa de haver fundamentalismo para passar a haver fanatismo e

---

<sup>230</sup> Cf. CARDOSO, José, *Fundamentalismo: Em Nome de Alá*, pág. 34, in Expresso Revista, Lisboa, não datado;

<sup>231</sup> Obra editada em Portugal pelas Publicações D. Quixote.

<sup>232</sup> Um conflito que começou por pequenas escaramuças fronteiriças, transformou-se em 22 de Setembro de 1980, numa cruel e desgastante guerra entre os dois estados árabes que terminou com a assinatura de um armistício entre as partes, em 1989; cf. BROZ, Bernad e ROWLEY, Anthony, *História do Século XX, “Crises e Mutações (De 1973 aos Nossos Dias)”*, 4º volume, Pub. D. Quixote, col. “Biblioteca de História”, Lisboa, 1993, págs. 302 a 304.

<sup>233</sup> Cf. Semanário de 17/02/1990.

<sup>234</sup> Cf. CARDOSO, op. cit., in Expresso Revista, pág. 32 e 34 e LARA, *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, op. cit., vol. II, pág. 193 e 194.

fanáticos há-os em todas as confissões religiosas ou políticas. Visam em exclusivo a tomada do poder utilizando, para os fins em vista, o Islão. É o que se passa com o Irão e os radicais palestinos.

#### 6.1.3.4. O Fundamentalismo Islâmico e a Moderna Ideologia

Após a breve análise efectuada nos pontos anteriores sobre um dos principais factores de perturbação na moderna “*Aldeia Global*”, o radicalismo Islâmico, vejamos os principais países e regiões influenciados pelo Islamismo, em geral, e pelo integrismo, em particular. O desenvolvimento far-se-á adoptando uma linha geográfica. Por Continentes e por países ou regiões, tendo em linha de conta as três superestruturas ideológicas do Estado:

a. *Ideologia no Estado* – Parece ser a mais moderada, onde o Islamismo é tolerado como um movimento político. Em *África*, temos países como a Argélia, Costa do Marfim, Egipto, Gana, Guiné, Moçambique, Níger, Quénia ou Uganda; na *Ásia*, reconhecemos a Índia e Singapura; na *Europa*, exceptuando as Repúblicas da Albânia e Bósnia-Herzegovina, o Islamismo é um movimento político-religioso, cuja aceitação varia conforme a maior ou menor aproximação do Norte de África (Espanha, França, Itália e Portugal) ou dos contactos anteriormente efectuados (Reino Unido, como antiga potência colonial, e Alemanha, aliada do Império Otomano, na I Grande Guerra Mundial). No *continente americano*, vamos encontrar um movimento islâmico, em ascensão, em países tão distantes entre si como a Argentina, Canadá, Estados Unidos da América e o Suriname.

b. *Ideologia de Estado* – Apesar de ser referenciada para os Estados que de uma forma clara e inequívoca a adoptaram em situações de “*monismo absoluto ou dominante de uma determinada ideologia explícita*” ou “*de uma superestrutura político-religiosa*”<sup>235</sup>, pode-se considerar uma ideologia moderada. O Islamismo, apesar de universalmente aceite como base da cultura e do tecido social e por tal facto devendo ser considerado como um veículo de aproximação entre os povos pode, em alguns casos, se tornar num movimento perigosamente fomentador de



conflitos – o caso da *Argélia* é o mais paradigmático no continente africano e, juntamente com o *Irão*, no Mundo islâmico. – Por outro lado vamos encontrar, Estados como Marrocos, *em África*, a Jordânia, os principais Estados da Península Arábica e, de certa forma, os países da antiga URSS, *na Ásia*, e a Albânia, *na Europa*, onde a tolerância é por demais evidente.

c. *Ideologia de Governo* – Citando o Professor Sousa Lara, as Ideologias de Governo são as que “*se alternam, no âmbito do quadro normativo legal e constitucional ou fora dele, com vista à aquisição e gestão do poder político*”<sup>236</sup>. Paradoxalmente, é em África que se verifica a maior concentração de Estados com ideologia do Governo, tais como a Tunísia e, por razões diferentes como adiante se analisará, *Líbia* e *Sudão* são os Estados mais conhecidos. A *Turquia* é o principal Estado referenciado na Ásia.

Todavia em África vamos encontrar três Estados que, apesar de poderem ser incluídos em qualquer das três estruturas anteriores, dadas as suas características muito próprias vão ser analisados em particular, e autonomamente, numa estrutura a que chamei de *Ideologia de Coabitação*.

Analisemos então as diferentes estruturas ideológicas por continentes, com maior destaque para o continente africano

#### 6.1.3.4.1. O Islamismo no Continente Africano

a. *Ideologia no Estado*: Em África reconhecemos, entre outros, a *Argélia*, *Egipto*, *Moçambique*, *Guiné-Bissau*, *Mali* e o *Níger*.

b. *Ideologia de Estado*: *Mauritânia* e *Somália* são os casos mais paradigmáticos do continente africano. Outros Estado são *Marrocos* que, dentro desta linha, é o Estado onde a tolerância é mais evidente, o *Djibuti* e as ilhas *Comores*.

---

<sup>235</sup> Cf. LARA, op. cit, volume I., pág. 55

<sup>236</sup> Cf. LARA, idem, pág. 57. O sublinhado é da responsabilidade do autor e serve para chamar a atenção para os casos evidenciados da Líbia e Sudão.

c. *Ideologia de Governo*: A *Tunísia* e, por razões diferentes, a *Líbia* e o *Sudão* são os Estados mais conhecidos no continente africano.

d. *Ideologia de Coabitação*: É no continente africano que vamos encontrar este tipo de Ideologia. São três os Estados que, dadas as suas características não se enquadram especificamente em nenhum dos quadros anteriores, apesar de um deles, o *Senegal* ter como religião dominante o Islamismo e a maioria dos seus dirigentes professarem esta religião. O segundo Estado é a *Nigéria*, merecedora de um desenvolvimento mais qualificado. O terceiro é a *Tanzânia*, talvez, o caso mais singular do continente africano. A Guiné-Bissau começa a caminhar neste sentido.

Assim, analisemos alguns dos Estado africanos onde o Islamismo tem maior predominância ou influência nas sociedades nacionais e, ou, a região onde os respectivos Estados estão inseridos.

#### 6.1.3.4.1.1. Ideologia no Estado

##### 6.1.3.4.1.1.1. Egipto

O fundamentalismo islâmico no Egipto assenta, no essencial, em dois grandes grupos islâmicos, Os *Irmãos Muçulmanos* e as *Gamaat al-Islamyia* (Assembleias Islâmicas) do xeque *Omar Adbel-Rahman* (1938-), talvez a que se perfila, actualmente, como a mais dinâmica, e em diversos grupos mais ao menos autonomizados e de menor expressão social, dos quais se destacam a *Jihad al-Islami*, o Partido Islâmico da Libertação (segundo alguns analistas é uma ramificação dos Irmãos Muçulmanos), os *Salamitas* (seguidores do imã Hafez Salama), os xiitas da *Fraternidade Islâmica*, a *Al-Nagum min al-Nar* (Os Fugitivos do Inferno) e a *Charia*.

Após o relevo já concedido aos Irmãos Muçulmanos, dada a importância que tiveram no desenvolvimento dos movimentos islamitas entre os Estados árabes do Médio Oriente e do Norte de África, atentemos em alguns destes movimentos islamitas, com destaque para as *Gamaat al-Islamyia*.

#### **6.1.3.4.1.1.1. As Gamaat al-Islamyia**

Tornaram-se conhecidas internacionalmente quando, em 1981, um grupo de militares da escolta pessoal do presidente egípcio Anwar el-Sadat o assassinou durante um desfile militar<sup>237</sup>. O seu assassinio provocou uma feroz perseguição policial e política aos radicalistas islâmicos.

A sua origem, ainda que pouco esclarecida, remonta à década de 70 e, de uma forma especial, aos Acordos de Camp David. O seu principal líder espiritual, o xeque Omar Abdel Rahman, cujas prédicas espirituais são fortemente assimiladas nas mesquitas egípcias, encontra-se, desde essa altura, refugiado em New Jersey, EUA, de onde remete, na linha do já efectuado pelo iraniano “ayatollah” Khomeiny quando exilado em Paris, as cassetes contendo as suas incitações corânicas anti-governamentais.

No entanto, foi precisamente em New York, EUA, que em Fevereiro de 1993 os fundamentalistas da Gamaat e o xeque egípcio obtiveram o reconhecimento internacional com o atentado ao World Trade Center. O guia espiritual dos Gamaat é um dos principais suspeitos do atentado, encontrando-se em prisão preventiva.

Apesar do mandato de captura passado pelas autoridades egípcias e dos acordos judiciais que existem entre os dois Estados, os EUA recusam-se a expatriar o líder religioso. Entre várias razões é invocado o seu debilitado estado de saúde e o facto da sua repatriação para o Egipto representar uma imediata execução da pena (o xeque foi julgado à revelia e condenado à morte), o que, a verificar-se, poderia ser sinónimo de endeusamento da sua personalidade, com os consequentes prejuízos para o país e para o Médio Oriente. Porém, a realidade é bem outra. Os fundamentalistas ameaçaram atacar os interesses americanos no seu próprio país, o que seria, para a opinião pública americana, algo altamente impensável e inadmissível.

#### **6.1.3.4.1.1.2. Outros movimentos islâmicos**

---

<sup>237</sup> Em 6 de Outubro de 1981, um grupo de soldados chefiados pelo tenente Khaled Islambuli, afecto à Gamaat-Islamyia, dispararam sobre a tribuna presidencial provocando a morte de Sadat e de alguns dos seus acompanhantes. As Gamaat e as Jihad al-Islami nunca perdoaram ao presidente egípcio a assinatura dos Acordos de Paz de Camp David com o Estado de Israel, em 1978, nem a visita do chefe de Governo israelita Begin ao Cairo.

Sem expressão visível, apesar da operacionalidade da Jihad al-Islami (Nova Jihad), em particular, junto das outras confissões religiosas, com destaque para as suas actuações junto dos cristãos coptas, e de assassinatos que, pontualmente, se têm verificado contra os sectores mais intelectuais ou, mais recentemente, os atentados mortais contra os turistas ocidentais.

No entanto, em Junho de 1994, verificou-se um facto que, a ser aceite como precedente, poderia ter tido consequências pouco agradáveis para o sistema político egípcio e desastrosas repercussões nas suas relações com o Ocidente e com os países árabes mais moderados da região.

Nasr Zeid<sup>238</sup>, professor na Universidade do Cairo e reconhecido intelectual egípcio, um crítico feroz do radicalismo islâmico, viu ser instruído contra si um processo de divórcio levado a efeito não pela sua mulher, mas por advogados e religiosos mais radicais. Zeid é considerado, face à lei islâmica, um apóstata. Ora, segundo a Charia, um apóstata não pode ser casado com uma muçulmana. Felizmente, o tribunal caiota de primeira instância de Gizé, considerou o processo improcedente evitando, assim, um previsível retorno à pena de morte, a condenação máxima a que estão sujeitos os apóstatas e que foi abolida à mais de um século durante a ocupação pelo Império Otomano.

#### **6.1.3.4.1.1.3. A Situação actual do Egipto**

Situações como a analisada no ponto anterior e o facto da maioria dos movimentos e partidos islâmicos estarem ilegalizados ou verem a sua actividade muito restringida, permite-nos concluir que, de momento, o islamismo egípcio perfila-se, apesar das inúmeras tentativas em sentido contrário, das críticas dos imãs egípcios e dos atentados que, periodicamente, os principais dirigentes egípcios sofrem, como uma mera Ideologia no Estado, ainda que aceite com naturais reservas.

#### **6.1.3.4.1.1.2. Argélia**

---

<sup>238</sup> Cf. CARDOSO, op. cit., in Expresso Revista, pág. 32.

O fundamentalismo islâmico na *República Democrática e Popular da Argélia* surgiu com a queda do regime monopartidário, que vigorava no país desde que a Frente de Libertação Nacional (FLN) tomou o poder após a Guerra da Independência, e o aparecimento da Frente Islâmica de Salvação (FIS).

Apesar de, em teoria, a Argélia dever ser incluída entre os países com Ideologia de Estado tendo em conta que o Islamismo é a doutrina religiosa oficial, senão a única, o sistema político que vigora no país desde a independência, fez-me inseri-lo nesta estrutura ideológica.

Até porque, só com o advento da abertura política, confirmada pelo plebiscito da Lei Constitucional e da Lei das Associações Políticas, em Fevereiro de 1989, surgiram as actuais forças políticas, com destaque para a pregação fundamentalista Frente Islâmica de Salvação (FIS), a Frente das Forças Socialistas (FFS), fundada por Hocin Ait-Ahmed, berbere da região de Cabília<sup>239</sup>, um muçulmano do rito ibadita e o Reagrupamento para a Cultura e Democracia (RCD) que se juntaram à FLN, o partido da independência e, até então, único.

#### **6.1.3.4.1.1.2.1. O radicalismo argelino**

A abertura política, a decadência do sistema, um crescente descontentamento religioso aliado a uma economia decrépita, onde o pobres estavam, e se mantém, cada vez mais pobres, enquanto a “nomenclatura” e alguns poucos privilegiados, na sua maioria emigrantes, evidencia uma ostentação económica contrária aos interesses dos chefes religiosos da FIS. Tal como qualquer religião que defenda a retrogressão social também os integristas da FIS rejeitam qualquer abertura política ou económica.

##### **a). A Frente Islâmica de Salvação (FIS)**

A Frente de Salvação Islâmica que já vinha operando na ilegalidade só aparece, oficialmente, em finais de 1989 quando reivindica, através de uma bem estruturada

---

<sup>239</sup> Esta região é conhecida pela sua posição de confrontação linguística anti-árabe. Não aceitam que o árabe tenha sido decretado, pela Assembleia Nacional Popular, em 26/12/1991, como a única língua nacional do país, proibindo a difusão pública do francês e do berbere.

acção de massa, a realização antecipada de eleições. Essa sua acção acabou por ter os seus principais frutos com a realização das eleições autárquicas onde obteve um dos maiores e mais preocupantes sucessos eleitorais. A FIS obteve cerca de 54% dos votos e passou a controlar a maioria dos Conselhos Municipais e Provinciais<sup>240</sup>.

Foi o princípio da grande reviravolta do sistema político em vigor no Magreb. Depois da retumbante vitória nas autárquicas os islamitas exigiram a convocação imediata das legislativas. A sua influência ultrapassa as mesquitas e a rua e começa a se fazer sentir no seio da Assembleia Nacional ainda em funções. A língua árabe substitui o francês e outras línguas locais nas actividades e manifestações de interesse público.

O então presidente Chadli Bendejedid, convoca eleições legislativas para 27 de Junho de 1991. Contudo a convocação, por parte da FIS, de uma “*greve geral ilimitada*” para 29 de Maio desse ano levou à demissão do governo interino de Mulud Hamruche, à declaração do estado de sítio e à saída das forças armadas e policiais para as ruas, assim como o adiamento das eleições para o final de 1991.

Até à realização das eleições verificam-se inúmeros recontros entre as forças da ordem e os islamitas. Os mais graves registam-se em Junho de 1991 quando as autoridades militares retiraram os cartazes que reconheciam a cidade de Argel como uma “*comuna islâmica*” e os líderes islâmicos ameaçaram declarar a “*jihad*” contra os militares o que levam à detenção de Abassi Mandani e Madani Ali Belhadj, presidente e vice presidente da FIS; em Agosto manifestações islâmicas que levam à prisão de cerca de três mil pessoas, entre elas alguns dos principais dirigentes islamitas ainda em liberdade; em 28 de Outubro o Conselho Constitucional anulou um preceito dos mais próximo dos islamitas, o direito de “voto conjugal”<sup>241</sup>; em Novembro e Dezembro verificam-se dois ataques a postos fronteiriços levados a efeito pelos fundamentalistas El-Afghani, um grupo islamita pró- FIS.

Em 26 de Dezembro de 1991 teve lugar a primeira volta das eleições legislativas. A FIS, que dias antes tinha decidido participar nas mesmas, ganha 188 assentos do

---

<sup>240</sup> Nas eleições de 12/06/1990, a FIS obteve 853 dos 1529 municípios, entre eles os três mais importantes, Argel, Constantina e Annabe, e 32 das 48 províncias. O antigo partido governamental, a FLN, só obteve 28% dos votos.

Parlamento, correspondendo a 47,54% dos votos expressos. A FFS obtém 25 lugares, a FLN faz eleger 15 parlamentares e os independentes três. Ficaram 199 cadeiras por ocupar e registou-se um enorme abstenção eleitoral. 41% dos eleitores argelinos recusaram-se a participar nas eleições.

A perspectiva de uma enorme vitória eleitoral dos fundamentalistas e consequentemente a possível instauração de uma República Islâmica, alarma os dirigentes locais que convocam, através da FFS uma manifestação em Argel em prol da “*salvaguarda da democracia*” e assusta os países africanos da região, preocupando, de sobre maneira, a margem norte do Mediterrâneo.

Face a essa eventualidade, em 11 de Janeiro de 1992, um golpe palaciano leva o presidente Bendejedid a solicitar a sua demissão e a criação de um Alto Conselho de Estado (ACE), sob a presidência de Mohamed Boudiaf, um herói da guerra de libertação. A segunda volta das eleições, que deveria se realizar cinco dias depois, é suspensa. A FIS não reconhece o novo poder argelino, declara-lhes a “jihad” e assassina Boudiaf, em 29 de Maio. Entretanto, em Abril desse ano, a FIS foi ilegalizada, o ACE declarou-lhe “guerra sem quartel” e os dois principais dirigentes condenados a 12 anos de prisão.

A evolução política que o país ultimamente vem registando, com uma pequena aproximação entre os integristas e os militares – Madani e Belhadj estão colocados sob prisão domiciliária – provocou uma pequena dissensão entre os islamitas que levou à criação de um novo grupo, o Grupo Islâmico Armado.

#### **b). *O Grupo Islâmico Armado (GIA)***

Pela sua maior importância faremos uma pequena análise do GIA em detrimento de outros grupos que existem no país que, regra geral, são ramificações locais e, ou, pontuais do FIS.

A sua criação e subsequente aparição no seio do fundamentalismo islamita da região tem contornos um pouco obscuros. Desconhece-se em absoluto quando foi

---

<sup>241</sup> O homem tinha o direito de votar por si e pela sua(s) mulher(es) sem necessitar da respectiva autorização.

criado, admitindo-se, no entanto, como data oficial da sua aparição o rapto que o seu líder Djaafarel Afghani, um destacado ex-chefe local da FIS, levou a efeito junto de três funcionários do Consulado francês em Argel, em Outubro de 1993. As autoridades argelinas crêem que o GIA é uma ramificação armada, mais radical, da FIS. Por outro lado, os integristas da FIS denunciam que a GIA é uma invenção dos Serviços Secretos argelinos.

A maior parte dos atentados a estrangeiros são afectados à GIA. A sua mais mediática acção aconteceu com o desvio do avião francês da *Air France* nas vésperas de Natal de 1995.

Defendem, intransigentemente a instauração de um Estado Islâmico na Argélia, não admitindo, sequer, que os ulémas possam aproximar-se das autoridades argelinas. *Abdelbaki Sahraoui* (1910-1995), um uléma, considerado uma autoridade moral próxima da FIS, e defensor da aproximação ao diálogo entre Argel e os integristas, foi assassinado dentro na mesquita muçulmana da Rua Myrrha, um bairro parisiense maioritariamente habitado por norte-africanos.

#### **c). Outros Grupos Islâmicos Argelinos**

No seio do movimento fundamentalista argelino existem outras facções islâmicas radicais. Destacam-se entre elas o *Movimento Islâmico Armado* igualmente considerado como o braço armado da FIS, tendo surgido com a “decapitação” desta.

De acordo com as autoridades argelinas os seus principais líderes são jovens desempregados que, segundo se crê, estão a ser apoiados militarmente pelo Irão e Sudão. Esta foi uma das razões invocadas por Argel para suspender as suas relações com a autoridades iranianas e chamar o seu embaixador em Cartum.

#### **6.1.3.4.1.1.3. Outros Estados**

a). Na *República da Guiné-Bissau*, onde cerca de 60% da população professa o islamismo, com especial destaque entre os guineense da etnia “*fula*”, a Ideologia



islâmica não consegue congrega a unanimidade entre os naturais, como prova a vitória de Kumba Yalá, um cristão, nas últimas eleições presidenciais.

Apesar da fraca participação eleitoral dos muçulmanos nas primeiras eleições legislativas e presidenciais nos ter mostrado quão pouco apoiantes foram dos seus líderes, veja-se o caso do muçulmano Boubacar Djaló que não conseguiu congrega mais do que 6% dos eleitores (e vamos admitir que eram todos muçulmanos) nas primeiras eleições presidenciais após 20 anos de independência nacional. A classe dirigente do país, com destaque particular para as cúpulas do partido do poder, o PAIGC, tem procurado cativar esta importante fatia eleitoral da população. Para isso têm continuamente assediado Mohammed Hatab Haïdara el-Hadj, o chefe religioso dos muçulmanos da Guiné-Bissau, Gâmbia e Senegal.

Por outro lado, os muçulmanos têm mostrado quanto determinam a vida política e económica do país. São os principais detentores das actividades económica e financeira do país; de uma maneira geral foram os primeiros e principais beneficiados da liberalização económica após a instauração do multipartidarismo. Politicamente a sua moderação caracteriza-se pela resistência às pressões vindas de todo os quadrantes islâmicos, nomeadamente dos fundamentalistas da região, para que se tornem mais activos na política nacional. Registe-se que foram ainda eles que permitiram que o presidente “Nino” Vieira ganhasse a segunda volta das primeiras eleições presidenciais.

Se, neste aspecto, a comunidade muçulmana guineense se tem pautado por uma profunda moderação, é igualmente verdade que as perseguições políticas e económicas (ciclo muito do agrado de alguns sectores do PAIGC e que já vem de trás, primeiro com a colonização portuguesa, depois com os cabo-verdianos e por fim com os mestiços) podem empurrar a comunidade islâmica do país para um fosso muito perigoso do qual, depois, será difícil sair.

b). A *República de Moçambique* com o advento da democracia vê emergir entre os novos movimentos políticos, o Partido Independente de Moçambique (PIMO) que, segundo os seus críticos, caminha perigosamente para ser um veículo do islamismo fundamentalista na região. O seu fundador e principal dirigente, um católico nascido

Jacob Sibinde, converteu-se ao islamismo, ramo xiita, tomando o nome de Ya-Qub Sibindy. Apesar disso (ou talvez por isso), os islâmicos, cerca de um quinto da população moçambicana, não lhe concederam mais do que 1,23% dos votos nas eleições Legislativas de Outubro de 1994 e menos do que isso nas presidenciais que decorreram em simultâneo.

Ainda segundo aqueles críticos, onde se destaca o presidente da Comissão Nacional de Controlo do PIMO, Mussagy Abdul Mussagy, o Conselho Político Permanente do PIMO e Sibindy estariam a aliciar jovens para serem enviados para Argélia a fim de obterem treino militar e começar a terceira guerra no país, a “*guerra do fundamentalismo*”<sup>242</sup>. Ainda segundo Mussagy, Sibindy é “*um indivíduo perigoso*”, um “*suicida teleguiado por interesses de fora*”, supostamente da Líbia<sup>243</sup>.

De momento, e enquanto o multipartidarismo não se afirmar efectivamente no país, não se perspectiva que a existência do PIMO seja um sintoma de desestabilização nacional. Aliás, de acordo com o Tempo, semanário ilustrado de informação moçambicano, os muçulmanos nacionais estão divididos. O principal responsável desta divisão é o consumo de carne de porco, proibido entre os muçulmanos durante a celebração do “*Ide-ul-Fitre*”, o fim do jejum pós-Ramadão. Uns aceitam e consomem-na. Outros rejeitam liminarmente essa perspectiva<sup>244</sup>.

Talvez, com vista a inverter esse processo, aliada à cada vez maior aproximação do presidente Chissano ao movimento islâmico, Sibindy venha agora denunciar que Dlakhama seja um produto com origem na Frelimo e que a RENAMO tenha sido uma invenção do poder instituído.

c). As *Repúblicas do Níger e do Mali*, predominantemente islâmicas (cerca de 80% da população destes países professam o rito sunita) caracterizam-se pela existência de um importante sector integrista, concretamente, apoiado na etnia tuaregue que procura a secessão e independência do *País dos Tuaregues*.

---

<sup>242</sup> Cf. SÁ, José Pinto de, *Polémica em Moçambique: Acusações de fundamentalismo*, in Público de 31/12/94.

<sup>243</sup> Idem, ibidem.

d). Salvo os que, nos pontos seguintes, serão objecto de relevo particular, os restantes Estados africanos, nomeadamente os do *Golfo da Guiné*, não reconhecemos o Islamismo como uma Ideologia, apesar de haver, em alguns casos (República da Guiné, Costa do Marfim, Gana, Camarões e Serra Leoa), uma população muçulmana dominante. Para eles o Islão é sinónimo de Religião, não de política.

Estes Estados encontram-se razoavelmente afastados dos principais focos de integrismo muçulmano. Paralelamente gozam de um relativo apoio sócio-económico da Comunidade Britânica e, sobretudo, da França.

#### 6.1.3.4.1.2. Ideologia de Estado

##### 6.1.3.4.1.2.1. Marrocos e Djibuti

São os dois Estados africanos onde o Islamismo, pelas mesmas razões, é a ideologia oficial do Estado. Ambas têm o Islamismo como religião dominante. Somente diferem na concepção do Estado.

O *Reino do Marrocos*, dada a proximidade da Europa comunitária – o principal parceiro económico dos marroquinos – e a moderação dos seus chefes religiosos, destacando-se entre eles o monarca marroquino, que é, simultaneamente, o mais alto magistrado da Nação e *Amir al-Muminine*<sup>245</sup>, o chefe supremo do rito malaquita em Marrocos, têm conseguido manter o país fora da órbita dos fundamentalistas.

Apesar de tudo, esporadicamente, registam-se recontros entre as forças policiais e os integristas, na sua maioria provenientes da Argélia, o que levou ao arrefecimento temporário das relações entre os dois estados árabes. Marrocos decidiu exigir vistos de entrada a todas as pessoas provenientes da Argélia, o que contraria a livre circulação que vigora entre todos os países islâmicos. Antes de serem nacionais, os muçulmanos são crentes de Deus, logo, não têm fronteiras geográficas.

---

<sup>244</sup> Cf. Tempo, n° 1264, de 12/03/95, pág. 40.

<sup>245</sup> O rito muçulmano malaquita, ligado aos sunitas, prevê que a autoridade religiosa pertence aos “*ulémas*”, estando no topo da pirâmide religiosa o monarca descendente directo do Profeta Maomé.

Por sua vez, na *República do Djibuti* a forte presença militar francesa, cerca de 3.900 legionários que são, ao mesmo tempo, forças de defesa territorial e polícias, tem impedido qualquer possível progressão fundamentalista.

A importância da sua posição estratégica, controlando o Estreito de Bad el Mandeb entre o Mar Vermelho e o Golfo de Aden, a proximidade da Arábia Saudita, a crise da Somália, – a única saída estável para o mar que os etíopes têm desde a independência da Eritreia e, mais recentemente, desde os conflitos fronteiriços com os eritreus – e a ausência de países integristas próximos tem permitido essa estabilização política.

Contudo, em Janeiro de 1991, Ali Aref Burhan, um afar muçulmano que presidiu ao último governo antes da independência, em 1977<sup>246</sup>, tentou um golpe de característica étnico-religiosa contra o presidente Hassan Guled Aptidon, um ishaak.

Apesar dos afars, representarem 37% da população (em termos étnico-tribais são a maioria, dado que a etnia somali, cerca de 60% dos djibutis, está dividida pelos ramos tribais dos issa e dos ishaak) desde a independência que foram sempre colocados fora da órbita do poder. Para essa ostracização muito contribui o facto dos afars estarem religiosamente divididos entre o islamismo e o cristianismo (a maioria copta) e terem, durante a época colonial, ocupado os principais cargos governativos no Território.

#### 6.1.3.4.1.2.2. Ilhas Comores e Mauritânia

A *República Federal Islâmica de Comores* e a *República Islâmica da Mauritânia*, são os únicos Estados africanos que integram na denominação oficial a expressão concomitantemente religiosa de “*Islâmica*”.

---

Por essa razão os monarcas marroquinos são reconhecidos como *Amir al-Muminine*, o Comandante dos Crentes.

<sup>246</sup> Antes da independência o Djibuti foi denominado, sucessivamente, Porto de Obock – quando foi adquirido pelos franceses ao sultanato de Tadjoura, por 52 mil francos – Costa dos Somalis, mudando o nome de Obock para Djibuti, e, por fim, Território dos Afars e Issas. A actual denominação surgiu com a independência. Visa, essencialmente, anular o grande flagelo africano, o tribalismo, e impedir qualquer tentativa somali de anexação de parte do território, os issa são somalis.

Enquanto Comores, apesar da denominação oficial, reconhece na existência de uma importante minoria cristã, aliada à forte ajuda económica francesa, motivos para dominar qualquer tendência extremista muçulmana, na Mauritânia a Charia é a Lei Fundamental do País.

Quando a Mauritânia ascendeu à independência, em 1960, manteve-se umbilicalmente ligada à Comunidade Francesa, embora a maioria da população, cerca de 99%, professe o islamismo, e fora da órbita islâmica.

Todavia, em 1973, começa a grande viragem política do país. É estabelecida uma nova moeda no país, a ungiya, e a Mauritânia adere à Liga Árabe.

Um golpe militar, em Abril de 1979, liderado pelo ten.-coronel Mohammed Khooune uld Haidallah converte o país num Estado Islâmico, a *Al-Jumhuriya Al-Muselmiya*. Duas das primeiras controversas medidas do novo homem-forte do país consistiram no rompimento das tréguas que o antecessor tinha conseguido junto da Frente Polisário<sup>247</sup> e a arabização completa do país, negando quaisquer direitos à minoria negra islâmica.

As relações com os seus dois dos seus três poderosos vizinhos, Marrocos e Senegal passam por períodos de alguma perturbação política e fronteiriça, o que leva a Mauritânia a cortar relações com estes dois Estados. Os mauritanos têm acusado Marrocos de promover continuadas intentonas militares contra o regime de Nouakchott enquanto, por sua vez, o Senegal é acusado de apoiar a Frente de Libertação Africana da Mauritânia na sua luta contra o poder árabe.

---

<sup>247</sup> Em 14 de Novembro de 1975, um acordo assinado em Madrid entre espanhóis, potência colonial, Marrocos e Mauritânia divide o Rio de Ouro entre estes dois países. Porém, com apoio da Argélia que não foi contemplada no acordo, os sarauís agrupados na Frente Polisario, declararam o território independente sob denominação República Árabe Sarauí Democrática - Sara Ocidental (RASD). Se de início os dois países árabes não reconheceram a sua existência, chegando Marrocos a promover uma “*Marcha Verde*” para colonização do território, as derrotas miliatres infligidas aos mauritânios levaram este a negociar tréguas com os sarauís, rompidas por Haidallah e retomadas, de novo por este. A Mauritânia acabou por renunciar à sua parte e reconhecer, mais tarde, a RASD. Cf. Guia do Terceiro Mundo 1986 – O Mundo, visto pelo Terceiro Mundo, Tricontinental Editora, Lisboa, 1986, págs. 278- 280; e Anexos, Mapa 5 e Países.

#### **6.1.3.4.1.2.3. Somália**

*A República Democrática da Somália*, vamos manter a denominação oficial que vigorava antes do colapso, é um Estado Islâmico, de maioria sunita.

Durante cerca de uma década o país viveu sob um regime revolucionário, dirigida pelo general Siad Barre, presidente do Conselho Revolucionário Supremo e, mais tarde, do Partido Socialista Revolucionário (PSR). Forte defensor da unificação da nação somali e, por tal facto, do retorno à Somália dos territórios etnologicamente somalis, decidiu, em 1976, apoiar logística e militarmente a secessão do Ogaden, da Etiópia, levada a efeito pela Frente de Libertação da Somália Ocidental. No entanto, as forças militares etíopes, que receberam o apoio logístico dos soviéticos que, até então, apoiavam o regime de Barre, infligiram uma pesada derrota às forças conjuntas somalis. Por esse facto a Somália decidiu romper com a URSS. Todavia, e apesar das pressões do Ocidente e da Arábia Saudita continuou a defender o socialismo.

Porém, as consequências da guerra com a Etiópia foram mais nefastas do que, numa primeira análise, Mogadíscio poderia prever. A crise petrolífera, a falta do apoio soviético e a hostilidade dos seus vizinhos fez emergir uma crise social e económica de que, mesmo com o apoio americano que começou a usufruir devido ao acordo militar celebrado com os EUA para a utilização da base de Berbera, a sul da capital, por aviões e submarinos nucleares, nunca mais conseguiu sair.

Em Dezembro de 1990, três grupos oposicionistas do regime de Barre, todos eles islâmicos, o Congresso da Somália Unificada (CSU) que agrupa a Frente de Salvação da Somália (no exílio) e a Frente Democrática de Salvação da Somália (com sede em Ogaden), o Movimento Nacional Somali (MNS) e o Movimento Patriótico Somali (MPS), juntam-se visando o seu derrube.

No entanto, e apesar de efectivamente terem provocado a queda do regime e a fuga do ditador, os movimentos somalis não só não conseguiram fazer melhor, como provocaram uma crise no chamado “*cornó de África*” com consequências tais que levaram os EUA, sob a bandeira das NU, a intervirem numa eventual operação humanitária para proteger as populações civis, denominada “*Operação Restaurar a*

*Esperança*”. O país tinha mergulhado numa guerra-civil onde os “senhores da guerra”, isto é, os chefes das três facções islâmicas, não se conseguiam entender. A CSU tinha feito eleger um seu dirigente como presidente interino o que foi rejeitado pelos outros dois movimentos. A operação redundou num clamoroso fracasso.

Nos últimos tempos, tem-se verificado uma aproximação entre as partes litigantes patrocinado pelo xeque Charif Cheikh Muhiddine, carismático líder religioso local. De um lado o presidente interino Mohammed Ali Mahdi, da CSU, do outro o general Mohammed Farah Aidid, presidente do Comité Executivo da CSU e ex-dirigente do MNS. A consequência primeira verificou-se com a reintrodução da Charia no país.

#### 6.1.3.4.1.3. Ideologia de Governo

Pode a Ideologia de Governo circunscrever-se àquelas que “*se alternam, no âmbito do quadro normativo legal e constitucional ou fora dele, com vista à aquisição e gestão do poder político*”<sup>248</sup> ou, igualmente, a todas aquelas que não sendo implícita ou explicitamente integrantes do Estado, nem as definem, são, mesmo assim, próprias de um Governo autocrático ou ditatorial cuja a única finalidade é a gestão do poder.

Assim, e porque é essa a teoria que defendo para os dois Estados que a seguir são analisados que os incluí nesta estrutura ideológica e não na Ideologia de Estado.

##### 6.1.3.4.1.3.1. Líbia

A *Jamahiriya Popular Socialista Árabe da Líbia (Al Jamahiriya<sup>249</sup> al-Arabiyya Ash-Shabiyya al-Liliyya)*, nome oficial da Líbia, é entre os Estados africanos aquela que mais profundamente adoptou a Charia como a Constituição Nacional. O Hino (Deus Todo Poderoso), a Bandeira (verde integralmente lisa) e a expressão árabe Jamahiriya são provas inequívocas desse facto.

---

<sup>248</sup> Cf. LARA, *Da História das Ideias Políticas a Teoria das Ideologias*, vol. 1, op. cit. pág. 57.

<sup>249</sup> *Jamahiriya* expressão árabe que significa “Estado de massas”.

Apesar da Lei Fundamental ter a sua génese na Charia, a verdadeira essência reporta ao seu carismático líder Muammar Kadhaffi e ao “*Livro Verde*” editado em 1973. Propõe uma complexa estrutura de participação popular e de um Congresso Geral do Povo. Reforça as suas teses, em Março de 1979, com reformulação teórica do “*Livro Verde*”. Defende uma democracia directa como a solução política mais adequada às sociedades modernas, negando tanto o capitalismo como o marxismo. É a “*Terceira Teoria Universal*”<sup>250</sup>. O grande óbice desta teoria é a indefinição que caracteriza a democracia kadhafiana.

Por esta razão, e porque o regime instaurado é um regime personalizado, considere prudente a inclusão da Líbia nesta estrutura ideológica.

#### 6.1.3.4.1.3.2. Sudão

A *República Democrática do Sudão* é, depois da Líbia, o segundo Estado africano que melhor caracteriza uma Ideologia de Governo personalizada. Enquanto a Líbia está personalizada num homem, o Sudão vê essa ideologia personalizada numa religião, o Islamismo.

Face a um Sul animista e cristão, perfila-se um Norte muçulmano, populoso, rico e poderoso que impõe as regras institucionais e o normativismo governativo. Todo o poder é gerido pela normatividade islâmica, pela Charia.

Talvez por isso, o Sudão é, para os países vizinhos, o maior obstáculo à paz social na região. Para isso contribui não só o facto de ter assumido explicitamente a Charia como Lei Fundamental como, e aí levantam-se os grandes problemas por que passa a região, desconhece-se quem é realmente o verdadeiro detentor do poder no país. Se o presidente da Junta militar, general Omar Hassan el-Béchir, que convidou o mais alto dignatário da Igreja católica, SS João Paulo II, ou o líder da Frente Nacional Islâmica (FNI), o xeque Hassan el-Turabi, um teólogo que se formou na Universidade de Londres e se doutorou na parisiense Sorbonne.

---

<sup>250</sup> Cf. O Guia do terceiro Mundo 1986, op. cit., págs 188 e 189.



Para a revista francesa *Jeune Afrique* é, sem sombra de dúvidas, el-Turabi o verdadeiro homem-forte do Sudão. Até porque, oito dos quinze membros da Junta militar e a cúpula da União dos Estudantes sudaneses, tal como a maioria dos membros dos serviços secretos e dos Ministérios do Interior e das Finanças, são militantes da FNI.

#### **6.1.3.4.1.3.3. Tunísia**

A *República da Tunísia*, apesar da proximidade do fundamentalismo argelino, por um lado, e das fronteiras com a Líbia por outro, tem conseguido conter o Islamismo como um movimento político sem que se constata num prazo imediatista, algum crescimento preocupante dos movimentos fundamentalistas que já existem no país.

Destaque-se, entre eles, a Frente Islâmica Tunisina (FIT), pela proximidade ideológica com a sua congénere argelina FIS, criada em Agosto de 1994 por Mohammed Ali el-Horani, o Partido do Renascimento – Movimento Islâmico Ennodha (*Hezb-Ennahdaa*) e movimento Annahda. As suas posições no espectro político tunisino, em particular este último que, em Maio de 1991 na sequência da Crise do Golfo, tentou um golpe de Estado, levou-os à proscrição.

A Tunísia caracteriza-se por ser um dos poucos Estados árabes do Norte de África, multipartidários, dirigida por um presidente eleito por sufrágio universal e com direito a uma só reeleição. Rejeita a formalização e legalização de partidos religiosos<sup>251</sup>. Todavia, todos os partidos políticos tunisinos, incluindo o Partido Comunista Tunisino, visam a existência moderada de uma vida construída em torno do Islamismo.

#### **6.1.3.4.1.4. Uma variante ideológica de Coabitação**

##### **6.1.3.4.1.4.1. Nigéria**

---

<sup>251</sup> Em 1989, o presidente tunisino Ben Ali declarou no Parlamento que o Islão "... é a religião de todos os tunisinos e não pode tornar-se objecto de concorrência ou leilão, nem servir de trampolim para ascender ao poder"; cf. Guia do Terceiro Mundo 93, Tricontinental Editora, Lda, Lisboa, 1993, pág. 423.

Apesar de numa primeira análise se dever incluir a *República Federal da Nigéria*, na alínea anterior, a realidade social e a estrutura política dizem-nos, porém, que existe no país uma coabitação ideológica entre o Norte islâmico, no poder, um sudoeste maioritariamente islâmico, mas fortemente influenciado pelas ideias modernas e pelo cristianismo, e o sul cristão e profundamente católico, derrotado na crise da secessão do Biafra<sup>252</sup>.

Esta situação tem raízes no período colonial inglês. O Norte, cuja a população assenta fundamentalmente em duas etnias, os Haússa<sup>253</sup> e os Peules (Fulani) que representam cerca de 40% da população nigeriana, foi das primeiras regiões a ser islamizada. Os ingleses reconheceram a sua especificidade ao permitirem a existência de um “governo indirecto” confederado, sob a tutela de um governador inglês. Aquela forma de governo transitou após a independência.

O Sudoeste, maioritariamente da etnia Yoruba, deve a sua situação autonómica e confederada ao antigo Reino do Benin, de que fazem hoje parte os actuais Benin, Níger e Nigéria. Mantinham fortes ligações comerciais, com especial destaque para o comércio escravagista, com Impérios europeus, fundamentalmente, com ingleses e portugueses. A baía de Lagos foi um dos principais entrepostos do reino.

O Sul e Sudeste, na sua maioria católicos da etnia Ibo, de que faz parte o Biafra, só permitiu a sua integração na Federação nigeriana após a derrota das forças separatistas do tenente-coronel Ojukwu<sup>254</sup>, em 1970 e a aceitação do seu sistema social

---

<sup>252</sup> Cf. DUROSELLE; Jean-Baptiste, Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours, Dalloz, 1981, págs. 745 e 746.

<sup>253</sup> O Reino Haússa estendeu-se de o Atlântico ao Nilo Branco, ou seja, abrangeu quase todo o Sudão Central. Cf. ALMEIDA, Eugénio, O Pluralismo em África (Contribuição para o estudo do neo-pluralismo cultural e político em África). Trabalho elaborado para a cadeira de “Política de Relações Culturais entre os Estados”, no âmbito do Curso Conducente ao Mestrado em Relações Internacionais.

<sup>254</sup> Em 1966, na sequência de continuadas crises que se vinham a desenrolar desde a independência, uma rebelião militar levou ao assassinato do primeiro-ministro federal e de altos funcionários federais e locais. A rebelião foi dominada pelo Chefe do Exército, general Auiyi-Ironsi, da etnia *ibo*. Entre as primeiras medidas adoptadas a Constituição federal foi suspensa e as Federações extintas e substituídas por províncias. Ou seja, eliminava o sistema federativa e proclamava o estado unitário e anti-tribalista. Como consequência, os rebeldes que não tinham sido aniquilados, na sua maioria originários do Norte, conseguiram efectuar um contra-Golpe, entregando o poder ao coronel Yabuku Gowon, um *peul* cristão, que restabeleceu a Federação. Do golpe resultou a morte de Ironsi e de cerca de 200 oficiais da etnia *ibo*. As perseguições aos ibos que se seguiram levaram à morte de milhares de pessoas e à expulsão do Norte de mais de um milhão de ibos. Em Maio de 1967, um coronel do exército, Odumegwu Ojukwu, declara a independência do riquíssimo Biafra. A guerra de secessão

e da religião cristã. A proximidade dos Camarões de que fizeram parte, desde o mandato francês concedido em 1918 pela extinta Sociedade das Nações (SDN) e ratificada pelas N.U. contribuiu para esta situação.

#### **6.1.3.4.1.4.2. Senegal**

*A República do Senegal* embora alicerce-se sob uma Constituição aprovada segundo os ideais liberais francófonos e defendida por um Governo pragmático, tem uma população constituída, maioritariamente, por muçulmanos sunitas, cerca de 90%, aos quais se juntam cerca de 6% de cristãos, na sua maioria católicos, e 3% de animistas. Registe-se que, em pouco mais de 14 anos, a população muçulmana cresceu cerca de 20%, pela conversão de uma grande parte dos animistas.

A população muçulmana apesar de respeitar, e de defender nas relações nacionais, as Leis governamentais, que na sua maioria nada têm a haver com a Charia, já nas relações entre si são as Leis dimanadas do Alcorão e da Sunna que prevalecem. Existe uma, por enquanto, perfeita sintonia entre a Charia e a Lei Fundamental do País. Não esqueçamos que um dos mais importantes académicos “franceses” é o ex-presidente senegalês Léopold Sédar Senghor.

Todavia, a vitória do muçulmano Abdoulaye Wade, nas presidenciais de Março de 2000, aliado à questão da secessão de Casamança, tem provocado na zona mútuas acusações de desestabilização.

Registe-se que se Wade é muçulmano, o presidente da Guiné-Bissau é cristão. Todavia, não é entre estes dois actores da cena política regional que se encontra o eventual maior polo de desestabilização; é no líder da rebelião armada de Junho de 1998, Ansumane Mané, um muçulmano, que o vamos encontrar. É evidente o conflito latente entre o poder senegalês e Mané, com acusações daqueles ao líder militar guineense de estar a armar os rebeldes casamancenses com armas líbias e de procurar

---

durou cerca de 31 meses. A 12 de Janeiro de 1970, o auto-proclamado governo biafrense capitula e a população beneficia de uma ampla amnistia federal. O cor. Ojukwu exila-se em Portugal, na região de Sintra.

fomentar um eixo desestabilizador da Líbia à Guiné-Bissau com vista à desestabilização no país e na região<sup>255</sup>.

#### 6.1.3.4.1.4.3. Tanzânia

A *República da Tanzânia* é constituída pelo antigo território continental da Tanganica britânica, de confissões religiosas anglicana e animista e Direito consuetudinário de raiz anglo-saxónica e pela ilha de Zanzibar, muçulmana, só o Direito Islâmico, a Charia, é o único aceite, não aceitando, por isso, o Direito anglófono deixado no país, após a independência da Tanganica, em 1961.

A Federação da República Unida da Tanzânia só foi possível em Dezembro de 1964. Um Golpe de Estado na ilha de Zanzibar, levado a efeito pela maioria islâmica africana, representada pelo, Partido Afro-Shirazi, que depôs o governo da minoria árabe colocado pelas autoridades inglesas aquando da proclamação da independência insular, em 1963 e um longo caminho de árduas negociações entre os dirigentes continentais de Dar es Salaam, e os islamitas insulares de Zanzibar e Pemba, tornaram possível esse desiderato. Estas duas ilhas foram colonizadas pelos árabes em meados do século VIII. Realce particular para Zanzibar que controlou toda a costa oriental de África, entre a Ilha de Moçambique e o Cabo de Guardadfui, na Somália, até o século XVI, quando os portugueses aportaram esta região. Nos finais do século XVII, mais concretamente entre 1698 e 1830, as ilhas voltaram ao poder árabe passando, então, a serem governadas pelo sultão mascate de Oman.

As recentes tentativas de abertura política na Tanzânia colidiram com a teocracia do presidente do Zanzibar, Salmin Amour, que rejeitou categoricamente qualquer tentativa do continente em forçar a ilha a adoptar o multipartidarismo<sup>256</sup>. Para aquele dirigente islamita a abertura política e as mudanças que, ultimamente, vêm ocorrendo no continente africano “*não contêm nada de bom*”. O dirigente ilhéu acusou os defensores da pluralidade política de “perturbadores” e criticou asperamente todas as nações que, de algum modo, têm tentado impor o sistema multipartidário no continente negro ignorando, depois, a instabilidade social e cultural que normalmente

---

<sup>255</sup> Cf. Jeune Afrique/L’Intelligent, ed. de 17 a 23 de Maio 2000;

<sup>256</sup> Cf. Público de 13/01/94.

decorrem com o processo democrático. Note-se que, na mesma altura que produziu estas críticas, o Governo do Zanzibar criou uma publicação, de periodicidade bimensal, a que deu o nome de “*Nuru*” (A Luz).

#### **6.1.3.4.2. O Islamismo fora do Continente Africano**

Dada as suas características, e porque a forte influência que mantém na política externa africana é assinalável, nomeadamente na dos países islâmicos ou islamizados, abordemos sinteticamente os principais Estados não africanos islâmicos e, ou, os que sentem a forte influência islâmica, quer em na Ásia – o “*continente mater*” do Islamismo – quer nos dois continentes bordejantes do *Grande Lago Atlântico*.

Tal como em África, e com mais propriedade nas Nações asiáticas, existem as mais diferenciadas influências islamitas nos Governos nacionais, exceptuando-se a China, apesar de ter uma grande Umma. Admitem, com maior ou menor intervenção, o Islamismo como um movimento religioso – primeiro – e político. De entre os asiáticos destacam-se, pela sua importância nas respectivas regiões, o Irão e a Indonésia. Todavia, é entre os países árabes do Médio Oriente que essa influência se mais faz sentir, como a seguir destacamos.

##### **6.1.3.4.2.1. Como uma Ideologia de Estado**

A Península Arábica, a região do Tigre-Eufrates, o Paquistão, Bangladesh e a Indonésia são os expoentes da Ideologia de Estado no continente asiático. Analisemos os principais e quais as condicionantes para o Sistema regional e Internacional que os mesmos transmitem.

##### **6.1.3.4.2.1.1. Península Arábica e a Ásia Central, Sudeste e Insular**

Apesar desta região coexistirem vários Estados muçulmanos, o *Reino da Arábia Saudita*, como guardião das duas principais cidades do Islão, Meca e Medina, e a *República do Iémen*, pela continuada instabilidade que provoca na região, são os

principais Estados islâmicos da zona. Além destes, embora por razões diferentes destacamos a Síria e o Iraque.

a). Os sauditas, maioritariamente sunitas e o “*Estado-director*” da região, são considerados, apesar da sua ligação ao Mundo Ocidental, como ficou bem assinalada durante a Crise do Golfo, um dos principais financiadores dos movimentos islâmicos a par do Irão e do Sudão. Enquanto estes dois países islâmicos apoiam os movimentos xiitas aqueles perfilam-se como os principais financiadores dos sunitas. A evidência desse apoio ideológico e financeiro surgiu quando da reunião da “*Internacional Islâmica*”<sup>257</sup> que juntou a quase totalidade dos movimentos fundamentalistas islâmicos em Teerão, em Março de 1993. Os dirigentes sauditas criticaram asperamente os integristas que, ali reunidos, eram por si financiados. Lideram o Conselho para a Cooperação do Golfo (CCG) que engloba, igualmente, o Bahrain, os Emiratos Árabes Unidos, o Kuwait, Oman e o Qatar.

A *República do Iémen*, resultante da reunificação das antigas Repúblicas Árabe do Iémen (Iémen do Norte) e Democrática e Popular do Iémen (Iémen do Sul) é, na região, uma das zonas onde a instabilidade islâmica mais se faz sentir.

O Iémen do Norte, com uma população islamizada dividida entre os xiitas *zaidi* e os sunitas *shafai*, era conhecida pela *Arábia felix*, devido à sua enorme fertilidade decorrente dos inúmeros cursos de água inesgotáveis, provenientes das altas montanhas e que nunca chegam ao mar. O Sul, embora montanhoso como o Norte, é pobre em recursos hídricos. Se no aspecto económico as diferenças eram, são, abismais também a nível político aquelas não podiam ser maiores. O Norte, fortemente religioso, era apoiado financeiramente pela Arábia Saudita e Líbia, o Sul que tinha os seus apoios junto da China e da URSS, apresentava-se laico e socialista.

Após a reunificação – prevista desde 1973, mas só consumada em Maio de 1990, – apesar dos muçulmanos do sul serem maioritariamente sunitas shafai e de estar igualmente consignada no acordo de reunificação a imposição do Islamismo como religião oficial, esta não foi totalmente aceite entre a população do Sul.

---

<sup>257</sup> A primeira grande reunião verificou-se em Março de 1993, em Teerão, Irão, e a segunda em Dezembro do mesmo ano, em Cartum, Sudão.

A subalternização política, económica e social do Sul ao Norte levou a cessação temporária do antigo Iémen do Sul. A Arábia Saudita e os países limítrofes condenaram esta cessação, apoiando o Norte na reconquista da reunificação que se seguiu, com elevados custos humanos para o sul. A reunificação e o fim da guerra no Iémen não trouxeram a estabilidade para a região<sup>258</sup>. O Sul continua a não aceitar a islamização da vida social. Os fundamentalistas fazem deflagrar bombas em hotéis onde estão alojados militares americanos e turistas estrangeiros. Os hotéis de Áden, a antiga capital sul iemenita, são os únicos locais onde as bebidas alcoólicas são livremente vendidas o que contraria as normas corânicas.

b). As *Repúblicas da Síria e do Iraque* estão umbilicalmente ligadas desde a criação do Estado Qamartiano, na antiguidade, e, mais recentemente, ao Partido Baas Árabe Socialista (Baas) fundado, em Damasco, por Michel Aflaq<sup>259</sup>. Actualmente este partido está dividido pelos ramos sírio e iraquiano. Enquanto na Síria continua a defender o revolucionarismo árabe, no Iraque é um partido identificado com a personalidade megalómana do presidente iraquiano Saddam Hussein.

O ramo sírio foi um defensor acérrimo da unificação do Mundo árabe, esquecendo na sua génese o Mundo islâmico. Formou com o Egipto nasseriano a *República Árabe Unida* (RAU) juntando-se-lhes, mais tarde, a Líbia e os norte iemenitas sob a forma de *Federação das Repúblicas Árabes*. Teve curta duração devido à acusação de reaccionarismo que Nasser e Hafez el Assad (1930-2000), presidente sírio, fizeram ao Iémen do Norte. Também a RAU não subsistiu.

A política síria de laicização levou à criação de uma oposição islâmica armada sob a denominação de Irmandade Muçulmana, seita sunita de extrema-direita. Vamos encontrar a génese desta organização nos Irmãos Muçulmanos egípcios.

Se na Síria a laicização é a política oficial do partido do Estado, mas não do regime que defende a islamização dos Estados da região, em especial do Líbano e a

---

<sup>258</sup> Um universitário sul iemenita afirmou que “...o Iémen do Sul é a Alemanha Oriental do Iémen unificado”; cf. Le Monde, 10/07/91.

<sup>259</sup> O Partido Baas, ou BAATH, ou Ba’ath, partido pan-arabista, defendia que todos os Estados árabes eram províncias de uma grande nação árabe. É um partido laico.

destruição de Israel<sup>260</sup>, já no Iraque, principalmente após a crise do Golfo, a islamização do Baas passou a ser um facto assente. Até 1990 o poder de Bagdad, também defendia, ajudado pela aproximação dos fundamentalistas iranianos com quem manteve uma guerra de cerca nove anos, a laicização do país, pese embora 95,8% da população professar a religião islâmica, – 53,5% são xiitas e 42,3% sunitas; – a liberdade de culto é livre. No entanto, a crise subsequente à anexação do Kuwait e o apoio que os fundamentalistas islâmicos, em particular a dos palestinianos, deram ao regime iraquiano, tornou o presidente Saddam num fanático islâmico e o país, embora sem restringir o culto livre, num dos principais Estados aglutinadores do fanatismo islâmico.

Em 1991, a oposição ao regime apoiada nos curdos, xiitas, democratas e nacionalistas, sob a bandeira do Comité de Acção Conjunta, tentou afastar Hussein do poder, ocupando no Norte o Curdistão e no Sul a cidade de Bassorá (*Basra*). A retaliação iraquiana levou à intervenção das N.U., impondo duas zonas de segurança proibida à circulação aérea e militar do Iraque. Esta atitude onusiana reforçou o apoio dos radicais islamitas ao regime de Bagdad.

Apesar do regime ditatorial que se vive no país, alvo de inúmeras sanções económicas, a maioria imposta pelas NU, o Ocidente prefere não forçar a queda de Saddam Hussein, por duas razões importantíssimas: *i)* Turquia, Síria, Irão não querem um Curdistão independente na região – até à crise Irão-Iraque o Curdistão iraquiano detinha um estatuto autonómico que perdeu com o seu apoio aos iranianos; – *ii)* o Ocidente não deseja que uma eventual desestabilização do Iraque provoque uma anarquização na região e o reforço do poder iraniano<sup>261</sup>.

c). As *Repúblicas do Afeganistão, da Ásia Central e do Sudoeste Asiático* são os outros Estados que pelas suas características devem ser englobadas nesta estrutura ideológica, com especial destaque para a *República Islâmica do Paquistão* (Islami Yumhurriya Pakistan) e *Popular do Bangladesh*.

---

<sup>260</sup> Os últimos desenvolvimentos políticos sob a bandeira pacificadora norte-americana parece prever para breve o início de conversações israelo-sírias com vista ao reconhecimento *de jure* de Israel e a devolução dos Montes Golã à Síria.

<sup>261</sup> O Ocidente leva muito a sério o provérbio árabe “*Mais vale 60 anos de tirania do que um dia de anarquia*”.



O *Estado Islâmico do Afeganistão*, tal como a Somália vive um período fortemente conturbado, apesar da actual estrutura governativa ser claramente dominada por uma classe dirigente islâmica fundamentalista em ascensão; os fundamentalistas islâmicos que se auto-intitulam de “*Talibs*”, ou talibans, – os estudantes de religião – provenientes dos centros de refugiados do Paquistão, e que expulsaram os “*mujahedeen*”<sup>262</sup> formados pelos fundamentalistas da facção Hezb-e-Islami, de Gulbuddin Hekmatyar, e da facção Jamiat-e-Islami, de Ahmed Shah Massud. Quando ascenderam ao poder a sua primeira medida foi a aplicação da Charia e a alteração da denominação do país de República para Estado Islâmico. O seu rápido e vitorioso avanço só foi detido nas montanhas dominadas pelos uzbeques.

Os paquistaneses, a maioria professa o islamismo sunita, são a par do Irão e, mais recentemente, do Afeganistão um dos três países asiáticos a inscrever na sua denominação oficial a palavra “*Islâmica*”. É o maior estado islâmico da região e um dos mais populosos. Mantém uma rivalidade continuada com a Índia. Dessa rivalidade e da terceira guerra indo-paquistanesa surgiu, em 1971, a República Popular do Bangladesh. Esta, até então denominada Paquistão Oriental, fazia parte do Paquistão desde a independência em 1947.

Embora, na sua grande maioria, os *Estados da antiga URSS*, defendam o laicismo, a realidade mostra-nos que, a par de uma população maioritariamente muçulmana, as suas bandeiras denunciam a religião que é professada nesses Estados. Quase todos ostentam o “*quarto crescente*”, símbolo heráldico do Islão, nas flamas nacionais. São ainda membros de pleno direito da Organização da Conferência Islâmica (OCI) e defendem a criação de Comunidades islâmicas regionais, seja sob tutela iraniana ou turca, os dois potenciais Estados-directores da região.

d). No *Sudeste Asiático* realce particular para o maior e mais populoso Estado islâmico, a Indonésia.

*República da Indonésia* é maioritariamente muçulmana, cerca de 87%. Apesar disso as autoridades de Jacarta não querem assumir que toda a vida social do país gira

---

<sup>262</sup> Combatentes do povo que expulsaram os soviéticos e o regime socialista de Mohamed Najibullah, em 25 de Abril de 1992.

em todo da religião muçulmana. A prova disso está no facto de só um dos principais partidos indonésios, o *Partido Unido para o Desenvolvimento* (PDI), ser o único a assumir a sua qualidade de partido islâmico. Os restantes, incluindo o *Partido Golongan Karya* (Golkar), do presidente Suharto e o Partido Democrático da Indonésia, apesar de não reconhecerem essa influência, quando questionados sobre questões de ordem político-religiosas que afectem, eventualmente e na sua perspectiva, os interesses islâmicos do país, assumem claramente uma posição islamita.

Devido ao eventual distanciamento que parecia caracterizar a política indonésia<sup>263</sup>, têm surgido movimentos fundamentalistas islâmicos, com particular destaque para a *Frente de Libertação Nacional de Aceh-Sumatra* (FNLAS), sucessora do movimento *Aceh-Merdeka* (Liberdade para o Aceh), que em 1977 tentou declarar, unilateralmente, a independência da ilha de Sumatra, e para movimento islamita *Muhammadiyah*, que ultimamente tem assaltado e incendiado igrejas católicas e protestantes.

#### 6.1.3.4.2.2. Principais Estados asiáticos em que o Islamismo é Ideologia no Estado

A Índia e as Filipinas são os dois principais países onde vamos encontrar movimentos fundamentalistas com actividade permanente.

a). Na *República da Índia*, o movimento islamita opera, fundamentalmente, nas regiões de Jamu e Caxemira, de Uttar-Pradesh e no Estado de Assam, maioritariamente muçulmanas. Desde a independência, em 1947, que a Caxemira tem sido motivo de recontros militares entre indianos e paquistaneses, que as reivindicam.

A principal actividade fundamentalista islâmica está a cargo da *Frente de Libertação de Jamu e Caxemira* (JKLF), liderada por Amnullah Khan. Os dois principais momentos da JKLF aconteceram em 1992 e 1993. O primeiro em Fevereiro

---

<sup>263</sup> Nada mais falso. Em Outubro de 1990, o governo presidido pelo então presidente Suharto, mandou encerrar um dos jornais de maior tiragem no país, o *Monitor*, por ter divulgado uma sondagem onde o Profeta surgia, somente, em quinto lugar, atrás do presidente, de Sukarno, de Saddam Hussein e do chefe de redacção daquele jornal, entre as personalidades mais importantes do mundo muçulmano.

desse ano quando o líder muçulmano decidiu declarar unilateralmente a independência de Jamu e Caxemira propondo uma marcha que atravessaria a linha de demarcação fronteiriça entre Índia e Paquistão. Propunham-se integrá-la mais tarde no Paquistão. As autoridades paquistanesas temendo novos conflitos com o poderoso vizinho do sul, decidiu impedir, pelas armas se necessário fosse, a entrada dos independentistas no país. O segundo grande momento registou-se Outubro de 1993, quando os islamitas ocuparam durante, quase um mês, a mesquita de Hazratbal, em Caxemira.

Todavia, ocasionalmente, têm-se verificado recontros entre hindus e muçulmanos, fora do âmbito ideológico. O primeiro grande recontro aconteceu Fevereiro de 1986, quando o governo de Nova Deli, decidiu facultar aos hinduistas o acesso a um templo hindu que, durante vários séculos, vinha a ser utilizado como mesquita. Também, e uma vez mais por questões de ordem religiosa, registaram-se recontros entre hindus e muçulmanos na sequência da destruição da mesquita de Ayodhya, uma das mais antigas do país.

b). As *Filipinas*, tal como a Indonésia um vasto arquipélago, tem-se verificado, nos últimos anos, um acentuado crescimento nas actividades islâmicas principalmente nas ilhas do sul, em especial em Mindanao, próximas do seu poderoso vizinho indonésio. As populações malaias desta região nunca se mostraram receptivas à conversão ao cristianismo.

O principal movimento islamita em actividade, a *Frente Moura de Libertação Nacional* (MNLF), começou a suas operações armadas anti-governamentais em 1973, em pleno consulado de Ferdinando Marcos. Em Novembro de 1993, o governo de Manila e os islamitas da MNLF assinaram um cessar-fogo, mas as actividades fundamentalistas nunca deixaram a clandestinidade, como se constatou, recentemente, com a hostilização e rapto de 21 turistas europeus.

#### 6.1.3.4.3. O Islamismo nos Estados do “Grande Lago Atlântico”

---

Também o filme “A Lista de Schindler” viu a sua exibição proibida sob a acusação de “*propaganda sionista*”.

#### 6.1.3.4.3.1. Na Europa

Se em África e na Ásia o Islamismo se caracteriza, exceptuando os casos já analisados, por ser, fundamentalmente, uma religião ecuménica e um veículo sustentador da vida social e política dos Estados e dos povos, é na Europa que, salvo os casos particulares da Albânia e da Bósnia-Herzegovina, se verifica a existência de um islamismo onde o ecumenismo está, regra geral, associado a um profundo integrismo social. Ou seja, é na Europa, fruto de uma maior liberdade política existente, que o Fundamentalismo Islâmico. faz sentir toda a sua acutilância e, simultaneamente, medo e mal-estar social. Para isso muito contribui o que se passa nos Balcãs.

As mutações políticas e nacionais verificadas no fim da II Guerra Mundial, na região, levaram à divisão artificial de fronteiras e, subsequentemente, à criação de novos Estados, a maioria dos quais sem nada a haver com as suas fronteiras naturais e, ou, históricas. Entre esses Estados encontramos a *República da Albânia*, com novas fronteiras delineadas, e a *Federação Federativa Socialista da Jugoslávia*, englobando as Repúblicas da Bósnia e Herzegovina, da Croácia, da Eslovénia, da Macedónia, do Montenegro e da Sérvia e as regiões autónomas do Kosovo, de etnia albanesa, e da Voivodina.

Analisemos, primeiro, na linha das superestruturas ideológicas, os casos particulares da Albânia e da Bósnia-Herzegovina.

##### 6.1.3.4.3.1.1. Albânia

Aliado às alterações fronteiriças a Albânia sofreu uma forte influência primeiro do marxismo-leninismo soviético e, com especial destaque a partir da década de 60, na sequência do cisma sino-soviético<sup>264</sup>, do maoísmo; e com elas o isolamento albanês dentro do Sistema Internacional.

Os novos dirigentes albaneses apesar de conseguirem implantar na população uma mentalidade política anti-europeia e ocidental – a Albânia foi o país que na

---

<sup>264</sup> Sobre o assunto ver ZORGBIBE, Charles, Dicionário de Política Internacional, “*Conflito Sino-Soviético*”, págs. 480 a 483.

Europa melhor caracterizou a autarcia política – houve, contudo, um problema que aqueles nunca conseguiram resolver nem fazer com que a grande maioria da população se esquecesse. A religião Islâmica. Para esses dirigentes havia a necessidade de intensificar a propaganda ateísta “...para eliminar de todo, os fundamentos da hostilidade religiosa contra o progresso e (...) para familiarizar a população com o conceito materialista e científico do mundo”<sup>265</sup>

Durante cerca de cinco séculos, mais concretamente entre 1431 e 1912, a Albânia esteve sob o domínio dos turcos otomanos, tendo sido por esse facto islamizados. Entre os territórios europeus sob influência do Império Otomano foram os que melhor assimilaram o Islamismo.

O advento do liberalismo no país, principalmente após a ruptura com a China, em 1981<sup>266</sup>, e o fim do “Império Soviético” e da “Cortina de Ferro”, fez ressurgir amplamente o seu principal veículo de união – o Islamismo. Por esse facto a Albânia, aderiu de pleno direito à Conferência Islâmica e adoptou o Islamismo como religião oficial do país. Os seus dirigentes são, na grande maioria, muçulmanos. A Lei Constitucional de 1976, emendada em 1991, apesar de defender princípios ideológicos próximos do demo-liberalismo e dos seus dirigentes terem já manifestado vontade de aderir à União Europeia (UE), consigna o Islamismo como a base moral da população.

#### 6.1.3.4.3.1.2. Bósnia-Herzegovina

Tal como a Albânia parte da Jugoslávia também esteve sob domínio otomano, nomeadamente a região hoje designada por Bósnia. Esta região é maioritariamente muçulmana. Por sua vez, a Herzegovina, etnicamente servo-croata, professa na sua maioria a religião cristã, ortodoxa e católica.

No entanto, apesar destas aparentes dissemelhanças, e da desintegração da Federação jugoslava, a então República Socialista da Bósnia e Herzegovina, criada em

---

<sup>265</sup> Cf. CIVITA, Victor (dir), *Almanaque Abril 1978*, Editora Abril, São Paulo, 1978, pág. 478.

<sup>266</sup> O VIII Congresso do Partido do Trabalho Albanês (PTA) acusando a China (que se encontrava em pleno processo de “desmaoização”) de se ter apropriado da “*Teoria dos Três Mundos*”, adoptou uma linha doutrinária absoluta que, ao mesmo tempo, combatia o “imperialismo” norte-americano, o “social-imperialismo” soviético, o “revisionismo” chinês e jugoslavo, o eurocomunismo e a social-

1945 pelo marechal Josef Bros Tito (1892-1980) a quando da institucionalização da Jugoslávia, decidiu manter a sua eventual integridade política acima das diferenças étnicas e religiosas.

Todavia, essa vontade foi sempre superada pela circunstância da Sérvia querer repor as fronteiras do pré-Guerra 1914/18, isto é, recriar a “*grande*” Sérvia. Relembre-se que foi em Sarajevo, que o arquiduque austríaco Francisco Ferdinando (ou Fernando) (1863-1914), herdeiro do trono austro-húngaro, foi assassinado pelo terrorista sérvio *Gravilo Princip*; o que levaria à I Guerra Mundial. Sarajevo, então parte do Império Austro-húngaro, era uma das províncias reclamadas pelos nacionalistas sérvios para a constituição da Grande Sérvia.

Na declaração da independência nacional, os muçulmanos, com o apoio tácito dos croatas que desejavam manter a influência política dos sérvios longe das suas fronteiras, tomaram o poder. Note-se que, de início, o país era governado a exemplo da ex-Jugoslávia após a morte de Tito, por um colégio presidencial composto por dois sérvios, por dois croatas, por dois muçulmanos e por um jugoslavo nascido de casamento misto. O Ocidente dentro da sua linha de pluralidade social, religiosa e política aplaudiu a independência do, declarado mas nunca institucionalmente formalizado pelas razões internacionalmente reconhecidas, Estado muçulmano.

Independentemente dos problemas por que atravessa a jovem república multi-religiosa<sup>267</sup>, em especial com os sérvios bósnios, os muçulmanos nunca tentaram institucionalizar o Islamismo como doutrina oficial do Estado. A Bósnia-Herzegovina goza do estatuto de observador junto da Conferência Islâmica.

#### 6.1.3.4.3.1.3. O Islamismo na Europa, que ameaça?

Depois de analisados os casos particulares vejamos a Europa em geral, e a UE em particular.

---

democracia. Já em 12 de Junho de 1977 o jornal oficial do PTA, *Zeri i Popullit* criticava violentamente a nova política chinesa de aproximação aos EUA.

<sup>267</sup> Sarajevo, a capital bósnia, é uma das cidades europeias com maior número de mesquitas e igrejas católica e ortodoxas.

O forte fluxo migratório dos anos 60 e 70 proveniente dos países do norte de África, particularmente da Argélia para França e de Marrocos para Espanha, criou no continente uma populosa comunidade muçulmana que tem sido, em grande parte, fomentadora dos principais casos de racismo social e económico que grassa na Europa e, subsequentemente, do avanço do integrismo islâmico na bacia mediterrânea.

O desemprego, aliado ao decréscimo do nível de vida económico, que não social, dos europeus e a profícua capacidade reprodutora que caracteriza os povos do Terceiro Mundo, tem provocado climas de tensão social em França, Alemanha, Espanha e na Federação Russa. Também o Reino Unido tem manifestado ressentimentos contra os islamitas. De acordo com os serviços secretos britânicos o Exército Republicano Irlandês (IRA), na sua versão mais hostil, tem sido apoiado financeira e militarmente por grupos fundamentalistas islâmicos, pelo Irão e pela Líbia.

Essas tensões são, ou têm sido, paradigmas que os chefes religiosos muçulmanos têm utilizado para fomentar o mal-estar político-religioso entre os magrebinos, com destaque para os argelinos, e os europeus. Por sua vez, estes, desde que deixaram de sentir a ameaça do antigo Pacto de Varsóvia e com o declínio do Império Russo, consideram que a nova ameaça para o continente é *“o perigo islâmico”*.

Nicole Guardiola, num artigo de opinião no semanário português Expresso<sup>268</sup>, é particularmente contundente. Para ela o integrismo islâmico é *“um “perigo” que ultrapassou as fronteiras do “mundo islâmico”, que é explorado pelas forças de extrema direita empenhadas em fomentar o racismo e as reacções xenófobas contra os emigrantes muçulmanos ...”* e que explodem em *“...sangrentos confrontos étnicos nos Balcãs, no Cáucaso e na Ásia Central soviética e chinesa”*. Daí que, ainda na opinião da articulista, exista uma *“convergência de interesses estratégicos”* entre os EUA – no seu combate com os *“países terroristas”* como a Síria, Líbia e Irão – e os países ribeirinhos do Sul da Europa. Ou seja, há preocupação crescente no Ocidente em manter e conter a *“maré fundamentalista”* evitando a criação de um bloco muçulmano unido que, eventualmente, poderia se tornar numa potencial ameaça para o chamado *flanco sul* da Aliança Atlântica.

Embora Portugal não seja dos países ribeirinhos o que mais possa se preocupar com o avanço do integrismo, tem, desde sempre, apoiado todas as medidas que visem essa contenção. A própria Espanha, que, ultimamente mais tem sofrido com a crescente onda de emigração clandestina de magrebinos, de vez em quando dão à costa espanhola botes destruídos e cadáveres de pessoas provenientes de Marrocos que clandestinamente tentam penetrar no país, – são os novos “*boat-peoples*”, – propôs um reforço das estratégias defensivas do flanco sul da Aliança.

É o grande problema da Europa. Ter capacidade para fazer face ao lento, mas inexorável, avanço que a religião islâmica vem registando junto dos europeus, principalmente quando estes começam a evidenciar distanciamento em relação ao cristianismo (mais no catolicismo do que no protestantismo) e o poder político prefere o pragmatismo económico – não esquecer que os principais produtores de petróleo, a principal fonte energética do ocidentais, é gerida pelos muçulmanos – e político aos interesses que, embora próximos da génese cultural e social europeia, possam de algum modo perigar a paz que perdura à cerca de 50 anos no continente.

É uma situação que, embora cínica, não deixa de ser admissível por quanto os europeus estão a viver o maior período de paz que alguma vez se registou no continente, independentemente da Guerra-Fria que persistiu até a implosão da URSS, os europeus e os seus dirigentes preferem uma “paz podre” a qualquer conflito que ponha em causa *i)* a estabilidade política e, logicamente, o poder e *ii)* o *modus-vivendi* dos europeus. Talvez por isso, a *questão kosovar* tenha sido tão prontamente resolvida.

#### 6.1.3.4.3.2. E na América?

Contrariamente ao que se passa na Europa, onde o Islamismo e o Fundamentalismo islâmico foram e continuam a perfilar-se como a ameaça mais visível à estabilidade, no Continente americano os islamitas têm estado circunscritos a sectores restritos da sociedade civil.

No entanto, principalmente desde a Crise do Golfo, a actividade islâmica, em geral, e fundamentalista, em particular, começou a registar um assinalável incremento,

---

<sup>268</sup> Cf. “ Islão: o novo alvo da ‘guerra fria’ ”, Expresso de 07/07/1990.



em grande parte, pelo facto dos principais dirigentes islamitas radicais terem mudado a sua residência para os *EUA*.

Entre esses dirigentes destacam-se o xeque Omar Rahamn, líder espiritual do movimento fundamentalista egípcio Gamaat al Islami e que, segundo se crê, foi da sua mesquita, em New Jersey, que deu a autorização ao mortífero atentado no World Trade Center, em New York<sup>269</sup>, e o chefe do “Bureau” político do Hamas, Moussa Abu-Marzuk, que tem o seu escritório de representação, sediado em Arlington, no Estado da Virgínia.

Mas a presença fundamentalista islâmica não se faz sentir só pela estadia de alguns dos seus principais dirigentes islâmicos. Segundo um jornal independente hebraico, o “*Ha’aretz*”<sup>270</sup>, os palestinianos têm uma fabulosa rede de organizações fundamentalistas islâmicas, sendo a mais importante a *União Islâmica para a Palestina* com sede no Estado norte-americano do Texas. Esta organização serve de banco ao movimento Hamas.

Face aos desenvolvimentos que o islamismo vem registando, nomeadamente o Hamas, os serviços de segurança dos EUA decidiram procurar *i)* expulsar o xeque Rahman não pelo seu envolvimento no atentado do WTC – atentado de que o xeque tem sistematicamente recusado assumir qualquer responsabilidade e que as autoridades americanas ainda não conseguiram provar – mas sob a acusação de poligamia, proibida nos EUA; *ii)* colocar todos os americanos de origem árabe suspeitos de apoiarem financeiramente, ou de outra forma, o movimento Hamas e, *iii)* colocar este movimento na lista das “*organizações terroristas*”.

Mas não é só nos EUA que essa preocupação se faz sentir. No resto do Continente a comunidade muçulmana faz sentir a sua presença. No *Canadá*, onde existe uma Umma de cerca de 300 mil almas, a maioria paquistaneses, no *Suriname*, onde residem pouco mais de 100 mil muçulmanos, a sua maioria de origem javanesa fugidos ao regime indonésio e refugiados naquele Estado quando era ainda a colónia holandesa da Guiana e, particularmente, na *Argentina*, país onde residem cerca de 300 mil

---

<sup>269</sup> Ver capítulo 6.1.3.4.1.1.1 *As Gamaat al-Islamyia*, pág. 126.

<sup>270</sup> In: Público de 11/02/1993.

muçulmanos, e onde a actividade fundamentalista islâmica também tem vindo a conhecer novos desenvolvimentos. Em Julho de 1994, um atentado ao edifício sede da Associação Mutualista Israelita, em Buenos Aires, provocou a sua completa destruição tendo o número de vítimas ascendido a mais de 200 entre mortos e feridos. O impacto negativo que este atentado teve no Sistema Internacional, inclusive junto das comunidades muçulmanas que também sempre admitiram ter sido obra de uma qualquer organização fundamentalistas islâmicas, fez com que nenhuma organização islâmica quisesse assumir essa responsabilidade.

#### **6.1.4. O Cristianismo**

Tal como é dito no início do Capítulo foi com a Cristianização que começou, de facto, e *de jure*, os movimentos fundamentalistas religiosos. As Cruzadas, de início, e os Descobrimentos, mais tarde, foram as grandes desculpas para se tornarem nos pioneiros da imposição de uma Religião sobre outra ou sobre as culturas locais onde a nova Religião fazia a sua aparição. Falamos, mais concisamente, de um dos principais pilares da Cristianização, o catolicismo. A ortodoxia e o protestantismo são os outros dois pilares que suportam a moderna tríada Cristã.

##### **6.1.4.1. Cristianização na “*ponta da espada*”**

Quando os países ibéricos – mais que todos os outros – decidiram avançar para a avançar para a civilização dos povos dos novos territórios descobertos ou conquistados, o emblema da religião foi o primeiro a ser evidenciado.

À frente de cada expedição e ao lado do capitão ia sempre um missionário de, em simultâneo, dirimia a espada e o crucifixo. Os indígenas ou aceitavam, livremente, abandonando todos os seus ancestrais movimentos culturais e ritos tradicionais, ou eram traspassados pelas espadas cristãs em nome da nova ordem religiosa. Foi, talvez, por esta razão que o cristianismo, católico ou protestante, tenha encontrado sempre resistência entre os indígenas, particularmente, no interior de África: ao contrário, os muçulmanos, que embora agressivos, talvez mais que os cristãos, porque aceitaram sempre a coexistência entre o animismo e o islamismo, conseguiram penetrar melhor no sertanejo africano.

Por isso, quando a igreja cristã decidiu por uma maior abertura religiosa, começaram a surgir em África movimento ecuménicos cristãos onde o cristianismo e o tradicionalismo animista de diluíam. São exemplos o Kimbanguismo e o Tocoísmo.

Paralelamente persistiam os radicalismos ecuménicos donde se destacam, pela profunda influência política que tiveram até ao último quartel do século XX, os Calvinistas.

No entanto, o primeiro grande movimento ecuménico fundamentalista moderno aconteceu com a *Igreja Ortodoxa Africana*, fundada por Marcus Garvey. Para este os anjos eram os negros, enquanto que os brancos personificavam os demónios. Também Nemapare, um bispo dissidente de Igreja Metodista africana, acusado de provocar um cisma na igreja africana, por, alegadamente, desmembrar Cristo, pode ser considerado um dos percursores deste fundamentalismo. Defendia que um protestante “deve protestar” e por isso recusava em se submeter às “*igrejas de raiz etíope ou sionista*”. Igualmente o profeta zulu Shembe, embora animista, afirmava que os brancos não deveriam ter entrada no Céu, porque já tinham gozado da felicidade na Terra, enquanto os negros, seus compatriotas, se submergiam às vontades calvinistas daqueles. Por isso só aos negros se deveriam franquear as portas celestiais<sup>271</sup>.

#### 6.1.4.2. O protestantismo Calvinista na génese do Boerismo

Um dos ramo mais puritanistas do protestantismo. Segue as ideias doutrinárias de João Calvino (1509-1564)<sup>272</sup>, um reformador protestante, de origem francesa que, a par de Martinho Lutero (1483-1531) e de Ulrico Zuínglio (1484-1531), formam a principal tríada reformista cristã.

Professor de Teologia, em Basileia, onde editou, em Março de 1535, *As Institutas da Religião Cristã* e leccionou em 1536 a *Articuli de Regimine Ecclesiae*. Perseguido em França, acabou por se fixar em Geneve, em 1541, criando uma nova ordem eclesiástica, a *Igreja Reformadora*, inspirada no teocracismo do Antigo Testamento.

---

<sup>271</sup> Sobre este assunto ver mais detalhadamente KI-ZERBO, *História da África Negra – II*, págs. 172 a 174.

<sup>272</sup> Cf. *The New Caxton Encyclopedia*, nº. 4, págs. 29 a 31.

A doutrina calvinista consistia em tomar a Bíblia, na linha do movimento islamita, como o veículo congregador dos povos, tanto ao nível da fé como na base de uma nova ordem jurídica. Segundo Calvino, o Estado deveria adoptar a Bíblia como o único instrumento velador da ordem e da moral. Conseguiu fazer vingar as suas ideias, fazendo sentir esta sua doutrina penalizando severamente os transgressores. Entre 1541 e 1546 sentenciou 56 condenações à morte.

Os calvinistas, que são igualmente reconhecidos por presbiterianos e reformistas, rejeitam o valor dos sacramentos. Com as guerras religiosas na Europa, disseminaram-se por todo o Mundo, destacando-se a colónia que se implantou no cone meridional de África e que seria um dos embriões do *apartheid* na República da África do Sul.

Para isso muito contribuiu, entre outros, os *Cinco Pontos do Calvinismo*, adoptados em 1619, como resposta aos cinco pontos apresentados pelos Arminianos<sup>273</sup> à Igreja Reformadora Holandesa e que, mais tarde, levaria à fuga de um elevado número de holandeses para a região austral africana, mais especificamente para a região do Cabo, onde fundariam uma colónia em 1652, sob as ordens do capitão Jan van Riebeeck.

#### 6.1.4.2.1. Os Cinco Pontos do Calvinismo ou a Doutrina da Predestinação<sup>274</sup>

O sistema teológico calvinista foi reafirmado em 1619, no Sínodo de Dort como “a doutrina da salvação baseada nas Sagradas Escrituras”. A doutrina alicerçava-se em cinco importantes pontos; *Os Cinco pontos do Calvinismo*, também reconhecidos pelo acrónimo TULIP<sup>275</sup>, que passamos a sintetizar:

##### Depravação Total (Incapacidade Total):

---

<sup>273</sup> Doutrina fundada por Jacobus ARMINIUS, pseudónimo de Jacob Harmensen (1560-1609). Antigo teólogo calvinista holandês, que fundou a Igreja Reformadora de Amsterdam, mais tarde Igreja Reformadora Holandesa, por rotura com a Doutrina da Predestinação calvinista. É considerada um ramo modificado e mais liberal do Calvinismo; in: *Collier's Encyclopedia*, n.º. 2, pág. 667 e *The New Caxton Encyclopedia*, n.º. 2, pág.42.

<sup>274</sup> [www.why.net/users/dgreen/theolist/faq/fivepoin.htm](http://www.why.net/users/dgreen/theolist/faq/fivepoin.htm), “*Arminism and Calvinism Contrasted: The Five Points of Calvinism and Arminianism*”, e [www.ce.utexas.edu/stu/dgreen/tarrwl/calvinism.htm](http://www.ce.utexas.edu/stu/dgreen/tarrwl/calvinism.htm), “*Calvinism / Soteriology Page 'Calvinism'*”, Agosto 1998.

<sup>275</sup> Total Depravity (Total Inability); Unconditional Election; Limited Atonement (Particular Redemption); Irresistible Grace and Perseverance of the Saints

*Até ser salvo o pecador é cego e surdo às coisas de Deus; o seu coração é falso e totalmente corrupto; ele não é livre,; precisa da Salvação. A Fé não é suficiente para obter a Graça de Deus. É Deus que dá a Salvação ao pecador. Não é o pecador que oferece graças a Deus;*

Provavelmente o dogma de mais difícil compreensão na doutrina Calvinista.

**Graça Incondicional;**

*Até à Criação do mundo livre, onde imporá a Sua soberania, Deus escolherá somente alguns indivíduos que, em Seu nome, prepararão as bases dessa fundação. A escolha não cairá em pecadores de resposta pronta ou de cega obediência, nem indivíduos que demonstrem fé e actos de fé face a Cristo. Ou seja, é Deus que escolhe os pecadores; não são os pecadores que se oferecem ao Espírito de Cristo como causa última da sua Salvação;*

É o dogma pelo qual Deus escolhe os fiéis para O servirem segundo os seus méritos. Escolhe a quem pertence os solos mais férteis.

**Expição Limitada (Cuidada Redenção);**

*Ao morrer Cristo assumiu as culpas e os pecados dos Homens. A Redenção de Cristo permitiu que cada um pudesse garantir a sua Salvação;*

Este dogma oferece aos fiéis calvinistas a resposta à original questão cristã: “Por quem Cristo expiou os pecados?”. Segundo alguns teólogos evangélicos é uma das mais questionáveis pontos do Calvinismo já que prejudica mais do que beneficia o Evangelismo.

**Graça Irresistível (A Eficaz Assembleia Espiritual);**

*Porque depende da cooperação do homem, o Espírito Santo, por via de chamamentos específicos, chama os aqueles pecadores a. quem Ele oferece o sucesso. A Graça de Deus é invencível;*

Ao contrário do anterior ponto é considerado o mais benigno dos dogmas calvinistas.

### Constância da Salvação;

*Todos os que são escolhidos por Deus, redimidos através de Cristo, estão eternamente salvos. Estão possuídos das graças, da constância e do poder Omnipresente de Deus;*

De acordo com este dogma os “*santificados*”, (os glorificados) têm garantido um lugar num eventual *Mundo de Deus*.

O maior perigo do extremismo calvinista encontra-se na sua obsessiva natureza. Ou seja, os calvinistas consideram que o Homem não tem capacidade para entender as Graças soberanas de Deus. Foi – tem sido – utilizado pelos calvinistas para, eufemisticamente, adoptarem no seu mais forte movimento de posse e segregacionismo cultural e religioso a sua capacidade de projecção dogmática.<sup>276</sup>

Como nota de rodapé, registe-se que os calvinistas não se ficaram, somente, pela República da África do Sul. Disseminara-se, igualmente, por Angola<sup>277</sup>, onde chegaram por volta de 1640. Os principais centros negreiros angolanos eram explorados por calvinistas holandeses, que exportavam escravos para o Brasil.

## **6.2. Fundamentalismos de Características Sociais e Políticas**

São englobados neste ponto todos os fundamentalismos de índole exclusivamente social, incluindo aqueles que se reclamam de religiosos, mas que as autoridades eclesiásticas e governamentais os não reconhecem como tal – a cientologia, – e os de cariz sócio-político – inclui-se aqui o poder castrense.

Além dos citados, poderíamos aqui incluir o *Não-Alinhamento* ou *Neutralismo*, analisado no próximo capítulo.

### **6.2.1. A Igreja da Cientologia**

---

<sup>276</sup> Cf. [www.storm.ca/~sabigail/articles/exclavin.htm](http://www.storm.ca/~sabigail/articles/exclavin.htm), “*The Dangers of Extreme Calvinism*”, Agosto 1988.

<sup>277</sup> Cf. CARVALHO, Emílio J. M. de, *Ouço os passos de milhares... (Etapas do Metodismo em Angola)*, Igreja Metodista Unida, Luanda, 1994, pág. 9 e 10.

Apesar de se perfilar como um movimento proto-ecuménico, por uma questão metodológica, vai ser analisado como um movimento de características sociais. Até porque, quando foi fundado, nos primórdios de 1950, nos Estados Unidos da América, por L. Ron Hubbard através do seu livro *Dianetics* tinha por base movimentações filosóficas, defendia as medicinas alternativas e a psicoterapia.

Conquanto o Calvinismo seja o pilar principal do segregacionismo branco na África Austral, não é o único. Os cientologistas, tornaram-se numa importante congregação religiosa, nomeadamente no Reino Unido e na República da África do Sul, tomando o nome de Igreja da Cientologia.

Este movimento chegou rapidamente à África do Sul; em 1957 foi aberto, em Johannesburg, um escritório da Hubbard Association Of Scientologists International. Em 40 anos os cientologistas passaram dos 200 mil membros efectivos para os actuais cerca 4 a 6 milhões, em todo o país, formando uma das maiores Igrejas de Cientologia em todo o Mundo, ou como é conhecida no país, a *Org*. Embora a base da cientologia seja “... a resposta a todos os problemas raciais...”<sup>278</sup> o pós-apartheid permitiu que alguns livros e documentos oficiais fossem acedidos, bem assim como as declarações prestadas por membros da *Org*, à Comissão da Verdade do bispo Desmond Tuto, revelando o apoio directo e inequívoco dos cientologistas ao apartheid, em geral, e ao governo sul-africano de Hendrik. F. Verwoerd, em particular.<sup>279</sup>

A acção da *Org*, na África do Sul, foi influenciada por vários factores endógenos. Para a *Org* a oposição ao comunismo tem de ser virulenta, e a superioridade Anglo-Saxónica deve ser cada vez mais evidente para promover a segregação racial e a predominância do poder branco sobre os não-brancos – “*the white man’s burden*” e “*the only Anglo-Saxon science of the mind*” são algumas das palavras de ordem dos cientologistas sul-africanos.

Todavia, não foi só na África do Sul que esse apoio foi manifesto. Na então Rodésia (Zimbabwe), do p.m. Ian Smith, o apoio dos cientologistas à Independência e à

---

<sup>278</sup> SMALL, Lensworth, “*Scientology: Twentieth Century Religion*”, 1972, citado em [wpxx02.toxi.uni-wuerzburg.de/~cowen/essays/apartheid.html](http://wpxx02.toxi.uni-wuerzburg.de/~cowen/essays/apartheid.html);

<sup>279</sup> Cf. OWEN, Chris, “*Scientology’s fight for apartheid, The secret history of racism in Scientology*” Fevereiro de 1997, *idem*;

segregação racial foi enorme. Hubbard chegou a participar pessoalmente no apoio directo a Ian Smith e à declaração unilateral da independência da Rodésia, oferecendo cerca de USD 105.000 pela prevalência de 45.000 brancos sobre a restante população banto e mestiça. Hubbard era, de acordo com os ficheiros da CIA, datados de 5 de Abril de 1966, uma personalidade muito popular na Rodésia<sup>280</sup>.

### 6.2.2. Da Negritude à Unidade Africana

Apesar dos ideais garveyistas afirmarem que a África era para os Africanos Negros, é a célebre frase “*Queremos a comunidade africana, de preferência à Comunidade franco-africana*”<sup>281</sup>, a primeira grande e genuína manifestação de Negritude. Tudo começou quando De Gaulle decidiu conceder uma completa autonomia às colónias afro-francesas dentro de uma, logo rejeitada, Comunidade Franco-Africana.

Embora admitindo que a paternidade seja dividida entre Senghor e Aimé Césaire, Eduardo dos Santos, na sua obra *Ideologias Políticas Africanas*, concede a Jean-Paul Satre a teorização da Negritude, por via do prefácio à *Anthologia de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*<sup>282</sup>. Todavia inicia a Negritude no martinicano René Maran e no haitiano Price-Mars<sup>283</sup>.

Independentemente da paternidade do termo, é evidente que nos últimos 50 anos a expressão tem sido alvo de diferentes interpretações. Delas se destacam o Pan-africanismo, o socialismo africano – ou a via africana para o socialismo – e o poder da africanidade.

O primeiro já foi analisado. O segundo, que teve o seu expoente em Kwane Nkrumah (1909-1972) e Julius Nyerere (1922-1999) – Senghor e Kenneth D. Kaunda também abraçaram esta via, embora de uma forma mais tolerante, como adiante veremos, – levou à criação do monopartidarismo socialista em África e à aproximação daqueles à então URSS. O poder da africanidade, é mais recente. Surge com a

---

<sup>280</sup> Cf. OWEN, Chris, *idem*, *ibidem*.

<sup>281</sup> Leopold Sédar Senghor, antigo presidente do Senegal (1960-1981); citado por LAVROFF, *op. cit.*, pág. 21.

<sup>282</sup> Organizada por Senghor; citado por SANTOS, Eduardo dos, *Ideologias Políticas Africanas*, pág. 114.



pluripartidarização do sistema político no Continente e com a necessidade dos novos poderes instituídos em se afirmarem perante a Comunidade Internacional. Embora tenha o seus expoentes em José Eduardo dos Santos, Thabo Mbeki e Laurent Kabila, é, desde que os fins sejam considerados conveniente, adoptado por todos os líderes africanos. É a Unidade Africana a despontar; é um dos princípios que suportam a actual feroz defesa da imutabilidade das fronteiras, ditas coloniais.

Apesar de insipiente, a unidade africana tem-se caracterizado, ultimamente, pela atitude dos seus líderes em não permitirem a intervenção de poderes externos ao continente em resolverem as suas questões e inúmeras crises. É ela que os tem levado a exigirem serem eles a resolverem não só essas crises – casos da crise etíope-eritreia e nos Grandes Lagos, ou nas diferentes eleições gerais<sup>284</sup> – como as questões económicas – a criação da SADC e, ou, a criação da força de intervenção africana para a reposição da democracia na Serra Leoa, ECOMOG, liderada por um general nigeriano.

Todas estas situações são reflexos do ainda existente anti-colonialismo e do fim dos conflitos de interesse americano-soviético entre os anos 60 e 80.

#### **6.2.2.1. O Anti-colonialismo e os conflitos de interesse americano-soviético**

O anti-colonialismo começou, como já foi anteriormente referido, logo após a II Guerra Mundial. Se os africanos eram, ou foram, bons para defenderem os interesses euro-coloniais em África, também eram bons para defenderem os seus próprios interesses.

Infelizmente, nada foi mais irrazoável do que esta posição. De facto os africanos mostraram serem óptimos soldados no conflito que opôs europeus, americanos e japoneses. Todavia, faltava-lhes capacidade de liderança. As potências coloniais não os tinham preparado para tal desiderato. No entanto, nem por isso os africanos deixaram de lutar pela sua plena autonomia. Para isso, também muito contribuíram os interesses políticos, económicos e militares projectados pelos americanos e pelos soviéticos. Os

---

<sup>283</sup> SANTOS, Eduardo dos, *idem*, págs. 109 e segs.

<sup>284</sup> As críticas da Comunidade internacional às últimas eleições zimbabweanas, foram respondidas pelo presidente sul-africano Mbeki como “... *a altura da Comunidade Internacional deixar de intervir nos*

problemas americano-soviéticos eram transferidos da Europa e Ásia para o Continente Negro. Sob a capa da libertação cada um apoiava os seus peões no xadrez africano. Foi neste período que o fundamentalismo anti-colonial mais se fez sentir. O poder Castrense, mais adiante analisado, é reflexo desse conflito.

#### 6.2.2.2. Os imutabilistas e a defesa da imutabilidade das fronteiras coloniais

Mas nem só no anti-colonialismo os africanos mostravam a necessidade de se afirmarem.

Um dos maiores problemas da comunidade africana, reporta-se à Conferência de Berlim e à divisão dos territórios a *régua e esquadro*. Ou seja, as fronteiras naturais e sociais, em regra, não foram consideradas. Daí resultou a existência de fronteiras artificiais, as quais têm sido objecto, cada vez mais, de reclamações e exigências territoriais e marítimas entre diferentes Estados africanos, ou, ainda, tentativas de secessão dentro dos próprios Estados. Os Grandes Lagos e Etiópia e Eritreia, no primeiro caso, Nigéria, Camarões e São Tomé, nas demarcações das fronteiras marítimas, e Katanga, Biafra, território Tuaregue, Casamança, Cabinda, Somália, e, mais recentemente, a Faixa da Caprivi, na Namíbia, no caso de exigências secessionistas, são os exemplos mais evidentes.

Todavia, quando os interesses estão em jogo, a imutabilidade das fronteiras são questionáveis e desprezadas. O *Tratado de Luanda de 1927*, celebrado entre Portugal e a Bélgica para a redefinição das fronteiras angolano-congolesa<sup>285</sup>, a divisão de territórios germânicos, no pós-1914/18, pelos vencedores e, mais recentemente, a independência da Eritreia, são exemplos paradigmáticos.

Em qualquer dos casos quer a OUA, na sua Carta de Princípios, quer os dirigentes africanos, em geral, defendem a imutabilidade das fronteiras coloniais. Veremos o que dirá a Cimeira de Lomé, face à proposta de Kadhaffi, apresentada, em

---

*assuntos africanos e deixá-los resolverem os seus problemas de acordo com as suas necessidades*"; in: RDP-África, 28/06/2000.

<sup>285</sup> Ver um meu ensaio, sob pseudónimo, in Terra Angolana, n.º. 5, NGOLA, Lobitino Almeida, "O Tratado de Luanda de 1927", Outubro/Novembro 1990.

Sirte, em Setembro de 1999,<sup>286</sup> para uma União Africana, ou seja, a reactivação dos Estados Unidos de África, de Garvey.

### 6.2.3. O Poder Castrense

É considerado pela generalidade dos analistas políticos internacionais como um dos principais factores de instabilidade política e social em África e, paradoxal e simultaneamente, é a força social que se apresenta mais bem preparada para se afirmar como a única entidade com capacidade de gestão nesses Estados.

Apesar de muito terem contribuído para as grandes crises institucionais do Continente, as forças armadas, com o advento da democracia em África e da exploração das frustrações sociais, têm surgido como os únicos garantes dos movimentos democráticos nos neófitos Estados democráticos<sup>287</sup>.

De facto que, desde o início das independências que as Forças Armadas como resultado do apoio que as antigas potências socialistas, nomeadamente a antiga União Soviética e a República Cubana, e a fornecidas pelos conselheiros militares americanos e franceses, se apresentaram particularmente activas, quer como força dissuasora face a pretensas invasões externas e crises internas, sua principal função, quer como uma força policial repressora, quer ainda como o principal patamar de acesso ao poder. Talvez, por essa razão, a maioria dos Estados africanos ostenta fortes Forças Militares.

Ainda assim, por vezes, mal estruturadas e deficientemente comandadas, comparativamente à sua extensão territorial, população ou ao PNB, conforme os gráficos adiante apresentados, as diferentes Forças armadas nacionais têm procurado modernizar-se em detrimento do melhor e mais sustentado desenvolvimento nacional. Por exemplo, Angola (que inclui as FAA e a UNITA), o Congo Democrático e a Eritreia, foram os Estados africanos que, no biénio 1998/99, face ao PNB, mais gastaram com o

---

<sup>286</sup> Desde 05 de Junho de 2000, com a adopção de doze países africanos do Norte e Oeste de África e do Sahel, com excepção da Nigéria e Sudão, passou a ser reconhecida pela Declaração de Sirte; cf.: [www.africanews.org/atlarge/stories/](http://www.africanews.org/atlarge/stories/).

<sup>287</sup> Casos da Guiné-Bissau, onde a auto-proclamada Junta Militar provocou a queda do presidente “Nino” Vieira invocando um eventual défice democrático do regime, ou na Argélia, perante a eminente vitória das forças integristas da FIS; em qualquer dos casos o exército tomou o poder com o fim de “evitar a queda do sistema democrático do país”.

armamento<sup>288</sup>; mas como é evidente não foram os únicos. Também o Egito, Marrocos, Líbia, África do Sul, Argélia e Nigéria se encontram entre os mais gastadores.

#### PRINCIPAIS POTÊNCIAS MILITARES AFRICANAS

PAÍSES E ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS	EXTENSÃO TERRITORIAL (EM KM <sup>2</sup> )	EFFECTIVOS MILITARES (INCLUI FORÇAS PARAMILITARES)	DESPESAS COM SERVIÇO MILITAR (EM MIO USD)	% DO P N B
Egipto, Rep. Árabe do	1.001.440	680.000	2.800,0	5,90%
Argélia, Rep. Pop. e Dem.	2.381.741	268.000	1.900,0	4,12%
Marrocos, Reino de	710.850	238.300	1.360,9	3,80%
África do Sul, República da	1.221.040	217.400	2.300,8	3,30%
Eritreia	121.144	187.100	196,0	28,60%
Angola	1.246.700	129.000	658,0	8,55%
Etiópia	1.101.900	120.000	138,0	2,60%
Tanzânia, Rep. Unida da	945.087	115.400	107,2	2,98%
Sudão	2.505.813	109.700	550,0	1,79%
Líbia, Jamahiriya Árabe Pop. da	1.775.000	105.000	1.300,0	3,70%
Botswana	582.000	100.000	241,5	6,53%
Nigéria, Rep. Federal da	923.768	79.100	891,0	3,10%
Zimbabwe	390.759	61.400	471,4	3,50%
Burkina Faso	274.122	55.250	68,0	2,28%
Congo, Rep. Dem.	2.345.409	53.600	308,0	1,90%

Quadro 1

#### ESTADOS AFRICANOS COM MAIORES DESPESAS MILITARES

PAÍSES E ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS	POPULAÇÃO	PRODUTO NACIONAL BRUTO (PNB) (EM MIO USD)	DESPESAS COM SERVIÇO MILITAR (EM MIO USD)	% DO P N B
Egipto, Rep. Árabe do	57.851.000	40.950	2.800,0	5,90%
África do Sul, República da	41.244.500	125.225	2.300,8	3,30%
Argélia, Rep. Pop. e Dem.	26.581.000	46.115	1.900,0	4,12%
Marrocos, Reino de	26.074.000	30.330	1.361,0	3,80%
Líbia, Jamahiriya Árabe Pop. da	4.899.000	23.333	1.300,0	3,70%
Angola	10.609.000	5.996	658,0	8,55%
Sudão	24.941.000	10.107	550,0	1,79%
Zimbabwe	11.150.000	5.424	471,4	3,50%
Tunísia	8.947.100	15.873	354,0	1,76%
Congo, Rep. Dem.	36.672.000	92.100	308,0	1,90%
Camarões	11.540.000	8.735	255,1	1,20%
Botswana	1.442.700	4.037	241,5	6,53%
Nigéria, Rep. Federal da	111.720.000	29.900	236,0	3,10%
Quênia	29.292.000	6.643	197,0	1,90%
Eritreia	3.889.000	393	196,0	28,60%

<sup>288</sup> Anexos: Quadros 6 a 6c.

## Quadro 2

**ESTADOS AFRICANOS COM MAIORES DESPESAS MILITARES EM  
PERCENTAGEM DO PNB**

<b>PAÍSES E ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS</b>	<b>PRODUTO NACIONAL BRUTO (PNB) (EM MIO USD)</b>	<b>EFFECTIVOS MILITARES (INCLUI FORÇAS PARAMILITARES)</b>	<b>DESPESAS COM SERVIÇO MILITAR (EM MIO USD)</b>	<b>% DO P N B</b>
Eritréia	393	187.100	196	28,60%
Angola	7.700	129.000	658,0	8,55%
Botswana	3.700	100.000	241,5	6,53%
Ruanda	1.900	47.000	112,3	5,91%
Egipto, Rep. Árabe do	65.000	680.000	2.800,0	5,90%
Burundi	1.100	40.500	60,1	5,46%
Djibuti	402	11.600	20,1	5,00%
Lesoto, Reino do	697	2.000	34,1	4,89%
Moçambique	1.900	6.100	72,0	4,70%
Marrocos, Reino de	34.000	238.300	1.361,0	3,80%

Quadro 3

#### 6.2.3.1. A relutância do poder castrense em adoptar a democracia política

Mas se os militares têm aproveitado a liberalização política para se afirmarem como os garantes da democracia nos respectivos países, o já citado caso da Guiné-Bissau e, mais recentemente, na Nigéria, também é verdade que na maioria dos casos, os militares e os inúmeros para-militares que proliferam no continente negro – aqui aponta-se a existência de inúmeros exércitos constituídos, quase na sua totalidade, por crianças<sup>289</sup> – fazem tábua rasa dos movimentos democráticos, apesar de, publicamente, aceitá-los.

São exemplos a não aceitação pública da demissão do Chefe de Estado Maior do Exército da Guiné-Bissau, pelo próprio CEME, invocando que só o líder da rebelião guineense Ansumane Mané tinha esse poder e não o Ministro da Defesa, – um civil depois da não aceitação daquele Ministério, para o qual teria sido nomeado o número dois da rebelião guineense –, ou em Angola, onde as FAA dominam a política nacional e sub-regional, na Eritréia, na Etiópia, na Serra Leoa, na Libéria, no Sudão e, ultimamente, no Lesoto, Zimbabwe e, em crescendo, na Namíbia.

Todavia, o caso mais paradigmático tem sido o Congo Democrático (ex-Zaire).

#### 6.2.3.2. A Zairinização e o Mobutismo

##### 6.2.3.2.1. A crise da pós-independência

A independência do Congo Belga – de início, República Federal, mais tarde, República Democrática do Congo *vg.* Congo-Leopoldville – trouxe consigo uma forte instabilidade político-social que levou a que inúmeras individualidades nacionais e mundiais a se preocupassem, de sobremaneira, com a situação interna do país. Internamente, *Patrice Lumumba, Joseph Kasavubu, Moisés Tschombé e Joseph Desirée Mobutu*. Entre as personalidades externas, o principal destaque vai para o antigo Secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, que viria a falecer, naquele país, num acidente de aviação.

Dessa instabilidade resultou uma sangrenta guerra-civil, inicialmente, entre partidários do *Movimento Nacional Congolês* (MNC), do primeiro ministro Lumumba, e os da *Aliança Bakongo* (ABAKO), de Kasavubu. Este, aproveitando a declaração de secessão do Katanga, levada a efeito em 1960<sup>290</sup> por Tschombé, então primeiro-ministro desta província, orchestra um Golpe de Estado, destitui Lumumba e entrega-o aos mercenários belgas que apoiavam Tschombé que, por sua vez, o mandou executar. Kasavubu, que em certos momentos demonstrou ter perspicácia política, embora reconhecendo que a secessão do Katanga nunca iria avante, nomeou Tschombé primeiro-ministro do Congo. Este com a ajuda dos seus aliados belgas e o apoio explícito dos americanos derrotou os partidários de Lumumba.

Todavia, a “*preocupante*” aproximação e dependência política-militar que os belgas exerciam no Congo, levou os americanos a pressionarem Kasavubu a demitir o catanglês que se exilou em Argel onde, segundo consta, viria a ser assassinado em plena prisão.

---

<sup>289</sup> De acordo com a SIPRI Yearbook 2000 e a agência norte-americana de informação CIA, só em 1999, e distribuídos pelos conflitos de Angola, Burundi, Serra Leoa, Libéria, Somália, Sudão e Congo Democrático, 120 mil menores foram utilizados como soldados.

<sup>290</sup> A declaração de Secessão ocorreu em 11 de Junho de 1960, em Elizabethville.

No entanto, Kasavubu não se conseguiu manter muito tempo no poder. Em 1965, o então comandante chefe do exército, Joseph D. Mobutu derrubou-o, apoiado nas “*Forças de Paz*” das NU, entretanto enviadas para a região com a incumbência de repor a paz e a estabilidade no país, e nos norte-americanos<sup>291</sup>. Para estes, Mobutu era o único homem capaz de impor a ordem e congregar as centenas de forças e movimentos políticos e étnicos do país.

Se é verdade que Mobutu conseguiu criar uma imagem de apaziguamento no país, também é certo que essa imagem foi obtida à custa do desaparecimento dos seus adversários políticos e militares.

A preocupante crise política e institucional que o país viveu no pós-independência e a declaração de secessão do Katanga, levou o Conselho de Segurança a enviar para esta zona conflituosa tropas multinacionais, nomeadamente nigerianas, que tinham como missão declarada, a instauração de um cessar-fogo na região; porém, o fim principal era impedir que o Katanga independente fosse avante, já que punha em causa as fronteiras coloniais internacionalmente aceites, e uma forte determinação em expulsar os inúmeros mercenários<sup>292</sup> que proliferavam no país.

#### 6.2.3.2.2. A Doutrina da “*Autenticidade Cultural Africana*”

Durante cinco anos Mobutu reforçou a sua liderança, esmagando totalmente a oposição armada, com particular destaque para os catangueses, benayamurengues<sup>293</sup> e lubas, começando, lentamente, a impor um cunho pessoal na política interna e externa do país. Para dar um cariz mais autêntico promoveu a realização de eleições presidenciais, nas quais foi o único candidato.

Em Outubro de 1971, proclama a doutrina da “*autenticidade cultural africana*”. Esta visava e preconizava a *africanização* do país; primeiro pelo próprio nome do

---

<sup>291</sup> A deposição ocorreu em 24 de Novembro de 1965. Mobutu proclamou-se presidente da II República.

<sup>292</sup> Entre estes, um especial destaque para Ernesto “Che” Guevara. Todavia, Che, que entrou no país sob o disfarce médico de Dr. Tatu, e um grupo de revolucionários cubanos, não se manteve mais do que uns curtos meses no Congo. A desorganização reinante e o desinteresse que os líderes revolucionários, nomeadamente Kabila, manifestavam demoveram Che da sua utilidade na região.



Estado, alterando-o para Zaire – o que lhe provocou inúmeras críticas dos dirigentes revolucionários africanos, em particular os da vizinha República Popular do Congo – até ao nome das pessoas. Note-se, porém, que o primeiro passo para a africanização do regime, verificou-se em 1996 com a mudança do nome da capital de Leopoldville para Kinshasa. O nome Joseph Desiré Mobutu foi alterado para *Mobutu Sese Seko Kuku Ngbenga Ua Za Banga*. O Katanga, mais por razões políticas que nacionalistas, viu o nome alterado para Shaba. As próprias roupas foram africanizadas<sup>294</sup>. Foi o início da *Zairinização* ou *Mobutismo*, que teve o seu apogeu com a nacionalização das minas de cobre, em 1975, e com o culto da sua personalidade.

A Zairinização não trouxe nada de novo ao país, exceptuando o desenvolvimento de uma burguesia nacional próspera sob a protecção despótica de Mobutu e uma economia depauperada. Um dos maiores e dos mais ricos países de África, nomeadamente em minérios e madeiras, apresentava um PIB dos mais baixos aliado a um rendimento *per capita* reduzidíssimo. Nem mesmo a liberalização do sistema político zairense, medida económica mais imposta de fora do que surgida internamente, permitiu que o Congo-Zaire registasse melhorias sociais e económicas – pelo contrário.

Revoluções e crises intestinas, quer nas regiões do Katanga-Shaba e de Kivo, quer noutras regiões, quer mesmo em Kinshasa, levaram Mobutu a recorrer com continuada insistência ao apoio dos *gendarmes* franceses e belgas para a manutenção do seu poder. Registe-se que, numa das maiores crises do Katanga, não só aqueles o apoiaram como também recebeu apoio explícito das FALA, o braço armado da UNITA, e do exército marroquino. Mobutu gozava do estatuto de último bastião anti-comunista no cone sul de África, aceite internacionalmente pelo “*Mundo livre*” como tal. A República da África do Sul estava sob as fortes pressões das N.U. e do Sistema Internacional devido ao problema do *apartheid*.

Em Setembro de 1991, após graves conflitos sociais e militares ocorridos na região de Kinshasa e nas principais cidades do país que levaram a mais uma das muitas intervenções dos *gendarmes* belgas a pedido de Kinshasa, a comunidade internacional, na sequência das aberturas políticas que se alastravam pelo continente africano,

---

<sup>293</sup> Tutsis a quem foi recusada a cidadania zairense.

conseguiu que Mobutu promovesse uma pequena diminuição da rigidez política, aceitasse a criação de partidos políticos, com especial destaque para a *União Sagrada da Oposição Radical* (USOR) liderada por Etiènne Tschisekedi. Este chegou a ser nomeado, e exonerado, como primeiro-ministro. Mobutu nunca aceitou partilhar o poder com terceiros, principalmente se estes demonstravam ter força política e social como era o caso de Tschisekedi, que se tornou no principal opositor não-armado de Mobutu.

A previsível queda do regime, aconteceu em pouco mais de onze meses<sup>295</sup>. Um antigo revolucionário catanguês Joseph Desirée Kabila<sup>296</sup>, liderando um grupo armado de milicianos banyamurengues, agrupados na Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDLC–Zaire), conseguiu provocar a queda do “*Grande Leopardo*”<sup>297</sup> e, de imediato, recuperou a inicial designação de República Democrática do Congo.

A queda do mobutismo não foi acompanhada de alterações sensíveis, excepto na recuperação da toponímia nacional da pós-independência, a República Democrática do Congo. O poder ficou concentrado em Kabila. A oposição não-armada que o recebeu gloriosamente viu-se despojada da sua maior esperança: a abertura política plena. O governo congolês apesar de incluir membros de outros partidos políticos, designadamente três ministros da União Sagrada, está dependente da vontade expressa de Kabila. Este não só se recusa a abrir o país a eleições livres antes de decorridos cerca de cinco anos – paradoxalmente Mandela apoia esta determinação – como ostracizou totalmente o maior adversário político do “*ancien régime*”. Tschisekedi não só não lhe perdoou como não reconhece o actual governo congolês.

Outras individualidades franco-congolesas criticam, ou menosprezam, Kabila, nomeadamente, o Professor e ensaísta *Elikia M'Bokolo*. Este, num artigo de opinião citado pelo Diário de Notícias, de 04/07/97, realça a incoerência das atitudes de Kabila

---

<sup>294</sup> Na prática as roupas que Mobutu e os seus principais conselheiros e seguidores trajavam eram cópias das roupas chinesas, as “*abacost*” ou colarinhos à Mao Tsetung.

<sup>295</sup> As forças da AFDLC entraram em Kinshasa em 17 de Maio de 1997.

<sup>296</sup> Kabila, líder do Partido Revolucionário do Povo, formado nos meados da década de 60, – integra a AFDLC – é mais conhecido pelos poucos encontros que manteve com “Che” Guevara, na região dos Grandes Lagos, do que pelo que possa ter feito nos últimos 30 anos.

<sup>297</sup> Devido à sua indumentária e ao seu característico barrete em pele de leopardo, Mobutu foi cognominado de “*O Grande Leopardo*”.

no processo revolucionário por que passa o Congo. De acordo com M'Bokolo, o actual líder congolês, embora surja no contexto nacional como o elo de ligação entre as duas correntes ideológicas existentes no AFDLC – de um lado, uma corrente revolucionária marxista criada à imagens dos idos anos 50 e 60 e uma outra, mais nacionalista e defensora de uma dinâmica africana – tem pautado por uma actuação pouco coerente, com especial destaque para a gestão das clivagens Norte/Sul e Este/Oeste, no país, criadas durante o consolado de Mobutu. Advoga o predomínio político-económico do eixo Sul/Este, actualmente revalorizado pelo capitalismo mineiro, fortemente politizado e militarizado, do Katanga.

### **6.3. O Idealismo Afro-socialista**

Embora possa, e deva, ser enquadrado nos diversos tipos de fundamentalismo analisados, também é verdade que alguns socialistas africanos deveriam ser objecto de análise no ponto 7., face às posições conciliatórias no Movimento dos Não-Alinhados e, em particular, no seio da Comunidade africana.

Até, porque, e citando palavras do Prof. Ramiro Monteiro, os líderes africanos viam no socialismo, à maneira africana, a razão do progresso económico, a grande tábua de salvação para a conciliação dos valores culturais e tradicionais africanos com as novas realidades político-ideológicas e económicas e a afirmação de uma identidade anticolonialista e anticapitalista.<sup>298</sup>

Por esse facto o Afro-socialismo será escarpelizado no Capítulo seguinte.

## **7. Tolerâncias Político-Religiosas**

### **7.1. Religiosas**

Com o advento do nacionalismo africano, tanto a Igreja Católica, como as Igrejas Evangélicas Cristãs e a maioria dos seus missionários, viram-se obrigados a uma

maior abertura social. Alguns dos missionários participaram nas lutas emancipalistas, fosse ao lado dos guerrilheiros, seja através da abertura de escolas nas matas – era missiologia (ou missionologia) africana<sup>299</sup>. Com ela surgiram diferentes tendências religiosas locais, a maioria das quais, fazem parte do Conselho Ecuménico das Igrejas, em geral, ou da Igreja Metodista Unida, em particular.

### 7.1.1. As Igrejas Cristãs Nacionais

#### 7.1.1.1. O Metodismo

Embora proveniente dos Estados Unidos onde nasceu, o Metodismo, pode-se afirmar com toda a propriedade que é uma igreja nacionalista africana. Senão vejamos.

Fora alguns casos particulares, como o Kimbanguismo e o Tocoísmo – mais adiante analisados – a maioria das igrejas locais africanas pertencem ou estão agregadas à Igreja Metodista Unida.

A maioria dos missionários aportaram a África no chamado “*Grande Século*”<sup>300</sup>, quando começaram a lutar pelo fim do escravagismo em África. A Sociedade Missionária Metodista Wesleyana das Ilhas Britânicas<sup>301</sup>, surge no cone austral africano, em 1813; em 1832, a Sociedade Bíblica e Missionária da Igreja Metodista Episcopal na América, aporta à Libéria. Todavia já havia metodistas no território desde 1822. Também a Sociedade Missionária de Londres, explorou as vantagens da missionação em África, quer através de Robert Moffat, em 1817, quer ainda por David Livingstone (1813-1873), um dos principais missionários evangélicos em África, a par de George Grenfell e Thomas Comber, membros da inglesa Sociedade Missionária

---

<sup>298</sup> Cf. MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, A África na Política de Cooperação Europeia, ISCSP/UTL, Lisboa, 1997, pág. 39

<sup>299</sup> Ver Obgu H. KALU, in “*Over a Century’s Presence of the Church in Africa*”, citado por CARVALHO, Emílio J. M. de, A Igreja Africana no Centro da sua História (Subsídios... em África), edição do autor, Luanda, 1995, pág. 40.

<sup>300</sup> De acordo com Latourete o séc. XIX começou em 1789, com a Revolução Francesa, e terminou em 1914, com o início da I Grande Guerra. Citado por CARVALHO, Emílio J. M. de, Ouço os passos de milhares..., op. cit. Pág. 9.

<sup>301</sup> Fundada por John Wesley (1703-91) e Charles Wesley (1707-88), com o apoio de outros destacados membros anglicanos. A data correcta da sua fundação não é clara. Todavia, alguns teóricos e metodistas reportam a sua criação ora a Novembro de 1729, em Oxford, ou Dezembro de 1784, na Georgia, Cf. [gbgm-umc.org/umhistory/shistory.html](http://gbgm-umc.org/umhistory/shistory.html) e [www.dancom.com/stlukesumc/Methodism.html](http://www.dancom.com/stlukesumc/Methodism.html).

Baptista, que acompanharam a expedição de Henry Morton Stanley (1841-1904), em 1787, na baía do rio Zaire.

Apesar da Sociedade Missionária de Londres ter tido o privilégio de inaugurar a moderna missionação, foram os Metodistas quem melhor papel teve nessa matéria. Além das duas citadas Sociedades missionárias, outras houve que desenvolveram um forte papel missionário em África e que, mais tarde, permitiu a criação de diferentes Igrejas Metodistas locais. Referimo-nos, em particular, à Igreja Metodista Episcopal, que deu o primeiro bispo negro metodista em África, William Taylor (1821-1901), um americano de Virginia, membro da Colored Methodist Episcopal Church<sup>302</sup>. O seu primeiro bispado foi na Libéria. Mas foi em Angola, que se sentiu a sua força evangélica. Formou a Igreja Metodista Episcopal de Angola, em 1885, mais tarde a Igreja de Cristo em Angola – Ramo Metodista, e que é a actual coordenadora das Igrejas Metodista Unidas da África Central, após a reunificação das Igrejas Metodistas.

A missão do bispo Taylor era simples. Desejava que África tivesse missões de sustento-próprio, Libéria deveria supervisionar a Sociedade Missionária, isto é, não deveria estar dependente da Conferência Geral, sediada nos EUA, e estabelecer missões educacionais para as crianças africanas<sup>303</sup>. Além de Taylor, outros dois bispos, por ele cooptados, merecem citação pelo contributo que tiveram na África Austral e Central; o dr. William Summers (1855-88) e Heli Chatelain (1859-1908). Este último aliou a missionação à linguística. Ficou reconhecido por “*Kamba dia Ngola*” (o amigo de Angola). Escreveu e editou a primeira Gramática Elementar do Kimbundu e compilou inúmeros contos africanos e fundou a Missão Filafricana de Caluquembe, a primeira Missão da Liga Filafricana, fundada na América em 1895, que coordenava as Missões em África, a Liga Filafricana Científica e a Companhia Filafricana de Comércio.

Todavia, não era só em Libéria, que coordenava toda as conferências metodistas na África Ocidental a Norte do Equador, e Angola que o Metodismo estava implantado. Por exemplo a sul do Equador, havia 4 Conferências missionárias regionais, ligadas a

---

<sup>302</sup> A Igreja Metodista foi varrida ao longo dos tempos por 4 diferentes correntes e por um cisma. As 4 correntes foram o *Pietismo* (1766-1783), o *Nacionalismo* (1784-1860), o *Idealismo* (1866-1918) e o *Pluralismo* (1919-1984). Entre estas duas correntes surgiu o grande cisma resultante da Guerra de Secessão (1861-1865), a *Tidal Wave*, que levou ao aparecimento da Colored Methodist Episcopal Church. Cf. em [www.drew.edu/books/200Years/200UM](http://www.drew.edu/books/200Years/200UM) e [www.dancom.com/stlukesumc/Methodism](http://www.dancom.com/stlukesumc/Methodism).

<sup>303</sup> Cf. CARVALHO, Emílio J. M. de, Ouço os passos de milhares..., op. cit., págs. 31 a 39.

outras tantas igrejas Metodistas ou Igrejas de Cristo – Angola, Congo, Rodésia<sup>304</sup> e Inhambane (Moçambique).

Durante as campanhas nacionalistas os missionários metodistas foram, várias vezes, acusados de protegerem e darem guaridas aos rebeldes anti-colonialistas.

Actualmente os Metodistas estão agregados n' A Igreja Metodista Unida, desde 1968; primeiro após a unificação, em 1939, das Igrejas Protestantes Metodistas, Igreja Metodista Episcopal e Igreja Metodista Episcopal - Sul, na Igreja Metodista e depois desta com a Evangelical United Brethren. Esta união foi benéfica para África. Permitiu a criação da Africa University, na Missão de Mutare, Zimbabwe, e por via dela dos Missionários da Esperança, que se têm disseminado por todo o continente, nomeadamente, junto das populações desalojadas pelas inúmeros conflitos que grassam no Continente Negro.

É por isso que se pode afirmar que os Metodistas foram os precursores das Igrejas Nacionais Africanas.

#### **7.1.1.2. O Kimbanguismo**

Apesar de actualmente o Kimbanguismo se perfilar como uma religião, com raízes profundas à região Bakongo, onde nasceu, no início não foi mais do que um movimento cultural ecuménico e reformista criado por Simon Kimbangu, o profeta.

##### **7.1.1.2.1. Antecedentes históricos**

Kimbangu<sup>305</sup> nasceu, em Setembro de 1887, na localidade ferroviária de Nkamba, situada a meio caminho entre Kinshasa e a cidade portuária de Matadi. Nkamba é a capital religiosa do Kimbanguismo e lugar sagrado. Lá encontramos o mausoléu do profeta, o templo principal, a fonte sagrada – do qual sai a água santa que

---

<sup>304</sup> Em 1898, Cecil Rhodes ofertou 13.000 acres para a criação da Missão Metodista de Mutare; citado em “A Brief History of Africa University”, [www.umc.org/benevol/africauniversity/history.html](http://www.umc.org/benevol/africauniversity/history.html).

<sup>305</sup> De acordo com a socióloga e antropóloga Marie-Louise Martin, Kimbangu é uma palavra usada pelos curandeiros e feiticeiros animistas para chamar à vida os recém-nascidos que não dão sinais de vida. Por sua vez Diagenda Kuntima (*L'Histoire du Kimbanguisme*, Editions Kimbanguiste, Kinshasa, 1984), traduz Kimbangu como “aquele que revela o sentido do que está oculto, daquilo que é pouco claro”; Cf. ANDRADE, Mário Pinto de, *O Kimbanguismo*, ensaio elaborado no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais, Lisboa, 1993.

é espargida nos inúmeros locais de culto kimbanguista existentes no Congo e em Angola – e, acima de tudo, a forte sacrilização da região.

Inicialmente catequista fervoroso da Igreja Evangélica Baptista, onde se formou como cristão e como homem, Kimbangu cedo demonstrou possuir impressionantes capacidades míticas. Visões, mensagens bíblicas e poderes parapsicológicos eram continuados e persistentemente anunciados pelo catequista.

Em princípios da década vinte, Kimbangu decide abandonar a vida religiosa activa e retirar-se para as colinas fronteiras à região onde nasceu. Porém, um dia quando rezava sob uma árvore, depois sacrilizada, um “ser desconhecido”, que veio a ser personalizado como uma “voz” apareceu-lhe chamando-o à divulgação da “*palavra de Deus*” nos seguintes termos:

*“Simon Kimbangu, o meu povo é infiel; escolhi-te para testemunhares e conduzires os teus irmãos no caminho de verdade e da concórdia. A tua missão será difícil, mas não temas porque estarei sempre contigo.”*<sup>306</sup>

Todavia, invocando a sua menoridade missionária Kimbangu declinou durante dois anos assumir essa responsabilidade.

Como a “voz” insistentemente continuasse a exigir a aceitação da missão que lhe estava destinada, o profeta decidiu refugiar-se em Leopoldville (Kinshasa) onde conseguiu obter uma colocação profissional na “*Huileries du Congo-Belge*”. Se Kimbangu esperava, deste modo, obter descanso mental e psicológico enganou-se. Não só a “voz” não esmoreceu como situações anómalas começam a surgir no horizonte profissional do profeta. A principal aconteceu com o seu recibo de vencimento. Este aparecia, de forma sistemática, previamente rubricado.

Os seus amigos e colegas perante esta situação anómala, – e conhecendo-se o misticismo que os africanos encerram, era natural que esta situação lhes provocasse um sério temor – aconselharam-no a refugiar-se na sua terra natal.

---

<sup>306</sup> KUNTIMA, D., Op. cit., pág. 29, citado por ANDRADE, op. cit., pág. 40.

#### 7.1.1.2.2. Kimbangu: profeta, missionário ou libertador?

Enquanto estes acontecimentos ocorriam, a “voz”, desta vez personalizada num ser indefinido, entregou-lhe um livro exigindo-lhe a sua leitura e posterior pregação. Perante persistente vacilação, uma tia próxima, que o tinha criado em pequeno, contacta-o anunciando ter sonhado com a aparição de um “ser” que lhe teria ordenado a leitura e pregação de uma determinada obra. Face a estas evidências, Kimbangu deixou os temores e decidiu obedecer às ordens da “voz”.

A sua primeira “*intervenção divina*” aconteceu em Abril de 1921, em Ngombe-Nkinsuka onde ocorria uma feira periódica e que Kimbangu costumava visitar, quando uma mulher agonizante aguardava o desenlace fatal. Ao passar junto da porta da enferma, a “voz” ordenou-lhe que entrasse, rezasse e a curasse. Kimbangu, perante uma ordem tão determinada, não só não vacilou como procedeu de acordo com o indicado. A cura foi rápida. A surpresa geral da família da doente foi, como seria de prever, muito forte e a repulsa desta, ainda mais imediata. É que a mulher invocava que a cura só havia sido possível porque o responsável pela doença fora o próprio Kimbangu – só cura quem a doença provoca.

No entanto, os familiares, contrariando a atitude da enferma, agradeceram ao profeta e fizeram constar a sua intervenção milagrosa. Depois deste outros factos milagrosos aconteceram. A sua cidade natal, Nkamba, torna-se no destino de todos os peregrinos que procuravam soluções milagrosas para os seus males. A localidade passa a ser conhecida por “*A Nova Jerusalém*”. A afluência dos peregrinos começa a ser mal-vista quer pelas Missões Católicas e Protestantes, quer pelas autoridades coloniais que denunciavam a resistência e desobediência civil dos congoleses como sendo da responsabilidade de Kimbangu.

A sua fama rapidamente passou fronteiras. A proximidade à fronteira angolana e franco-congolesa foi sinónimo de difusão rápida da palavra do profeta. A situação económica no Congo, nomeadamente nas localidades ferroviárias entre Kinshasa e Matadi, degrada-se fortemente devido à deserção dos trabalhadores locais que procuravam refúgio nas novas palavras de Deus transmitidas pelo novo profeta.



A livre circulação das populações fronteiriças em busca das palavras do profeta, a maioria pertencente ao grupo étnico bakongo, passa a ser efectuada sem qualquer impedimento visível, o que consterna as autoridades locais e coloniais. Estas, não conseguem reprimir o delírio religioso do momento. Este movimento de vai-vem contínuo começa a ser demasiado grande para as capacidades psíquicas do profeta. Nesta altura a voz aparece-lhe, uma vez mais, e informa-o que alguns dos seus principais colaboradores e amigos iriam dispor de capacidades para apoiá-lo na sua actividade missionária. Nesta altura começa a escrever, aquela que seria a sua principal obra escrita, o *“Código do Colaborador Sacerdote”*.

Pese o receio que as autoridades religiosas e coloniais tinham, o profeta recomendava aos seus seguidores a manutenção de uma vida sã, cristã e regrada, conforme aos desígnios de Deus. Denunciava a poligamia, o alcoolismo, o adultério, o tabagismo e o animismo retrógrado. Exigia a leitura continuada da Bíblia e o baptismo cristão. Todavia, apesar destas atitudes conciliadoras, as autoridades coloniais determinaram, em Julho de 1921, a sua detenção sob a acusação de prática de xenofobismo e incitação à desordem. A surpresa estava reservada ao administrador encarregado de cumprir a ordem. Kimbangu, que previamente havia tomado conhecimento da sua detenção próxima, tinha-se evadido de Nkamba e refugiado nas matas limítrofes.

Esta atitude do profeta provocou diferentes reacções. Enquanto uns criticavam a sua fuga, outras apoiavam-na abertamente e criticavam as autoridades coloniais belgas.

Após algum tempo de fuga, durante a qual manteve uma intensa actividade missionária, Kimbangu decidiu voltar a Nkamba e aceitar a sua detenção sem qualquer resistência. Em Outubro de 1921, um tribunal militar, que não admitiu a presença de testemunhas abonatórias nem advogados, condenou-o à pena de 120 chicotadas e à morte. A acusação baseou a sua tese em:

- a. *rebelião contra a ordem estabelecida;*
- b. *atentado contra a segurança do Estado;*
- c. *ultraje a um funcionário no exercício das suas funções.*

A detenção e posterior condenação do profeta acabou por ter um efeito contrário junto das diferentes autoridades religiosas, nomeadamente, junto dos missionários americanos e ingleses da Igreja Baptista, com especial destaque para os pastores Ross Philips e Joseph Clark, bem como junto da igreja católica, muito activa através do padre Breakaman. Solicitaram ao rei Leopoldo II a anulação da pena de morte. Em Novembro de 1921 o monarca belga comutou a pena em prisão perpétua e desterro de Kimbangu para a localidade de Lubumbashi, no sudeste do país.

Após a transferência do profeta, as autoridades coloniais arrasaram Nkamba e proibiram as populações de se aproximarem desta região. Durante muitos anos, Kimbangu esteve detido sem que lhe fossem permitidas visitas ou aproximação das populações. Registe-se que a única fotografia existente do cativo de Kimbangu provocou a imediata expulsão do território do seu infortunado fotógrafo. Um funcionário prisional que, então, se encontrava em Lubumbashi.

Só em Novembro de 1950, o profeta conseguiu receber pela primeira vez uma visita. Tratou-se do seu filho mais novo, Diangienda Kuntima que obteve permissão para efectuar uma curta e muito rápida visita. Durante a mesma, o profeta reafirmou a sua férrea vontade de continuar a expandir a sua mensagem e, apesar de reforçar a sua confiança no filho mais velho, Charles Kisolokele Daniel, dado como continuador da sua obra, estendeu ao filho mais novo a responsabilização pela manutenção da divulgação da palavra e dos assuntos familiares. Embora protestando a sua “insignificância” pessoal, dado que, por tradição, cabem ao mais velho essas tarefas, Kuntima, acabou por aceitar tal incumbência paternal, mais tarde reforçada pelo reconhecimento do Conselho de Anciãos da Igreja Kimbanguista.

Durante o cativo de Kimbangu que se prolongou por mais de trinta anos, os kimbanguistas foram ferozmente perseguidos nos três lados das fronteiras, com particular destaque para o lado belga. Cerca de quarenta mil famílias foram perseguidas, deportadas ou mortas durante este período. Só a independência do Congo-Belga permitiu o reconhecimento do Kimbanguismo, que diga-se foi demasiado rápido, pelas razões adiante referidas.

O profeta faleceu em Outubro de 1951, envolto de misticismo. As autoridades locais apercebendo-se do previsível desenlace tentaram que o profeta aceitasse os últimos Sacramentos ministrados pelos padres da Missão Católica de Lubumbashi. Kimbangu contrapôs afirmando que só os aceitaria de soubessem dizer com precisão a hora da sua morte. Como aqueles afirmassem ser impossível fornecer tal afirmação, o profeta recusou a sua presença, anunciando-lhes, o dia e a hora exactos do fatal acontecimento. Essa profecia acabou por se confirmar.

Após a sua morte, as autoridades belgas decidiram proceder à autópsia do cadáver e ordenaram a um enfermeiro local que procedesse à mesma. Este, talvez receoso do poder místico de Kimbangu, ou por ser um seu seguidor, recusou liminarmente proceder a tal tarefa. Esta acabou por ser efectuada por médicos belgas conduzidos expressamente ao local pelas autoridades coloniais. Todavia uma surpresa estava-lhes reservada. De acordo com alguns testemunhos o corpo de Simon Kimbangu encontrava-se desprovido de quaisquer vísceras; o relatório da autópsia foi interditado ao conhecimento geral. Os restos mortais, que só mais tarde e após a independência do Congo foram entregues à família, estão depositados num mausoléu em Nkamba.

Apesar da morte do profeta, o desenvolvimento do Kimbanguismo não retrocedeu. Embora de forma oculta, o seu avanço missionário foi eficaz. Aquando do seu reconhecimento, verificado logo após a independência do Congo, a igreja kimbanguista registava a existência de cinco milhões de crentes. Kuntima ascendia a Chefe Espiritual da Igreja vendo consolidado o desejo de seu pai pelo Conselho de Anciãos.

#### **7.1.1.2.3. Confirmação ecuménica**

Em 1969, o Conselho Ecuménico das Igrejas reconhece, internacionalmente, a existência da Igreja Kimbanguista, sob a designação de *Église de Jesus Christ sur la Terre par le Prophete Simon Kimbangu*, (E.J.C.S.K.), depois do reagrupamento, em 1956, dos diferentes núcleos kimbanguistas surgidos após a morte de Kimbangu. Está disseminada, um pouco, por todo o Mundo. Todavia é na região Bakongo que mais se faz sentir. O Norte de Angola e a República Democrática do Congo são os dois países que mais registam a sua influência.

#### 7.1.1.2.4. A discreta influência política, uma Ideologia no Estado

No entanto, e apesar de aparentemente a Igreja kimbanguista reafirmar a sua indisponibilidade em apoiar movimentos políticos e bélicos, reafirmada a sua tolerância face a movimentos religiosos, políticos e económicos terceiros, é entre os seus seguidores que encontramos os principais teorizadores dos conflitos regionais que se seguiram após a independência do Congo-Belga.

Aqui, os principais líderes do ABAKO eram (são) na sua maioria, seguidores do Kimbanguismo. O início das lutas de libertação em Angola, tal como se verificou com o Tocoísmo no Sul, coincidiu com o recrudescimento da influência kimbanguista junto das populações nordestinas. Uma grande parte de destacados membros do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, GRAE, a maioria pertencentes ao ramo bakongo por via do movimento emancipalista angolano FNLA, eram kimbanguistas.

Ora, como é sabido, foram estes dois movimentos que mais se notabilizaram pelas lutas intestinas surgidas, quer num, quer noutro país, sob as mais variadas desculpas. Qualquer destas duas entidades tem como ambição final a reconstrução das antigas fronteiras do Reino do Congo.

Mais recentemente, um auto-denominado *Movimento para a Auto-determinação do Congo* (MAKO) exigiu, junto das autoridades de Luanda, a auto-determinação da região bakongo do Norte de Angola. Reclamam-se representantes de 1,7 milhões de bakongo<sup>307</sup>.

Se, politicamente, existe um vincado movimento anti-*status quo* reinante, onde a secessão é um perigo permanentemente presente, do ponto de vista religioso o kimbanguismo pauta-se por uma tolerância a toda a prova.<sup>308</sup>

#### 7.1.1.3. O Tocoísmo

---

<sup>307</sup> A exigência ocorreu em Janeiro de 1994.

<sup>308</sup> Sobre o movimento religioso que é o Kimbanguismo aconselho leitura atenta às duas obras citadas e a SANTOS, Eduardo dos, Religiões de Angola, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1969.

Na linha do Kimbanguismo, em 1949 surgiu o Tocoísmo. Este movimento fundado pelo angolano Simão Gonçalves Toco, emergiu, de início, quer como uma entidade político-social de protesto, quer como um movimento de aculturação e defensor dos valores tradicionais africanos. Defendia o anti-colonialismo e a negritude da Igreja; defendia que Cristo voltaria como um negro.<sup>309</sup>

Apesar destes evidentes intolerâncias, – e de Toco e seus seguidores terem sido expulsos do Congo Belga, em Janeiro de 1950, e perseguidos pelas autoridades coloniais portuguesas, sob a acusação de incitamento ao anti-colonialismo, – os tocoístas defendiam a não-violência. Caracterizavam-se por se vestirem sempre, e totalmente, de branco. Têm em Catete, o seu principal lugar de peregrinação, onde Toco teve uma importante “*visão profética*”.

De acordo com os diferentes historiadores é um movimento ecuménico que mais profundamente está inserido na realidade angolana, sendo considerado pelo sociólogo António Custódio Gonçalves como o movimento profético-messiânico tipicamente angolano mais importante.

Embora reconhecida, oficialmente pelo Estado angolano, como uma Igreja ecuménica nacional, ainda o não foi pelo Conselho Ecuménico das Igrejas.

## **7.1.2. O Islamismo africano**

### **7.1.2.1. O Malaquismo e o Sunismo, modelos religiosos de contenção**

#### **7.1.2.1.1. O Malaquismo**

Dentro do Islamismo, os Malaquistas, serão, talvez, dos islâmicos mais moderados.

É um rito sunita, muito próximo dos alauítas do sul de Espanha, com quem, por vezes, se confundem – a monarquia marroquina é, muitas vezes, cognominada de alauita.

---

<sup>309</sup> Para mais informações ver CARVALHO, Emílio J. M. de, op. cit., págs. 78 e 79.

Apesar de ser o rito oficial, no seio dos islamitas marroquinos, cujo o líder religioso, na linha do que se verifica no Reino Unido, é o monarca marroquino, – o Comandante dos Crentes – constata-se que a sua moderação se reflecte na convivência das diferentes multi-culturalidades e religiões. Judeus e Cristãos são prova disso.

A conhecida moderação de Hassan II, na ponte para as relações Euro-Afro-Islâmicas, que parece estar a ser, igualmente, seguida por Mahommed VI, permitiu que o extremismo islamita fosse, de uma maneira geral, – embora seja conhecida, também, a sua disciplina férrea, quase ditatoriais, no que respeitava às relações internas no país, – suficientemente contido no Norte de África, em especial na Argélia.

Registe-se que, durante muitos anos e até à construção da Mesquita lisboeta, os ritos islâmicos em Portugal eram, geralmente, celebrados na Embaixada marroquina com a presença de quase toda a comunidade islâmica residente no país, incluindo quadros diplomáticos.

#### **7.1.2.1.2. O Sunismo**

Foi abordado exhaustivamente no Capítulo dedicado ao Fundamentalismo islâmico.

#### **7.1.3. A Igreja Católica, um moderno veículo de contenção**

Perante aos inúmeros conflitos que vão proliferando pelo Continente Negro, a Igreja Católica tem vindo assumir um papel cada vez mais importante como o parceiro ideal para a concórdia e a contenção político-militar dos diferentes oponentes no seio da população civil. Uma das principais preocupações da Igreja é tentar fazer compreender aos africanos que a secular atitude católica de apresentar Deus e Cristo brancos<sup>310</sup>, deixou de ter qualquer relevância. Embora mantendo Cristo de cor branca, já Deus começa a ser apresentado, exclusivamente, através de um espírito não colorizado, ou de uma pomba branca, símbolo da paz.

---

<sup>310</sup> Cf. EBOUSSI-BOULAGA, Fabien, A Contretemps, L' enjeu de Dieu en Afrique, Paris, éd. Karthala, 1991, 265 págs.

Angola, embora não sendo o único, é um dos casos mais evidentes do último quartel do século XX. A Igreja Católica, nomeadamente, a Conferência Episcopal Angolana e o seu cardeal D. Eduardo do Nascimento, são os maiores críticos da crise político-militar angolana, dardejando quer o Governo de Luanda, quer a UNITA de Savimbi.

Também, durante a crise da Guiné-Bissau, de 1998, apesar da população ser, maioritariamente, islâmica, foi a Igreja Católica, na pessoa do bispo italiano Septímio Ferrazetta quem mais fez pelo fim da crise. A sua morte, ocorrida em plena crise pareceu ter tido um efeito aglutinador em torno da rápida concórdia nacional. Talvez por isso, mais do que razões políticas, que o presidente eleito Yalá, seja um cristão e não um islâmico.

Igualmente, em outras zonas de África a presença conciliatória da Igreja se faz sentir: no sul do Sudão e na região dos Grandes Lagos, entre outras.

## 7.2. Políticas

No aspecto político, é um pouco difícil discernir se, e quando, um qualquer movimento político que surja, nos ofereça algo de diferente e, simultaneamente, de útil à sociedade africana. Infelizmente, a classe política africana ou está indissoluvelmente ligada ao poder castrense ou enraizada nos antípodas da benignidade política, isto é, a maioria ou são corruptos ou meros joguetes de organizações políticas e económicas internacionais externas ao continente.

Todavia, e ainda que, em alguns casos, dependentes de factores exógenos, de entre esses políticos alguns emergiram com vontade de afirmarem em África uma política semi-autóctone e virada para os africanos. A maioria destes políticos, fossem por motivos ideológicos, fossem por razões de sobrevivência política – o apoio da URSS e da China, – abraçaram o socialismo. O *consciencismo*, nos sectores mais radicais, e o *socialismo humanista africano*, entre os conciliadores, foram os mais evidentes.

#### **d. REPERCUSSÕES NA POLÍTICA EXTERNA AFRICANA – QUE PROSPECTIVISMO**

O grande problema do Continente Africano tem sido o de conseguir, perante o Sistema internacional, provar que possui uma política externa, na linha do que se passa com os outros Continentes irmãos, casos dos europeu e asiático.

Pessoalmente considero não haver, ainda, condições para essa existência, apesar dos esforços de renomeados políticos africanos, como Mandela, Senghor, Chissano ou do falecido Nyerere, para que tal venha a acontecer.

A proposta de Kadhaffi, na Cimeira extraordinária de Syrte, em Setembro de 1999, mais tarde denominada por Declaração de Syrte, é, talvez, a mais elaborada para que possa emergir uma efectiva política externa africana. Até lá, os políticos africanos deverão cingir-se aos problemas endógenos do Rimland Negro, e a alguns, poucos, movimentos associados afro-internacionais, como adiante veremos.

#### **8. Repercussões Intra-africanas**

Como é evidente num Continente com Estados recentes e onde o sectarismo e as vontades pessoais são o maior obstáculo ao desenvolvimento africano, em geral, e nacional, em particular, as políticas externas dos africanos focalizaram-se, no essencial, em problemas afro-endógenos, nomeadamente no Apartheid e na precariedade das fronteiras coloniais. No entanto, e sempre que a oportunidade surgia, não deixaram de se tentar projectar e imiscuir nos problemas internacionais. O movimento socialista em África, embora dominado pelas questões internas dos Estados africanos, teve a sua origem na auto-afirmação que os neo-líderes africanos precisaram de fazer face às antigas potências coloniais, numa primeira fase, e aos movimentos internacionalistas, depois. Foi assim que surgiram os grandes sistemas sociais e políticos afro-socialistas, que se reclamavam, a maioria sem qualquer justificação para tal, de Não-Alinhados.



Mas o grande problema de África continua a ser a sua afirmação e credibilidade interna, pelo que a tentativa de reformulação da Carta da OUA seja, no presente, um dos principais projectos dos líderes africanos.

### 8.1. A Unidade Africana

Quando, em Maio de 1963, em Addis-Abeba, na capital do mais antigo país independente africano, os 30 Estado africanos independentes de então, assinaram e promulgaram a constituição da Organização de Unidade Africana (OUA), os seus líderes pensaram, e esperavam, que os principais princípios aí instituídos, fossem suficientes para uma neófitia África onde predominaria um desenvolvimento económico sustentado e uma política social estável; um generalizado e efectivo progresso e bem-estar social e económico. Os líderes africanos, de então, tinham a consciência que a liberdade, a igualdade, a justiça e a dignidade, em África, não deveriam ser palavras ocas e vãs, mas aspirações legítimas dos povos africanos. Como tal deveriam estar consagrados na Carta da OUA tal como o estavam na Carta de São Francisco.

Todavia, os 37 anos que a OUA leva, mostraram-nos que esses desígnios têm sido, de todo, ignorados ou totalmente aviltados.

Talvez por isso que, nos últimos anos, alguns dos novos dirigentes políticos africanos, inteligentemente secundados por antigos dirigentes e ditadores africanos, e apoiados em inúmeros artigos de opinião de académicos e dos *media*, têm questionado a actual Unidade africana e solicitado a sua reformulação. A 35ª, em Argel, procurou já avançar com algumas alterações como o veto e boicote a todos os Estados cujo regime seja devido a um qualquer Golpe de Estado e a veemente crítica às intervenções estrangeiras em Estados africanos, reforçando uns dos princípios da Carta, a resolução pacífica dos conflitos e a condenação de assassínios políticos e de actividades subversivas.

A última, e talvez a mais importante e consistente, surgiu em Syrte, com a proposta do presidente líbio Kadhaffi para a reformulação e revitalização da Carta da

OUA, visando a constituição de uma efectiva Unidade Africana. O principal objectivo da sua proposta visava a criação dos Estados Unidos de África, a sul do Saara. Numa primeira fase os estados africanos deveriam se juntar num Mercado Económico Comum, na linha da antiga CEE; na segunda fase numa União Africana (UA), na criação de um Banco Central Africano e na de um parlamento pan-africano; e, na fase final, nos Estados Unidos de África.

Esta proposta líbia conquistou a posição favorável de alguns líderes africanos, destacando-se, de entre eles, os senegalês e chadiano, conforme ficou perspectivado na 36ª cimeira anual do Bureau da OUA, verificada entre 10 e 12 de Julho de 2000, e do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, um ganês. Entre os 53 Estados afiliados na Organização<sup>311</sup>, só cerca de 40 Estados apareceram e, destes, 25 subscreveram e rubricaram o acto constitutivo da União Africana, que deverá ser ratificada em 2001, em cimeira extraordinária, na Líbia. Nessa altura se extinguirá a OUA e nascerá, *de jure* e após um ano de transição, a União, embrião dos futuros Estados Unidos de África.

Apesar de já ter sido ratificado, em menos de um mês, por 4 países africanos, Chade, Mali, Senegal e Togo, não é de crer que a maioria qualificada dos Estados africanos – dois terços dos membros da OUA – ratifiquem o Tratado da União Africana. Note-se que embora louváveis alguns dos itens que suportam a UA, como a tentativa dar uma maior credibilidade à insipiente política externa africana, forçar a entrada do Continente africano no seio do Conselho de Segurança com assento permanente e direito de veto e o fim dos cerca de uma vintena de conflitos armados intra-africanos devidos, em grande parte às fronteiras coloniais, não devemos esquecer um dos grandes objectivos de alguns estadistas africanos deixará de ter qualquer sentido; o fim do tribalismo e a constituição e reforço de Estados-Nações<sup>312</sup>, alicerçados nas citadas fronteiras, e que alguns líderes continuam a tentar reforçar e sustentar, nomeadamente os líderes austrais, com o reforço político, económico e social da SADC.

---

<sup>311</sup> Fazem parte da OUA 52 Estados e o Sara Ocidental. Em 1984, com a admissão da RASD, o Reino de Marrocos abandonou o Conclave africano.

<sup>312</sup> Kadhafi, na sessão de encerramento da 36ª Cimeira, afirmou que a era do Estado-Nação já tinha terminado não só em África como no Mundo. Para ele, o Estado-Nação é um produto do colonialismo, pelo que, mantê-lo é um equívoco.

Realce-se, ainda, que os estados setentrionais de África, nomeadamente a Líbia, a grande impulsionadora do projecto, continuam a sublinhar que a UA deverá ser exclusivamente para os Estados a sul do Saara; apesar dos africanos terem estado, na maioria dos casos, como verificámos no estudo do fundamentalismo islâmico, ao lado daqueles, a política externa e intra-árabe, exceptuando Marrocos, continua a não se confundir com o resto do Continente. Concretamente, prevê-se que a UA não deverá unir mas separar, ainda mais, os africanos.

## 8.2. O Afro-socialismo

De acordo com alguns teorizadores, em África existem, ou persistem, diferente socialismos; uns mais próximos da realidade euro-internacionalista, *i.é.*, mais próximos do marxismo-leninismo e defendidos abertamente por homens como Nkrumah, Modibo Keita e, em fase mais posterior, por Sékou Touré, enquanto outros se manifestam por um socialismo mais endógeno, onde se destacam Senghor, Nyerere e Kaunda.

Mas foi no taboguenho George Padmore (1901-1959) e na sua doutrina pan-africanista de um socialismo democrático, endógeno e anti-marxista e anti-comunista, que o socialismo africano teve a sua origem.

Para Padmore o Estado, no caso os Estados africanos que começavam a emergir, deveria controlar os sectores económicos do país, face à inexistência de um sector capitalista forte local. De acordo com a doutrina padmoriana o Estado deveria incentivar e reforçar o sistema da posse comunitária das terras e deixar para a iniciativa privada e geradora de riqueza os sectores secundário e terciário.

Por outro lado, o sistema padmoriano de socialismo negava a característica tradicional africana da supremacia dos dirigentes tradicionais e das suas directrizes régulas a favor de um novo dirigismo intelectual e destribalizado. Ou seja, Padmore, com esta doutrina, começou a dar ênfase à existência das “*duas Áfricas*”: a África citadina e a África do campesinato. Uma situação que tem evidenciado, cada vez mais, as dicotomias que se verificam no Continente Negro, com as grandes crises de Angola, Zimbabwe, Congo e Grandes Lagos.

Todavia, foi este socialismo, independente e anti-comunista, que levou ao aparecimento do chamado socialismo humanista africano e à crítica acérrima de estadistas como Nkrumah e Sékou Touré.

Analisemos alguns dos diferentes tipos de socialismo que vigoraram, ou ainda se mantêm.

### 8.2.1. O Socialismo Touréano

Ahmed Sékou Touré (1922-1984), apesar de se ter mantido sempre fiel aos princípios do internacionalismo proletário<sup>313</sup>, durante muito tempo evitou a utilização da termo “socialismo” a favor de expressão “*via de desenvolvimento não capitalista*”<sup>314</sup>. Temia não ser compreendido pelos seus vizinhos africanos que se mantinham na órbita da Comunidade francófona.

De acordo com Sékou Touré, a concepção de socialização de Estado, na Guiné, tinha origem na institucionalização do monopartidarismo e do desenvolvimento do trabalho, em particular num forte campesinato, devido à não existência de um movimento capitalista nacional – facto constatado em vários países africanos e para o qual muito contribuíram as potências coloniais – e numa única e mesma classe social de África, *os desapossados*.

Segundo o líder guineense, quando falava no mundo do trabalho “... *nenhuma corrente de pensamento... ou outra manifestação conseguiu estabelecer da mesma forma, a este nível universal [o mundo de trabalho], e atingir a mesma amplitude, a mesma força e uma significação tão profunda... Precedendo as mais audaciosas teorias do*

---

<sup>313</sup> Embora nunca o afirmasse explicitamente, era um dirigente pró-comunista. Relembremos duas frases suas ou proferidas por dirigente guineenses que lhe eram muito próximo: “*A próxima vez que vier à Guiné, penso que poderá saudar o partido comunista guineense*” dita a uma delegada francesa do PCF, em Dezembro de 1961; ou quando perguntou, ironicamente, a um delegado do PDG, em 1959, que criticava o não empenhamento dos dirigente guineenses na socialização do país “*O camarada pensa, portanto, de a Guiné é um país capitalista*”; citado em BENOT, Yves, Ideologias das Independências Africanas 1, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1981, págs. 397 e 403.

<sup>314</sup> Esta expressão foi mais tarde adoptada por outros como o Professor Sousa Lara – *via não capitalista de desenvolvimento* –, ver LARA, António de Sousa, A Subversão do Estado, (tese de doutoramento), UTL-ISCSP, Lisboa, 1987, pág. 497 e segs.

*universalismo e... tentativas na via da solidariedade humana, o mundo do trabalho surge como o alicerce universal, a partir do qual, se constituirá uma sociedade humana liberta das suas injustiças, iniquidades e desigualdades...*<sup>315</sup>. Ou seja, apesar da sua radical africanidade – lembremo-nos da sua célebre frase a De Gaulle aquando da questão independência ou francofonia “*Nous préférons la Pauvreté dans la Liberté à la Richesse dans l’esclavage*”<sup>316</sup> – Sékou Touré adoptava expressões já utilizadas por internacionalistas francófonos, como o francês André Philip ou o maliano Pierre Moussa, não só para evidenciar o seu internacionalismo proletário, dado que para ele, e pensando na URSS com quem, mais tarde, por diversas vezes se identificou<sup>317</sup>, os povos colonizados e os povos proletários são membros de uma sociedade que manifestam inúmeros sacrifícios “... *pela causa da liberdade entre os homens e pela instauração de um regime de justiça universal*”, como também para criticar e perseguir aquilo a que ele chamava de *gangs particulares*<sup>318</sup>, os guineenses que conseguiam um desenvolvimento económico e social, isto é, capitalizavam-se e se procuravam juntar em associações partidárias externas ao partido único guineense, o *Parti Démocratique du Guinée* (PDG).

Todavia, face às críticas que alguns correligionários políticos, como Nkrumah, e a permanência do PAIGC, de Amílcar Cabral – um proto-socialista moderado – e independentemente do seu internacionalismo proletário e da sua concepção africana de sociedades proletárias, Touré foi obrigado a moderar as suas posições sociais, quer internamente, através de uma pseudo-viragem à direita, devido às crises internas que grassavam no PDG e após a publicação de uma brochura “*La Révolution et l’unité populaire*”, em Janeiro de 1964, quer externamente, desenvolvendo manobras diplomáticas de compromisso devido ao arco francófono que delimitava as fronteiras da Guiné-Konacri.

Com Sékou Touré terá havido uma das primeiras e mais concretas manifestações de relações externas e intra-africanas no Continente Negro.

---

<sup>315</sup> Cf. BENOT, Idem, vol.1, págs. 391 a 393.

<sup>316</sup> Cf. KAKE, Ibrahima Baba, *Sékou Touré: Le Héros et le Tyran*, Paris, Jeune Afrique Presses, 1987.

<sup>317</sup> Essa manifestação pró-URSS teve o seu apogeu quando, no decorrer do Congresso do PDG, em Kankan, em Março de 1960, o Ministro guineense do Plano e Economia, Keita N’famara, anunciou um Plano socialista para a Guiné-Konakri, o que foi fortemente ovacionado pelos congressistas.

<sup>318</sup> Cf. BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas 2*, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1981, pág. 12.

### **8.2.2. O Consciencismo africano de Nkrumah**

Segundo Kwame Nkrumah, um defensor acérrimo da independência das colónias euro-africanas, para que um território independente tivesse um desenvolvimento autêntico, deveria abraçar esta filosofia<sup>319</sup>. Embora surja como um movimento filosófico radical, não era, porém, um movimento anti-europeu ou anti-colonialista. Era, somente, a voz da consciência africana a defender os seus valores tradicionais sem, todavia, deixar de juntar a cultura euro-cristã e muçulmana aos valores culturais africanos. Seria um reforço da personalidade político-cultural africana.

Apesar do seu pan-africanismo, e talvez devido ao seu carácter eminentemente liberalizante, o consciencismo acabou por esmorecer e desaparecer dos ideais africanos. O próprio Nkrumah foi dos primeiros a abandonar a sua teoria, abraçando o socialismo puro e duro, seja adoptando a filosofia de partido único, ou procurando abafar e aniquilar os seus opositores endógenos e exógenos.

### **8.2.3. O Socialismo Humanista africano**

Embora tendo como suporte político o movimento socialista internacional e as teorias padmorianas, alguns dirigentes africanos, como Senghor, Kaunda, Nyerere, Baako e Boygni, tentaram dar ao socialismo em África um cariz eminentemente local, onde a alma negro-africana – como defendia Senghor – seria acentuada pela cultura<sup>320</sup>.

No entanto, nem todos defendiam o chamado socialismo africano, – a via não-capitalista de desenvolvimento<sup>321</sup> – como um meio romântico de acesso ao poder. Sékou Touré preconizava que o neo-socialismo africano, sacrificando os valores humanistas, teria de ser um instrumento que, antes de tudo, deveria defender um estilo de vida, tendo por base fundamental, os factores de produção<sup>322</sup>, ponto de vista também sustentado mais tarde por Nyerere, na segunda fase do seu socialismo.

---

<sup>319</sup> Registe-se que era uma filosofia materialista, socialista e pan-africanista; cf. SANTOS, Eduardo dos, *idem*, pág. 177.

<sup>320</sup> Ver SANTOS, Eduardo dos, *idem*, pág. 177.

### 8.2.3.1. De Senghor a Kaunda

O socialismo africano de cariz humanista de Senghor foi o que melhor se soube implantar. A ele se juntaram os ex-presidentes Nyerere, da Tanzânia, e Kaunda, da Zâmbia. A cada um, a sua filosofia própria.

#### 8.2.3.1.1. O Socialismo Cultural de Senghor

Embora com traços próximos das doutrinas padmorianas, Léopold S. Senghor<sup>323</sup>, e contrariamente àqueles que sobrepunham o “trabalho” do campesinato aos outros sectores produtivos nacionais, defendia que a terra e tudo o que dela emanava, culturalmente, era para os Negros não um “trabalho” mas tão só um bem comum da família e, só depois, propriedade do grupo de trabalho ou cooperação.

Para Senghor a sociedade tradicional africana éra, naturalmente, colectivista e onde, à partida, todos tinham garantido um mínimo certo, indispensável e fundamental. A família não estava dependente do trabalho do indivíduo ou da colectividade para usufruir do bem. Este era primeiro seu e só depois do grupo.

É por isso que Senghor defendia que o socialismo era nato de África; Continente onde a democracia parlamentar sempre existiu – desde logo com os conselhos dos régulos<sup>324</sup>, nos impérios sudaneses – a par de um forte colectivismo comunitário – que não se confundia com comunismo. – Senghor soube defender o Homem e as sociedades locais.

Com base neste primado, Senghor apoiava a primazia da religião, fosse cristã ou muçulmana – registe-se que a sua raiz cultura era católica, mas soube adaptar-se, como estadista, à corrente filosófica principal do Senegal, o islamismo – desde que tal constituísse um veículo de agregação e valorização cultural tradicional africana.

---

<sup>321</sup> Cf. LARA, António de Sousa, A Subversão do Estado, (tese de doutoramento), UTL-ISCSP, Lisboa, 1987, págs. 497 e segs.

<sup>322</sup> Ver SANTOS, Eduardo dos, *idem*, pág. 178.

<sup>323</sup> Presidente do Senegal de 1960 a 1981.

<sup>324</sup> Defendido por mim para a maioria dos Estados africanos como o primeiro suporte da Nacionalidade. Ver o ensaio O Pluralismo em África (contribuição para o neo-pluralismo cultural e político em África).

Minimizou o neo-intelectualismo primário da África neocitadina e aceitou a existência do “capitalismo colonial”, desde que assumido o reconhecimento da individualidade cultural africana.

Apesar deste seu idealismo, a realidade político-cultural do estadista Senghor acabou por deslizar na defesa da primazia do capital estrangeiro nos sectores secundário e terciário e relegar para o primário, incluindo a extracção das matérias-primas, as populações autóctones senegalesas. Em certa medida, do ponto de vista estritamente económico, adoptou a política neo-capitalista de Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim.

#### 8.2.3.1.2. O Socialismo Comunitário de Nyerere

Quando Julius Kambarage Nyerere (1922-1999) apresentou, em 1962, um opúsculo intitulado “*Ugamaa, The Basis of African Socialism*” definiu o que entendia por socialismo e defendeu, tal como Senghor o havia feito, a existência centenária do Socialismo em África.

Para Nyerere, numa sociedade africana (*Ugamaa*) bem organizada – e a sociedade tradicional africana era-o, de facto – o indivíduo não precisava de se preocupar com o futuro. Ou seja, se o cidadão não conseguisse acumular qualquer riqueza – e não o deve fazer porque exerceria uma actividade no seio de um agrupamento social – a sociedade onde está inserido preocupar-se-ia com o seu bem-estar e o da sua família, porque cada um conta com a riqueza da comunidade de que é membro. Daí que Nyerere defendesse para África este tipo de socialismo, a primazia do colectivismo agrícola sobre o trabalho assalariado das cidades, onde, na sua óptica, predominava o parasitismo e a supremacia de um indivíduo sobre o outro.

Em 1967, em Arusha, Nyerere evoluiu a sua tese de Ujamaa para um socialismo mais austero e sem qualitativos, mais assalariado. A economia campesina de Nyerere estagnou e, na maioria dos casos, regrediu; por sua vez a economia citadina dominava, em grande parte devido ao efeito da existência de um grande capital estrangeiro – de



fonte europeia e, mais recentemente, popular chinês, que começava a se sobrepor e a ganhar importância qualitativa no Produto tanzaniano.

No entanto, continuou sempre a defender a socialização do Estado, se bem que em outros termos. O indivíduo deixava de ter a garantia do bem-estar social que a inicial sociedade nyereriana preconizava, mas deveria, tão cedo quanto possível, procurar esse bem-estar, ainda que, e sempre, sobre o chapéu protector do Estado. A Declaração de Arusha, adoptada pelo comité Central da TANU, começava a sofrer os efeitos da política maoista que se fazia sentir com alguma intensidade na região e que teve o seu apogeu com a construção, em 1974, da *TanZam*, a linha férrea que ligava as cidades de Lusaka e Dar-es-Salam.

#### **8.2.3.1.3. O Socialismo Humanista de Kaunda**

Kenneth David Kaunda, o primeiro presidente da Zâmbia (1964-1991), foi o único que, declaradamente, abraçou um socialismo humanista, tipicamente africano.

Procurou adoptar as ancestrais teorias comunitárias da região, nomeadamente a vida comunitária Luda, à moderna realidade social africana, ligando-as às teorias sociais e proletárias maoistas, sem, todavia, tentar descaracterizar a sociedade zambiana. No entanto, uma das principais consequência da sua política social-proteccionista, e tal como se verificou em toda a África, foi a regressão e o desaparecimento, quase integral, da então próspera economia agrícola do país.

A sua sabedoria social ficou consagrada com o estatuto de estadista que ganhou na região, designadamente, durante as crises meridionais africanas.

Apesar de retirado da política activa é considerado como uma reserva exponencial, seja no seu país, na África Austral, ou ainda junto dos Não-Alinhados.

### 8.3. O “Apartheid” e o isolamento sul-africano<sup>325</sup>

Foi durante décadas, e até ao seu total desmembramento, em 30 de Junho de 1991, o principal sinal emblemático da luta de classes política e cultural africana.

Como já foi antes referido teve a sua origem principal, no protestantismo calvinista, depois no movimento nacional-linguista do Great Trek<sup>326</sup>, e, mais tarde, atingiu o apogeu com o período legislativo sul-africano. Deste período, destacam-se o *Master and Servant Act*, de 1843<sup>327</sup>, as *Native Labour Act* e *The Native Land Africa*, de 1913<sup>328</sup>, o *Native Urban Area Act*, de 1923<sup>329</sup>, a *The Group Areas Act*, e a *Population Registration Act*, de 1950<sup>330</sup>, consideradas os principais pilares do Apartheid, a *Bantu Authorities Act*, de 1951<sup>331</sup>, a *Bantu Self-Government Act*, em 1959<sup>332</sup>, do qual, resultaria num período mais recente, nos Bantustões<sup>333</sup>.

O período do Apartheid, considerado por muitos analistas políticos internacionais como o mais obscuro no contexto político africano, teve o seu fim em Março de 1992 com o esmagador “*sim*” dos brancos no plebiscito apresentado pelo então presidente Frederik de Klerk à política de abertura aos negros e às negociações com vista ao estabelecimento da igualdade social dos povos sul-africanos e à realização de eleições democráticas na África do Sul, consubstanciadas no sufrágio de uma pessoa, um voto..

---

<sup>325</sup> Sobre o efeito do Apartheid na História sul-africana, ver CAMPOS, Armando de, África do Sul - Potência Regional, dissertação para o Mestrado em Estratégia, UTL-ISCSP, Lisboa, 1996 e ESTEVES; Hermínio, África do Sul, da Guerra Anglo-Boer aos nossos dias, dissertação para o Mestrado em Relações Internacionais, ed. inédita, Lisboa, 1997.

<sup>326</sup> Fuga dos africânderes do Cabo para a região do Transval e para a região de Orange, em 1836; cf. CAMPOS, Armando de, op. cit., págs. 46 e 47.

<sup>327</sup> Regulava e qualificava como crime qualquer ruptura de contrato de trabalho entre os proprietários brancos das grandes fazendas e os serviços negros.

<sup>328</sup> Enquanto a primeira estendia aos trabalhadores urbanos a lei anterior, a segunda, a “Lei das Terras Nativas” determinava quais as áreas exclusivamente pertencentes dos Negros.

<sup>329</sup> Limitava a possibilidade dos Negros se instalarem em cidades consideradas reduto dos brancos.

<sup>330</sup> Complementar da anterior. “Lei de Demarcação das Áreas de Residência”, e que estipulava isso mesmo; as áreas de residência atribuídas a cada grupo étnico sul-africano, bem assim, a exigência dos não-brancos exibirem um passe de circulação “*pass-laws*”, onde se inseria o período de movimentação dentro das áreas brancas.

<sup>331</sup> Legislava sobre a criação de Conselhos de Representantes Bantos com autoridade para regular os problemas das *black homelands*, sempre sobre supervisão branca.

<sup>332</sup> Criava, na sequência da lei anterior, 8 Estados africanos semi-autónomos.

<sup>333</sup> De início foram criados e tornados independentes três bantustões; Transkei, em Outubro de 1976, Bophuthatswana, em Dezembro de 1977 e Venda em Setembro de 1979. Nunca obtiveram reconhecimento internacional, nem mesmo pela Rodésia do p.m. branco Ian Smith.

Até este acontecimento, verificaram-se diversas situações que levaram ao efectivo fim do *Apartheid*. Destacam-se:

- a outorga do Prémio Nobel da Paz ao bispo negro anglicano Desmond Tutu, em 1984;
- os encontros entre o presidente sul-africano Pieter Botha e o presidente moçambicano Samora Moisés Machel, em Inkomati, em Outubro de 1984<sup>334</sup>;
- a morte deste em acidente de aviação, em Outubro de 1986, sobre território sul-africano, o que levou alguns estrategos a acusarem os serviços secretos sul-africanos de estarem por detrás deste acidente<sup>335</sup>;
- a emissão *Live Aid*, em Junho de 1985, de um espectáculo musical de homenagem a Mandela e retransmitido, via TV, a partir de Londres, para cerca de 40 países;
- o Acordo Quadripartido, em Agosto de 1988, entre a R.A.S., Angola, Cuba e N.U., com a supervisão dos Estados Unidos, para a independência da Namíbia; em Janeiro de 1989, devido a um acidente vascular cerebral Botha é substituído na chefia do Estado por de Klerk;
- em Fevereiro de 1990, de Klerk anunciava, no Parlamento sul-africano, a vontade de libertar Nelson Mandela “*sem condições*” bem assim como a legalização dos Partido Comunista Sul-africano (SACP), Congresso Nacional Africano (ANC) e Congresso Pan-africano (PAC);
- o fim do *Land Acts* e da *Population Registration Act*, em Fevereiro de 1991;
- em Dezembro de 1991, na sequência da queda do Muro de Berlim e da independência das Repúblicas soviéticas que formavam a URSS, é arriada pela última vez a bandeira soviética;
- e por fim, a 30 de Junho de 1991 é declarado, oficialmente, o fim do Apartheid.

Todavia, o fim real do *Apartheid* aconteceu, em Abril de 1994, com a substituição da bandeira africânder e quando Nelson Mandela foi eleito e aceite como o primeiro presidente de todos os seus concidadãos.

---

<sup>334</sup> O Acordos de Inkomati, foram rubricados em 3 de Outubro de 1984 por Samora Moisés Machel, presidente de Moçambique e Pieter Willem Botha, líder da República da África do Sul; in: [www.c-r.org/acc\\_moz/nkomati.htm](http://www.c-r.org/acc_moz/nkomati.htm).

<sup>335</sup> Sobre o assunto ver: “Machel report”

Mas até que estes acontecimentos ocorressem, os sul-africanos tiveram de sentir um forçado isolamento político, económico, social e desportivo, apesar de, nem sempre, visível. Portugal, através das então províncias africanas de Angola e Moçambique, a Rodésia, alguns países europeus, nomeadamente o Reino Unido, os Estados Unidos da América, e, porque não dizê-lo, a antiga União Soviética, independentemente das inúmeras críticas formuladas e dos diferente *comités* anti-apartheid, mantinham contactos com os sul-africanos. Relembremos que a África do Sul, é, ou era na altura, o maior produtor de ouro e diamantes, além de ser a única a produzir metais semi-preciosos, sem os quais EUA e URSS não poderiam manter a corrida espacial.

Na prática, o isolamento sul-africano só parecia ter algum efeito efectivo junto da ONU, através das Resoluções do Conselho de Segurança e das Assembleias-Gerais, do movimento dos Não-Alinhados e, mais tarde, do Comité Olímpico Internacional; e por via deste das diferentes Federações desportivas internacionais, exceptuando-se a de Râguebi que, para além de não pertencer ao COI foi, a par do futebol, a única actividade desportiva a manter a multirracialidade, com positivos reflexos no Campeonato do Mundo de Râguebi ocorrido no país, em 1995. Nem as sanções económicas, várias vezes decretadas pelas N.U. tinham qualquer efeito na política segregacionista sul-africana.

Somente em 26 de Abril com o arrear da bandeira africânder da União e o içar da “*bandeira arco-íris*” terminou o isolamento sul-africano. Começou um novo ciclo na República da África do Sul com a mudança de “*cor*” do poder sul-africano, o qual tem tido profunda importância na emergente neo-política externa africana com particular destaque para Mandela e Mbeki. Porém, não foi por causa do *Apartheid* que a política sul-africana deixou de se tentar projectar; fosse juntos dos seus vizinhos austrais<sup>336</sup>, ou fora desta região, como foi o caso da Nigéria.

#### 8.4. A Imutabilidade das fronteiras coloniais posta em causa

Este princípio, defendido nos Artigos II §1.c) e III §3, da Carta da OUA, é cada vez mais questionado, por força das questões político-militares que, ciclicamente,

---

<sup>336</sup> Não esquecer o apoio sul-africano à RENAMO, em Moçambique, ao governo branco da ex-Rodésia, à intervenção armada, em 1975/6, em Angola, e as incursões armadas à Zâmbia.

ocorrem internamente nos Estados Africanos, ou pelas provocações externas, tanto por via dos seus primeiros e imediatos vizinhos, como devido a acontecimentos que ocorrem no Sistema Internacional.

Senão vejamos:

- a) A tentativa de secessão do Shaba, ex-Katanga<sup>337</sup>, - a primeira grande crise separatista de África - que teve, na primeira tentativa em 1960 com Moisés Tchombé, o apoio de portugueses e belgas e na segunda tentativa, já na década de 80, o apoio implícito do governo de Luanda aos ex-gendarmes catangueses sediados nas regiões diamantíferas angolanas;
- b) A crise secessória do Biafra<sup>338</sup>, em Maio de 1967, que provocou milhares de mortos e que foi declaradamente apoiada por países vizinhos ou externos à região. Portugal, através de bases ditas humanitárias, em São Tomé, e por via da concessão de asilo ao líder revoltoso, o coronel Chukwuemeka Odumegwu Ojukwu, teve um importante papel neste conflito. De acordo com estratégias internacionais, os aviões da Cruz Vermelha Internacional que traziam feridos da frente de combate para as bases santomenses regressavam, regra geral, com armas fornecidas pelos regimes português e sul-africano. Saliente-se que tal nunca formalmente provado;
- c) O cada vez mais previsível desmembramento da Somália, onde os clãs continuam sem entendimento, impedindo a criação de um Governo Central em Mogadíscio, o que levou à secessão da parte norte, de ascendência inglesa, na Somalilândia, e da região de Puntland;
- d) A secessão da Eritreia: deveu-se a um factor predominantemente exógeno. O desmembramento da URSS e, por via disso, a queda do *imperador vermelho*, o presidente etíope Mengistu;
- e) O império Tuaregue<sup>339</sup>, que abrange uma área importante na região do Sahel, mas que se faz sentir com mais intensidade no Mali;

---

<sup>337</sup> Anexos – Mapa 10 (Katanga).

<sup>338</sup> Anexos – Mapa 11 (Biafra).

<sup>339</sup> Anexos – Mapa 12 (Tuaregue); sobre a Somalilândia ver Mapa 15.

- f) A crise casamansense<sup>340</sup>, que quase levou à ruptura das relações entre Guiné-Bissau e Senegal, apesar de gozar de um certo beneplacismo gambiano;
- g) O problema de Cabinda e o Tratado de Simulambuco<sup>341</sup>, onde Portugal se comprometia a suzerar Cabinda enquanto durasse a vigência do Tratado. Com a Constituição de 1933 e a passagem de Angola a província ultramarina, em 1956, Portugal definiu administrativamente Cabinda como um distrito/província de Angola, facto que ficou consagrado nos Acordos de Alvor que levaram à independência angolana. Desde os finais da década de 70 que emergiram no território, grupos seccionistas, destacando-se, de entre eles, a FLEC-FAC e a FLEC-Renovada, apoiados, no início, pelo Congo-Brazza e pelo antigo Zaïre;

Além das acima citadas, tem havido outras tentativas de secessão, de que se destacam as da *Republica do Benin*, estabelecida no meio-oeste nigeriano, em 1967; da região de Kivu, na Rep. Dem. do Congo, apoiada por Ruanda e Uganda; da região norte do Chade, apoiada pela Líbia; e da região sul cristã do Sudão, já para não referir as tendências reformuladoras das fronteiras do Ruanda e do Burundi, por hutus e tustis, ou ainda a verificada com a invasão e anexação da faixa de Auzou, no Chade, pela Líbia<sup>342</sup>, e o do norte dos Camarões britânico que decidiu, em 1961, por *Referendum* sob supervisão da ONU, se integrar na Nigéria

Os Estados africanos têm procurado manter as suas fronteiras imutáveis, através de intervenções junto dos Estados vizinhos – Angola provocou a queda de Mobutu, apoiante indefectível da UNITA e das FLEC's, e mantendo no poder Kabila, que tem sido alvo de insurreições locais, e do presidente eleito do Congo-Brazza, Pascal Lissouba, próximo da UNITA e da FLEC-Renovada, recolocando no seu lugar o antigo presidente socialista Sassou Nguesso, e as suas milícias “*Cobras*” – ou por via do apoio a separatistas rebeldes, como na região de Kivu, no Congo Democrático, incentivados pelo Ruanda e pelo Uganda, que continuam a manter um forte contingente militar na

---

<sup>340</sup> Anexos – Mapa 13 (Casamança).

<sup>341</sup> Celebrado em Fevereiro de 1885 entre um régulo cabinda do Reino de Ngoyo e Portugal que estabeleceu um Tratado de Protectorado português.

<sup>342</sup> A invasão verificou-se em 1973. Em 1994, O T.I.J. pronunciou-se a favor do Chade na questão fronteiriça que mantém com a Líbia, sobre a faixa de Auzou;

região, apesar dos esforços das Nações Unidas, e combatidos pelas forças conjuntas de Angola, Namíbia e Zimbabwe.

## 9. Repercussões Extra-africanas

Apesar de insípia, sempre foi conseguindo fazer passar alguma da sua política externa através do Movimento dos Não-Alinhados, nas Assembleia-Gerais anuais da ONU, das Conferências Sul-Sul e da Convenção de Lomé.

### 9.1. O Movimento dos Não-Alinhados

Também, por vezes, reconhecido por “Neutralismo”, apesar de ter sido formalizado em Belgrado, em 1961<sup>343</sup>, pode-se dizer que a sua génese teve lugar em 1955, na sequência da Conferência havida em Bandoeng<sup>344</sup>, Indonésia, pelos novos países independentes da Ásia e de África a que, mais tarde, se juntaram alguns países latino-americanos por via da Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, realizada em Havana, de 13 a 15 de Janeiro de 1966<sup>345</sup>; daí ser igualmente conhecido pelo Movimento d’ *os três “A”*.

As principais resoluções da Conferência assentaram: *i*) no fim de todo e qualquer tipo de colonialismo; *ii*) redução de armamentos convencionais e o controlo internacional eficaz de armas nucleares; *iii*) paz, segurança e cooperação amigável entre todas as nações; *iv*) respeito pela soberania e integridade das nações, não ingerência em assuntos internos, direito de cada país em se defender só, ou colectivamente, e igualdade entre todas as raças e nações do Mundo, de acordo com a Carta da ONU; *v*) o princípio da “neutralidade positiva”, onde se definia a necessidade de cada Nação se abster de recorrer a acordos de defesa colectivos – já existiam a NATO e o Tratado de Varsóvia (vg. Pacto de Varsóvia) – que visassem objectivos e interesses particulares de uma grande potência, fosse ela qual fosse, e abster-se, igualmente, de exercer qualquer tipo de pressão sobre outros países.

---

<sup>343</sup> Foram 25 os países que, inicialmente, formalizaram o Não-alinhamento na reunião de Belgrado. Actualmente são 113 os países que fazem parte do Movimento; in: [www.nonaligned.org](http://www.nonaligned.org).

<sup>344</sup> Sobre Bandoeng, propõe-se a leitura de QUEILLE, Pierre, Histoire de l’Áfro-Asiatisme jusqu’à Bandoung (la naissance du Tiers-Monde), Payot, Paris, 1965 (303 págs.).

<sup>345</sup> Cf. MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, op. cit., pág. 35

Estes e outros princípios igualmente consagrados na Declaração de Bandoeng, vão ser reafirmados na I Conferência de Estados Independentes de África, em 1958, e retomados na Carta da OUA, nomeadamente no artº. III §7, onde, claramente, se defende a afirmação de uma política de não alinhamento em relação a todos os blocos.

Todavia, a via socializante de alguns países membros dos Não-alinhados, como Cuba e Bulgária, pertencente ao Pacto de Varsóvia, ou da Jugoslávia e da China, levou que alguns Estados africanos acabassem por ser manifestamente alinhados com um dos blocos político-ideológicos, o soviético<sup>346</sup>. Estados africanos como Angola, Benin, Congo, Egipto – na fase de Nasser –, Etiópia – após a queda de Selassié –, Guiné-Konacri, Moçambique e Somália foram dos que onde mais se fez notar esse alinhamento. As defesas dos seus territórios nacionais, face a países considerados neo-imperialistas ou racistas – Zaire e África do Sul e Rodésia – ou a proximidade de Israel e de países que lhe eram próximos – Uganda e Quênia – foram algumas das razões invocadas por aqueles Estados.

Só com o fim do bloco soviético, com a normalização das relações israelo-árabes, e o advento das democracias ocidentalizadas em África e na América Latina, e com o crescimento económico que os *tigres asiáticos* vêm evidenciando, levou ao arrefecimento do não alinhamento e ao desenvolvimento das Cooperações Sul-Sul e Euro-Sul.

## 9.2. A Cooperação Sul-Sul

“Os povos do Sul devem se libertar da pobreza, do sub-desenvolvimento e da dependência e assumir o controle das suas economias e actividades políticas pelos seus próprios meios. A história tem revelado que as grandes potências nunca renunciam ao exercício da sua dominação e quando tal acontece é fruto de iniciativas cujo autonomismo é por elas controlado.”<sup>347</sup>

Nos últimos quarenta anos, particularmente desde as independências coloniais, que os povos do Sul – os “3 A” ou países em vias de desenvolvimento – tentam defender

---

<sup>346</sup> Cf. MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, op. cit., págs. 34 a 36.

<sup>347</sup> Cf. em *Coopération Sud – Nouvelles orientations*, Juillet 1995, número special.



**uma autonomia económica, financeira e política face aos países industrializados do Norte, o 1º. Mundo.**

**Para isso, têm utilizado, se bem que com elevado insucesso, vários instrumentos; o Não-alinhamento, o socialismo, a guerrilha e o terrorismo. A crise energética de 1972/1975 foi, talvez, o mais bem sucedido instrumento que melhor fez vergar o peso dominante do 1º. Mundo.**

**De facto quando, durante as crises israelo-árabe de 1968 a 1972, os principais países produtores petrolíferos do Médio Oriente e África decidiram nacionalizar as empresas prospectoras e produtoras de petróleo, criar a OPEP e serem elas a determinarem os preços dos produtos petrolíferos, o mundo industrializado do Norte mostrou não estar preparado para tal impacto. A forte dependência do ouro negro provocou uma das maiores crises económicas do mundo industrializado que, parece não ter sido nem prospectivada nem, tão pouco, considerada. Uma nova crise se perspectiva.**

**Perante os meios que o Sul continua a não saber como rentabilizar e utilizar alguns organismos internacionais, como o PNUD e a FAO, e outras organizações não-governamentais têm procurado intervir junto dos líderes afro-asiáticos tendo em vista um maior desenvolvimento social, cultural, político e económico. Um desenvolvimento económico sustentado e uma política de democratização, aliados a um desenvolvimento tecnológico, são sinais que consideram importantes para um crescimento harmonioso e um progresso social nos Estados africanos.**

**Todavia, nem todos os líderes pensam assim. Aceitam integrar e desenvolver organismos supranacionais regionais, como a SADC, na África Austral, a CEAC, na África Central, e a CEAO, na África Ocidental, mas recusam partilhar qualquer outro tipo de interdependência, principalmente se tiverem de se submeter a Estados externos ao Continente ou perderem algum, eventual, protagonismo. A reformulação da Convenção de Lomé demonstra isso mesmo.**

### **9.3. A Cooperação Euro-Sul**

**Está consubstanciada na Convenção de Lomé e na Declaração de Cotonu, rubricadas entre a União Europeia (UA) e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).**

**De facto a grande cooperação que existe entre os países europeus da EU e do ACP, e que se reporta às Convenções de Yaoundé, primeiro, e de Lomé, mais tarde, foi das cooperações mais profícuas e temporais entre países africanos e do 1º. Mundo. Os desenvolvimentos que as políticas económicas e sociais dos Estados ACP e da própria UE levou à reformulação da Convenção de Lomé, que já ia na IV adenda, pelo Acordo de Cotonou.**

**O actual Acordo, que está previsto para vigorar durante 20 anos, com reajustamento quinquenais, prevê auxílio ao desenvolvimento económico e social e redução da pobreza, investindo na iniciativa privada e nas reformas macroeconómicas, novas associações conducentes ao crescimento regional e um compromisso dos países ACP em promover a boa governação e a estabilidade política e social dos povos. Eventuais casos de corrupção activa e, ou, passiva serão fortemente penalizados e os auxílios suspensos.**

**A questão que se põe é saber como será essa forte penalização. Apoio a deposições políticas, – nesse caso a OUA/UA não aceitará no seu seio os novos dirigentes, conforme ficou consagrado na 35ª. Cimeira, – proscrever os Estados, – o banimento dos mesmos poderá empurrá-los para situações similares à Somália, – deixar de apoiar, economicamente, aqueles Estados – então estará a EU a penalizar os povos em detrimento dos verdadeiros culpados, os dirigentes corruptos. Parece haver uma manifesta interferência externa nas políticas internas dos Estados ACP.**

#### **9.4. África e a ONU**

**Desde sempre que as relações entre África e as Nações Unidas foram sempre marcadas pelas inúmeras crises político-militares que têm atravessado, ao longos dos anos, o Continente africano. Mas também pelas atitudes dos Estados africanos na Assembleia Geral da ONU, pelo Conselho de Segurança e, ultimamente, pela presença**

mais efectiva e afirmativa de altos funcionários no Conclave, destacando-se os Secretários-gerais Boutros Boutros-Ghali e Kofi Annam.

Mas relembremos as relações afro-onusianas e o que se perspectiva no futuro imediato:

- a) As crises do Congo/Zaire e do Katanga, na década de 60, onde a ONU não pautou por ter uma posição clara face aos diferentes opositores;
- b) A crise israelo-árabe. A maioria dos Estados africanos apoiou de uma forma inequívoca os países e povos árabes;
- c) A crise do Biafra, onde a atitude da ONU ficou marcada pela não firmeza pelo fim rápido da crise;
- d) No movimento pró-independência das colónias portuguesas e nas crises namibiana e rodesiana se as diferentes Assembleias Gerais concederam sempre o seu apoio àqueles, já o Conselho de Segurança marcou pela ambiguidade, resultante das posições dos EUA, Reino Unido e França, que utilizavam, ou não, consoante as suas conveniências o direito de veto. Ora apoiavam-nos, ora impediam que Portugal e, ou, a África do Sul fossem criticados;
- e) A evolução dos Estados africanos pelo Conselho de Segurança, com as eleições de Cabo Verde e das Maurícias – estes não tiveram aceitação imediata, para o CS, por parte dos EUA –, bem como a continuada intervenção dos 5 membros com assento permanente em não aceitar partilhá-lo com um Estado africano e com Estados asiático e latino-americano. África do Sul, Nigéria, Marrocos e Egipto seriam os Estados africanos que melhor poderão se apresentar como o representante permanente do Continente Negro;
- f) A eleição dos Secretários-Gerais da ONU, o egípcio Boutros-Ghali e o ganês Kofi Annan, bem assim altos funcionários e altos representantes como Alioune Blondin Beye, o antigo mediador do conflito angolano;

Se, como se pode inferir pelos pontos acima nem sempre as relações afro-onusianas foram marcadas pela cordialidade, ainda não é agora que se prospecta uma melhor relação. Os “*Estados-dinossauros*” do CS parecem não querer ceder espaço, nem poder, às novas médias potências emergentes, na Europa – a Alemanha –, na Ásia –

Japão e Coreia ou Austrália –, América Latina – Brasil – e em África – principalmente os sul-africanos e Nigéria. Todavia, o movimento pró-alargamento do CS parece irreversível. Durante o conclave do “*Millenium*” foram várias as vozes que se pronunciaram nesse sentido.

Mas não é por aqui que as relações parecem evoluir. As contínuas críticas de Annan, um africano que comanda os desígnios da ONU, face à crescente dívida pública do 3º Mundo – agora eufemisticamente designados de países em vias de desenvolvimento – têm levado os países mais ricos do Mundo, o G7, a procurar encontrar soluções mais condizentes para minorar essa dívida. No entanto, à parte de propostas concretas de perdões parciais da mesma apresentadas, ciclicamente, pelos presidentes franceses, durante as Conferências anuais francófonas, as soluções do G7 e de organismos supranacionais das NU, parecem não ter qualquer efeito.

Por outro lado, alguns Estados africanos nada fazem por acompanhar essas “boas intenções”. Países como Angola, Namíbia, Congo Democrático e Serra Leoa, entre outros, utilizam os seus ricos recursos diamantíferos e petrolíferos para manter, artificialmente, crises militares, guerras e conflitos fronteiriços de um modo contínuo. As despesas públicas ressentem-se e, naturalmente, a dívida aumenta de uma forma inexorável.

Mas não são só os Estados ricos do Norte e a ONU que procuram ajudar África. Sectores privados e institucionais, a maioria ligados ao Banco Mundial e ao FMI, têm igualmente procurado ajudar o Continente Negro. O FMI prospectiva-se como o organismo que mais se afirma nesse apoio; quer por via de ajudas estruturais, quer por via de apoios financeiros através de IDE – investimentos directos estrangeiros –. Estados como Angola, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Lesoto e, mais recentemente, Moçambique foram os que, nos anos 90, mais usufruíram desse apoio<sup>348</sup>.

---

<sup>348</sup> Cf. em Finanças e Desenvolvimento, Vol. 17, nº. 2, Junho 1997, “AA. VV., Fluxos financeiros para África” págs. 3 a 10.

## 10 Considerações Complementares

Tal como foi referido na Introdução, este trabalho não vai ser alvo de uma Conclusão concreta mas objecto de considerações complementares que prospectivam as actividades externas do Continente Africano.

As razões para esta atitude prendem-se com três factores essenciais:

- a. As Ciências Sociais, em geral, e as Relações Internacionais, em particular, não são ciências exactas pelo que são susceptíveis de sofrer contínuas alterações, consoante os desenvolvimentos que se registam na cena internacional;
- b. O Continente africano, pese o facto de morfológica e demograficamente ser um Continente velho, em termos de países independentes, é muito novo. Não tem mais do que 44 anos. A Etiópia, o Estado mais velho do Mundo, a Libéria, fundada em 1847, e o Egipto e a Líbia são casos particulares;
- c. Por fim, a conflitualidade contínua e ininterrupta que se manifesta como a bandeira e “*postal de visitas*” de África.

De facto, quando os africanos parecem caminhar para uma via mais harmoniosa, lembremos a eventual transformação da OUA na União Africana, com todas as consequências daí devidas, verificamos que as vontades políticas são ultrapassadas pelas predisposições de alguns líderes e proto-líderes rebeldes.

Tal como refere Marques Bessa, em a “*Arte de Governar*”<sup>349</sup>, à parte das “... *forças armadas [o poder castrense], a rebeldia eventual de etnias oprimidas e de estudantes universitários, os oligarcas negros frequentemente saídos das fileiras da tropa, não encontram oposição para o abuso de poder...*”, ou seja, o poder em África tem corrompido e tornou-se, de acordo com as palavras de Michel Martin, num parasitismo<sup>350</sup> tal que qualquer tentativa de alteração do *status quo* vigente é factor de

---

<sup>349</sup> BESSA, António Marques, *A Arte de Governar* (ensaios sobre a Classe Dirigente e Fórmula Política”, Lisboa, ISCSP/UTL, 1996, pág 216.

<sup>350</sup> MARTIN, Michel Louis, “*Armées et Politique*” in *États et Sociétés en Afrique Francophone*, Paris, Economica, 1993; citado por BESSA, op. cit., idem.

alterações políticas e sociais provocadas pelas *elites das Cidades*, alicerçadas na renovação oligárquica castrense, apresentando-se perante o *Campesinato* como os redentores e os denunciadores dos fracassos de antecessores e pela eterna “*evocação do carácter provisório das novas chefias, e mesmo pela proclamação de ideologias reputadas de promover a emancipação e a justiça popular*”<sup>351</sup>. Foi o caso da Costa do Marfim. São so casos dos movimentos rebeldes africanos.

Independentemente da vontade da maior empresa de prospecção e exportação diamantífera em subscrever uma deliberação do CS de criar uma marca de qualidade que possa impedir que “*os diamantes de sangue*”<sup>352</sup> sirvam para sustentar guerras menores mas extraordinariamente sangrentas, os diamantes continuam a ser moeda de compra de armas que mantém essas crises militares. O Congo democrático e os rebeldes de Angola (a UNITA só no ano de 1999, conseguiu vender pedras na ordem dos 4 mil milhões de dólares) e da Serra Leoa (Foday Sankoh, líder da RUF, mantém um forte exército que combate e enfrenta os capacetes azuis da ONU com a venda de diamantes) são, contrariando as diferentes Resoluções das NU, das tomadas de posição da SADC e da CEDEAO e das tentativas de controlo or parte dos países exportadores e transformadores da matéria-prima, Portugal e Bélgica, perfilam-se como os principais culpados para essa situação.

Mas não são só os problemas políticos os que, manifestamente, mais parecem prejudicar o desenvolvimento de África. Outros factores, contribuem para o menor desenvolvimento dos africanos. Como refere o cardeal Ratzinger sobre a precaridade económica do Continente Negro e sobre as críticas às atitudes e às responsabilidades do Ocidente, em especial do Banco Mundial e do FMI<sup>353</sup>, aqueles não são os únicos responsáveis “*pelo desnível económico entre o Norte e o Sul se ter tornado, não pequeno, mas maior*”. Ainda de acordo com Ratzinger existem causas internas no Terceiro Mundo “*em especial a corrupção muitas vezes dominante [diria regra geral] e em não poucas regiões, também a falta do “ethos” (costume, moral) do trabalho*”<sup>354</sup> ao que ainda

---

<sup>351</sup> BESSA, op. cit., idem.

<sup>352</sup> Cf. ONU, Resoluções 1187 e 1295/2000 e “De Beers garante não comprar diamantes a rebeldes africanos” in: *www.angolapress-angop.ao*, 21 de Junho;

<sup>353</sup> Sobre a problemática FMI *versus* Estados pobres e endividados ver SCHMITT, Bernard, F.M.I., O Círculo Vicioso das Dívidas Nacionais, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1985, 120 págs.

<sup>354</sup> Sobre esta matéria propõe-se uma leitura a RATZINGER, cardeal Joseph, A Igreja e a Nova Europa, Lisboa, Editorial Verbo, 1993, pág. 110.

se acresce a insalubridade da maioria da sua população. Como já disse o presidente nigeriano Olusegun Obasanjo a África é um Continente que se degrada e em desagregação. Para Obasanjo, enquanto o resto do Mundo avança e procura novas formas de desenvolvimento, os africanos retrocedem inexoravelmente.

Consiga o Continente ultrapassar todos os seus grandes problemas, nomeadamente as crises das dívidas públicas, o sub-desenvolvimento, a corrupção e as guerras, bem assim a Charia, que começa a desenvolver-se, preocupantemente, na Nigéria, e prospectivar-se-ão políticas mais eficientes e melhores para que os africanos se possam afirmar na cena internacional. A utopia, por vezes, é aceitável.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

- A'la Maudidi 105  
Abaditas 37, 46  
Abássidas, dinastia dos 38  
Abd-allah-ibn-Ibad 98  
Abissínia 62, 63  
Abomé 29  
Abubakar I 28  
Abu-Marzuk, Mousa 156, 157  
Aceh-Merdeka 150  
Aceh-Sumatra 150  
Achille Lauro 115  
Acordos  
    de Argel 79, 115, 130, 131, 170, 188  
    de Bicesse 76  
    de Camp David 127  
    de Gbadolite 76  
    de Lancaster House 72  
    de Paz de Washington (Palestina) 111, 113  
    Quadripartidos 72  
Acto Colonial português 75  
Áden 146  
Adjahunto 29  
Adroh, Shura de 93  
Afars 34, 136  
Afeganistão 96, 148, 149  
Affân, Otman (Uthmân) ben 87, 92  
Aflaq, Michel 147  
África  
    Austral 12, 19, 46, 51, 58, 162, 176, 196, 201  
    Corno de 21, 138  
    divisão de 46, 47  
    do Sul 22, 35, 58, 61, 62, 86, 160, 162, 163, 167, 168, 172, 197, 199, 203, 206  
Africânderes 18, 36, 51, 61, 197  
Africanização 171, 172  
Aghomé 29  
Ahl al-sunna 94  
Ahmadiyah 99  
Aho 30  
Aidid, Mohamed Farah 138  
Ait-Ahmed, Hocin 129  
Aiyas 87  
Al Assifa 113  
Al Fatah 113, 114, 116, 117, 120  
Al Saika 113, 114  
Alá 88, 89, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 122, 123,  
Al-Ahsa 96  
Alauitas 96, 99, 185  
Albânia 124, 151, 152  
Albo, Joseph 82  
Alcáçovas 41  
Alcorão 87, 94, 95, 103, 104, 105, 107, 142  
Al-Da'wa 110  
Alemanha 47, 50, 54, 55, 57, 63, 124, 146, 155, 206  
Alevitas 96  
Alexandre III 57  
Alexandria 18, 82, 112  
Al-Ghazali,  
    Mohammed 111  
    Zaynab 110  
Ali Aref Burhan 136  
Alî ben Abî Tâlib (Ali) 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99  
Ali Kolen 28  
Al-I'tîçam 110  
Aliança  
    Atlântica 155  
    Bakongo 74, 170, 183  
Allah, Profeta de 87  
Allah, Raçul 87  
Al-Lubnaniya, Munazzamat al-Kataeb 137  
Almeida, António de 19  
Al-Nagum min al-Nar 126  
Althusser 100  
Altos Lagos 33  
Al-Uaad 120  
Aluis 96  
Álvaro de Caminha 51  
Ambaca, 33, 38  
Ambó 52  
Ambundu 31, 32, 33, 77  
Amir al-Muminine 135  
Ammar, Abu 113  
Amour, Salmin 144  
Ana Ambó 51  
Ancien régime 173  
Anderson, Terry 119  
Anglicanos 44, 175



- Angola** 10, 11, 12, 31, 33, 38, 50, 52, 62, 75, 76, 77, 162, 167, 168, 169, 175, 176, 177, 178, 183, 186, 190, 198, 199, 201, 203, 207, 209, *Anexos*
- Angolares** 33, 38, 78
- Animistas** 27, 143, 177
- Anno Bom** 37, 48
- Antalactra** 22
- Antemoro** 22
- Antilhas Americanas** 41
- Anwar el-Sadat** 110, 126
- Aouadaghost** 26, 40
- Aoun, Michel** 120
- Apartheid** 16, 70, 72, 160, 163, 172, 187, 197, 199
- Apithy** 73
- Aptidon, Hassan Guled** 136
- Arábia Saudita** 95, 110, 118, 121, 135, 138, 145, 146
- Arafat, Yasser** 111, 112, 113, 114, 115, 117
- Arak** 121
- Argélia** 98, 99, 109, 124, 125, 128, 132, 133, 135, 137, 154, 167, 168, 185, *anexos*
- Argentina** 124, 157
- Aristides Pereira** 78
- Arte de marear** 43
- Arzila** 42
- Assad, Hafez el** 143
- Assembleias Islâmicas** 126
- Assiboi, Dia** 27
- Associação Mutualista Israelita** 157
- Assuão** 21
- Autenticidade cultural africana** 15, 171
- Autoridade Palestiniana** 111, 113, 118
- Ayatollah** 121, 122, 127
- Ayodhya, mesquita de** 151
- Azraquitas** 99
- B**
- Bachya ibn Pakuda** 82
- Bad el Mandeb, Estreito de** 135
- Bagdad** 23, 38, 93, 97, 147
- Bakongo** 31, 32, 74, 75, 77, 170, 177, 180, 182, 183
- Bakr, Abû** 26, 87, 90, 91, 92
- Balcãs** 152, 155
- Balfour** 83, 84, 111
- Banda** 74
- Bangladesh** 145, 148, 149
- Banto** 17, 18, 20, 22, 25, 30, 33, 34, 35, 37, 164, 197
- Barre, Siad** 137
- Barrilaro Ruas** 100, 101
- Basra** 148
- Bassorá** 148
- Basutolândia** 59, 60
- Batávia** 50
- Bauchi, Planalto de** 29
- Bechuanalândia** 59, 60
- Beduínas, terras** 90
- Beecher Stowe** 64
- Beirute** 119
- Bélgica** 58, 62, 74, 166, 209
- Belhadj, Madani Ali** 130
- Bem Ali** 141
- Benametapa** 35
- Benayamurengues** 171
- Bendejedid, Chadli** 130
- Benin** 25, 29, 142, 201, 203, *anexos*
- Benoué** 39
- Benué** 28, 29
- Berbera, base de** 138
- Berberes** 18, 25, 26, 27, 39, 40,
- Betsileu** 22
- Biafra** 29, 141, 142, 166, 200, 206 e *anexos*
- Bismarck, Otto von** 46, 47, 57
- Blake, almirante** 46
- Boat-peoples** 155
- Boéres** 51, 57, 58, 59, 60, 61
- Boharas** 96
- Boigny, H.** 73, 195
- Bombas-humanas** 115
- Bornu** 27, 29
- Boskop, Homem de** 18, *anexos*
- Bósnia** 119, 124, 151, 152, 153, 154
- Bosquímanos** 17, 18, 19
- Botha,**
- Louis** 60, 61
- Pieter** 198
- Botswana** 18, 59, 167, 168, 169, *anexos*
- Boudiaf, Mohamed** 131
- Brasil** 43, 162, 206
- Breakaman, padre** 181
- Brigadas el-Ezzedine el-Qassem** 118
- British South Africa Company** 59
- Brown, John** 64
- Bula**
- Inter coetera** 42
- Romanus Pontifex** 42, 43
- Burger** 60
- Burlot** 92, 94, 97, 98, 99
- Burundi** 33, 53, 62, 74, 169, 201, *anexos*

## C

Caaba, pedra de 88, 89  
Cabanis 100  
Cabília 129  
Cabo Verde 36, 37, 42, 77, 78, 79, 206, *anexos*  
Cabral, Amílcar 79, 192  
Cabral, Luís 79  
Cadamosto 45  
Cairo 27, 48, 114, 116, 128  
Califa 87, 90, 92, 93, 94, 95, 97  
Calvinismo 260, 161, 163  
Calvinistas 18, 44, 158, 159, 160, 161, 162  
Calvino, João 159  
Cam 21  
Camarões 52, 62, 134, 142, 166, 201  
Campos, Armando 61  
Canal do Suez 109  
Canárias 24, 36, 42, 43, 48  
Carijitas 93, 94, 97, 99  
Carta africana 48  
Cartum 132, 145  
Castrenses 13, 15, 17, 162, 166, 167, 169, 186, 208, 209  
Caxemira 150  
Cecil John Rhodes 59, 60, 177  
Césaire, Aimé 69, 73, 164  
Chaada 123  
Chade, Lago 18, 20, 28, 29, 39, 46, 52  
Chafitas 99  
Chahid 89  
Chambino 10, 17, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 39  
Charia 103, 105, 107, 108, 111, 126, 128, 136, 139, 140, 143, 148, 210  
Chi'at 'Alî 94  
Choukeiri, Ahmed 113, 114  
Cidades-Estados 41, 45  
Clark, Joseph 118  
Coissoró, Narana S. 75  
Collège Sainte-Barbe 45  
Combatentes da Pátria 113  
Comissão, 3<sup>a</sup>. 71, 72  
Comité de Tutela 71  
Comores 26, 36, 37, 125, 136, *anexos*  
Compromisso de Atlanta 65  
Comuna islâmica 130  
Comunidade Muçulmana 106, 133, 154, 157  
Conferência  
    árabe de Cume 112  
    Central de 1892 82  
    de Berlim 24, 34, 46, 47, 53, 70, 79, 166

de S. Francisco 71

de Versalhes 58

Pan-africanas 73

Congo 30, 31, 32, 33, 74, 76, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 190, 201, 203, 206, 207, 209, *anexos*

Congo, Estado Livre 47, 53

Congresso

de Estugarda 54

Sionista 82, 83

Pan-africanos 69, 70

Consciência agitadora 54

Conselho

de Anciãos 181, 182

de Segurança 71, 170, 189, 199, 205, 206, 208

Ecuménico das Igrejas 175, 182, 184

Nacional Palestino 119

para a Cooperação do Golfo 11, 146

Contra-Reforma 81

Copta 127, 136

Coraixita 87, 89, 90, 92

Cordovero, Moisés 82

Cortina de Ferro 153

Costa

do Marfim 76, 124, 134, 195, 207, 209, *anexos*

do Ouro 38, 48

Costa, Helder Santos 81, 99, 109

Crioulos 37

Cristianismo 15, 39, 81, 86, 103, 136, 141, 151, 156, 158

## D

Daccar 46

Dag Hammarskjöld 170

Damas, Léon 73

Dan Ho Mé 29

Dan, no ventre de 29

Daniel, Charles Kisilokele 181

Daomé 22, 25, 29, 30

Dar es Salaam 144

D'Arboussier 73

Darfur 29

De Gaulle 74, 164, 192

De la Rey 61

De West 61

Degredados 37, 38, 54

Delcassé, Théophile 57

Deserto

de Calaári 18, 35

de Ogadém 34

do Saara 18, 20  
 Dia da Expição 82  
 Diangienda Kuntima 181, 182, 177, 178  
 Dinastia Mussa 27  
 Direito  
     Islâmico 15, 111, 122, 143  
     Teológico 102  
 Djaló, Boubacar 132  
 Doutrina  
     do Estado 95  
     sunita 94  
 Du Bois, Willian E. B. 64, 65, 67, 69, 72  
 Duse Ali 67  
  
**E**  
 Egípto 21, 23, 72, 81, 85, 98, 109, 112, 114, 124, 125, 126, 127, 147, 167, 168, 169, 206, 208, *anexos*  
 El-Afghani 130  
 el-Béchir, Omar Hassan 140  
 el-Hadj, Mohamed Hatab Haïdara 132  
 el-Horani, Mohamed Ali 141  
 el-Turabi 40  
 Emigrados 89, 90, 92  
 Emiratos Árabes Unidos 146  
 Entente Cordial 56, 58  
 Eritreia 16, 21, 165, 168, 200, *anexos*  
 Esclavagismo 15, 20, 64, 65, 175  
 Escola Livre Judaica de Berlim 82  
 Estado  
     de Assam 150  
     Islâmico 96, 132, 137, 148, 149  
     Mahdista 29  
     Unidos da América 11, 12, 124, 162, 175, 199  
     Unidos de África 65, 67, 167, 189  
 Estado-director 145  
 Estudantes de religião 148  
 Etiópia 21, 34, 62, 137, 138, 166, 168, 169, 203, 208, *anexos*  
 Exército Republicano Irlandês 155  
  
**F**  
 Fard 107  
 Fashoda 49, 57  
 Fathi Shakaki 118  
 Fatva 122  
 Fé islâmica 24  
 Fedayins 113, 114, 115, 116, 117  
 Federação das Repúblicas Árabes 147  
 Filosofia judaica 82  
 Fitna 93

Forças  
     de Paz 171  
     Libanesas 120  
 Forro 37, 78  
 Foyer National Juif 83  
 França 35, 42, 44, 45, 49, 57, 58, 62, 63, 73, 124, 134, 154, 155, 159, 206  
 Fraternidade Islâmica 126  
 Frederick  
     de Klerk 197, 198  
     Douglass 64  
     Hengels 54  
 Frente  
     das Forças Socialistas 129  
     de Libertação Árabe 113  
     de Libertação Nacional 128  
     Islâmica de Salvação 128, 129  
     Islâmica Tunisina 140  
     Moura de Libertação Nacional 151  
     Nacional Islâmica 140  
     Polisário 137  
     Unida de Angola 75  
 Friedländer, David 82  
 Fugitivos do Inferno 126  
 Fulani 141  
 Fundamentalismo  
     Islâmico 15, 80, 108, 109, 123, 126, 128, 156, 185, 190  
     Religioso 80  
  
**G**  
 Gabibi 28  
 Gabirol, Solomon ibn 82  
 Gabu 40  
 Gamaat al-Islamyia 126, 127, 156  
 Gana 26, 70, 124, 134, 207, *anexos*  
 Gao 25, 27, 28  
 Garrison, William L. 64  
 Garvey, Marcus 15, 64, 65, 67, 68, 72, 159, 166  
 Gaza 111, 112, 114, 117, 118  
 Gbagu 29  
 Geagea, Samir 120  
 Geopolítica 20, 54, 56, 63, 247  
 Ghana 25, 40  
 Golfo  
     Crise do 141, 145, 147, 156  
     da Biscaia 44  
     da Guiné 17, 18, 20, 48, 51, 134  
     Pérsico 96, 98  
 Gorgulho 78

**Gow** 28  
**Grande**  
     Fuga 88  
     Império Cristão 44  
     Jornada 51, 58  
     Lago Atlântico 16, 144  
     Leopardo 173  
     Lagos 34, 165, 166, 173, 186, 190  
**Grupo Islâmico Armado** 11, 131  
**Guardiola, Nicole** 155  
**Guedevi** 29, 30  
**Guerra**  
     Anglo-Boer 58, 59  
     da Independência 85, 128  
     da Secessão 64  
     dos 100 Anos 42  
     dos 6 Dias 114, 115, 117  
     Mundial 15, 56, 58, 60, 61, 63, 64, 69, 70, 84, 124, 152, 154, 165, *anexos*  
**Guerra-Fria** 156  
**Guiné-Bissau** 40, 48, 78, 79, 125, 132, 143, 167, 169, 186, 200  
**Guiné-Konakri** 74, 192

## H

**Ha'aretz** 157  
**Habache, Georges** 115, 116  
**Hachemi Rafsanjani** 123  
**Hadiths** 95  
**Haidallah, Mohamed Khooune uld** 137  
**Hamas** 52, 53, 111, 113, 115, 117, 118, 156, 157  
**Hambalitas** 99  
**Hamitas** 18  
**Hamuda, Yahia** 114  
**Haquimita** 87  
**Hassan** 92, 93, 109, 115, 136, 140  
**Hassan II** 185  
**Háxime** 87  
**Hazratbal, mesquita de** 150  
**Hégira** 88, 90  
**Heidenberg** 54  
**Hekmatyar, Gulbuddin** 148  
**Hereros** 33  
**Hezb-e-Islami** 148  
**Hezbollah** 111, 113, 121  
**Hierosolimitas** 91  
**Higgins, William** 119  
**Hijra** 88  
**Hira, cava de** 87  
**Hirsch, Sansão Rafael** 82

**Hisdai Crescas** 82  
**Hitler** 63  
**Hodaybi** 90, 110  
**Hotentotes** 17, 18, 19, 24, 35, 50  
**Hrawie, Elias** 120  
**Hussein** 92, 93  
**Hussein, Saddam** 147, 148, 150

## I

**Ibaditas** 94, 98, 99  
**Ibo** 142  
**Ideologia**  
     de Coabitação 125  
     de Estado 121, 124, 125, 128, 135, 139, 145  
     Islâmica 108, 132  
     no Estado 124, 125, 128, 150, 183  
**Ide-ul-Fitre** 134  
**Igreja**  
     Baptista 181  
     Ecuménicas 184  
     Kimbanguista 181, 182, 183  
     Metodista 10, 159, 175, 176, 177  
**Iman** 95, 99, 102, 103, 104, 105  
**Imãs** 81, 86, 96 118, 122, 128  
**Império**  
     Austro-Húngaro 57, 154  
     do Ghana 25  
     do Mali 27, 28  
     Negros 25  
     Omíada 97  
     Otomano 84, 124, 128, 153  
     Soviético 153  
**Indonésia** 22, 71, 88, 95, 145, 149, 150, 151  
**Inglaterra** 35, 41, 42, 44, 46, 49, 57  
**Integristas** 97, 109, 129, 131, 132, 135, 136, 145, 167  
**Internacional Islâmica** 145  
**Intifada** 111, 115, 117  
**Iqrâ** 87  
**Irão** 96, 98, 117, 118, 121, 123, 124, 132, 145, 148, 149, 155  
**Iraque** 96, 110, 122, 145, 147, 148  
**Irmãos Muçulmanos** 81, 108, 109, 110, 112, 117, 118, 126, 147  
**Irmãs Muçulmanas** 110  
**Ishak II** 28  
**Islamismo** 15, 27, 81, 86, 87, 91, 100, 101, 102, 104, 109, 119, 123, 124, 125, 126, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 140, 141, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 184, 194

**Islamitas** 81, 96, 99, 102, 104, 110, 126, 129, 130, 131, 144, 145, 148, 150, 151, 155, 156, 185

**Islão** 13, 15, 27, 38, 39, 80, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 99, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 114, 121, 123, 134, 141 145, 149, 155

**Islão**

**Comunistas do** 96

**Continental** 39, 40

**Marítimo** 39

**Ismaelitas** 22, 96

**Israel** 82, 83, 84, 85, 86, 111, 112, 113, 116, 118, 121, 126, 147, 148, 203

**Ithma-Ashariyya** 96

## **J**

**Jabaliya** 117

**Jamahiriya** 139, 168, *anexos*

**Jamiat-e-Islami** 148

**Jibrail Alaihi Salamu** 87

**Jihad** 89, 96, 110, 118, 119, 130, 131

**Jihad al-Islami** 126, 127

**Jihad Islâmica** 111, 113, 118

**Jinga da Matamba** 33

**Judaísmo** 15, 81, 82, 83, 86

**Judeus** 23, 25, 37, 40, 51, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 111, 120, 185

## **K**

**Kabila** 55, 164, 171, 173, 201

**Kaunda** 164, 193, 194, 196

**Kadhaffi**, 97, 99, 139, 166, 187, 188

**Kalisher**, Rabbi Zvi Hirsh 83

**Kaplan**, Mordecei 82

**Karo**, Joseph 82

**Kasavubu**, Joseph 74, 170, 171

**Katanga** 33, 74, 166, 170, 171, 172, 174, 200, 206

**Keita** 26, 27, 192

**Kemp** 61

**Keniatta**, Jomo 74

**Khan**, Aga 96

**Khan**, Amnullah 150

**Khaybar** 90

**Kimbangu** 177, 178, 179, 180, 181, 182

**Kimbanguismo** 16, 158, 175, 177, 181, 182, 183, 184

**Kimbundu** 33, 176

**Kinshasa** 172, 173, 177, 178, 179

**Konaté** 26

## **L**

**Lago**

**Niassa** 59

**Rodolfo** 34

**Vitória** 34

**Lagos** 29, 142

**Lara, Sousa** 10, 14, 16, 49, 72, 80, 99, 100, 101, 124, 192

**Lei**

**de Deus** 103, 104, 107

**Fundamental** 104, 136, 139, 140

**Islâmica** 105, 107, 108, 128

**Leopoldo II** 47, 53, 181

**Leys, Norman** 73

**Líbia** 29, 110, 124, 125, 134, 139, 140, 143, 146, 147, 155, 167, 168, 189, 190, 201, 208

**Liga**

**Árabe** 114, 137

**das Nações** 61, 62

**Filafricana** 176

**Hanseática** 42

**Loi-cadre** 73

**Lukéni** 32

**Lumumba, Patrice** 74, 170

**Lúria, Isaac** 82

**Lyad, Abu Ali** 117

## **M**

**M'Bokolo, Elikia** 34, 73

**Madina do Boé** 79

**Madīnat al-Nabī** 88

**Mahdi, Mohamed Ali** 99, 138

**Mahdismo** 99

**Maimónides, Moses** 82

**Maiombe** 31, 32

**Malaquitas** 98

**Malgaches** 22, 37

**Maliki** 95

**Mandani, Abassi** 130

**Mandinga** 26, 79

**Manicongo** 32

**Mansfield** 65, 110

**Maomé** 80, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 105, 108, 135

**Mare Nostrum** 41, 43, 44, 45

**Marenches** 49, 88, 89 120

**Maritz** 61

**Maronitas** 120

**Marrocos** 40, 48, 76, 96, 97, 99, 124, 125, 135, 137, 154, 167, 168, 169, 189, 190, 206, *anexos*

**Marshall, general** 71

**Martov** 55

**Maruf al-Karkhi** 97  
**Marx, Karl** 54, 55, 100  
**Marxismo-leninismo** 76, 115, 116, 139, 152, 174, 190  
**Maududi, Sayyid A'la** 102, 103, 104, 105, 106, 109  
**Mauritânia** 136, *anexos*  
**M'Banza Congo** 31, 32  
**Meca** 87, 88, 89, 90, 91, 92, 123, 145  
**Medina** 88, 89, 90, 91, 92, 145  
**Mendelssohn, Moisés** 82  
**Milinkov** 55  
**Miscigenação** 22, 37, 52  
**Mobutismo** 170, 172, 173  
**Mobutu** 32, 76, 170, 171, 172, 173, 174, 203  
**Moçambique** 11, 17, 35, 37, 39, 40, 50, 59, 62, 77, 124, 125, 133, 134, 144, 169, 177, 198, 199, 203, 207, *anexos*  
**Mohagerinos** 91  
**Mollas** 81, 121, 122  
**Molotov** 63  
**Monarquia Católica Universal** 44  
**Mondlane, Eduardo** 77  
**Morais, Sabato** 82  
**Moreira, Adriano** 75, 100, 101  
**Movimento**  
     **Annahda** 141  
     **de Reconstrução** 82  
     **de Resistência (Islâmica)** 113, 117  
     **Islâmico Armado** 132  
     **Islâmico Ennodha** 141  
     **Nacional Árabe** 115  
     **Nacional Congolês** 170  
     **Nacional Somali** 138  
     **Nacionalista Árabe** 112  
     **Patriótico Somali** 138  
**Mueda, massacre de** 77  
**Muhiddine, Charif Cheikh** 138  
**Mundo islâmico** 38, 124, 147, 155  
**Mussagy, Mussagy Abdul** 133, 134

**N**

**Nações Unidas** 11, 12, 71, 72, 75, 77, 85, 112, 201, 205,  
**Nafatistas** 98  
**Nar, Suleiman** 28  
**Nasr Zeid** 128  
**Nasser, Gamal Abdel** 110, 147, 203  
**Ndiaye, War Jabi** 40  
**Neto, Agostinho** 55, 75  
**Nicolau V, Papa** 43

**Nkrumah, Kwane** 26, 55, 70, 74, 164, 170, 171, 172, 173  
**Nola, António de** 45  
**Noqrâshi** 110  
**Núbia** 31, 35, 39  
**Nusayris** 96

**O**

**Ocupação Efectiva** 24, 47, 48, 49, 52  
**Ojukwu** 142, 200  
**Oranyan** 29  
**Organização**  
     **Árabe do Sinai** 113  
     **da Conferência Islâmica** 149  
     **da Justiça Revolucionária** 119, 120  
     **das Falanges Libanesas** 120  
     **de Unidade Africana** 11, 69, 70, 188, 189  
     **para a Libertação da Palestina (OLP)** 112, 113  
     **Secreta** 110  
     **Setembro Negro** 113, 116  
**Ovimbundu** 33, 75

**P**

**Pacto**  
     **de Aço** 63  
     **Briand-Kellog** 63  
     **Germano-soviético** 63  
     **de Hodaybiyya** 90  
     **de Não Agressão** 63  
     **de Paris** 63  
     **de Regime** 120  
     **de Varsóvia** 155, 202, 203  
**Padmore, George** 64, 73, 190  
**Países da Linha da Frente** 76  
**Palestina** 12, 83, 85, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 157  
**Palestinianos**  
     **grupos radicais** 114  
     **movimentos radicais** 114  
**Partido**  
     **Afro-Shirazi** 144  
     **Amal** 120, 121  
     **Baas** 112, 147  
     **Comunista Libanês** 120  
     **Comunista Tunisino** 141  
     **de Deus** 111, 113, 121  
     **do Renascimento** 141  
     **Gologan Karya** 149  
     **Islâmico da Libertação** 11, 110, 126  
     **Progressista Socialista** 120

- Reformista de Angola** 75
- Republicano Português** 75
- Socialista Revolucionário** 137
- Socialista Russo** 55
- Unido para o Desenvolvimento** 149
- Pax Syriana** 121
- Península**
  - Arábica** 23, 90, 124, 145
  - Ibérica** 38, 43
- Pentistas** 99
- Peregrinação do Adeus** 88
- Philips, Ross** 181
- Pinto da Costa, Manuel** 78
- Plekhanov** 55
- Portugal** 15, 41, 43, 45, 48, 49, 52, 62, 75, 78, 79, 87, 122, 124, 142, 155, 166, 199, 200, 201, 206, 209
- Povos**
  - Ashanti** 26, 29
  - Bafure** 40
  - Cabindas** 31
  - Cuanhamas** 53, 53
  - Ewondo** 31
  - Fang** 31
  - Fulas** 38, 79, 132
  - Ganguelas** 33
  - Haússa** 22, 25, 29, 74, 141
  - Hinda** 33, 34
  - Huma** 33
  - Hutu** 33
  - Karanga** 35
  - Kikuyus** 34
  - Kuba** 31, 33
  - Lunda** 33
  - Luba** 33
  - Malinqué** 26
  - Mandingas** 79
  - Moncóis** 38
  - Muhumbe** 33
  - Ngunis** 33
  - Nzari** 31
  - Ogué** 31
  - Ovambo** 35
  - Peules** 141
  - Pounou** 31
  - Semitas** 18, 39
  - Sereres** 40
  - Songhai** 79
  - Shona** 35
  - Shoto** 35
  - Socés** 40
- Sotos** 33
- Sutu** 35
- Swazi** 35
- Tchôkwe** 31
- Tchuézi** 33
- Teke** 31
- Tongas** 38
- Tshogo** 31
- Tswana** 35
- Tuaregues** 18, 27, 134, 166, 200
- Tutsi** 33
- Vendas** 33
- Vili** 31
- Xhosa** 35
- Zulu** 35, 51, 59, 159
- Price-Mars, Jean** 73, 164
- Princip, Gravilo** 154
- Princípio de Austritt** 82
- Prussianos** 44, 69
- Ptolomeu** 43
- Purificadores do Islão** 94
- Q**
  - Qarmatas** 96
  - Qarmatianas, doutrinas** 96
  - Qarmatiano, Estado** 96
  - Qom** 121, 122
  - Qorayza** 89
  - Quénia** 21, 76, 82, 124, 168, 203, *anexos*
  - Questão anglo-bóer** 57
- R**
  - Rahman, Omar Abdel** 126, 127, 157
  - Ramadão** 87, 122, 123, 134
  - Regime de fideicomisso** 58
  - Reino**
    - de Anziku** 31
    - de Bateke** 31
    - de Buganda** 34
    - de Kakongo** 32
    - de N'gola N'zinga** 38
    - de Ngoyo** 32, 201
    - de Sila** 40
    - Lwango** 32
    - Unido** 58, 63, 65, 84, 124, 155, 163, 185, 199, 206
  - René Maran** 73, 164
  - República**
    - Árabe Unida** 12, 147
    - Islâmica** 121, 130, 136
  - Resolução 1514** 72

## **Revolução**

**Bolchevique** 56, 55  
**de Outubro** 55, 62  
**Industrial** 46, 47, 49, 53, 54  
**Iraniana** 108, 121  
**Islâmica** 81, 121  
**Nasseriana** 110, 122

## **Ribentrop** 63

**Riebreck, Jan van** 50, *anexos (Países RAS)*

**Rimland** 15, 88, 187

## **Rios**

**Ambriz** 33  
**Bahr Auk** 29  
**Cestos** 51  
**Cunene** 48  
**Eufrates** 93  
**Gâmbia** 119  
**Geba** 48  
**Jordão** 114, 118  
**Kwango** 32  
**Kwanza** 32, 33  
**Orange** 51  
**Níger** 51  
**Rufiji** 34  
**Soeiro** 51  
**Senegal** 39, 40  
**Tana** 34  
**Vaal** 51  
**Volta** 51  
**Zambeze** 35, 48

**Roberto, Holden** 75

**Ruanda** 33, 34, 53, 62, 74, 169, 201, *anexos*

**Ruhollah Khomeiny** 121, 122, 127

**Rushdie, Salman** 122

**Rússia** 55, 56, 57, 58, 62, 63, 98

## **S**

**Saadaya** 82  
**Sabá** 17, 35  
**Sabkoura** 28  
**Sadaka** 123  
**Sahel, região do** 40, 200, *anexos*  
**Sahraui, Abdelbaki** 132  
**Sakalava** 22  
**Sakoura** 28  
**Salama, Háfez** 126  
**Samarra, Mesquita de** 95  
**Sanam** 90  
**Sara Ocidental** 48, 137, 189, *anexos*  
**Savimbi, Jonas** 75, 186  
**Sayyid** 90

**Schechter, Salomon** 82

**Senegal** 26, 40, 52, 69, 73, 125, 132, 137, 142, 164, 189, 194, 200, *anexos*

**Senghor, Léopold Sédar** 69, 73, 74, 143, 164, 190, 193, 194, 195

**Serra Leoa** 51, 65, 66, 134, 165, 169, 207, 209, *anexos*

**Sete** 96, 99

**Shaba** 33, 34, 74, 172, 200

**Shafi** 91

**Sharpe, Granville** 65

**Shura** 93

**Sibindy, Ya-Qub** 133, 134

**Siffin, batalha de** 93

**Sistema de Mandatos** 62

**Smeathman** 65

**Smuts, Jan** 60, 61

## **Sociedade**

**Colonial de Frankfurt** 57  
**das Nações** 12, 53, 61, 142  
**de Geografia Belga** 47  
**Muçulmana** 105, 106

**Somália** 21, 125, 135, 137, 138, 144, 148, 166, 169, 200, 205, *anexos*

**Sudão** 11, 17, 18, 25, 29, 30, 49, 109, 112, 124, 125, 132, 140, 141, 145, 167, 168, 169, 186, 201, *anexos*

**Sufistas** 94, 97, 98

**Sufyan, Mu'âwiya ibn Abî** 90, 92, 93

**Sunitas** 22, 88, 91, 94, 95, 98, 99, 135, 142, 145, 146, 147

**Sunna** 94, 105, 107, 143

**Suras** 87

## **T**

**Talibs** 148

**Talmude** 83

**Tanganica** 52, 62, 143

**Tekrur** 26, 40

## **Teoria**

**do consenso** 94  
**Universal, Terceira** 99, 139

**Tito, Josef Bros** 153, 154

**Toco, Simão** 184

**Tocoísmo** 16, 158, 175, 183, 184

**Tombouctu** 25, 27

**Torah** 82, 83

**Touré, Sékou** 55, 73, 74, 190, 191, 192, 193,

**Tracy, Destutt de** 100

**Traoré** 28

## **Tratado**

**de Luanda (1927)** 166



de Comércio (1851) 30  
de Paz de Paris 58  
de Ressegurança 57  
de Simulambuco 201  
de Tordesilhas 41, 42  
da União Africana 201  
de Vereeninging 60  
Tríplice Aliança 56  
Trovoada, Miguel 78  
Tsabit, Zaid bem 87  
Tschisekedi, Etienne 173  
Tschombé, Moisés 74, 170

## U

Uasti Tall 116  
Uemé 30  
Umm Habiba 90  
Umma 88, 92, 93, 94, 98, 104, 105, 107, 108,  
145, 157  
União  
Africana 12, 166, 189, 208  
dos Estudantes sudaneses 140  
Europeia 12, 153  
Sagrada da Oposição Radical 173  
Sul-africana 60, 61  
Soviética 63, 167, 189  
Urundi 34

## V

Vazimba 22  
Versículos Satânicos 122

## W

Wagib 107  
Waite, arcebispo 119  
Walata 26  
Washington, Booker 64, 65  
Weltpolitik 57  
Wendzel 101  
Wesseley, Naphtali 82  
Wilberforce, William 65  
Wilson 61  
Woodhouse, Philip 59

## X

Xafeítas 90  
Xenofobismo 180  
Xiitas 22, 88, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 118, 121,  
125, 126, 145, 146, 147, 148

## Y

Yassin, Ahmed Ismail 117  
Yiatrib 88

## Z

Zaidi 146  
Zaire 31, 32, 47, 76, 77, 170, 171, 172, 173, 175  
Zakat 123  
Zanzibar 36, 37, 39, 98, 143, 144  
Zimbabwe 163, 168, 169, 177, 190, 201,  
anexos  
Zoher Mohsen 114



## **FONTES BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS**

### **TESES UNIVERSITÁRIAS**

**ALMEIDA, Políbio Valente de, *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, (Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais e Políticas), Lisboa, Instituto de Relações Internacionais – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 1990.**

**AZEVEDO, Esmeraldo Rosa Monteriro de, *O problema social a “guerra”*, (Diss. de Doutoramento), Lisboa, ISCSP/UTL, 1983.**

**BARATA, Óscar Soares, *A Questão racial - Introdução*, (Diss. de Doutoramento), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, 1964.**

**BATALHA, Luís, *Marrocos, retratos de um país*, (Diss. para o Mestrado), Lisboa, ISCSP/UTL, 1996.**

**BERBÉM, António José Neves, *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada*, (Diss. para o Mestrado em Rel. Internacionais), Lisboa, ISCSP/UTL, 1989.**

**BESSA, António Marques, *Quem Governa?*, (Diss. De Doutoramento em Ciências Sociais), Lisboa, ISCSP/UTL, 1983.**

**CAMPOS, Armando de, *África do Sul – Potência Regional*, (Diss. para o Mestrado em Estratégia), Lisboa, ISCSP/UTL, 1996.**

**COISSORÓ, Narana Sinai, *The Customary laws of succession in Central Africa*, (Diss. de Doutoramento), Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1966.**

**COSTA, Helder Santos, *Shiismo iraniano: uma abordagem histórico-sociológica*, (Diss. de Doutoramento em Ciências Sociais, ramo de Sociologia), Lisboa, ISCSP/UTL, 1997, - 2 volumes.**

**CRUZ, Maria Arlete Pereira da, *O Multipartidarismo em África – O Exemplo Senegalês*, (Diss. para o Mestrado de Estudos Africanos, em 1994), Lisboa, ISCSP/UTL, 1995.**

**ESTEVES, Hermínio, *África do Sul*, (Diss. para o Mestrado de Rel. Internacionais), Lisboa, ISCSP/UTL, 1995.**

**LARA, António Costa de Albuquerque de Sousa, *A Subversão do Estado*, (Diss. de Doutoramento em Ciências Sociais), Lisboa, ISCSP/UTL, 1987.**

MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, O Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, (Diss. de Doutoramento pela ISCSP/UTL), Porto, Universidade Portucalense, 1993.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *Os Ambós de Angola antes da independência*, (Diss. de Doutoramento), Lisboa, ISCSP/UTL, 1993.

NETO, José Pereira, *Baixo Cunene; Subsídios para o seu desenvolvimento*, (Diss. de Licenciatura), Lisboa, ISCSPU, 1962.

NETO, João B. N. Pereira, *Angola meio século de integração*, (Diss. de Doutoramento), Lisboa, ISCSPU, 1964.

RAMALHO, José Luís Pinto, *A Estratégia de futuro da OTAN e a Posição de Portugal*, (Diss. para o Mestrado em Relações Internacionais), Lisboa, IRI-ISCSP/UTL, 1992.

SILVEIRA, Vitor Manuel M. R. Sousa da, *A Crise da Dívida Externa nos Países da África Subariana - A Intervenção das Élites Africanas*, (Diss. para o Mestrado de Relações Internacionais na ISCSP/UTL), Lisboa, Julho de 1991.

### OBRAS NOMINAIS

A'LA MAUDUDI, Sayyid Abul, *O Islão – Código de Vida para os Muçulmanos*, Riad, edição portuguesa de World Assembly of Muslim Youth, 1979.

ALMEIDA, António de

- *Os Bosquímanos de Angola*, (colectânea coordenada por Maria Cristina NETO e Maria Emília C. ALMEIDA e compilada por Inês M. L. de PASSOS e Maria Cecília de CASTRO), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994.
- *Contribution a l'étude de l'ascendance des Bochimans !Khun*, "Commentarii, vol. II, n.º.53", Pontificia Academia Scientiarum, Civitate Vaticana, (não datado).

ALMEIDA, Políbio Valente de, *Fundamentos de uma Política de Subversão Africana*, Lisboa, ISCSP/UTL, Separata de Estudos Políticos e Sociais, volume IV, n.ºs. 1 e 2, 1966.

ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado (Notas para uma investigação)*, Lisboa, Editorial Presença, (n/d).

ANTUNES, José Freire, *O Factor Africano 1890-1990*, (prefácio de Jorge Borges de MACEDO), Venda Nova, Bertrand Editora, 1990.

ARENDT, Hannah, *Les origines du totalitarisme – Sur l'antisémitisme*, (tradução de Micheline POUTEAU), Paris, Éditions du Seuil, 1984 (1973).

**ARON, Raymond**

- *Paz e Guerra entre as Nações*, (pref. de Vamireh CHANCON, trad. de Sérgio BATH), 2ª. ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986 (1980).
- *50 ans de réflexion politique - Mémoires*, Paris, Julliard, Août 1983.

**BALANDIER, G.**, *Antropologie Politique*, Paris, Presses Universitaires de France.

**BENOT, Yves**, *Ideologias das Independências Africanas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1981, - 2 vols.

**BESSA, António Marques**,

- *O problema africano – a questão do atraso*, Separata nº.7, da Revista Africana, Porto, Univ. Portucalense, 1990.
- *A Arte de Governar*, (pref. José Júlio GONÇALVES), Lisboa, ISCSP/UTL, 1996.

**BOTZÀRIS, Alejandro**, *África e o comunismo*, vol. II, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961.

**BRAUDEL, Fernand**, *Gramática das Civilizações*, (trad. de Telma COSTA), 1ª. ed. Lisboa, Editorial Teorema, 1989.

**BRZEZINSKI, Zbigniew**, *EUA - URSS, O Grande Desafio*, (trad. Octávio N. C. BERNARDES), Rio de Janeiro, Editorial Nórdica, 1987.

**BURLLOT, Joseph**, *A Civilização Islâmica*, (trad. Cascais FRANCO), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.

**CABRAL, Luís**, *Crónica da Libertação*, 1ª. ed., Lisboa, Edições “O Jornal” – Pub. Projornal, Julho de 1984.

**CAETANO, Marcelo**

- *Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo I, (revista por Miguel Galvão TELES), 6ª. ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1983.
- *Direito Constitucional*, (pref. Aliomar BALEEIRO), 1ª. ed., R. Janeiro, Compª. Editora Forense, 1977, - 2 vols.

**CARVALHO, Emílio J. M. de**, (bispo metodista)

- *A Igreja Africana no Centro da Sua História (Subsídios para a História da Igreja nos Países de Língua Oficial Portuguesa)*, (pref. do autor), 1ª. ed., Luanda, edição do autor, 1995.
- *Ouçó os passos de milhares... (Etapas do Metodismo em Angola)*, 2ª. ed., Luanda, Igreja Metodista Unida em Angola, 1994 (1978).

**CARVALHO, Virgílio de**, *A Nova Era*, Lisboa, Difel-Difusão Editora, 1990.

CHOME, Jules, *Mobutu, Chefe Supremo: Do sargento Joseph Désiré ao gen. Sese Seko*, Porto, ed. Afrontamento, 1975.

CLINE, Sibyl W., *Renamo – Em defesa da democracia em Moçambique*, (pref. de António Rebelo de SOUSA), Washington D.C, Conselho de Estratégia Global dos Estados Unidos, 1990.

COISSORÓ, Narana S.,

- *As Instituições de Direito Costumeiro Negro-Africano*, Lisboa, Separata de Estudos Políticos e Sociais, vol. II, n.º. 1, ISCSPU, 1964.
- *A abolição do indigenato e suas repercussões na evolução social dos africanos portugueses*, Lisboa, Separata de Estudos Políticos e Sociais, vol. IV, n.º. 3, ISCSPU, 1966.

COLARD, Daniel, *Droit des Relations Internacionales: documents fondamentaux*, (pref. de Jean-François GUILHAUDIS), 2<sup>ème</sup>., Paris, Masson, 1988 (1982).

COPPENS, Yves, *O Macaco, a África e o Homem*, 1<sup>a</sup>. ed., Lisboa, Gradiva-Publicações, Lda., 1985.

DIEZ, Ernst, *Islão*, Editorial Verbo, Lisboa, 1971.

DELCAMBRE, Anne-Marie, *Maomé a palavra de Alá*, Itália, ed. da Editoriale Libreria para a Livraria Civilização – Círculo dos Leitores, 1991.

DESCHAMPS, Hubert, *Les religions de l' Afrique noire*, 4<sup>ème</sup>., Paris, PUF, 1970 (1954).

DROZ, Jacques, *Histoire Diplomatique de 1648 a 1919*, Paris, Dalloz, 1972.

DU TOIS, Jacques, *South Africa within the Indian Ocean Rim*, (pref. de Alec ERWIN), Johannesburg, ed. conjunta de ABSA Bank e Southern Books Publishers (Pty), Ltd., 1997.

DUNSTAN, J. Leslie, *Protestantismo*, (trad. de Almeida Gonçalves), Lisboa, Editorial Verbo, 1980.

DUROSELLE, Jean-Baptiste

- *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*, 8<sup>ème</sup>. éd., Paris, Dalloz, 1981.
- *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*, (trad. Olívia KRÄHENBÜHL), 2<sup>a</sup>. ed., S. Paulo, Liv. Pioneira Editora, 1985.
- *História da Europa*, Lisboa, (trad. de Maria Emília F. MOURA e introdução de Mário SOARES), ed. conjunta de C. Leitores e Pub. D. Quixote, 1990.

EBOUSSI-BOULAGA, Fabien, *A Contretemps, L'enjeu de Dieu en Afrique*, (pref. Eloi Messi METOGO), Paris, éd. Karthala, 1991.

EPSTEIN, A. L., *Politics in an Urban African Community*, Manchester, Manchester University Press, 1958.

EPSTEIN, Isidore, *Judaísmo*, (trad. de Álvaro Cabral), Lisboa, Editora Ulisseia, (n/d).

ESCARAMEIA, Paula V. C., *Colectânea de Jurisprudência de Direito Internacional*, (pref. da autora), Coimbra, Liv. Almedina, 1992.

ESTERMANN, p. Carlos (C.S.Sp.)

- *Etnografia do Sudoeste de Angola “Os povos não-bantos e o grupo étnico dos Ambós”*, Memórias, n.º 4; (vol. 1), 2.ª ed., Junta de Investigações do Ultramar, 1961 (1956).
- *Etnografia do Sudoeste de Angola “O grupo étnico Nhaneca-Humbe”*, Memórias, n.º 5: (vol. 2), 2.ª ed., J. I. U., 1960 (1957).
- *Etnografia do Sudoeste de Angola “O grupo étnico Herero”*, Memórias, 2.ª Série; n.º 30 (vol. 3), Lisboa, J. I. U., 1961.
- *Um pequena minoria étnica e linguística na Huila: Os “Ovi-Womu”*, Separata do Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola 9 (1), Luanda, 1972.

FELGAS, Hélio, *Guerra em Angola*, 3.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1962.

FERREIRA, Patrícia Magalhães, *O Conflito na Região dos Grandes Lagos*, (pref. de Fernando Jorge CARDOSO), Lisboa, ISCSP/UTL, 1998.

GARAUDY, Roger, *Religiões em guerra? O Debate do Século*, (trad. de Gonçalo PRAÇA e pref. de Leonardo BOFF), Lisboa, Editorial Notícias, 1996.

GRIMAL, Henri, *Historia de las descolonizaciones del siglo XX*, Madrid, Iepala Editorial, Marzo de 1989.

GRIMBERG, Carl, *História Universal n.º.10 – As reformas da religião cristã e o apogeu do Estado espanhol*, (trad. de Jorge de MACEDO), Lisboa, P.E.A., 1967.

GUILLEMAIN, Bernard, *História Universal*, vol. 6 “O despertar da Europa do ano 1000 a 1250”, (trad. De H. Da Silva LETRA), Lisboa, Pub. D.Quixote, 1980.

HERTZBERG, Arthur, *Judaísmo*, (trad. de Manuel Ferreira da Silva), Lisboa, Editorial Verbo, 1981.

HUNTINGTON, Samuel P., *The Clash of Civilizations and the Remaking of Word Order*, New York, Simon & Schuster, 1996.

KAKE, Ibrahima Baba, *Sékou Touré: Le Héros et le Tyran*, Paris, Jeune Afrique Presses, 1987.

KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra* (pref. de Fernand BRAUDEL), 2.ª ed., Mem Martins, P.E.A., 1990, - 2 vols.

JOLL, James, *A Europa desde 1870*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1982.

JOUE, Edmond, *Le Tiers Monde*, 2<sup>ème</sup>. éd., Paris, P.U.F., 1990 (1988).

LABOURET, Henri, *Histoire des Noirs d' Afrique*, 2<sup>ème</sup>. éd., Paris, ed. P.U.F., 1950 (1946).

LACOURT-GAVET, Robert, *A History of South Africa*, London, Cassel & Co., 1972.

LARA, António C. de A. de Sousa

- *Perspectivas sobre o Estado*, Lisboa, Revista de Ciência Política, 2º semestre, nº. 2, 1985.
- *Elementos de Ciência Política*, 3ª. ed., Rio de Mouro, Pedro Ferreira-Editor, 1991.
- *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, R. Mouro, Pedro Ferreira-Editor, 1994, - 2 vols.
- *Idologia e Política Externa Portuguesa*, (pref. de Rui Chancerelle MANCHETE), Porto, Moderna – Textos Universitários, (n/d).
- *Fundamentalismo: Ideologia Contemporânea*, Lisboa, Univers. Moderna, 1997.
- *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o estudo da sua História)*, Lisboa, ISCSP/UTL, 2000.

LAVROFF, Dmitri, *Os Partidos Políticos da África Negra*, Amadora, Liv. Bertrand, Outubro 1975.

LA SAUISSAYE, Chantepie de, *História das Religiões*, Lisboa, C. Leitores, 1979.

LEMESLE, Raymond-Marin, *La Conférence de Brazzaville de 1944: Contexte et Repères – Cinquantenaire des prémices de la décolonisation*, (pref. de Michel ROUSSIN), Paris, La Documentation Française, 1944.

LEWIS, Bernard, *Comment l'Islam a découvert l' Europe*, Paris, Éditions La Découverte, 1984.

MALTEZ, José Adelino

- *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*, (pref. Adriano MOREIRA), Lisboa, ISCSP/UTL, 1996.
- *Princípios de Ciência Política: O Problema do Direito*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1998.

MAMEDE, Suleiman Valy, *Palestina: Drama do nosso tempo*, Lisboa, ed. do autor, 1978.

MANNHEIM, Karl, *Ideologia e Utopia*, (pref. de Louis WIRTH e trad. de Sérgio Magalhães SANTEIRO), 4ª. ed., R. de Janeiro, Editora Guanabara SA, 1991 (1986).



MARENCHES, *Géopolitique*, Paris, Éditions Stock, 1988.

MASLOV, Constantin, *Afrique: d'où vient la menace?*, Moscovo, Novosti, 1986.

MATIAS, Abel (O.S.B.), *Angola: Paz só com Muxima*, Santo Tirso, Edições Ora & Labora, 1996.

M'BOKOLO, Elikia, *L'Afrique au XX<sup>ème</sup> siècle, le continent convoité*, Paris, Éditions du Seuil, 1985.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *A África na Política de Cooperação Europeia*, (pref. de Jorge Eduardo da Costa OLIVEIRA), Lisboa, ISCSP/UTL, 1997.

MOREIRA, Adriano

- *Ciência Política*, Amadora, Liv. Bertrand, 1979.
- *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Liv. Almedina, 1996.

MOURA, José Barata, *Ideologia e Prática*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978.

NETO, João Baptista N. Pereira, *Movimentos subversivos de Anola (Tentativa de esboço sócio-político)*, Lisboa, ISCSPU, 1964.

QUEUILLE, Pierre, *Histoire de l' Afro-Asiatisme jusqu'a Bandoung: La naissance du Tiers-Monde*, Paris, Payot, 1965.

RAMALHO, Vítor, *África*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

RATO, Raul F. M. Moreira, *A Igreja e o Terceiro Mundo*, (Separata de “Estudos Políticos e Sociais”, Volume XIV - n.ºs. 1-2 -1986), Maia, Castoliva Editora, 1988.

RATZINGER, Cardeal Joseph, *A Igreja e a Nova Europa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1993.

REICHERT, Rolf, *Atlas Histórico Regional do Mundo Árabe (Mapas e Resumo Cronológico)*, Salvador da Bahia, Centros de Estudos Afro-Orientais – Universidade Federal da Bahia, 1969.

REMOND, René

- *O século XIX: 1815 a 1914*, S. Paulo, Edições Cultrix, 1989.
- *O século XX: de 1919 aos nossos dias*, S. Paulo, Ed. Cultrix, 1990.
- *Introdução à História do nosso tempo: Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, (trad. de Teresa LOUREIRO, revisão científica de Jorge Miguel PEREIRA), Lisboa, Gradiva Pub., Set. 1994.

ROGEIRO, Nuno, *Política*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993.

SANTOS, Eduardo dos

- *Pan-africanismo*, Lisboa, ed. do autor, 1968.
- *Ideologias Políticas Africanas*, Lisboa, ed. do Centro de Estudos Político-Sociais, 1968.
- *Religiões de Angola*, Lisboa, ed. da Junta de Investigações do Ultramar, 1969.
- *Socialismo africano*, M. Martins, P.E.A., 1971.
- *A Negritude e a Luta pelas Independências na África Portuguesa*, 1ª. ed., Lisboa, Editorial Minerva, 1975.

SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *História Económica e Social – A era pós-industrial*, 2ª. Ed., Lisboa, ISCSP/UTL, 1997 (1993).

SCHMITT, Bernard, *F.M.I., o Círculo Vicioso das Dívidas Nacionais*, (pref. à ed. portuguesa de José CERQUEIRA), Lisboa, Pub. D. Quixote, 1985.

SEARA, F. Reboredo, *Direito Internacional Público: Documentos Fundamentais*, Lisboa, Catolina Editores, 1985.

SERVIER, Jean, *Le Terrorisme*, 3<sup>ème</sup>. éd., Paris, P.U.F., Juillet 1987 (1979).

SFEZ, Lucien, *La Symbolique Politique*, 1<sup>er</sup>. éd., Paris, P.U.F., 1988.

SPANDAU, Prof. Arnt, *Southern Africa and Western World*, Middlesex Politecnhic, Reuthingen, 1984.

STIRN, François, *Violência e Poder*, Lisboa, Editorial Inquérito, (n/d).

SOURDEL, Dominique, *L'Islam*, 3<sup>ème</sup>. éd., Paris, P.U.F., 1956.

TARADE, Guy, *As Portas da Atlântida*, Amadora, Liv. Bertrand, 1978.

WELL, H. G., *História Universal*, Lisboa, Livros do Brasil, (n/d) - 3 vols.

WENDZEL, Robert L., *Relações Internacionais – O Enfoque do Formulador de Políticas*, (trad. de João de Oliveira DANTAS, Júlio GALVEZ e Pantaleão Soares de BARROS), 2ª. ed., Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1985 (1980).

WHITE, Leslie A., *O Conceito de Sistemas Culturais 'como compreender tribos e nações'*, (introd. de Beth DILLINGHAM), R. Janeiro, Zahar Editores, 1978.

WRIGHT, Erik Olin, *Classe, Crise e o Estado*, R. Janeiro, Zahar Editores, 1981.

**ZIPPELIUS, Reinhold, *Teoria Geral do Estado*, Lisboa, (pref. de L. Cabral de MONCADA, trad. de António Cabral de MONCADA), 2ª. ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Maio 1984 (n/d).**

**ZORGBIBE, Charles, *Dicionário de Política Internacional*, 1ª. ed., Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1990.**

## **OBRAS DE CONJUNTO ou NÃO NOMINAIS**

### **1. Atlas, Dicionários e Enciclopédias**

**ALZUGARAY, Domingo e Cátia, (editores), *Dicionário Geográfico - Almanaque Mundial 1978*, R. Janeiro, Editora Três, 1978.**

**BRITO, Raquel Soeiro de (coord. da ed. portuguesa)**

- ***Países, Povos e Continentes: ‘Europa, Próximo Oriente e Norte de África’*, – vol. I, (trad. de António Pinto RIBEIRO e Artur GUERRA), Lisboa, ed. conjunta de C. Leitores e Bertelsmann Lexitkotheek Verlag GmbH, 1988.**
- ***Países, Povos e Continentes: ‘África e América’*, – vol. II, (trad. de António Pinto RIBEIRO e Artur GUERRA), Lisboa, ed. conjunta de C. Leitores e Bertelsmann Lexitkotheek Verlag GmbH, 1988.**

**BROWN, Dale M. (coord.), *Library of Nations*, Amsterdam, Time-Life Books, – vários vols.**

**CAMARGO, Lucila (directora), *Enciclopédia Almanaque Abril 92*, São Paulo, Editora Abril, 1992.**

**CARTA, Luis (ed.), *História das Revoluções*, S. Paulo, Editora Três, 1988, - 3 vols.**

**CLARKE, Graham, (ed.), *New Caxton Encyclopedia (The)*, London, Caxton & English Educational Programmes International Ltd, 2<sup>nd</sup> ed., 1986, - v. vols.**

**DRY, Elsa J., (ed.), *Mini Atlas of South Africa*, Brussels, South African Embassy, (n/d).**

**ELIADE, Mircea e COULIANO, Ioan P., *Dicionário das Religiões*, (trad. Pedro Moreira ARAÚJO), Lisboa, C. Leitores, 1995.**

**FAVROD, Charles-Henri, (coord.), *Enciclopédia do Mundo Actual*, "Os Árabes", Lisboa, Pub. D.Quixote, 1977.**

**FRIEDMAN, Emanuel, (ed.), *Collier's Encyclopedia*, USA, Crowell-Collier Educational Corp., ed. de 1969, - v. vols.**

**HOMAS-DOMENHECH, J.M. e PADILHA-BOLIVAR, A., *Atlas das Raças Humanas*, Barcelona, Ediciones Jover S.A., 1965, (ed. brasileira de LIAL, R. Janeiro, n/d).**

HUGHES, James e UNGER, Monika (eds.)

- *Terras e Gentes: 'Portugal e a Europa Mediterrânica'*, (trad. de Artur GUERRA), Lisboa, C. Leitores, 1994.
- *Terras e Gentes: 'África do Norte'*, (trad. de Cristina RODRIGUEZ e Artur GUERRA), Lisboa, C. Leitores, 1995.
- *Terras e Gentes: 'África Central e África Austral'*, (trad. de António GONÇALVES), Lisboa, C. Leitores, 1995.

IÁKOVLEV, A. N.; ZAMIÁTIN, L. M. (dirs.) e outros, *Dicionário de Política Internacional*, Lisboa, Editorial "Avante!", 1988.

LACOSTE, Camille e Yes, *L'Etat du Maghreb*, Paris, La Decouverte, (policopiado).

MOREIRA, Neiva (director-geral)

- *Guia do Terceiro Mundo, 1986 - O Mundo, visto pelo Terceiro Mundo*, Lisboa, ed. portuguesa da Tricontinental Editora, 1986.
- *Guia do Terceiro Mundo 93*, Lisboa, ed. port. da Tricontinental Editora, Lda., 1993.

ROBINSON, Francis (coord.), *Grandes Culturas e Civilizações 'Mundo Islâmico, Esplendor de uma Fé'*, (texto de Graham SPEAKE e trad. de Maria Emília VIDIGAL), – vol. IV, Lisboa, C. Leitores, 1992.

VIDAL-NAQUET, Pierre e BERTIN, Jacques, *Atlas Histórico: da pré-história aos nossos dias*, Lisboa, C. Leitores, 1990

ZIERER, Otto, (coord.) *Pequena História das Grandes Nações*, Lisboa, C. Leitores, 1976, - v. vols.

## 2. Outras Publicações

ALKALI, Nura; ADAMU, Adamu; YADUDU Awwal; MOTEM, Rashid; e SALIHI, Haruma, (ed.), *Islam in Africa, Proceeding of the Islam in Africa Conference*, Ibadan (Nigeria), Spectrum Books Limited, 1993

Alcorão, (trad. de Américo de CARVALHO, com introd. e notas de Suleiman Valy MAMEDE), 2ª. ed., M. Martins, P.E.A., (col. Livros de Bolso), 1989, (1978), – 2 vols.

AA.VV.

- *Revista de Estudos Ultramarinos*, vol. 8, nº. 2, Lisboa, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1959.
- *Revista de Estudos Ultramarinos*, vol. 9, nº. 2, Lisboa, I.S.E.U., 1960.
- *Estudos em honra de David Lopes*, Lisboa, Cultura Islâmica e Cultura Árabe, 1969.

- *História do Reino do Congo (Ms. 8080 da Biblioteca Nacional de Lisboa)*, (pref. e notas de António BRÁSIO C.S.Sp.), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969.
- *A Revolução Sul-Africana: Documentos fundamentais do Congresso Nacional Africano (ANC)*, (trad. Fernanda Pinto RODRIGUES), London, ed. do Dept. of External Publicity of A.N.C., 1980.
- *“International Status of the Palestinian People (The)”*, New York, ed. coordenada pelo Committee on the Exercise of the Inalienable Rights of the Palestinian People, United Nations, 1981.
- *Norte-Sul: Assegurar a Sobrevivência*, Relatório da Comissão Internacional presidida por Willy BRANDT, (pref. de Mário SOARES), ed. conj. de Moraes Editores e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1ª. ed., Lisboa, Novembro 1981.
- *A Luta das Mulheres Negras sob o Apartheid na África do Sul*, Lisboa, UNIC, 1982.
- *Unity in Action: A Short History of the African National Congress 1912-1982*, London, ed. do D.E.P. of A.N.C., 1982.
- *A Formação de Portugal*, M. Martins, Centro de Estudos e Divulgação, 1984.
- *Fait Politiques Nouveaux Concernant “La Namibie”*, Rapport du Comité permanent II du Conseil des Nations Unies pour la Namibie, New York, Nations Unies, 1986.
- *Nação e Defesa*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, Abr-Jun/1980, de 1989 a 1999, (v.vols.) e Ed. Especial Nov/1997.
- *Cadernos Económicos Portugal - Angola*, Lisboa, ed. da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, 1994-1996.
- *SIPRI Yearbook 1998: Armaments, Disarmament and International Security*, Solna, Stockhol International Peace Research Institute and Oxford University Press, 1998.
- *The Military Balance 1998/99*, London, Oxford University Press and The International Institute for Strategic Studies, October 1998.
- *África Século XXI; Os Desafios da Globalização e as Respostas do Desenvolvimento*, (pref. almirante António Egídio de Sousa LEITÃO), Lisboa ISCSPT/UTL, 1999.
- *PNUD - Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*, Lisboa, Trinova Editora, 1999.

BESSIS, Sophie (compilação de), *Crises et mutations en Afrique noire*, Paris, La documentation Française, 1994.

BRILLARD, Philippe e SENARCLENS, Pierre de, *O Imperialismo*, (trad. José P. Costa PINTO), M. Martins, P.E.A., (não datado).

CARRÉ, Olivier (dir.) e outros, *L’Islam et l’État dans le Monde d’ Aujourd’ hui*, Paris, P.U.F., 1<sup>er</sup>. éd., 1982.

CARVALHO, Joaquim de (dir.), *Lusíada - Rel. Internacionais*, (nº.1), Lisboa, Univ. Lusíada, Deptº. de Rel. Internacionais, Abril/Maio 1989.

CORREIA, Eugénio Anacoreta (dir.), *Democracia e Liberdade nº. 35 “Pensar África”*, Lisboa, IDL - Inst. Amaro da Costa, Outubro-Dezembro, 1985.

CURTIN, Philip e VANSINA, Jan, *African History*, London, Longman, 1978.

DIAS, Jill R. (dir.) *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, Inst. Invest. Científica e Tropical, 1984 a 1994 - v. vols.

DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony

- *História do Século XX, 'expansão e independências'*, 3º. vol., Lisboa, Pub. D.Quixote, 1991.
- *História do Século XX: Crises e Mutações (de 1973 aos nossos dias)*, 4º. vol., Lisboa, Pub. D.Quixote, 1993.

DU TOIS, Jacques e JACOBS, A. J.; *Southern Africa: An Economic Profile*, Johannesburg, ed. conjunta de ABSA Bank e Southern Books Publishers (Pty), Ltd., 1995.

FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E.; *Sistemas políticos africanos*, (pref. do Prof. A. R. RADCLIFFE-BROWN, trad. de Teresa BRANDÃO), Lisboa, Fund. C. Gulbenkian, 1981.

GROMIKO, Anatóli A., (à altura director do Instituto da África da Academia de Ciências da ex-URSS), *A Casa Branca e o Continente Negro*, (trad. de G. MÉLNIKOV), Moscovo, Edições Progresso, 1986.

LIVET, Georges e MOUSNIER, Roland (dir.), *História Geral da Europa*, vol. 3, “DREYFUS, F.-G., MARX, Roland e POIDEVIN, Raymond, A Europa de 1789 aos nossos dias”, Mem Martins, P.E.A., n/d.

MANTRAN, Robert, (dir.), *As Grandes Datas do Islão*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991.

MARTINS, Luís A. (ed.), *História*, nº. 139 MAURO, Frédéric, “A Descolonização e colonização de Portugal e França”, Lisboa, Pub. Projornal, 1991.

MIRANDA, Manuel (ed.), “*Palestina, Um Povo em Armas*”, (trad. de H. César OPZ e A. MANSO), B. Banheira, Cadernos Povo e Cultura, 1977.

MOREIRA, Adriano e CARDOSO, Pedro (coords.), *Estratégia*, vol. 1, Lisboa, IRI-ISCSP/UTL, 1990.

NETO, José Pereira, SILVA, José Júlio Cravo e DINIS, Gustavo Henrique Vieira, *A situação actual da Zâmbia*, (Grupo de Estudo das Relações de Portugal com os Estados Vizinhos de África, sob orientação do Professor Henrique Martins de CARVALHO), Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais - ISCSPU, 1973.

OLIVEIRA, M. A. Fernandes e outros

- *A Descolonização Portuguesa, aproximação a um estudo*, Lisboa, IDL, 1979.
- *A Descolonização Portuguesa nº. 2, aproximação a um estudo*, Lisboa, IDL-Inst. Amaro da Costa, 1979.

OLIVER, Roland e FAGE, J.D., *Breve História de África*, (trad. Artur MOURÃO), 1.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa Editores, 1980.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste, *Introdução à História das Relações Internacionais*, (trad. de Hélio de SOUZA), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

SARAIVA, José Hermano (director da ed. port.), *História Universal: 'Ásia, África e América Latina, Séculos XIX e XX'*, (vol. X), Lisboa, Pub. Alfa.

SOW, Alpha I.; BALOGUN, Ola; AGUESSY, Nonorat e DIAGNE, Pathé, *Introdução à Cultura Africana*, Lisboa, Edições 70, 1980.

VITORIANO, José Manuel; CRUZ, Maria Arlete Pereira da; e LUCENA, Maria Margarida Geada Coutinho de, *Notas de História da África Ocidental*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1998.

### OBRAS INÉDITAS

#### 1. Trabalhos e Publicações diversas

AA.VV., *Fenómeno Religioso em Angola. Uma Reflexão da Situação Religiosa*, Luanda, ed. compilada pela Secretaria de Estado da Cultura - Direcção Nacional para os Assuntos Religiosos da Rep. Pop. de Angola., (n/d).

ALMEIDA, Eugénio

- *Linhas de força da política externa portuguesa pós-74: Os Acordos de Alvor*, (trabalho elaborado no âmbito da Licenciatura em Rel. Internacionais na Univ. Lusíada), Lisboa, 1990.
- *Euro-Mundo: Partilha e Descolonização*, (trab. elaborado no âmbito da Lic. em Rel. Internacionais na Univ. Lusíada), Lisboa, 1991.
- *O Pluralismo em África (Contribuição para o estudo do neo-pluralismo cultural e político em África)*, (trab. elaborado no âmbito do Mestrado de Rel. Internacionais, na ISCSP/UTL), Lisboa, 1993.

ANDRADE, Mário Pinto de, *O Kimbanguismo* (trab. elaborado no âmbito do Mestrado de Rel. Internacionais, na ISCSP/UTL), Lisboa, Maio de 1993.

CHAMBINO, Fernando, *Continente Africano (pág. 1 a 200)*, AE-ISCSP, Lisboa, (n/d).

TEIXEIRA, Élio, *ONU - Conselho de Tutela*, (trab. efectuado no âmbito da Lic. em Rel. Internacionais na Univ. Lusíada), Lisboa, 1989.

## **SUPORTES DIGITAIS, VÍDEO E FONOGRÁFICOS**

### **1. Suportes Digitais**

*Deluxe Compton's Interactive Encyclopedia*, UK, TLC Properties Inc., ed. 1998.

*Deluxe Compton's 3D World Atlas*, UK, TLC Properties Inc., ed. 1998.

*GeoSystem Global Corp.*, 1998.

*PC Globe 5.0*, Tempe, Az, USA, PcGlobe, Inc., 1992.

*PC Globe - Maps 'n' Facts*, Swiss, Broderlund Software, Inc., 1993.

*World Wide Web (Internet):*

#### **• Assuntos Gerais:**

- *allafrica.com*, Setembro 2000.
- *www.africa.com*, Fevereiro-Agosto 2000.
- *www.africanews.org*, Fevereiro 2000.
- *www. angolapress-angop.ao*, Junho-Agosto 2000
- *www. arabicnews.com*, Fevereiro 2000.
- *www. arab.net*, Setembro 2000.
- *www.diariodigital.pt*, Abril-Maio 2000.
- *www.nonaligned.org*, Agosto 2000.
- Africa Online, Ghana: *www.africaonline.com.gh/*
- Al-Ahram Weekly: *www.ahram.org.eg/weekly/*
- CIA Central Intelligence Agency: *www.cia.gov/*
- CIA / The World Factbook 1999:
  - *www.odci.gov/cia/publications/factbook/pu.html#gov*
  - *www.odci.gov/cia/publications /factbook/country.html*
- CNN - Cable News Network:
  - *cnnemportugues.com/mundo/*
  - *www.cnn.com/2000/WORLD/africa/*
- Daily Mail & Guardian, Joahn., R.A.S.: *www.mg.co.za*
- L'Express: *www.lexpress.fr*, Janeiro 2000.
- Mbendi, Information for Africa, R.A.S.: *mbendi.co.za*
- Middle East Times, Cairo, Egipto: *www.metimes.com*
- Sunday Times, Johan. R.A.S.,: *www.suntimes.co.za*
- The Bostswana Gazette: *www.gazette.bw*



- The Daily Telegraph: [www.dailytelegraph.co.uk](http://www.dailytelegraph.co.uk), Maio 2000.
- The Namibian: [www.namibian.com.na](http://www.namibian.com.na), Maio 2000.
- SIPRI Yearbook 2000: [www.sipri.se/editors.sipri.se/pubs/yb00.html](http://www.sipri.se/editors.sipri.se/pubs/yb00.html)
- SKY News: [www.sky.com/news/home](http://www.sky.com/news/home)
- **Golpes de Estado:**
  - [news.bbc.co.uk/hi/english/world/africa/news](http://news.bbc.co.uk/hi/english/world/africa/news), Fevereiro 2000.
  - [www.arabicnews.com/ansub/Daily/Day/980613/1998061330.html](http://www.arabicnews.com/ansub/Daily/Day/980613/1998061330.html), Fevereiro 2000.
  - [www.freedomforum.org/international/1998/6/9abacha.asp](http://www.freedomforum.org/international/1998/6/9abacha.asp), Maio 2000.
  - [www.sn.apc.org/wmail/issues/970530/NEWS21.html](http://www.sn.apc.org/wmail/issues/970530/NEWS21.html), Fevereiro 2000.
- **Países:**
  - África Sul, Rep.:
    - [www.encyclopedia.com/articles](http://www.encyclopedia.com/articles), (Concise Columbia Enc., 3<sup>a</sup>.ed.,1994), Maio 2000.
    - [www.facts.com/cd](http://www.facts.com/cd), Maio 2000.
  - Angola: [www.thestar.co.za/news/africa\\_newsview](http://www.thestar.co.za/news/africa_newsview), (The Star, Johann.), Maio 2000.
  - Comores: [www.arabicnews.com/ansub/Daily/Day.html](http://www.arabicnews.com/ansub/Daily/Day.html), Fevereiro 2000.
  - Guiné-Bissau:
    - [www.africanews.org/west/guineabissau/](http://www.africanews.org/west/guineabissau/), Junho 2000.
    - [news.bbc.co.uk/hi/english/world/africa/newsid\\_198000/198698.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/english/world/africa/newsid_198000/198698.stm), Fev. 2000.
  - Maurícias: Le Mauricien, [www.lemauricien.com/mauricien/](http://www.lemauricien.com/mauricien/) Junho 2000.
  - Moçambique: [www.sadirectory.co.za/moz\\_eleicoes99.html](http://www.sadirectory.co.za/moz_eleicoes99.html), Fevereiro 2000.
  - Nigéria:
    - [www.mg.co.za/mg/news/2000mar1/3mar-nigeria.html](http://www.mg.co.za/mg/news/2000mar1/3mar-nigeria.html), Março 2000.
    - [www.fotw.net/flags/ng-biaf.html#biafra](http://www.fotw.net/flags/ng-biaf.html#biafra), Setembro 2000.
  - Senegal: [www.rapide-pana.com/demo/PPUBL.fr/geosen.html](http://www.rapide-pana.com/demo/PPUBL.fr/geosen.html), Março 2000.
  - Somália (Somalilândia):
    - [www.medeia.be/en/index213htm](http://www.medeia.be/en/index213htm), Setembro 2000.
    - [www.somaliland.net](http://www.somaliland.net), Setembro 2000.
  - Uganda: [www.monitor.co.ug/news](http://www.monitor.co.ug/news), Junho 2000.
  - Zimbábue: [www.samara.co.zw/zimin/](http://www.samara.co.zw/zimin/), Junho 2000.
- **Poder Castrense:**
  - [news6.thdo.bbc.co.uk/hi/english/world/analysis/newsid\\_83000/83449stm#top](http://news6.thdo.bbc.co.uk/hi/english/world/analysis/newsid_83000/83449stm#top).
  - [www.sn.apc.org/wmail/issues/970214/NEWS61.html](http://www.sn.apc.org/wmail/issues/970214/NEWS61.html), Maio 2000.
  - [projects.sipri.se/milex/mex\\_database.html](http://projects.sipri.se/milex/mex_database.html), (The SIPRI Military Expenditure Database), Junho 2000.
- **Questões Religiosas:**
  - **Geral:**
    - [www.africanews.org/atlarge](http://www.africanews.org/atlarge)
  - **Calvinismo:**
    - [home.global.co.za/~scross/!!!local.html](http://home.global.co.za/~scross/!!!local.html), Junho 2000.

- [www.ce.utexas.edu/stu/dgreen/tarrwl/calvinism.html](http://www.ce.utexas.edu/stu/dgreen/tarrwl/calvinism.html), Agosto 1998.
- [www.storm.ca/~sabigail/articles/exclavin.html](http://www.storm.ca/~sabigail/articles/exclavin.html), Agosto 1988.
- [www.visi.com/~contra~m/pc/1957/3-2Calvin.html](http://www.visi.com/~contra~m/pc/1957/3-2Calvin.html), Junho 2000.
- [www.why.net/users/dgreen/theolist/faq/fivepoin.html](http://www.why.net/users/dgreen/theolist/faq/fivepoin.html), Agosto 1998.
- **Cientologismo:**
  - [wpxx02.toxi.uni-wuerzburg.de/~cowen/essays/apartheid.html](http://wpxx02.toxi.uni-wuerzburg.de/~cowen/essays/apartheid.html), Agosto 1998.
- **Islamismo:**
  - [www.akdn.org/community\\_history.html](http://www.akdn.org/community_history.html), (Aga Khan Foundation), Junho 2000.
  - [www.akdn.org/imamat\\_20th.html](http://www.akdn.org/imamat_20th.html), (AK Fund.), Junho 2000.
  - [www.akdn.org/index.html](http://www.akdn.org/index.html), (AK Fund.), Junho 2000.
  - [www.akdn.orgnews/news.html](http://www.akdn.orgnews/news.html), (AK Fund.), Junho 2000.
- **Metodismo:**
  - [gbgm-umc.org/umhistory/shistory.html](http://gbgm-umc.org/umhistory/shistory.html), Junho 2000.
  - [hwmin.gbgm-umc.org/churches/monaghan/aboutum.html](http://hwmin.gbgm-umc.org/churches/monaghan/aboutum.html), Junho 2000.
  - [umc.org/umns/New97/nov/tappeal.ntm](http://umc.org/umns/New97/nov/tappeal.ntm), Fevereiro 2000.
  - [www.dancom.com/stlukessumc/Methodism.html](http://www.dancom.com/stlukessumc/Methodism.html), Junho 2000.
  - [www.drew.edu/books/200Years/200UM/001.html](http://www.drew.edu/books/200Years/200UM/001.html), Junho 2000.
  - [www.umc.org/umns/dailynews.html](http://www.umc.org/umns/dailynews.html), Junho 2000.
  - [www.umc.org/benevol/africauniversity/history.html](http://www.umc.org/benevol/africauniversity/history.html), Junho 2000.
  - [www.umar.org/HTmvume.html](http://www.umar.org/HTmvume.html), Junho 2000.

## **2. Suportes Video e Fonográficos**

**BSkyB – Sky News** (canal inglês).

**CNN International, Cable News Network** (canal americano).

**Rádiodifusão Portuguesa – RDP-África.**

**RTP – Rádio Televisão Portuguesa:**

- *RTP África*
- *RTP Internacional.*

**Reuters, Reuter Portuguesa, Lda.**

**The ANC Method; Violence, Peter Worthington dir., A Feluca Holding Production, Toronto, 1987,** (video de homenagem a Bartholomew Hlapane, ex-dirigente do ANC).

**TV5 Internationale** (canal francês).

## **PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E JORNAIS**

(Referente a diversos números e / ou datas)

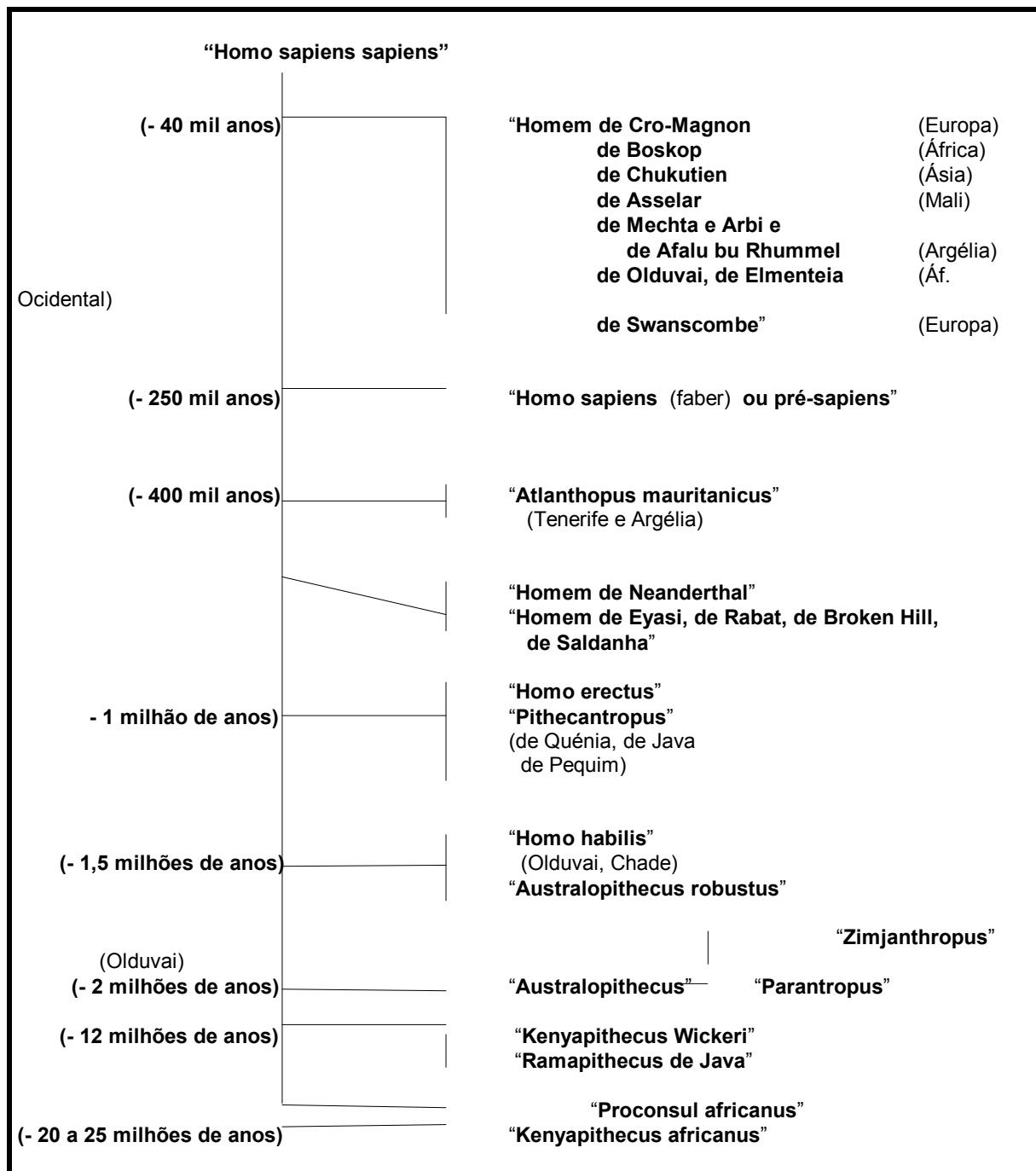
- **A África Austral: Hoje**, vol 5, nº.3; Wabern-Berna, Maio 1988.
- **A Capital; Lisboa.**
- **África (semanário); Lisboa.**

- Africa Analysis; London, July 1987.
- Africa Confidential (éd. française); Paris, 1992.
- África Hoje; Lisboa.
- África Hoje Anuário; Lisboa, ed. de 1995, 96/97 e 98/99.
- África Informação; Amadora, 1996.
- Afrique Magazine; Paris, Avril 1993.
- Anuário da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul Africana, 1998/99; Lisboa, Dez. 1998.
- Austral; Luanda, Junho de 1994.
- Diário de Coimbra; Coimbra.
- Diário de Notícias; Lisboa.
- Coopération Sud (éd. française); New York, Juillet 1995 e Février 1996.
- Eritrea Horizons; Asmara, 1997.
- Eur-OP News (ed. portuguesa); Luxembourg, (1996 a 1999).
- Expresso; Lisboa.
- Finanças & Desenvolvimento, FMI / BIRD (BM); Washington DC/ Rio de Janeiro (ed. brasileira).
- Financial Times; London.
- Foreign Affairs; U.S., Spring 1993.
- Foreign Report; London, April 1991.
- Grande Reportagem; Lisboa.
- InformÁfrica Confidencial; Lisboa, 1993.
- InforSete Net; Lisboa, 1993.
- Institutional Investor; N. York.
- International Financial Statistic Yearbook; Washington, 1997.
- Jeune Afrique; Paris.
- Jeune Afrique économie; Paris.
- Jornal de Notícias; Porto.
- L'Histoire; Paris, Février 1993.
- L'Express; Paris.
- La Lettre du Continent; Paris, 1992.
- Le Courrier ACP-UE; Bruxelles, 1995-2000;
- Le Courrier des droits de l'homme; Geneva, Printemps/été 1988.
- Le Monde Diplomatique; Paris.
- Le Nouvel Afrique-Asie; Paris.
- Liberal; Lisboa.
- Lusofonia; Cascais, Ano II, n.º 8, Julho/Setembro 1998.
- Mundo Africano; Lisboa, Março a Agosto 1996.
- Newsweek; New York.
- Nortisul; Lisboa, 1991.
- Notícias da Argélia; Lisboa, ed. da Emb. da Rep. Dem. Pop da Argélia 1997 e 1998.
- O Diabo; Lisboa, 1996.
- O Independente; Lisboa.
- O Jornal; Lisboa.
- O Século de Joanesburgo; Johannesburg, 1996.
- Público; Lisboa.
- Semanário; Lisboa.
- Tempo - Semanário Ilustrado; Maputo, Dezembro 1990.
- Terra Angolana; Lisboa.
- Terra Solidária; Lisboa, Abril, Agosto e Outubro de 1990.
- Time; New York.
- The Economist; London.
- The Wall Street Journal Europe; London.
- UNITA; Press-Release da Repres. em Lisboa, 1996.
- Visão; Lisboa.

# **A N E X O S**

**(GRÁFICOS, MAPAS  
E  
GUIA DE PAÍSES)**

## Árvore genealógica do Homem<sup>355</sup>

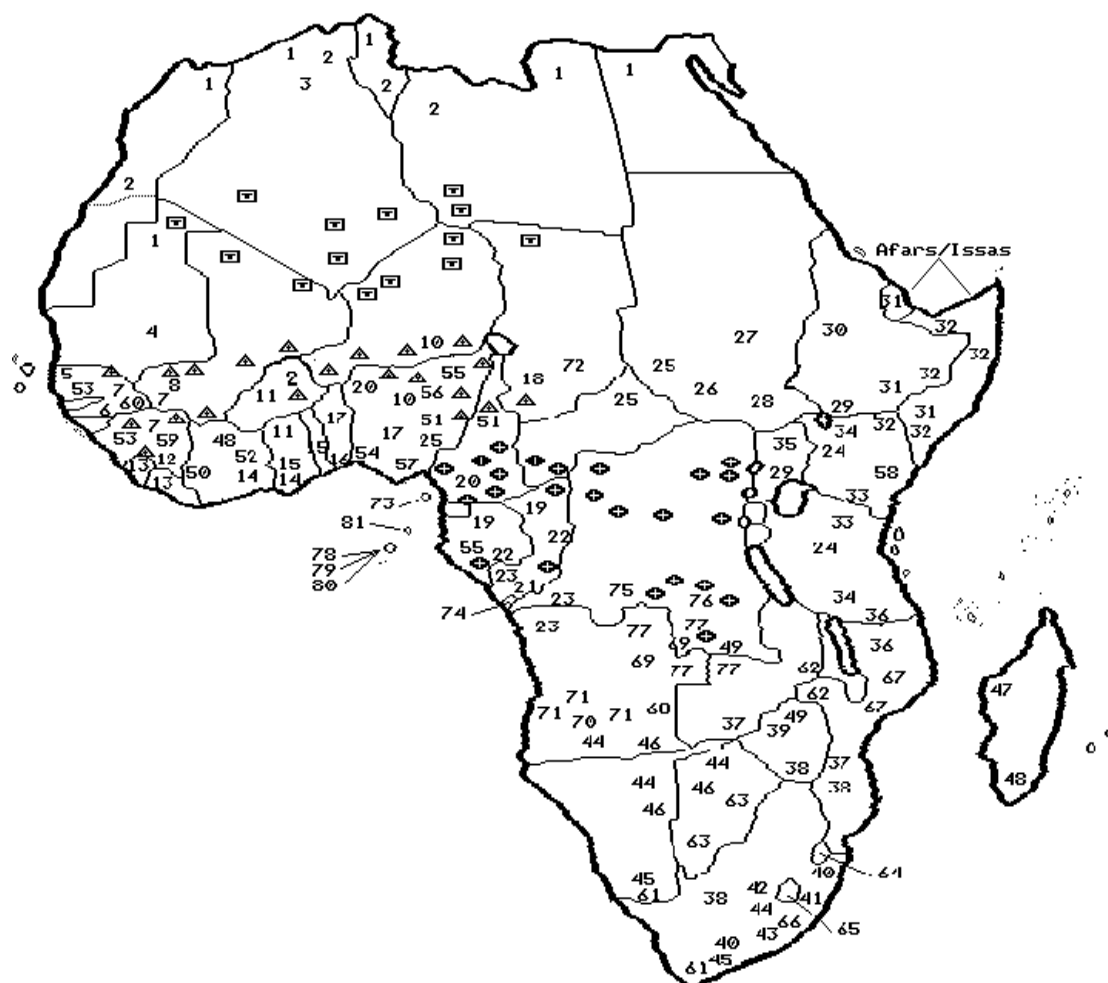


(Estrutura genealógica segundo Ki-Zerbo e Coppens)

Figura1

<sup>355</sup> Não foram considerados eventuais cruzamentos ou possíveis mutações bruscas; valores reconhecidos em 1972 e complementados por informações recentes sobre a denominada "*Eva Negra*", in: Público, de Junho de 1993 e Diário de Notícias, pág. 15/Cultura de 15/07/1993.

## Os principais grupos étnicos africanos



### Descodificação:

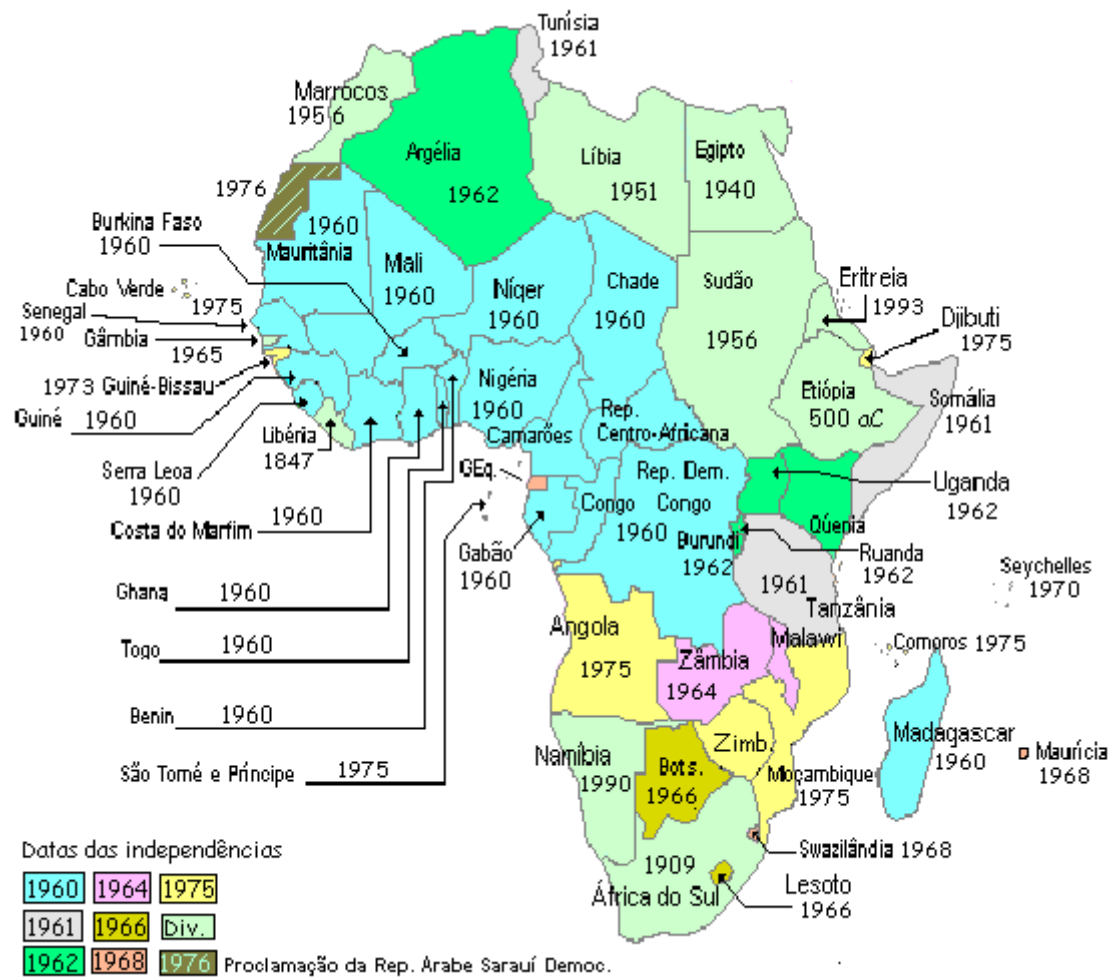
1 - Arabes	29 - Galas	57 - Ibos
2 - Berberes	30 - Amaras	58 - Quícuio
3 - Cabilas	31 - Danáquiles	59 - Kissi
4 - Mouros	32 - Somalis	60 - Toucouleurs
5 - Uolofes	33 - Masai	61 - Dâmaras
6 - Sereres	34 - Nandis	62 - Ajua
7 - Malincas	35 - Suques	63 - Tswanas
8 - Bambaras	36 - Iao	64 - Swalis
9 - Dogões	37 - Tongas	65 - Sothos
10 - Haúças	38 - Chonas	66 - Shosas
11 - Mossis	39 - Vendas	67 - Macua-Lómwe
12 - Soussos	40 - Pedis	68 - Tchokwés
13 - Mendés	41 - Zulus	69 - Luenas
14 - Achantis	42 - Bassuto	70 - Kyaka
15 - Ewe	43 - Cafus	71 - Ovimbundos
16 - Fon	44 - Bosquímanos	72 - Tubus
17 - Yorubas	45 - Hotentotes	73 - Bubi
18 - Saras	46 - Hereros	74 - Kabendas
19 - Bacota	47 - Sacalaves	75 - Kuba
20 - Nupes	48 - Bara	76 - Ludas
21 - Bateque	49 - Bembas	77 - Lundas
22 - Mpongwe	50 - Baulé	78 - Forros
23 - Bacongô	51 - Bamileque	79 - Angolares
24 - Bacumba	52 - Dás	80 - Tongas
25 - Azandés	53 - Diúlas	81 - Moncóis
26 - Dincas	54 - Ekoi	△ - Peules
27 - Chitiques	55 - Fang	⬢ - Pigmeus
28 - Nueres	56 - Ijos	□ - Tuaregues

FONTE: Le Courrier, nº. 119, Jan./Fev. 1990

SILVEIRA, Victor, A Crise da Dívida Externa nos Países da África Subsariana...

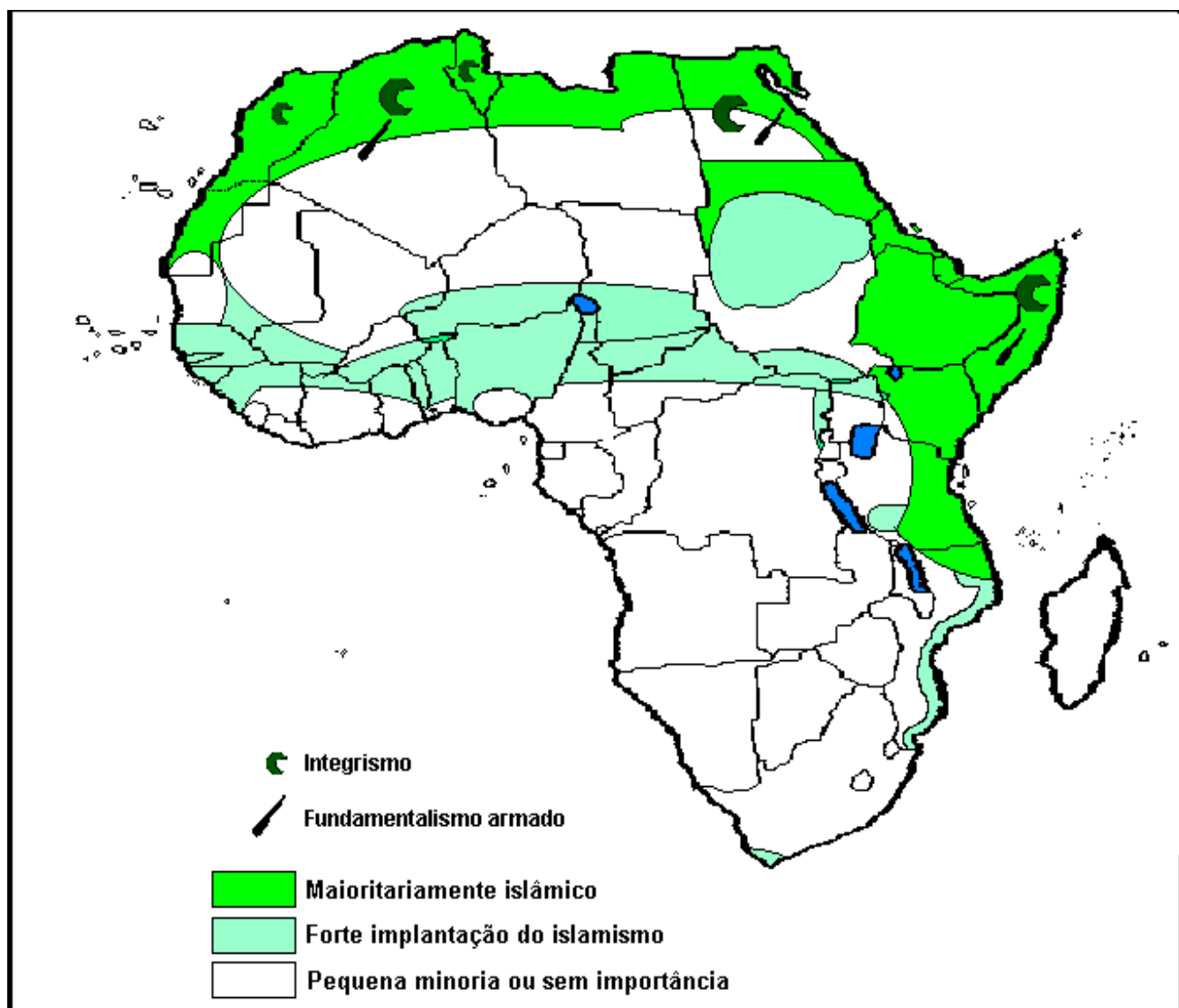
Mapa 4

## Data das independências coloniais



**Mapa 5**

Áreas de influência islâmica em África  
(Anos 80 e 90)

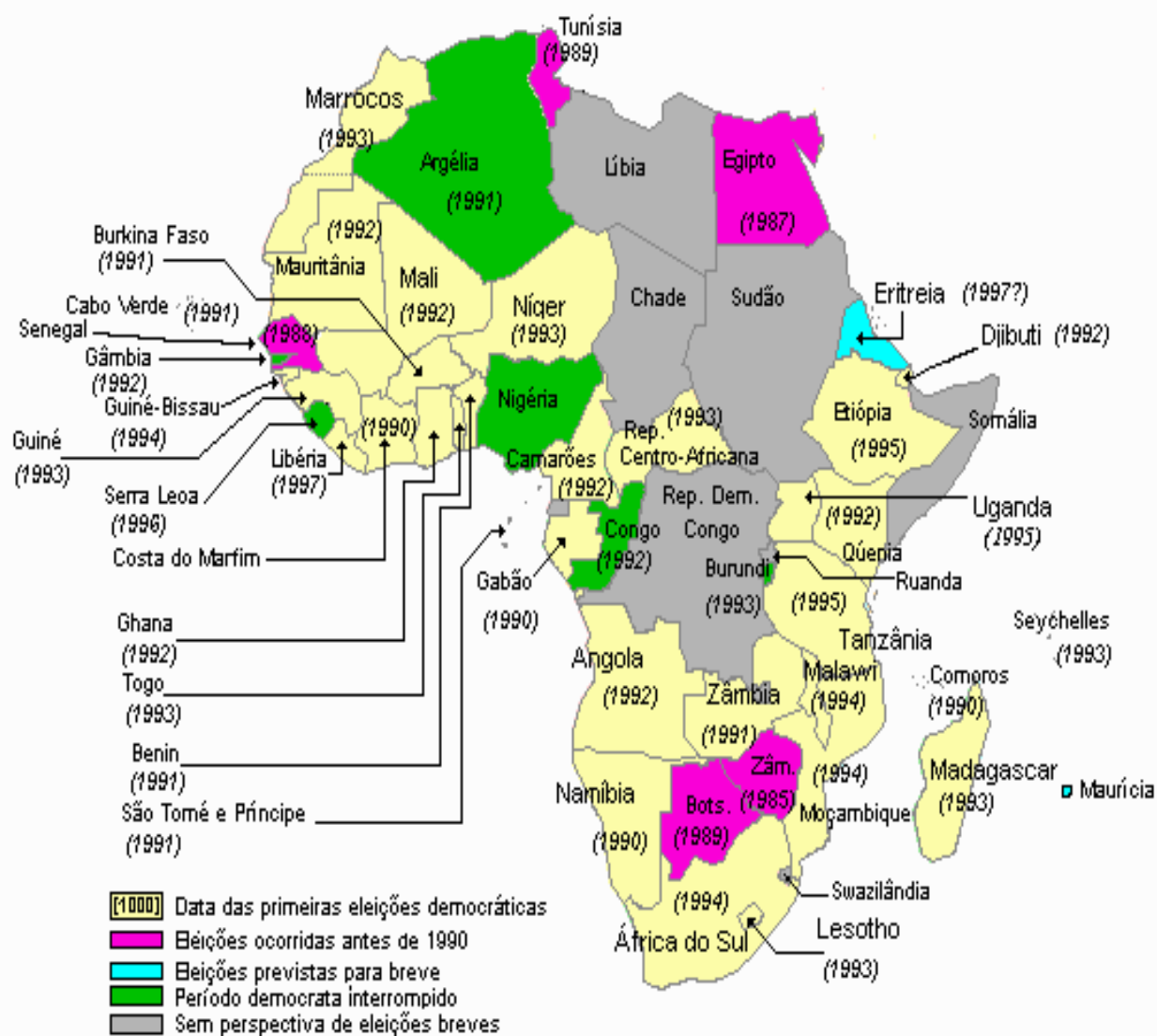


Mapa 6

Fonte: Este Mapa teve como base ALKALI e outros, Islam in Africa “Map1: Muslim areas of Africa (1980s)”, pág. 148.



## África, a Democracia e o momento eleitoral



## Mapa 7

## COLÓNIAS EUROPEIAS APÓS A I GUERRA MUNDIAL

<b>ANGLÓFONAS</b>	<b>BELGAS</b>	<b>FRANCÓFONAS</b>	<b>HISPÂNICAS</b>	<b>ITALIANAS</b>	<b>LUSÓFONAS</b>
<b>Botswana</b> <b>Gâmbia, A</b> <b>Gana</b> <b>Lesoto</b> <b>Malawi</b> <b>Maurícia</b> <b>Nigéria</b> <b>Quênia</b> <b>Serra Leoa</b> <b>Seychelles (a)</b> <b>Sudão</b> <b>Swazilândia</b> <b>Tanzânia</b> <b>Uganda</b> <b>Zâmbia</b> <b>Zimbabwe</b>	<b>Burundi (b)</b> <b>Ruanda (b)</b> <b>Congo, R. Dem.</b>	<b>Argélia</b> <b>Benin</b> <b>Burkina-Faso</b> <b>Camarões (b)</b> <b>Chade</b> <b>Comoros</b> <b>Congo</b> <b>Costa do Marfim</b> <b>Djibuti</b> <b>Gabão</b> <b>Guiné-Konakri</b> <b>Madagáscar</b> <b>Mali</b> <b>Marrocos</b> <b>Mauritânia</b> <b>Níger</b> <b>Senegal</b>	<b>Guiné-Equatorial</b> <b>Sara Ocidental</b> <b>Canárias (c)</b>	<b>Eritreia</b> <b>Líbia</b> <b>Somália (d)</b> <b>Tunísia</b>	<b>Angola</b> <b>Cabo Verde</b> <b>Guiné-Bissau</b> <b>Madeira (c)</b> <b>Moçambique</b> <b>S.Tomé e Príncipe</b>

### NOTAS:

- a) As ilhas Seychelles, foram uma colônia anglo-francesa.
- b) As Repúblicas do Burundi, dos Camarões e do Ruanda foram, inicialmente, colônias germânicas. Com o fim da I Guerra Mundial, o Burundi e o Ruanda foram tuteladas pelo Reino Belga e os Camarões colocados sob tutela inglesa e francesa.
- c) As ilhas Canárias e Madeira estão geopolítica e economicamente ligadas à Europa.
- d) A Somália, durante a colonização esteve dividida entre ingleses, franceses e italianos.
- e) A Namíbia, ex-Sudoeste Africano, esteve sob administração da República da África do Sul.
- f) A República da África do Sul, esteve colonizada até finais do século XIX por ingleses, a par das Rep. bóeres do Transvaal e de Orange.

Gráfico 4

PAÍSES E ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS																												
	<div><div>C</div><div>E</div><div>D</div><div>A</div><div>O</div><div>C</div><div>E</div><div>A</div><div>C</div><div>E</div><div>P</div><div>G</div><div>L</div><div>C</div><div>F</div><div>O</div><div>I</div><div>C</div><div>O</div><div>M</div><div>E</div><div>S</div><div>A</div><div>C</div><div>P</div><div>L</div><div>P</div><div>C</div><div>U</div><div>E</div><div>A</div><div>F</div><div>M</div><div>I</div><div>G</div><div>A</div><div>D</div><div>O</div><div>C</div><div>A</div><div>M</div><div>O</div><div>C</div><div>I</div><div>O</div><div>L</div><div>A</div><div>O</div><div>M</div><div>C</div><div>O</div><div>N</div><div>U</div><div>O</div><div>P</div><div>A</div><div>E</div><div>P</div><div>O</div><div>P</div><div>E</div><div>P</div><div>O</div><div>U</div><div>A</div><div>C</div><div>S</div><div>A</div><div>H</div><div>E</div><div>L</div><div>U</div><div>E</div><div>M</div><div>O</div><div>A</div><div>U</div><div>M</div><div>A</div></div>																												
	A C P	B A D	B A D	B I R	B I R	C B	C E A	C E A	C E A	C E P	C F	C O I	C O M E S A	C P L	C U E A	F M I	I G A D	O C A M	O C I	O L A	O M C	O N U	O P A E P	O P E P	O U A	S A H E L	U E M O A	U M A	
África do Sul, República da Angola	O				X	X									1973						X	1945			X	X			
Argélia, Rep. Pop. e Dem.	X	X			X				O				X	X		a					X	1976			X	X			
Benin		X	X	X												a			X	X	X	1962	X	X	X				X
Botswana	X	X						X			X					1996		X	X			1960			X			X	
Burkina Faso	X	X				X						X				1995					X	1966			X	X			
Burundi	X	X						X			X					1996		X	X			1960			X		X	X	
Cabo Verde	X	X			X			X			X			X		a					X	1975			X		X		
Camarões	X	X				X			X							1996			X		X	1960			X				
Canárias, Arquip. das (Esp)	X																				X								
Chade	X	X							X		X					1996			X			1960			X		X		
Comores, Rep.Fed.Islâm. das	X	X				X					X	X				1996			X			1975			X				
Congo, Rep. Dem.	X	X							X	X	X					susp.						1960			X	X			
Congo, Rep. Pop.	X	X							X		X					1996						1960			X				
Costa do Marfim	X	X						X			X					1996		X			X	1960			X			X	
Djibuti	X	X									X		X			1980	X		X	X		1967			X				
Egipto, Rep. Árabe do		X	X		X											a			X	X		1945	X		X				
Eritreia	X	X			X											a	X				X	1993			X				
Etiópia	X	X										X				a	X				X	1945			X				
Gabão	X	X							X		X					1996			X		X	1960		X	X				

Gráfico 5

Notas explicativas e acrónimos – ver Gráfico 5 c

PAÍSES E ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS																												
	<div><div>C</div><div>E</div><div>D</div><div>E</div><div>E</div><div>A</div><div>O</div><div>C</div><div>E</div><div>E</div><div>A</div><div>C</div><div>C</div><div>E</div><div>P</div><div>G</div><div>L</div><div>C</div><div>F</div><div>C</div><div>O</div><div>I</div><div>C</div><div>O</div><div>M</div><div>E</div><div>S</div><div>A</div><div>C</div><div>P</div><div>L</div><div>P</div><div>C</div><div>U</div><div>E</div><div>A</div><div>F</div><div>M</div><div>I</div><div>I</div><div>G</div><div>A</div><div>D</div><div>O</div><div>C</div><div>A</div><div>M</div><div>O</div><div>C</div><div>I</div><div>O</div><div>L</div><div>A</div><div>O</div><div>M</div><div>C</div><div>O</div><div>N</div><div>U</div><div>O</div><div>P</div><div>A</div><div>E</div><div>P</div><div>O</div><div>P</div><div>E</div><div>P</div><div>O</div><div>U</div><div>A</div><div>C</div><div>S</div><div>A</div><div>H</div><div>E</div><div>L</div><div>S</div><div>A</div><div>H</div><div>E</div><div>L</div><div>O</div><div>A</div><div>M</div><div>U</div><div>M</div><div>A</div></div>																												
	A C P	B A D	B A E A	B I D	B I R D	C B	C E A O	C E D E A O	C E E A C	C E P G L	C F	C O I	C O M E S A	C P L P	C U E A	F M I	I G A D	O C A M	O C I	O L A	O M C	O N U	O P A E P	O P E P	O U A	S A H E L	S A H E L	U E M O A	U M A
Gâmbia (A)	X	X				X		X							1993				X			1965			X		X		
Gana	X	X				X		X							1994							1957			X				
Guiné (Konakri), Rep. da	X	X						X							1995				X			1958			X				
Guiné-Bissau, Rep. da	X	X						X			X			X	a				X		X	1974			X		X	X	
Guiné Equatorial	X	X							X		X				1996						X	1968			X				
Lesoto, Reino do	X	X				X							X		a						X	1966			X	X			
Libéria	X	X						X							susp							1945			X				
Líbia, Jamahiriya Árabe Pop. da		X													susp				X	X		1955	X	X	X				
Madagáscar, Rep. Dem. de	X	X									X	X	X		1996							1960			X				
Madeira, Arquip. da (Por)	X																				X								
Malawi	X	X				X							X		1995							1964			X	X			
Mali	X	X						X			X				1996				X			1960			X		X	X	
Marrocos, Reino de		X													1993				X	X	X	1956			O				X
Maurícia, Estado de	X	X				X						X	X		1993			X				1968			X	X			
Mauritânia, Rep. Islâm. da	X	X						X											X	X		1961			X		X		X
Mayote, Ilha de (Fra)	X										X										X				X				
Moçambique	X	X				X							X	X	a				O		X	1975			X	X			
Namíbia	X	X				X									1996						X	1990			X	X			
Níger	X	X						X			X				1996			X	X			1960		X	X		X	X	
Nigéria, Rep. Federal da	X	X				X		X							susp				X		X	1960			X				

Gráfico 5 a

Notas explicativas e acrónimos – ver Gráfico 5 c

PAÍSES E ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS																													
	C														C															
	A C P	B A D	B A D	B I D	B I D	C B	C A O	C E D E A O	C E E A C	C E P G L	C F	C O I	C O M E S A	C P L P	C U E A	F M I	I G A D	O C A M	O C I	O L A	O M C	O N U	O P A E P	O P E P	O U A	S A D C	S A H E L	U E M O A	U M A	
Quênia	X	X				X	X					X			1994	X					X	1963			X					
República Centro-Africana	X	X						X		X					1996		X					1960			X					
Reunião, Ilha da (Fra)	X									X	X										X									
Ruanda	X	X						X	X									X				1962			X					
Santa Helena, Colónia de (UK)	X					X															X									
São Tomé e Príncipe	X	X						X		O				X		a					X	1975			X					
Sara Ocidental (Mar)																									O					
Senegal	X	X						X		X						1996		X	X			1960			X		X	X		
Serra Leoa	X	X				X		X								1995			X			1961			X					
Seychelles, Ilhas	X	X				X						X	X			1978						1976			X	X				
Somália	X	X											X				X		X	X		1960			X					
Sudão	X	X															X		X	X		1956			X					
Swazilândia, Reino da	X	X				X							X			1989					X	1968			X	X				
Tanzânia, Rep. Unida da	X	X				X	X						X			1996						1955			X	X				
Togo	X	X						X		X						1996		X				1960			X				X	
Tunísia		X														1993			X	X	X	1956	X		X					X
Uganda	X	X					X						X			1994	X					1962			X					
Zâmbia	X	X				X							X			a					X	1964			X	X				
Zimbabwé	X	X				X							X			1995					X	1980			X	X				

Gráfico 5 b

Notas explicativas e acrónimos – ver Gráfico 5 c

**Nota:** *O Sara Ocidental é membro observador junto da O.U.A. através da República Árabe Sarauí Democrática.*

*Apesar da maioria dos Estados africanos darem mostras em reafirmarem a sua intenção de aderirem à O.M.C., só alguns formalizaram essa pretensão.*

### **Acrónimos (denominação)**

**ACP** - África, Caraíbas e Pacífico (UE+ACP)

**BAD** - Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) - Os territórios não autónomos estão representados pelas potências administrantes co-associadas

**BADEA** - Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África

**BID** - Banco Islâmico de Desenvolvimento

**BIRD** - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento / B. Mundial (BM)

**CB (Commonwealth)** - Comunidade Britânica

**CEAO (EAC)** - Cooperação para a África Oriental

**CEDEAO** - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

**CEEAC** - Comunidade Económica dos Estados da África Central

**CEPGL** - Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos

**CF** - Comunidade Francófona

**CILSS** - Comité Permanente Inter-Estados da Luta Contra a Desertificação do Sahel

**COI** - Comunidade para o Oceano Índico

**COMESA** - Mercado Comum da África Austral e Oriental

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CUEA** - Conselho da Unidade Económica Árabe

**FMI** - Fundo Monetário internacional

**IGAD** - Autoridade Inter-governamental para o Desenvolvimento

**OCAM** - Organização da Comunidade Afro-Malgaxe e Maurícias

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenv. Económico

**OCI** - Organização da Conferência Islâmica

**OEA** - Organização dos Estados Americanos

**OLA** - Organização da Liga Árabe

**OMC** - Organização Mundial do Comércio (ex-GATT)

**ONU** - Organização da Nações Unidas (com a data de adesão)

**OPAEP** - Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo

**OPEP** - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**OUA** - Organização de Unidade Africana

**SADC** - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

**SAHEL (Clube do)** - Cooperação entre os Países do CILSS e da OCDE

**UEMOA** - União Económica e Monetária da África Ocidental

**UMA** - União do Maghreb Árabe (CCPM)

**o** - Estatuto de observador

**a** - Em análise o pedido de adesão

**susp** - Suspensa a sua adesão

**Gráfico 5 c (Principais Organizações Internacionais)**

PAÍSES E ESTADOS E TERRITÓRIOS  NÃO AUTÓNOMOS	EXTENSÃO TERRITORIAL  (EM KM <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO	PRODUTO NACIONAL  BRUTO (PNB) (EM MIO USD)	EFFECTIVOS MILITARES  (INCLUI FORÇAS PARAMILITARES)	% DA POPULAÇÃO	DESPESAS COM SERVIÇO MILITAR (EM MIO USD)  (1998/9)	% DO P N B
África do Sul, República da	1.221.040	41.244.500	125.225	217.400	0,53%	2.300,8	3,30%
Angola	1.246.700	11.700.000	7.700	129.000 <i>a</i>	1,10%	658,0	8,55%
Argélia, Rep. Pop. e Democrática	2.381.741	29.200.000	46.115	268.000	0,92%	1.900,0	4,12%
Benin	112.622	5.965.000	2.200	7.300	0,12%	27,4	1,25%
Botswana	582.000	1.614.000	3.700	100.000	6,20%	241,5	6,53%
Burkina Faso	274.122	11.467.000	2.982	55.250	0,48%	68,0	2,28%
Burundi	27.834	6.860.000	1.100	40.500 <i>b</i>	0,59%	60,1	5,46%
Cabo Verde	4.033	449.000	224	1.100	0,24%	3,9	1,74%
Camarões	475.442	14.677.000	8.735	22.100	0,15%	255,1	2,92%
Chade	1.284.000	6.991.000	1.153	35.650 <i>c</i>	0,51%	45,0	3,90%
Comores, Rep. Fed. Islâmica das	2.230	446.800	249		0,00%	3,1	1,24%
Congo, Rep. Dem.	2.345.409	47.742.000	5.800	53.600	0,11%	308,0	1,90%
Congo, República do	341.500	2.952.000	2.900	15.000	0,51%	61,0	2,10%
Costa do Marfim	322.463	15.967.000	11.700	14.400 <i>c</i>	0,09%	115,2	0,98%
Djibuti	23.200	708.000	402	11.600 <i>d</i>	1,64%	20,1	5,00%
Egipto, Rep. Árabe do	1.001.440	61.300.000	65.000	680.000	1,11%	2.800,0	5,90%
Eritreia	121.144	3.889.000	393	187.100 <i>e</i>	4,81%	196,0	28,60%
Etiópia	1.101.900	56.677.000	6.500	120.000	0,21%	138,0	2,50%
Gabão	267.667	1.431.710	6.000	10.100 <i>c</i>	0,71%	121,0	2,02%
Gâmbia, A	10.700	1.168.000	396	800	0,07%	15,0	3,79%
Gana	238.537	18.890.000	8.900	7.000	0,04%	53,0	0,66%
Guiné (Konakri), Rep. da	36.125	7.224.000	3.200	17.200	0,24%	56,0	1,40%
Guiné-Bissau, Rep. da	248.857	1.152.000	301	9.250	0,80%	8,1	2,00%
Guiné Equatorial	28.051	501.000	385	1.320	0,26%	5,1	1,32%
Lesoto, Reino do	30.355	2.131.000	697	2.000	0,09%	n.d.	n.d.
Libéria	111.369	3.400.000	1.051	14.000 <i>f</i>	0,41%	34,1	3,24%
Líbia, Jamahiriya Árabe Pop. da	1.775.000	6.005.000	27.000	105.000	1,75%	1.300,0	3,70%
Madagáscar, Rep. Dem. de	587.041	14.694.000	4.600	28.500	0,19%	45,3	0,98%
Malawi	118.484	10.273.000	2.100	6.000	0,06%	17,0	0,80%
Mali	1.240.000	10.858.000	2.421	12.150	0,11%	49,0	1,87%
Marrocos, Reino de	710.850	29.303.000	34.000	238.300	0,81%	1.361,0	3,80%

**Gráfico 6 (Despesas dos Estados Africanos com o Serviço Militar)**

NOTAS EXPLICATIVAS: *Gráfico 6 b*



PAÍSES E ESTADOS E TERRITÓRIOS  NÃO AUTÓNOMOS	EXTENSÃO TERRITORIAL  (EM KM <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO	PRODUTO NACIONAL  BRUTO (PNB) (EM MIO USD)	EFFECTIVOS MILITARES  (INCLUI FORÇAS PARAMILITARES)	% DA POPULAÇÃO	DESPESAS COM SERVIÇO MILITAR (EM MIO USD)  (1998/9)	% DO P N B
Maurícia, Estado de	1.860	1.168.000	4.200	1.800 <i>g</i>	0,15%	11,0	0,36%
Mauritânia, Rep. Islâmica da	1.030.700	2.467.000	1.063	20.650	0,84%	41,0	2,63%
Moçambique	799.386	18.755.000	1.900	6.100 <i>h</i>	0,03%	72,0	4,70%
Namíbia	824.292	1.787.000	2.600	9.000	0,50%	89,2	3,43%
Níger	1.266.700	9.787.000	1.600	10.700	0,11%	24,1	1,51%
Nigéria, Rep. Federal da	923.768	111.720.000	49.000	79.100	0,07%	236,0	0,70%
Quénia	582.646	29.946.000	9.800	29.200	0,10%	197,0	1,90%
República Centro-Africana	622.984	3.681.000	1.191	4.950 <i>c,i</i>	0,13%	92,0	3,80%
Ruanda	26.338	8.309.000	1.900	47.000	0,57%	112,3	5,91%
São Tomé e Príncipe	286.000	125.000	31	2.000 <i>j</i>	1,60%	1,0	1,50
Sara Ocidental (Mar.) (2)	196.722	244.943	n.d.	6.000	n.d.	n.d.	n.d.
Senegal	71.620	9.199.000	4.500	18.100 <i>c</i>	0,20%	68,5	1,52%
Serra Leoa	454	5.104.000	752	200 <i>k</i>	0,00%	46,0	2,00%
Seychelles, República das	637.657	74.000	355	450	0,61%	13,1	2,84%
Somália		7.114.400	946	n.d. <i>l</i>	n.d.	40,0	4,23%
Sudão	2.505.813	24.941.000	7.500	109.700 <i>m</i>	0,44%	550,0	1,79%
Swazilândia, Reino da	17.364	879.000	1.048	3.000	0,34%	23,0	1,90%
Tanzânia, Rep. Unida da	945.087	31.098.000	3.600	115.400 <i>n</i>	0,37%	107,2	2,98%
Togo	56.785	4.707.000	1.400	7.700 <i>c</i>	0,16%	27,0	2,29%
Tunísia	164.150	8.947.100	19.000	35.000	0,39%	354,0	1,76%
Uganda	235.880	21.019.000	6.800	40.600	0,19%	94,0	1,90%
Zâmbia	752.614	9.825.000	3.400	23.000	0,23%	61,2	1,80%
Zimbabwé	390.759	11.814.000	6.400	61.400	0,52%	471,4	3,50%

**Gráfico 6 a (Despesas dos Estados Africanos com o Serviço Militar)**

NOTAS EXPLICATIVAS: *Gráfico 6 b*

## **NOTAS EXPLICATIVAS:**

- (1) Colónias e territórios autónómicos sobre administração europeia.**
- (2) O Sara Ocidental é um território não-autónomo ocupado pelo Reino de Marrocos. Os efectivos anunciados são forças sarauias que lutam pela independência do território**
  - a Acresce-se cerca de 30.000 elementos da UNITA e 500 guerrilheiros da FLEC-R.**
  - b A oposição armada opera com cerca de 7.000 elementos armados.**
  - c Inclui militares franceses ao abrigo de protocolos de defesas e seguranças locais.**
  - d Ao abrigo do Acordo de Defesa Mútua acresce-se 1.500 militares franceses (podem ascender a 3.900, quando em períodos de crise).**
  - e Inclui 95000 milícias bem armadas.**
  - f Ao abrigo dos acordos de paz entre as forças beligerantes existem no terreno 5.000 militares da ECOMOG.**
  - g Não existem Forças Armadas; somente uma força policial especial para a segurança do Estado.**
  - h Embora oficialmente só existam 6.100 militares, os diferentes Relatórios militares internacionais admitem que as FAM podem ascender a 12 a 15.000.**
  - i Além dos militares franceses deve-se incluir, também 1.345 capacetes azuis da MINURCA.**
  - j Mantém-se no país cerca de 1.000 a 2.000 militares angolanos desde 1978 em apoio às FA de S.T.P.**
  - k As Forças Armadas estão desfeitas. Só a Marinha (200) e os guerrilheiros da AFRC e da RUF (2 a 4.000) estão operativos. Existem, ainda, 10.000 militares da ECOMOG estacionados no país.**
  - l Não existem Forças Armadas, mas grupos paramilitares oposicionistas, na Somalilândia (cerca de 12.900 elementos), e na Somália (16 a 20.000 distribuídos pelos diferentes grupos).**
  - m Acresce mais de 130.000 do Exército de Libertação do Povo sudanês do Sul e 3.000 de outras facções anti-governamentais.**
  - n Destes, 80.000 são militares ligados ao partido no poder em regime de reserva permanente.**

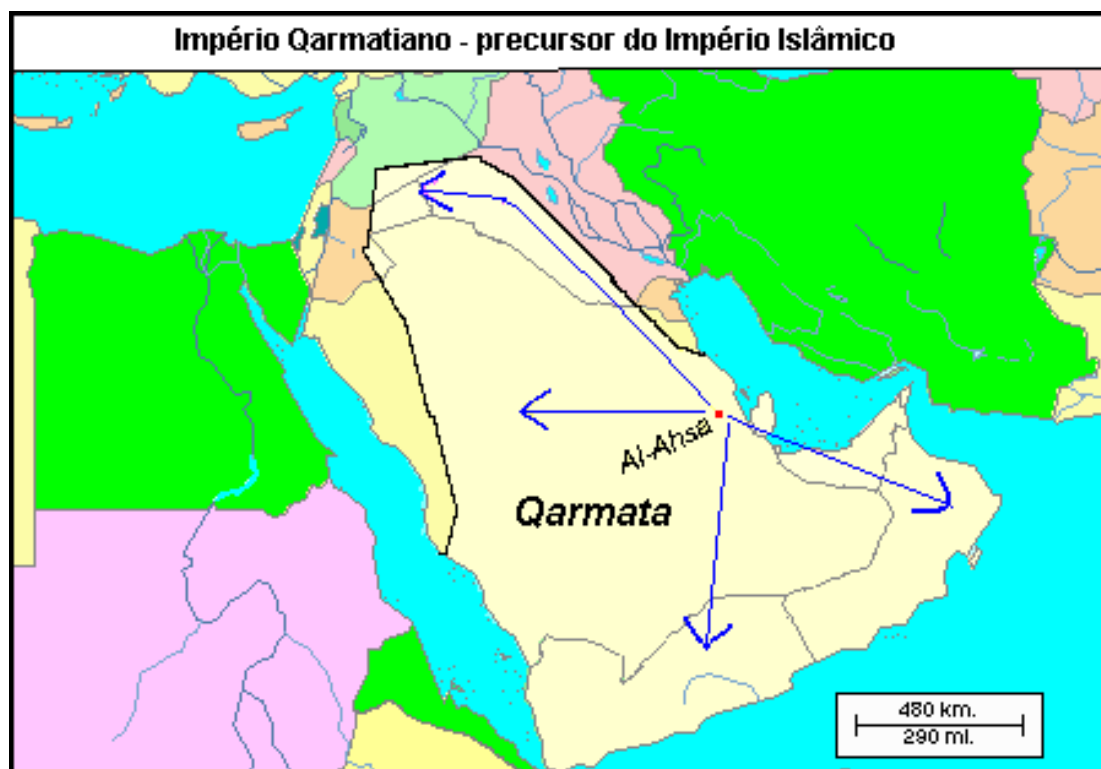
**Gráfico 6 b (Despesas dos Estados Africanos com o Serviço Militar)**

Estados Africanos	<i>Coupe d' États, Tentativas e revoltas ocorridos nos últimos 15 anos</i>													
	1985	1986	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argélia							11.Jan							
Burkina Faso						26.Mar					25.Jul			
Burundi			15.Out 03.Set					21.Out	25.Abr					
Chade					<i>Golpe</i>		26.Set			28.Abr				30.Abr
Comores				26.Nov								16.Mai 25.Out		
Congo, R.Dem														
Congo, Rep.									23.Jul					
Gâmbia														
Guiné, Rep.	7.Mai													
Guiné-Bissau													<i>Tentativa</i>	07.Mai
Jibuti						Jan								
Lesotho		20.Jan												
Libéria						<i>Golpe</i>								
Mali						Jul								
Níger														09.Abr
Nigéria	27.Ago							Nov						
R.Centro-africana											<i>Tentativa</i>			
Ruanda									07.Abr					
S. Tomé e P.										<i>Tentativa</i>				
Serra Leoa	<i>Golpe</i>						01.Mai				17.Jan	25.Mai	11.Mar	
Somália						27.Jan					<i>Golpe</i>			
Sudão	06.Abr			30.Jun	<i>Tentativa</i>									
Togo							<i>Revolta</i>							
Uganda	27.Jul	26.Jan												
Zâmbia								<i>Tentativa</i>				<i>Tentativa</i>		

Gráfico 7

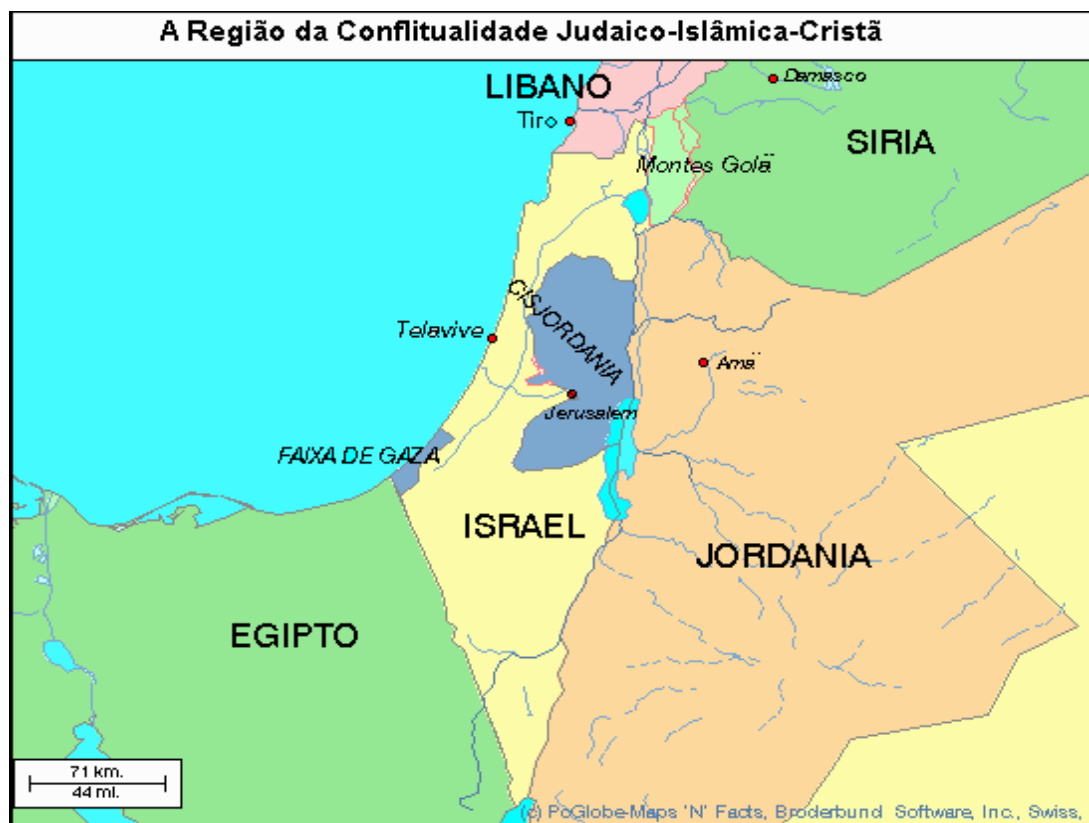
Estados Africanos	<i>Coupe d' États, Tentativas e revoltas ocorridos nos últimos 15 anos</i>														Total de Golpes
	1985	1986	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	
Serra Leoa	1						1				1	1	1		5
Burundi			1					1	1		1				4
Comores				1			1			1				1	4
Sudão	1			1	1										3
Burkina Faso			1			1									2
Guiné-Bissau													1	1	2
Nigéria	1							1							2
Somália						1					1				2
Uganda	1	1													2
Zâmbia								1				1			2
Argélia							1								1
Chade					1										1
Congo, R. Dem.												1			1
Congo, Rep. do												1			1
Gâmbia									1						1
Guiné, Rep. da	1														1
Jibuti						1									1
Lesotho		1													1
Libéria						1									1
Mali						1									1
Níger														1	1
R.Centro-africana											1				1
Ruanda									1						1
S. Tomé e Prínc.										1					1
Togo							1								1
															43

Gráfico 8

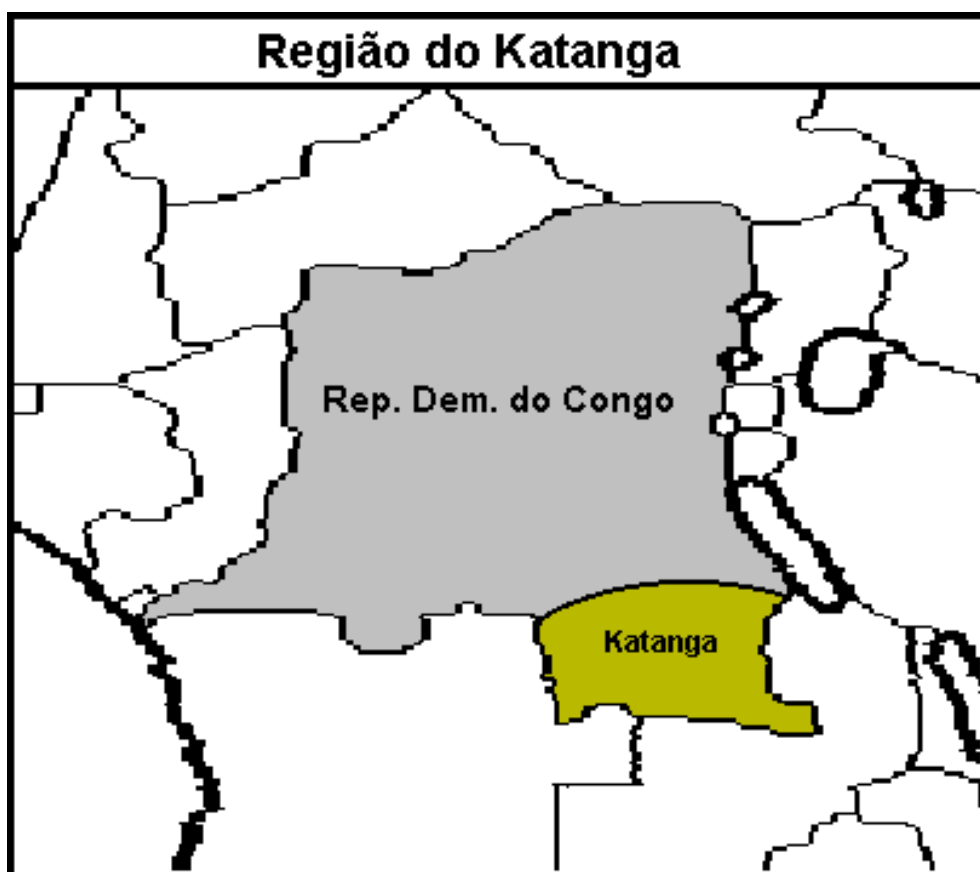


Fonte base: *Collier's Encyclopedia*, vol. 13

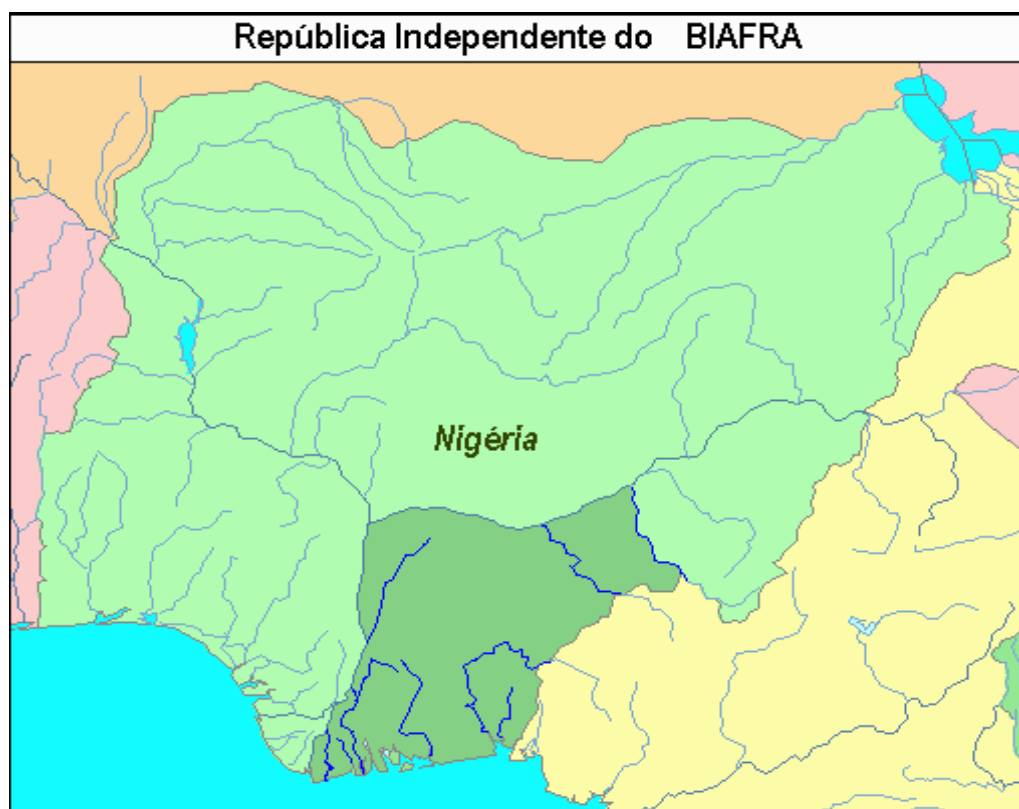
Mapa 8



Mapa 9

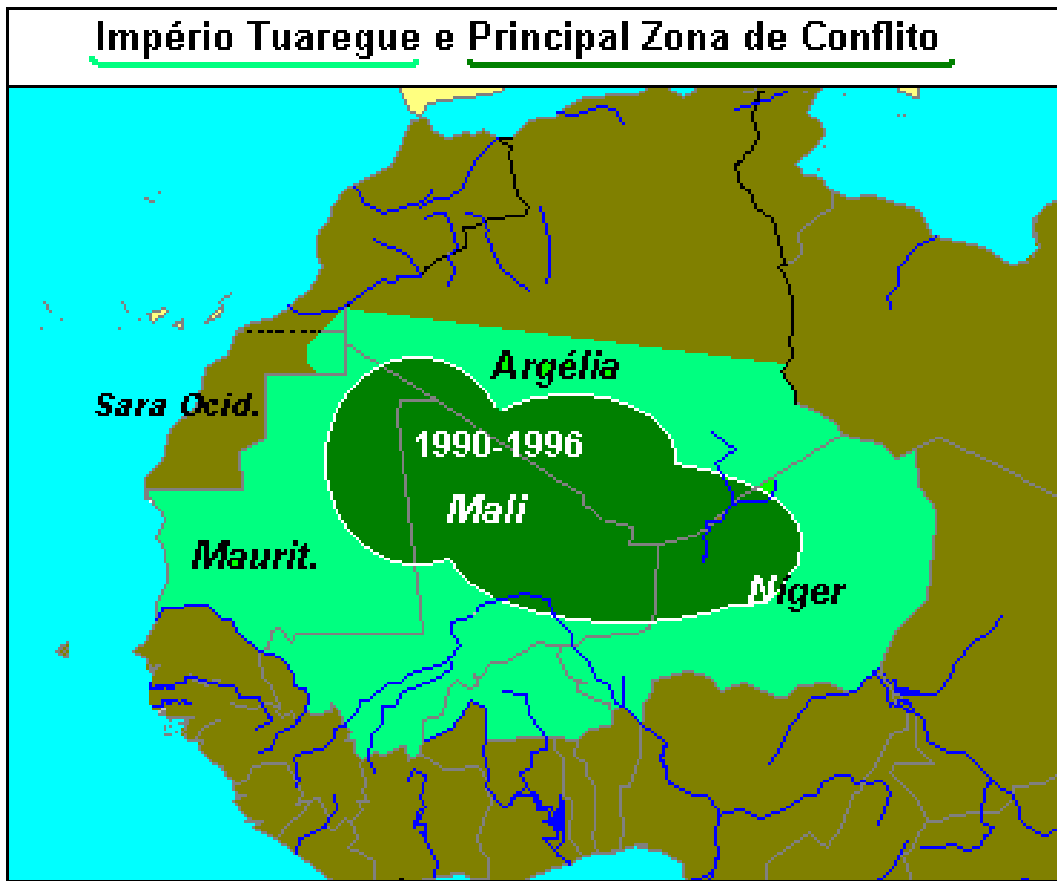


Mapa 10

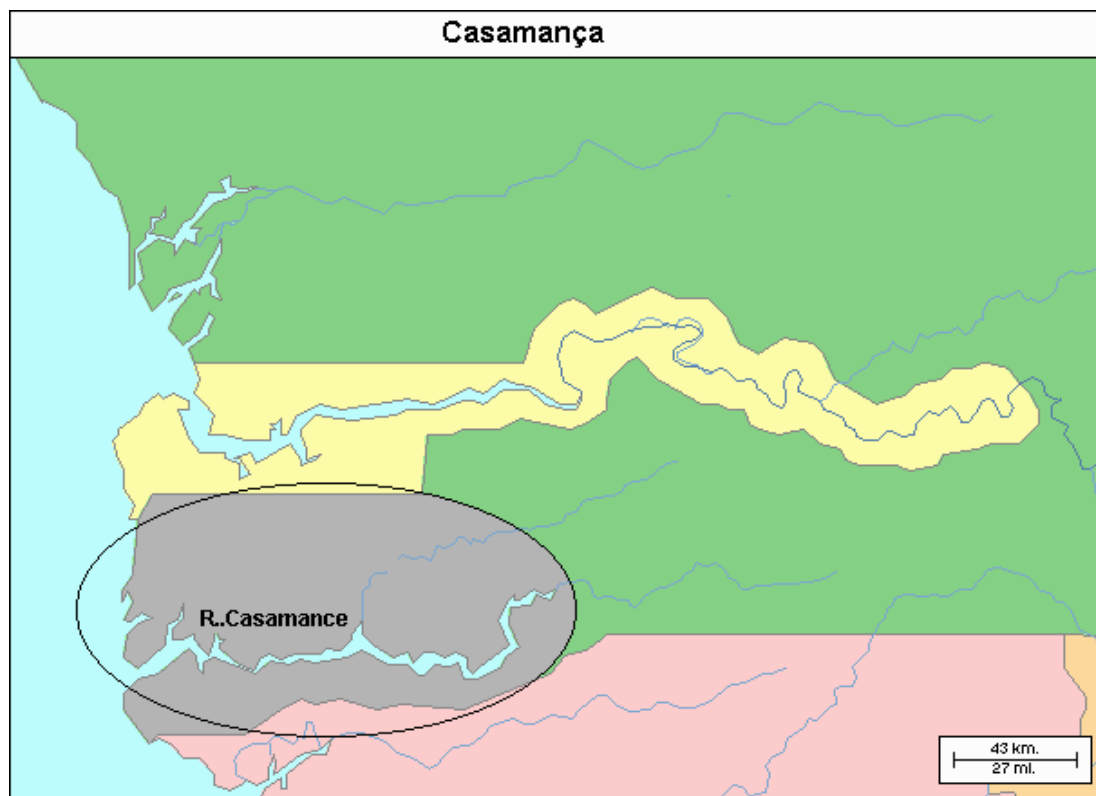


Fonte: [www.fotw.net/flags/ng-biaf.html#biafra](http://www.fotw.net/flags/ng-biaf.html#biafra)

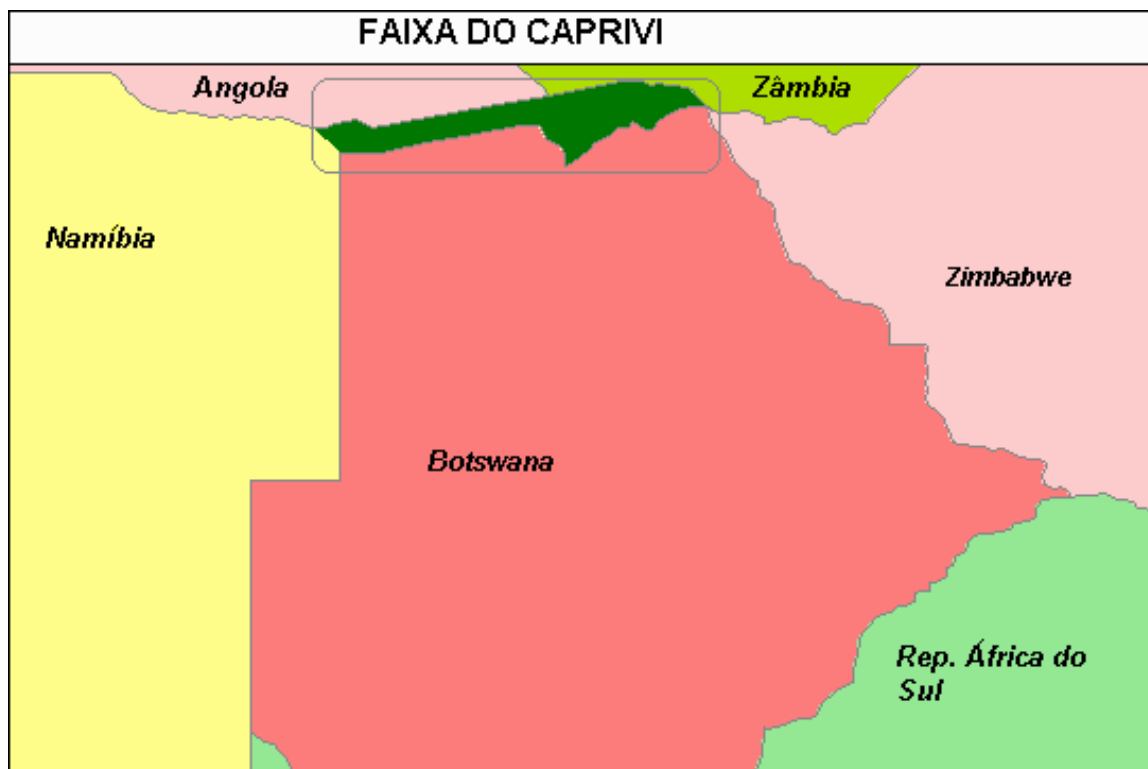
Mapa 11



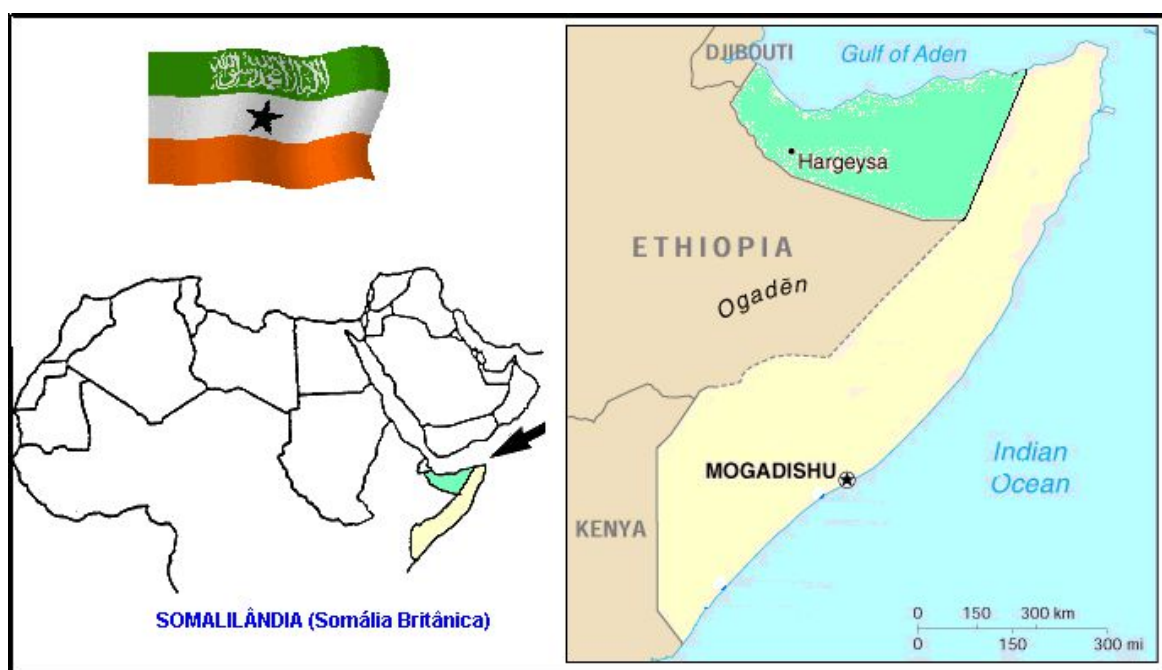
Mapa 12



Mapa 13



Mapa 14



Fontes: Collier's Encyc., vol. 21, pg. 202; [www.somaliland.net](http://www.somaliland.net); [www.medeia.be/en/index213.htm](http://www.medeia.be/en/index213.htm)

Mapa 15



## **. ÍNDICE DOS PAÍSES:**

	<b>Páginas</b>		<b>Pàginas</b>
<b>África do Sul, Rep. da</b>	<b>1</b>	<b>Mali</b>	<b>66</b>
<b>Angola</b>	<b>7</b>	<b>Marrocos</b>	<b>68</b>
<b>Argélia</b>	<b>13</b>	<b>Mauricia</b>	<b>70</b>
<b>Benin</b>	<b>17</b>	<b>Mauritânia</b>	<b>71</b>
<b>Botswana</b>	<b>19</b>	<b>Moçambique</b>	<b>73</b>
<b>Burkina Faso</b>	<b>20</b>	<b>Namíbia</b>	<b>76</b>
<b>Burundi</b>	<b>22</b>	<b>Níger</b>	<b>78</b>
<b>Cabo Verde</b>	<b>25</b>	<b>Nigéria</b>	<b>80</b>
<b>Camarões</b>	<b>27</b>	<b>Quênia</b>	<b>83</b>
<b>Chade</b>	<b>29</b>	<b>Rep. Centro-Africana</b>	<b>85</b>
<b>Comores</b>	<b>31</b>	<b>Ruanda</b>	<b>87</b>
<b>Congo, Rep.</b>	<b>33</b>	<b>S. Tomé e Príncipe</b>	<b>88</b>
<b>Congo, Rep. Dem.</b>	<b>35</b>	<b>Senegal</b>	<b>91</b>
<b>Costa do Marfim</b>	<b>38</b>	<b>Serra Leoa</b>	<b>93</b>
<b>Egipto</b>	<b>39</b>	<b>Seyschelles</b>	<b>94</b>
<b>Eritreia</b>	<b>41</b>	<b>Somália</b>	<b>95</b>
<b>Etiópia</b>	<b>43</b>	<b>Sudão</b>	<b>97</b>
<b>Gabão</b>	<b>45</b>	<b>Swazilândia</b>	<b>100</b>
<b>Gâmbia, A</b>	<b>46</b>	<b>Tanzânia</b>	<b>101</b>
<b>Gana</b>	<b>47</b>	<b>Togo</b>	<b>102</b>
<b>Guiné, Rep.</b>	<b>49</b>	<b>Tunísia</b>	<b>103</b>
<b>Guiné-Bissau</b>	<b>50</b>	<b>Uganda</b>	<b>105</b>
<b>Guiné-Equatorial</b>	<b>54</b>	<b>Zâmbia</b>	<b>106</b>
<b>Jibuti</b>	<b>55</b>	<b>Zimbabwe</b>	<b>108</b>
<b>Lesoto</b>	<b>56</b>		
<b>Libéria</b>	<b>58</b>	<b>Sara Ocidental (RASD)</b>	<b>112</b>
<b>Líbia</b>	<b>60</b>		
<b>Madagáscar</b>	<b>63</b>		
<b>Malawi</b>	<b>64</b>		

PAÍS	: África do Sul		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da África do Sul		
CAPITAL	: Pretória (823.000 hab.)		
ÁREA	: 1.221.040 Km²		
POPULAÇÃO	: 41,2 milhões (1998 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: República Federativa		
CHEFE DO ESTADO	: Thabo Mbeki (ANC) (1999)		
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial		
M. N. ESTRANGEIROS	: Nkosazana Zuma		
FORÇAS ARMADAS	: 217.400 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 2.301 milhões (3,3% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1909		
HINO NACIONAL	: God (Lord), Bless Africa		
ETNIAS	: Zulu, Xhosa, Branca, Mestiços, Shoto e Indianos		
RELIGIÃO	: Anglicanos, Católicos, Calvinistas e Animistas		
IDIOMAS NACIONAIS	: Inglês, Africakaans, isiZulu, isiNdebele, Sesotho, Setswana, ThsiVenda, siSwati, Xitsonga e Sesotho sa Leboa (Pedi)		
MOEDA	: Rand		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 131.000 milhões (1997 estimado)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 3.054 (1997 estimado)		
ÍND. DES. HUMANO	: 101°. (0,695) (1997 [Rel. Des. Humano 1999])		
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; COMESA, SADC; SACU; BC; ACP; FMI		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: ANC,NP,IFP,VF,DP,PAC,UDP,CADP e SACP		

### SINOPSE HISTÓRICA

1488: Portugueses chegam ao topo sul da África, baptizando o cabo extremo do continente de Cabo da Boa Esperança;

1652: Chegam os primeiros colonos holandeses que fundam a Colónia do Cabo;

1814: A Inglaterra na sequência das guerras napoleónicas obtém o domínio da Colónia;

1835-36: Os boéres, descendentes de holandeses começam a Grande Viagem ou "voortrek" da Colónia do Cabo para as terras a norte do Rio Orange;

1848(Agosto): Os boéres são derrotados pelos britânicos em Boomplatz;

1899 a 1902: Guerra dos Bóeres; embora com vitória britânica permite àqueles não só manterem o seu sistema político como, pelo Tratado de Vereening, os ingleses reconhecem aos boéres, o seu direito ao Estado Livre de Orange e ao Transvaal. Na prática os boéres acabaram por ficarem senhores dos seus domínios;

1899(19.10): Derrota dos bóeres em Glegae;

1910: Pela *Conferência de Bloomfontein* é formada a *União da África do Sul*, constituída pelas Colónias do Cabo, Natal e os Estados do Transvaal e de Orange, bem assim das colónias das actuais Swazilândia, Lesotho e Beshuanalândia (Botswana). Criado nos termos do *South Africa Act* aprovado pelo Parlamento Britânico;

1912: É criado o *African National Congress* (ANC);

1926: Surgem as primeiras leis segregacionistas, génese do *apartheid*;

1948: Depois da vitória da *coligação Nacionalista Sul-Africana*, são implementadas medidas constitucionais e segregacionista conhecidas por *Apartheid*;

1959: É promulgado o *Bantu Self-Government Act*, que cria 8 Estados africanos;

1960: A 15 de Março a África do Sul abandona a Comunidade Britânica (BC), devido ao *apartheid* e face às críticas que esta faz sobre o novo regime e a 31 de Maio é declarada a República da África do Sul. Em Outubro, na sequência de um plebiscito, a minoria branca no poder declara o fim da União e separação definitiva da *Commonwealth of Nations*;

1961: A União transforma-se na República da África do Sul. As colónias negras do Lesotho, Swazilândia e Beshuanalândia separam-se da nova República. Como a transformação a África do Sul sai em definitivo da BC;

1963: Numa operação policial efectuada em Rivónia, a 11 de Julho, inúmeros documentos do *Partido Comunista sul-africano* (SACP) são apreendidos. Alguns dirigentes, entre eles o secretário-geral Joe Slovo e o vice-presidente do ANC, Nelson Mandela são igualmente detidos. No mesmo ano surge o primeiro Bantustão, parcialmente autónomo, sob a designação de Transkey. É a região onde nasceu Nelson Mandela;

1964: Devido ao processo de Rivónia, Mandela é condenado à prisão perpétua;

1966: O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) regeita uma queixa contra a África do Sul devido ao *apartheid*. A Assembleia Geral das N.U. adopta uma resolução que retira à África do Sul o mandato que detém sobre o Sudoeste Africano (Namíbia);

1968(Dezembro): Mandela é colocado sob prisão domiciliária. Segundo fontes oficiais foi devido a doença pulmonar;

1969: A ONU exige que a África do Sul proceda à devolução do território do Sudoeste Africano ao controle onusiano; a ONU face à recusa daquela decide oficializar o fim do mandato 'C' que os sul-africanos obteve da Liga das Nações para aquele território;

1971: A ONU decide tornar ilegal a administração do Sudoeste Africano pela África do Sul e declarar o mesmo território descolonizável sob a designação de Namíbia;

1975: África do Sul invade o sul de Angola dando posteriormente apoio aos movimentos anti-MPLA, a UNITA e a FNLA e, por esse facto, de entre outros, a ONU decreta embargo petrolífero à África do Sul, que é acatado pela CEE;

1976: A 06 de Maio, o Conselho de Segurança das N.U. condena a África do Sul pela pretensa invasão a Angola e exige a retirada imediata das suas forças deste país. Os sul-africanos abandonam Angola, excepto a zona da Barragem de Pereira D'Eça, no Cunene;

Enquanto, no Soweto, se registam graves incidentes raciais anti-apartheid que terminam com inúmeros mortos, a África do Sul aceita a proposta da Conferência Constitucional da Namíbia que irá determinar a independência daquele território;

1977: A CEE decreta embargo militar à África do Sul;

1983: Em Fevereiro, a Comissão dos Direitos Humanos da Nações Unidas condenou a política segregacionista da África do Sul. Neste ano é fundada a *União das Forças Democráticas* (UDF), por brancos e mestiços. Este partido político é tido como o braço legal do ANC;

1984(31.08): O bantustão negro de Kangwane, de 160 mil habitantes, junto da fronteira com a Swazilândia, obtém a autodeterminação;

1985(10.02): Nelson Mandela regeita a oferta de libertação condicional proposta pelo governo sul-africano;

1986: Em Junho é decretado o estado de emergência. Os EUA e CEE declaram sanções económicas na sequência do Estado de Emergência e a 24 de Novembro, na sequência das sanções económicas impostas pelo Sistema Internacional, o segundo maior banco britânico, o Barclays Bank, retira-se da África do Sul;

São revogadas algumas leis do "apartheid", entre elas a "*Immorality Law*", que impedia pessoas de raças diferente se juntarem ou consorciarem, e a "*Pass Law*", uma lei tipo passaporte que permitia a circulação restrita de negros pelo país;

1989: A 15 de Agosto, Frederik W. De Klerk substitui interinamente, Pieter Botha, na Chefia do Estado, no que é confirmado em 20 de Setembro.;

A 15 de Outubro, regista-se a libertação de diversos presos políticos, entre os quais, Walter Sisulu, membro destacado do ANC, e a 16 de Novembro verifica-se o *fim do apartheid nas praias*;

1990:

Em Fevereiro, a 2, é revogada a interdição aos partidos de esquerda, ao ANC e ao *Pan-African Congress* (PAC) e 11, após cerca de 30 anos de presídio, Nelson Mandela é libertado, o ANC relegalizado, tal como o SACP, interdito em 1950, e o PAC, proibido em 1960;

A 02 de Maio, reunião entre o Governo e o ANC resulta na assinatura do acordo "*Groote Schuur Minute*". A é o *fim do apartheid na maioria dos hospitais*;

(07.06): Fim do Estado de emergência;

Enquanto a 06 de Agosto, ANC e Governo acordão na suspensão da luta armada, no caso do primeiro, e da libertação dos presos políticos pelo lado do Governo, - é a assinatura da '*Pretória Minute*' - a 31 o PN decide abrir o partido a todas as raças;

(15.10): *Abolição do apartheid nos lugares públicos*;

(18.12): Amnistia aos exilados políticos;

1991:

Fevereiro: a 1, na inauguração da nova sessão parlamentar, De Klerk declara a vontade de revogar a '*Land Acts*' e a '*Population Registration Act*', sendo esta o principal pilar do regime; a 27, o Ciskei renuncia à sua independência como Bantustão, reintegrando-se na África do Sul;

Em Junho regista-se a abolição das leis sobre a terra e sobre a residência, a 5, a abolição da lei sobre a classificação da população. Cai o último bastião do Apartheid, em 16 e a 30 é decretado o fim oficial do 'Apartheid';

Em Julho, Mandela é eleito presidente do ANC durante o Congresso realizado na África do Sul entre 02 e 07 de Julho e ameaça voltar à luta armada, devido ao chamado Inkhatagate, i.é., devido ao apoio do gov. sul-africano ao partido zulu Inkhata, pelo qual se demitiram dois membros do gov. de entre os quais, o Ministro da Defesa, Magnus Malan, substituído por Roelof Meyer e o Min. da Lei e Ordem, A. Vlok, substituído por Kriel Hernus. A 10 os EUA levantam as sanções económicas à África do Sul;

No mês de Agosto, e pela primeira vez, Africânderes e polícias brancos confrontam-se na África do Sul; com o saldo 2 mortos e 48 feridos. ANC solicita a ilegalização do Movimento de Resistência Africânder (AWF) liderado por Terreblanche. Os confrontos verificaram-se em Ventersdorp, durante a convenção nacional do Partido Nacional, de De Klerk;

(14.09): Reunião nacional entre o Governo da África do Sul, Inkhata, ANC, SACP, organizações sindicais e religiosas para a assinatura de um Acordo de Paz para o país, é o *National Peace Accord*;

(27.10): O ANC e o PAC decidiram juntarem-se numa 'Frente Patriótica', para a próxima reunião constitucional com De Klerk;

(21.12): Conferência para a Democracia na África do Sul (CODESA); juntou todas as forças políticas, sociais e sindicais, excepto a extremas direita branca e esquerda negras, reúnem-se durante dois dias para discutir as próximas alterações constitucionais;

1992:

Janeiro: A extrema-direita inicia o ano detonando 6 bombas, uma delas numa escola e a 27 a CEE lavanta o embargo económico à África do Sul, excepto ao comércio de armas e petróleo;

(20.02): Após a derrota verificada nas eleições intercalares, De Klerk decide referendar a sua política de abertura, com um *referendum* só para brancos. Pieter Botha, antigo presidente, apela ao Não no próximo Referendum. Todavia a população baranca, a 17 de Março dá o seu Sim aos Referendum sobre a continuação das reformas de De Klerk;

(20.05): Primeiras eleições multirraciais na África do Sul, verificam-se num bairro da cidade de Joanesburgo e, onde pela primeira vez os negros têm direito de voto. É o início da doutrina demo-liberal *Um Homem Um Voto*. Em visita a Moscovo, o presidente De Klerk ofereceu um crédito de 50 milhões de USD à Rússia;

(17.06): Assassinados cerca de 50 negros em Boipatong. O exército e os zulus são acusados de terem efectuado o massacre; o líder do ANC ameaça recusar continuar as conversações no seio da "CODESA 2" e o arcebispo D. Tutu solicita castigo aos prevaricadores ou expulsão da África do Sul dos Jogos Olímpicos. Entretanto, foi uma criada comissão, a *Comissão Goldston* com o fim de identificar e prender os assassinos;

Julho: a 2, De Klerk acusa o ANC de querer tomar o poder pela força com as posições que tem vindo a tomar face aos massacres de Boipatong e face à CODESA II; a 3 a *South Africa Football Association* (SAFA) foi readmitida na FIFA após 18 anos de suspensão devido à política do Apartheid; a 13 o ANC ameaça voltar às armas se não for retomado as conversações sob auspícios da CODESA, tendo por base a boa fé; e a 31 chega a África do Sul um enviado especial das NU, Cyrus Vance, ex-Secretário de Estado americano, para resolver os problemas resultantes do massacre de Boipatong;

(03.08): Greve geral na África do Sul, decretado pelo sindicato COSATSU e apoiada pelo ANC e pelo SACP;

(08.09): Tentativa de forçar as fronteiras autónomas do bantustão do Transkey, por militantes do ANC, que pediam a deposição do homem-forte do

regime, Oupa Gqozo, provoca dezenas de mortos e feridos entre os apoiantes de Mandela;

(26.11): O presidente sul-africano, De Klerk, declarou eleições multirraciais para Abril de 1994;

1993:

(13.01): Complexo comercial em Randfontein destruído;

*Fevereiro: Alteração na composição governamental com a entrada de mestiços e indianos;*

*Março: De Klerk declarou que a África do Sul teve 7 bombas de características nucleares na década de 70, tendo feito deflagrar uma experiência subterrânea em 1977 e pronta outra em 1987, no deserto da Namíbia;*

(11.04): Morto o secretário-geral do SACP e líder do ANC, por um emigrante polaco membro da extrema direita AWF. Previstos fortes distúrbios que não chegaram a acontecer;

*Junho: Enquanto a 24, Mandela e Buthelezi reúnem-se sob os auspícios do bispo Tutu, "para tentarem criar uma união de esforços" na CODESA II, Que fracassou, a 25 forças da extrema direita sul-africana, do AWB, invadem o World Trade Center, onde se realizam as negociações da CODESA II. Contestam esta reunião multipartidária, a presumível marcação de eleições para 27 de Abril de 1994 e exigem a criação de um bantustão branco para os africanos;*

(25.07): O rei zulu, Goodwill Zwelithini, num acto sem precedentes, declarou num comício realizado no Soweto, não estar disposto aceitar um governo dos "xhosa do ANC";

(27.09): África do Sul e Moçambique, estabelecem relações diplomáticas, de carácter imediato, após reunião entre os respectivos M.N.E, Pascoal Mocumbi e 'Pick' Botha;

(18.11): A CODESA aprova a nova Constituição sul-africana, que entrará em vigor com as eleições de Abril de 1994;

1994:

(15.01): O Conselho de Segurança das NU aprova o envio de 2000 observadores para fiscalizarem a campanha eleitoral das primeiras eleições democráticas multirraciais;

(04.02): Pela primeira vez o serviço militar sul-africano é voluntário e aberto à multirracialidade;

*Março: a 4 o Inkhata decidiu inscrever-se, provisoriamente, às eleições, 24 horas depois de um novo partido ter surgido; um partido étnico, o Luso-South African Party (LUSAP); a 13 e após alguns dias de motins na República do Bophuatswana, devido à intransigência do presidente Mangote em não querer permitir a realização das eleições de Abril, a África do Sul decidiu retirar a independência àquele bantustão. Mandela apoiou esta atitude governamental. O exército sul-africano é quem domina a cidade e o antigo representante sul-africano no bantustão é o novo governador à frente de uma Comissão executiva; a 28 durante uma manifestação zulu de apoio ao seu rei Goodwill Zwelithini, cerca de três dezenas de zulu são assassinados por tiros que parecem ter procedência da sede do ANC;*

(27.04): Às 00,00 horas entrou em vigor a nova bandeira e hino nacionais. A antiga bandeira do apartheid foi arriada, ao som do antigo hino branco, dois minutos antes das 24,00 horas de 26/04/94. Iniciam-se as eleições gerais na República da África do Sul. Neste primeiro dia só são eleitores, os doentes, as grávidas e os deficientes que se prolongam até 29. Quer Mandela, quer De Klerk, consideraram as eleições "livres e justas";

*Maio: a 3, De Klerk reconhece a vitória do ANC e de Mandela que faz o discurso vitorioso na sua sede de campanha. Buthelezi, apesar de acusar*

a existência de algumas irregularidades, reconhece a vitória do seu rival xhosa; e a 6 a Comissão Eleitoral Independente, divulga os resultados oficiais e finais das legislativas sul-africanas O ANC obtem 62,5%, o NP 20,5% e o IFP 10%. Nelson Mandela é o novo (*primeiro negro*) presidente da ÁFRICA DO SUL O ex-presidente De Klerk é um dos dois vice-presidentes da República. Em termos de governo, o ANC fica com 18 pastas, o NP com 4 e o IFK com 2.

Resultados oficiais e finais:

- ANC c/ 62,85% e 252 assentos na nova Assembleia,
- NP c/ 20,39% e 82 deputados,
- IFP c/ 10,54% e 43 deputados,
- FF c/ 2,17% e 9 deputados,
- DP c/ 1,73% e 7 deputados,
- PAC c/ 1,25% e 5 deputados e o
- ACDP c/ 2 deputados.

O ANC ficou a 4% da maioria qualificada de 2/3 de deputados que lhe permitiria modificar, quando o desejasse a Constituição;

A 11 de Maio, abertura solene do novo Parlamento multirracial na África do Sul. Nelson Mandela é eleito e toma posse como presidente, pelo novo Parlamento. Tomada de posse do Governo de Unidade Nacional da África do Sul. Thabo Mbeki é o primeiro vice-presidente, De Klerk o segundo vice-presidente. Buthelezi é nomeado para chefiar o ministério do Interior. O da Defesa foi confiado a Slovo, antigo chefe da "Umkhonto We Sizwe", o braço armado do ANC. Mbeki é, igualmente, empossado como M.N.E.; a 31 os sul-africanos aderem ao Movimento dos Não-Alinhados;

(01.06): A África do Sul readere à BC, de onde tinha sido expulsa à 30 anos;

(24.09): O líder do Inkhata e Ministro do Interior, M. Buthelezi, e o rei zulu G. Zwelithini entram em rota de colisão devido ao segundo querer impedir as comemorações do dia do Shaka;

1995:

(21.02): O partido zulu IFP, iniciou um boicote ao Parlamento até que o presidente Mandela resolvesse a questão da autonomia regional. É suspenso a 5 de Março;

(01.11): Primeiras eleições autárquicas multirraciais na África do Sul dão vitória confirmada ao ANC, que vence 6 das 7 províncias. O Natal-Kwazulu não foi às autárquicas;

1996(08.05): A nova Constituição é aprovada por maioria absoluta (só 2 votos contra e 1 abstenção). O NP, apesar de ter votado favoravelmente, criticou a nova Lei Fundamental. Na sequência das críticas efectuadas durante a votação da nova Constituição, De Klerk apresentou a sua demissão de vice-presidente;

1997: O Congresso do ANC marca a despedida da actividade partidária activa de Nelson Mandela. O seu histórico vice-presidente Thabo Mbeki é eleito líder do partido e apresentado como o candidato do ANC às eleições presidenciais;

1998(06.04): O Chefe de Estado Maior, general George Meiring, apresenta a sua demissão após ter sido desacreditado pelo presidente Mandela, quando lhe apresentou um complot de oficiais negros. Foi substituído pelo general Siphwe Nyanda;

1999: 2 de Junho, eleições presidenciais e legislativas. Thabo Mbeki, para a presidência, e o ANC, com a maioria qualificada de 2/3 dos votos, são ser os grandes vencedores; a 16 Thabo Mbeki tomada de posse, é o segundo presidente negro do país. Enquanto Jacob Zuma foi empossado vice-presidente e Patrick Lekota assumiu o cargo da Defesa, Buthelezi, do IFP, manteve o cargo de Ministro do Interior. O novo MNE é a senhora Nkosazana Zuma. O novo governo é composto por 26 ministros do ANC e 3 do IFP;



2000(12.06): Segundo o diário português "Público", "a África do Sul está a negociar uma aliança com o Mercosul", a organização económica que envolve o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Peru;

PAÍS : Angola

## CONTINENTE : África

REGIÃO : PALOP  
DESIGNAÇÃO OFICIAL : República de Angola

CAPITAL : Luanda (3 milhões de hab.)

ÁREA : 1.246.700 Km<sup>2</sup>  
POPULAÇÃO : 11,7 milhões (1997 estimado)

SISTEMA POLÍTICO : Democracia Parlamentar Presidencialista  
CHEFE DO ESTADO : José Eduardo dos Santos  
CHEFE DO GOVERNO : França Van-Dunem (MPLA) (1997)  
M. N. ESTRANGEIROS : João Miranda (1999)

FORÇAS ARMADAS : 129.000 Efectivos  
GASTOS COM A DEFESA: USD 658 milhões (8,55% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1975  
HINO NACIONAL : Ó Pátria

ETNIAS : Ovimbundo, Ambundo, Bakongo, Cuanhama e Lunda  
RELIGIÃO : Cristã (25% Católica e Evangélicas) e Animistas  
IDIOMAS NACIONAIS : Português, Ambundu, Kikongo, Tchokwé, Kimbundo

MOEDA : Kuanza Reajustado  
PROD. NAC. BRUTO : USD 8.807 milhões (1999 estimado)  
RENDIMENTO P/CAPITA: USD 679 (1999 estimado)  
ÍND. DES. HUMANO : 160°. (0,398) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; SADC; COMESA, CPLP; CEEAC (obs.)  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: FNLA, MPLA, PAJOCA, PLD, PRD, PRS, PSD e UNITA

### SINOPSE HISTÓRICA

1492: Início da evangelização em territórios do Reino do Congo;

1596: M'Banza Congo, (renomeada de São Salvador), é elevada a diocese, sendo a primeira ao sul do Saara;

1880(12.05): Assinado acordo de limitação de fronteiras entre os territórios de Angola e Congo;

1886(30.12): Portugal e Alemanha chegam a acordo sobre a divisão do sul de África;

1926(01.07): É assinado o acordo anglo-português sobre a zona fronteiriça entre Angola e Namíbia;

1927: Tratado de Luanda assinado entre Portugal e Bélgica para reformulação das fronteiras entre Angola e Congo;

1956(10.12): É fundado o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA);

1961: Enquanto a 4 de Fevereiro é considerado o início oficial da luta armada em Angola com o ataque do MPLA à 7<sup>a</sup>. esquadra da PSP e prisão Central, de Luanda, na Estrada de Catete, a 15 de Março a *União de Povos de Angola* (UPA), entretanto formada, ataca no Norte de Angola;

1962:

(30.01): A Assembleia Geral das N.U. adopta uma resolução onde apela a Portugal que cesse represálias contra os nacionalistas;

(15.03): É fundada a *Frente Nacional de Libertação de Angola* (FNLA) na sequência da coligação entre a UPA e o PDA. A 5 de Abril, a FNLA, cria o *Governo Revolucionário de Angola no Exílio* (GRAE) reconhecido de imediato pela maioria dos governos africanos;

1966: A 13 de Março é formada a *União para a Independência Total de Angola* (UNITA) e na noite de Natal regista o primeiro grande ataque da UNITA, efectuada contra a vila ferroviária fronteiriça de Teixeira de Sousa;

1974(25.04): Golpe de Estado em Portugal, permite às colónias ultramarinas se tornarem independentes, segundo o programa do MFA;

1975:

Janeiro: A 15 é assinado o "*Acordo de Alvor*" que permite a ascensão de Angola à independência. Foram titulares o Governo português e os três movimentos angolanos e a 31 toma posse o Governo de Transição para a independência, formado por Portugal e os três movimentos angolanos;

Junho: Para terminar confrontos inter-movimentos são assinados em Nakuru, Quénia, os chamados "*Acordos de Nakuru*";

Agosto: Começam a chegar ao porto do Lobito os primeiros contingentes militares cubanos;

Novembro: A 4, confrontos de Luanda entre os três movimentos, levam os EUA a encerrarem a sua missão em Angola; e a 11 são declaradas duas *Repúblicas independentes*, uma pelo MPLA, em Luanda, a *República Popular de Angola (RPA)*, e pela coligação UNITA/FNLA, em Huambo, a *República Negra Socialista Democrática de Angola (RNSDA)*;

1976: A 29 de Janeiro, a URSS diz-se disposta aceitar um acordo político para a questão angolana, enquanto a 17 de Fevereiro, a República Francesa torna-se no primeiro Estado ocidental a reconhecer a República Popular de Angola; A proclamada invasão sul-africana a Angola é condenada pelo Conselho de Segurança das NU, que exige a retirada das tropas invasoras; e a 22 de Novembro, Angola é admitida nas Nações Unidas;

1977(27.05): Tentativa de golpe de Estado, liderada por Nito Alves, é derrotada e seus mentores presos ou mortos;

1979: a 10 de Setembro, vítima de uma intervenção cirúrgica, morre em Moscovo, o presidente Agostinho Neto e a 22, José Eduardo dos Santos é empossado presidente da R.P.A.;

1988(13.12): Angola, Cuba, e África do Sul assinam em Brazaville um protocolo que permite a Namíbia ascender à independência e Cuba retirar de Angola os seus efectivos;

1989: Na sequência dos "*Acordos de Nova York*", que permitiu a implementação da Resolução 435 da ONU, quanto à Namíbia, começaram a sair de Angola os primeiros cubanos;

1991:

A 1 de Maio, são assinados, por Lopo do Nascimento, da RPA Jeremias Chitunda, vice-presidente da UNITA e Durão Barroso, Secretário de Estado da Cooperação de Portugal, os *Acordos de Bicesse*, no Estoril, para a Paz definitiva; a 15 são ratificados, entrando em vigor um Cessar-fogo no país. A 31 os Acordos são assinados por Eduardo dos Santos e por Jonas Savimbi, respectivamente, presidente da R.P.A. e da UNITA;

A 17 de Junho, a *Comissão Conjunta Político-Militar* (CCPM) organismo previsto nos acordos de Bicesse, reúne-se pela primeira vez e a 19, é a vez da *Comissão Mista de Verificação e Fiscalização* (CMVF) se reunir pela primeira vez. A 24, regista-se a primeira reunião da *Comissão de Constituição das Forças Armadas* conjuntas (CCFA) entre FALA e FAPLAS, os exércitos privados dos dois movimentos e a 27, pela primeira vez a *Missão Nações Unidas para o Processo Eleitoral em Angola* (UNAVEM) reúne-se com a CCPM;

Julho: Surto grevista nas indústrias petrolíferas. A 27, registam-se as primeiras trocas de prisioneiros entre o Governo e a UNITA;

Mês de Setembro, é o mês das visitas oficiais. A 4, o p.m. português, Cavaco Silva, visita pela primeira vez a R.P.A., durante 3 dias, deslocando-se a Luanda e Luenha, onde em princípio deveria se encontrar com o presidente da UNITA, o que não se verificou. Encontrou-se, posteriormente, com Holden Roberto, da FNLA, e Joaquim Pinto Andrade, do *Partido Democrático de Angola* (PDA). A 9, é a vez do presidente brasileiro Collor de Melo visitar oficialmente, Angola. Mas, os factos mais importantes ocorreram a 16, embora em privado, pela primeira vez um presidente angolano é recebido na residência oficial norte-americana, e a 29 com o regresso de Savimbi a Luanda;

(14.11): Após a criação das Forças Armadas Angolanas (FAA), toma posse do Conselho Superior das FAA;

1992:

26 de Março, Eduardo dos Santos anuncia na sessão de abertura da Assembleia do Povo, que as eleições gerais foram marcadas para 29 e 30 de Setembro. A 31 dá-se início ao processo de desmobilização das forças político-militares dos dois movimentos;

A 3 de Maio e a pedido de Eduardo dos Santos, na sequência de diversos assassinatos, ocorridos entre cooperantes por estrangeiros, o presidente português Mário Soares, decidiu adiar a sua visita a Luanda. A 11 do mesmo mês, o Congresso do MPLA decide retirar a sigla Partido dos Trabalhadores que fazia parte da sigla oficial do partido (MPLA/PT);

(23.05): *Início do Processo de Registo Eleitoral*;

A 4 de Junho, o Papa João Paulo II, visita Angola no encerramento das comemorações do V Centenário da Evangelização de Angola e a 8, visita Cabinda, onde propõe a paz e advoga a manutenção da província como parte integrante da República Angolana. A 14, N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes, cabindas e dissidentes da UNITA, regressam ao país após a sua deserção em Fevereiro, reclamando um Congresso extraordinário do Partido, ao mesmo tempo que denunciam comportamento *bárbaro* do partido face aos seus prisioneiros. O Comité Central da UNITA nem se dignou a desmentir. A 30 do mesmo mês, há uma reunião, em Luanda, entre o governo angolano e elementos da *Frente de Libertação de Cabinda* (FLEC) devido ao problema de Cabinda;

A 13 de Julho, graves confrontos armados entre militares da UNITA, acreditados junto da CCPM, e militares das FAPLAS, em Malange; a 17, Eduardo dos Santos determina que as eleições presidenciais e legislativas manter-se-ão para 29 e 30 de Setembro; a 24, Savimbi apresenta oficialmente a sua candidatura às presidenciais. É o primeiro candidato oficial às mesmas;

A 24 de Agosto, Angola decide abolir a "pena capital" como a pena máxima e a 26, a Assembleia do Povo, o parlamento, revê a Constituição, alterando a denominação de República Popular de Angola para República de Angola, o parlamento passa a designar-se Assembleia Nacional, e o sistema político passa a semi-presidencialista;

A 9 de Setembro, após reunião conjunta Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, e por sugestão da troika comunitária, representada pelos MNE inglês e dinamarquês e pelo Secretário Estado português Durão Barroso, foi decidido que qualquer que seja o resultado das eleições o Governo saído do

mesmo será de Unidade Nacional e a 29 são criadas, oficialmente, as Forças Armadas Angolanas (FAA); 29 e 30, eleições gerais legislativas e presidenciais em Angola, com distúrbios ocorridos no Huambo, onde o director de campanha do MPLA escapou atentado;

Outubro: Membros da FNLA denunciam "fraudes eleitorais". Membros do partido que tinham votado nas mesas eleitorais de Sambizanga não foram registados como votantes. Outros partidos menores e a UNITA reforçam a denúncia. Face às alegadas irregularidades verificadas nas eleições, a 6, os militares da UNITA, membros das FAA, decidem sair destas até ser reposta a legalidade eleitoral e, ou, anuladas as eleições. A 9, Eduardo dos Santos decide retardar a divulgação dos resultados até a chegada de observadores do Conselho Segurança das N.U., e a 11 é um carro armadilhado junto do hotel onde se encontra a maior parte da delegação da UNITA e dos seus familiares. Como primeira consequência troca de tiros entre a defesa pessoal da UNITA e polícias governamentais. A 12, Holden Roberto, líder da FNLA, junta-se a Savimbi nas denúncias de irregularidades do processo eleitoral;

A 17, são anunciados os resultados finais das legislativas e presidenciais:

<u>Presidenciais:</u>		<u>Legislativas:</u>		
Eduardo dos Santos	49,57%	MPLA	53,74%	c/ 129 dep.
Jonas Savimbi	40,07%	UNITA	34,10%	70
Alberto Neto	2,16%	PRS	2,27%	6
Holden Roberto	2,11%	FNLA	2,40%	5
		PLD	2,39%	3

e ainda com 1 deputado cada, a AD-Coligação, o Pajoca, PDA, PDP-ANA, PNDA, PRD e PSD. Savimbi aceita participar na segunda volta;

A 30, deste mês, segundo as forças policiais a UNITA atacou o aeroporto 4 de Fevereiro provocando 21 mortos. Face a este estado de coisas o Conselho de Segurança decide prolongar o seu mandato e solicita o fim das hostilidades à UNITA;

O mês de Novembro, ficou marcado por um fim de semana sangrento entre as forças policiais do governo, os *ninjas* e as forças da UNITA, foi assinado um cessar-fogo acordado entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, sob os auspícios do Secretário-Geral das NU, Butros-Ghali e pela morte confirmada dos representante da UNITA junto da CCPM, Salupeto Pena, do vice-presidente do partido Jeremias Chitundado general 'Ben-Ben' e do Secretário-geral do partido, Alicerces Mango. A 12, Jonas Savimbi declara, após um prolongado silêncio, desde os massacres de Luanda, , pedindo a intervenção de Mário Soares e acusando o Governo português de estar, de certa forma, desejoso da manutenção do *status quo*, i.é., manter a guerra. Por outro lado, 3 observadores franceses, que estiveram fiscalizar as eleições, convidados pela UNITA, solicitaram às N.U. a organização de um novo escrutínio. Entre as eleições e 18 de Novembro, morreram mais de 1000 pessoas, nos confrontos de Angola no pós-eleições, sendo na sua maioria ex-militares e simpatizantes da UNITA. A 19, a representante das N.U., Margaret Anstee, declarou, após ter sido recebida por Savimbi, que este embora continue a manifestar a sua opinião de que as eleições foram fraudulentas e irregulares, aceita o resultado das mesmas. A 21, reunião multipartidária, em Luanda, que reuniu 11 partidos angolanos e o governo. A UNITA não se fez representar invocando razões de segurança. A 26, no mesmo dia em que no novo parlamento angolano, a Assembleia Nacional elege, sem a presença da UNITA, o seu presidente, o ex-MNE, Pedro Van-Dunen, "Loy", em Namibe, reúnem-se pela primeira vez desde os acontecimentos de Luanda, uma delegação governamental, liderada por Fernando Piedade "Nandó", e da UNITA, liderada pelo ministro-sombra da informação, Jorge Valentim;

Dezembro: a 2, tomada de posse do primeiro governo pós-eleições, chefiado pelo Secretário-Geral do MPLA, Marcolino Moco. Fazem parte do governo, além do partido vencedor, a FNLA, PDI, PRD, PRS. Estava prevista a inclusão de elementos da UNITA, em subsecretarias de Estado, porém os conflitos emergentes ainda impõem a sua não inclusão; A 12, em declarações à televisão privada portuguesa SIC, Savimbi declara aceitar em definitivo as eleições legislativas, embora continue a declará-las fraudulentas, ao mesmo tempo que está preparado para a segunda volta das eleições presidenciais, que deverão ser fiscalizadas pelas N.U.;

1993:

A 8 de Janeiro, em declarações prestadas em Portugal, o MNE angolano, Venâncio de Moura, propõe a ilegalização dos escritórios de representação da UNITA nos países amigos de Angola. A 14, Savimbi apresenta um plano de 5 pontos para aplicação integral dos planos de Bicesse. Por sua vez governo angolano começa a solicitar a ilegalização da UNITA e o encerramento das suas delegações nos países com quem Angola mantém relações diplomáticas. A 18, depois de ter conquistado M'Banza Congo, a UNITA atacou e conquistou a cidade de Soyo, bem assim a região petrolífera circun-vizinha;

A 12 de Fevereiro, de acordo com a rádio oficial da UNITA, Voz Galo Negro (VORGAN), a cidade de Huambo caiu nas mãos das FALA. A 13, a CCPM e os 3 observadores internacionais apresentaram um ultimatum à UNITA para retornar às conversações, em Adis-Abeba. Por outro lado corre nos *media* que os ocidentais estão a tentar afastar Savimbi da liderança da UNITA. Mesmo assim, a 17, tomam posse os primeiros 11 dos 70 deputados que foram eleitos pelas listas da UNITA. A 28, tenta-se uma reunião, em Adis-Abeba, entre o governo e a UNITA que sai frustrada pela ausência desta devido, segundo invocam, ao ataque que as forças armadas angolanas têm efectuado ao aeroporto e arredores do Huambo, o que impede a sua saída desta cidade no avião posto à disposição pelas N.U. O Governo ameaça mudar de atitude e enveredar pela guerra aberta;

A 12 de Março, o Conselho de Segurança das NU aprovam Resolução onde está implícita a condenação da UNITA e o pedido de um encontro ao mais alto nível entre as partes. É ainda imposto à UNITA a necessidade de voltar aos Acordos de Bicesse até 30, data que expira a comissão da UNAVEM II; a 26 e na sequência de diversos encontros, entretanto ocorridos, a UNITA apresentou aos representantes americanos uma proposta de paz de oito pontos e, simultaneamente, reafirma a não intenção de divisão do país e início de conversações a 15 de Abril em lugar a designar;

(12.04): Iniciam-se em Abidjan, Costa do Marfim, reuniões entre o governo e a UNITA sob os auspícios da Troika e das N.U.;

(19.05): Administração Clinton admite a legitimidade das eleições legislativas ao reconhecer oficialmente o Governo de Angola;

Junho: A 2, o Conselho de Segurança das N.U. decide prolongar por mais 45 dias a permanência da UNAVEN, em Angola, enquanto Ansteen é substituída pelo maliano Blondin Beie e a 21, é formalizado, oficialmente, o estabelecimento de relações diplomáticas entre Luanda e Washington, com as assinaturas do Sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, e do presidente angolano, em exercício. A 27, americanos levantam embargo à venda de material militar, não letal, a Angola. Segundo os EUA, não se verifica qualquer desfazamento face aos Acordos de Bicesse e a cláusula "Triplo Zero". A 30 do mesmo mês, OUA condena a UNITA e solicita às N.U. que condenem o movimento e adoptem "sanções concretas";

A 9 de Agosto, o governo londrino declara, formalmente, o levantamento do embargo militar a Luanda, invocando a troika como tendo anunciado ser a UNITA culpada do recrudescer dos confrontos no país, e por isso ser legítimo o governo de Angola se auto-defender. A 11, Savimbi, em declarações à Radio France Internacional, declarou estar disposto a

cessar-fogo desde que o governo de Luanda proceda de igual modo. Luanda recebeu com reservas estas declarações;

A 2 de Outubro, a rádio *Vorgan*, é silenciada pela Voz da América, ao ser-lhe retirada a frequência para as "Ondas Curtas", na sequência das sanções americanas à UNITA. No mesmo mês, a Comissão Política da UNITA, realizada no Huambo, declarou explícita e firmamente a sua intenção de reconhecer definitivamente o resultado final das eleições legislativas de Setembro de 1992. Manteve, ainda, o cessar-fogo unilateral declarado por aquele partido;

(15.11): Início de conversações entre Governo e a UNITA em Lusaka, sob os auspícios da N.U.;

(13.12): Suspensão de negociações em Lusaka após a UNITA ter denunciado uma tentativa de assassinato de Savimbi, perto de Bié, levado a efeito por bombardeamentos aéreos governamentais. Acusação grave, principalmente quando vigora um tácito acordo de cessar-fogo;

1994:

(15.01): Um auto-denominado *Movimento para a Autodeterminação do Congo*, MAKO, declarando-se representando 1,7 milhões de bakongo, declarou ter exigido junto de Luanda, a autodeterminação da região bakongo, no Norte de Angola;

(17.02): UNITA e Governo de Angola aprovam plano de Reconciliação proposto pela mediação das NU e pelos observadores;

(28.03): A fim de evitar uma ruptura nas negociações, governo e UNITA decidem suspender, temporariamente, as negociações de Lusaka;

(27.05): Boutros-Ghali prolonga o mandato da missão para a Paz em Angola, UNAVCEM II, por mais três meses;

(07.07): Reunião quadripartida, em Pretória, junta Mandela, Eduardo dos Santos, Chissano e Mobutu, para procurar soluções para Angola. Ficou definido que a próxima reunião seria entre Mandela e Savimbi;

Entre 30 de Outubro e 1 de Novembro, o Governo de Angola e a UNITA assinam um protocolo de paz, em Lusaka, sob os auspícios do representante do Secretário-Geral das NU, Allouin Beye, que é, formalmente, assinado em Lusaka. A 20 de Novembro, em Lusaka é assinado, às 11,53 horas o *Protocolo para a Paz em Angola*, sob os auspícios de Bein, representante das N.U., dos presidentes da Zâmbia, de S.T.P., da Guiné-Bissau e do Gabão, de Moose, o Sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, e dos representantes da OUA, Portugal, Rússia, Brasil e Estados Africanos da Linha da Frente. Pelo Governo de Angola rubricou o MNE, Venâncio de Moura, e pela UNITA o Secretário-Geral e negociador militar Eugénio Manuvakola. O presidente anolano dos Santos proferiu algumas palavras enquanto o presidente da UNITA, e com receio pela vida, não compareceu à Conferência;

1995(07.5): Eduardo dos Santos e Savimbi reúnem-se a sós, em Lusaka e sob os auspícios de Chiluba, durante duas horas. Nas declarações finais, perante os jornalistas, Savimbi reconhece dos Santos como presidente de Angola e, como tal, seu presidente;

1996:

Cimeira entre Eduardo dos Santos e Savimbi em Franceville, Gabão;

Maio: A 6, e durante a reunião da V Comissão Mista Angola-Portugal, é assinado em Lisboa um acordo sobre a conversão da dívida angolana em activos. A 8, o Parlamento angolano aprova, por unanimidade, proposta da UNITA, de amnistia de crimes militares levados a efeito por militares ou civis até 01 desse mês;

(03.06): Em comunicação televisada o presidente dos Santos exonera Marcolino Moco do cargo de p.m. e nomeia o até então presidente da Assembleia Nacional, França Van Dunem para a chefia do Governo;



1997:

A 9 de Abril, o Parlamento aprova projecto-lei do governo sobre o estatuto de Savimbi. Este passa a deter o cargo de chefe de oposição. A principal consequência foi a tomada de posse dos deputados da UNITA. A 11, é empossado o *Governo de Unidade e Reconstrução Nacional* (GURN) ;

Outubro vê as tropas angolanas, invocando o direito à perseguição de elementos da FLEC e da UNITA atravessarem fronteira congoleza (Brazza) atacarem Point Noir e conquistam a cidade em nome dos rebeldes "Cobra" de Ngusso. A 30, entram em vigor as sanções decretadas, pelo Conselho de Segurança da NU, contra a UNITA;

1998:

A 4 de Março, o embaixador angolano, em Lusaka, ameaça retaliar militarmente a Zâmbia devido ao apoio explícito deste país aos milicianos da UNITA. A 6 esta organização declara-se militarmente desmobilizada;

A 26 de Junho, vítima de desastre aéreo, numa região pantanosa da Costa do Merfim, morre o mediano Alioune Blondin Beye. Beye estava num périplo por alguns países africanos, em particular, por países próximos da UNITA para relançar a paz em Angola. A 29, Jacques Chirac torna-se no primeiro presidente francês a avisitar Angola;

Agosto: Governo suspende ministros da UNITA, por demora de implementação da fase final dos Acordos de Lusaka. Por esse facto, alguns Ministros declaram a sua oposição à política de Savimbi, criando uma UNITA Renovada que, de pronto, é reconhecida tanto pelo MPLA como por Eduardo dos Santos. Issa Diallo, o actual representante do Secretário Geral das NU, não apoia esta decisão;

(24.09): Ministros da UNITA que contestaram Savimbi são reintegrados no GURN. De fora ficam 2 Ministros;

(25.12): Comemorando os 32 anos do início da guerrilha, a UNITA atacou em todas as frentes a cidade do Cuito, no recrudescer da Guerra fraticida angolana;

1999:

(28.01): Em comunicado distribuído em Lisboa, a UNITA reclama a conquista da mítica capital provincial de M'Banza Congo e a 29, devido à crescente deterioração político-militar do país, Eduardo dos Santos assume, em paralelo com a presidência, a Chefia do Governo e do Ministério da Defesa;

(19.02): O Procurador da República de Angola levanta um auto de crime a Jonas Savimbi por denúncia anónima;

(17.06): Quando parece recrudescer a violência militar no país, Issa Diallo, o representante da ONU para Angola, regressou para novos contactos com os dois opositores militares;

Setembro / Outubro: Governo e FAA assumem a conquista da vila do Bailundo e do centro nevrálgico da UNITA, no Andulo. Por sua vez a UNITA acusou a existência de aviadores brasileiros e acesssores portugueses junto das FAA;

PAÍS	: Argélia		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: África Norte		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: Rep. Democrática e Popular da Argélia		
CAPITAL	: Argel (2,5 milhões hab.)		

ÁREA : 2.381.741 Km<sup>2</sup>  
POPULAÇÃO : 29,2 milhões (1997 *estimado*)

SISTEMA POLÍTICO : Democracia Popular Islâmica  
CHEFE DO ESTADO : Liamine Zéroual (1995)  
CHEFE DO GOVERNO : Ahmed Benbitur (demitido)  
M. N. ESTRANGEIROS : Ahmed Attaf

FORÇAS ARMADAS : 123.700 Efectivos além de 68.000 paramilitares  
GASTOS COM A DEFESA: USD 1.900 milhões (4,12% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1962  
HINO NACIONAL : Kassanam (*Nós juraremos*)

ETNIAS : Berberes, Árabes e Europeus  
 RELIGIÃO : Islâmicos (maioritariamente sunitas)  
 IDIOMAS NACIONAIS : Árabe, Francês e Berbere (cabila)

MOEDA : Dinar  
 PROD. NAC. BRUTO : USD 46.115 milhões (1997 *estimado*)  
 RENDIMENTO P/CAPITA: USD 1.546 (1997 *estimado*)  
 ÍND. DES. HUMANO : 109°. (0,665) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; UMA; OCI; Liga Árabe  
 OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: FLN, FIS, FFS, PRA, PT, MSP, e Ennahda

### SINOPSE HISTÓRICA

SEC VII: Dão-se as invasões islâmicas provenientes do leste;

1518: Devido a confrontos e correspondente derrota perante os espanhóis, os argelinos pedem ajuda a corsários turcos. Começa o domínio turco;

1830: Actos de pirataria levam à intervenção francesa e à anexação de Argel;

1947: É dada cidadania francesa aos argelinos;

1954: Início da guerra de independência conduzida pela Frente de Libertação Nacional (FLN) com atentados verificados na noite de 31 de Outubro;

1956: Desenvolvimento do terrorismo urbano, que viria a ser conhecida pela "Guerra de Argel";

1958(Setembro): É criado na cidade do Cairo, o Governo Provisório da República Argelina, sob presidência de Ferhat Abbas;

1961(08.01): Referendum em França, sobre a questão argelina, permite ao presidente francês, DeGaulle ter mãos livres para tratar do problema. Uma das consequências foi a criação de uma organização anti-independência e pró-francesa, de características terroristas, a OES. O referendum deu parecer favorável à independência argelina;

1962:

A 18 de Março, são assinados os acordos de Évian, que levam à independência de Argélia;

(03.07): *Proclamação da independência da Argélia. Assume a presidência oficial do País, Ben Yussef ben Kheda. É vice-presidente Ahmed Ben Bella que, rapidamente, destitui o primeiro, assumindo a presidência;*

1963: A 19 de Março, a Argélia solicita à França a revisão dos acordos de experiência nuclear no deserto do Saara. Em Agosto, a *Assembleia Nacional aprova a primeira Constituição do País*. A 8 de Setembro, em *Referendum* nacional adopta regime de partido único no país. Em Outubro, são nacionalizadas as grandes propriedades agrícolas que são entregues a Comités de gestão de trabalhadores

1964(14.04): Argélia inicia a nacionalização económica;

1965(19.06): O coronel Huari Bumediene, derruba Ahmed Ben Bella e assume a presidência do País, através dum Conselho Nacional Revolucionário. O novo MNE é Abdelaziz Buteflika;

1968: Argélia declara guerra a Israel sem, no entanto, enviar tropas;

1971: São nacionalizadas as Companhias petrolíferas que operavam no País, bem assim bancos e minas, e aplicação da Reforma Agrária;

1973: Início das reformas económicas com a implementação de um Programa de Desenvolvimento;

1975: Argélia é palco de diversos acordos assinados entre Portugal e os movimentos de libertação da África lusófona. Tensões com Marrocos por causa do Sara Espanhol levam os argelinos a apoiarem a Frente Polisário, movimento independentista saauri, que condena a "Marcha Verde" levada a efeito por Hassan II de Marrocos. Em Dezembro, são nacionalizadas as últimas empresas francesas no País;

1976: Dois ex-membros da FLN, Ben Khedda e Fehrat Abbas tentam criar um movimento anti-regime enquanto Boumedienne é eleito para a presidência com 99% de votos. Durante o ano, registam-se confrontos armados entre as tropas marroquinas e argelinas. Argel reconhece, entretanto, a recém criada República Árabe Sarauí Democrática;

1978: Buteflika deixa o cargo de MNE e a 27 de Dezembro morre o presidente Houari Boumedienne;

1979(07.02): O coronel Chadli Bendjedid é eleito presidente;

1984: Bendjedid é reeleito presidente. Ao mesmo tempo é adoptado um novo Código Familiar próximo das leis islâmicas;

1987: É assassinado um opositor do regime, colaborador próximo de Ben Bella;

1988: A 5 de Outubro, e após fortes distúrbios em diversas cidades argelinas, o presidente Bendjedid promete reformas democráticas. A 22 de Dezembro é reeleito Chefe de Estado;

1989:

(23.02): Referendum aprova nova Constituição na Argélia que prevê o multipartidarismo e uma economia de mercado;

Setembro: Mouloud Hamrouche é nomeado Primeiro-Ministro, iniciando uma liberalização da economia argelina; é fundado o primeiro partido opositor oficial a Frente das Forças Socialistas (FFS), liderada por Hocine Ait Ahmed e criada a Frente Islâmica de Salvação (FIS);

1990:

(Março): Parlamento argelino aprova a abertura do mercado argelino aos capitais estrangeiros;

(12.06): Eleições autárquicas dão vitória aos fundamentalistas islâmicos da FIS em mais de metade dos municípios e em 32 dos 48 governos provinciais;

1991:

(03.04): Bendjedid anuncia eleições legislativas;

(Junho): Após distúrbios provocados pela FIS, Bendjedid declara 'Estado de emergência' e anuncia Sid Ahmed Ghazali como p.m. interino até às eleições do final do ano;

(29.09): Levantado o Estado de emergência;

(26.12): A FIS obtém na primeira volta das eleições Legislativas, quase a maioria absoluta, ganhando 188 assentos para o Parlamento. Os 28 lugares que lhe faltam para conseguir a maioria absoluta pode vir conquistar na segunda volta marcadas para 16 de Janeiro de 1992;

1992: A primeira quinzena de Janeiro é fértil em acontecimentos políticos. A 3, a FFS convoca uma grande manifestação contra a FIS. Consegue reunir mais de 500 mil manifestantes. A 11, Chadli Bendjedid, apresentou o seu pedido de demissão de presidente da Argélia, o que foi interpretado como um Golpe de Estado Institucional. A 14, o Conselho de Estado criado pela demissão de Bendjedid, nomeou Mohamed Boudiaf, presidente interino da Argélia e suspendeu o acto eleitoral previsto para 16 de Janeiro bem assim como os actos anteriores. No entanto, há quem considere que o verdadeiro "homem-forte" do regime é o ex-Ministro da Defesa, Khalled Nezzar. A 15, a FIS com o apoio discreto da própria FLN ameaçou criar um Parlamento paralelo com os deputados eleitos na primeira volta. Por fim a 16, Mohammed Boudiaf, um herói nacional, é empossado do cargo de Chefe de Estado;

A 7 de Fevereiro, devido a confrontos entre fundamentalistas e forças de segurança, os jornais a declararam que a FIS prepara uma insurreição nacional e, por esse facto, a 9, é instaurado o Estado de Sítio, por 12 meses;

(04.03): O Supremo Tribunal argelino dissolveu, formalmente, a FIS, continuando os seus principais dirigentes sob prisão;

(22.04): A FIS declara que vai entrar na luta armada;

(29.06): Boudiaf é assassinado em Annaba, durante um discurso que proferia na Casa de Cultura desta cidade. O assassino foi detido e, embora seja suspeito de pertencer à FIS, nenhuma organização reivindicou o atentado;

Julho: A 2, o Alto Conselho de Estado (ACE) nomeou Ali Kafi secretário-geral dos *mudjahedeen* (veteranos de guerra), como presidente do País e Sid Ahmed Ghazali para o cargo de Primeiro Ministro. Por sua vez o ACE passa a ter por elementos, Kafi, Khalled Nezzar, Ali Haroun, Tedjini Haddam e Redha Malek. A 6, o Governo argelino enceta conversações com partidos e facções ismaelitas moderados. A 8, Ghazali demite-se do cargo de Primeiro Ministro. O Alto Conselho de Estado convida Belaid Abdessalam a formar novo governo. A 15, os principais dirigentes da FIS são condenados a pesadas penas e a 20 Abdessalam Belaid apresenta o seu governo que inclui como MNE, Lakdhar Brahimi;

1993:

(Outubro): Fundamentalistas Islâmicos do auto-denominado Grupo Islâmico Armado (GIA) rapta cidadãos franceses em Argel. A Polícia consegue libertá-los. Estavam retidos em mesquitas;

(15.11): Dirigentes da FIS recusaram qualquer diálogo com o governo argelino, ameaçando de continuar a atentar contra cidadãos e interesses franceses em Argélia;

1994:

(30.01): O Ministro da Defesa, general Liamine Zéroual, foi nomeado presidente da Argélia, mantendo, igualmente, o antigo cargo que desempenhava;

(11.03): Após um audicioso ataque de fundamentalistas islâmicos ao estabelecimento prisional de alta-segurança de Tazult, são libertados cerca de 900 presos dos movimentos fundamentalistas do GIA e do MIA, este próximo dos islamitas do ilegalizado FIS;

(11.07): Mais 7 estrangeiros são assassinados no país, juntando-se aos 7 marinheiros italianos mortos na semana anterior. Desde Setembro de 1993, foram assassinados, na Argélia, 51 não argelinos;

(02.10): Membros do Movimento Cultural Berbère (MCB), que promove a defesa da língua berbère, como língua nacional, protestou na capital da Grande Cabília, contra o rapto, crê-se pelos islâmicos, de um cantor anti-islamita e pela defesa da língua berbere;

1995: De 11 a 17 de Novembro: Eleições presidenciais na Argélia com a votação antecipada do círculo francês. Concorrem 4 candidatos, entre os quais o actual presidente. Apesar das ameaças dos fundamentalistas a afluência às urnas foi significativa, cerca 74,96% dos 16 milhões de votantes. Uma centena de observadores das NU, da OUA e da Liga Árabe fiscalizaram o acto eleitoral. O ministério do Interior anunciou a vitória do actual presidente, Liamine Zeroual com 61,34% dos votos. A FIS e o Movimento da Sociedade Islâmica (Hammas) contestaram as eleições. A 27, com a mão direita sobre o Alcorão, Zéroval prestou juramento e assumiu o cargo de presidente da Argélia. O primeiro que é eleito por sufrágio directo e universal;

1996: (05.01): Apresentado o governo de coligação de Ahmed Ouyahia, composto por 26 ministérios. O Movimento da Sociedade Islâmica (MSI-Hammas), cujo líder obteve 25,58% dos votos nas presidenciais, obteve um ministério e a Secretaria das Pescas. O PRA, cujo líder Noureddine Boukrouh obteve 3,8% nas presidenciais, obteve 1 ministério (o do Turismo) e participa no min. da Planificação;

1997: 5 de Junho, eleições legislativas. O Rassemblement National Democratique (RND), do presidente Zéroval, obteve a maioria dos assentos, 155 deputados, face aos islamitas do ex-Hammas, que ganhou 69 assentos. O antigo partido único, FLN, não foi além dos 64 lugares. Nos lugares seguintes ficaram o MLN, com 34 assentos, a FFS e a RCD, com 19 deputados cada, o Partido dos Trabalhadores com 4, o Partido Republicano Progressista com 3 e o Partido Social Liberal e a União para a Democracia e as Liberdade com 1 assento cada. Registe-se que os Independentes obtiveram 11 lugares. A 1 de Outubro o Exército Islâmico de Salvação declara (AIS), unilateralmente, um cessar-fogo no Leste e Ocidente argelinos;

1998:

(11.01): Massacre em Sidi Hammed; cerca de 250 pessoas são mortas, segundo se crê, por fundamentalistas islâmicos;

O mês de Junho é o mês dos confrontos entre as forças de segurança e os integristas. As forças de segurança argelinas declaram terem mortos 42 islamitas do GIA em operações contra os islamitas nas regiões de Tissemsilt, Tiaret, Relizane, Tlemcen e Kabylie. Estas operações são o corolário de uma quinzena de ataques mortíferos levados a efeito pelo GIA e que, de acordo com informações não oficiais, já se elevam a 200 mortos. A 21, registam-se violentos confrontos, em Kabila, entre as forças de segurança, islamistas e população berbere, após o assassinato de um cantor e militante berbere;

1999:(01.03): Liamine Zéroval, e de acordo com os militares, decidiu encurtar o seu mandato de cinco anos que estava previsto terminar em 2000, convocando para 15 de Abril eleições presidenciais;

2000(27.08): O p.m. Ahmed Benbitur apresenta a sua demissão face às inúmeras divergências que vinha mantendo com o presidente Buteflika;

CONTINENTE	: África
REGIÃO	: Sub-Sariana
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Popular do Benin
CAPITAL	: Porto-Novo ( <i>oficial</i> ) Cotonou (200.000 hab.) ( <i>de facto</i> )
ÁREA	: 112.622 Km²
POPULAÇÃO	: 5,96 milhões (1997 <i>estimado</i> )
SISTEMA POLÍTICO	: Republica Presidencialista
CHEFE DO ESTADO	: gen. Mathieu Kérékou (1996)
CHEFE DO GOVERNO	: Adrien Houngbédji
M. N. ESTRANGEIROS	: Robert Dossou
FORÇAS ARMADAS	: 7.300 Efectivos
GASTOS COM A DEFESA:	USD 27,4 milhões (1,25% do PNB)
INDEPENDÊNCIA	: 1960
HINO NACIONAL	: L' aube nouvelle
ETNIAS	: Fons, Adjias, Yorubas e Baribeis
RELIGIÃO	: Animistas (50%), Islâmicos (15%) e Cristãos (15%)
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, Fon, Yorouba, Somba, Peul, Bariba
MOEDA	: Franco CFA
PROD. NAC. BRUTO	: USD 1.876 milhões (1996)
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 404 (1996)
ÍND. DES. HUMANO	: 155°. (0,421) (1997)
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; CEDEAO, UEMOA
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: RdB, PRD, FARD-ALAFIA, ( <i>cerca de 48 partidos</i> )

## SINOPSE HISTÓRICA

SEC XVII: O reino do Abomey susera reinos vizinhos tornando-se um reino poderoso; de entre os reinos submetidos estavam os ashanti. Torna-se um reino altamente escravagista. O seu comércio gira à volta do tráfico de escravos que obtém pelas constantes guerras com os seus vizinhos

1851: França coloca um posto comercial em Cotonu, após acordo com o rei Gezo;

1903 (17.11): Daomé torna-se protectorado francês;

1904: Desde 1892 que se verificam diversas rebeliões anti-francófonas. Como consequência verifica-se o esmagamento do reino de Abomey e a sua integração na África Ocidental Francesa;

1960(01.08): Após período de autodeterminação, o território separa-se e adquire independência sob a designação de DAOMÉ. É seu primeiro presidente Hubert Maga;

1963: O Chefe do Estado Maior do Eército, coronel Christophe Soglo força a demissão de Maga e assume, provisoriamente, a presidência do País;

1964: São eleitos 42 deputados para a Assembleia Nacional que, de entre eles, elege como presidente Suru Migan Apithy;

1965: Diversas tentativas de golpes de Estado, levam Soglo reassumir a presidência e a proibir actividades políticas;

1967: Novo golpe militar devolve ao País a administração civil;

1968: É eleito Emile-Derlin Zinzun que assume presidência de um Governo Civil;

1970: Daomé resolve os seus problemas governamentais através de uma comissão governamental tripartida, tipo triunvirato, composta por ex-membros de governos anteriores. O primeiro chefe foi Maga e o segundo Justin Ahomadeglsé. Funciona até 1972;

1972(26.10): Verifica-se, de novo, um golpe militar desta feita sob as ordens do general Mathieu Kérékou;

1974: Kérékou transforme o Daomé numa sociedade socialista e cria um partido do tipo soviético, o *Parti Unique pour la Révolution Populaire du Benin* (PRPB). As relações diplomáticas com Israel são interrompidas;

1975(30.11): *Daomé transforma-se na República Popular do Benin;*

1977: "Mercenários" tentam um golpe de estado desde o aeroporto de Cotonou, sem quaisquer resultados;

1991: A 17 de Fevereiro, Kérékou abre o país ao multipartidarismo, com a primeira volta das eleições legislativas e aprovação de nova Constituição por 98,5% da população. É o fim do regime militar marxista-leninista. Em Março, a 24, registam-se as eleições presidenciais e, após segunda volta, Nicéphore Soglo derrota o anterior presidente. Surgem novos partidos ou coligações como as UTR e RND. A 24 de Julho entra em funções o primeiro governo multipartidário;

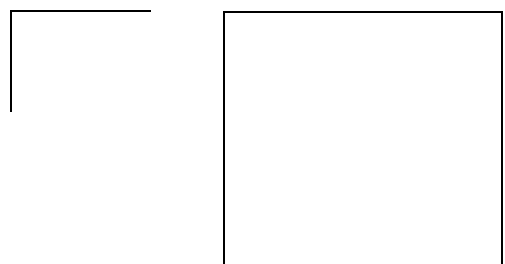
1992: No mês de Agosto, na localidade de Natitingou, começam a surgir conflitos fronteiriços com tropas regulares togolesas. A 18 de Setembro, o governo beninense restabelece relações com Israel;

1993: Na sequência dos confrontos militares no Togo, durante o mês de Janeiro, cerca de 135 mil refugiados togoleses, atravessam a fronteira. Em Fevereiro o Papa João Paulo II visita o país. Em Setembro, Robert Dossou substitui, no MNE o anterior Ministro, Theodore Holo;

1996: Março / Abril: Eleições presidenciais. Kérékou vence com 52,49% dos votos expressos, contra os 47,51% do anterior presidente Soglo. É a rotatividade democrática do país. Adrien Houngbédji, líder do *Parti du Renouveau Démocratique* (PRD) e antigo presidente da Assembleia Nacional durante o primeiro consolado de Soglo, é empossado primeiro ministro. Registe-se que o novo p.m. chegou a ser condenado à morte durante o governo marxista do actual presidente;

1998(08.05): Houngbédji apresenta a sua demissão pondo termo a um governo de coligação. O presidente Kérékou assume o poder executivo;

PAÍS : Botswana  
CONTINENTE : África  
REGIÃO : Sub-Sariana





DESIGNAÇÃO OFICIAL : República do Botswana

CAPITAL : Gaborone (138.500 hab.)

ÁREA : 582.000 Km²

POPULAÇÃO : 1,61 milhões (1999 *estimado*)

SISTEMA POLÍTICO : República Presidencialista

CHEFE DO ESTADO : Ketumile Joni Masire

CHEFE DO GOVERNO : Presidencial

M. N. ESTRANGEIROS : Mompoti Merafe

FORÇAS ARMADAS : 100.000 Efectivos

GASTOS COM A DEFESA: 241,5 USD milhões (6,53% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1966

HINO NACIONAL : Fatshe la rona (*Abençoada seja esta Nobre Terra*)

ETNIAS : Tswana (90%); Khoi-khoi; Ndebele e Koi-San (1%)

RELIGIÃO : Animistas e Cristãos (Anglicanos e Católicos)

IDIOMAS NACIONAIS : Inglês, Setswana

MOEDA : Pula

PROD. NAC. BRUTO : USD 3.700 milhões (1998)

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 2.780 (1996)

ÍND. DES. HUMANO : 122º. (0,609) (1997)

ORGANIZAÇÕES : ONU; OUA; CB; SADC; ACP; SACU

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: BNF e BDP

### SINOPSE HISTÓRICA

1895: A fim de evitar eventual anexação por parte dos sul-africanos, o Reino Unido estabelece a Bechuanalândia

1966(30.09): *Independência do Botswana. O primeiro presidente foi Seretse Khama;*

1980: Quett Ketumille Joni Masire assume a presidência do Botswana;

1989(Outubro): Eleições legislativas no Botswana;

1991:

(18.02): Pela primeira vez na história económica do país, o Botswana apresenta um Orçamento de Estado deficitário;

(02.09): Culminando um período económico e social instável, as minas de diamantes registam uma greve com forte adesão;

1992(Julho / Agosto): Novo período de forte instabilidade económica com forte aumento da inflação e crise preocupante na indústria têxtil;

1993(12.05): Início da discussão nacional sobre a reforma eleitoral do país;

1994(13.10): Eleições gerais no país. O Partido Democrático (BDP), do presidente Ketumile Masire ganhou 30 dos 46 assentos do Parlamento. A Frente Nacional (BNF), de Kenneth Koma, obteve 10 mandatos. Os restantes 6 lugares são ocupados por nomeação;

1998: A 31 de Março, Quett Masire demite-se da presidência. O vice-presidente Festus Mogae assume, interinamente e até às próximas eleições presidenciais a presidência. A 12 de Setembro, tropas botswanas integram as forças da SADC que intervêm no Lesotho;

1999 (Outubro): Eleições legislativas;

PAÍS	: Burkina Faso		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Burkina Faso		
CAPITAL	: Ouagadougou (520.000 hab.)		
ÁREA	: 274.122 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 11,47 milhões (1999 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: Ditadura Militar		
CHEFE DO ESTADO	: Blaise Compaoré (1987)		
CHEFE DO GOVERNO	: Kadré Désiré Ouédraogo (1997)		
M.N. ESTRANGEIROS	: Youssouf Ouédraogo		
FORÇAS ARMADAS	: 55.250 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 68 milhões (2,28% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1960		
HINO NACIONAL	: Hino nacional burquinês		
ETNIAS	: Gur-mossi, Gurunsi, Samós, Mobos e Lamis		
RELIGIÃO	: Animistas, Islâmicos (30%) e Cristãos (10%)		
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, Mooré, Haoussa, Dioula, Peul, Bobo		
MOEDA	: Franco CFA		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 2.982 milhões (1997)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 300 (1997)		
ÍND. DES. HUMANO	: 171°. (0,304) (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; CF; CEDEAO, UEOMA		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: CDP, PDP, RDA, ADF		

### SINOPSE HISTÓRICA

SEC XIII: A etnia Mossi cria três reinos na região do Alto Volta. Nos séculos XIII a XIX este reinos são sucessivamente incorporados no reino do Mali;

1896: O território torna-se protectorado francês;

1904: O território é incorporado na colónia do Alto Senegal;

1919: Alto Volta recupera a sua integridade territorial como colónia autónoma;

1934: *De novo perca de autonomia ao ser dividido pelas colónias do Sudão, Níger e Costa do Marfim;*

1947: *É restabelecida a integridade territorial às fronteiras de 1934;*

1958: *A colónia torna-se autónoma sob a designação de República de Volta;*

1959: Preparando a sua total independência sob a presidência de Maurice Yaméogo, a república muda para Alto Volta;

1960(11.12): *Alto Volta torna-se independente. O seu presidente é Maurice Yaméogo, um mossi;*

1966: Golpe de Estado militar. O tenente-coronel Saugulê Lamizana, assume o poder;

1970: Alto Volta readquire a democracia. Referenda-se nova Constituição e são marcadas eleições gerais para o ano seguinte;

1974(08.02): Lamizana dissolve a Assembleia Nacional, suspende a Constituição e cria um Conselho Consultivo. Ao longo da fronteira com o Mali registam-se recontros militares;

1975: Acordo fronteiriço com o Mali;

1980: Lamizana é destituído. O poder instituído adopta um regime marxista, sob a orientação do Conselho Nacional da Revolução. O coronel Saye Zerbo é nomeado presidente;

1982: *Coup d'État* levado a efeito pelo capitão Thomas Sankara. É instituído o Conselho de Salvação Popular (PSC) que defende reformas radicais no país;

1984(Agosto): *A República do Alto-Volta passa a chamar-se de República de Burkina-Faso;*

1985(26.12): Violentos confrontos fronteiriços com o Mali;

1987(15.10): As reformas do PSC são, generalizadamente, contestadas. Sankara é assassinado e o capitão Blaise Compaoré assume o poder, prometendo-o devolver aos civis tão depressa quanto o possível;

1990: Constitucionalistas burquineses preparam a nova Constituição nacional;

1991: A 26 de Março regista-se um *Cope d'État* no país. Mesmo assim, é aprovada, por *referendum*, uma nova Constituição, com 93% de votos favoráveis, que põe fim ao marxismo-leninismo. A 29 de Outubro, uma frente nacional de oposição pede eleições gerais e a destituição de Compaoré;

1992: Na sequência das posições oposicionistas, a 11 de Fevereiro, realiza-se um Fórum de reconciliação nacional abrangendo todos os partidos nacionais legalizados, que teve consequências em 14 de Maio com a realização de eleições gerais. Yussouf Uedraogo é empossado p.m.;

1997: Eleições legislativas. A coligação pró-Compaoré, Congresso para a Democracia e Progresso (CDP) ganhou 101 dos 111 deputados. O Partido para a Democracia e Progresso (PDP) conseguiu 6 lugares, enquanto o Grupo

Democrático Africano (RDA) e a Aliança para a Democracia (ADF) obtiveram 2 assentos cada. Kadre Desire Quadraogo é empossado p.m.;

1998 A 8 de Junho inicia-se a 43ª. Cimeira da OUA sob o signo da guerra Etíope-eriteia e da revolta da Guiné-Bissau e a 115 de Novembro Campaoré reeleito co 88% dos votos expressos;

PAÍS	: Burundi		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Burundi		
CAPITAL	: Bujumbura		
ÁREA	: 27.834 Km²		
POPULAÇÃO	: 6,86 milhões (1999)		
SISTEMA POLÍTICO	: República		
CHEFE DO ESTADO	: Pierre Buyoya		
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial		
M. N. ESTRANGEIROS	: Mathias Sinamenye		
FORÇAS ARMADAS	: 40.500 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 60,1 milhões (5,46% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1962		
HINO NACIONAL	: Uburundi bwacu (Amado Burundi)		
ETNIAS	: Hutsi (86%), Tutsi-watusi (13%) e Camita		
RELIGIÃO	: Animistas, cristãos e islâmicos		
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, kirundi, suaíli		
MOEDA	: Franco Burundi		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 1.100 milhões (1997 estimado)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 150 (1997 estimado)		
ÍND. DES. HUMANO	: 170°. (0,324) (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP; CEEAC; COMESA		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: Frodebu, Uprona, Abasa, Parene, PRP, PSB e Raddas		

### SINOPSE HISTÓRICA

Os primeiros povos da região, os pigmeus, foram subjugados pelos bantu 'bahutu' e estes, por sua vez, nos séc. XV/XVI, pelos Watutsi, provenientes da região etíope;

1899: Burundi juntamente com o Ruanda, formam o Urumbi, fazendo parte da África Oriental Alemã;

1918: Por mandato da recém criada SDN, o Urundi é administrada pelo Reino da Bélgica, com administração no Congo. É seu rei legítimo, desde 1915, Muambutsa IV. De 1923 a 1961, este território passa a ser designado por Ruanda-Urundi, preparando-se para a auto-determinação, sendo designado

Premier, Louis Ruagasore, filho do rei (watsi muamai), que acaba por ser assassinado;

1946: Território sob supervisão do Comité de Tutela da ONU;

1959: Urundi cinde-se em Burundi e Ruanda;

1962(01.07): *Dá-se a independência deste território. O rei Muambutsa IV assume o poder, chefiando um estado dividido entre duas tribos principais, os tutsi (15%) e os hutu (85%);*

1966: O rei é deposto por oficiais do exército comandados pelo seu filho, Charles. Assume o poder o coronel M. Micombero enquanto a Constituição é suspensa e a República instituída;

1972: Dão-se os primeiras grandes confrontos étnicos. Em dois anos, cerca de 150 mil hutus são chacinados;

1976: *Coup d'État* militar. Assume o poder o tenente-coronel Jean-Baptiste Bagaza;

1984(03.09): *Coup d'État* leva ao poder o major Pierre Buyoya, aproveitando-se de Bagaza esta em Quebec por ocasião da cimeira francófona;

1989-90: Nos rios do Burundi são descobertos corpos putrefactos de hutus, devido a chacinas levadas a efeito pelos tutsi. Embora minoritários os tutsi dominam o aparelho de Estado;

1992: Abril / Maio: Devido à nova Constituição, aprovada a 9 de Março, que retirou poderes executivos e legislativos ao presidente, o Chefe de Estado, Pierre Buyoya, convidou o já anterior p.m. e Ministro das Finanças, Adrien Sibomana para constituir novo Governo;

1993:

Junho / Julho: Eleições presidenciais e legislativas, a 1 de Junho. As primeiras desde a independência. Melchior Ndadaye foi o vencedor das eleições presidenciais. Para as legislativas, as primeiras multipartidárias do país, os observadores declararam-nas "livres e justas". A oposição democrática ganhou 65 lugares, cerca de 80% dos 81 assentos do parlamento. A oposição é essencialmente Hutu. Estas eleições afirmaram o fim do predomínio da etnia tutsi;

(21.10): *Coup d'État* levado a efeito por militares da etnia tutsi. O presidente, um hutu foi aprisionado e assassinado;

(Dezembro): Cyprien Ntaryamira assume a presidência;

1994:

(25.04): Tentativa de golpe militar levado a efeito por militares superiores da etnia tutsi. Moderados da mesma etnia recusam aderir o que leva à frustração do mesmo;

Julho: A 4, num atentado aéreo sobre Kigali, são mortos os presidentes ruandês e o burundês Ntaryamira quando regressavam de uma cimeira regional na Tanzânia sobre os problemas étnicos na África Central e Oriental. A 30, tentativa de criação de um governo de unidade nacional entre partidários do falecido presidente Ntaryamira e oposição falha uma vez mais, obrigando o Tribunal Constitucional em prorrogar o mandato presidencial, de Sylvestre Ntibantunganya, o presidente da Assembleia Nacional;

1996: Julho: Centenas de corpos de mulheres e crianças que se encontravam num campo de refugiados foram massacrados por milícias rebeldes hutus. O presidente Ntibantunganya, de etnia hutu, é a ser fortemente contestado, quer por tutsis quer por hutus e, após manifestação ocorrida durante o enterro das vítimas hutus, refugiou-se na embaixada americana, donde assistiu a uma manifestação silenciosa de tutsis. Face à situação os militares tomaram o poder, suspenderam os direitos civis, a Assembleia e colocaram como presidente interino Pierre Buyoya, um tutsi que já tinha governado o país entre 1987 e 1993. As N.U. não reconheceram o novo poder;

1998: Janeiro: Assassínio de 150 pessoas, em Bujumbura, por milícias hutus leva Buyoya a aceitar o princípio de mediação externa para a resolução do conflito interno. Por esse facto, a 21 de Junho, é assinado, em Arusha, um cessar-fogo entre o Governo e os rebeldes hutus da CNDD-FDD, liderados por Jean-Bosco Ndayikengurukie;

2000:(28.08): Sob os auspícios de Mandela e a crítica de alguns partidos oposicionistas burundeses, é assinado, em Arusha, Tanzânia, o Acordo de Paz entre o governo burundês e a Frente Democrática do Burundi (Frodebu);

PAÍS	: Cabo Verde		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: PALOP		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Democrática de Cabo Verde		
CAPITAL	: Cidade da Praia		
ÁREA	: 4.033 Km²		
POPULAÇÃO	: 0,45 milhões (1998 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: Democracia Parlamentar		
CHEFE DO ESTADO	: António Mascarenhas Monteiro		
CHEFE DO GOVERNO	: António Gualberto do rosário	(MPD)	(1991)
M. N. ESTRANGEIROS	: Rui Figueiredo Soares		
FORÇAS ARMADAS	: 1.100 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 3,9 milhões (1,74% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1975		
HINO NACIONAL	: É Pátria Amada		
ETNIAS	: Crioulo e Brancos (maioria de ascendência lusa)		
RELIGIÃO	: Católicos e confissões animistas		
IDIOMAS NACIONAIS	: Português e Crioulo		
MOEDA	: Escudo de Cabo Verde		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 224 milhões	(1998)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 910	(1997)	
ÍND. DES. HUMANO	: 106°. (0,677)	(1997)	
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; ACP; CEDEAO (obs.); CPLP; FMI		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: MpD, PAICV, UCID, PSD, PCD e PRD		

### SINOPSE HISTÓRICA

1456: O território foi avistado por um capitão veneziano, de nome Alvise Cadamosto que doa a D. Afonso V e este a D. Fernando;

1466: Aos seus habitantes é outorgado o direito de comercializar e traficar escravos provenientes da Guiné;

1470: Após morte de D. Fernando o território é doado à coroa portuguesa, à qual reverte definitivamente em 1495;

1495 a 1530: Tráfico de escravos intenso traz um incremento de progresso para as ilhas;

1532: Surge o primeiro bispado com sede em Santo Antão;

1595: É nomeado o primeiro Governador-Geral para Cabo Verde, que estabelece sede em Ribeira Grande na ilha de Santo Antão;

1770: A capital é transferida para a cidade da Praia, na ilha de Santiago;

Séc. XIX: Fim do tráfico de escravos, seca prolongada e crescente corrupção administrativa levam ao declínio da economia do território;

1936: Após ter sido criado, pela portaria DL-26539/36, de 23 de Abril, o campo de internamento para prisioneiros anti-regime, em Tarrafal, entra em funcionamento, a 29 de Outubro, com os primeiros 150 presos políticos portugueses;

1974: Acordos de Argel entre PAIGC e Portugal levam ao reconhecimento do direito à independência do arquipélago para o ano seguinte;

1975: *Independência, a 5 de Setembro, sob os auspícios do PAIGC. Aristides Pereira é o primeiro presidente e o major Pedro V. Pires, o Chefe de Governo. Ainda nest ano torna-se membro da ONU e da OUA e é assinado um Tratado Cooperação Económica com Portugal;*

1980(07.09): Entra em vigor a primeira Constituição Nacional;

1981:

(Janeiro): Na sequência do Golpe de Estado na Guiné-Bissau, de Novembro de 1980, o PAICG de Cabo Verde, separa-se do seu homónimo guineense e transforma-se no PAICV. Corte de relações entre os dois Estados. O ex-presidente guineense Luis Cabral, é caboverdiano. Pedro Pires e Aristides Pereira são reconduzidos nas respectivas pastas pela Assembleia Nacional;

(Setembro): Sob os auspícios de Samora Machel, e durante a Conferência da Cidade da Praia, dos Países de Língua Portuguesa, regista-se uma reaproximação entre os ilhéus e os guineenses. No princípio de 1982, são restabelecidas as relações diplomáticas entre os dois Estados;

1985(07.12): Eleições legislativas em Cabo Verde, com forte participação popular;

1986 (Janeiro): Nova recondução dos dois mais altos magistrados nacionais em exercício;

1988:(Julho): O aeroporto da ilha do Sal, serve de palco para as conversações que sul-africanos, angolanos, cubanos e os EUA efectuam sob os auspícios dos caboverdianos;

1991: Politicamente, foi dos anos mais profícuos. Em Janeiro, a 13, realizam-se, em Cabo Verde, as primeiras eleições verdadeiramente democráticas e livres, em África, com a vitória do MpD de Carlos Veiga que assume de imediato, a chefia do Governo, por abandono do então p.m. Pedro Pires. É o início da II República. A 17 de Fevereiro, são as eleições para a presidência que dão vitória a António Mascarenhas Monteiro, apoiado pelo MpD. O grande derrotado foi o ex-presidente Aristides Pereira, que acabou por concorrer sozinho, já que o PAICV lhe negou o seu apoio. Em outubro, Cabo Verde toma assento como membro não permanente no Conselho de Segurança. Em Dezembro, acontecem as autárquicas que dão vitória ao MpD que obtém 10 das 14 câmaras em disputa. O PAICV obtém 3 e a UCID, uma câmara;

1992:

(17.02): Devido às alterações que o MpD quer introduzir na Constituição, onde o presidente perde parte dos seus poderes, Mascarenhas Monteiro declarou a sua frontal oposição durante um jantar promovido no aniversário da sua eleição presidencial. Foi a ponta do 'iceberg' que emergiu no conflito institucional que se tem verificado, ultimamente, entre as duas entidades institucionais;

(28.07): Carlos Veiga declarou durante a reunião da CEEAO, que a nova Constituição caboverdiana está pronta a ser votada. Será uma



Constituição semi-parlamentarista, onde o presidencialismo e o parlamentarismo coexistirão;

(12.10): Entra em vigor o novo hino nacional caboverdiano, que tem por mote: "Paz e Amor";

1993: Fevereiro: Substituição do MNE, Jorge Fonseca, pelo ex-ministro das Finanças, Manuel Chantre; A 27 de Agosto, inicia-se o VI Congresso do PAICV, que marca, em definitivo, a saída de cena política de Aristides Pereira.

1994(27.01): Segundo notícias provenientes da cidade da Praia, o MpD está a caminho de uma forte e perigosa cisão, o que poderá pôr em causa o governo caboverdiano;

1995(17.12): Eleições legislativas dão maioria absolutas ao MpD, seguida do PAICV e da dissidência dos primeiros, o PDC que obteve um assento no parlamento;

1996(18.02): Eleições presidenciais são semelhantes a um plebiscito. Mascarenhas Monteiro é o único candidato;

1998(13.03): Cabo Verde e Portugal assinam acordo monetário que ligam os escudos caboverdianos e portugueses através de uma paridade fixa e garante a convertibilidade do escudo caboverdiano;

1999(13.08): José Luís Jesus, que transitou para o Tribunal Internacional de Haia, passou o testemunho do MNE para Rui Figueiredo Soares;

2000:

(20.02): Eleições autárquicas. O PAICV ganhou as principais Câmaras ao MPD;

(02.08): Devido aos compromissos pré-eleitorais de Carlos Veiga, para a presidência, António Gualberto do Rosário assume, interinamente, o cargo de p.m. no que é fortemente contestado pelos adversários políticos e moderadamente criticado pelo presidente;

PAÍS	: Camarões
CONTINENTE	: África
REGIÃO	: Sub-Sariana
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Unida dos Camarões
CAPITAL	: Yaundé
ÁREA	: 475.442 Km <sup>2</sup>
POPULAÇÃO	: 14,68 milhões (1999 <i>estimado</i> )
SISTEMA POLÍTICO	: República
CHEFE DO ESTADO	: general Paul Biya (1982)
CHEFE DO GOVERNO	: Peter Mafany Musonge (1996)
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d
FORÇAS ARMADAS	: 13.100 militares e 9.000 polícias
GASTOS COM A DEFESA	: USD 255,1 milhões (2,92% do PNB)
INDEPENDÊNCIA	: 1960
HINO NACIONAL	: Chant de Ralliement ( <i>Oh Cameroon,</i>

*Cradle of Ours Ancestors)*

ETNIAS : Duala, Bamileke, Tikar, Eondo, Fulbe e Fulani  
RELIGIÃO : Animistas (50%), Cristãos e Islâmicos  
IDIOMAS NACIONAIS : Francês, inglês, fang, bulu, duala, fulani, etc.

MOEDA : Franco CFA  
PROD. NAC. BRUTO : USD 8.735 milhões (1997)  
RENDIMENTO P/CAPITA: USD 680 (1997)  
ÍND. DES. HUMANO : 134°. (0,536) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; ACP; CEEAC; BC  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: RDPC, UNDP, SDF e CDU

SINOPSE HISTÓRICA

Séc. XV: Os portugueses impressionados com a elevada quantidade de camarões capturados na região, baptizaram-na de Camarões;

Séc. XIX: Os alemães ocupam a região dos Camarões;

1918: Na sequência da derrota alemã na I Guerra Mundial, e tendo por base os mandatos do Tipo 'B', o território é dividido entre o Reino Unido e a França;

1946: A ONU, decide transformar os mandatos franceses em curadorias ou fideicomissos;

1955: Graves confrontos entre as forças coloniais francesas e cameroeses;

1958: A França reconhece direito de autonomia;

1959: A Assembleia Geral da NU votam o fim das curadorias franco-britânicas;

1960(01.01): A parte francesa torna-se independente sendo o *premier* Ahmadu Ahidjo nomeado presidente pela Assembleia Constituinte;

1961(01.10) Referendos supervisionados pela ONU, na parte britânica, determina a anexação do Sul à nova República e do Norte à Nigéria. Constitui-se assim a Federação dos Camarões Ocidental e Oriental;

1966: Todos os partidos existentes unificam-se em torno da União Nacional dos Camarões (CNU). Instaura-se o sistema de partido único;

1971: Julgamentos políticos e execuções sumárias põem fim a 10 anos de guerrilhas, da União Popular dos Camarões;

1972: Após revisões constitucionais, os Camarões abandonam o federalismo e tornam-se na *República Unida dos Camarões*;

1973: Surge a "Revolução Verde" que visava travar a fuga do meio rural para as cidades, desenvolvendo o interior do país, nomeadamente com a criação da Trans-Cameroon;

1974: Camarões reveem os seus acordos de cooperação com a França;

1975: Ahidjo é reeleito pela quarta vez consecutiva;

1982: Ahidjo morre. Na presidência, sucede-lhe o general Paul Biya;

1983-84: Sucessivas tentativas de *Coupe d'État* com elevadas vítimas e assassinato de eventuais conspiradores;


1991: Nove aldeias nigerianas são anexadas pela República camaroesa;

1992(29.02): Primeiras eleições multipartidárias em 28 anos. O Cameroon People's Democratic Rally (RDPC) foi o grande vencedor;

1993: Eleições presidenciais. Paul Biya, apoiado pelo RDPC, foi o vencedor contestado, devido ao boicote dos partidos da oposição.

1994: Os Camarões entram na *Commonwealth das Nações* como membros de pleno direito;

1997: Eleições legislativas. Apesar de muito contestado, o RDPC obteve a maioria absoluta dos 180 lugares em disputa. A Social Democratic Front (SDF), a National Union for Democracy and Progress (UNDP) e a Cameroon Democratic Union (CDU) foram os restantes partidos a obterem assentos na Assembleia Nacional;

PAÍS	: Chade	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Sub-Sariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Chade	
CAPITAL	: N'Djamema (600.000 hab.)	
ÁREA	: 1.284.000 Km²	
POPULAÇÃO	: 6,99 milhões (1997 estimado)	
SISTEMA POLÍTICO	: Revolucionário	
CHEFE DO ESTADO	: Idriss Deby	(1996)
CHEFE DO GOVERNO	: Nagdum Yamassoum	(1999)
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d	
FORÇAS ARMADAS	: 35.650 Efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 45 milhões (3,9% DO PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1960	
HINO NACIONAL	: La Tchadienne	
ETNIAS	: Árabes, Tuaregues (Tubu e quadaiene), Sara e Massa	
RELIGIÃO	: Islâmicos (44%), Cristãos (33%) e Animistas	
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, árabe, sara e maba	
MOEDA	: Franco CFA	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 1.153 milhões	(1997)
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 190	(1997)
ÍND. DES. HUMANO	: 162º. (0,393)	(1997)
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP; CEEAC; UEAAC	

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: MPS, URD, UNDR, UDR, CpD e RP

### SINOPSE HISTÓRICA

Séc. XIX: O ex-escravo Rabah Amoney, de origem negro-sudanesa, conquista o reino de Bornu, de que o Chade fazia parte;

1900: A França toma conta do lago de Chade a pedido dos seus habitantes receosos do exército de Amoney. É construída a cidade de Fort Lamy;

1910: O Chade, juntamente com Gabão, Congo e Ubangi-Shari, (actual República Centro Africana), formam a África Equatorial Francesa;

1940: O Chade é o primeiro território colonial francês a juntar-se à França Livre;

1959: O território torna-se autónomo;

1960(11.08): *É a independência e formação da República do Chade;*

1962: O presidente François Tombalbay bane todos os partidos de oposição e cria o Partido Progressista Chadiano (PPT);

1963: Líderes oposicionistas de origem e religião islâmica são presos. Tenta-se adoptar nova Constituição de modo a apaziguar os ânimos entre Bantu do Sul e Islâmicos do Norte;

1969: Revoltas islâmicas levam Tombalbay a pedir ajuda de tropas francesas;

1971: Tentativa de golpe falha com suicídio do líder revoltoso. É assinado acordo com rebeldes. No entanto, o movimento de guerrilha mantém-se;

1973: O Comandante das Forças Armadas Chadianas, general Félix Mallum é preso por suspeita de tentativa de golpe. Neste ano a Líbia invade a faixa de Auzou;

1975:

*Coup d'État* militar derruba Tombalbay, que é morto. É formado um Governo Provisório pelo líder da Revolta, o general Odingar, que chama o general Mallum para a presidência do País. O novo Governo solicita aos movimentos clandestinos FROLINAT, de Hissene Habyre, e do MDRT para suspenderem os ataques e reconciliarem-se com a Nação. Porém, os resultados foram nulos. A FROLINAT rapta uma antropóloga francesa, F. Claustre, que provoca problemas institucionais entre as autoridades chadianas e francesas. A primeira consequência, e a pedido de Mallum, foi a saída das tropas francesas estacionadas no Chade.

1976: Durante o presente ano aconteceram a visita do p.m. francês Jacques Chirac que restabelece relações entre os dois Países; o estabelecimento de relações com Cuba; e a tentativa de golpe de Estado contra Mallum, levado a efeito pela FROLINAT, sem o conseguir;

1977: A FROLINAT liberta a antropóloga francesa. Porém não terminam os problemas;

1990: Hissein Habré é derrubado, e após sangrenta guerra-civil por Idriss Déby com o apoio da Líbia;

1992: Julho: Déby declarou a agência noticiosa Reuter estar disposto a convocar uma Conferência Nacional para o Chade, para Maio de 1993, com vista à implementação de um Governo de Transição que ponha termo a 30 anos de lutas armadas. Entretanto a Aliança Nacional para a Democracia e o Desenvolvimento (AND), expulsou do partido o p.m. Joseph Yodoyman;

1993(12.04): O p.m. Fidele Mounkar anunciou a constituição do Governo de Transição chadiano. É um governo de coligação composto por 26 elementos;

1994: O T.I.J. pronuncia-se a favor do Chade na questão fronteiriça que mantém com a Líbia, sobre a faixa de Auzou;

1996(Agosto): Sugeito a sufrágio universal, Idriss Déby é reeleito para a presidência chadiana;

1997: Em Janeiro realizam-se eleições legislativas. O *Mouvement Patriotique du Salut* (MPS), liderado por Nassour Ouaidou é o grande vencedor, conquistando 65 assentos na Assembleia Nacional; a *Union pour le Renouveau et la Démocratie* (URD) não foi além dos 29 lugares enquanto a *Union Nationale pour la Démocratie et le Renouveau* (UNDR) e a *Union pour la Démocratie e la République* (UDR) elegeram, respectivamente, 15 e 4 deputados. A 16 de Maio, Nassour Ouaidou é empossado como p.m.;

PAÍS	: Comores		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Federal Islâmica das Comores		
CAPITAL	: Moroni		
ÁREA	: 2.230 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 0,45 milhões (1998 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: República Islâmica		
CHEFE DO ESTADO	: Azali Assoumani (1999)		
CHEFE DO GOVERNO	: Bianrifi Tarmidi (1999)		
M. N. ESTRANGEIROS	: Said Mohammed Sagaf		
FORÇAS ARMADAS	: sem expressão		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 3,1 milhões (1,24% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1975		
HINO NACIONAL	: Udzima wa ya Masiwa (A União da Grande Ilha)		
ETNIAS	: Malaio-polinésios, Crioulos e Árabes		
RELIGIÃO	: Islâmicos (86%) e Católicos (14%)		
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, árabe e crioulo comoriano		
MOEDA	: Franco Comoro		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 249 milhões (1997)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 510 (1997)		
ÍND. DES. HUMANO	: 139°. (0,506) (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; Liga Árabe; COMESA; OCI; ACP;		

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: Molinaco, Frolinaco (FNJ), RDN e UpRDC

### SINOPSE HISTÓRICA

A República das Ilhas Comores, é formada pela Grande Comore, Anjouan e Mohéli. Existe uma quarta, Mayotte, que, embora reivindicada pelas Comores, continua sob administração francesa, dada ser essa a sua vontade no plebiscito de 1975;

Séc XII: As ilhas são islamizadas e administrativamente ligadas a Madagascar;

1912: Comores são declaradas colônia francesa;

1961: É instituído um Governo autónomo interno;

1975: Comores ascende à independência a 6 de Julho. O primeiro presidente é Ahmed Abdallah. Neste mesmo ano, a Frente Nacional Unida efectua um golpe de Estado palaciano e derruba o Governo e Ali Soilih assume o poder;

1978(13.05): *Coup d'État* organizado por um mercenário francês, Bob Denard, derruba Soilih e recoloca na presidência Abdallah. Denard assume o cargo de comandante em chefe das forças armadas comorianas e adopta o islâmico nome Said Mustapha Madhjoud;

1989:(26.11): Assassinado o presidente Ahmed Abdallah. Denard assume, provisoriamente, o controle do país. Após intervenção dos governos franceses e sul-africano o mercenário Denard abandona o país e Said Mohamed Djohar é nomeado presidente interino;

1990(Março): Eleições gerais e presidenciais nas Comores. Mohamed Djohar é eleito presidente;

1991(Agosto): O Supremo Tribunal da República tenta derrubar o Presidente Djohar;

1992(26.09): Tentativa de *Coup d'État* militar. O ministro do interior, Omar Tamou é implicado e preso;

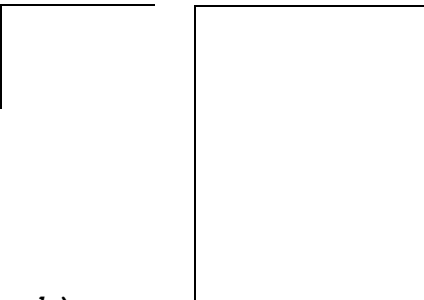
1993(22.06): O presidente comore dissolveu o Parlamento Federal após o voto de censura ao Governo;

1995: A 28 e 29 de Setembro, tentativa de *Coup d'État*, novamente liderado por Bob Denard, e apoiado por Tamou. O ministro do interior, de então, de visita a Paris exigiu a intervenção francesa no âmbito dos acordo de defesa mútuo. O presidente foi detido no quartel de Kandani e o p.m., Caambi el-Yachourt refugiu-se na embaixada francesa. Um Comité Militar de Transição, liderado pelo capitão Combo, amigo de Denard, anunciou a convocação dos partidos políticos visando a constituição de um governo de transição e unidade nacional por um período de 5 anos. Depois de várias tentativas diplomáticas, a 4 de Outubro, tropas francesas intervêm nas Comores libertando o presidente Djohar e detendo o mercenário francês Bob Dénard. Todavia, os partidos políticos comorianos, incluindo os que apoiaram o golpe de Dénard, aconselharam o presidente Djohar a manter-se na ilha de Reunião, onde estava acoitado desde a sua libertação, até que "as condições para o seu regresso estejam completas". Os mesmos partidos aprovaram por "unanimidade" a manutenção do p.m. El-Yachoustou como presidente interino;

1996: Em Março, regista-se a segunda volta das eleições presidenciais. Mohammed Taki Abdulkarim, da União Nacional para a Democracia das Comores (UNpD), vence obtendo 64% dos votos. Em Dezembro, acontecem as eleições legislativas. Apoiantes de Abdulkarim, agora agrupados na Coligação Nacional para o Desenvolvimento (RND), são os grandes vencedores, obtendo 91% do escrutínio;

1997: (03/06.08): Culminando um movimento que vem desde o princípio do ano, separatistas da ilha de Anjouan proclamam a sua independência hasteando a bandeira francesa no antigo palácio colonial. Visam uma futura reintegração na França. Todavia, este país já manifestou o desejo que as Comores mantenham a sua integridade territorial, respeitando-a, e não apoiam a separação de Anjouan. Os separatistas nomearam Abdallah Ibrahim, um ferveroso professor corânico, como presidente, com poderes para negociar com França a sua reintegração na antiga Metrópole;

1999 (30.04): *Coup d'État* militar nas Comores;

PAÍS	: República do Congo	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Sub-Sariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Congo	
CAPITAL	: Brazzaville	
ÁREA	: 341.500 Km²	
POPULAÇÃO	: 2,95 milhões (1998 estimado)	
SISTEMA POLÍTICO	: República	
CHEFE DO ESTADO	: Denis Sassou Nguesso (1997)	
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial	
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d	
FORÇAS ARMADAS	: 15.000 Efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 61 milhões (2,1% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1960	
HINO NACIONAL	: Les Trois Glorieuses	
ETNIAS	: Bakongo, Mbochi, Teke, Sangha e Vili	
RELIGIÃO	: Animistas e Cristãos	
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, teke, lingala e crioulo congolês	
MOEDA	: Franco CFA	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 2.900 milhões (1997)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 640 (1997)	
ÍND. DES. HUMANO	: 135°. (0,533) (1997)	
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; ACP; CF; CEEAC; UEAAC	
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: UPADS, MCDDI, CLP, RDPS, RDD	

### SINOPSE HISTÓRICA

1880(12.05): Assinatura de Acordo de limitação de fronteiras entre os Territórios de Angola e Congo;

1880/83: Os Reinos autónomos de Teke e de Loango são integrados na colónia francesa do Congo;

1960(15.08): *Congo adquire a independência, sendo o seu primeiro presidente o abade Fulbert Youlou;*

1963: Pascal Lissouba é empossado no cargo de p.m.;

1964: O Movimento Nacional Revolução (MNR), marxista-leninista, torna-se o partido único;

1968: Após convulsões políticas, o Congo é transformado numa República Popular;

1970(03.01): *É proclamada oficialmente a República Popular do Congo;*

1997: O presidente Ngoumbi é assassinado. É proclamada a Lei marcial e Yhompi-Opango é nomeado presidente;



1979: *Coupe d'État* palaciano. O coronel Denis Sassou-Nguesso assume a chefia do Estado;

1991(Junho): Devido à Conferência Nacional realizada, André Milongo assume o cargo de p.m. de um Governo de Transição, mantendo-se Denis Nguesso como presidente, embora com poderes substancialmente reduzidos;

1992: Devido a divergências com o p.m. e o Ministro Defesa proposto por este, os militares rebelaram-se, criando um *Conselho Superior da República*, sem, no entanto, porem em causa, a continuidade do presidente. A 15 de Março, e após proposta presidencial, um *Referendum* nacional diz "SIM" às reformas políticas porpostas. Em Maio e Julho, realizam-se as primeiras eleições livres em 28 anos. Primeiro as municipais e, a 24 de Julho as legislativas que deram a maioria simples ao UPADS, União PanAfricana para a Democracia Social (38%), face ao, 22% do MCDDI, Movimento Congolês para a Democracia e Desenvolvimento Integral. O antigo partido único, de Nguesso, o PCT, teve somente uma dezena de lugares num parlamento de 125 assentos. Os dois primeiros obtiveram, respectivamente, cerca de 40 e 30 assentos do parlamento. Ernest Kombo, tornou-se no presidente do Conselho Superior da República, órgão legislativo, que comandou os desígnios da Nação, durante o período de transição. Em Agosto ocorreram as eleições presidenciais. Pascal Lissouba, da UPADS, foi declarado vencedor das eleições presidenciais, obtendo 61,3% dos votos expressos, à segunda volta. Em segundo ficou Bernard Kolelas, do MDDI, com 38,7%;

1993: A 24 de Junho, o presidente Lissouba indigitou o general Joachim Yhombi-Opango para a chefia de Governo e a 17 de Julho, é declarado o estado de sítio no Congo, devido a protesto da oposição sobre as medidas governativas e ministeriais do general Yhombi-Opango;

1997:

Junho / Julho: Contestando o poder presidencial, o exército privado do ex-presidente Sassou Nguesso, os "Cobras", com o apoio de outras milícias, nomeadamente dos "Ninjas" ataca, 6 de Junho, as forças militares do presidente Lissouba, reconhecidas por "Zoulous". Mohamed Sahnoun, enviado da ONU e da OUA para os Grandes Lagos, e o gabonês Omar Bongo, que preside a esta Comissão, são os medianeiros de um conflito que já provocou milhares de mortos em Brazzaville. A 18 de Julho, é assinado o primeiro cessar-fogo entre as partes litigantes. Entretanto, Lissouba anuncia adiamento das presidencias e prorrogação do seu mandato até ao fim integral das hostilidades. Em Agosto, a *Comissão de Mediação Nacional*, liderada Bernard Kolélas, conseguiu que o presidente Lissouba aceitasse a formação de um Governo de unidade nacional, enquanto o seu opositor, Sassou Nguesso, concordava que o mandato de Lissouba fosse prorrogado até que ser possível a realização de eleições presidenciais, sob os auspícios do Conselho Constitucional. A 9 de Setembro, o presidente nomeia Kolélas para p.m. em substituição de David C. Ganao. A oposição, liderada pela FDU recusa aceitar esta nomeação por não ter sido negociada como estava previsto nos acordos parcelares. Em observadores da Rep. Dem. do Congo são enviados para Brazzaville para tentarem acabar com os confrontos fratricidas. As forças de Nguesso consideram ser "...uma inadmissível intromissão e uma declaração de guerra" e atacam a capital em três frentes. Paralelamente, Brazzaville e Luanda acusam-se, mutuamente, de agressão e a 25 de Outubro, Sassou Nguesso depois de derrubar o presidente, democraticamente eleito, Pascoal Lissouba, conquistando Brazzaville, através das suas tropas "Cobras", e Point-Noir, com o apoio das tropas angolanas, assume o poder. Angola e a Rep. Dem. do Congo

reconhecem de imediato o novo Governo. Lissouba refugiou-se em Burkina Faso declarando estar disposto tentar recuperar o poder usurpado;

1999: O ano começa com confrontos entre militares fiéis ao presidente deposto Lissouba, aliadas ao antigo presidente da Câmara de Brazzaville, e os *Cobras*, de Nguesso, e os *Ninjas* e a 12 de Maio, é assinado, em Luanda e Brazzaville um Acordo de Defesa Mútua de fronteiras rubricado entre Luanda e Brazzaville;

PAÍS	: Congo Democrático
CONTINENTE	: África
REGIÃO	: Sub-Sariana
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Democrática do Congo
CAPITAL	: Kinshasa
ÁREA	: 2.345.409 Km <sup>2</sup>
POPULAÇÃO	: 47,74 milhões (1998)
SISTEMA POLÍTICO	: Parlamentar e Presidencial
CHEFE DO ESTADO	: Laurent Desirée-Kabila (1997)
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial
M. N. ESTRANGEIROS	: Abdoulaye Yerodia
FORÇAS ARMADAS	: 53.600 Efectivos
GASTOS COM A DEFESA	: USD 308 milhões (1,9% do PNB)
INDEPENDÊNCIA	: 1960
HINO NACIONAL	: Zairois, dans la paix retrouvée
ETNIAS	: Bakongo, Lunda, Liba, Lulua, Mongo e N'gala
RELIGIÃO	: Animistas, Cristãos (40%) e islâmicos
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, Bakongo,
MOEDA	: Novo Zaire
PROD. NAC. BRUTO	: USD 5.800 milhões (1998)
RENDIMENTO P/CAPITA	: USD 203 (1997)
ÍND. DES. HUMANO	: 141°. (0,479) (1997)
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP;
OUTRAS ORGANIZAÇÕES	: Partidos: AFDL,MPR,UDPS,DFC e URD

### SINOPSE HISTÓRICA

1885: Na sequência da Conferência de Viena, o rei belga Leopoldo institucionaliza no seu feudo pessoal, o Estado Independente do Congo;

1908: A Bélgica, após a morte do seu soberano e embora sob protestos internacionais, anexa formalmente o Congo;

1960: O Congo ascende à independência, em 30 de Junho, sob a designação de *República Democrática do Congo*, ou, genericamente, Congo-Leopoldeville. A

11 de Julho, Moisés Tschombé proclama a secessão do província congoleza do Katanga, que se prolongará até 1963.;

1961(05.12): Forças das N.U. lançam ataque ao Katanga, perto de Elizabetville, contra as forças catanguesas;

1964(30.12): O Conselho de Segurança das NU decidiram pôr termo à intervenção estrangeira no País, impor o cessar-fogo e determinou que as forças mercenárias sejam expulsas das zonas de conflito;

1965(25.11): O presidente Joseph Kasabuvu é deposto por Joseph-Désiré Mobutu que assume o poder no país;

1967: Em Kisangani, Mobutu consegue deter uma tentativa de golpe de Estado levado a efeito por mercenários estrangeiros e a 2 de Julho, Moisés Tschombé, é detido em Argel, onde morre, após o avião onde viajava, que se dirigia para Palma de Maiorca, ter sido desviado por alegados piratas do ar;

1971: Mobutu decide alterar o nome do país para Zaire. A vizinha, Rep. Popular do Congo, declarou que essa alteração era uma aproximação aos colonizadores portugueses que tinham baptizado o rio Congo com esse nome;

1991: Setembro: Distúrbios na capital fazem o Mobutu recorrer às forças francesas e belgas para tentarem repor a normalização na vida do país. Participam na rebelião militares e civis. A situação económica é caótica. Conselho Nacional decidiu sobre a nomeação de Tshisekedi para p.m. em substituição de Mulumba Lukoj, devido aos confrontos sociais que puseram em causa o sistema político de Mobutu. A 11 de Outubro, Mobutu e Tshisekedi chegam a acordo quanto à formação do Governo de Crise. No entanto, pouco tempo depois Mobutu demite Tshisekedi e elege em seu lugar Mungul Diaka, da mesma coligação que não aceita e recomeçam os tumultos no País. Estrangeiros são convidados pelos seus governos a abandonarem o Zaire. A 30 de Outubro, Mobutu confirmou no cargo de p.m., Mungul Diaka e pediu ao embaixador belga a retirada das tropas belgas estacionadas desde os motins ocorridos;

1992: Agosto / Setembro: A Conferência Nacional zairense decidiu propor um Referendum para repor o antigo nome do país, República Democrática do Congo, bem assim a bandeira e o hino nacionais. Mobutu tinha procedido à sua alteração em 1971, não estando de acordo com a nova proposta. A proposta foi aprovada por 1172 votos contra 592. Após breve discussão, o Parlamento nacional zairense, que estava a discutir a nova Constituição, decidiu adoptar o 'leopardo' como emblema nacional da futura República Federal do Congo, em detrimento do 'okapi' defendido por uma parte significativa dos deputados, visto o Zaire ser o único país onde se encontram. Note-se que o leopardo já figurava no escudo zairense e foi várias vezes utilizado por Mobutu como símbolo pessoal;

1993: Janeiro foi o mês de todas as convulsões sociais. Após uma semana de convulsões sócio-políticas, convocadas pela oposição União Sagrada da Oposição Radical (USOR), Kinshasa regressa à normalidade. Apesar disso, os estrangeiros começam a sair de Kinshasa após dois sangrentos dias provocados pelas forças militarizadas de Mobutu, que culminou com a morte do embaixador francês na capital zairense. Tudo começou com as novas notas de 5 milhões de zaires que, embora com circulação legal, e pagas como *pré*, não foi aceite pelos comerciantes. A 5 de Fevereiro, Mobutu demite o p.m. Tshisekedi da USOR, que, no entanto, recusou aceitar essa ordem. A 11, substitui o chefe do Estado-Maior do seu exército. O novo chefe é o general Eluki Monga. Em Março, um *Conclave Politique* reunido desde o

passado o princípio do mês, anunciou ter aleito para p.m. Faustin Birindwa, em substituição Étienne Tshisekedi. O novo nome foi aceite por este, já que desejava evitar novos conflitos institucionais com Mobutu. O ex-p.m. solicitou aos zairenses na Europa que remetessem para o país o dinheiro ganho e depositado no estrangeiro;

1994(15.06): O Conselho Superior da República, por 332 votos dos 465 deputados escolheu o moderado Joseph Kengo Wa Dondo, para o cargo de p.m. O nome foi proposto pela União para a República e Democracia (URD), uma das formações que integram na USOR;

1997: Março: Aproveitando uma deslocação do p.m., a Harare, para abordar com outros líderes afro-austrais a questão zairense a Assembleia Nacional demite-se e os rebeldes da AFDL, de Laurent Désiré-Kabila, conquistam, sucessivamente, as principais cidades do Zaire. Mobutu demite o p.m. Wa Dondo e nomeia Tshisekedi para o cargo. Entretanto, com a tomada de Lumbumbashi pelas forças de Kabila, Tshisekedi é demitido e nomeado, em seu lugar, o Chefe de Estado Maior do exército, o general Eluki Monga. De 1 a 15 de Maio, realizam-se várias reuniões entre Mobutu, Kabila e Mandela para resolução do problema político-militar no Zaire. A 16 Mobutu renuncia à presidência do Zaire. É o fim do regime. A a 17 a AFDL e Laurent Desirée-Kabila declaram a libertação de Kinshasa perante a rendição dos militares zairenses, a cerca de 5.000 rebeldes. Ao mesmo tempo Kabila anuncia a tomada de posse presidencial e a alteração do nome do país de Zaire para o antigo topónimo de República Democrática do Congo. Toda a actividade política é suspensa. Em Outubro, o Governo de Kabila perante os relatórios apresentados por duas ONG's dos Direitos Humanos, que afirmam terem os soldados de Kabila participado em ataques a refugiados tutsis decide expulsar todas as ONG's ligadas às N.U. e aos Direitos Humanos;

1998: A 30 de Maio, e na tentativa de normalizar as suas relações, Kabila e o líder da oposição, Étienne Tshisekedi, encontram-se nos arredores de Kinshasa. Em Agosto, militares e mercenários da etnia tutsi *banyamulenge* que apoiaram Kabila, revoltaram-se, a 2, na província de Kivu, no Leste do país. Elegeram Arthur Zahidi Ngoma, da AFDL e antigo opositor de Mobutu, para líder da revolta. Entretanto, Pascal Tshipata Mukeba, antigo aliado de Kabila, afirmava que esta revolta se devia às promessas não cumpridas de Kabila, nomeadamente, o controlo total da região de Kivu, prometida aos revoltosos que o apoiaram na luta contra Mobutu. A 6, Bizima Karaha, um *banyamulenge*, é demitido do cargo de MNE, por apoiar os revoltosos e considerar Kabila tão ditador como Mobutu. Simultaneamente, Kabila ameaça declarar guerra ao Ruanda por considerar que os revoltosos estão a ser apoiados por este país;

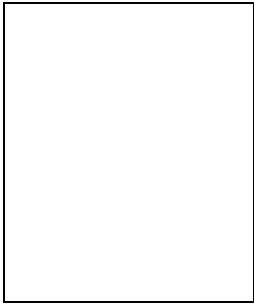
1999:

(01.03): Cisão na coligação rebelde congoleza, liderada por Ernest Wamba dia Wamba. O antigo líder da AFDL, Ngoma, decide abandonar a revolta armada e criar a *Union des Congolaises por la Paix* (UCP), grupo não-armado de oposição a Kabila;

(17.06): Na sequência da tomada de posse do novo presidente sul-africano Mbeki, reunião em Pretória entre este, os presidente Nujoma, da Namíbia, Mugabe, do Zimbabwe, Bizimungu, do Ruanda e Musewi, do Uganda, e os representantes da oposição UDPS e RCD que mantém representações na RAS. Foi apresentado por estes, um plano de 5 pontos para as negociações de paz. Embora sem intervirem, estiveram ainda presentes os Chefes de Estado zambiano, Chiluba, e líbio, Khadafi;

2000: Março: Violentos confrontos entre rebeldes e as forças coligadas de apoio a Kabila, porém em causa um dos muitos cessar-fogo assinados. A 22,

Émile Ilunga, líder do principal movimento rebelde do Congo, o *Reagrupamento Congolês para a Democracia* (RCD), ter afirmado que o acordo de cessar-fogo já não estava em vigor, o Conselho de Segurança das Nações Unidas excluiu a hipótese de enviar uma força de 5500 homens para país. Em Junho, o Ruanda e o Uganda começaram a retirar as suas tropas para cerca de 100km de Kisangani, após mais de 20 meses de presença na República Democrática do Congo, onde apoiaram a rebelião que tenta derrubar o presidente Laurent Kabila. Nas últimas semanas, as tropas ruandesas e ugandesas causaram, pelos menos, 160 mortos civis e mais de mil feridos;

PAÍS	: Costa do Marfim	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Sub-Sariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Costa do Marfim	
CAPITAL	: Abidjan ( <i>de facto</i> ) Yamoussoukro ( <i>designada</i> )	
ÁREA	: 322.463 Km²	
POPULAÇÃO	: 15,97 milhões (1998 <i>estimado</i> )	
SISTEMA POLÍTICO	: Republicano presidencialista	
CHEFE DO ESTADO	: Robert Guéi (1999)	
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial	
M. N. ESTRANGEIROS	: Amara Essy	
FORÇAS ARMADAS	: 14.400 Efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 115,2 milhões (0,98% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1960	
HINO NACIONAL	: L' Abidjanaise	
ETNIAS	: Baoulé, Krus, Malinké, Volta, Mande	
RELIGIÃO	: Animistas, Islâmicos (35%) e Cristãos (12%)	
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, akan, kru, entre outros	
MOEDA	: Franco CFA	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 11.700 milhões (1999 <i>estimado</i> )	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 733 (1999 <i>estimado</i> )	
ÍND. DES. HUMANO	: 154°. (0,422) (1997)	
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP; CEEAO; UEMOA	
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: PDCI-RDA, RDR, FPI e mais 24 partidos	

### SINOPSE HISTÓRICA

1960 (07.08) Costa do Marfim torna-se independente da França;

1990: Em Outubro, Félix Houphouët-Boigny é eleito presidente da Costa do Marfim e em Novembro verificam-se as eleições legislativas;

1992: Julho / Agosto: O Governo de Abidjan decidiu libertar os presos políticos entre eles o líder da *Front Populaire Ivoirien* (FPI), que exige a demissão do governo de D. Ouattara e a formação de um governo de transição;

1993: Em Março, militares amotinam-se, tentando obter melhores regalias sociais e em Novembro morre o presidente Boygni. O presidente da Assembleia Nacional, Henri Konan-Bédié, assume, constitucionalmente, a presidência;

1994 (07.02): Cerimónias fúnebres de Houphouët-Boigny;

1995: Eleições presidenciais, a 22 de Outubro. Henri Konan-Bédié é confirmado na presidência e a 26 de Novembro realizam-se as eleições

legislativas no país. O antigo partido único, o *Parti Démocratique de Côte d'Ivoire* (PDCI) obtém a maioria absoluta, conquistando 147 dos 171 lugares em disputa. A oposição representada pela *Rassemblement des Républicains* (RDR) e pela FPI não foram além dos 14 e 10 assentos, respectivamente. O novo p.m. é Daniel Kablan Duncan, antigo ministro da Economia e Finanças, do primeiro governo, pós-Boigny;

PAÍS	: Egipto		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: África Norte		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Árabe do Egipto		
CAPITAL	: Cairo		
ÁREA	: 1.001.440 Km²		
POPULAÇÃO	: 64,5 milhões (1997 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: República Parlamentar		
CHEFE DO ESTADO	: M. Hosni Mubarak		
CHEFE DO GOVERNO	: Atef Ebeid (1999)		
M. N. ESTRANGEIROS	: Amr Moussa		
FORÇAS ARMADAS	: 680.000 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 2.800 milhões (5,9% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1940		
HINO NACIONAL	: Bilady, Bilady, Bilady (Minha Pátria, Minha Pátria, Minha Pátria)		
ETNIAS	: Árabes hamitas e Núbios		
RELIGIÃO	: Islâmica, Cristãos Coptas (7%)		
IDIOMAS NACIONAIS	: Árabe, inglês e berbere		
MOEDA	: Libra egípcia		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 77.400 milhões (1997 estimado)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 1.233 (1997 estimado)		
ÍND. DES. HUMANO	: 120°. (0,616) (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; Liga Árabe; OCI; FMI		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: NDP, NWP e SLP		

### SINOPSE HISTÓRICA

1517(22.01): Turcos conquistam o Cairo;

1652: General Mohammed Neguid toma o poder no País;

1798(21.07): O imperador francês Napoleão Bonaparte vence os egípcios na Batalha das Pirâmides e torna-se senhor do Egipto;

1822(Julho): Revolta em Alexandria é sufocada por forças britânicas;

1869(17.11): É inaugurado o Canal de Suez;

1875(25.11): *Reino Unido adquire o controlo do Canal do Suez, por compra de 176.602 acções ao Egipto;*

1882(09.11): França e Inglaterra passam a controlar o Egipto;

1922: Egipto fica sob mandato inglês por indicação da S.D.N.;

1937: Rei Faruk é coroado rei;

1956(16.08): Inicia-se, em Londres, uma conderência sobre o Canal de Suez, que no entanto, não conta com a anunciada presença do presidente Nasser;

1961(20.09): R.A.U. dissolve-se por retirada da Síria. Todavia, o Egipto mantém o nome;

1971: A 20 de Agosto, é assinada a constituição de uma nova *República Árabe Unida* (RAU) com Líbia e, novamente, a Síria. Todavia, passado pouco tempo, o Egipto retoma a denominação oficial, abandonando R.A.U.;

1972(06.04): Devido a proposta do rei hachemita, de ser criado um novo estado palestino, o Egipto decide cortar relações com a Jordânia;

1973: Guerra Israelo-Árabe. O Egipto retoma a Península do Sinai, de início por via militar e, após retomada israelita, por conversações de paz entre os dois Estados, em "Camp David", EUA;

1975(05.06): É reaberto o Canal do Suez, desde a guerra dos 6 dias de 1967;

1981(06.10): Anwar el-Sadat é assassinado quando assiste à parada militar, durante as comemorações da guerra israelo-árabe de 1973. Os assassinos são oficiais do exército, apoiantes da Jihad Islâmica;

1991: O Egipto toma parte da força de Coligação anti-Iraque devido à invasão e anexação do Kuwait;

1992(Julho): 1ª. reunião egipto-israelita após 5 anos. Verificou-se entre Mubarak e o novo p.m. israelita Y.Rabin;

1993: A 4 de Outubro, um *Referendum* nacional mandata Mubarak para um terceiro mandato. A 27, fundamentalistas islâmicos assassinam três estrangeiros, dois americanos e um francês, num luxuoso hotel do Cairo;

1994:

(24.01): O Comité Egípcio Parlamentar dos Assuntos Religiosos decidiu solicitar aos islâmicos que boicotem a casa francesa de modas, Chanel, por esta ter utilizado dizeres islâmicos nos seus padrões, apesar desta já ter não só retirado todas as peças criticadas como solicitar desculpas públicas aos islâmicos junto das Mesquitas francesas;

(16.07): Cinco islamitas egípcios foram condenados à morte por um Tribunal militar do Cairo, devido à sua hipotética participação no atentado mortal ao Ministro do Interior. Outros 12 islamitas esperam a sua vez de julgamento;

1995: A 26 de Junho, o presidente Mubarak sofre um atentado, sem consequências, durante a visita a Adis-Abeba para a reunião da OUA. No final do ano, o p.m. Atef Sedki apresenta a sua demissão;

1996(08.01): Kamal el-Ganzouri foi nomeado para p.m. Amr Mussa manteve o seu cargo de M.N.E.;



1997:

(Julho): Apesar de um Tribunal de primeira Instância ter aprovado o direito à manutenção do acto de excisão em mulheres egípcias, islâmicas ou cristãs coptas, o Ministro da Saúde reafirmou a sua proibição, facto que foi confirmado a 28 de Dezembro, pelo Conselho Supremo. Este facto contraria os teses islamitas que defendam a tradição;

(17.11): Islamitas da Jamaa Islamiya massacraram 62 pessoas, entre as quais 58 estrangeiros, no Vale dos Reis, em Luxor;

(27.12): O Supremo Tribunal de Segurança do Estado condena à pena capital três islamitas da Jamaa Islamiya por terem assassinado 26 polícias durante os anos de 1992 e 1993;

1999(05.10): Hosni Mubarak foi investido pela quarta vez Chefe de Estado. De seguida, nomeou Atef Ebeid para chefiar o novo Governo egípcio;

PAÍS	: Eritreia
CONTINENTE	: África
REGIÃO	: Sub-Sariana
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: Estado da Eritreia
CAPITAL	: Asmara
ÁREA	: 121.144 Km <sup>2</sup>
POPULAÇÃO	: 3,428 milhões (1997 estimado)

## **SISTEMA POLÍTICO : República Presidencial**

CHEFE DO ESTADO	: Isayas Afewerki	(PFDJ)	(1993)
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial		
M. N. ESTRANGEIROS	: Ato Haile Woldensae		

FORÇAS ARMADAS	: 92.100 efectivos e cerca de 95.000 milícias
GASTOS COM A DEFESA:	USD 196 milhões (28,6% do PNB)

INDEPENDÊNCIA	: 1993
HINO NACIONAL	: Hino nacional eritreu

ETNIAS	: Tigrinya (50%), Tigres e Kunana (40%), Afar e Saho
RELIGIÃO	: Islâmicos e Cristãos (Coptas, Católicos e Protestantes)
IDIOMAS NACIONAIS	: Afar, amárico, árabe, italiano, kunana e tigrinya

MOEDA	: Nafka
PROD. NAC. BRUTO	: USD 393 milhões (1997)
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 115 (1997)
ÍND. DES. HUMANO	: 167°. (0,346) (1997)

ORGANIZAÇÕES	: ONU, OUA; ACP;
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: PFDJ, FLE, FPLE

## **SINOPSE HISTÓRICA**

1890(24.05): Itália reconhece os seus territórios do Mar Vermelho como colónias da Eritreia;

1933: Itália ocupa a Eritreia;

1935(03.10): Na sequência da invasão italiana à Etiópia e Somália, a Eritreia é, igualmente, anexada;

1941: Com a derrota italiana na II Guerra Mundial os britânicos assumem a administração da região;

1950(02.12): A ONU declara a Eritreia como uma unidade autónoma dentro da Federação Etíope;

1962(14.12): O Neru etíope, Hailé Selassié, decide anexar a Eritreia. É o início da guerra de libertação no território. Os principais movimentos são a *Eritrean Liberation Front* (ELF) e a *Eritrean People's Liberation Front* (ELFP); esta, liderada por Issayas Afewerki, é a mais activa;


1993: 23-25 de Abril, realiza-se um *Referendum* na Eritreia e nas colónias de acolhimento eritreias no estrangeiro que aprovam a declaração de independência. É, de imediato, reconhecida pela Etiópia, EUA e Canadá. A 27 de Maio, Issayas Afewerki, secretário-geral da ELFP, assume a presidência do país e a 29 de Junho, torna-se no 52º. Estado-membro da OUA, durante a 30ª Cimeira, inaugurada no Cairo;

1995(Dezembro): Eritreia ocupa as ilhas iemenitas da Grande e Pequena Hanish, no Golfo Pérsico, no Estreito de Bab el Mandeb;

1996(Jan.): A *People's Front for Democracy and Justice* (PFDJ), braço civil da ELFP, propôs que o governo reduzisse, em 60%, os quadros militares do país, que ascendem a 95.000 efectivos;

1998: Entra em vigor, a 7 de Fevereiro, a nova moeda nacional denominada *Nafka*. A 5 de Maio, a Eritreia bombardeia a cidade etíope de Mekele. A Etiópia retalia bombardeando o aeroporto de Asmara e a 12, abre-se um conflito fronteiriço com a vizinha Etiópia devido a pequenas bolsas territoriais reclamadas pelos dois Estados, nomeadamente, a zona de Zalambessa e as regiões de Setir, Mareb e Bada, que a Etiópia diz serem seus face à colonização e aos Tratados internacionais e 14, por pressão dos Estados Unidos é acordado um "*cessar-fogo*" entre os dois países. A 6 de Junho, as pequenas escaramuças que se verificavam na fronteira etíope-eritreia torna-se em conflito aberto com o ataque aéreo da Etiópia à capital eriteia após ataques com mísseis terra-terra levado a efeito pelas forças de Asmara.

2000: A 18 de Junho, é assinado um acordo de "*cessar-fogo*", em Argel, pelos M.N.E. eritreu e etíope, sob os auspícios de Bouteflika, presidente argelino e, em exercício, da OUA. De acordo com o texto, de 15 pontos, será criada uma zona temporária de segurança com uma largura de 25 quilómetros dentro do território da Eritreia e uma missão de manutenção da paz das Nações Unidas separará as tropas dos dois lados;

PAÍS	: Etiópia		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Etiópia		
CAPITAL	: Adis-Abeba		
ÁREA	: 1.101.900 Km²		
POPULAÇÃO	: 60,1 milhões (1997 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: República federativa		
CHEFE DO ESTADO	: Negasso Gidada (1995)		
CHEFE DO GOVERNO	: Meles Zenawi (1995)		
M. N. ESTRANGEIROS	: Seyum Mesfin		
FORÇAS ARMADAS	: 120.000 Efectivos (em reestruturação)		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 138 milhões (2,5% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: Por volta do ano 500 a.C.		
HINO NACIONAL	: Ityopia, Ityopia Kidemi ( <i>Etiópia, Etiópia Sê a Primeira</i> )		
ETNIAS	: Amhra-galla, Nilota, Oromos, Guragis, Somali e Danakil		
RELIGIÃO	: Cristãos Coptas (37%), Islâmicos (43%), e Animistas		
IDIOMAS NACIONAIS	: Amárico, somali, árabe, inglês, gala, tigreu		
MOEDA	: Birr etíope		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 6.947 milhões (1997)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 130 (1997)		
ÍND. DES. HUMANO	: 172°. (0,298) (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; ACP;		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: FPL Tigre, AAPO, CAFPD, EMDPU, OLF, EDU e EPRDF		

### SINOPSE HISTÓRICA

A Etiópia é um dos mais velhos Estados do Mundo, e um das duas Nações mais velhas de África, com uma história muito rica. É um país de religião cristã copta;

1523: Invasão muçulmana é repelida;

1850: Egipto e Sudão atacam, repetidamente, a Etiópia;

1889: Inicia-se o reinado de Menelik II;

1896: Menelik II, derrota as forças invasoras italianas. Os europeus são obrigados a reconhecerem a independência etíope;

1913: Morre Menelik II. Sue filho Lij Iyasu é o seu sucessor natural;

1916: Lij Iyasu, neto de Menelik, sucessor deste é deposto por tendências pró-maometanas. Judith (Zauditu) é consagrada imperatriz, coadjuvada por Ras Tafari Makonnen, como regente e sucessor;

1923: Etiópia é um dos Estados fundadores da Liga das Nações (SDN); é o único representante africano no aerópago internacional;

1931: Ras Tafari sucede à imperatriz por morte desta e adopta o nome de Hailé Selassié. Dá ao país a sua primeira Constituição;

1935: Itália de Mussolini, invade e conquista um membro da Ligas das Nações. Selassié foge para a Europa e pede ajuda à SDN que, à parte de uma condenação verbal, não tem qualquer resultado;

1941: Após derrota da Itália na 2ª. G.G., Hailé Selassié retoma ao País;

1952: Eritreia, antiga colónia italiana, é entregue pelas N.U., à Etiópia, como Estado federado;

1961: Por iniciativa do imperador é criada a OUA, que ficará com a sua sede em Adis-Abeba;

1962: Etíopes decidem integrar a Eritreia e tornam-se num Estado unitário;

1971: *Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE) encabeça uma rebelião armada contra a Etiópia. As fronteiras são questionadas;*

1974(12.09): É derrubado e preso o imperador Hailé Selassié após o golpe de Estado, levado a efeito por militares pró-soviéticos marxistas-leninistas. O poder foi tomado pelo general Aman M. Andom. Foi proclamada a República;

1975: A monarquia etíope é abolida e a república socialista instituída;

1976: Teferi Benti é eleito presidente;

1977: Golpe militar coloca no poder o tenente-coronel Mengistu Hailê Marian. Benti morre no Golpe. No mesmo ano, a Somália invade o deserto de Ogaden. São repelidos com a ajuda de cubanos e soviéticos;

1984: De acordo co o modelo soviético, é formado o Partido dos Trabalhadores da Etiópia (PTE);

1987: *É declarada a República Popular Democrática da Etiópia, sob a presidência de Mengistu Marian;*

1990: Tendo em vista a abertura à economia de mercado o PTE transforma-se no Partido Etíope da Unidade Democrática e acolhe não marxistas;

1991: Mengistu Marian demite-se do cargo de presidente e retira-se para fora do País. Zimbabwe é o seu destino. A 25 de Maio, um comunicado das *Forças de Libertação Nacionais da Eritreia (FLNE)*, braço armado da FPLE, afirma ter conquistado o último bastião etíope na Eritreia, a cidade de Asmara;

1993(Abril) *Por referendun aceite pela Etiópia, a Eritreia aprova a sua separação da Etiópia;*

1995(12.05): De acordo com os resultados oficiais a Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope (EPRDF), que agrupa entre outros a FPLF, obteve 21 dos 23 lugares em disputa na capital etíope para o Parlamento Federal. Os partidos da oposição boicotaram as eleições federais;

1998: A 5 de Maio, a cidade etíope de Mekele é bombardeada por eritreus. A Etiópia retalia bombardeando o aeroporto de Asmara. É o início de um conflito fronteiriçocom a vizinha Eritreia, que se torna em conflito aberto, a 6 de Junho, devido a pequenas bolsas territoriais reclamadas

pelos dois Estados, nomeadamente, nas regiões de Zalambessa, Setir, Mareb e Bada, e reafirmadas pela Etiópia, parte nacional, resultante das divisões territoriais com a colonização e dos Tratados internacionais;

2000: a 16 de Junho, os Estados Unidos propõem "cessar-fogo" aéreo na fronteira etíope-eritreia. Embora a proposta tenha sido mutuamente aceite pelas partes, a Etiópia, de acordo com o porta-voz governamental, Salome Tadesse, anunciou que o conflito terrestre não irá parar enquanto o eritreus não saírem dos territórios reclamados pelos etíopes. A 18 é assinado um acordo em Argel.;

PAÍS	: Gabão		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Gabonesa		
CAPITAL	: Libreville	(417.428 hab.)	
ÁREA	: 267.667 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 1,32 milhões	(1995)	
SISTEMA POLÍTICO	: República		
CHEFE DO ESTADO	: Omar Bongo	(1967)	
CHEFE DO GOVERNO	: Paulin Obame-Nguema		
M. N. ESTRANGEIROS	: Pascaline Bongo		
FORÇAS ARMADAS	: 10.100 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 121 milhões	(2,02% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1960		
HINO NACIONAL	: La Concorde		
ETNIAS	: Irungu Fang, Bapounous, Batékés, Galoa, Nkomi e Nzabi		
RELIGIÃO	: Cristãos (±52%), Animistas e Islâmicos (±1%)		
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, Fang e diversas línguas de raiz Banto		
MOEDA	: Franco CFA		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 5.095 milhões	(1995)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 3.815	(1995)	
ÍND. DES. HUMANO	: 124°. (0,607)	(1997)	
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; CEEAC; ACP;		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: PDG, Morena-BUC, Morena-ORI, PGP, USG e APSG		

### SINOPSE HISTÓRICA

1957: Embora integrado na África Equatorial Francesa, o Gabão obtém a autonomia política;

1958: Os interesses do Gabão passam a ser geridos por um governo próprio, dentro da Comunidade Francesa. Léon M'Ba, do Bloco Democrático Gabonês (BDG), é eleito como o primeiro Chefe de Governo local;

1960: A 17 de Agosto, adquire a *Independência completa*. M'Ba é o primeiro *Chefe de Estado*, que acumula com o cargo de pm à frente de um Governo de coligação com a *União Democrática e Social Gabonesa (UDSG)*, liderada por Jean-Hilaire Aubane. É assinado um tratado e uma aliança militar com a França;

1961: Eleições legislativas e presidenciais. Dado que os dois principais partidos decidiram concorrer coligados, M'Ba é eleito presidente com 99,6% dos votos e Aubane é empossado como MNE do novo Governo;

1963: Demissões em bloco dos ministros da UDSG por este partido ter rejeitado a fusão com o Partido Democrático Gabonês (PDG);

1964: M'Ba dissolve a Assembleia Nacional e decide convocar eleições gerais;

1967 A 2 de Dezembro, Omar Bongo ascende à presidência, onde se mantém, com reeleições sucessivas, até 1993, quando é reeleito nas primeiras eleições presidenciais do multipartidarismo;

1979: Gabão expulsa emigrantes africanos, invocando a sua condição de clandestinos. Dez mil beninenses, camaroeses e guinéus equatoriais são expulsos. Em Dezembro, e aproveitando a onda xenófoba apoiante desta anterior medida, Bongo ganha mais uma das suas reeleições presidenciais por mais sete anos;

1990: A 29 de Abril, toma posse como primeiro-ministro, Casimir Oyé M'ba. A 22 de Maio, o Congresso do PDG, de Omar Bongo, decide abrir o país ao multipartidarismo e em Outubro, realizam-se as eleições gerais no país com vitória do partido do poder;

1993(Dezembro): Omar Bongo é reeleito presidente na primeira eleição presidencial do multipartidarismo;

1994: Nas eleições gerais de Fevereiro, o PDG que obtém 66 dos 120 lugares em disputa, obtém uma vitória absoluta. O Partido Gabonês do Progresso (PGP) e a Reconciliação Nacional dos Lenhadores (RN?), ganharam, respectivamente, 19 e 17 deputados. O Movimento da Reconciliação Nacional (MOREMA), a Associação para o Socialismo no Gabão (APSG) e a União Socialista Gabonesa (USG) forem outros dos partidos que obtiveram assentos na Assembleia Nacional. Oyé M'ba é empossado pm à frente de um Governo de coligação do PDG, Morema, USG e APSG. Pascaline Bongo é o novo MNE que acumula o cargo com a Cooperação e Negócios Francófonos. Em Outubro, Oyé M'ba renuncia ao cargo de p.m. e Paulin Obame-Nguema é nomeado p.m. de um Governo de coligação;

PAÍS	: Gâmbia
CONTINENTE	: África
REGIÃO	: Sub-Sariana
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República d' A Gâmbia
CAPITAL	: Banjul
ÁREA	: 10.700 Km <sup>2</sup>
POPULAÇÃO	: 1,12 milhões (1995)

SISTEMA POLÍTICO : Presidencial  
 CHEFE DO ESTADO : Yahya Jammeh  
 CHEFE DO GOVERNO : Presidencial  
 M. N. ESTRANGEIROS : Lamin Sedate Jobe

FORÇAS ARMADAS : 800 Efectivos  
 GASTOS COM A DEFESA: USD 15 milhões (3,79% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1965  
 HINO NACIONAL : The Gambia

ETNIAS : Futa, Uolof, Diula, Serahuili e Aku  
 RELIGIÃO : Islâmica, Cristãos (15%) e Animistas  
 IDIOMAS NACIONAIS : Inglês

MOEDA : Dalasi  
 PROD. NAC. BBRUTO : USD 264 milhões (1995)  
 RENDIMENTO P/CAPITA: USD 235 (1995)  
 ÍND. DES. HUMANO : 163°. (0,391) (1997)

ORGANIZAÇÕES : ONU; OUA; ACP; BC;  
 OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: PPP e NCP

### SINOPSE HISTÓRICA

1962: Dawda Kairaba Jawara, líder fundador do Partido Popular Progressista (PPP), vence as eleições organizadas pelas forças coloniais britânicas, tornando-se o primeiro p.m. do país;

1965(18.02): Independência de A Gâmbia;

1970: Jawara torna-se presidente da Gâmbia;

1981: Militares gambieses tentam golpe de Estado. Os senegaleses intervêm impedido-o. Como consequência desse apoio é criada a Senegâmbia, que junta o Senegal e Gâmbia;

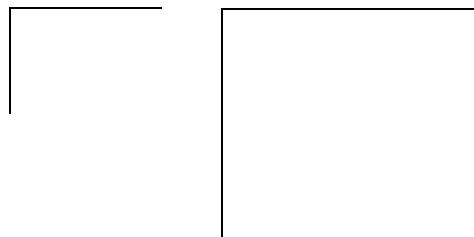
1989: Fim da Senegâmbia;

1992(29.04): O presidente Dawda Jawara foi reeleito no cargo tendo obtido 58,4% dos votos, enquanto o seu partido, o PPP, viu reduzida a sua representação parlamentar para 25 assentos num parlamento de 35 lugares;

1994(23.07): Golpe de Estado levado a efeito por militares que estiveram na Libéria nas forças de interposição da Ecomog. O presidente Jawara refugiou-se num navio de guerra americano estacionado ao largo do país. Os partidos foram abolidos e a Constituição suspensa. Os militares golpistas formaram um Conselho Provisório formado por quatro tenentes. Segundo alguns analistas tudo começou na véspera com a amotinação das forças em questão que solicitavam o pagamento de vencimentos em atraso;

2000(10.04): Violentos distúrbios estudantis, levam à intervenção das forças para-militares e à implementação do Estado de sítio em Banjul;

PAÍS : Gana





CONTINENTE : África  
 REGIÃO : Sub-Sariana  
 DESIGNAÇÃO OFICIAL : República do Gana  
  
 CAPITAL : Accra (972.000 hab.)  
  
 ÁREA : 238.537 Km<sup>2</sup>  
 POPULAÇÃO : 18,5 milhões (1998)  
  
 SISTEMA POLÍTICO : Presidencial  
 CHEFE DO ESTADO : tenente Jerry Rawlings (1981)  
 CHEFE DO GOVERNO : Presidencial  
 M. N. ESTRANGEIROS : Obed Asamoah  
  
 FORÇAS ARMADAS : 7.000 Efectivos  
 GASTOS COM A DEFESA: USD 58,3 milhões (0,66% do PNB)  
  
 INDEPENDÊNCIA : 1960  
 HINO NACIONAL : Hail the Name of Ghana  
  
 ETNIAS : Ashanti-akan, Ewe, Ga-abangbe e Guan  
 RELIGIÃO : Cristãos (60%), Islâmicos (20%) e Animistas  
 IDIOMAS NACIONAIS : Inglês, Ewe, Fanta, Ga, Haussa, Twi, Nzima e Dagbani  
  
 MOEDA : Cedi  
 PROD. NAC. BRUTO : USD 7.500 milhões (1997 *estimado*)  
 RENDIMENTO P/CAPITA: USD 437 (1997)  
 ÍND. DES. HUMANO : 133°. (0,544) (1997)  
  
 ORGANIZAÇÕES : ONU; OUA; ACP; BafD; CEEAO;  
 OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: NDC, EGLE, NPP, PNC, CP, PCP e NRP

### SINOPSE HISTÓRICA

1957: *A Costa do Ouro torna-se independente, e o p.m. Kwame Nkrumah, líder do Partido da Convenção, torna-se no seu primeiro presidente, mudando o nome do país para Gana, invocando o antigo Império do Gana;*

1964(24.02): O Gana torna-se num Estado socialista unipartidário;

1966: Durante uma visita a Pequim, Nkrumah é deposto;

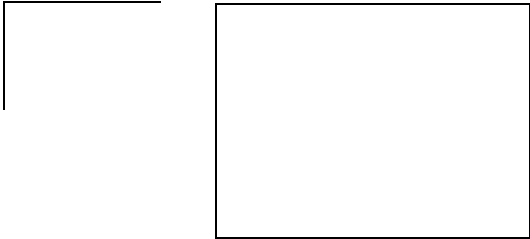
1979: Devido a acusações de corrupção, verifica-se um golpe de Estado, comandado pelo tenente de força aérea, Jerry Rawlins, que promete eleições para breve, as quais deram vitória ao *Partido Nacional do Povo* (PNP) pró-Nkrhuma, sendo o novo presidente, Hilla Limann;

1981: Rawlins leva a efeito novo golpe de Estado e assume a presidência do Governo e da Nação;

1992: A última semana de Abril, consagrou o multipartidarismo no País. Parlamento será constituído, no futuro, por 200 deputados. A 3 de Novembro, realizam-se eleições presidenciais no Gana. O candidato Jerry Rawlings, é dado como vencedor das eleições presidenciais, com 58.7% dos votos, enquanto o seu mais directo opositor, Albert Adu Boahen, um professor universitário, obteve 29,9%. Houve mais três candidatos que não chegaram a 7% cada. No entanto, a oposição afirma a existência de fraudes eleitorais. A 29 de Dezembro, acontecem as eleições legislativas no País.

**As primeiras desde o golpe de 1981. O *National Democratic Congress* (NDC), obteve a maioria absoluta. Os restantes partidos boicotaram as eleições;**

1993(23.03): Vinte e quatro horas após ter prestado juramento, Jerry Rawlings empossou o governo, constituído, na sua principal base por elementos do NDC, no poder desde o golpe de 1981. O vice-presidente é John Atta Mills;

PAÍS	: República da Guiné	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Sub-Sariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Guiné	
CAPITAL	: Conakry	
ÁREA	: 248.857 Km²	
POPULAÇÃO	: 7,6 milhões	(1997 estimado)
SISTEMA POLÍTICO	: Presidencial	
CHEFE DO ESTADO	: general Lassana Conté	(1984)
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial	
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d	
FORÇAS ARMADAS	: 17.200 Efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 95,2 milhões (2,98% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1960	
HINO NACIONAL	: Hino nacional guineense	
ETNIAS	: Fulani, Mandinga e Sussu	
RELIGIÃO	: Islâmicos (70%), Animistas (20%) e Cristãos (5%)	
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês	
MOEDA	: Franco	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 3.503 milhões	(1996)
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 575	(1996)
ÍND. DES. HUMANO	: 161°. (0,398)	(1997)
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; ACP; FMI	
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: PRP, PUP, RPG e mais 18 outros partidos	

### SINOPSE HISTÓRICA

1958(28.09: *Após consulta popular, dá-se a independência da Guiné-Konakry, sob a presidência de Sekou Touré;*

1960: Touré recusa manter-se sob o domínio do franco francês e cria moeda própria. Desenvolvimento da democracia popular;

1965: França bloqueia as contas bancárias guineenses em Paris. É a bancarrota do país que, apesar de tudo mantém a sua posição anti-francesa;

1970: A democracia popular é reforçada com a criação dos Poderes Revolucionários Locais;

1978: O Congresso do Partido-Estado altera o nome do país para República Popular e Revolucionária da Guiné;

1982: Na deslocação que efectua à Roménia, . Jugoslávia e França, S. Touré condena, fortemente, a agressão israelita ao Líbano;

1984: A 26 de Março, vítima de colapso cardíaco, morre Sekou Touré. A presidência é assumida, interinamente, por Lansana Béavogui. No entanto, a 2 de Abril, militares impõem Lansana Conté na presidência;

1985(07.05): Tropas leais ao governo, abortam golpe de Estado liderado pelo antigo p.m. Diarra Traoré;

1993(Dezembro): Eleições presidenciais confirmam Lansa Conté, do PUP, na presidência com 51,7% dos votos. Em segundo ficou o Alpha Condé, do RPG;

1995(11.06): Primeiras eleições legislativas no país. Concorrem 21 partidos entre os quais, o Partido da Unidade e Progresso (PUP) apoiado pelos militares, a União do Povo da Guiné (RPG) e o Partido da Renovação e do progresso (PRP). Este dois últimos vão coligados para fazer face aos militares;

2000(08.06): Conté demite o MNE e nove outros ministros. O novo MNE, uma senhora, é a representante da Guiné, junto das ONU;

PAÍS : Guiné-Bissau



CONTINENTE : África

REGIÃO : PALOP - Sub-Sariana

DESIGNAÇÃO OFICIAL : República da Guiné-Bissau

CAPITAL : Bissau

ÁREA : 36.125 Km²

POPULAÇÃO : 1,07 milhões (1996)

SISTEMA POLÍTICO : República

CHEFE DO ESTADO : Koumba Yalá Kobde Nhanca (2000)

CHEFE DO GOVERNO : Caetano N'tchama (2000)

M. N. ESTRANGEIROS : Yaia Djaló

FORÇAS ARMADAS : 9.200 Efectivos

GASTOS COM A DEFESA: USD milhões 8(2,8% do PNB) [valores 1996]

INDEPENDÊNCIA : 1973

HINO NACIONAL : Esta é a Nossa Pátria Bem Amada

ETNIAS : Balante(27%), Fulani(22%), Mandingo(12%) e Papel(9%)

RELIGIÃO : Islâmicos (46%); Animistas (36%) e Católicos (13%)

IDIOMAS NACIONAIS : Português, crioulo, balanta

MOEDA : Franco CFA

PROD. NAC. BRUTO : USD 269 milhões (1996)

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 244 (1996)

ÍND. DES. HUMANO : 168°. (0,343) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; CEDEAO; UEMOA; ACP; CPLP; FMI

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: PRD, RGB, PAIGC, AD, UM, PSD, FDS e UNDP

### SINOPSE HISTÓRICA

1446: Descoberta das costas da Guiné por Álvaro Fernandes;

1558: Início da colonização das costas guineenses, levado a efeito por cabo-verdianos que fundam a vila de Cachéu;

1624: O Conselho Ultramarino manda um grupo de oficiais criarem condições de administração e colonização;

1687: É fundada a cidade de Bissau;

1792: Portugal e Reino Unido entram em litígio pela posse de Bolana;

1870(21.04): O presidente Grant, dos Estados Unidos, arbitrou a posse de Bolana a favor de Portugal;

1890 a 1915: Sucessivas rebeliões de bissagós contra a presença colonial;

1942: Bissau torna-se definitivamente capital da colónia;

1956(19.09): É fundado em Bissau o PAIGC. Amílcar Cabral é o seu primeiro líder;

1959(03.08): Dá-se o chamado "*Massacre de Pidjgerit*", devido às manifestações laborais no porto de Bissau;

1963(23.01): Início oficial da luta armada pelo *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC);

1970: PAIGC declara controlar 2/3 do território;

1973: A 20 de Janeiro, Amílcar Cabral é assassinado em Conacri e a 26 de Setembro, em Medina do Boé, o PAIGC, declara unilateralmente a independência do País, que é reconhecida, quase imediato, pelos Países Socialistas e pela OUA, entre outros, num total de 63 Nações. É o seu primeiro presidente Luís Cabral. Portugal reconhece, a 26 de Agosto de 1974, em Argel, a independência da Guiné-Bissau, sob os auspícios do PAIGC;

1978: O p.m. Francisco Mendes é vitimado num acidente de viação. O com. da F.A. Umar Djaló assume interinamente as funções governativas;

1980(14.11): Luís Cabral é deposto pelo seu Chefe de Estado-Maior do exército, general Bernardino "*Nino*" Vieira, assumindo este, a presidência do País;

1983: Elementos afectos à ala radical pró-URSS são afastados do PAIGC;

1984: Devido a crises sociais internas, o antigo p.m. Vítor Saúde Maria pede asilo à embaixada portuguesa em Bissau e em 28 de Março, Nino Vieira assume, igualmente, o cargo de p.m.;

1988: Assinatura de um Acordo de *Assistência Técnica Luso-Guineense* sobre a paridade da moeda;

1990: O ano começa com a visita do Papa João Paulo II ao país, a 27 de Janeiro. Ainda durante o ano, disputas fronteiriças com o Senegal, na região de Casamansa, levam estes países ao Tribunal Internacional de Justiça, de Haia;

1991: O II congresso Extraordinário do PAIGC, realizado de 20/01 a 2 de Fevereiro, decide abrir o País ao multipartidarismo, prometendo eleições no prazo máximo de 3 anos. *Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar* é assinado com Portugal;

1992:(10.07): O presidente *Nino Vieira* prometeu criar uma comissão para o multipartidarismo sendo previstas eleições para o final do ano. Amadu C. Bailo, do FD, que fará parte da comissão, considera um princípio para o consenso;

1993: A 17 de Março, um atentado vitima um dos principais conselheiros e colaboradores de *Nino Vieira*. Especulou-se que se tratou de uma tentativa de golpe de Estado. Várias pessoas foram acusadas da intentona, De entre elas, João da Costa, candidato presidencial e líder do PRD, que seria ilibado, a 4 de Fevereiro de 1994, pelo pelo Supremo Tribunal Militar. Dos 17 presumíveis implicados, 3 foram totalmente ilibados. Em Agosto, o Conselho de Ministro guineense decidiu aderir à zona do Franco e *Nino Vieira*, anunciou, num comício realizado na ilha de Como, a realização de eleições livres e democráticas em Março de 1994;

1994: A 3 de Julho, realizam-se as primeiras eleições legislativas e presidenciais no país. A CNE anuncia que *Nino Vieira*, proposto pelo PAIGC, e Koumba (Kumba) Yalá, do PRS, disputarão a 2ª volta das eleições presidenciais. O candidato islâmico Djaló não conseguiu mais do que 5,6% dos votos. Por seu turno o PAIGC obtém a maioria absoluta, com 63 lugares, nas legislativas. O Movimento Bafatá, obtém 18 assentos e o PRS 12 deputados. *Nino Vieira* aceita os resultados eleitorais e declara-se pronto para a segunda volta de 7 de Agosto que deram vitória a *Nino Vieira* com 52,02% dos votos expressos sobre Yalá com 47,98%. A 25 de Outubro, Manuel Saturnino Costa, secretário-geral do PAIGC, foi indicado para chefiar o primeiro governo pós-eleitoral do país;

1997: A Guiné-Bissau passa a pertencer, desde 2 de Maio, à zona económica do franco CFA que fica a valer 65 antigos pesos guineenses. Passou, igualmente, a ser membro da UEMOA A 27, *Nino Vieira* demite governo de Saturnino da Costa, indo ao encontro de pressões da oposição e do próprio PAIGC a que pertence aquele. É empossado o engenheiro Carlos Correia como p.m. Delfim da Silva mantém-se à frente das Relações Exteriores. Em Outubro, face às pressões da oposição e à tomada de posição do Supremo Tribunal Administrativo, que denunciavam a inconstitucionalidade do Governo de Carlos Correia, *Nino Vieira*, em 72 horas, demite e, após consulta aos partidos com assento na Assembleia, reempossa o Governo daquele;

1998: Junho é o mês da revolta militar de Brá. A 7, Bissau acorda de madrugada com uma revolta de militares da Engenharia e da Brigada Mecanizada, estacionadas em Brá, apoiantes do ex-Chefe do Estado Maior-General das Forças Armadas, brigadeiro Ansumane Mané, demitido na véspera sob acusação de fraude e tráfico de armas para separatistas de Casamansa. A Rádio Nacional só emite música tradicional intercalada com a comunicação do Ministro da Defesa Samba Lamine Mané, que procura sossegar a população. Por sua vez, *Nino Vieira*, em declarações ao país, afirmou que a revolta é liderada pelo demitido brigadeiro Mané e apoiada por civis próximos da oposição. A 8, um helicóptero não identificado, - segundo se crê proveniente da Guiné-Konakri - sobrevoou Bissau. Embora as autoridades locais não confissem, o MNE, Delfim da Silva retido em Lisboa, admitiu que os países vizinhos estavam a apoiar o Governo legítimo de Bissau. Por sua vez, o Governo português solicitou, através do seu MNE, J. Gama, o fim das hostilidades, tendo em consideração a população civil. A o brigadeiro Mané, encabeçando uma auto-designada *Junta Militar para a Consolidação da Democracia, Paz e Justiça*, assume-se como líder da revolta através de uma declaração ao país, lida na Rádio Nacional. Nesta declara querer derrubar o presidente *Nino Vieira* e o actual Governo, ao mesmo tempo que exige a

efectivação de eleições legislativas. Remete, ainda, para o Governo a responsabilidade de venda de armas aos rebeldes de Casamança. A Assembleia Nacional Popular decide, entretanto, estabelecer conversações entre as partes em litígio criando 2 (duas) Comissões Parlamentares integrando nestas, deputados e os líderes religiosos católico e muçulmano e civis. Ao mesmo tempo tropas do Senegal e da Guiné-Konakri entram no país para apoiar as forças armadas fieis ao presidente. Entretanto, um porta-voz da Junta Militar, em conferência de imprensa à RTP-África declarou não desejar o poder, visto os militares não terem essa vocação. O seu único desejo era reimplantar "*uma verdadeira democracia*" e entregar "*de verdade o poder aos civis e ao povo*". Enquanto isso, Otelio S. de Carvalho, em entrevista àquele órgão televisivo, em Lisboa, opinou que aquele movimento militar guineense, cujos militares superiores são relativamente novos e formados nas academias militares portuguesas, "*tem um cheirinho a MFA*". A 16, a França, embora evocando que as suas forças se encontram no terreno a apoiar o seu embaixador, reconhece que *gendarmes* estão operacionais no terreno, ao lado de senegaleses e de guineenses da Guiné-Konakri, apoiando as forças leais ao Governo de Bissau. Simultaneamente, o presidente gambiano Jammeh oferece-se para mediar o conflito entre Nino e Mané, que se verifica a 18 através do MNE gambiano, Sidat Jobe, falha. Talvez, por esse facto, o quartel de Brá, onde estavam sitiados os rebeldes é tomado pelas forças governamentais apoiados pelos senegaleses. Neste dia, e devido à ausência forçada de Delfim da Silva, retido em Lisboa, o Ministro dos transportes, João Cardoso, assume, interinamente, a pasta dos MNE. A 28, sob os auspícios dos MNE de Portugal, Jaime Gama, e de Angola, Venâncio de Moura, representantes do Governo e da Junta reúnem-se num navio de guerra português fundeado ao largo de Bissau. Foi o primeiro frente-a-frente entre os dois litigantes desde o início das hostilidades. Simultaneamente, os *media* senegaleses questionam da necessidade da manutenção da "*Operação Gabú*" ser mantida. De acordo com os militares senegaleses, comandados pelo coronel Abdoulaye Fall, as Forças Armadas Guineenses teriam aderido aos revoltosos da Junta Militar. A 27 de Agosto, em Cabo Verde, Governo guineense e Junta Militar assinam sob os auspícios da CPLP e da CEDEAO um Acordo de cessar-fogo que prevê, entre outros a abertura do aeroporto e o estabelecimento de uma força de interposição. A 2 de Novembro, e ao fim de três dias de reunião, em Abuja, Nigéria, durante a Cimeira da CEEAO, chega-se a um Acordo de Paz entre os dois beligerantes guineenses. Um novo Governo, de Unidade Nacional, seria empossado, até às eleições legislativas e presidenciais e a Junta ocuparia três dos principais cargos Ministeriais. A 27, e perante a presença de um significativo número de deputados, a Assembleia Nacional decidiu, sem qualquer voto contra e nove abstenções, todos do PAIGC, exigir a demissão de Nino Vieira por este ter violado a Constituição, nomeadamente ter solicitado a presença de tropas estrangeiras sem a expressa autorização dos deputados. A 3 de Dezembro, Francisco José Fadul, do Partido Unido Social-Democrata, antigo chefe de gabinete de Nino Vieira e antigo conselheiro político do brigadeiro Mané, é nomeado Chefe do Governo de Unidade Nacional que toma posse a 20 de Fevereiro de 1999.;

1999: Tomada de posse do Governo de Unidade Nacional, liderado por Francisco José Fadul. Hília Baber é a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional. Num Governo de 9 ministros e 7 Secretários de Estado, o presidente Nino Vieira nomeou 5 ministros e 3 Secretários. Os restantes foram nomeados pela Junta. A 1 de Março, militares senegaleses impedem ministros guineenses de entrarem em instalações governamentais por considerarem que são departamentos militares sob responsabilidade senegalesa. A 28 de Novembro, realizam-se eleições legislativas e presidenciais. O Partido da Renovação Social (PRD) foi declarado vencedor obtendo 38 mandatos; a Resistência da Guiné-Bissau (RGB), o antigo Movimento Bafatá, conquistou 28 assentos, enquanto o PAIGC não foi além do

24 deputados; a coligação Aliança Democrática (AD), ganhou 4 mandatos, seguida da União para a Mudança (UM) e do Partido Social Democrata (PSD) que obtiveram 3 assentos cada, da Frente Democrática Social (FDS) e da União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP) com um deputado cada. Nas presidenciais houve a necessidade de uma segunda volta dado que o vencedor, Kumba Yalá, só obteve 38,8%, seguido de Malam Bacai Sanhá, com 23,4% do escrutínio;

2000: Janeiro, Yalá vence a segunda volta das presidenciais, com 75,2% e a 17 de Fevereiro toma posse como presidente da Guiné. A 19, Caetano N'tchama, jurista independente, é empossado no cargo de primeiro-ministro à frente de um governo de coligação entre o PRS e RGB. O vice-p.m. é o independente e candidato derrotado das presidenciais, Faustino Imbali. Note-se que pequenos partidos e candidatos presidenciais derrotados fazem, igualmente, parte deste Governo. Este é, o primeiro onde não se regista a presença de membros do PAIGC. A 9 de Maio, o chefe do estado-maior da marinha guineense, o capitão-de-fragata Moamed Lamine Sanhá, após ter sido exonerado por decreto presidencial a 28 de Março, declarou a sua recusa deixar o seu cargo; aquele militar considerava que só o Chefe de estado-maior das Forças Armadas, Veríssimo Seabra, tinha poderes para propor a demissão de militares com o seu tipo de cargo e, ou, militares de carreira. Sanhá é considerado próximo de Mané. Esta situação, que é considerada normal pelos militares, foi debatida entre Ansumane Mané e Seabra. Sanhá aceitou a sua demissão.

PAÍS	: Guiné Equatorial		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Guiné-Equatorial		
CAPITAL	: Malabó		
ÁREA	: 28.051 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 0,427 milhões (1997 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: Presidencial		
CHEFE DO ESTADO	: Teodoro Obiang Nguema Mbasogo	(1979)	
CHEFE DO GOVERNO	: Silvestre Siale Bileka		
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d		
FORÇAS ARMADAS	: 1.320 efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 5 milhões (1,32% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1968		
HINO NACIONAL	: Himno Nacional		
ETNIAS	: Ibo, Efik, Bubi e Fang		
RELIGIÃO	: Cristã (Católicos e outras) e Animistas		
IDIOMAS NACIONAIS	: Espanhol, crioulo, fang, bubi e ibo		
MOEDA	: Franco CFA		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 300 milhões	(1996)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 648	(1998)	
ÍND. DES. HUMANO	: 131°. (0,549)	(1997)	



ORGANIZAÇÕES : ONU; OUA; ACP; CEEAC; CF; BEAC  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: PCSD;PDGE;PP e UP

### SINOPSE HISTÓRICA

1964: Espanha concede autonomia à Guiné espanhola;

1968: A 29 de Setembro, Francisco Macias Nguema, membro da etnia maioritária *fang*, é eleito presidente da Guiné-Equatorial e 12 de Outubro é anunciada a Independência da Guiné-Equatorial;

1969: Nguema acusa espanhóis de o tentarem derrubar. Antigos apoiantes são presos e aniquilados. Muda o nome e acrescenta-lhe Biyogo;

1970(Fevereiro): O presidente Nguema Biyogo cria o Partido Único Nacional (PUN) e em 1972 torna-se presidente vitalício;

1979(03.08): Teodoro Obiang Nguema Mbasogo sucede a seu tio, após bem sucedido golpe militar, que põe termo a 11 anos de ditadura sangrenta de Macias Nguema que é executado;

1982: Adoptada nova Constituição;

1983(28.08): Primeiras eleições legislativas;

1987(Agosto): Criado o partido único, *Partido Democrático da Guiné Equatorial* (PDGE);

1989: Eleições presidenciais. Obiang Nguema Mbasogo é eleito;

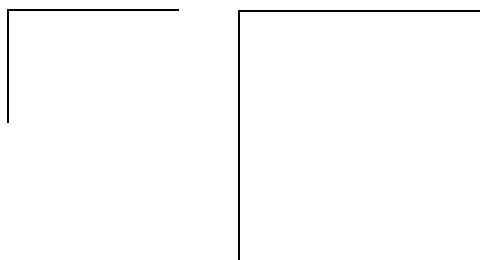
1991(Nov.): Referendum aprova por 98% a nova Constituição que defende o multipartidarismo;

1992: Janeiro / Fevereiro: Surge um movimento nacional pró-multipartidárias e os partidos políticos oposicionistas são legalizados. A 3 de Abril o p.m. Silvestre S. Bileka anunciou a primeira exportação de petróleo do país, o que permite aumentar substancialmente o Produto Nacional Bruto;

1996(25.02): Eleições presidenciais. Concorrem o actual presidente, que deve ter a sua reeleição garantida e Secudino Oyono, do Partido da Convergência Social e Democrática (CSDP). Severo Moto, do Partido do Progresso (PP), Andrés Moisés Mb Adá, da União Popular (UP) não quiseram concorrer denunciando a não total abertura política;

1998(25.05): Centenas de opositores ao regme do presidente Nguema Mbasogo são processados judicialmente;

PAÍS : Jibuti  
CONTINENTE : África  
REGIÃO : Sub-Sariana  
DESIGNAÇÃO OFICIAL : República do Djibuti



CAPITAL : Jibuti

ÁREA : 23.200 Km<sup>2</sup>

POPULAÇÃO : 0,680 milhões (1998 *estimado*)

SISTEMA POLÍTICO : República presidencialista

CHEFE DO ESTADO : Guelleh Ismail Omar (1999)

CHEFE DO GOVERNO : Barkat Gourad Hamadou

M. N. ESTRANGEIROS : Al-Beshir

FORÇAS ARMADAS : Cerca de 11.600 efectivos e 1.500 soldados franceses

GASTOS COM A DEFESA: USD 20,1 milhões (5% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1975

HINO NACIONAL : Hino nacional jibutino

ETNIAS : Issa (60%) e Afars (35%) entre outras

RELIGIÃO : Islâmicos (94%) e Cristãos

IDIOMAS NACIONAIS : Francês, Somali, Afar e Árabe

MOEDA : Franco do Jibuti

PROD. NAC. BRUTO : USD 448 milhões (1997)

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 780 (1997)

ÍND. DES. HUMANO : 157º. (0,412) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; LEA; OCI; ACP; IGAT;

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: RPP, PRD, PND e FRUD

### SINOPSE HISTÓRICA

1946: O conjunto dos territórios de Afars e Issas adquire o estatuto de Território Ultramarino francês;

*1977(27.06): Independência sob a designação de Djibuti;*

1979: O governo de Gouled, maioritariamente constituído por issas (60%) da população elimina o *Movimento de Libertação Popular*, predominantemente, afars;

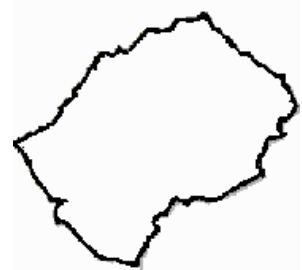
1981: Os afars reorganizam-se criando o *Partido Popular Jibuti*, depois do Governo decidir institucionalizar Estado de partido único;

1991(Janeiro): Tentativa de golpe de Estado é abortada devido à presença dos militares franceses. Os governantes afars foram demitidos e expulsos do governo. Como represália os afars organizam-se à volta *Frente Revolucionária Unida do Djibuti* (FRUD);

1992(04.11): Tentativa de aproximação entre governo jibutino e os rebeldes afars da FRUD patrocinada pelo MNE francês, R. Dumas;

1994: Acordo de paz com a FRUD. Os 2500 guerrilheiros afars serão integrados no exército jibutino;

PAÍS : Lesoto



CONTINENTE	:	África
REGIÃO	:	Sub-Sariana
DESIGNAÇÃO OFICIAL	:	Reino do Lesotho
CAPITAL	:	Maseru
ÁREA	:	30.355 Km²
POPULAÇÃO	:	2,1 milhões (1997 estimado)
SISTEMA POLÍTICO	:	Monarquia Constitucional
CHEFE DO ESTADO	:	rei Letsie III
CHEFE DO GOVERNO	:	Pakalitha Mosisili
M. N. ESTRANGEIROS	:	n/d
FORÇAS ARMADAS	:	2.000 Efectivos
GASTOS COM A DEFESA:		valores disponíveis não fidedignos
INDEPENDÊNCIA	:	1966
HINO NACIONAL	:	Lesotho Fatse La Bontat'a Rona ( <i>Lesoto, Terra dos nossos antepassados</i> )
ETNIAS	:	Sotho, Xhona e Zulu
RELIGIÃO	:	Cristã (Anglicana e outros) e Animistas
IDIOMAS NACIONAIS	:	Inglês, sotho
MOEDA	:	Loti (Rand circula em paralelo)
PROD. NAC. BRUTO	:	USD 3.699 milhões (1996)
RENDIMENTO P/CAPITA:	:	USD 549 (1996)
ÍND. DES. HUMANO	:	127°. (0,582) (1997)
ORGANIZAÇÕES	:	OUA; ONU, SADC; ACP
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:		Partidos: BNP, BCP e MFP

## SINOPSE HISTÓRICA

Séc. XIX: Dizimados por zulus e matabeles, os basotos fogem para as montanhas de Basotolândia, onde formam uma Nação sob o reinado do chefe Moshesh I.

1868: Devido a problemas com os boéres do Estado Livre de Orange, os basutos pedem protecção ao Reino Unido, sendo depois anexado à Colónia do Cabo;

1884: A Basotolândia torna-se protectorado britânico;

1909: Com a formação da União Sul-Africana, o Parlamento Britânico decretou que os 3 territórios da Basotolândia, Beshuanalândia e Suazilândia, não seriam integrados na União sem prévio acordo dos seus habitantes;

1910: É formado um Conselho Consultivo da Besotolândia com líderes locais;

1960: É formado o Conselho Nacional da Besotolândia;

1961: Devido ao apartheid da R.A.S. o Reino Unido reafirma a necessidade de manter fora da R.A.S. os 3 protectorados;

*1966: A Basotolândia torna-se independente, adoptando o nome de Lesoto;*

1967: O rei Moshoeshoe II torna-se monarca constitucional;

1970: O P.M. Leabua Jonathan assume poder total e manda prender os seus rivais. Estado de emergência;

1972: Lesoto estabelece relações diplomáticas com Israel, em 1973 é levantado o estado de emergência, em 1974 várias tentativas de derrube de L. Jonathan e em 1975 adere à Convenção de Lomé;

1976: Lesoto não reconhece o Transkey e fecha as únicas fronteiras terrestres que levavam os seus produtos para o mar. Relações com a R.A.S. ficam difíceis, principalmente porque reivindica terras do Estado Livre de Orange;

1977: Lesoto solicita arbitragem da ONU para problemas fronteiriços resultantes da sua recusa de reconhecer o Transkey e pelo facto da RAS impôr restrições a livre circulação aérea;

1986(20.01): *Coup d'État*. O governo de Leabua Jonathan é derrubado pelo general Justin Lekhanya;

1990(06.11): O rei Moshoeshoe II, abdicou a favor de seu filho, na sequência de um Golpe de Estado Militar que derrubou o Gov. constitucional vigente. O novo rei é Letsi, o III;

1992(20.07): O monarca Moshoeshoe, que estava auto-exilado regressou ao país ao fim de 2 anos;

1993: A 28 de Março realizam-se a eleições gerais no país, após 23 de ditadura. O partido do Congresso da Basotolândia, BCP, foi o vencedor, ganhando 34 das 64 circunscrições em disputa. O partido Nacional Basotho, BNP, apoiado pelo exército acusou o governo de fraude eleitoral, apesar dos observadores considerarem uma votação livre. A 2 de Abril, o Alto Conselho Militar, liderado pelo general Elias Ramaeda, e o rei Letsie III, anunciaram terem convidado Ntsu Mokhehle para o cargo de p.m.;

1994: Em Janeiro registaram-se confrontos, em Maseru, entre facções rivais do exército por melhores condições económicas que ameaçam pôr em causa o governo constitucional saído das primeiras eleições livres, verificadas em Março de 1993. O próprio rei pediu à população que se abstivesse de sair para as ruas. O mesmo pedido foi efectuado aos britânicos e aos sul-africanos, pelos respectivos governos. A 24, e de acordo com a agência noticiosa Reuter, o governo de Maseru decidiu instituir um gabinete de crise, e solicitou ao Governo sul-africano que autorizasse a intervenção das suas forças militares para terminar com a crise militar;

1995: Moshoeshoe II recupera o trono;

1996: Em Janeiro, vítima de acidente rodoviário morre o rei Moshoeshoe II. O seu sucessor que toma o nome de Letsi III, é coroado, em Outubro de 1997, como monarca do Lesoto, na presença de Charles, o príncipe de Gales;

1998(22.09): Na sequência de motins militares e civis anti-governamentais, tropas sul-africanas e do Boswana entram no país, no âmbito da SADC e a pedido, segundo aqueles, do rei Letsi III. A população recebeu mal esta intervenção, atacando-os e pilhando estabelecimentos. De acordo com fontes não oficiais, os sul-africanos sofreram 9 mortos e 17 feridos no primeiro dia de intervenção;

PAÍS	: Libéria		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Libéria		
CAPITAL	: Monróvia		
ÁREA	: 111.369 Km²		
POPULAÇÃO	: 2,76 milhões		
SISTEMA POLÍTICO	: República		
CHEFE DO ESTADO	: Amos Sawyer (interino)		
CHEFE DO GOVERNO	: Governo Interino de Unidade Nacional		
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d		
FORÇAS ARMADAS	: 14.000 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 34,1 milhões (3,24% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1847		
HINO NACIONAL	: All, Hail; Liberia, Hail		
ETNIAS	: Kpelles, Kwa, Mandingo, Mendo, Golla, Bassa-vai e américo-liberianos (5%)		
RELIGIÃO	: Animistas, Islâmicos (15%) e Cristãos		
IDIONAS NACIONAIS	: Inglês; Kpelle e Kru, entre outras		
MOEDA	: Dólar liberiano		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 1.200 milhões (1996)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 430 (1997)		
ÍND. DES. HUMANO	: n/d (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP; ECOWAS; FMI		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: NPFL, Ulimo-K, LPC, UP e NP		

### SINOPSE HISTÓRICA

1816: *É criada a Libéria por escravos americanos libertados;*

1847: Libéria ascende à independência;

1944: São permitidos casamentos inter-tribais e com américo-liberianos;

1980: Golpe de Estado leva ao assassinio do presidente Tolbert e de todo o seu executivo. Samuel Doe, sargento de Exército da tibo krahn, que lidera o golpe, toma o poder. É o fim da governação américo-liberiana;

1990: Samuel Doe promete eleições para finais de 1991, sendo desalojado do poder;

1992(30.04): O líder rebelde Charles Taylor do ULIMO, aceitou as condições impostas pela força de manutenção da paz da CEDEAO;

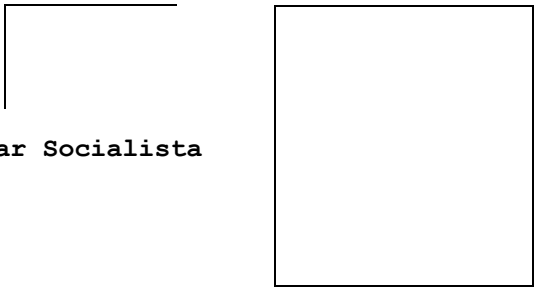
1993(17.07): Assinado em Genebra, sob os auspícios das N.U., um acordo entre as facções militares na Libéria, tendo em vista conduzir implantação

de um Governo de transição no país. No acordo ficou consagrada a realização de eleições livres para o ano seguinte;

1995: Empossado um Governo de transição liderada por Ruth Perry, a primeira Chefe de Estado africana;

1996: Acordo de paz em Abuja, Nigéria, sob os auspícios da ECOWAS. A 27 de Maio, o Governo interino liberiano aceita o reposicionamento das forças da *Ecomog*, em Monróvia, e a retirada, para a periferia da cidade, de todas as restante forças para-militares leais ao Governo. No mesmo dia o jogador de futebol George Weah anunciou a sua intenção de formar uma selecção composta de jogadores emigrados para defender as cores liberianas nos desafios internacionais;

1997(20.07): Eleições presidenciais no país. Charles Taylor vence destacado as eleições;

PAÍS	: Líbia	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: África Norte	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: Jamahiryia Árabe Popular Socialista da Líbia	
CAPITAL	: Tripoli	
ÁREA	: 1.775.500 Km²	
POPULAÇÃO	: 5,41 milhões (1995)	
SISTEMA POLÍTICO	: Ditadura	
CHEFE DO ESTADO	: coronel Muammar al-Kadafi	
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial	
M. N. ESTRANGEIROS	: Omar Mustafa al-Montassir	
FORÇAS ARMADAS	: 105.000 Efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 1.300 milhões (3,7% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1951	
HINO NACIONAL	: Allahu Akbar (Deus é Grande)	
ETNIAS	: Berberes e outros Árabes	
RELIGIÃO	: Islâmica (Sunitas)	
IDIOMAS NACIONAIS	: Árabe	
MOEDA	: Dinar líbio	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 38.200 milhões (1997)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 6.728 (1997)	
ÍND. DES. HUMANO	: 65°. (0,756) (1997)	
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; LEA; UMA; OCI; BADEA; FMI	
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: USAL	

### SINOPSE HISTÓRICA

Séc. VII: Árabes conquistam a região;

1551: Início do domínio do Império Otomano;

1911/12: Itália ocupa a Tripolitânia, após a Guerra Turco-Italiana. Os sanusis, uma confraria religiosa muçulmana contestam a presença italiana;

1949: Fim da II Guerra Mundial apresenta uma Líbia dividida. A Tripolitânia e a Cirenaica são colocadas sob administração britânica. A região de Fezzan é colocada sob administração francesa;

1951: *Independência oficial do Reino da Líbia. O rei, Idris I, é simultaneamente líder religioso dos sanusis;*

1953: É assinado um Tratado de aliança com a Grã-Bretanha;

1969: A 1 de Setembro, um Golpe de Estado liderado por Khadafi, derruba o rei Idris. A 13 de Dezembro, o Reino Unido estabelece a calendarização da retirada das suas tropas da Líbia;

1970: Tropas britânicas e americanas são expulsas do país. São, igualmente, confiscados bens italianos e judeus;



1971: O rei Idris é condenado à morte e a 2 de Agosto, a Líbia constitui, com Egito e Síria, a República Árabe Unida;

1972: A União Socialista Árabe da Líbia (USAL) torna-se no partido oficial, sendo todos os outros ilegalizados e os seus líderes enviados para campos de reeducação;

1973: União entre a Líbia, Egito e Sudão e ocupação, d a faixa de Auzu, no Chade;

1974: Depois de falhada a união com o Egito e o Sudão, Líbia forma nova união desta feita com a Tunísia;

1977:; A Líbia passa a denominar-se República Socialista Popular Árabe da Líbia;

1979: 20 de Setembro, ataque de rebeldes tunisinos, à região de Gafsa, alegadamente apoiados pela Líbia, provoca o corte de relações com a Tunísia. Em Dezembro, estudantes líbios incendeiam a embaixada norte-americana, enquanto tropas líbias apoiando tropas muçulmanas do deposto presidente chadiano Uedei, penetram no Chade derrubando o recém-empossado Hissene Habré;

1980: em Maio a embaixada norte-americana é encerrada e Marrocos, devido ao apoio declarado da Líbia, à Frente Polisário, rompe relações com Trípoli. Entretanto começa a campanha khadaffiana contra os opositores que leva-o a combatê-los e assassiná-los no estrangeiro. É o início da campanha de terrorismo internacional líbio;

1981: A 6 de Maio, diplomatas líbios são expulsos dos EUA e a embaixada líbia encerrada. Corte de relações diplomáticas entre os dois Estados. Pouco tempo depois, dois aviões líbios são abatidos por aeronaves americanas sob o Golfo de Sirte. Os americanos defenderam-se alegando que os líbios violaram espaço aéreo internacional;

1984(:Agosto): Líbia e Marrocos assinam, em Udja, um Acordo de fusão, que assusta os países vizinhos, em particular Argélia e Tunísia, e é questionado pela comunidade internacional, nomeadamente pela U.E. e os EUA;

1985: Tratado de cooperação com o Sudão, leva ao rompimento de relações com o Iraque, dado que os sudaneses apoiavam o Irão, com a Tunísia, que apoiava discretamente os iraquianos, e com a Jordânia;

1986: Março / Abril: Aviões americanos, em manobras ao largo do Golfo de Sidra, reclusos pela Líbia, afundam lanchas patrulhas e estações de radares líbios, após, segundo os americanos terem sido atacados por mísseis provenientes da Líbia. A 5 de Abril, os EUA acusam agentes líbios de terem apoiado ataque a uma discoteca em Berlim Ocidental, onde morreram 3 pessoas, entre elas um militar norte-americano e a 14, como retaliação a ataques terroristas que, segundo a comunidade internacional, tiveram o apoio líbio, americanos efectuem um ataque aéreo a território líbio, que resulta num saldo de 100 vítimas, entre elas uma filha de Khadaffi;

1987: Janeiro, tropas chadianas aplicam vergonhosa derrota em Fada, no nordeste do Chade e a 10 de Agosto reocupam a faixa de Auzu. Em Setembro, as relações com Túnis são relançadas e os trabalhadores tunisinos expatriados em 1985, são indemnizados. A 23 são restabelecidas as relações com a Jordânia;

1988: Atentado a um avião comercial americano sobre a Escócia, reconhecido pelo atentado de Lockerbie, alegadamente levado a efeito por agentes líbios;

1989: O ano começa com confrontos aéreos com aviões americanos no Golfo de Sidra, reclamado pelos líbios e não reconhecido pelos EUA. A 17 de Fevereiro, a Líbia, juntamente com Argélia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia, forma a União do Magrebe Árabe (UMA). A 31 de Agosto, é assinado Acordo de Paz com o Chade. A questão de Auzu, ficou para depois;

1990: A 4 de Março, é assinado um Pacto de Integração com o Sudão. Os dois principais países africanos acusados de fomentarem o terrorismo internacional unem-se. Marrocos denuncia o Acordo de fusão com a Líbia, mas não corta relações com estes que, a 21 de Agosto, condenam a invasão do Kuwait, a retenção de reféns estrangeiros e a presença das forças militares internacionais em território árabe, apesar de nestas estarem integradas tropas e países árabes;

1991: Começa o anos assumindo a presidência rotativa da UMA e normaliza as suas relações com o Chade, durante a visita do presidente chadiano Idriss Deby a Trípoli. Na visita ficou decidido que a questão de Auzu seria dirimida pelo TIJ, em Haia. A 28 de Agosto, a Líbia inaugura uma adutora de 2 mil km. que vai levar água dessalinizada da costa, ao interior do país, visando a rega de 185 mil hectares de terras cultiváveis. É o início da chamada "Revolução agrícola" de Khadaffi, que quer tornar o país auto-suficiente em alimentos.

1992: A 10 de Junho, o jornal oficial líbio aconselha Khadaffi a aproximar-se mais do ocidente e dos EUA e abandonar o "arabismo" que nada trouxe ao país. Supõe-se que foi o próprio Kaddafi que escreveu o artigo, enquanto o Parlamento líbio rejeita a extradição dos suspeitos líbios dos atentados aos aviões americano da PANAM e francês da UTA. As N.U. decretam sanções à Líbia. Em Novembro, o líder líbio, anunciou no Congresso do Povo, a distribuição pela população, de metade dos lucros obtidos com a venda do petróleo, ao mesmo tempo que a comunidade internacional, pensava embargar a compra do petróleo líbio. No mesmo mês por proposta do Congresso Geral do Povo, Omar Montasser, até então ministro da Economia, passa a ocupar o cargo de MNE, em substituição de Ibrahim Bishari, que parece ter caído em desgraça, depois de ter sido durante algum tempo o elo de ligação entre Kadhafi e o grupo de Abu Nidal;

1993(20.10): A FNSL, movimento oposicionista líbio declarou que civis e militares ocuparam a base militar de Bani Walid, a 80 km de Misrata, levando o dirigente líbio Khadaffi a ordenar o seu bombardeamento. Supõe-se que foi o início de uma abortada rebelião;


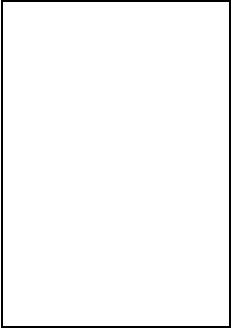
1994: *O TIJ declara que a região de Auzu é pertença do Chade;*

1995: Relatório secreto dos serviços secretos americanos divulgam que o Irão esteve por detrás do atentado de Lockerbie. Este relatório lança dúvidas sobre a cumplicidade líbia. Em Novembro, autoridades líbias expulsam cerca de 70 mil sudaneses. A ONU recusou levantar o embargo aéreo para que o Sudão os pudesse repatriar;

1998: Governo líbio autoriza a entrega a um tribunal internacional os dois agentes líbios acusados de terem levado a efeito o atentado na Escócia;

2000(26.03): De acordo com uma fonte do MNE líbio, e confirmada pela Secretaria de Estado norte-americana, uma missão oficial dos EUA, a primeira a ser enviada a Trípoli desde 1980, efectuou uma série de contactos. Durante os meses de Agosto e Setembro, Kaddaffi interveio, pessoalmente, na tentativa de resolução de conflitos em países islâmicos ou países onde integristas efectuaram reféns, como nas Filipinas;



PAÍS	: Madagáscar			
CONTINENTE	: África			
REGIÃO	: Sub-Sariana			
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Democrática de Madagáscar			
CAPITAL	: Antananarivo			
ÁREA	: 587.041 Km²			
POPULAÇÃO	: 14,3 milhões			
SISTEMA POLÍTICO	: República Federativa			
CHEFE DO ESTADO	: Didier Ratsiraka	(1997)		
CHEFE DO GOVERNO	: Guy Ramanamasy	(1991)		
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d			
FORÇAS ARMADAS	: 28.500 Efectivos			
GASTOS COM A DEFESA:	USD 45,3 milhões (0,98% do PNB)			
INDEPENDÊNCIA	: 1960			
HINO NACIONAL	: Ry Tanindrazanay malala ô (Oh, Nossa Pátria Amada)			
ETNIAS	: Malaio-polinésio, Árabes, Merina, Betsileo e Sakal			
RELIGIÃO	: Animistas, Cristãos (40%) e Islâmicos (6%)			
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, Malgache			
MOEDA	: Franco malgache			
PROD. NAC. BRUTO	: USD 3.060 milhões	(1997)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 230	(1997)		
ÍND. DES. HUMANO	: 147°. (0,453)	(1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP; BafD; COMESA			
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: CFV; MFM; LF; Fa; Fi; AGMR			

### SINOPSE HISTÓRICA

*900 a.C.: Mercadores árabes e africanos miscigenam-se com populações autóctones;*

1885 a 1905: Protectorado francês;

1942: Ingleses, na sequência da invasão alemã À França, ocupam a ilha, para impedir invasão japonesa;

1943: A França Livre reocupa o poder colonial;

1947: Revolta malgache contra União Francesa. São mortos cerca de 80 mil malgaches;

1956: É criada a República Malgache dentro da Comunidade Francesa;

1959: Philibert Tsiranana, fundador do PSD, é eleito como primeiro presidente da República;

1960: *Declaração de soberania plena;*

1965: Tsiranana é reeleito por esmagadora maioria;

1972: Surto de greves faz demitir Tsiranana. Sobe ao poder o general Ramanantsoa, o novo p.m. do Governo Militar instituído;

1973: As tropas francesas estacionadas na ilha retiram-se; São cortadas relações com Israel;

1974: São assinados protocolos e acordos com a China;

1975: Ramanantsoa é forçado a demitir-se após alguns dias de crise. A crise governamental termina com a ascensão do capitão Didier Ratsiraka; É aprovada nova Constituição;

1990: Reformas políticas. O partido do poder, ARENA e a oposição oficial, FNDR coligam-se tendo em vista o reforço da nova política;

1991: Crises internas levam Governo decretar o Estado de emergência, devido pedidos de democratização pela oposição malgache, que cria governo paralelo, presidido pelo pm. Albert Zafy, entretanto preso e libertado pelo governo do presidente Ratsiraka. Em Agosto, o p.m. coronel Ramahatra é substituído por Guy Razanamasy, um civil sem filiação partidária;

1993(11.02): Albert Zafy, à frente da coligação *Forces Vives* (CFV) é eleito à segunda volta presidente de Madagascar, vencendo por larga margem o então presidente Didier Ratsiraka que liderava a coligação ARENA-FNDR sob denominação de *Partido Militante para o Desenvolvimento de Madagascar* (MFM). Nas legislativas a CFV obtém 34%, o MFM 12%, os partidos *Lider-Fanilo* (LF), 9%, *Famina* (Fa) 8% e *Fihaonana* (Fi) 6%. Outros partidos, sem relevância nacional, obtiveram, no total, 31%;

1997: Didier Ratsiraka vence as eleições presidenciais;

1998(15.03): Refrendum constitucional aprova por maioria curta (50,56%) o reforço dos poderes executivos do presidente e altera o sistema político malgache para a forma federal, dando autonomia a 6 províncias;

PAÍS	: Malawi		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Malawi		
CAPITAL	: Lilongwé		
ÁREA	: 118.484 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 10,14 milhões	(1996)	
SISTEMA POLÍTICA	: República Presidencialista		
CHEFE DO ESTADO	: Bakili Muluzi	(UDF)	(1994)
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial		
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d		
FORÇAS ARMADAS	: 6.000 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 25,3 milhões	(1,2% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1964		

HINO NACIONAL : Mlungu dalitsani Malawi  
 (Oh Deus, abençoa Nossa Terra Malawi)  
  
 ETNIAS : Chewa, Yao, Tonca, Tumbuka e Nyanja  
 RELIGIÃO : Animistas, Cristãos e Islâmicos  
 IDIOMAS NACIONAIS : Inglês e Chewa  
  
 MOEDA : Kwacha  
 PROD. NAC. BRUTO : USD 1.600 milhões (1997)  
 RENDIMENTO P/CAPITA: USD 140 (1997)  
 ÍND. DES. HUMANO : 159°. (0,399) (1997)  
  
 ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; ACP; BafD; SADC; COMESA; BC  
 OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: AforD, MCP e UDF

### SINOPSE HISTÓRICA

1958: É criado o Congresso Africano da Niassalândia (NAC). O antigo chefe-médico da Federação das Rodésias e Niassalândia, Dr. Hastings Kamuzu Banda, é eleito para seu dirigente máximo;

1963: Banda celebra um acordo com o governo britânico para a total autonomia da Niassalândia. Banda é empossado primeiro ministro até à independência;

1964(06.07): *Independência da Niassalândia. É seu primeiro presidente, o Dr. Hastings Kamuzu Banda;*

1966: Entra em vigor a Constituição malawiana. Banda é empossado, oficialmente, como primeiro presidente do Malawi

1971: Banda torna-se presidente vitalício;

1992: Distúrbios sociais em Lilongwé e Blantyre, fazem prever a queda de regime de Banda. A 18 de Outubro, o presidente Banda anunciou a realização de um *Referendum* sobre o fim do sistema de partido único, que vigora à 30 anos;

1993: A 16 de Junho, realiza-se o *Referendum* nacional sobre o Multi-partidarismo no país, que é aprovado por 63,5% da população. A oposição solicitou ao presidente Banda a constituição de um governo de unidade nacional e a 30, o Parlamento malawiano aprova decreto sobre a alteração constitucional que determina o fim do mono-partidarismo e amnistia todos os asilados e presos políticos;

1994: A 17 de Maio, realizam-se eleições legislativas e presidenciais. O presidente Banda reconheceu a vitória da oposição liderada pelo partido UDF e por Bakili Muluzi, o novo presidente do Malawi. O UDF obteve 84 assentos no novo parlamento de 177 deputados, enquanto o ex-partido único obteve 52 e o AforD 36. O novo presidente teve 49,09% dos votos, Banda 37,02 e Chafukwa Chihana, do AforD, 13,43%. O novo presidente toma posse a 21, no Estádio Kamuzu Banda, em Blantyre;


1995: Por falta de provas evidentes e atendendo à sua idade e manifesta incapacidade para entender o que se passava ao seu redor, Banda o "Ngwazi" - herói - malawiano é absolvido dos crimes que lhe eram imputados,

nomeadamente, de conspiração e assassinato de três ministros seus, em 1983;

1997(25.11): Hasting Kamuzu Banda morre, em Johannesburg, vítima de uma pneumonia. A sua morte foi objecto de pequenas notícias no país que dominou durante trinta anos. Todavia, foi o antigo Alto Comissário britânico do protectorado da Federação das Rodésia e Niassalândia, John Chicago, quem melhor epitáfio apresentou, "Perdemos o fundador da Nação";

1998:(12.07): Eleições legislativas e presidenciais. A UDF venceu as eleições legislativas sem maioria absoluta. A coligação AFD/MCP, que denunciou irregularidades processuais, obteve somente 37% dos votos. Por sua vez Muluzi foi reconduzido no cargo com 59% dos votos;

2000:(26.02): O presidente Muluzi decidiu demitir o seu Governo devido a escândalos de corrupção;

PAÍS	: Mali	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Sub-Sariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Mali	
CAPITAL	: Bamako	
ÁREA	: 1.240.000 Km²	
POPULAÇÃO	: 8,87 milhões (1996)	
SISTEMA POLÍTICO	: República	
CHEFE DO ESTADO	: Alpha Oumar Konare (1997)	
CHEFE DO GOVERNO	: Younoussi Touré	
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d	
FORÇAS ARMADAS	: 12.150 efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 45,3 milhões (1,87% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1960	
HINO NACIONAL	: Hino nacional maliano	
ETNIAS	: Bambara, Peule-fulani, Malinké, Tuaregue e Árabes	
RELIGIÃO	: Islâmica (70%), Animista e Cristãos	
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês,	
MOEDA	: Franco CFA	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 2.400 milhões (1997)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 250 (1997)	
ÍND. DES. HUMANO	: 166º. (0,375) (1997)	
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; FMI; ACP;	
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: ADEMA, CDS, PARENA, MIRIA, UFDP, US-RDA	

### SINOPSE HISTÓRICA

*Independência em 22 Setembro de 1960, após a Assembleia Territorial do Sudão ter proclamado a República Sudanesa em 24-11-58, confederada ao*

*Senegal, chamando-se Federação do Mali, em 17-01-59. Posteriormente, o Senegal separou-se em 20-06-60 e, em 22-09-60 a Federação adoptou a actual designação. Foi seu primeiro presidente Modibo Keita, derrubado em Nov. 1968, por um golpe de estado militar, sendo seu substituto o general Moussa Traoré;*

1898: Samuri Turé tenta opor-se às invasões francesas sendo derrotado. O antigo Império Mali, torna-se no Sudão Francês;

1946: Estabelece-se a Assembleia Territorial Sudanesa com limitada autonomia;

1957: São aumentados os poderes da Assembleia. E em 1958, após plebiscito, o Sudão Francês torna-se uma República autónoma dentro da Comunidade Francesa;

1959: O Sudão Francês e o Senegal juntam-se na Federação do Mali;

1960: *Surge a República do Mali com Modibo Keita como presidente, um socialista anti-francês;*

1963: Restabelecidas relações com o Senegal;

1964: Sob a bandeira de um partido de características socialistas, e partido único, Keita é reeleito presidente do Mali;

1968: Keita é derrubado por militares, após golpe de Estado sangrento liderado pelo general Moussa Traoré;

1973: Mali rompe relações com Israel;

1974: Problemas fronteiriços com o Alto Volta (Burkina Fasso);

1975: Mali adere à Convenção de Lomé e estabelece com o Burkina Fasso uma comissão para resolução dos problemas fronteiriços;

1978: Alioune Blondin Beye é empossado Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional;

1985(26.12): Violentos confrontos fronteiriços com o Burkina Faso;

1986: Devido a divergências com o presidente, Beye demite-se do MNE e da Cooperação Internacional;

1991: A 26 de Março, o presidente é destituído por um golpe de estado, levado a efeito pelos militares e na sequência de motins pró-democracia, que registaram cerca de 150 mortos, verificados no fim de semana anterior. O novo governo é presidido por um conselho militar, o *Conselho de Reconciliação Nacional (CRN)*, chefiado pelo tenente-coronel pára-quedista *Amadou Toumany Touré*. O presidente foi preso. Em Junho, nova tentativa de golpe de Estado levado a efeito pelo coronel Lamine Diabira, Ministro da Administração Territorial, que é detido;

1992: Eleições legislativas e autárquicas, que dão vitória à Aliança para a Democracia no Mali (ADEMA). Em Abril, é assinado um acordo de um cessar-fogo entre o Governo Maliano e os Tuaregues do *Movimento e Frente Unificado do Azawad* (nome da terra tuaregue), em vésperas de eleições presidenciais. Alpha Oumar Konare é eleito presidente do Mali após vitória na segunda volta das eleições presidenciais;



1993: A 12 de Fevereiro, o Supremo Tribunal maliano, acusou o ex-presidente Moussa Traouré de cúmplice na morte de 106 civis, ocorrido durante as manifestações pró-democracia, ocorridas em 1991. Foi condenado à morte. Em Abril, e após 4 dias de manifestações que resultaram num morto e 45 feridos, o p.m. Younoussi Toré apresentou a demissão do seu governo;

1996: Após seis anos de rebelião armada, os tuaregues aceitam depor as armas, embora continuem a reivindicar a sua autonomia.

1997: Eleições presidenciais e legislativas. São boicotadas pela oposição. A ADEMA ganha 88% dos 147 deputados da Assembleia Nacional. Apesar de boicotadas pela oposição, esta consegue eleger alguns deputados. O Partido para a Renovação Nacional (PARENA) elege 7 deputados, a Convenção Democrática e Social (CDS) 4 deputados enquanto os restantes são eleitos pelo PDP, UDD e CPP. Konare é reeleito presidente;

1998(26.07): O antigo MNE maliano e medianeiro das N.U. para a Paz em Angola, Blondin Beye, morre vítima de acidente aéreo, na Costa do Marfim;

1999(17.10): Conflitos étnicos graves entre as comunidades árabes e kounta, no Norte do país, provocam 30 mortos e dezenas de feridos;

PAÍS	: Marrocos
CONTINENTE	: África
REGIÃO	: África Norte
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: Reino do Marrocos
CAPITAL	: Rabat
ÁREA	: 446.300 Km <sup>2</sup> (710.850 Km <sup>2</sup> com o Sara Ocidental)
POPULAÇÃO	: 26,2 milhões (1997 <i>estimado</i> )
SISTEMA POLÍTICO	: Monarquia Semi-Constitucional
CHEFE DO ESTADO	: rei Mohammed VI
CHEFE DO GOVERNO	: Abderrahmane Youssoufi (PI)
M. N. ESTRANGEIROS	: Abdellatif Filali
FORÇAS ARMADAS	: 238.300 Efectivos
GASTOS COM A DEFESA:	USD 1.361 milhões (3,8% do PNB)
INDEPENDÊNCIA	: 1956
HINO NACIONAL	: Hino nacional marroquino
ETNIAS	: Berberes (65%) e Judeus
RELIGIÃO	: Islâmica (97%), Cristã, Judaica
IDIOMAS NACIONAIS	: Árabe, Francês
MOEDA	: Dirham marroquino
PROD. NAC. BRUTO	: USD 30.330 milhões (1997)
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 1.150 (1997)
ÍND. DES. HUMANO	: 126°. (0,582) (1997)
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA (obs.); UMA; OCI; LEA

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: UC,MP,PND, P.Istiqlal,USFP e RNI

### SINOPSE HISTÓRICA

683: Após ter pertencido sucessivamente ao Império Cartaginês e à Mauritânia Romana, os árabes conquistam a região;

788: Marrocos torna-se Estado independente até meados do Séc. X, período em que se divide em diversos estados tribais;

Séc. X: Os almorávidas reunificam o território e estendem o seu domínio até à região do Senegal;

SÉC. XV: Portugal e Espanha conquistam portos marroquinos;

1844(10.09): Marrocos e França assinam o *Tratado de Tânger* que põe fim à guerra em Marrocos;

1906: *Conferência de Algeciras* dá privilégios à França sobre Marrocos;

1912: Marrocos torna-se protectorado francês. No entanto, um *acordo franco-espanhol* divide administrativamente o País em 4 zonas: Marrocos francês, Marrocos espanhol; no Sul um protectorado espanhol administrado juntamente com o Sara espanhol; e zona internacional de Tânger;

1930(16.05): França promulga o "*Decreto Berbere*" que visa a divisão marroquina e o fim da língua berbere;

1944: Nacionalistas marroquinos, liderados por Mohamed Lagzoui, apresentam ao sultão Sidi Mohamed o "*Manifesto para a Independência de Marrocos*" o que desagrada à França;

1945: Marrocos adere à França de Vichy;

1953: Devido a movimentos independentistas, os franceses depõem Mohamed e deportam-no para Madagáscar;

1956(06.03): *Marrocos adquire a independência*;

1957: Sidi Mohamed volta a Marrocos e é coroado Mohamed V. Reina até à sua morte em Fevereiro de 1961. Sucede-lhe o seu filho Hassan II, que em 1962 faz aprovar por plebiscito uma nova Constituição para o País;

1965: O monarca declara estado de emergência e assume todos os poderes executivos e legislativos, que dura até 1970, quando a nova Constituição é aprovada, pondo fim ao absolutismo de Hassan II;

1971: Líbia é acusada de estar por detrás de uma tentativa de Golpe de Estado militar;

1972: Aprovada nova Constituição marroquina;

1973: *Marrocos alarga a sua Z.E.E. de 12 para 70 milhas*;

1975: Na sequência de divisão territorial do Saara Espanhol entre Marrocos e Mauritânia, o rei Hassan II manda avançar sobre a região em disputa uma "Marcha Verde";

1976: Argélia rompe relações diplomáticas com Marrocos por este ter ocupado a parte norte que lhe foi ofertada por Espanha do Sara Espanhol. No território surge a Frente Polisário, apoiada por Argélia e que luta pela independência do Sara;

1977: Por desistência de Mauritânia da parte sul do Sara, Marrocos ocupa todo o território sarauí;

1984: O ano começa com manifestações sangrentas, levam o Tribunal de Casablanca a decretar penas de prisão perpétua e de morte a opositoristas governamentais. Em assinado, em Ouida, um Tratado entre Marrocos e Líbia.

Devido à posição da OUA face ao diferendo do Sara Ocidental; Marrocos abandona a Organização;

1985: Azeddine Laraki é o novo chefe de Governo;

1986: Marrocos denuncia o Tratado de Ouida, para satisfação do Ocidente e dos seus vizinhos moderados;

1990: Marrocos condena a invasão do Koweit, pelo Iraque. Uma parte significativa de koweitianos asila-se no país;

1991: Por acordo celebrado em Genebra, sob os auspícios das N.U., Marrocos aceita 'Referendum' sobre Sara Ocidental a realizar em Janeiro 1992,;

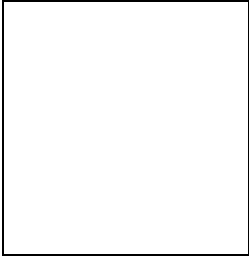
1992: Em Junho, o Monarca marroquino declara desejar eleições para Outubro, bem assim, alteração da Constituição e referendun da mesma, o que acontece em 2 de Setembro, quando o Referendun sobre as reformas constitucionais apresentadas pelo monarca marroquino foram aprovadas pela maioria da população. Em Agosto o governo marroquino de Azeddine Laraki demite-se e é nomeado p.m., até às eleições, Mohammed Karim Lamrani;

1993(25/26.06): Primeiras eleições legislativas democráticas. A coligação de esquerda, Koutla, é a principal candidata, devendo ganhar 102 lugares. A União Popular das Forças Socialistas (USFP) e o Istiqlal, obtiveram 91 dos 315 lugares em disputa. O anterior partido no poder, os berberes do MP, obtiveram 33, sendo agora a terceira força. Os anteriores parceiros, a RNI e a UC, obtiveram respectivamente, 28 e 27 deputados. Da coligação vencedora fazem parte, ainda, o PPS e a OADP, a primeira pró-comunista e a segunda de extrema-esquerda. Igualmente, e pela primeira vez, duas mulheres têm assento no Parlamento. Além destes deputados já eleitos, os restantes serão cooptados, entre as câmaras municipais e representantes de trabalhadores;

1995: Abdellatif Filali é nomeado para chefiar o Governo marroquino e após 28 anos de exílio em França, regressa ao país o líder opositorista religioso islamita Mohammed Basri;

1998(05.02): Empossado o primeiro governo marroquino de raiz socialista, dirigido por Abderrahmane Youssoufi, da USFP, à frente de uma coligação composta ainda pelos centristas da RNI;

1999: A 23 de Junho, morre o rei Hassan II. Seu filho Sidiu Mohammed assume o trono como Mohammed VI que confirma o socialista Abderrahmane Youssoufi como primeiro-ministro do país;

PAÍS	: Maurícia	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Sub-Sariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Maurícia	
CAPITAL	: Port-Louis	
ÁREA	: 1.860 Km²	
POPULAÇÃO	: 1,13 milhões (1997 estimado)	
SISTEMA POLÍTICO	: Democracia Parlamentar	
CHEFE DO ESTADO	: Cassam Uteem (1992)	
CHEFE DO GOVERNO	: Navimchandra Ramgoolam (PT/MMM) (1995)	
M. N. ESTRANGEIROS	: Paul Bérenger	
FORÇAS ARMADAS	: 1.800 (formam a polícia especial de segurança interna)	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 11 milhões (0,4% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1968	
HINO NACIONAL	: Motherland	
ETNIAS	: Crioulos	
RELIGIÃO	: Hinduísta(52%), Cristã(28%), Islâmica(17%) e Budista	
IDIOMAS NACIONAIS	: Crioulo, inglês, francês, urdu, hindi, tamil e chinês	
MOEDA	: Rupia	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 4.000 milhões (1997)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 3.500 (1996)	
ÍND. DES. HUMANO	: 59°. (0,764) (1997)	
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP; SADC; COMESA; FMI	
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: MLP/MMM, MMR/MMM, MLP, PMsD, MDN e Hizbullah	

### SINOPSE HISTÓRICA

Séc. XVII: Holandeses colonizam o arquipélago mauriciano. Mais tardes os franceses ocupam as ilhas;

1810(03.12): Reino Unido conquista as ilhas mauricianas aos franceses;

1959: Primeiras eleições gerais no território;

1968: *independência do arquipélago da Maurícia. Seewoosagur Ramgoolam é o primeiro p.m. do novo país que fica a pertencer à Commonwealth britânica;*

1991: Eleições gerais em Maurícia, em Setembro, dão vitória ao *Movimento Socialiste Mauricien* (MSM), com 29 dos 65 assentos no Parlamento, enquanto o *Movement Militant Mauricien* (MMM) obteve 26 lugares. Anerood Jugnauth, do MSM, é o novo chefe de Governo, em coligação com o MMM;

1992: A 12 de Março, é proclamada a *República da Maurícia*. O seu primeiro presidente é Sir Veerasamy Rungadoo, até então governador geral em representação da rainha inglesa Elizabeth II. Em Julho, Cassan Uteem é empossado Chefe de Estado. É considerado o político mulçumano mais popular da República. Uteem era até então Ministro da Indústria e Tecnologia;

1993: Apesar de ser membro da BC a Maurícia acolhe a 5<sup>a</sup>. Cimeira anual das nações francófonas;

1995: Eleições parlamentares. O PT/MMM dominou o escrutínio eleitoral. Navim Ramgoolam é empossado p.m. A 4 de Novembro, é assinada neste país, a Quarta Convenção de Lomé entre os países ACP-CE;

1997(Jun.): Eleições presidenciais. Uteem é reeleito presidente;

2000(10.08): Uteem, após consultas ao p.m. Ramgoolam, dissolve o parlamento;

PAÍS	: Mauritânia		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: África Norte		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Mauritânia		
CAPITAL	: Nuakchott		
ÁREA	: 1.030.700 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 2,35 milhões (1996)		
SISTEMA POLÍTICO	: República Militar		
CHEFE DO ESTADO	: Maaouiya Ould F. Sid-Ahmed Taya (PRDS)		
CHEFE DO GOVERNO	: Sidi Mohamed Ould Boubacar		
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d		
FORÇAS ARMADAS	: 20.650 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 41 milhões (2,63% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1960		
HINO NACIONAL	: Hino nacional mauritano		
ETNIAS	: Árabes, Berberes, Pulaar-toucouler e Bambaca		
RELIGIÃO	: Islamismo		
IDIOMAS NACIONAIS	: Árabe, Francês e Wolof		
MOEDA	: Ouguiya		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 1.100 milhões (1997)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 480 (1997)		
ÍND. DES. HUMANO	: 149°. (0,447) (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; Liga Árabe; OCI; ACP		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: PRDS, IMR, UDD, AC e UFD-NE		

### SINOPSE HISTÓRICA

1903: Mauritânia torna-se colónia francesa;

1946: Mauritânia adquire progressiva autonomia com representação no Parlamento e na União Nacional Francesa;

1958: Plebiscito interno determina a transformação da colónia numa República dentro da Comunidade Francesa. Funda-se a cidade de Nouakchott para torná-la na futura capital nacional;

1960: Independência do País com Moktar Uld Dadah como p.m.;

1961: É adoptado o sistema presidencialista na Mauritânia sendo o primeiro presidente M. Dadah e o Partido do Povo (PdP) a única organização legal;

1963: Desenvolvimento das minas de ferro e cobre dão novo sopro à economia mauritana;

1964: Mauritânia assume o arabismo como sistema político e social dominante;

1969: É inaugurada, na Capital, a primeira fábrica de dessalinização de África;

1971: M. Dadah é reeleito por mais um período de 5 anos;

1972: A Mauritânia sai da zona económica do Franco;

1973: No mesmo ano em que é admitida na Liga Árabe, é instituída uma nova moeda, a Ouguiya;

1975: O País adere à Convenção de Lomé, participa na formação da Comunidade Económica da África Ocidental e adere à divisão do Sara Espanhol entre ela e Marrocos. Por este motivo rompe relações diplomáticas com Argélia, em 1976, devido ao apoio desta à Frente Polisário. No entanto em 1977, abandona a sua parte sarauí a favor de Marrocos que a ocupa de imediato;

1978: Tomada do poder pelos militares;

1991: Amnistia total a todos os prisioneiros políticos. Em Abril, o Chefe do Estado Maanya Taya emuncia eleições gerais multipartidárias para finais do ano;

1992: O general Maaouiya Ould Fidá Sid-Ahmed Taya, vence as eleições presidenciais à primeira volta com 53,3% dos votos. O candidato da oposição apoiado pela UFD, ficou em segundo lugar, reclamando, porém, falta de transparência eleitoral. Nas legislativas dá-se a necessidade de uma segunda volta, que acontece a 13 de Março, e que dão vitória ao Partido governamental PRDS. Em Julho, durante uma manifestação da UTD-Ere Nouvelle, registou-se fortes recontros entre os apoiantes deste partido oposicionista liderado por Ahmed Ould Daddah e forças da ordem mauritanas;

1993(25.06): O antigo MNE e líder da oposição democrática, Hamdy Ould Mouknass, foi preso pelas autoridades mauritanas;

2000(06.08): Devido ao litígio de utilização dos recursos hídricos do rio Senegal, Mauritânia ordena a saída dos cidadãos senegaleses. Por sua vez Daccar expulsa 100 mil mauritanos. A crise é latente;

PAÍS : Moçambique

CONTINENTE : África

REGIÃO : PALOP

DESIGNAÇÃO OFICIAL : República de Moçambique

CAPITAL : Maputo

ÁREA : 799.386 Km<sup>2</sup>

POPULAÇÃO : 18,3 milhões (1997 *estimado*)

SISTEMA : República Parlamentar

CHEFE DO ESTADO : Joaquim Chissano (1994)

CHEFE DO GOVERNO : Mário Machungo

M. N. ESTRANGEIROS : Pascoal Mocumbi

FORÇAS ARMADAS : 16.750 Efectivos

GASTOS COM A DEFESA: USD 72 milhões (4,7% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1975

HINO NACIONAL : Viva, Viva a Frelimo

ETNIAS : Makonde, Yao, Makua-Iomwe, Shona-Karanga, Ajauá

RELIGIÃO : Animista, Cristãos (30%) e Islâmica (10%)

IDIOMAS NACIONAIS : Português, tsonga, sena, lómue, entre outros

MOEDA : Metical

PROD. NAC. BRUTO : USD 1.700 milhões (1996)

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 76,4 (1996)

ÍND. DES. HUMANO : 169°. (0,341) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; ACP; COMESA; SADC; BC; CPLP; FMI

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: FRELIMO, RENAMO e UD

### SINOPSE HISTÓRICA

1498: A ilha de Moçambique foi pela primeira vez tocada por portugueses, pela frota de Vasco da Gama, durante a tentativa deste em chegar a Índia;

1697: É fundada a Companhia de Comércio de Moçambique;

1752: Até esta altura, governada a partir da Índia, Moçambique passa a capitania geral e directamente subordinada à Metrópole;

1781: É nomeado o primeiro Governador-Geral, Baltazar P. Lago, que introduz o cajueiro;

1822: *Ingleses aportam à Baía de Lourenço Marques e passam a reivindicar a sua posse, iniciando um litígio com a Coroa portuguesa até 1875;*

1850: Suspensão de tráfico de escravos para o Brasil põe a economia moçambicana em situação muito difícil;

1886 a 1893: Portugal e Reino Unido assinam diversos acordos para ratificação das fronteiras moçambicanas;

1911: A colónia torna-se autónoma na sequência da proclamação da República em Portugal;

1919: O Tratado de Versailhes concede a Portugal o "*Triângulo de Kionga*" pertencente anteriormente à África Oriental Alemã;

1926: Na sequência do Golpe de 28 Maio, Moçambique perde a sua autonomia;

1950(16.06): *Massacre de Mueda*. Manifestação pacífica é fortemente reprimida pelas autoridades portuguesas;

1951: Moçambique torna-se província Ultramarina;

1960: É fundada a *União Democrática de Moçambique* (UDENAMO) liderada por Adelino Guambe;

1961: No Quênia é formada a *União Nacional Africana de Moçambique* (MANU), liderada por quenianos;

1962(25.06): Por união de 3 movimentos diferentes, Eduardo Mondlane funda a *Frente de Libertação Moçambique* (FRELIMO);

1964(25.09): O Comité Central da FRELIMO proclama a insurreição geral do povo moçambicano. Começa a guerrilha anti-colonial em Moçambique;

1966: Jaime Sigauke, secretário-geral da Frelimo é assassinado pela PIDE;

1967: Portugal e República da África do Sul assinam acordo para construção da barragem de Cahora Bassa;

1969: Mondlane é assassinado e substituído por Uria Simango, que entretanto, é deposto por criticar a Frelimo na sua composição interna;

1970: Samora Machel e Marcelino dos Santos são designados respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Frelimo;

1972: Um padre português acusa o Governo de Lisboa de atrocidades contra populações locais, através de prospectos apresentados em Roma;

1974: Na sequência do Golpe de Abril, em Portugal, a 5 de Setembro, em Lusaka são assinados os acordos que possibilitam um cessar-fogo entre Frelimo e Lisboa, por Samora Machel e Mário Soares, respectivamente, que é mal recebido por parte da população, a maioria branca, que tenta, a 7, declarar unilateralmente a independência. A sublevação foi brutalmente reprimida. Em Novembro, Portugal e Frelimo acordam na constituição de um Governo de transição;

1975(25.09): Após cerca de 11 anos de luta armada, o País atingiu a independência. É seu primeiro presidente Samora Moisés Machel. De imediato 24 países estabelecem relações com a nova República Popular de Moçambique, que também é admitida na ONU;

1976: Moçambique fecha as suas fronteiras com a Rodésia;

1977: A Frelimo transforma-se no Partido Operário e Camponês de Moçambique e a 31 de Maio, tropas rodesianas ocupam território moçambicano;

1983(11.10): Visita de Machel a Portugal. Na sequência desta visita, o governo português abre uma linha de crédito a favor de Moçambique no valor de USD 85 milhões até 1985;

1985(14.06): Portugal devolve a Moçambique, a urna que contém os restos mortais do régulo Gungunhana;



1986: A 21 de Outubro, morre, em acidente de aviação, o presidente Machel e 3 de Novembro, assume a presidência Joaquim Alberto Chissano;

1990: A 6 de Junho, Frelimo e Renamo aceitam Malawi para local de conversações para a paz e a 30 de Novembro, Frelimo admite a possibilidade de aparecerem novos partidos e altera a denominação da República. Assim Moçambique deixa de ser República Popular para ser somente República de Moçambique. Com a alteração entra em vigor a nova Constituição moçambicana;

1991: Tentativa de Golpe de Estado em Moçambique, levado a efeito por militares conservadores do regime, enquanto o VI Congresso da Frelimo decide alterar a denominação política do partido, passando a chamar-se *Frelimo/PSD*;

1992: Moçambique e Zimbabué assinam um acordo de fornecimento eléctrico aos zimbabwianos a partir de Cahora Bassa. Joaquim Chissano visita Portugal, contactando entidades económicas portuguesas. A 7 de Agosto, após 3 dias de reuniões em Roma, entre Chissano e o líder da Renamo, Dhlakama, sob auspícios do presidente zimbabueano Mugabe e da Comunidade de Santo Egidio, é assinado um Acordo de princípio, conducente à Paz, A 4 de Outubro, dá-se a assinatura final do Acordo Geral de Paz, em Roma, entre Joaquim Chissano, pelo governo moçambicano, e Afonso Dhlakama, pela Renamo, sob os auspícios dos negociadores italianos, igreja católica e dos negociadores internacionais. A 23 de Dezembro, o secretário-geral da RENAMO, Vicente Ululo, regressa a Maputo, onde se instala, para iniciar as actividades políticas partidárias, no âmbito dos acordos de Paz de Roma. Ao mesmo tempo militares da FRELIMO, instalados em Nampula, revoltam-se por acharem que os seus antigos opositores da RENAMO estão a ser melhor alimentados que as forças governamentais;

1993: Em Janeiro, a Renamo inaugura, oficialmente, a sua sede em Maputo, embora sem a presença de Dhlakama. A 27 de Setembro, Moçambique e R.A.S. estabelecem, com carácter de imediato, relações diplomáticas, após reunião entre os MNE's das duas Repúblicas, respectivamente, Mocimboa e Botha. A 27 de Outubro, no regresso da cimeira de Chefes de Estado da Commonwealth, o MNE moçambicano deixou no ar a hipótese de Moçambique aderir aquela comunidade anglófona, onde já tem estatuto de "*convidado especial*";

1994: A 28 de Julho, regista-se a mais grave violação desde o fim da guerra; ocorreu em Maputo com a amotinação de cerca de uma centena de militares da 6ª Divisão motorizada estacionada em Matola, que saquearam lojas e agrediram pessoas. Alegavam a sua desmobilização estar a ser protelada e do atraso no pagamento dos ordenados. Em Setembro, davam-se início à campanha eleitoral para as primeiras eleições livres para as legislativas e presidenciais de Moçambique. Frelimo e Renamo são as principais forças candidatas, e Chissano e Dhlakama os principais candidatos à presidência. A 27 e 28 de Outubro, registam-se as primeiras eleições legislativas e presidenciais. Com acusações de fraude, Dhlakama e a Renamo decidem boicotar as eleições. Após consultas e duras conversações as partes boicotantes regressam ao escrutínio e as eleições são prorrogadas para mais um dia. A 11 de Novembro, as primeiras projecções cedidas pela ONUMOZ deram a vitória, à primeira volta, a Joaquim Chissano enquanto, segundo aquela organização, a FRELIMO venceria sem maioria absoluta. Dhlakama e a REMANO admitiram a derrota. Os resultados finais e das eleições moçambicanas confirmaram a vitória de Chissano que obteve 53,3% e Dhlakama 33,7%. Joaquim Chissano torna-se no primeiro presidente democrático do país. Para a Assembleia: Frelimo venceu com 44,3% e obteve 129 mandatos, o que lhe confere a maioria absoluta. A Renamo obteve 33,7% e 112 assentos, enquanto a União Democrática conseguiu 5% e 9 deputados;

1995(12.11): *Moçambique é desde esta data membro de pleno direito da Commonwealth, Comunidade Britânica;*

1997(Maio): O presidente português Jorge Sampaio visita Moçambique, na sua primeira visita a um país da CPLP;

1998: Em Junho, Jacques Chirac, torna-se no primeiro presidente francês a visitar Moçambique. 5 Acordos de cooperação, no montante aproximado de 100 milhões de francos franceses, foi o resultado desta visita. No final do mês, realizam-se as primeiras eleições autárquicas moçambicanas, com 80% de abstencionistas. Os partidos da oposição boicotaram estas eleições quer não se apresentando, caso da Renamo, quer abandonando as mesmas. A Frelimo e alguns candidatos independentes, nomeadamente nas cidades de Maputo e Beira, são os únicos candidatos;

1999: (Dezembro): Eleições legislativas e presidenciais;

2000(Junho): As ocupações de fazendas no Zimbabué, começam a fazer escola no país. Membros da ADEMIMO, Associação de Deficientes Militares e Paramilitares de Moçambique, ocuparam terrenos nacionais considerados de reserva para fins industriais, denunciando o não cumprimento de promessas do Estado na entrega de talhões para construção de habitações e uso agrícola;

PAÍS	: Namíbia		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Namíbia		
CAPITAL	: Windhoek (169.000 hab.)		
ÁREA	: 824.269 Km²		
POPULAÇÃO	: 1,727 milhões (1997 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: Parlamentar		
CHEFE DO ESTADO	: Sam Nujoma	(SWAPO)	(1990)
CHEFE DO GOVERNO	: Hage Geingob	(SWAPO)	
M. N. ESTRANGEIROS	: Theo-Ben Gurirab		
FORÇAS ARMADAS	: 9.000 efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 89,2 milhões	(3,43% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1990		
HINO NACIONAL	: Hino nacional namibiano		
ETNIAS	: Ovambo, Kavango, Damara, Herrero, Brancos e Mestiços		
RELIGIÃO	: Luteranos (50%), Católicos (20%), Reformistas (7%), Anglicanos (6%) e Metodistas (2%)		
IDIOMAS NACIONAIS	: Ovambo, kavango, inglês, afrikaans, bergdama e alemão		
MOEDA	: Dólar namibiano		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 3.000 milhões	(1997)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 1.984	(1997)	

ÍND. DES. HUMANO : 115°. (0,638) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; SADC; BC; ACP; SACU, COMESA

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: SWAPO, DTA, UDF, MAG e DCN

### SINOPSE HISTÓRICA

1884: Alemanha anexa a região do Sudoeste Africano;

1915: África do Sul invade e ocupa o Sudoeste Africano;

1920: *A Sociedade das Nações incumbe a África do Sul de tutelar o Sudoeste Africano, antiga colónia alemã;*

1946: A recém-criada NU rejeita as tentativas sul-africana de anexar o território à R.A.S.;

1950: É criada a Ovambo People's Congress, a precursora da SWAPO;

1960: É criada a Organização dos Povos dos Sudoeste Africano (SWAPO - South West Africa People's Organisation) que defende a luta armada através do People's Liberation Army of Namibia (PLAN);

1968: Nas N.U., o território passa a denominar-se Namíbia;

1971/8: O Tribunal Internacional de Justiça, considera caduca a tutelação da Namíbia por parte da R.A.S., considerando-a ilegal a sua ocupação;

1988(13.12): *É assinado em Brazaville, por África do Sul, Angola e Cuba um protocolo que permita a independência de Namíbia, entre outros assuntos;*

1978: O Conselho de Segurança das N.U. fixa os termos para uma transição progressiva para a independência da Namíbia ao mesmo tempo que criava um Alto Comissário para essa transição, não conseguindo tomar posse efectiva, porque os sul-africanos nunca reconheceram essa legitimidade;

1988(Agosto): Acordo quadripartido entre Angola, Cuba, R.A.S. e ONU prevê a saída de tropas cubanas de Angola e sul-africanas da Namíbia;

1989(17.02): Chega a Windhoek o representante militar das Nações Unidas que tem por missão preparar o caminho para a independência da Namíbia;

1990: A 16 de Fevereiro, realizam-se eleições legislativas e presidenciais. A SWAPO vence as legislativas, com 57%, à frente da conservadora DTA. Sam Nujoma é eleito para o cargo da presidência. A 12 de Março, é adoptada a nova Constituição do país e a 21 o antigo Sudoeste Africano ascende à independência com a designação de República da Namíbia. O porto de Walvis Bay mantém-se sob jurisdição da RAS, de acordo com os Acordos de Nova Iorque. Sam Nujoma toma posse como presidente;

1991: Negociações entre a Namíbia e a R.A.S. para a integração do enclave de Walvis Bay no país;

1992(16.07): O p.m. H. Geingob solicitou aos EUA que interfira junto da RAS para resolver o problema de Walvis Bay;

1993(18.09): Entra em vigor a nova moeda nacional, o dólar namibiano, embora com circulação paralela ao Rand, até porque manter-se-á na Área

Monetária Comum, juntamente com R.A.S., Lesoto e Swazilândia. A moeda circulará igualmente em Walvis Bay;

1994: A 1 de Março, a cidade portuária de Walvis Bay passou para a dependência territorial de Namíbia às 00,00 horas desta dia. Devido à campanha eleitoral de momento, nenhum dos principais dirigentes sul-africanos, incluindo o presidente De Klerk e Mandela, estiveram presentes ao acto solene de arriar da bandeira sul-africana e ao hastiar da flâmula namibiana. Realizam-se eleições legislativas que reforçam o poder da SWAPO ao obter 74% dos votos, não conseguindo, porém, eleger os 2/3 dos deputados para poder alterar a Constituição em vigor. A DTA obteve 21% e UDF 3% dos lugares elegíveis;

1999: Em Agosto, o Governo de Nujoma decreta "Estado de emergência" na Faixa de Kaprivi, devido a ataques a Murilo levados a efeito pelo *Kaprivi Liberation Army* (KLA) que, segundo os namibianos, é apoiado por guerrilheiros da UNITA, e a 30 de Novembro, realizam-se eleições legislativas. Sam Nujoma e a WAPO são os grandes vencedores. É possível que a SWAPO possa obter mais de 75% dos votos expressos, o que lhe permitiria alterar a Constituição como sempre foi seu desejo;

2000(Jun.): Jornal sul-africano acusa o Congo Democrático de ter oferecido minas de diamantes aos líderes seus aliados, nomeadamente ao presidente da Namíbia e Zimbabwe. Nujoma, embora não negando a oferta, declarou que não tinha recebido nenhuma mina diamantífera;

PAÍS	: Níger		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Níger		
CAPITAL	: Niamey (cerca de 700.000 hab.)		
ÁREA	: 1.266.700 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 9,15 milhões (1995)		
SISTEMA	: Presidencial		
CHEFE DO ESTADO	: Ibrahim Mainassara Baré	(1996)	
CHEFE DO GOVERNO	: Ibrahim Assane Mayaki	(1998)	
M. N. ESTRANGEIROS	: Assane Mayaki		
FORÇAS ARMADAS	: 10.700 efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 24 milhões (1,51% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1960		
HINO NACIONAL	: La Nigerienne		
ETNIAS	: Haússa, Djerma-songhai, Árabes, Pullar, Soninké e Uolo		
RELIGIÃO	: Islâmica (80%), Cristã e animista		
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês, haússa, tamasheq (tuaregue), etc.		
MOEDA	: Franco CFA		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 1.051 milhões	(1996)	

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 230 (1997)  
ÍND. DES. HUMANO : 173°. (0,298) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU, ACP; CEEAC, CF; FMI  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: UNIR, PUN, MNSD, CDS, ANDP, ApC e PNDS

### SINOPSE HISTÓRICA

1958: Níger torna-se uma República autónoma dentro da Comunidade francesa;

1960(03.08): *Independência do Níger. Diori Hamani, político neocolonialista do Agrupamento Democrático Africano (RDA), vencedor das prévias eleições é empossado presidente. O país torna-se, quase de imediato, num Estado unipartidário;*

1974: *Coup d'État* levado a efeito pelo general Kountché;

1984: Encerramento das fronteiras com a Nigéria visando a contenção do integrismo islâmico nesse país;

1987: Morre Kountché. O seu sucessor, o general Saibou decide a adoptar medidas conducentes à transição para a democracia. A 14 de Junho, é adoptado o *sulfrágio universal*;

1991(27.10): Amadou Cheffou foi eleito p.m. de transição pela Conferência Nacional, verificada neste fim de semana;

1992: Em Junho, o p.m. nigerino decidiu reconhecer Taiwan negociando uma ajuda económica de USD 50 milhões. Todavia, no mês seguinte, o Alto Conselho da República, o parlamento de transição, afirmou a sua oposição ao reconhecimento de Taiwan, em detrimento da R.P. China. No país dos tuaregues, emerge uma revolta que provoca forte preocupação no meios políticos nigerinos;

1993: O ano começa com rebeldes tuaregues atacam e matam uma dezena de pessoas em D'Abala, a nordeste de Niamey. Em Fevereiro e Março, e de acordo com os resultados eleitorais o ex-partido governamental, o *Partido Unido do Níger* (PUN) venceu as eleições legislativas, seguido do até então único opositor legal, o liberal *Movimento Nacional para Sociedade de Desenvolvimento* (MNSD), o social-democrata *Centro Democrático e Social* (CDS) o liberal *Aliança Nigerina pela Democracia e o Progresso* (ANDP), e o socialista *Partido Nigerino pela Democracia e o Socialismo* (PNDS). As presidenciais deram a vitória a Mahamane Ousmane, com 55,42% dos votos expressos;

1994: O p.m. Mahamadou Issoufou, do PNDS, apresentou a sua resignação, sendo indigitado no seu lugar Adboulaye Souley, da *Aliance pour la Change* (ApC) que vê o Parlamento nacional dar um voto de desconfiança ao seu governo de minoria;

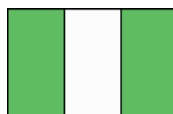
1996: 27 de Janeiro, *Coupe d'État* levado a efeito pelo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, o coronel Ibrahim Mainassara Baré, que derruba o presidente eleito, Mahamane Ousmane, e o Governo; dissolve a Assembleia Nacional e suspende a Constituição de 1992. Foi empossado um "*Comité Nacional*" para gerir o país. Em Fevereiro, Boukari Adil é empossado como p.m. e a 23 de Novembro, realizam-se eleições legislativas e presidenciais. A oposição declara-as nulas e fraudulentas;

1997: Em Janeiro, o antigo p.m. Hama Amadou é detido pela polícia especial do presidente Baré, sob acusação de tentativa de conjura contra o Estado e em Novembro, é empossado o governo de Ibrahim Assane Mayaki;

1998(Outubro): 150 antigos rebeldes tuaregues são assassinados na ilha Bouloungoure, no Lago Chade. Segundo rumores a circular entre os meios castrenses, este morticínio foi levado a efeito pela guarda pessoal do presidente Baré;

1999: As eleições locais, de Fevereiro, são suspensas pelo Presidente. A oposição reclama vitória na maioria das cidades. Abril regista novo *Coupe d'État*. O presidente é assassinado pela guarda presidencial ao tentar fugir para o Norte do país, a região do país dos tuaregues. Governo assume o controle do Estado e os partidos políticos são suspensos. Um *Colégio de oficiais superiores*, liderados pelo chefe do Estado-Maior coronel Moussa Moumouni Djermakoye, e pelo chefe da guarda presidencial major Dadouda Mallan Wanké, e a oposição democrática estabeleceram conversações para a constituição de um *Governo de Unidade Nacional*, devido a Assembleia Nacional ter recusado ser dissolvida e por crer que a morte do presidente não foi um acidente infeliz como fizeram constar os meios castrenses. Por sua vez, os oficiais da guarda presidencial criam o *Conselho de Reconciliação Nacional* (CRN). Daouda M. Wanké assume a chefia do Estado e do CRN. Confirma a dissolução da Assembleia Nacional, do Governo e do Supremo Tribunal. Simultaneamente, os mais altos quadros militares, entre eles, o coronel Djermakoye, são saneados;

PAÍS : Nigéria  
CONTINENTE : África  
REGIÃO : Sub-Sariana  
DESIGNAÇÃO OFICIAL : República Federativa da Nigéria



CAPITAL : Abuja  
ÁREA : 923.768 Km<sup>2</sup>  
POPULAÇÃO : 111,72 milhões (1995)

SISTEMA POLÍTICO : Federação Democrática de Estados (suspensa)  
CHEFE DO ESTADO : Olusegun Obasanjo (1999)  
CHEFE DO GOVERNO : Presidencial  
M. N. ESTRANGEIROS : Tom Ikimi

FORÇAS ARMADAS : 79.100 Efectivos  
GASTOS COM A DEFESA: USD 236 milhões (0,7% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1960  
HINO NACIONAL : Arise, Oh Compatriots, Nigeria Call Obey

ETNIAS : Haússa(21%), Yoruba(20%), Ibo(17%) e Fulani(9%)  
RELIGIÃO : Islâmicos(50%), Cristãos(40%) e Animista(10%)  
IDIOMAS NACIONAIS : Haússa, inglês, crioulo, yoruba, ibo

MOEDA : Naira  
PROD. NAC. BRUTO : USD 29.900 milhões (1997 *estimado*)  
RENDIMENTO P/CAPITA: USD 280 (1997 *estimado*)  
ÍND. DES. HUMANO : 146°. (0,456) (1997)

ORGANIZAÇÕES : ONU; OUA; CEEAO; FMI; ACP; OCI  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: PDP, AD, APP

### SINOPSE HISTÓRICA

1861: Ingleses anexam Lagos e assumem aos poucos, o controle da Nigéria;

1885: O governo britânico cencede a exploração do território compreendido entre os rios Níger e Benué à *Royal Niger Company*, liderada por George Goldie. Esta empresa magestática assume a responsabilidade de gerir o território em representação da monarquia britânica;

1900: É estabelecido o protectorado britânico no norte do Níger;

1952: É dada oportunidade aos nigerianos para a independência, através do autogoverno e participação na administração local;

1954: Adoptado no território um sistema federal de governação local;

1960(01.10): *É proclamada a independência da Nigéria, dentro da comunidade Britânica;*

1963: A Nigéria torna-se um Estado Federado, mantendo-se na Comunidade Britânica;

1966(Janeiro): Após *Coup d'État* militar, levado a efeito por militares pró-Ibos, dão-se trágicos acontecimentos que transformam a Nigéria num palco de Golpes e Contra-Golpes tendo o general Yakubu Gouon acabado por ficar no poder, alterando o sistema federativo de 4 regiões em Federação de 12 Estados com bases étnicas. O p.m. Tafawa Balewa é mortos pelos militares;

1967(30.05): A região leste Ibo separa-se da Federação e proclama a *República Independente do Biafra*, reconhecida por França, Portugal e Tanzânia, sob chefia do coronel *Chukwuemeka Odumegu Ojukwu*. É rico em petróleo. Na sequência declara-se uma sangrenta guerra civil na Nigéria que se prolonga até 1970 com a rendição de Ojukuvu ao general Gouon, sob promessa de manutenção da Federação;

1970: Por sua vez, o general Olusegun Obasanjo, um yoruba, recebe, em pleno campo de batalha, a rendição formal dos separatistas ibos do Biafra;

De 1975 a Fevereiro de 1976: Série de golpes de Estado que levam ao poder o general Olusegun Obasanjo;

1979(Setembro): Obasanjo declara o fim do poder militar e convoca eleições presidenciais. Inicia-se a II República com a tomada de posse do primeiro presidente civil, em vários anos de poder castrense, Shehu Shagari;

1982(30.10): Em Maiduguru, no Nordeste do país, cerca de 350 pessoas, entre elas 100 polícias, morrem devido uma revolta levada a efeito por seita muçulmana;

1983: *Coupe d'État* militar liderado pelos generais Mahammadu Buhari, Ibrahim Babangida e Sani Abacha; Buhari assume a presidência do país;

1985(27.08): *Coupe d'État*. Babangida assume o poder presidencial;

1992:

(10.04): Frederik De Klerk, presidente da R.A.S. é recebido oficialmente pelo Chefe Estado nigeriano e presidente em exercício da OUA, general Babangida;

(19.06): Na sequência de fortes distúrbios etno-religiosos, no nordeste do estado de Kaduna, o activista de direitos humanos, Beko Ransome-kuti foi preso pelas forças governamentais;

(05.07): Eleições gerais na Nigéria dão a vitória ao SPD, progressista, que conquista os 11 assentos na Câmara de Deputados. A NRC deverá ficar sem representantes;

(02.08): Início das 'primárias' para os candidatos às eleições presidenciais de Dezembro, marcadas pela violência verificada nos Estados de Katsine e Brono;

(07.10): Devido aos diversos problemas surgidos durante as primárias eleitorais, o Conselho Nacional das Forças Armadas (AFRC) no poder, de acordo com o Conselho Nacional de Eleições, decidiu suspender o processo eleitoral presidencial previsto para Dezembro;

1993: Junho: A oposição acusa o Governo de Banbagida de querer perpetuar o poder, recusando assumir os resultados das eleições presidenciais. Moshood Abiola, um yoruba, e presumível vencedor, que se auto-proclamou presidente eleito, solicitou o apoio da população para a instauração de um governo civil. Os EUA e o Reino Unido anunciaram sanções à Nigéria, tendo os primeiros anunciado a expulsão do Adido Militar nigeriano, como represálias. Os militares tentando acalmar os civis dão o poder presidencial a um civil, Ernest Shonekan que vê o Supremo Tribunal considerá-la ilegal. Os militares, liderados pelo general Sani Abacha assumem o poder;

1995: Em Outubro o general Abacha, em declarações ao país, afirma ter iniciado um processo transitório para a democracia, o qual deverá terminar em Outubro de 1998. No mês seguinte, e devido à condenação à morte de oito defensores dos Direitos Humanos na Nigéria, em geral, e dos povos Ogoni, em particular, a Nigéria foi suspensa por dois anos da C.B. Entre os condenados está o candidato Abiola;

1996(04.06): Kudiratu Abiola, mulher do auto-proclamado vencedor das eleições presidenciais de Junho de 1993, Moshood Abiola foi assassinada por desconhecidos quando se dirigia a um encontro com diplomatas ocidentais;

1997:

(17.11): Rumores de eventuais instabilidades no seio do governo militar do general Sani Abacha, leva à demissão compulsiva dos ministros dos Trabalhos Públicos e Habitação e das Comunicações, os generais Abdulkarim Adisa e Tajudeen Olanrewaju, entre outros;

(21.12): Tentativa de golpe militar leva à prisão o número dois do regime militar nigeriano, general Oladipo Diya. Foram igualmente detidos os generais Abdulkarim Adisa e Tajudeen Olanrewaju, num total de onze eventuais responsáveis;

1998: As eleições legislativas, de 25 de Abril, são boicotadas pela maioria da oposição. O próprio partido da Abacha, que morre em Junho devido a colapso cardíaco, aconselha o adiamento das eleições. O general Abdulsalam Abubakar, Chefe do Estado Maior das F.A., é empossado Chefe de Estado, prestando juramento perante os membros do Conselho Provisório do Governo, a instância suprema do regime militar nigeriano. A morte de Abacha, nomeado pelos cinco partidos políticos legalizados para concorrer à presidência em Outubro próximo, fez perigar a manutenção da transição



para a democracia. Em Dezembro, realizaram-se eleições autárquicas que, com vantagem para os centristas do Partido Democrático Popular (PDP), dirigido por antigos opositores de Abacha, à frente da Aliança para a Democracia (AfD) e do Partido de Todos os Povos (APP);

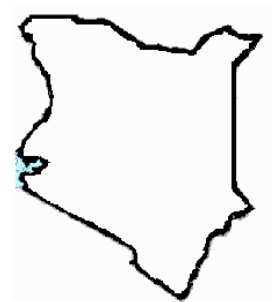
1999: Eleições legislativas a 20 de Fevereiro, e presidenciais a 27. Nas legislativas o *Popular Democratic Party* (PDP), liderado pelo ex-presidente general Olusegun Obasanjo, obteve o triunfo nas legislativas, conquistando 185 dos 380 lugares em disputa na Câmara dos Representantes, e elegeu 57 dos 109 Senadores. A *Aliance for Democracy* (AD) e o *All People Party* (APP), ocuparam os lugares imediatos. Nas presidenciais. O general na reserva Olusegun Obasanjo foi proclamado vencedor obtendo 62,78% dos votos expressos. O seu principal adversário, Olu Falae, que obteve 37,22%, considerou as eleições uma fraude enquanto os seus partidários afirmavam ter ocorrido um "Coup d'État". A 29 de Maio, Olusegun Obasanjo toma posse como presidente da Nigéria;

2000:

(10.01): Confrontos físicos entre forças policiais federais e população de origem Yaruba;

(08.06): M.N.E. é demitido e Governo é reduzido em 9 Ministérios. A nova ocupante das Relações Exteriores é a representante nigeriana na ONU;

PAÍS : Quénia  
CONTINENTE : África  
REGIÃO : Sub-Sariana  
DESIGNAÇÃO OFICIAL : República do Quénia



CAPITAL : Nairobi  
ÁREA : 582.646 Km²  
POPULAÇÃO : 31,5 milhões (1996)

SISTEMA POLÍTICO : República  
CHEFE DO ESTADO : Daniel arap Moi (1978)  
CHEFE DO GOVERNO : Presidencial  
M. N. ESTRANGEIROS : Robert Ouko

FORÇAS ARMADAS : 29.200 Efectivos  
GASTOS COM A DEFESA: USD 197 milhões (1,9% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1962  
HINO NACIONAL : Ee Mungu Nguvu Yetu (*Oh Deus de Toda a Criação*)

ETNIAS : Kikuyu, Luo, Kamba, Kissi e Embu  
RELIGIÃO : Animistas, Islâmicos e Cristãos  
IDIOMAS NACIONAIS : Suaíli, inglês, luo, kikuyo

MOEDA : Shilling  
PROD. NAC. BRUTO : USD 8.800 milhões (1997 estimado)  
RENDIMENTO P/CAPITA: USD 272 (1997 estimado)  
ÍND. DES. HUMANO : 136°. (0,519) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; ACP; BC; OCI; FMI  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: KANU, FORD-ASILI, FORD-KENYA, DP e Safina

## SINOPSE HISTÓRICA

1729(10.11): Os portugueses perdem, definitivamente, a cidade da Mombaça para os mouros;

1900-1918: Colonização branca no interior queniano;

1920(08.07): Com a anexação pelo Reino Unido, do protectorado da África Oriental, este passou a designar-se por Quénia;

1944: Jomo Kenyatta forma e preside a *União Africana do Quénia* (KAU);

1952-1956: Invocando o direito dos africanos às suas terras, verifica-se a revolta étnica dos kikyuos, reconhecida pela *revolta dos Mau-Mau*. Faz cerca de 13.000 vítimas mortais;

1953: Os britânicos desejando associar alguém à revolta dos Mau-Mau banem a KAU e detém Kenyatta, internando-o no Reino Unido;

1960: Fim da KAU e criação da KANU, *União Nacional Africana do Quénia*. Até à libertação de Kenyatta foi liderado por Tom Mboya e Oginga Odinga;

1963: *Independência do Quénia, fazendo, no entanto, parte da Comunidade Britânica. Jomo Kenyatta é o primeiro-ministro após a vitória do KANU nas eleições pré-independentistas;*

1964: Quénia abandona a protecção da BC, tornando-se numa República. Kenyatta é o primeiro presidente enquanto Odinga assume a vice-presidência;

1966: Odinga forma a União Popular do Quénia (KPU) a quem preside;

1969: Eleições gerais com a concorrência única da KANU, o partido oficial. A KPU é banida e o seu presidente detido. O país adopta, embora não oficialmente, o unipartidarismo;

1978(Ago): Morre Jomo Kenyatta e sucede-lhe Daniel arap Moi;

1979: Arap Moi é confirmado no cargo de presidente;

1982: KANU, União Nacional Africana do Quénia, torna-se, oficialmente, na única força política do país e como consequência, em Agosto registam-se fortes distúrbios sócio-políticos no país;

1983: Daniel arap Moi é releito Chefe de Estado. A abstenção ultrapassou os 50%;

1986: Alteração constitucional. O sistema de votação deixa de ser por voto secreto e é adoptado a votação aberta. A oposição contesta nomeadamente, o aumento dos poderes de arap Moi;

1990(Jul): Fortes distúrbios transformam-se em motins sangrentos. Tudo teve origem nos assassinatos do MNE, Robert Ouko, e do arcebispo anglicano;

1991: Deserções no partido do poder. O vice-presidente, Oginga Odinga, passa a liderar um partido oposicionista, o *Fórum para a Reconstrução e*

*Democracia* (FORD). Embora reticente, Moi aceita adoptar o multipartidarismo;

1992: A FORD é cindida em FORD-Asili e FORD-Quénia, lideradas respectivamente, por Kenneth Matiba e por Odinga. Eleições gerais e presidenciais a 29 de Dezembro. Arap Moi e o partido governamental KANU, são os principais candidatos, no entanto, devido a irregularidades detectadas durante a contagem de votos, e quando o KANU ia à frente na contagem, a mesma foi suspensa. Todavia, no início de Janeiro de 1993, a Comissão eleitoral declarou Daniel arap Moi vencedor das eleições presidenciais quenianas com 1,930 milhões de votos, face a 1,402 milhões do seu principal opositor Kenneth Matiba, do Ford-Asili, e 1,012 milhões de Mwai Kibaki, do DP. Nas legislativas, o KANU, obteve 93 dos 188 lugares em disputa, a que se junta as 12 personalidades designadas pelo presidente Moi. Os restantes lugares foram divididos em 30 para o FORD-Asili, 29 para o FORD-Quénia e 22 para o PD. Mais três outras formações políticas entraram para o parlamento e a 22 de Março, arap Moi abriu o primeiro Parlamento multi-partidário da história queniana;

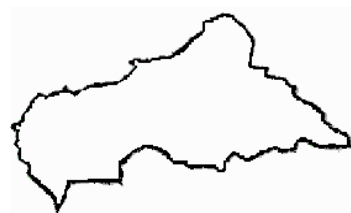
1997:

(Jul): Arap Moi, apesar das manifestações universitárias que exigem mais liberdade política mantém a sua determinação em não abrir mão do poder;

(26.11): O governo queniano decide legalizar o Partido Safina, liderado pelo antropólogo queniano branco Richard Leakey. Esta legalização permitirá a Leakey candidatar-se à presidência queniana. É considerado o principal opositor de arap Moi para as eleições legislativas e presidenciais de Dezembro. Apesar disso, arap Moi é reeleito para um quinto mandato, vencendo 8 das 15 províncias eleitorais. Por sua vez, o partido governamental KANU perdeu, pela primeira vez desde que é poder, a maioria absoluta;

1999(23.07): Arap Moi anuncia autêntica revolução governamental. Chama para chefiar o governo o seu principal opositor político e antigo director das reservas animais, Richard Leakey;

PAÍS : Rep. Centro-Africana  
CONTINENTE : África  
REGIÃO : Sub-Sariana  
DESIGNAÇÃO OFICIAL : República Centro-Africana



CAPITAL : Bangui

ÁREA : 622.984 Km<sup>2</sup>

POPULAÇÃO : 3,5 milhões (1997)

SISTEMA POLÍTICO : Semi-Presidencial

CHEFE DO ESTADO : Ange-Félix Patasse (1993)

CHEFE DO GOVERNO : Anicet-Georges Dologuélé (1999)

M. N. ESTRANGEIROS : n/d

FORÇAS ARMADAS : 4.950 Efectivos (acresce 1.300 franceses)

GASTOS COM A DEFESA: USD 92 milhões (3,8% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1960

HINO NACIONAL : La Renaissance

ETNIAS : Gbaya, Banda, Bayamandja, Mandjia, Songo e Yande  
RELIGIÃO : Animistas, Islâmicos e Cristãos  
IDIOMAS NACIONAIS : Francês, sango, banda, gbaya

MOEDA : Franco CFA  
PROD. NAC. BRUTO : USD 1.191 milhões (1997)  
RENDIMENTO P/CAPITA: USD 320 (1997)  
ÍND. DES. HUMANO : 165°. (0,378) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; ACP; BEAC; CEEAC, FMI  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: MPLC, PLD, UPR, RDC, ADP, MDD, FPP, PUN, FODEM

### SINOPSE HISTÓRICA

1910: O território de Ubangi-Shari é integrado na África Equatorial Francesa, juntamente com o Chade e Congo;

1946: A cidadania francesa é estendida ao Ubangi-Shari e o Parlamento francês recebe representantes centro-africanos;

1958: Após Referendum o território decide tornar-se uma República autónoma dentro da Comunidade francesa, sendo proclamada como República Centro Africana e seu primeiro presidente Barthélémy Boganda;

1959: Boganda morre de acidente de aviação, sendo o novo presidente David Dacko, seu primo;

1960: A República torna-se totalmente independente e Dacko dissolve todos os partidos existentes;

1964: David Dacko reconhece a R.P. China;

1965: Jean Bedel-Bokassa, ex-sargento do exército francês e o então Chefe de Estado Maior do exército centro-africano com o posto de coronel, derruba Dacko e expulsa toda a missão comunista chinesa. Passa a presidir a um Conselho Revolucionário;

1969: Bokassa corta relações com o Zaire, devido a acusações congolezas de que o primeiro tinha mandado assassinar inúmeras pessoas, entre elas imensos congolezes;

1972: Um Congresso do Partido único do país, o MESAN, declara Bokassa presidente vitalício;

1973: República Centro-Africana corta relações com Israel;

1974: Nacionalização em massa de empresas estrangeiras;

1975: Uma senhora, Elizabeth Domitien é empossada como Primeiro-Ministro e a República Centro-Africana assina a convenção de Lomé;

1976: Após visita à Líbia, Bokassa adere ao Islão e adota o nome de Salah al-Din Ahmad, "O defensor da fé". Porém, em Dezembro, no seguimento do congresso da MESAN, uma nova Constituição transforma a República, no Império Centro-Africano e o Chefe de Estado adota o nome de Imperador Bokassa I, ao mesmo tempo que renuncia à fé islâmica e ao nome islamizado;

1979(20.09): Imperador Bokassa I, é deposto e o antigo presidente David Dacko assume o poder e proclama a República;

1981: *Coupe d'État* liderada pelo general Kolingba destitui Dacko;

1993: A segunda volta das eleições presidenciais entre Ange-Felix Parasse e Abel Goumba, realizadas em 19 de Set. dão vitória ao primeiro, com 52%, de acordo com o presidente do Supremo Tribunal do país;

1996: Abril e Maio registam motins militar que são debelado por militares fiéis ao governo com o apoio duma parte dos 1300 militares franceses estacionados no país ao abrigo do Tratado de Defesa mútuo. A 28 de Maio, os líderes amotinados, o ajudante Isidore Dokolo e o sargento Cyriaque Souké assinaram um acordo técnico com o comandante *gendarme* francês, general Bernard Thorette, para regressarem aos quartéis, beneficiando de perdão presidencial. Na mesma altura, o presidente Patassé decide iniciar contactos com vista à formação de um governo de unidade nacional;

PAÍS	: Ruanda		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Ruanda		
CAPITAL	: Kigali		
ÁREA	: 26.338 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 7,95 milhões	(1997 estimado)	
SISTEMA POLÍTICO	: República		
CHEFE DO ESTADO	: gen. Paul Kagamé	(FPR)	(interino)
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial		
M. N. ESTRANGEIROS	: Jean-Marie Vianney Ndagijimana		
FORÇAS ARMADAS	: 47.000 efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 112,3 milhões	(5,9% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1962		
HINO NACIONAL	: Rwanda rwaar	(Nossa Ruanda)	
ETNIAS	: Hutu, Tutsi-watusi (15%) e Twa		
RELIGIÃO	: Animistas, Cristãos (Católicos 20% e outros)		
IDIOMAS NACIONAIS	: Kinyarwanda, francês, kisuaíli, etc.		
MOEDA	: Franco ruandês		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 1.500 milhões	(1997)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 213	(1997)	
ÍND. DES. HUMANO	: 164°. (0,379)	(1997)	
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP; FMI		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: MDNR, MRNpDD e PL		

### SINOPSE HISTÓRICA

1959: Hutus, derrubam monarquia Tutsi, a etnia minoritária, ao contrário dos primeiros, que são majoritários e banto;

1962: *Independência do Ruanda*. Os hutu assumem o poder. Os tutsi, minoritários e desde sempre os cérebros da Nação, iniciam uma revolta. Por sua vez a maioria hutu provoca inúmeros massacres entre os tutsi levando estes procurarem refúgios nos países vizinhos;

1973: Tomada do poder por Habyarimana;

1990 (Outubro): A *Frente Patriótica do Ruanda* (FPR), próxima do povo tutsi, e o Governo, maioritariamente hutu, iniciam uma luta fratricida;

1991 (Agosto): A FPR e forças governamentais lutam entre si pela posse do Parque Nacional de Virunfa, perto da fronteira Ugandesa;

1992 (12.07): O MNE ruandês anunciou a assinatura de um cessar-fogo, entre o governo de transição de Habyarimana e a minoria tutsi da FPR, com quem mantinha uma guerra tribal. É o fim da guerra após uma crise de 21 meses, com um saldo profundamente negativo de 100 mil vítimas. Ainda segundo o ministro, estão abertas as portas para um futuro governo nacional saído de eleições multipartidárias. O acordo foi assinado em Arusha, Tanzânia, e prevê ter a observação de militares nigerianos, senegaleses e zimbabueanos;

1993: Em Abril é nomeado um novo p.m. para a transição para o pluripartidarismo. O novo p.m., Dismas Nsengiyaremye, é membro do *Movimento Democrático e Republicano* (MDR), partido da oposição. A 17 de Julho, uma senhora, Agathe Uwilingiyimana, é designada para o cargo de p.m., em substituição de D. Nsengiyaremye. Tal como este é membro do MDR, e foi até esta data ministra do Ensino;

1994:

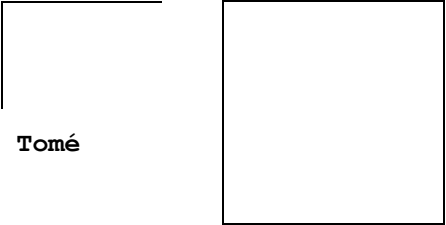
(07.04): Os presidentes ruandês Habyarimana e do Burundi, são mortos durante a madrugada, num atentado aéreo verificado quando o avião que os transportava, proveniente da Tanzânia onde se deslocaram para uma cimeira regional sobre os problemas étnicos, se fazia à pista em Kigali. Mais tarde a p.m. Agathe Uwilingiyama, 17 sacerdotes e onze militares belgas pertencentes à NAMIR são assassinados. Segundo se pensa é o reinício da guerra civil no Estado ruandês que opõe a FPR da minoria tutsi aos hutu;

(Maio): O Governo interino assinou um documento para o cessar-fogo no país. Embora não o subscrevendo os tutsi da FPR, já anunciaram aos negociadores tanzanianos de que o vão acatar. O Conselho de Segurança das N.U. decidiram enviar forças de interposição para o Ruanda. Em Junho inicia-se a "*Operação Turquesa*". Tropas francesas recebem acordo do Conselho de Segurança das N.U. para intervir humanitariamente no país. Em Julho, a FPR retoma a guerra e conquista a cidade de Kigali. É o fim da guerra no Ruanda; Os EUA reconhecem o governo de unidade nacional ruandês que agrupa o FPR do presidente Pasteur Bizimungu, um hutu, e o p.m. Faustin Twagiramungu, do MDR, oferecendo cerca de 300 milhões de US dólares de ajuda ao país. O MNE é o ex-embaixador ruandês em Lisboa, Jean-Marie Vianney Ndagijimana;

1995 (21.04) Militares ruandeses, na maioria tutsi, cercam e dizimam milhares de hutus refugiados num campo de refugiados;

1998: (25.03): Presidente norte-americano, Bill Clinton, efectua uma curta visita ao país, um dia depois de 22 pessoas terem sido, publicamente, executadas sob acusação de participação no genocídio de 1994;

2000: Em Fevereiro, Pierre Celestin Rwigema apresentou a demissão do seu Governo e a 23 de Março, o presidente Bizimungu apresenta a sua demissão. O vice-presidente, o tutsi general Paul Kagamé, tomou, interinamente, posse da presidência;

PAÍS	: São Tomé e Príncipe	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: PALOP	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Democrática de São Tomé e Príncipe	
CAPITAL	: São Tomé (45.700 hab.)	
ÁREA	: 964 Km²	
POPULAÇÃO	: 133.000 habitantes	
SISTEMA POLÍTICO	: República Semi-Presidencial	
CHEFE DO ESTADO	: Miguel Trovoada (1996)	
CHEFE DO GOVERNO	: Guilherme Posser da Costa (MLSTP) (1999)	
M.N. ESTRANGEIROS	: Paulo Jorge do Espírito Santo (1999)	
FORÇAS ARMADAS	: aproximadamente 2.000 Efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 1 milhões (1,5% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1975	
HINO NACIONAL	: Independência Total	
ETNIAS	: Tongas, Crioulos, Angolares e Muncós	
RELIGIÃO	: 80% Católica	
IDIOMAS NACIONAIS	: Português, Crioulo (Lungwa san tome e Lugwa iyé)	
MOEDA	: Dobra	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 31 milhões (1997)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 326 (1997)	
ÍND. DES. HUMANO	: 123°. (0,609) (1997)	
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; CEEAC; ACP; CPLP	
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: MLSTP/PSD, PCD/GR, ADI, FDC, PD/Codo e AP	

### SINOPSE HISTÓRICA

1470: Descobrimento da ilha de São Tomé;

1471(17.01): Descobre-se a ilha de Santo Antão, depois ilha do Príncipe, por Loão de Santarém e Pedro Escobar;

1474: São descobertas as ilhas de Anno Bom e de Formosa, (depois, Fernando Pó, actualmente Ilha de Biyogo), hoje pertencentes Guiné Equatorial, devido ao *Tratado de Santo Ildefonso* que as entregou à Espanha em 1778;

1485: Escravos, judeus e deportados, colonizam a ilha de São Tomé;

1522: São Tomé torna-se província ultramarina;

1822: É introduzido nas ilhas a plantação do Cacau;

1909: Retrocesso na economia devido ao boicote anglo-germânico à importação do cacau;

1953(Fev.): Revolta indígena, reconhecida pelo "massacre de Batepá" é violentamente reprimida pelas autoridades coloniais;

1960: É fundado o *Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe* (CLSTP) com sede na Guiné Equatorial;, que em 1963 convoca uma Greve Geral por 24 horas;

1966: Líderes nacionalistas são presos e acusados de fomentarem um movimentos emancipalista;

1972: O CLSTP, transforma-se no *Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe* (MLSTP) com sede em Libreville, Gabão;

1974: (26.11): Assinatura em Argel do acordo entre Portugal e o MLSTP para o *Referendum* sobre a independência;

1975: *Referendum* decide-se pela independência e pelo MLSTP, como partido único. A 12 de Julho, dá-se a Independência de São Tomé e Príncipe. Como presidente é empossado Manuel Pinto da Costa e como p.m. o economista Leonel Mário d'Alva. Neste mesmo ano, é assinado um acordo de cooperação com a China e Coreia do Norte e admissão na ONU;

1991(03.04): Toma posse como primeiro Chefe de Estado eleito democraticamente, Miguel Trovoada, substituindo o então Presidente do MLSTP, Manuel Pinto da Costa.

1992: A 20 de Janeiro, realizam-se as primeiras eleições gerais do País que dão vitória e maioria absoluta ao *Partido da Convergência Democrática / Grupo de Reflexão* (PCD). Em Abri, o p.m. Daniel Daio é demitido por Miguel Trovoada, na sequência das manifestações anti-governamentais verificadas em São Tomé. O PCD apresentou Norberto Costa Alegre para o cargo de p.m. O novo governo liderado por Norberto Costa Alegre é empossado, a 13 de Maio, e Albertino Bragança, é o novo MNE, por escusa da anterior detentora da pasta, Alda Bandeira. A 6 de Maio, o Papa João Paulo II visita São Tomé e a 6 de Dezembro, regista-se a vitória do MLSTP/PSD nas autárquicas, com mais de 70% dos votos;

1993(20.05): Parlamento regeita moção de censura apresentada pelo MLSTP/PSD, devido ao abandono daquele, pela oposição, momentos antes da votação;

1994: Julho: a 2, o governo de Norberto Alegre foi demitido pelo presidente Trovoada e a 8, é empossado o novo governo santomense, liderado pelo ex-Ministro da Defesa, Evaristo Carvalho. É o primeiro governo de iniciativa presidencial em São Tomé. O demitido e ex-p.m., Norberto Alegre, anunciou que não aceitava a demissão por ser, segundo a Constituição, da exclusiva responsabilidade do Parlamento determinar quem deve ser p.m., face ao partido mais votado. Esta tomada de posição levou Trovoada a dissolver a Assembleia Nacional, a 10. A 2 de Outubro realizam-se eleições legislativas com a vitória ao MLSTP/PSD que ganha 25 dos 55 assentos do Parlamento. O PCD/GR obteve 15, a ADI 14 e o *Partido Democrático de STP* (PDSTP) 1 deputados;



1995: A 15 de Agosto, crise castrense. Militares de baixa patente, liderados pelo subtenente Almeida, levam a efeito um golpe militar contra o poder instituído. Trovoada é detido e o p.m. Carlos Graça colocado sob detenção domiciliária. Os EUA, Gabão e Portugal criticam o golpe e exigem a reposição democrática. O presidente português ofereceu asilo político a Trovoada caso este o desejasse. No entanto, a 18 o presidente é libertado pelos militares que não desejam o poder, mas não querem na presidência. Entretanto, Angola começa a liderar a tentativa de reconciliação entre militares e o poder civil. Por sua vez Pinto da Costa parece estar do lado dos militares que propuseram Fortunato Pires, presidente da Assembleia Nacional, para a presidência interina que não aceitou. A 22, e ao fim de dezoito horas de conversações mediadas pelo MNE angolano Venâncio de Moura, os militares e o poder civil chegam a acordo para o fim do Golpe. Os militares são amnistiados, o poder devolvido aos civis e as instituições constitucionais repostas. Concessão de autonomia à ilha do Príncipe;

1996:

(05.01): Empossado o governo de Armindo Vaz d'Almeida, chefiando uma coligação de três partidos, o MLSTP com 11 ministros (entre eles o MNE, na pessoa de Pósser da Costa), a ADI, com 4 pastas, e o PD (ex-Codo), com uma pasta;

(30.06): Eleições presidenciais em São Tomé. O presidente Miguel Trovoada, e Pinto da Costa, tiveram que ir a uma segunda volta. Pelo caminho ficaram Alda Bandeira, o ex-p.m. Carlos Graça e o jornalista Armindo Tomba. Na segunda volta, vitória de Trovoada;

1998:

(25.03): Fórum de Reconciliação Nacional;

(08.11): Eleições legislativas. O ex-presidente Pinto da Costa e o MLSTP/PSD, que obteve a maioria absoluta, são os grandes vencedores;

1999: A 5 de Janeiro, Guilherme Posser da Costa é empossado Primeiro Ministro do país. Alberto Paulino é o MNE e das Comunidades, que é substituído a 16 e Julho pelo ex-ministro da Justiça, Paulo Jorge do Espírito Santo. A 12 de Abril, verifica-se a visita oficial do p.m. português, António Guterres;

2000(28.08): Os presidentes de São Tomé e Príncipe e a Nigéria acordaram a exploração conjunta do petróleo extraído das zonas comuns onde ainda não está definida a linha de fronteira entre os dois estados;

PAÍS	: Senegal		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Senegal		
CAPITAL	: Daccar		
ÁREA	: 196.722 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 8,57 milhões	(1996)	
SISTEMA POLÍTICO	: República Presidencialista		
CHEFE DO ESTADO	: Abdoulaye Wade	(2000)	
CHEFE DO GOVERNO	: Mamadou Laminé Loum	(1998)	

M.N. ESTRANGEIROS : n/d

FORÇAS ARMADAS : 18.100 efectivos

GASTOS COM A DEFESA: USD 68,5 milhões (1,52% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1960

HINO NACIONAL : Hino nacional senegalês

ETNIAS : Uolof (36%), Fulani (17%), Serer (17%) e Diola

RELIGIÃO : Islamismo (91%), cristãos (6%) e animistas (3%)

IDIOMAS NACIONAIS : Francês, wlof, fula, diola, malinke, soninke e árabe

MOEDA : Franco CFA

PROD. NAC. BRUTO : USD 4.950 milhões (1998)

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 610 (1998)

ÍND. DES. HUMANO : 153°. (0,426) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; FMI; OCI; UEMOA; CEEAO;

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: PSS,PDS,PIT,LD/MpPT e MDP

### SINOPSE HISTÓRICA

1885: Território formado ao longo do rio Gâmbia separa-se do Senegal e forma um enclave britânico;

1960: Independência do Senegal. Leopold S. Senghor é empossado primeiro presidente do país;

1966: Senegal adota o unipartidarismo;

1976: Entra em vigor a nova Constituição que consagra o pluralismo político. Todavia, só três forças políticas são legalizadas;

1978: Eleições legislativas e presidenciais. Senghor é reeleito presidente;

1981: O multipartidarismo é relamente instaurado. Senghor abdica da presidência e faz eleger um antigo adversário e agora o seu delfim, Abdou Diouf;

1982: Senegal e Gâmbia confederam-se na Senegâmbia;

1983: Abdou Diouf é eleito nas primeiras presidenciais da era pós-Senghor;

1988: Eleições presidenciais e legislativas reafirmam Diouf na presidência e dão vitória ao Partido Socialista (PSS);

1991: Senegal envia forças militares para apoiar a operação Tempestade no Deserto, no Iraque;

1992:

(29.06): Início em Daccar da Conferência anual da OUA, sob a presidência do Senegal e a apresentação da proposta de Diouf de alteração da sede daquele organismo para Dakar;

(01.09): Violentos confrontos entre os separatistas do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) e o exército senegalês, na aldeia de Ziguinchor, junto da fronteira da Guiné-Bissau;

1993: A 13 de Março, Abdou Diouf é empossado para um terceiro mandato após vitória nas legislativas com 58,4% dos votos, contra os 32,03% do seu principal rival, Abdoulaye Wade. Também o PSS volta a dominar o Parlamento senegalês. De Fevereiro a 17 de Março, e de acordo com as autoridades senegalesas, teriam sido mortos 80 separatistas casamansenses, da MFDC. Por esse facto, a 19, 34 Associações desportivas e culturais senegalesas de Casamança decidem promover uma marcha para a paz na região;

1995: Senegal e Guiné-Bissau decidem acordar entre si a questão fronteiriça de Casamansa rica em petróleo;

1998:

(08.01): Durante uma operação fronteiriça do exército da Guiné-Bissau, rebeldes das MFDC são abatidos. De acordo com autoridades guineenses, o exército limitou-se a defender a integridade fronteiriça, visando dessa forma impedir que forças casamansenses provocassem problemas fronteiriços entre Daccar e Bissau;

(24.05): Eleições legislativas, entretanto denunciadas pela oposição de fraudulentas, são ganhas pelo partido socialista no poder que obtém 93 dos 140 assentos do parlamento;

(26.06): Os media senegaleses questionam da necessidade da "Operação Gabú" levada a efeito pelos militares senegaleses, comandados pelo coronel Abdoulaye Fall, na Guiné-Bissau. Segundo os senegaleses, as Forças Armadas Guineenses aderiram aos revoltosos da Junta Militar. Alguns analistas senegaleses temem que este conflito em Bissau se torne na *Dien Bien Phu* senegalesa;

(03.07): Embora não tenha sido justificado, o p.m. Habib Thiam apresentou a sua demissão sendo, de imediato, substituído pelo ex-titular da pasta da Economia e Finanças, Mamadou Laminé Loum;

2000:

(27.02): Eleições presidenciais no Senegal. Pela primeira vez na história senegalesa haverá uma segunda volta a que passam Abdou Diouf e Abdoulaye Wade, do Partido Democrático;

(Agosto): Acordo petrolífero com a Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo crise na fronteira com o território casamancense devido a eventuais apios dos guineenses aos separatistas e aos roubos de gado;

PAÍS	: Serra Leoa	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Sub-Sariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Serra Leoa	
CAPITAL	: Freetown	
ÁREA	: 71.620 Km <sup>2</sup>	
POPULAÇÃO	: 4,5 milhões	(1997 estimado)
SISTEMA POLÍTICO	: República	
CHEFE DO ESTADO	: Ahmad Tejan Kabbah	
CHEFE DO GOVERNO	: Militar (CGNP)	
M. N. ESTRANGEIROS	: Ahmed Dumbuya	
FORÇAS ARMADAS	: 200 Marinheiros e cerca de 4.000 para-militares	

GASTOS COM A DEFESA: USD 46 milhões (2% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1960  
HINO NACIONAL : High We Exalt Thee, Realm of the Free

ETNIAS : Lokko, Fulani, Kono, Krio e Susu  
RELIGIÃO : Animistas, Islâmicos (35%) e Cristãos  
IDIOMAS NACIONAIS : Inglês, mende, temne, krio

MOEDA : Leone  
PROD. NAC. BRUTO : USD 698 milhões (1997)  
RENDIMENTO P/CAPITA: USD 150 (1997)  
ÍND. DES. HUMANO : 174°. (0,254) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; ACP  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: APC, SLPP, PDP, PCD e PUN

### SINOPSE HISTÓRICA

1788(22.08): A Inglaterra funda na Serra Leoa um asilo para escravos, que chamou de Freetown;

1808: Serra Leoa torna-se colônia britânica;

1896: O interior da Serra Leoa é anexado à colônia de Freetown;

1927(22.09): É abolida a escravidão no País;

1960: *Independência da Serra Leoa;*

1978: República monopartidária, sob a liderança de Siaka Stevens;

1985: *Coup d'État* derruba o presidente Stevens. É substituído pelo comandante do exército Joseph Momoh;

1992: Golpe militar contra Momoh, que se refugia na Guiné-Konakri. É nomeada uma junta militar liderada pelo tenente-coronel Yaya Kanu. Mais tarde, um recém-formado Conselho de Governo Nacional Provisório (NPRC), liderado pelo capitão Valentine Strasser, promete eleições livres e democráticas, para curto prazo, o que é posto em dúvida pela maioria dos analistas;

1996:

(17.01): Golpe de Estado palaciano derruba capitão Strasser que é forçado a se exilar em Conakri. O novo presidente é Julius Maada Bio;

(17.03): Ahmad Tejan Kabbah, do Partido Popular da Serra Leoa (SLPP), venceu as eleições presidenciais com 59,49% contra os 40,51% de John Karefa-Smart, da União Nacional Popular (PNU). O presidente eleito é um muçulmano, embora, originariamente, tenha tido educação cristã;

1997(25.05): Motim militar liderado pelo cabo Gborie, põe fim ao primeiro governo democrático do país. Um Conselho Revolucionário das Forças Armadas (AFRC), liderado pelo major Johnny Paul Korona, assume o poder no país. A UE suspende relações;

1998: Forças da ECOMOG, lideradas por um general nigeriano, retomam Freetown aos militares revoltosos. Recolocado no poder o deposto presidente Kabbah, acabando com dez meses de ditadura militar da AFRC. A UE reata relações económicas e petrolíferas com a Serra Leoa;

1999: Violentos confrontos entre forças da ECOMOG e rebeldes serra-leoneses da RUF, liderados por Foday Sankoh, provoca centenas de mortos;

2000: Em Janeiro, dando seguimento ao acordado em Julho de 1999, a RUF libertou 227 crianças que combatiam nas suas fileiras. São as primeiras de muitas crianças-soldados que combateram na guerra-civil serra-leonesa. Em Maio, Sankoh, o líder da RUF, é preso quando tentava fugir do seu refúgio em Freetown; Entretanto, alguns dos 500 militares das NU raptados pelos rebeldes têm sido progressivamente libertados, na fronteira com a Libéria, o que tem sido capitalizado pelo líder liberiano Charles Taylor;

PAÍS	: Seycheles		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República das Seychelles		
CAPITAL	: Port Vitoria (aprox. 20.000 hab.)		
ÁREA	: 454 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 76.417 habitantes	(1996)	
SISTEMA POLÍTICO	: República Presidencialista		
CHEFE DO ESTADO	: France-Albert René	(1993)	
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial		
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d		
FORÇAS ARMADAS	: 450 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 13 milhões	(2,8% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1976		
HINO NACIONAL	: Seychellois, Both Stanch and True		
ETNIAS	: Crioulos, Chineses, Europeus e Indianos		
RELIGIÃO	: Católica		
IDIOMAS NACIONAIS	: Crioulo, Inglês e Francês		
MOEDA	: Rupia das Seychelles		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 453 milhões	(1997)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 6.210	(1997)	
ÍND. DES. HUMANO	: 66°. (0,755)	(1997)	
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; ACP; FMI, BC		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: FPPS, DP e OU (MR e FPAS)		

#### SINOPSE HISTÓRICA

1756: As ilhas são reclamadas pela França;

1815: Na sequência das rivalidades franco-britânicas, os ingleses tomam posse do arquipélago;

1952: Surgem dois partidos políticos; um pró-independentista, liderado por France Albert-René, outro pró-britânico chefiado pelo James Mancham;

1965: As ilhas de Desroche, Aldabra e Farquhar são arrendadas aos EUA até ao ano de 1976, quando deverão ser devolvidas à futura República;

1976(29.06): *Independência das Ilhas Seychelles. Mancham toma posse como presidente, enquanto René assume o cargo de p.m. O país adopta o nome de República das Seychelles;*

1977(05.06): *Coup d' État liderado por France-Albert René;*

1979(26.06): René é eleito presidente. A República socializa-se e torna-se monopartidária;

1992(27.07): As primeiras eleições multipartidárias em 16 anos dão a vitória ao partido FPPS do actual presidente René. O partido obteve 58,4% dos 45.000 votos, derrotando os outros 7 partidos;

1993(Jul): Eleições presidenciais e legislativas. René é reeleito para mais um mandato presidencial. Por sua vez a Assembleia Nacional passou a ter a seguinte configuração: *Front Progressiste du Peuple Seychellois (SPPF)*, 27 deputados, *Parti Democratique (DP)* com 5 assentos e *Opposition Unie (OU)* com 1 lugar conquistado;

PAÍS	: Somália		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República da Somália		
CAPITAL	: Mogadiscio		
ÁREA	: 637.657 Km²		
POPULAÇÃO	: 7,11 milhões		
SISTEMA	: Presidencialista		
CHEFE DO ESTADO	: Abdulkassim Salat Hassan (2000)		
CHEFE DO GOVERNO	: Nenhum governo está reconhecido internacionalmente		
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d		
FORÇAS ARMADAS	: Várias facções para-militares		
GASTOS COM A DEFESA:	não contabilizável		
INDEPENDÊNCIA	: 1961		
HINO NACIONAL	: Hino nacional somali		
ETNIAS	: Isaq, Dir, Dicil e Árabes		
RELIGIÃO	: Islâmicos (Sunita) e Cristãos		
IDIOMAS NACIONAIS	: Somali, árabe, inglês e italiano		
MOEDA	: Shilling somali		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 835 milhões (1997)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 100 (1997)		
ÍND. DES. HUMANO	: n/d (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; LEA, OCI		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: USC/NSA,MNS,SPM e SSDF		

## SINOPSE HISTÓRICA

1900-04: Campanha anglo-somaliana. Ingleses são derrotados pelas forças revolucionárias de Muhammad bin Abdullah Hassan;

1920: Utilizando a aviação - facto que se regista pela primeira vez em África - os ingleses conseguem submeter os somalis;

1925(19.10): Itália completa anexação da Somália;

1940: A 6 de Agosto, a Itália invade a Somalilândia, parte inglesa da Somália, que integra, oficialmente, na Somália e 19. É o início da guerra em África;

1960: *As partes inglesa e italiana fundem-se na independente República da Somália;*

1969(21.10): Mohamed Siad Barre ascende ao poder, à frente de um grupo de militares revoltosos;

1991(27.01): Siad Barre é deposto após prolongada guerra-civil. Um Governo provisório chefiado pelo Congresso da Somália Unificada (USC) tomou o poder. No entanto, outras organizações como a Movimento Patriótico Somali (SPM) e a Frente Democrática Salvação da Somália (SSDF) não reconhecem este Governo pelo que, tecnicamente a Somália está sem Governo definido, enquanto o destituído presidente encontra-se no sudoeste na expectativa;

1992:

(21.07): Os observadores das N.U. foram aceites e autorizados a entrarem no país, pelas forças em disputa;

(09.12): Tropas americano-francesas entram na Somália com o fim de permitir a livre e segura passagem da ajuda humanitária internacional ao país. A operação chama-se "*Restaurar a Esperança*";

(28.12): Os "*Senhores da Guerra*", o presidente interino Mohamed Ali Mahid, do CSU, e o general revoltoso Mohamed Farah Aydid, decidiram suspender a guerra após mediação do xeque Charif Cheikh Muhiddine, sob supervisão da embaixada americana;

1993:

(04.01): Sob os auspícios do Secretário Geral das N.U., reúnem-se em Adis Abeba, Etiópia, 14 facções somalis político-militares, que resulta em confrontos armados entre partidários do general Aydid e '*capacetes azuis*' paquistaneses e forças aéreas americanas;

(04.10): Tropas da ONU, nomadamente, americanos são abatidos em território do general Aydid. Os EUA decidiram enviar mais reforços para a Somália;

1995: Em junho, a Comissão Central do clã somali, *Habre Gedir*, afasta Aydid da chefia do Congresso da Somália Unificada / Aliança Unificada Somali (USC) e elege para o seu lugar o antigo tesoureiro e financiador Osman Hassan Ali Atto. A 15 do mesmo mês, uma "*Conferência Nacional*" realizada a sul de Mogadíscio, junta 15 facções somalis e elege, por unanimidade, Mohamed Farah Aydid, para a presidência da Somália unificada, por três anos, renovados por outros tantos caso não seja possível eleições gerais. De acordo com o presidente da Conferência, Mohamed Kanyare Afrah, vão ser, ainda, criadas 5 vice-presidências para os principais clãs. É a substituição formal do eleito presidente pós-Barre, Ali Mahdi Mohamed, do clã *Abgal*, cargo que nunca conseguiu, de facto, exercer;

1996: Assassínio do auto-proclamado presidente general Mohamed Farah Aydid;

1997: Novo acordo entre as diferentes facções;

2000(27.08): Enquanto na região de Arta, Abdulkassim Salat Hassan presta juramento como o primeiro presidente eleito pelo novo Parlamento saído da Conferência de Reconciliação, no resto do país registam-se confrontos físicos entre milícias dos sub-clãs Hawadle e Galjel, ambos pertencentes ao clã Hawiye;

PAÍS	: Sudão		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Democrática do Sudão		
CAPITAL	: Kartun		
ÁREA	: 2.505.813 Km²		
POPULAÇÃO	: 27,9 milhões (1997 estimado)		
SISTEMA POLÍTICO	: Federação Islâmica de Estados		
CHEFE DO ESTADO	: general Omar Hassan el-Bashir		
CHEFE DO GOVERNO	: Ditadura Militar Islamizada		
M. N. ESTRANGEIROS	: Mustapha Osmane Ismail		
FORÇAS ARMADAS	: 109.700 Efectivos regulares e 130.000 do ELPS		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 550 milhões (3,79% do PNB)		
INDEPENDÊNCIA	: 1956		
HINO NACIONAL	: Nahnu Djundullah Djundulwatan (Somos os exército de Deus e da Nossa Pátria)		
ETNIAS	: Núbios, Árabes (rigazat e dinka), Nilotas		
RELIGIÃO	: Islâmicos (Sunitas), Animistas e Cristãos		
IDIOMAS NACIONAIS	: Árabe, inglês e diferentes idiomas regionais		
MOEDA	: Libra sudanesa		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 10.107 milhões (1997)		
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 400 (1997)		
ÍND. DES. HUMANO	: 142°. (0,475) (1997)		
ORGANIZAÇÕES	: OUA; ONU; LEA; OCI; FMI		
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos: suspensos		

### SINOPSE HISTÓRICA

Egipto coloniza a Núbia;

Séc. VI: Núbia converte-se ao cristianismo copta;

Séc. XIV: Conversão ao islamismo;



1881/5: Revolta sudanesa contra os egípcios, liderada por Mahdi, um fanático muçulmano. Grande parte do Sudão é conquistada pelos mahdinos;

1899: Exército anglo-egípcio derrota os mahdinos e o Sudão é proclamado um condomínio anglo-egípcio, sendo o governador indicado pelo Egito sob concordância britânica;

1936: Um Tratado anglo-egípcio confirma estatuto do Sudão;

1948: *Primeiras eleições legislativas no Sudão dão uma clara vitória ao partido independentista da Frente da Independência, sobre os integristas da Frente Nacional que favorece a união com o Egito;*

1956(01.01): *Independência do Sudão;*

1958: Golpe militar liderado pelo general Ibrahim Abud, que dissolve o Parlamento e anula a Constituição;

1934: Contestação ao regime de Abud, leva à renúncia deste e à posse de um executivo civil;

1935: Eleita nova Assembleia Constituinte. Mohammed Ahmed Magub é empossado como p.m. de um governo de coligação. O sul, majoritariamente negro e animista ou cristão, regeita o poder de Kartun e revoltam-se contra o governo, sob a bandeira do *Movimento de Libertação do Sudão Meridional (MLSM)*;

1968: Eleições para a Assembleia Nacional. É eleito um Conselho Supremo sob a presidência de Ismail al-Azari;

1969(25.05): Golpe militar em Kartun, chefiado pelo major-general Jaafar Mohammed Nimeiry, derruba o Conselho Supremo, anula a Constituição e estabelece um Conselho Revolucionário;

1971: Golpe militar pró-comunista contra Nimeiri, é abortado quase de imediato;

1972: Governo islâmico e o MLSM assinam acordo. O estado de emergência é anulado, os rebeldes sulistas amnistiados e o líder, Joseph Lagu, nomeado gen. do exército sudanês;

1973: Novo "*complôt*" contra Nimeiri é abortado. Entra em vigor uma nova Constituição e a *União Socialista Sudanesa*, liderada por Nimeiri, torna-se partido único;

1974: Amnistia a presos políticos após fortes manifestações contra o governo e atentado a Nimeiri;

1975(Setembro): Golpe de Estado abortado. Todos os líderes são presos. Kartun crê que a Líbia está por detrás deste golpe;

1976(Julho): Nova tentativa de Golpe de Estado. Kartun corta relações com Trípoli, acusando a Líbia de ter apoiado as duas tentativas de golpe;

1977: Nova amnistia parcial favorece presos políticos;

1979: Opositores da aproximação do Egito a Israel são perseguidos pelo governo;

1980/1: Sudão aproxima-se da Etiópia, do Egipto e dos EUA, rompendo com a Síria, sua aliada natural. Efeitos dos "Acordos de Camp David", assinados entre egípcios e israelitas;

1983: É fundado no sul do Sudão, por *John Garang*, o *Exército de Libertação do Povo Sudanês* (ELPS) que, entre outras reivindicações exige o fim da Sharia;

1985(06.04): Nimeiri é deposto após um golpe militar liderado pelo Ministro da Defesa, general Abdel Rahman Suar-al-Dahad. É nomeada uma Junta militar, o Comitê Militar de Transição, sob a chefia de Dahad, que promete eleições gerais;

1986: Eleições gerais dão a vitória ao Partido islamita Umma, do ex-p.m. Sadik el-Mahdi, um anti-Nimeiri, enquanto o Comitê é dissolvido. Em Julho, ao mesmo tempo que se tenta aproximar dos sulistas do ELPS, o p.m. anuncia a sua intenção de abolir a Charia e rever as relações com a Líbia. Milicianos árabes das etnias rigazat e dinka, massacram-se mutuamente, pelo facto dos segundos apoiarem Garang;

1988: Em Novembro, Governo e ELPS chegam a acordo provisório sobre a questão da introdução da Sharia no Sul, o que leva a violentas manifestações em Kartun e em territórios de predominância islâmica, levados a efeito pelo movimento fundamentalista da *Frente Nacional Islâmica* (FNI). Em Dezembro, o *O Partido da União Democrática* rompe com o Governo, ao mesmo tempo que falha a aproximação aos rebeldes do ELPS e a FNI aumenta o seu poder junto do meio civil e militar;

1989:

(Fevereiro): Militares impõem um ultimatum ao governo de el-Mahdi, exigindo reformas políticas e sociais, o que leva a reestruturação do Governo que exclui os fundamentalistas. Entretanto, opositoristas agrupados na *Aliança Democrática Nacional* (AND) e apoiada pela FNI anunciam a necessidade de derrubar o governo "ímpio". O ELPS ao anunciar a adesão ao documento da ADN;

(30.06): *Coup d'État* derruba o p.m. el-Mahdi. O general Omar Hassan Ahmed-el-Bechir, passa a ocupar, em simultâneo, os cargos presidenciais e de chefia governativa. Todavia, crê-se, que o verdadeiro chefe do país, é o líder islâmico, da FNI, *Hassan al-Turabi*;

1990: Abortado golpe militar liderado por dois generais cristãos coptas. Vinte oficiais cristão, animistas e islâmicos moderados são fuzilados sob acusação de intentona contra o governo sudanês;

1991: Em Fevereiro, tentando dividir os rebeldes sulistas, governo aprova nova divisão civil do país. O Sudão passa a ser uma Federação de 9 Estados, a maioria no Sul, e 66 províncias. O Sudão apoia o Iraque na operação Tempestade no Deserto. A 22 de Março, e apesar dos protestos e dos avisos do ELPS e de Garang, a *Charia* é imposta como lei oficial em todo o país. Em Agosto regista-se uma tentativa de golpe de Estado é abortada; civis e militares são detidos;

1992: Julho: Sudão e Irão assinam protocolo que permite aos primeiros explorar o petróleo do país com a ajuda da tecnologia iraniana. Ministros sudaneses do Sul são afastados do Governo;

1993(19.03): O ELPS declarou um cessar-fogo unilateral, em 10 anos de luta armada, tendo em vista o Ramadão que decorre e as possíveis futuras mediações para a paz, sob a égide da Nigéria;

1998(08.03): Remodelação no governo de Omar el-Bechir que integra em pastas ministeriais menores um antigo chefe de guerrilha sulista do Alto Nilo, general am-Akol e dois antigos opositores nortistas, Chrif al-Tohami e o general Babou Nimer;

PAÍS : **Swazilândia**

CONTINENTE : África

REGIÃO : Sub-Sariana

DESIGNAÇÃO OFICIAL : Reino da Swazilândia

CAPITAL : Mbabane (*administrativa*)  
Lobamba (*real e legislativa*)

ÁREA : 17.364 Km<sup>2</sup>

POPULAÇÃO : 0,913 milhões (1997)

SISTEMA POLÍTICO : Monarquia Constitucional

CHEFE DO ESTADO : rei Mswati III (1986)

CHEFE DO GOVERNO : B. Sibusiso Dlamini (1998)

M. N. ESTRANGEIROS : Albert Shabangu

FORÇAS ARMADAS : 3.000 Efectivos

GASTOS COM A DEFESA: USD 23 milhões (1,9% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1968

HINO NACIONAL : Oh God, Bestower of The Blessing of the Swazi

ETNIAS : Suazi (90%), Tonga, Shangaan, Zulus (2%), Europeus

RELIGIÃO : Cristãos (53%) e Animistas

IDIOMAS NACIONAIS : Inglês, siswati

MOEDA : Lilangueni

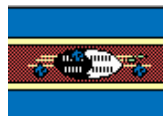
PROD. NAC. BRUTO : USD 1.048 milhões (1997)

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 1.320 (1998 *estimado*)

ÍND. DES. HUMANO : 113°. (0,644) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; SADC; BC; SACU, ACP

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: NNLC, INM, PUDEMO;



### SINOPSE HISTÓRICA

1902: Inicia-se a colonização britânica;

1922: Coroação de Sobhusa II como rei da Swazilândia;

1940: Inicia-se a maior florestação de origem humana feita em África (actualmente cerca de 120 mil ha que representam 7% da área total do país);

1968(06.09): *Independência da Swazilândia. O rei Sobhuza II assume a regência do país. O príncipe Makhosini Dlamini, líder do Movimento Nacional Imbokodvo (INM) assume o cargo de p.m.;*

1978(13.10): Sob os auspícios do Sobhuza II é proclamada a nova Lei Constitucional que prevê a institucionalização de um parlamento bi-camaral e de um sistema governamental denominado de "tinkhundla", ou seja, a conjugação de uma democracia ocidental com a manutenção das estruturas sócio-políticas tradicionais;

1982(21.08): Sobhuza II abdica dando início a uma longa crise de sucessão;

1986: Mswati assume a regência do reino como Mswati III;

1992(09.10): Dissolução do parlamento. O rei governa por decreto até à aprovação da nova Lei Constitucional que prevê o multipartidarismo e o aparecimento de novas instituições política;

1993:

(12.02): O novo Código de Investimentos começa a ser estudado;

(Setembro / Outubro): Eleições legislativas para os 55 deputados. B. Sibusiso Dlamini é empossado como p. m.;

1996: Graves manifestações a favor da democratização do país;

1998(Out): Eleições legislativas. Mswati III reconduz Dlamini no cargo de primeiro ministro;

PAÍS : Tanzânia

CONTINENTE : África

REGIÃO : Sub-Sariana

DESIGNAÇÃO OFICIAL : República da Tanzânia

CAPITAL : Dodoma / Dar-es-Salam

ÁREA : 945.087 Km<sup>2</sup>

POPULAÇÃO : 30,337 milhões (1996)

SISTEMA POLÍTICO : República

CHEFE DO ESTADO : Benjamin William Mkapa (1995)

CHEFE DO GOVERNO : Presidencial

M. N. ESTRANGEIROS : Joseph Rwegasira (1992)

FORÇAS ARMADAS : 115.400 Efectivos

GASTOS COM A DEFESA: USD 107,2 milhões (2,98% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1961

HINO NACIONAL : Mungu ibariki Afrika (*Deus abençoe África*)

ETNIAS : Shirazi, Nilotas, Indo-paquistaneses e Árabes

RELIGIÃO : Animistas, Islâmicos (25%) e Cristãos

IDIOMAS NACIONAIS : Inglês; suaíli;

MOEDA : Shilling tanzaniano

PROD. NAC. BRUTO : USD 2.521 milhões (1996)

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 134 (1996)

ÍND. DES. HUMANO : 156°. (0,421) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; FMI; SADC; OCI; COMESA; EAC; EADB, BC



OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: CCM/PfR

### SINOPSE HISTÓRICA

1897(06.04): O sultão de Zanzibar decide abolir a escravatura;

1961(09.12): *Independência do Tanganica;*

1964(26.04): *Tanganica e Zanzibar unem-se para formarem a República Unida da Tanzânia;*

1986: Reformas políticas. Prenúncio de maiores liberdades político-sociais;

1992(09.05): A Tanzânia decidiu enveredar pelo multipartidarismo;

1993(28.01): O presidente tanzaniano substituiu o M.N.E. Ahmed Hassan Diria pelo anterior ministro do Trabalho, Joseph Rwegasira;

1995(23.11): Benjamin William Mkapa, antigo ministro das Ciências, foi declarado vencedor das eleições presidenciais, com 61,8% dos votos. O antigo partido único a que pertencia Mkapa, o *Chama Cha Mapinduzi / Revolution Party* (CCM/PfR) venceu as legislativas conquistando 168 dos 232 lugares em disputa;

1999(14.10): Vítima de leucemia morre, em Londres, o pai da independência tanzaniana; Julius Nyerere;

PAÍS	: Togo		
CONTINENTE	: África		
REGIÃO	: Sub-Sariana		
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Togo		
CAPITAL	: Lomé		
ÁREA	: 56.785 Km <sup>2</sup>		
POPULAÇÃO	: 4,14 milhões	(1995)	
SISTEMA POLÍTICO	: Presidencialista		
CHEFE DO ESTADO	: general Gnassingbe Eyadema		
CHEFE DO GOVERNO	: Eugene Koffi Adoboli		
M. N. ESTRANGEIROS	: Joseph Kokou Koffigoh		
FORÇAS ARMADAS	: 7.700 Efectivos		
GASTOS COM A DEFESA:	USD 27 milhões	(2,3% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1960		
HINO NACIONAL	: Terre de nos Aïeux		
ETNIAS	: Ewe, Kabye e Mina		
RELIGIÃO	: Animistas, Islâmicos e Cristãos		
IDIOMAS NACIONAIS	: Francês;		
MOEDA	: Franco CFA		
PROD. NAC. BRUTO	: USD 701 milhões	(1996)	

RENDIMENTO P/CAPITA: USD 169 (1996)  
ÍND. DES. HUMANO : 143°. (0,469) (1997)

ORGANIZAÇÕES : ONU; OUA; FMI; ACP;  
OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: RPT e FONDER;

### SINOPSE HISTÓRICA

1960(27.04): *Independência do Togo;*

1990(Out): Eleições no país com vitória do partido governamental;

1992:

(06.05): Fortes distúrbios em Lomé na sequência do ataque levado a efeito sobre o candidato opositor à presidência Gilchrist Olympio. As manifestações deveram-se ao facto do candidato oficial, o actual p.m. não se ter demarcado do atentado;

(22.07): O governo de transição convocou um *Referendum* Constitucional que é aprovado por larga maioria;

(22.10): Revolta militar faz reféns parlamentares togolezes;

1993: Em Março, Um grupo de 38 organizações políticas e sociais coligaram-se para criarem a *Forças Novas por uma Democracia Responsável* (FONDER) liderada pelo reverendo Frankc Adubra, elemento próximo do p.m. Koffigoh. É mais um passo para a instauração de uma "*democracia verdadeira*". A 6 de Junho, realizam-se eleições presidenciais no país;

1998(21.06): Eleições presidenciais no país, opõe o presidente Eyadéma ao opositor Gilchrist Olympio. A oposição que temia fraudes semelhantes às verificadas em 1993, vê as mesmas serem confirmadas após a contagem ter sido suspensa por irregularidades várias;

2000(10/12.07): Apesar dos esforços do governo angolano para a sua transferência, efectuou-se a 36ª Cimeira anual da OUA onde ficou consagrado o Tratado da União Africana;

PAÍS	: Tunísia	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: África Norte	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República Árabe da Tunísia	
CAPITAL	: Túnis	
ÁREA	: 164.150 Km²	
POPULAÇÃO	: 9,3 milhões	(1997 estimado)
SISTEMA POLÍTICO	: República	
CHEFE DO ESTADO	: Zine el-Abidine Ben Ali	
CHEFE DO GOVERNO	: Hamed Karoui	
M. N. ESTRANGEIROS	: Habib ben Yahia	
FORÇAS ARMADAS	: 35.000 Efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 354 milhões	(1,76% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1961  
 HINO NACIONAL : Ala Khallidi (Torna-a Eterna)

ETNIAS : Árabes, Berberes e Europeus  
 RELIGIÃO : Islâmica, Católicos e Judeus  
 IDIOMAS NACIONAIS : Árabe; Francês, Italiano;

MOEDA : Dinar tunisino  
 PROD. NAC. BRUTO : USD 19.000 milhões (1997)  
 RENDIMENTO P/CAPITA: USD 5.800 (1997)  
 ÍND. DES. HUMANO : 102°. (0,695) (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; UMA; LEA; OCI;  
 OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: RCD,PSP,MUP,POCT

### SINOPSE HISTÓRICA

814 a.C.: Fundação de Cartago;

Séc. II a.C.: Torna-se na primeira colónia africana de Roma;

1574: A região é ocupada pelos Otomanos;

1869: O governador otomano, denominado Bey, que tinha auferido um grande poder autônômico face a Istambul, face ao descalabro das finanças locais, aceita que uma comissão anglo-franco-italiana fiscalize as finanças;

1881(18.05): Inglaterra, pela compensação da tomada de controlo absoluto do Canal do Suez, compensa a França entregando-lhe o protectorado da Tunísia;

1925: Campanha para uma nova constituição (*Destur*) na região dominada pela dinastia Husseinita e que permita uma maior autonomia face ao poder francês;

1956(20.03): França reconhece o poder autonómico do Bey;

1957: A 25 de Julho, Bey é deposto por uma Assembleia Constituinte dominada por desturianos e proclama a República. Habib Bourguiba é eleito presidente e a Assembleia Nacional francesa vota a favor da independência da Tunísia;

1959(01.06): Aprovada a primeira Constituição do país;

1974(14.09): Habib Bourguiba é proclamado presidente vitalício;

1984: Tensão política entre Túnis e Trípoli. Líbia acusa os tunisinos de darem guarida a apoiantes anti-Khadafi;

1987(07.11): O p.m., em exercício, Zins el-Abidine Ben Ali derruba o presidente Bourguiba, justificando-se com o precário estado de saúde do presidente. Hedi Baccouche é nomeado como novo Chefe de Governo;

1988(25.07): O presidente Ben Ali anuncia eleições gerais antecipadas e ratifica reformas constitucionais;

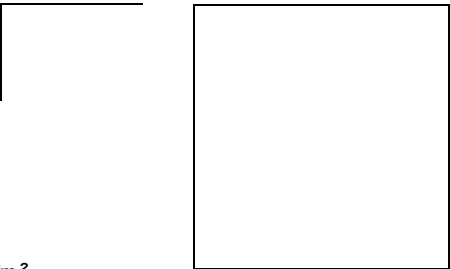
1989(02.04): Primeira eleição presidencial no país dão vitória ao líder do partido governamental;

1990: De Agosto a Outubro, regista-se uma vaga de prisões de integristas islâmicos pertencentes ao movimento Annaahda, pró-iraquiano;

1992 (Julho/Agosto): Julgamento de 190 fundamentalistas acusados de tentarem alterar o regime político nacional e tentarem assassinar o presidente tunisino;

1994 (20.03): Eleições legislativas;

2000 (Maio): Visita de Bem Ali a Portugal;

PAÍS	: Uganda	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Subsariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Uganda	
CAPITAL	: Kampala	
ÁREA	: 197.058 Km <sup>2</sup> (235.880 Km <sup>2</sup> incluindo o Lago Vitória)	
POPULAÇÃO	: 20,405 milhões (1997 <i>estimado</i> )	
SISTEMA POLÍTICO	: Presidencial	
CHEFE DO ESTADO	: Yoweri Kaguta Museveni (NRM) (1996)	
CHEFE DO GOVERNO	: Presidencial	
M. N. ESTRANGEIROS	: n/d	
FORÇAS ARMADAS	: 40.600 Efectivos	
GASTOS COM A DEFESA:	USD 94 milhões (1,9% do PNB)	
INDEPENDÊNCIA	: 1962	
HINO NACIONAL	: Hino nacional ugandês	
ETNIAS	: Baganda, Banyoro e Batoro	
RELIGIÃO	: Cristãos (69%), Animistas (30%) e Islâmicos	
IDIOMAS NACIONAIS	: Inglês; swahilli, nilotico e nilo-hamitico	
MOEDA	: Shilling	
PROD. NAC. BRUTO	: USD 6.000 milhões (1996)	
RENDIMENTO P/CAPITA:	USD 232 (1997)	
ÍND. DES. HUMANO	: 158°. (0,404) (1997)	
ORGANIZAÇÕES	: ONU; OUA; FMI; BC; ACP; COMESA; EADB;	
OUTRAS ORGANIZAÇÕES:	Partidos estão inactivos; todavia, oficialmente, ainda estão registados os partidos NRN, DP e UPC	

### SINOPSE HISTÓRICA

1962 (09.10): *Independência do País;*

1966: Para presidente é eleito o dr. Milton Obote;



1971(25.01): Golpe de Estado militar depõe Obote. Idi Amim Dada, líder do golpe passa a presidir os destinos do país;

1977(16.02): Devido a acusação de conspiração contra Idi Amin, arcebispo anglicano e 2 ministros são presos;

1978(Novembro): Amin ataca e anexa um vasto território no norte da Tanzânia;

1979(Abril): É deposto Idi Amim por revoltosos próximos de Obote e com o apoio da Tanzânia. Foge para o Uganda. O novo poder é detido pelo Conselho Nacional Consultivo, liderado pelo professor universitário Yusufu Lule. Em Julho é demitido e em seu lugar ascende Godfrey Binaise, da *Frente Nacional de Libertação do Uganda*, criada para derrubar Idi Amin;

1980: Milton Obote é recolocado na presidência do país;

1985(27.07): Golpe palaciano. Ascende à presidência Tito Okello;

1986(26.01): *Coup d'État* coloca no poder Yoweri Museveni;

1993(Ago.): Por decisão do Parlamento ugandês, o país torna-se no *Reino do Buganda*, adoptando o nome gentílico da era colonial;

1994(28.03): Primeiras eleições democráticas do país, elegem a Assembleia Constituinte do Uganda.

1996: A 9 de Maio, realizam-se eleições presidenciais, as primeiras por voto directo e universal. Museveni, apoiado pelo National Resistance Movement (NRM), é plebiscitado, vencendo estas eleições. A 30, provenientes do Sudão, rebeldes ugandeses da *West Nile Bank Front (WNBF)*, liderados pelo coronel Juma Oris, antigo MNE do ditador Amin, atacaram militares ugandeses perto de Kampala, destruindo a ponte estratégica de Dranya, no rio Iru. Em Junho, foram as eleições legislativas para a eleição directa de 214 dos 276 deputados do Parlamento Nacional. Os restantes são cooptados colegialmente pelos deputados eleitos;

1997(Maio/Junho): Confrontos armados entre forças da WNBF e rebeldes sudaneses cristãos da *Sudan People's Liberation Army*;

1998(24.03): Visita oficial do presidente norte-americano, Bill Clinton, ao Uganda onde manifestou o seu lamento pelos EUA, no passado, terem contribuído para o tráfico de escravos;

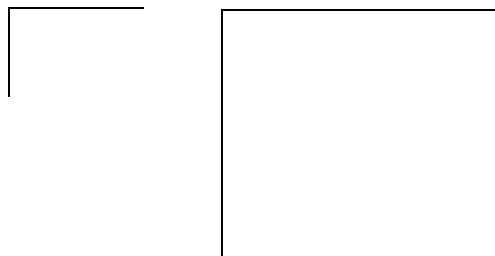
2000:

(29/30.06): *Referendum* ao Multipartidarismo. O presidente Museveni propõe uma "*democracia sem partidos*" onde os líderes serão eleitos do "mérito pessoal". Independentemente da taxa de participação, - os partidos oposicionistas propuseram um boicote total - o escrutínio será sempre vinculativo. Os observadores internacionais enviados pela OUA consideraram o processo legal;

(30.06): Morre em Kampala, o Príncipe George Chwa Bazanyanengo Mawanda, rei de Buganda;

PAÍS : Zâmbia

CONTINENTE : África



REGIÃO : Sub-Sariana  
 DESIGNAÇÃO OFICIAL : República da Zâmbia  
  
 CAPITAL : Lusaka (1,3 milhões de hab.)  
  
 ÁREA : 752.614 Km²  
 POPULAÇÃO : 9,37 milhões (1997)  
  
 SISTEMA POLÍTICO : República  
 CHEFE DO ESTADO : Frederick Chiluba (1996)  
 CHEFE DO GOVERNO : Kebby Musokotwane (1985)  
 M. N. ESTRANGEIROS : n/d  
  
 FORÇAS ARMADAS : 23.000 Efectivos  
 GASTOS COM A DEFESA: USD 61,2 milhões (1,8% do PNB)  
  
 INDEPENDÊNCIA : 1964  
 HINO NACIONAL : Stand and Sing of Zambia, Proud and Free  
  
 ETNIAS : Matabele, Xhona, Nyanga, Belba, Lozi, Suazi...  
 RELIGIÃO : Animistas, Cristãos, Islamistas e hinduístas  
 IDIOMAS NACIONAIS : Inglês, Nyanga, Bemba, Tonga, Lunda, Luvale...  
  
 MOEDA : Kwacha  
 PROD. NAC. BRUTO : USD 4.660 milhões (1997 *estimado*)  
 RENDIMENTO P/CAPITA: USD 432 (1997 *estimado*)  
 ÍND. DES. HUMANO : 151°. (0,431) (1997)  
  
 ORGANIZAÇÕES : OUA; ONU; SADC; FMI; ACP;  
 OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: MMD, UNIP, NP, AZ, ZDC, ZAP

### SINOPSE HISTÓRICA

1953: *Juntamente com a Rodésia do Norte (a actual Zâmbia), Niassalândia (Malawi) e Rodésia do Sul (Zimbabwe) é fundada Federação da África Central, liderada por brancos;*

1964(24.10): *Fim da Federação das Rodésias leva à independência do País. Kenneth Kaunda é o primeiro presidente;*

1974: *É inaugurada a linha férrea que liga a Zâmbia à Tanzânia, a Tan-Zamn. Criada com os fundos da República Popular da China;*

1978: *Kaunda é confirmado na presidência por 83% dos votos expressos;*

1980(17.10): *Grupo oposicionista zambiano e mercenários apoiados pelos serviços secretos sul-africanos intentam contra a presidência zambiana sem sucesso;*

1983: *Eleições legislativas dão vitória a Kenneth Kaunda por margem significativa, cerca de 93% dos votos expressos;*

1991:  
     *K.Kaunda apoia levantamento de sanções à R.A.S.;*

(31.10): Eleições zambianas. Concorrem o presidente Kaunda, do UNIP, e o sindicalista Frederick Chiluba, do MMD. Confronto entre independentistas e democratas;

(01.11): Frederick Chiluba foi eleito presidente;

1992(13.07): Os zambianos pediram ao "Clube de Paris" um reescalonamento da sua dívida externa entre 1992 e 1993, de modo a fazer diminuir a sua elevada dívida de USD 7,2 mil milhões, uma das mais elevadas "per capita" do Mundo;

1993(04.03): Proclamado o Estado de Emergência no País. Alguns dirigentes do antigo partido único, UNIP, entre eles filhos do ex-presidente zambiana, Kaunda, são detidos. São acusados de estarem a preparar um golpe de estado apoiados no Iraque e no Irão;

1996(Junho): Oito dirigentes oposicionista, na sua maioria membros do UNIP foram acusados de alta-traição pelo facto de, eventualmente, pertencerem à "Black Mamba", organização extremista que tem reivindicado alguns atentados à bomba ocorridos no país. Defendem a manutenção da actual Lei Constitucional, que o governo deseja alterar. A revisão impedia Kaunda de concorrer a novas presidenciais. As eleições legislativas e presidenciais contam com o boicote da UNIP. Chiluba é reeleito por mais cinco anos na presidência. Por sua vez, a Assembleia Nacional passa a apresentar a seguinte constituição: o Movement for Multiparty Democracy (MMD) afecto a Chiluba, 131 assentos; o National Party (NP), 5 deputados, a Agenda for Zambia (AZ) e a Zambia Democratic Congress (ZDC), 2 lugares cada; os independentes elegeram 10 deputados;

1997: A 28 de Outubro, denuncia-se uma tentativa de Golpe de Estado levado a efeito por militares zambianos, é impedido pelo exército. O presidente Chilubaq decreta "Estado de Sítio" no país. Segundo fontes sul-africanas Angola estava por detrás desta intentona. Zâmbia é o ultimo bastião pró-UNITA na região. Kaunda, sob acusação de ter estado por detrás da Intentona é encarcerado a 26 de Dezembro. África do Sul, Reino Unido e Portugal apresentaram junto do governo de Lusaka a sua preocupação pelos Direitos do detido, tendo em conta a situação política na região;

1998: A 17 de Março, Chiluba revoga o estado de emergência em vigor desde a intentona de Outubro e, em Junho, Kaunda, após te sido libertado por ordem do Alto Tribunal de Lusaka, Kaunda declara numa Conferência de imprensa que vai abandonar a política e assumir a presidência de uma Fundação com o seu nome;

PAÍS	: Zimbabwe	
CONTINENTE	: África	
REGIÃO	: Sub-Sariana	
DESIGNAÇÃO OFICIAL	: República do Zimbabwe	
CAPITAL	: Harare	
ÁREA	: 390.759 Km <sup>2</sup>	
POPULAÇÃO	: 11,7 milhões (1997 estimado)	
SISTEMA POLÍTICO	: República	

CHEFE DO ESTADO : Robert Mugabe (ZANU) (1980)  
 CHEFE DO GOVERNO : Presidencial  
 M. N. ESTRANGEIROS : Nathan Shamuyarira

FORÇAS ARMADAS : 61.400 Efectivos  
 GASTOS COM A DEFESA: USD 471,4 milhões (3,5% do PNB)

INDEPENDÊNCIA : 1975  
 HINO NACIONAL : Ishekomborera (Deus abençoe África)

ETNIAS : Shona, N'debele (zulus) e Brancos  
 RELIGIÃO : Cristãos (anglicanos) (55%) e Animistas  
 IDIOMAS NACIONAIS : Inglês

MOEDA : Dólar zimbabueano  
 PROD. NAC. BRUTO : USD 7.900 milhões (1997 *estimado*)  
 RENDIMENTO P/CAPITA: USD 634 (1997 *estimado*)  
 ÍND. DES. HUMANO : 130°. (0,560) (1997)

ORGANIZAÇÕES : ONU; OUA; FMI; SADC; ACP; BC;  
 OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: ZAPU-PF, MDC, ZANU-Ndonga, ZUM, ACZ, ANUC e UP

### SINOPSE HISTÓRICA

*Séc. V a VIII: Chegam à região Matabele os primeiros banto, a etnia Shona, que fundam o primeiro Estado independente da região;*

Séc. XVI: Os portugueses são os primeiros brancos a visitar a região de Matabele;

Séc. XIX: Surgem na região os primeiros zulus, a sub-etnia N'debele;

1889: Cecil Rhodes, forma a BSAC que controla toda a região conquistando-a aos shona e matabele;

1890: Inicia-se a colonização inglesa;

1923: Dentro da Comunidade Britânica surge a Rodésia do Sul em homenagem ao fundador da BSAC;

1953: Juntamente com a Rodésia do Norte (a actual Zâmbia), Niassalândia (Malawi) e Rodésia do Sul (Zimbabwe) é fundada Federação da África Central, liderada por brancos;

1963: Criada a União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU). Juntamente com outras oposições de origem negra, entretanto criadas, a Federação é questionada;

1964: Devido ao crescente nacionalismo negro, dissolve-se a Federação com a independência da Zâmbia e Malawi. A Rodésia retira o apêndice "Sul". Ian Smith assume o cargo de Primeiro Ministro;

1965: A 11 de Novembro, Ian Smith, decide cortar unilateralmente os laços que mantém ligados ao Reino Unido. Os britânicos declaram o novo regime de ilegal e rebelde. É decretado estado de emergência no país devido a problemas raciais;

1966: O Reino Unido propõem no Conselho de Segurança que seja decretado sanções económicas e políticas à Rodésia. Portugal e a República da África

do Sul não as acatam, o que leva os britânicos a decretarem bloqueio marítimo ao porto da Beira a todas as mercadorias provenientes ou com destino rodesiano;

1969: Uma Constituição pró-branca é aprovada e Ian Smith eleito p.m. Simultaneamente é declarada a República da Rodésia;

1970: A 11 de Novembro, a Rodésia proclama-se independente. Não é reconhecida nem pela potência colonial nem por outros países. A ONU decreta sanções económicas à Rodésia;

1974: Ian Smith assina acordo com o bispo Abel Musorewa, do *Congresso Nacional Africano* (ANC), para constituição de um Governo de maioria negra. Nem mesmo assim, os outros países não reconhecem a Rodésia. Começa a luta armada entre os movimentos negros rodesianos, a ZANU, de Robert Mugabe, ZAPU, de Joshua Nkomo e FRELIZI, de James Chikerema;

1977: A *Frente Rodesiana* (FR), de Ian Smith vence as eleições para o Parlamento. Ian Smith declara que vai negociar com negros moderados e que respeitar a vontade dos negros terem direito de voto;

1978: Reunião bipartida entre a FR e 3 chefes negros moderados chegam a um acordo de transferência pacífica de poderes e criam o Conselho Executivo de Rodésia;

1979: Plebiscito aprova a nova Constituição multirracial. A 2º de Abril, o bispo Abel Muzorewa, do ANC, vence as eleições multirraciais na Rodésia, sendo o novo p.m. Por seu lado, Josiah Gumene é eleito Chefe de Estado. Dissolução do parlamento e renúncia dos dois líderes rodesianos;

1980: *Acordos de Lancaster House*, entre o Reino Unido, a ZANU, a ZAPU, e os rodesianos do interior, permite a Rodésia chegar à independência com reconhecimento internacional. Eleições gerais na Rodésia, com vitória de Robert Mugabe, da ZANU. Em segundo fica a ZAPU de Joshua Nkomo e em terceiro o ANC do bispo Muzorewa. Os brancos ficam com os 20 lugares, conforme previsto nos Acordos de L. House, até 1990. O novo presidente é Canaã Banana. A Rodésia passa a chamar-se Zimbabwe, e a sua antiga capital muda o nome para Harare e a 11 de Março, Robert Mugabe toma posse como p.m. A 18 de Abril, entra em vigor a nova Constituição zimbabueana no mesmo dia que se torna independente e em Agosto passa a ser membro da ONU. A 5 de Setembro, Mugabe corta relações diplomáticas, (mas não comerciais), com a República da África do Sul, passando dar cobertura aos movimentos oposicionistas sul-africanos;

1983: Devido a divergências com Mugabe, Nkomo foge para o Reino Unido, onde solicita asilo político, enquanto isso, os seus guerrilheiros são massacrados em Matabelândia pelo exército zimbabueano;

1984: Regresso de Nkomo ao Zimbabwe onde tenta restaurar a ZAPU. No entanto, as suas relações com o governo da ZANU depressa se deterioram e Nkomo regressa à luta armada;

1985: Eleições gerais reforçam poder da ZANU;

1987: A 21 de Agosto, Mugabe dissolve o chamado "*parlamento branco*" com apoio de 8 dos brancos, o que contraria os "*Acordos de Lancaster House*". Em Outubro efectua alterações à Constituição do país e a 29 de Dezembro, provoca queda do Chefe de Estado e passa a acumular os dois cargos;

1988(Out.): O secretário-geral da ZANU, Edgar Tereke, denuncia vários ministros de estarem implicados em casos de corrupção, o que leva à sua expulsão do partido;

1989:

(Abril): Tereke cria um novo partido, o Movimento pela Unidade do Zimbabwe (ZUM). Zimbabwe entra para o Banco Mundial;

(Outubro): Mugabe obtém a maioria nas eleições gerais. Tereke e a ZUM, não obtém mais do que 5% nas eleições, devido se terem ligado aos conservadores brancos. A maioria dos votos da ZUM são dos estudantes que protestam corrupção e fraude eleitoral, o que leva ao encerramento da Universidade de Harare. A 9 entra em vigor a nova organização legislativa com um Parlamento unicameral;

(Dezembro): A Convenção Nacional de ZANU decide pela integração da ZAPU de Nkomo no seu partido;

1990:

(Janeiro): Ataques da RENAMO ao Zimbabwe;

(Fevereiro): Tereke começa a sentir quebra de apoio devido à sua aproximação aos conservadores de Ian Smith, que contestam a nova política agrária de Mugabe que quer nacionalizar as fazendas dos brancos, contrariando uma vez mais, os Acordos de L. House;

(30.03): Pela primeira vez o presidente é eleito directamente e Mugabe torna-se o 1º. presidente eleito. Também pela primeira vez existe um Parlamento unicameral, após a eliminação no Senado, onde tinham assento, dos brancos eleitos em eleições separadas. Dos 120 deputados que formam a Câmara Legislativa, a coligação ZANU/ZAPU, de Mugabe obtém 78,3%, o que perfaz 116 assentos, a ZUM, 16%, enquanto a ACZ de I. Smith e o NAUC, de A. Muzorewa, não conseguem obter qualquer deputado. As eleições foram consideradas fraudulentas e parciais;

(Maio): O governo de Mugabe declara avançar com a reforma agrária, expropriando as fazendas dos brancos, pagando em moeda local, o que contraria as disposições de Lancaster House, que previa a expropriação em moeda estrangeira. Estudantes e professores universitários criam um movimento anti-monopartidarismo;

1991:

(Julho): ONU declara Zimbabwe como 'país modelo' e aconselha a República África do Sul, a seguir o seu exemplo;

(Nov.): Com o descalabro da URSS, Mugabe tenta realinhar com a Coreia do Norte e China, tentando reforçar a sua tentativa de reforço do monopartidarismo, mesmo após a derrota de Kaunda, na Zâmbia;

1992:

(29.04): Entra em vigor a nova lei da reforma agrária que expropria todas as propriedades agrícolas brancas. Forte abrandamento da actividade agrícola e da sua influência no PNB, para o qual contribui com 20%, é perspectivado e confirmado;

(06.08): O p.m. Mugabe propôs aos agricultores brancos que não abandonassem o país e as suas terras, isto após a lei de nacionalização das terras decretado pelo seu governo;

1993: Constituição do Fórum Partidário do Zimbabwe;

1995: Vitória da ZANU-PF nas eleições legislativas, garante-lhe a maioria dos 150 membros do Parlamento nacional;

1996(16/17.03): Eleições presidenciais têm presidente anunciado. Dos três candidatos anunciados, Robert Mugabe, da ZANU-PF, Ndabaningi Sithole, da

ZANU-Ndonga e o bispo Abel Muzorewa, da *United Parties* (UP), só o primeiro se mantém na corrida. Sithole desistiu muito cedo e Muzorewa à boca das urnas. Todos acusam Mugabe de utilizar o escrutínio fraudulentamente;

1997(Novembro): Na sequência das crises bolsistas asiáticas o dólar zimbabueano é fortemente desvalorizado. O preço da farinha de trigo, um dos principais bens essenciais é aumentado em mais de 20%;

1998(20.01): Na sequência de diversos distúrbios ocorridos na capital zimbabueana, nomeadamente nos bairros de Mbare e Chitungwisa, devido aos elevados aumentos dos preços dos principais bens essenciais, o governo de Mugabe decidiu colocar o exército nas ruas da capital com instruções explícitas de "*...atirar a matar sobre todo e qualquer indivíduo que participe em pilhagens e vandalismos*";

2000:

(Fevereiro): *Referendum* de 12 e 13 sobre reforço dos poderes presidenciais e expropriação arbitrária de terrenos de rancheiros brancos foi derrotada por 54,6% dos votos expressos. É a maior derrota política do presidente Mugabe desde que assumiu o poder;

(Março / Abril): Mugabe incentiva ocupações de fazendas por antigos guerrilheiros da ZANU-PF, agrupados na Associação dos Antigos Veteranos. Todavia, o Supremo Tribunal ordenou que as fazendas fossem desocupadas e a polícia interviesse. Esta, todavia, desculpou-se com a falta de efectivos para impedir as ocupações, enquanto os ex-guerrilheiros liderados por dirigente da ZANU-PF, Chenjerai "*Hitler*" Hunzvi recusa as desocupações e ameaçando recorrer, de novo, à guerra;

(08.06): Presidente Mugabe ameaça alterar a Constituição para proibir a dupla nacionalidade. A maioria dos juizes brancos zimbabueanos, têm, também, a nacionalidade britânica. São os maiores opositores às ocupações dos antigos combatentes. Entretanto a ONU demite o chefe dos observadores às eleições legislativas e presidenciais no país sob a acusação de estar ligado ao poder instituído e porque a comunidade internacional considerou que a situação no Zimbabwe não permitiria eleições livres e justas;

(16.06): A primeira sondagem para as próximas eleições legislativas no Zimbabwe dá uma vitória esmagadora ao principal partido da oposição zimbabueana, Movimento para a Mudança Democrática (MDC), liderado por Morgan Tsvangirai. De acordo com as projecções, o MDC teria 81 dos 120 assentos elegíveis num parlamento de 150 deputados. 30 são nomeados directamente pelo presidente. O líder do MDC, em caso de vitória eleitoral, prometeu mandar regressar as tropas do seu país estacionadas para a República Democrática do Congo (RDC), em auxílio do Presidente Laurent-Désiré Kabila, contra a rebelião que o combate. Acusou os líderes aliados de as tropas estrangeiras estarem a proteger não as pessoas, mas as suas minas pessoais de diamantes, fazendo eco das denúncias de um jornal sul-africano que acusou o Congo Democrático de ter oferecido minas diamantíferas aos presidente aliados de Kabila;

(24/25.06): Eleições legislativas no país, criticadas pelos observadores internacionais. Segundo as projecções oficiais, a ZANU-PF obteve 61 assentos a que deverão juntar os 30 nomeados pelos presidente; o MDC, apesar de ter conquistado mais de 50% dos votos só conseguiu eleger 58 deputados (entre eles 4 brancos). A ZANU-Ndonga um deputado. Todavia, o MDC, que venceu nos principais círculos eleitorais, vai solicitar a recontagem dos votos e já anunciou ir protestar junto Supremo Tribunal Zimbabueano pelas atitudes da ZANU-PF junto dos observadores da EU e de alguns monitores zimbabueanos nas fazendas ocupadas;

(27.08): A Associação dos Antigos Veteranos demite "Hitler" Hunzvi, sob a acusação de má coordenação da organização, e substitui por Andy Mhlanga, um moderado;

PAÍS : Sara Ocidental

CONTINENTE : África

**REGIÃO : África do Norte**

DESIGNAÇÃO OFICIAL : República Árabe Sarauí Democrática

CAPITAL : Al Aaiún (Layounne) (50.000 hab.)

ÁREA : 266.769 Km²

POPULAÇÃO : 0,245 milhões

SISTEMA POLÍTICO : Território sob administração marroquina

CHEFE DO ESTADO : Monarca marroquino

CHEFE DO GOVERNO : Mohammed Abdelaziz (líder da FS)

ASSUNTOS EXTERNOS : Ibrahim Hakim

FORÇAS ARMADAS : 6.000 Guerrilheiros

GASTOS COM A DEFESA: USD milhões (% do PNB)

ETNIAS : Berberes, Árabes e Reguibat

RELIGIÃO : Islâmicos

IDIOMA NACIONAL : Árabe;

MOEDA : Dirham marroquino

PNB : 0 milhões (1999)

RENDIMENTO P/CAPITA: 0 (1999)

ÍND. DES. HUMANO : n/d (1997)

ORGANIZAÇÕES : OUA(Obs.)

OUTRAS ORGANIZAÇÕES: Partidos: (Frente Polisário)

### SINOPSE HISTÓRICA

1973(10.05): É criada a *Frente Polisário* (*Frente Popular para a Libertação de Saguia el Hamra e Río de Oro*) que tem como objectivo único a independência do Sara espanhol;

1975: Na sequência da divisão do Sara entre Marrocos e Mauritânia, o monarca marroquino Hassan II, decide anexar ao país a parte do território sarauí que lhe coube, através da chamada "*Marcha Verde*". É a *marroquinidade* do Sara;

1976(27.02): A Frente Polisário proclamou, em Argélia onde estaciona o seu quartel general, a *República Árabe Sarauí Democrática* (RASD) para o território do ex-Sara Espanhol. Reafirmou-a em 1987;

1981: Hassan II constitui um Conselho consultivo real para as questões do Sara Ocidental;



1988:Marrocos e Polisário decidiram colocar nas mãos das NU a resolução do diferendo que opõe as partes. A ONU anunciou a posse de um representante especial para o Sara Ocidental, a qual recaiu em Yacoub Khan;

1991(Set.): Declarado o cessar-fogo entre a Polisário e as forças marroquinas para se elaborar registo de eleitores visando Referendum sobre o estatuto sarauí;

1996(11.05): O Secretário-Geral das N.U., Boutrus Ghali, recomendou a suspensão do registo de eleitores sarauís, levado a efeito pela *Missão das Nações Unidas para o Referendum no Sara Ocidental* (MINURSO) devido a dificuldades logísticas para o mesmo. Estas dificuldades têm origem no elevado número de pedidos de registo. Até ao presente recensearam-se 65 mil dos 242 mil registados previamente. A maioria são marroquinos;

1999:

(23.10): Abraham Serfaty, judeu marroquino marxista, e o principal defensor das teses independentistas do Sara Ocidental, passou a admitir que a melhor opção para os sarauís passa pela autonomia e pela criação de um Estado livre associado;

(26.10): O novo monarca alauíta, Mohammed VI ordenou a restauração do Conselho Consultivo real para as questões do Sara Ocidental e a rápida eleição dos seus membros;

2000:

(11.04): James Baker, representante do Secretário-Geral da ONU, deslocou-se a Tindouf, Argélia, ao quartel general da Frente Polisário, onde discutiu o Referendum com Mohammed Abdelaziz, líder daquela organização independentista;

(06.06): A Frente Polisário pretende uma intervenção urgente dos Estados Unidos para conduzir o processo de paz no Saara Ocidental. O Conselho de Segurança da ONU decidiu prorrogar o mandato da missão da ONU, para o referendo no Sara Ocidental, até 31 de Julho. Na sequência desta decisão, o embaixador da RASD em Argel afirmou que os franceses e os marroquinos não estavam a pôr em causa o plano de paz da ONU, mas sim a lista de votantes;

(31.07): Adiado, uma vez mais, o *Referendum* sobre o Sara Ocidental;